História do Pensamento Econômico

Uma Perspectiva Austríaca — A Economia Clássica

História do Pensamento Econômico

Uma Perspectiva Austríaca — A Economia Clássica

Escrito por

Murray Rothbard

1ª Edição

História do Pensamento Econômico:
Uma Perspectiva Austríaca — A Economia Clássica
Murray N. Rothbard
Editora Konkin, 1ª edição

Coordenação Editorial
Vitor Gomes Calado

Tradução
Adriano Bernardes de Oliveira Jr., Alex Pereira de Souza, Carolina Lázaro, Caroline Andrade, Daniel Estevão, Daniel Miorim de Morais, Eric Matheus, Erick Kerbes, José Aldemar Santos Pereira Júnior, Júnior Percebon, Vitor Gomes Calado.

Capa
Raíssa Souza Abreu

Diagramação
Vitor Gomes Calado

Licença
Domínio Público. Este livro está livre de restrição de autor e de direitos conexos.

Sumário

Introdução....11
Agradecimentos.... 23
J.B. Say: A Tradição Francesa em Roupagem Smithiana 25
1.1 A conquista smithiana da França.... 25
1.2 Say, de Tracy e Jefferson.... 27
1.3 A influência do *Traité* de Say.... 34
1.4 O método da praxiologia.... 40
1.5 Utilidade, produtividade e distribuição.... 49
1.6 O empreendedor.... 59
1.7 A lei dos mercados de Say.... 61
1.8 A recessão e a tempestade sobre a lei de Say.... 70
1.9 A Teoria Monetária.... 77
1.10 O estado e a tributação.... 81
Jeremy Bentham: O Utilitarista como o Grande Irmão.... 89
2.1. Do *laissez-faire* ao estatismo.... 89
2.2 Utilitarismo pessoal.... 100
2.3 Utilitarismo social.... 107
2.4 O grande irmão: o panóptico....110
James Mill, Ricardo e o Sistema Ricardiano....119
3.1 James Mill, o Lenin dos Radicais 119
3.2 Mill e a análise de classe libertária 125
3.3 Mill e o sistema ricardiano.... 130
3.4 Ricardo e o sistema Ricardiano, I: a distribuição de macro-renda.... 133
3.5 Ricardo e o sistema ricardiano, II: A teoria do valor..... 144

3.6 A lei das vantagens comparativas 153
O Declínio do Sistema Ricardiano, 1820-48 161
4.1 O enigma da popularidade de Ricardo 161
4.2 O rápido declínio da economia Ricardiana..... 166
4.3 A teoria da Renda..... 172
4.4 Coronel Perronet Thompson: benthamista anti-Ricardiano 175
4.5 Samuel Bailey e a teoria do valor subjetivo 178
4.6 Nassau Senior, a conexão Whately, e a teoria da utilidade 186
4.7 William Forster Lloyd e a teoria da utilidade na Inglaterra 200
4.8 Um teórico da utilidade em Kentucky..... 204
4.9 Salários e lucros..... 207
4.10 Abstinência e tempo na teoria dos lucros 215
4.11 John Rae e a teoria “austríaca” do capital e dos juros 221
4.12 Nassau Senior, praxiologia e John Stuart Mill 231
O Pensamento Monetário e Bancário I: A Inicial Controvérsia Bulionista..... 239
5.1 A Restrição e a Emergência da Controvérsia Bulionista . 239
5.2 A controvérsia bulionista começa..... 242
5.3 *A Carta de Boyd para Pitt* 246
5.4 A tempestade sobre Boyd: a resposta antibulionista..... 252
5.5 Henry Thornton: antibulionista em pele de cordeiro..... 255
5.6 Lord King: a culminação do bulionismo 269
5.7 A questão da moeda irlandesa..... 277
5.8 A emergência do bulionismo mecanicista: John Wheatley 280

O Pensamento Monetário e Bancário II: o *Report* do bulião e o retorno ao ouro 287

6.1 Ricardo entra na briga 287

6.2 A tempestade sobre o *Report* do bulião 295

6.3 A Deflação e retorno ao ouro 305

6.4 Questionando os bancos de reserva fracionária: Grã-Bretanha e EUA 315

6.5 Pensamento monetário e bancário no continente 326

O Pensamento Monetário e Bancário III: A Luta Pela Currency School 335

7.1 O trauma de 1825 335

7.2 O surgimento do princípio da moeda Corrente 339

7.3 Reabastecendo o Banco da Inglaterra 350

7.4 A crise de 1837 e a polêmica da *Currency School* 353

7.5 A crise de 1839 e a escalada da controvérsia da *Currency School* 359

7.6 A ameaça renovada ao padrão ouro 367

7.7 Triunfo da *Currency School*: Lei de Peel em 1844 369

7.8 Tragédia no triunfo da C*urrency School*: a consequência 384

7.9 A vitória *de facto* para a Escola Bancária 388

7.10 O pensamento da *Currency School* e da Escola Bancária no continente 399

John Stuart Mill e a Recolocação da Economia Ricardiana 405

8.1 A importância de Mill 405

8.2 A estratégia de Mill e o sucesso do *Principles* 407

8.3 A teoria do valor e distribuição 413

8.4 A mudança para o imperialismo 418

8.5 Os Millianos 422

8.6 Cairnes e as descobertas de ouro 426
8.7 A supremacia Milliana 429
Raízes do Marxismo: O Comunismo Messiânico 431
9.1 Comunismo Primitivo 431
9.2 Comunismo milenarista secularizado: Mably e Morelly 434
9.3 A Conspiração dos Iguais 441
9.4 O florescimento do comunismo 446
A Visão de Marx do Comunismo 453
10.1 Comunismo milenarista 453
10.2 Comunismo Nu e Cru 461
10.3 Comunismo superior e a erradicação da divisão do trabalho 465
10.4 Chegando ao Comunismo 490
10.5 O personagem de Marx e seu caminho para o comunismo 494
A Alienação, a Unidade e a Dialética 504
11.1 Origens da dialética: criatologia 504
11.2 Hegel e o homem-Deus 508
11.3 Hegel e a política 512
11.4 Hegel e a Era Romântica 520
11.5 Marx e o Hegelianismo revolucionário de esquerda 525
11.6 Marx como utópico 532
O Sistema Marxiano I: O Materialismo Histórico e a Luta de Classes 538
12.1 A Estratégia Marxiana 538
12.2 Materialismo histórico 540
12.3 A luta de classes 547
12.4 A doutrina marxiana da “ideologia” 550
12.5 A contradição interna no conceito de “classe” 553

12.6 A origem do conceito de classe 563
12.7 O legado de Ricardo 574
12.8 Socialismo ricardiano 578
O Sistema Marxiano II: A Economia do Capitalismo e seu Inevitável Falecimento 594
13.1 A teoria do valor-trabalho 594
13.2 Taxas de lucro e "mais-valia" 598
13.3 As "leis do movimento", I: a acumulação e a centralização do capital 610
13.4 As "leis do movimento", II: o empobrecimento da classe trabalhadora 620
13.5 As "leis do movimento", III: crises de ciclos econômicos 631
13.5.1 Subconsumismo 632
13.5.2 A taxa de lucro decrescente 636
13.5.3 Desproporcionalidade 637
13.6 Conclusão: o sistema marxiano 641
Depois de Mill: Bastiat e a Tradição Francesa de Laissez Faire 643
14.1 A Escola Francesa de *Laissez Faire* 643
14.2 Frederic Bastiat: A Figura Central 648
14.3 A influência de Bastiat na Europa 653
14.4 Gustave de Molinari, primeiro anarcocapitalista 661
14.5 Vilfredo Pareto, seguidor pessimista de Molinari 666
14.6 Convertido acadêmico na Alemanha: Karl Heinrich Rau . 673
14.7 O dissidente escocês: Henry Dunning Macleod 675
14.8 Plutologia: Hearn e Donisthorpe 678
14.9 Bastiat e o *laissez-faire* na América 683
14.10 Declínio do pensamento laissez-faire 691

Introdução

Assim como o diz o subtítulo, esta obra é uma história geral do pensamento econômico de um ponto de vista honestamente "Austríaco": isto é, do ponto de vista de um adepto da "Escola Austríaca" de economia.

Esta é a única obra do tipo feita por um Austríaco moderno; de fato, apenas algumas monografias em áreas especializadas da história do pensamento foram publicadas por Austríacos nas últimas décadas.[1] Não apenas isso: essa perspectiva é fundada na vertente de pensamento menos famosa, no entanto não menos numerosa da Escola Austríaca: A "Misesiana" ou "Praxiológica".[2]

Entretanto, a natureza Austríaca desta obra é dificilmente sua única singularidade. Quando o presente autor começou a estudar economia na década de 1940, havia um paradigma esmagadoramente dominante na abordagem da história do pensamento econômico — um que ainda é presente, mas não tanto quanto já foi.

Essencialmente, tal paradigma destaca alguns Grandes Homens como a essência do pensamento econômico, com Adam Smith como seu fundador quase super-humano. Mas, se Smith fosse de fato criador tanto da análise econômica quanto da análise do livre comércio e da tradição do livre mercado na economia política, seria muito mesquinho e insignificante questionar seriamente qualquer aspecto de suas supostas façanhas.

Qualquer crítica afiada de Smith tanto como economista quanto como defensor do livre mercado pareceria somente anacronismo:

---

1 O valioso e monumental *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954) de Joseph Schumpeter, tem sido, geralmente, referido como "Austríaco". Mas ainda que Schumpeter tenha sido criado na Áustria e estudado sob o grande austríaco Böhm-Bawerk, ele próprio era um Walrasiano dedicado e seu *History* era, além disso, eclético e idiossincrático.

2 Para uma explicação dos três paradigmas austríacos no tempo presente, consulte Murray N. Rothbard, *The Present State of Austrian Economics* (Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 1992)

desprezar o pioneiro fundador do ponto de vista superior do conhecimento de hoje, débeis descendentes injustamente atacando os gigantes em cujos ombros estamos.

Se Adam Smith tivesse criado a economia, assim como Atena saiu completamente crescida e armada da testa de Zeus, então seus predecessores deveriam ser coadjuvantes, pequenos homens sem valor. E de fato tal pouca atenção foi dada, nessa representação clássica do pensamento econômico, a qualquer um azarado o suficiente para anteceder Smith.

Geralmente eles eram agrupados em duas categorias e rispidamente dispensados. Precedendo imediatamente Smith, havia os mercantilistas, os quais ele fortemente criticou. Mercantilistas aparentemente eram idiotas que encorajaram as pessoas a acumularem dinheiro, mas não a gastá-lo, ou insistiam que o equilíbrio comercial deveria se "balancear" com cada país. Escolásticos foram dispensados ainda mais rudemente, como ignorantes medievais e moralistas alarmando que o preço "justo" deveria cobrir o preço de produção de um mercador, com adição de um lucro razoável.

As obras clássicas na história do pensamento das décadas de 1930 e 1940 então prosseguiram expondo e amplamente celebrando algumas poucas figuras elevadas após Smith. Ricardo sistematizou Smith, e dominou a economia até a década de 1870; então os "marginalistas", Jevons, Menger e Walras, marginalmente corrigiram a "economia clássica" de Smith e Ricardo ao enfatizarem a importância da unidade marginal quando comparadas a todas as classes de bens.

Então veio Alfred Marshall, que sabiamente integrou a teoria de custos Ricardiana com a suposta ênfase unilateral Austro-Jevoniana na demanda e na utilidade, para criar a economia neoclássica moderna. Karl Marx dificilmente poderia ser ignorado, então foi tratado como um Ricardiano anômalo.

Assim, o historiador pôde acabar com sua história lidando com quatro de cinco Grandes Figuras, cada qual, com a exceção de Marx,

contribuíram com mais pilares para o progresso contínuo da ciência econômica, que é essencialmente uma jornada contínua de progresso.[3]

Nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, Keynes obviamente foi adicionado ao Panteão, fornecendo um novo capítulo culminante no progresso e desenvolvimento da ciência. Keynes, amado estudante do grande Marshall, percebeu que o velho havia se esquecido daquilo que mais tarde foi chamado de "macroeconomia" em sua ênfase exclusiva ao micro.

E assim Keynes adicionou o macro, focando no estudo e explicação do desemprego, um fenômeno que foi inexplicavelmente esquecido do quadro econômico por todos que precederam Keynes, ou foi convenientemente passado para debaixo do tapete ao descuidadamente "assumirem pleno emprego".

Desde então, o paradigma dominante vem sendo largamente sustentado, apesar dos assuntos terem se tornado certamente nebulosos. Para começo de conversa, esse tipo de história sempre ascendente de um Grande Homem requer ocasionais novos capítulos finais. O *General Theory*, publicado em 1936, completa agora quase sessenta anos de idade; deve haver um Grande Homem para um capítulo final? Mas quem?

Por um tempo, Schumpeter, com sua moderna e aparentemente realista ênfase em "inovação", teve chances, mas surgiu um grande entrave nessa tendência, talvez a realização de que o trabalho fundamental de Schumpeter (ou "visão", como ele explicitamente dizia) foi escrita mais de duas décadas antes do *General Theory*. Os anos desde 1950 foram obscuros; e é difícil forçar um retorno ao uma vez esquecido Walras no leito de Procustiano do progresso contínuo.

Minha visão sobre a grave deficiência da ideia dos Grandes Homens foi grandemente influenciada pelo trabalho de dois excelentes historiadores do pensamento. Um sendo o meu próprio mentor de dissertação Joseph Dorfman, cujo trabalho ímpar de muitos volumes

---

3 Quando o presente autor estava se preparando para seus exames orais de doutorado na Columbia University, ele teve o venerável John Maurice Clark como examinador da história do pensamento econômico. Quando perguntou a Clark se deveria ler Jevons, Clark replicou um tanto surpreso: "Qual é o ponto? Tudo que há de bom em Jevons está em Marshall".

sobre a história do pensamento econômico americano demonstrou o quão importantes figuras alegadamente “menores” são para qualquer movimento de ideias.

Em primeiro lugar, a completude da história é deixada de lado quando se omite essas figuras, e, portanto, a história é falsificada por seleção e preocupação sobre alguns textos dispersos para constituírem a História do Pensamento. Em segundo, um vasto número de supostas figuras secundárias contribuiu bastante para o desenvolvimento do pensamento, mais em algumas formas que os poucos pensadores de auge.

Assim sendo, importantes características do pensamento econômico são omitidas, e o desenvolvimento teórico é feito de forma enfadonha e desprezível, assim como sem vida.

Adiante, o desenrolar da própria história, o contexto das ideias e movimentos, como as pessoas se influenciam, e como reagiam para com uns aos outros, é necessariamente excluído da abordagem dos Grandes Homens.

Tal aspecto do trabalho do historiador foi particularmente trazido a mim pelo notável trabalho de dois volumes de Quentin Skinner *Foundations of Modern Political Thought*, de tal importância que poderia ser grandemente apreciado se não fosse a adoção da sua própria versão da metodologia behaviorista de Skinner.[4]

> A abordagem do progresso contínuo, sempre para cima e para frente, foi destruída para mim, e deveria ter sido para todos, pela famosa *Structure of Scientific Revolutions* de Thomas Kuhn.[5] Kuhn não dedicou atenção à economia, mas, em vez disso, do mesmo modo como filósofos e historiadores da ciência, focou-se em ciências mais "rígidas" tais quais a física, química e astronomia. Trazendo a palavra “paradigma” ao discurso intelectual,

---

4 Joseph Dorfman, *The Economic Mind in American Civilization* (5 vols. Nova York: Viking Press, 1946-59); Quentin Skinner, The Foundations of Modern Political Thought (2 vols., Cambridge: Cambridge University Press, 1978).

5 Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (1962, 2ª ed., Chicago: University of Chicago Press, 1970)

> Kuhn demoliu aquilo que eu gosto de chamar de "teoria Whig da história da ciência".

A teoria Whig, aceita por quase todos os historiadores da ciência, incluindo a econômica, é a de que o pensamento científico progride pacientemente, se desenvolvendo um ano após outro, mudando, e testando teorias, para que a ciência marche sempre ao progresso e a cada ano, década ou geração vá aprendendo mais e possuindo teorias científicas cada vez mais corretas.

Em analogia com a teoria Whig da história, cunhada no meio do século XIX na Inglaterra, que defendia que as coisas estão sempre (e, portanto, devem ficar) cada vez melhores, o historiador Whig da ciência, aparentemente em solos mais firmes que o historiador Whig médio, implicitamente ou explicitamente afirma que "depois é sempre melhor" em qualquer disciplina científica particular.

O historiador Whig (tanto da ciência quanto da própria história) realmente sustenta a ideia de que, para qualquer ponto do tempo histórico, "aquilo que era, estava certo", ou ao menos melhor que "aquilo que veio antes". O resultado inevitável é um complacente e irritante otimismo Panglossiano.

Na historiografia do pensamento econômico, a consequência é a firme, senão implícita, posição de que todo economista individual, ou pelo menos toda escola de economistas, contribuiu com seu importante fragmento à inevitável marcha do progresso. É possível, então, que não haja nada como um erro sistêmico grosseiro que revele uma grande falha, ou invalide uma escola de pensamento inteira, muito menos que extravie a direção do mundo econômico permanentemente.

Kuhn, entretanto, chocou o mundo filosófico ao demonstrar que essa simplesmente não é a forma como a ciência se desenvolveu. Uma vez que um paradigma central é selecionado, não há testagem ou filtragem, e testes de hipóteses básicas só são feitos após uma série de fracassos e anomalias no paradigma vigente que levaram a ciência a uma "situação de crise".

Não é necessária a adoção da percepção filosófica niilista de Kuhn, ou de sua implicação de que nenhum paradigma é ou pode ser melhor que qualquer outro, para perceber que sua visão menos romântica soa verdadeira tanto para história quanto para a sociologia.

Mas se a visão romântica ou Panglossiana padrão não funciona nem mesmo para as ciências duras, *a fortiori* ela deve estar completamente errada em uma "ciência mole" tal qual a economia, em uma disciplina onde não se pode testar em laboratório, e onde disciplinas ainda mais moles como política, religião e ética necessariamente impactam a perspectiva econômica de alguém.

Portanto, não pode haver qualquer tipo de presunção econômica de que o pensamento tardio é melhor que o anterior, ou que todos os economistas famosos contribuíram o seu bocado para o desenvolvimento da disciplina.

Pois isso torna muito provável que, ao invés de todos contribuírem para um edifício sempre progressivo, a economia possa estar (e está) procedendo de forma contenciosa, até mesmo em um estilo zigue-zague, com falácias sistêmicas tardias algumas vezes desconsiderando paradigmas prévios, porém mais sensatos, assim mudando a direção do pensamento econômico para um caminho completamente errôneo ou até mesmo trágico. O trajeto geral da economia pode ser para cima, ou pode ser para baixo, dado qualquer espaço de tempo.

Nos anos recentes, a economia, adentrou dentro da influência dominante do formalismo, do positivismo e da econometria, e enfeitando-se como uma ciência dura, demonstrou pouco interesse em seu próprio passado.

Essa foi sua intenção, assim como qualquer ciência "real", estar no livro didático mais recente ou artigo de jornal do que explorando sua própria história. Afinal de contas, os físicos contemporâneos ficam muito tempo lendo atentamente textos sobre óptica do século dezoito?

Na última ou duas últimas décadas, entretanto, o reinado do paradigma Walrasiano-Keynesiano neoclássico formalista vem sendo cada vez mais questionado, e a voraz "situação de crise" Kuhniana se desenvolveu em várias áreas da economia, preocupando-se com sua própria metodologia.

No meio dessa situação, o estudo da história do pensamento regressou significantemente, estudo esse que desejamos e esperamos

que se expanda nos anos seguintes.[6] Pois se conhecimento enterrado e perdido em paradigmas pode ser esquecido com o passar do tempo, então estudar economistas velhos e escolas de pensamento não precisa ser apenas por propósitos antiquados ou para examinar como a vida intelectual procedeu no passado.

Economistas prévios podem ser estudados por sua contribuição ao esquecido, e, portanto, novo, conhecimento de hoje. Verdades valiosas podem ser aprendidas a respeito do conteúdo econômico, não apenas nos jornais mais novos, mas dos textos de pensadores há muito tempo mortos.

Mas estas são apenas generalizações metodológicas. A realização concreta de que conhecimento econômico importante foi perdido com o tempo veio até mim pelo revisionismo dos escolásticos que se desenvolveu nas décadas de 1950 e 1960.

A revisão pioneira veio na História da Análise Econômica de Schumpeter, e foi desenvolvida pelos trabalhos de Raymond de Roover, Marjorie Grice-Hutchinson e John T. Noonan. Acontece que escolásticos não eram simplesmente "medievais", mas começaram no século XIII e expandiram e floresceram durante o século XVI até o século XVII.

Longe de serem moralistas do custo de produção, os escolásticos acreditavam que o preço justo era qualquer preço estabelecido na "estimativa comum" do livre mercado. Não apenas isso: longe de serem teóricos ingênuos do trabalho ou do valor de custo de produção, os escolásticos podem ser considerados

"Proto-austríacos", com uma sofisticada teoria subjetiva da utilidade do valor e preço. Até mais, pois alguns dos escolásticos eram muito superiores aos atuais microeconomistas formalistas no que tange ao desenvolvimento de uma teoria dinâmica do empreendedorismo.

Além disso, no "macro", os escolásticos, começando por Buridan e culminando nos escolásticos espanhóis do século XVI, trabalharam

---

6 A atenção devotada nos anos recentes à brilhante crítica do formalismo neoclássico como totalmente dependente da mecânica obsoleta de meados do século XIX é um sinal de boas-vindas dessa recente mudança de atitude. Consulte Philip Mirowski, *More Heat than Light* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989).

em uma teoria monetária e de preços muito mais austríaca do que a teoria monetarista de oferta e demanda, incluindo fluxo de dinheiro inter-regional, e até mesmo com uma teoria de paridade de poder de compra das taxas de câmbio.

Parece não ser um acidente que essa revisão dramática de nosso conhecimento sobre os escolásticos foi trazida a economistas americanos, não geralmente estimados por seu vasto conhecimento em Latim, por economistas treinados por europeus imersos em Latim, língua na qual os escolásticos escreveram.

Esse simples ponto enfatiza outra razão para a perda de conhecimento no mundo moderno: A insularidade da língua de alguém (principalmente severa em países falantes de inglês) que esteve, desde a Reforma, rompendo com a uma vez existente comunidade europeia de estudiosos.

Uma razão pela qual o pensamento econômico continental frequentemente exerceu mínima, ou ao menos atrasada, influência na Inglaterra e nos Estados Unidos é simplesmente por essas não terem sido traduzidas ao inglês.[7]

Para mim, o impacto do revisionismo escolástico foi complementado e fortalecido pelo trabalho, de algumas décadas, do nascido alemão, historiador "austríaco", Emil Kauder. Kauder revelou que o pensamento econômico dominante na França e na Itália durante o décimo sétimo e especialmente décimo oitavo século também era "Proto-austríaco", enfatizando a utilidade marginal e escassez relativa como determinantes do valor.

A partir dessa base, Kauder procedeu com uma surpreendente compreensão do papel de Adam Smith que, de qualquer forma, segue diretamente de seu próprio trabalho e daqueles dos revisionistas escolásticos: que Smith, longe de ser o fundador da economia, era praticamente o oposto.

Pelo contrário, Smith realmente levou a sério, e quase completamente desenvolveu uma tradição Proto-austríaca de valor

---

7 No tempo presente, quando o inglês se tornou a língua franca Europeia e a maioria dos periódicos europeus publica artigos em inglês, essa barreira tem sido minimizada.

subjetivo, mas tragicamente desviou a economia para um caminho falso, uma rua sem saída da qual os austríacos tiveram que resgatar a economia um século depois.

Ao invés de valor subjetivo, empreendedorismo e ênfase nos preços reais do mercado e atividade de mercado, Smith largou isso tudo e trocou por uma teoria do valor-trabalho e um foco dominante no equilíbrio do imutável "preço natural" de longo prazo, um mundo onde empreendedorismo foi suposto como fora de existência. Sob Ricardo, essa troca infortuna no foco foi intensificada e sistematizada.

Smith não foi o criador da teoria econômica, nem o fundador do *laissez-faire* na economia política. Não somente eram os escolásticos analistas do, e confiantes no livre mercado e nas críticas a intervenção estatal; mas os economistas franceses e italianos do século dezoito eram muito mais orientados ao *laissez-faire* do que Smith, que introduziu inúmeras tagarelices e qualificações naquilo que foi, nas mãos de Turgot e outros, uma quase pura defesa do *laissez-faire*.

Acontece que, ao invés de venerado como criador da economia moderna ou do *laissez-faire*, Smith estava mais próximo da retratação de Paul Douglas na comemoração da riqueza das nações em Chicago de 1926: um precursor necessário para Karl Marx.

A contribuição de Emil Kauder não foi limitada a sua representação de Adam Smith como o destruidor de uma tradição sólida de teoria econômica, como o fundador de um enorme "zague" na imagem Kuhniana de uma história zigue-zague do pensamento econômico.

Também fascinante, senão mais especulativa era a estimativa de Kauder sobre a causa essencial de uma assimetria curiosa no curso do pensamento econômico em diferentes países. Por que é, por exemplo, que a tradição da utilidade marginal floresceu no continente, especialmente na França e na Itália, e então foi revivida particularmente na Áustria, ao passo que as teorias do valor-trabalho foram desenvolvidas especialmente na Grã-Bretanha?

Kauder atribuiu a diferença a uma profunda diferença de religiões: os escolásticos, então França, Itália e Áustria eram países católicos, e o Catolicismo enfatizou o consumo como o objetivo da produção e da utilidade ao consumidor e o lhe conferir satisfação, ao menos em moderação, como valiosas atividades e objetivos.

A tradição Britânica, ao contrário, começando com o próprio Smith, era calvinista, e refletia a ênfase calvinista no trabalho duro não somente como boa, mas como um grande bem em si mesma, ao passo que o aproveitamento do consumidor é no máximo um mal necessário, um mero requisito para continuar o trabalho e a produção.

Enquanto lia Kauder, considerei essa visão como um esclarecimento desafiador, mas essencialmente como uma especulação não comprovada. Entretanto, enquanto continuava estudando o pensamento econômico e embarquei na escrita desses volumes, concluí que Kauder estava sendo confirmado várias vezes.

Apesar de Smith ser um calvinista "moderado", ele era ao menos firme, e eu cheguei à conclusão de que a ênfase calvinista poderia ser levada em conta, por exemplo, para a de outra maneira, confusa defesa de Smith às leis de usura, assim como sua troca de ênfase do caprichoso, consumidor amante da luxúria como o determinante do valor, ao virtuoso trabalhador empenhando suas horas de labor no valor do produto material.

Mas se o calvinismo de Smith poderia ser levado em conta, e sobre o espanhol-português judeu que virou Quaker, David Ricardo, que certamente não era calvinista? Aqui me parece que pesquisas recentes no papel dominante de James Mill como mentor de Ricardo e importante fundador do "sistema Ricardiano" entraram fortemente em jogo. Pois Mill era um escocês ordenado como ministro presbítero e imerso em calvinismo:

O fato que, tarde em sua vida, Mill se moveu para Londres e se tornou agnóstico não tem efeito na natureza calvinista nas atitudes básicas de Mill para com a vida e o mundo. A grande energia evangélica de Mill, sua cruzada por melhoria social, e sua devoção ao trabalho duro (assim como a virtude calvinista cognata da poupança) refletiram em sua perspectiva de mundo calvinista por toda a vida.

A ressurreição do Ricardianismo por John Stuart Mill pode ser interpretada como sua devoção filopietista a memória de seu pai dominador, e a trivialização de Alfred Marshall aos esclarecimentos austríacos ao seu esquema neo-ricardiano também vieram de um altamente moralista e evangélico neo-calvinista.

Em contrapartida, não é acidente que a Escola Austríaca, o maior desafio à visão de Smith-Ricardo, não somente surgiu em um país

solidamente católico, mas cujos valores e atitudes ainda estavam fortemente influenciados pelo Aristotelismo e pensamento Tomista.

Os precursores germânicos da Escola Austríaca floresceram, não na protestante e anticatólica Prússia, mas nos estados germânicos que eram ou católicos ou politicamente alinhados mais com a Áustria do que com a Prússia.

O resultado dessas pesquisas foi a minha convicção crescente de que excluir a perspectiva religiosa, assim como a filosofia social e política, iria distorcer desastrosamente qualquer retrato da história do pensamento econômico.

Isso é certamente óbvio para os séculos antes do décimo nono, mas é verdade para aquele século também, ainda mais pelo aparato técnico empregar mais de uma vida do que a sua própria.

Em consequência dessas revelações, esses volumes são muito diferentes da norma, não só em apresentar uma perspectiva muito mais austríaca em contraste a uma visão neoclássica ou a uma institucionalista.

O trabalho inteiro é muito mais longo que a maioria, uma vez que insiste em trazer todas as figuras “menores” e suas interações, assim como enfatizar a importância de suas religiões e filosofias sociais assim como suas visões “econômicas” estritas. Mas eu espero que a extensão e inclusão de outros elementos não faça esse trabalho menos legível.

Pelo contrário, a história necessariamente significa narrativa, discussão de pessoas reais assim como suas teorias abstratas, e inclui triunfos, tragédias e conflitos, conflitos os quais eram recorrentemente morais, assim como puramente teoréticos.

Por isso, eu espero que, para o leitor, o tamanho indesejado seja compensado pela inclusão de muito mais drama humano do que geralmente é nos oferecido em outras histórias do pensamento econômico.

Agradecimentos

Esses volumes foram inspirados por Mark Skousen, do Colégio Rollings, Flórida, que me encorajou a escrever uma história do pensamento econômico de uma perspectiva austríaca. Em adição a fornecer a faísca, Skousen convenceu o Instituto de Economia Política a apoiar minha pesquisa durante seu primeiro ano acadêmico.

Mark primeiramente viu o trabalho com um tamanho padrão de Smith-aos-dias-presentes, um tipo de contra-heilbroner. Depois de ponderar o problema, entretanto, eu o disse que deveria começar por Aristóteles, uma vez que Smith era uma afiada deterioração de seus predecessores. Nenhum de nós percebia então o escopo ou largura da pesquisa que se seguiria.

É impossível listar todas as pessoas das quais eu aprendi em toda uma vida de instrução e discussão na história econômica e todas as suas disciplinas cognatas. Aqui eu terei que menosprezar vários deles e escolher alguns poucos.

A dedicação reconhece minha imensa dívida a Ludwig Von Mises por providenciar um imponente edifício de teoria econômica, assim como por seus ensinamentos, sua amizade e seu inspirador exemplo de sua vida.

E para Joseph Dorfman por seu revolucionário trabalho na história do pensamento econômico, sua ênfase na importância das coisas da história assim como das próprias teorias, e sua minuciosa introdução ao método histórico.

Eu tenho uma grande dívida com Llewellyn H. Rockwell Jr por criar e organizar o Instituto Ludwig Von Mises, estabelecendo-o na Universidade de Auburn, e construindo-o, em quase uma década, em um próspero e produtivo centro para a propagação e instrução de pessoas na Economia Austríaca.

Nem de longe o menor serviço do Instituto Mises para mim, foi anexar uma rede de estudiosos dos quais eu pudesse aprender. Novamente eu devo distinguir Joseph T. Salerno, da Universidade Pace, que fez um trabalho notavelmente criativo na história do pensamento

econômico; e aquele grande polímata e estudioso dos estudiosos, David Gordon do Instituto Mises, cuja produção substancial em filosofia, economia e história intelectual integra apenas uma fração de sua erudição nesses e em vários outros campos.

Também agradeço a Gary North, diretor do Instituto de Economia Cristão em Tyler, Texas, por conduzir uma extensa biografia de Marx e do socialismo no geral, e por me introduzir nos mistérios das variedades do milenarismo, a-, pré- e pós. Nenhuma dessas pessoas, certamente, deve ser culpada por qualquer erro aqui contido.

A maior parte da minha pesquisa foi conduzida com o auxílio dos ótimos recursos das livrarias das Universidades de Columbia e Stanford, assim como a livraria na Universidade de Nevada, Las Vegas, suplementadas pela minha própria coleção de livros acumulada com os anos.

Uma vez que eu sou um dos poucos estudiosos que inflexivelmente permanece apegado aos escritos em papel de pouca tecnologia ao invés de adotar processadores de texto/computadores, eu estive dependente dos serviços de alguns datilógrafos/processadores de texto, dos quais eu particularmente mencionaria Janet Banker e Donna Evans da Universidade de Nevada, Las Vegas.

Em adição o autor e os publicadores desejam agradecer às seguintes pessoas que gentilmente deram permissão para o uso do material de direitos autorais.

Groenewegen, P.D. (ed.), *The Economics of A.R.J. Turgot*. Copyright 1977, by Martinus Nijhoff, The Hague. Reimpresso com permissão da Kluwer Academic Publishers.

Rothkrug, Lionel, *Opposition to Louis XIV*. Copyright 1965, renewed 1993, pela Princeton University Press. Reimpresso com permissão da Princeton University Press.

O autor gostaria particularmente de expressar sua apreciação pela eficiência e graciosidade da Sra. Berendina van Straalen, do Rights and Permission Debt, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, Países Baixos.

capítulo 1

J.B. Say: A Tradição Francesa em Roupagem Smithiana

1.1 A conquista smithiana da França

Um dos grandes quebra-cabeças na história do pensamento econômico, como indicamos no Volume 1, é o porquê de Adam Smith ter sido capaz de roubar a cena e desfrutar da reputação de "fundador da ciência econômica" em vez de Cantillon e Turgot, que haviam sido muito superiores, tanto como analistas econômicos técnicos quanto como defensores do *laissez-faire*.

O mistério é particularmente peculiar para a França, já que na Grã-Bretanha as únicas escolas competindo com os smithianos eram os mercantilistas e os aritméticos políticos. O mistério se aprofunda quando percebemos que o maior líder da economia francesa depois de Smith, Jean-Baptiste Say (1767-1832), estava *realmente* na tradição Cantillon-Turgot, ao invés de na Smithiana, mesmo apesar do fato que ele a negligenciou bastante e que tenha proclamado que a economia começou com Adam Smith.

Ele, Say, estava supostamente apenas sistematizando as incríveis, mas incautas verdades encontradas no *Riqueza das Nações*. Nós veremos abaixo a exata natureza do pensamento de Say e suas contribuições, bem como sua clareza lógica, decididamente "francesa", não-smithiana e "pré-austríaca", e sua ênfase no método lógico axiomático-dedutivo, na utilidade como a única fonte do valor econômico, no empreendedor, na produtividade dos fatores de produção e no individualismo.

Especificamente, em seu breve tratamento da história do pensamento em seu grande *Tratado de Economia Política*, Say não faz qualquer menção a Cantillon. Apesar da considerável influência de Turgot sobre sua doutrina, ele bruscamente dispensa Turgot como sendo sensato na política, mas desprovido de razão na economia e disse que a economia política começou de fato com o *Riqueza das Nações* de Adam Smith.

Esta curiosa e volitiva negligência de seus próprios antecessores é obscurecida pelo fato escandaloso de que há nem sequer uma

biografia de Say na língua inglesa, e pouquíssimas até mesmo em francês.

Talvez nós possamos entender esse desenvolvimento dado o seguinte. Na França, a economia foi por muito tempo associada com os fisiocratas, *les économistes*. A expulsão do cargo de controlador geral do grande Turgot em 1776 e a consequente dispensa de suas reformas liberais serviram para desacreditar o movimento fisiocrático inteiro. Turgot foi infelizmente considerado pela opinião pública como um mero companheiro de viagem da fisiocracia e como seu seguidor mais influente no governo.

Depois desta perda de influência política, os *philosophes* franceses e os principais membros da *intelligentsia* se sentiram livres para ridicularizar e zombar dos fisiocratas. Alguns dos aspectos do culto fanático da fisiocracia a deixou vulnerável ao escárnio, e os *encyclopédistes*, apesar de eles mesmos serem geralmente apoiadores do *laissez-faire*, lideraram o ataque.

O advento da revolução francesa acelerou a morte da fisiocracia. Em primeiro lugar, a Revolução foi ela mesma intensamente política demais para permitir muito interesse sustentado na teoria econômica. Segundo a devoção estratégica dos fisiocratas à monarquia absoluta tendeu a desacreditá-los em uma era em que o monarca havia sido deposto e destruído. Ademais, os fisiocratas, com sua ênfase na produtividade exclusiva das terras, foram associados com a devoção aos interesses dos aristocratas possuidores de terras.

A revolução francesa contra o governo aristocrático e contra a posição feudal de terras não tinha paciência para a fisiocracia. A impaciência foi agravada pela emergência do industrialismo e da revolução industrial, que crescentemente tornava obsoleta a devoção fisiocrática às terras.

Todos esses fatores serviram para desacreditar a fisiocracia totalmente, e já que Turgot foi infelizmente identificado como um fisiocrata, sua reputação desceu por água abaixo junto. Essa situação foi agravada pelo fato de que o antigo aliado, amigo próximo, editor e biógrafo de Turgot, foi o último dos fisiocratas, o estadista Pierre Samuel Dupont de Nemours (1739-1817), que acrescentou ao problema ao deliberadamente distorcer as visões de Turgot para que ele parecesse o mais próximo da fisiocracia o possível.

Originalmente, o *Riqueza das Nações* de Smith foi mal-recebido na França. Os fisiocratas, então dominantes, escarneceram-no como uma imitação vaga e pobre de Turgot. No entanto, o grande libertário Condorcet, que havia sido um amigo próximo e biógrafo de Turgot, escreveu notas admiradas encaixadas como apêndices a várias traduções francesas do *Riqueza das Nações*. E a viúva de Condorcet, Madame de Grouchy, continuou o interesse da família nos estudos smithianos ao preparar uma tradução francesa do *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Depois, na década de 1790, os fisiocratas remanescentes colaram-se agradecidamente na barra da saia dos smithianos. Smith, afinal, favorecia o *laissez-faire*, ele era quase excepcionalmente pró-agricultura, defendendo que o trabalho agrícola era a fonte-mãe da riqueza.

Como resultado, a maioria dos fisiocratas tardios se tornaram smithianos de primeira hora na França, liderados pelo Marquês Germain Garnier (1754-1821), o primeiro tradutor francês do *Riqueza das Nações*, que apresentava a doutrina smithiana para a França em seu *Abrège élémentaire des principes de l'économie politique* (1796).

1.2 Say, de Tracy e Jefferson

A liderança dos smithianos franceses foi rapidamente ganha por Jean-Baptiste Say, quando a primeira edição de seu grande *Traité d'Économie politique* foi publicada em 1803. Say nasceu em Lion, de uma família huguenote de mercadores têxteis, e ele passou a maior parte dos primeiros anos de sua vida em Geneva, e então em Londres, onde se tornou um aprendiz comercial.

Finalmente, ele voltou para Paris como um empregado de uma companhia de seguros de vida, e o jovem Say rapidamente se tornou um líder do grupo de *philosophes* do *laissez-faire* na França. Em 1794, Say se tornou o primeiro editor da principal revista desse grupo, *La Décade Philosophique*. Um defensor não somente do *laissez-faire* como também do *industrialismo* florescente da revolução industrial, Say era hostil à absurdamente pró-agrícola fisiocracia.

Os integrantes do grupo *Décade* chamavam a si mesmos de "ideologistas", mais tarde zombeteiramente traduzido por Napoleão como os "ideólogos". O conceito deles de "ideologia" significava simplesmente a disciplina de estudar todas as formas de ação humana, um estudo que deve ser respeitador dos indivíduos e de suas interações, e não uma manipulação positivista ou científica das pessoas como meras engrenagens para a máquina social.

Os ideólogos foram inspirados pelas visões e análises do Condillac tardio. O líder deles na psicologia fisiológica foi o Dr. Pierre Jean George Cabanis (1757-1808), que trabalhava próximo a outros biólogos e fisiólogos na *École de Médecine*. Seu líder nas ciências sociais era o rico aristocrata Anthony Louis Claude Destutt, Comte de Tracy (1754-1836).[1] Destutt de Tracy originou o conceito de "ideologia", que ele apresentou no primeiro volume (1801) de seu livro de cinco volumes, *Éléments d'ideologie* (1801-15).

De Tracy estabeleceu pela primeira vez suas perspectivas econômicas em seu *Comentário* de Montesquieu, em 1807, que permaneceu em sua forma de manuscrito por causa de suas perspectivas corajosamente liberais. No *Comentário,* Tracy ataca a monarquia hereditária e o governo de um só homem, e defende a razão e o conceito de direitos naturais universais. Ele começa refutando a definição de Montesquieu de liberdade como "vontade ao que se deve" {"willing what one ought"} passando à definição muito mais libertária de liberdade como a habilidade de querer e de fazer o que se lhe agrada.

No *Comentário*, Tracy dá primazia à economia na vida política, já que o principal propósito da sociedade é satisfazer, no curso da troca, as necessidades e os prazeres materiais do homem. O comércio, Tracy louva como "a fonte de todo o bem humano", e ele também saúda o avanço da divisão do trabalho como uma fonte de produção crescente, sem nenhuma das reclamações sobre "alienação" levantadas por Adam Smith.

Ele também enfatizou o fato de que "em todo ato de comércio, toda troca de mercadorias, ambas as partes se beneficiam ou {passam

---

1 Deveríamos também mencionar como proeminente no grupo ideólogo o historiador Constantin François Chasseboeuf, Comte de Volney (1757-1820).

a} possuir algo de maior valor do que aquilo que eles venderam". A liberdade de troca doméstica é, portanto, tão importante quanto a troca entre as nações.

Mas, Tracy lamentou, nesse idílio de livre troca e comércio, e de produtividade crescente, surge um empecilho: o governo. Impostos, ele pontuava, "são sempre ataques à propriedade privada, e são usados para despesas improdutivas e positivamente desperdiçadoras". No melhor dos casos, todos os gastos governamentais são um mal necessário, e a maioria, "tal como obras públicas, poderia ser mais bem desempenhada por indivíduos privados".

De Tracy se opunha amargamente à criação e adulteração governamental do dinheiro-corrente. Depreciação[2] é, simplesmente, "roubo" e o dinheiro de papel é a criação de uma mercadoria que vale apenas o papel é impressa. Tracy também atacou o crédito público, e falou em favor de um padrão de espécie, de preferência baseado na prata.

Quarto volume do *Éléments* de Tracy, o *Traité de la volonté* (*Tratado da Vontade*), foi, apesar de seu título, o tratado de Tracy sobre a economia. Ele havia agora chegado na economia como parte de seu grande sistema. Completo ao fim de 1811, o *Traité* foi finalmente publicado quando Napoleão foi deposto, em 1815, e incorporava e desenvolvia as ideias do *Comentário* sobre Montesquieu.

Seguindo o seu amigo e colega J. B. Say, Tracy agora enfatizava bastante o empreendedor como a figura crucial na produção de riqueza. Tracy foi algumas vezes chamado de teórico do valor da teoria do

---

2 N. do T.: Do inglês "debase" vem justamente a ser "de-preciar" no sentido de retirada, redução ou decréscimo da preciosidade, daquilo que é apreciado (assim, sendo sinônimo de "degradar" e suas variações no tocante ao dinheiro, moeda etc.); é nesse sentido que se fala da "depreciação da moeda", "depreciação do dinheiro", "depreciação da moeda-corrente" "depreciação do dinheiro-corrente" etc. Reduz-se a *tal preciosidade* tanto pelo aumento de outras ligas, reduzindo assim a quantia d*o aquilo* que é precioso — *e.g.*, supondo uma moeda com 10 gramas totais, e que essa tenha 9 gramas de ouro e 1 grama de outras ligas, aumenta-se outras ligas mantendo os mesmos 10 gramas totais, reduzindo, assim, a quantia de ouro por moeda — quanto pela mudança nominal.

trabalho, mas o "trabalho" foi entendido como altamente produtivo quando comparado com a terra. Ademais, "trabalho" para Tracy era em geral a atividade do empreendedor em poupar e investir os frutos de trabalho anterior.

O empreendedor, ele disse, guarda capital, emprega outros indivíduos, e produz uma utilidade além do valor original de seu capital. Somente o capitalista guarda parte do que ganha para reinvestir e produzir novas riquezas. Dramaticamente, Tracy concluiu: "empreendedores industriais são de fato o coração do corpo político, e o sangue deles é o seu capital."

Ademais, todas as classes têm um interesse conjunto nas operações do livre mercado. Não há tal coisa, Tracy penetrantemente pontuou, como "classes sem propriedade", já que, como Emmet Kennedy o parafraseia, "todos os homens têm ao menos a mais preciosa de todas as propriedades, suas faculdades, e os pobres têm tanto interesse em preservar suas propriedades como os ricos". [3]

No coração da ênfase central de Tracy nos direitos de propriedade estava, portanto, o direito fundamental de todo homem sobre sua própria pessoa e suas próprias faculdades. A abolição da propriedade privada, ele avisou, só resultaria em uma "igualdade de miséria", ao abolir o esforço pessoal. Ademais, já que não há classes fixas no livre mercado, todo homem é tanto um consumidor quanto um proprietário e pode ser um capitalista se poupar dinheiro, não há razão para esperar a igualdade de renda, dado que os homens diferem largamente em habilidades e talentos.

A análise de Tracy da intervenção governamental foi a mesma do que em seu *Comentário*. Todos os gastos governamentais são improdutivos, mesmo quando necessários, e todas seguem o princípio de viver da renda dos produtores e, portanto, são de natureza parasitária. O melhor encorajamento que o governo pode dar para a indústria é "deixá-la em paz", e o melhor governo é o mais parcimonioso.

Acerca do dinheiro, Tracy toma uma firme posição a favor do dinheiro sólido. Ele lamentou que os nomes das moedas não fossem

---

3 Emmet Kennedy, *Destutt De Tracy and the Origins of "Ideology"* (Philadelphia: *American Philosophical Society*, 1978), p. 199

mais simples unidades de peso de ouro ou prata. Ele via a depreciação das moedas claramente como roubo, e o dinheiro de papel como roubo em larga escala. O dinheiro em cédula, de fato, é simplesmente uma série gradual e escondida de depreciações sucessivas do padrão monetário. Os efeitos destrutivos da inflação foram analisados, e bancos monopolistas privilegiados foram atacados como sendo instituições "altamente prejudiciais".

Embora seguisse J.B. Say em sua ênfase no empreendedor, Tracy antecipou seu amigo em rejeitar o uso da matemática e da estatística nas ciências sociais. Tão cedo quanto em 1791, Tracy escrevia que muito da realidade e da ação humana simplesmente não é quantificável, e advertiu contra a aplicação "charlatã" da estatística às ciências sociais.

Ele anexou o uso da matemática em seu *Mémoire sur la faculté de penser* (*Memórias sobre a Faculdade do Pensar*) (1798), e em 1805 rompeu com a ênfase tardia de seu amigo Condorcet na importância da "matemática social".

Talvez influenciado pelo *Traité de* Say dois anos antes, Tracy afirmou que o método adequado das ciências sociais não era o de equações matemáticas, mas o desenvolvimento, ou dedução, das propriedades implícitas contidas nas verdades "originais" básicas, ou axiomáticas — em suma, o método da praxiologia. Para Tracy, o axioma verdadeiro e fundamental é que "o homem é um ser sensitivo", do qual verdades podem ser obtidas através da observação e da dedução, não através da matemática. Para Tracy, essa "ciência do entendimento humano" é a fundação básica de todas as ciências humanas.

Thomas Jefferson (1743-1826) foi um amigo e admirador dos *philosophes* e ideólogos desde a década de 1780, quando ele foi ministro da França. Quando os ideólogos adquiriram algum poder político nos anos consulares de Napoleão, Jefferson se tornou um membro dos "*brain trust*" do *Institut National*, em 1801. Os ideólogos — Cabanis, DuPont, Volney, Say, e de Tracy — todos mandaram seus manuscritos a Jefferson e receberam encorajamento em retorno. Depois que terminou seu *Commentary* sobre Montesquieu, Tracy mandou o manuscrito para Jefferson e pediu-o para que o fizesse ser traduzido

para o inglês. Jeferson entusiasticamente traduziu, ele mesmo, uma parte do livro e então fez com que a tradução fosse finalizada e publicada pelo publicador do jornal da Filadélfia William Duane. Desta forma, o *Commentary* apareceu em inglês (1811), 8 anos antes de poder ser publicado na França. Quando Jefferson mandou a tradução publicada para Tracy, o encantado filósofo ficou inspirado para finalizar seu *Traité de la volonté* e mandou-o rapidamente para Jefferson, incentivando-o a traduzir o volume.

Jefferson ficou altamente entusiasmado sobre o *Traité*. Apesar de ele mesmo ter feito muito para preparar o caminho para a guerra contra a Grã-Bretanha em 1812, Jefferson estava desiludido com o crédito público, os altos impostos, o gasto governamental, a enchente de dinheiro de papel, e o florescimento de monopólios bancários privilegiados que acompanharam a guerra. Ele havia concluído que seu amado partido democrata-republicano havia na verdade adotado as políticas econômicas dos desprezados federalistas hamiltonianos, e o ataque furioso de Tracy contra essas políticas estimularam Jefferson a tentar fazer com que o *Traité* fosse traduzido para o inglês. Jefferson deu o novo manuscrito para Duane novamente, mas ele faliu, e Jefferson então revisou a tradução falha que Duane havia comandado. Finalmente, a tradução foi publicada como o *Treatise on Political Economy* (*Tratado sobre a Economia Política*), em 1818.[4]

O antigo presidente John Adams, cujas visões de dinheiro ultra sólido e do banco com espécie 100 por cento estavam próximas às de Jefferson, saudou o *Treatise* de Tracy como o melhor livro de economia já publicado. Ele enalteceu particularmente o capítulo de Tracy sobre o dinheiro como um que defendia "os sentimentos que nutri durante toda a minha vida". Adams acrescentou que

> bancos causaram mais dano à religião, moralidade, tranquilidade, prosperidade, e até mesmo à riqueza da nação, do que [...] jamais farão de bom.

---

4 Pode ser notado que o intermediário de De Tracy nas negociações com Jefferson sobre a tradução era seu amigo mútuo, o último dos fisiocratas, DuPont de Nemours, que emigrou para Wilmington, Delaware em 1815 para achar sua famosa dinastia manufatureira de pólvora.

> Sempre abominei e continuo a abominar todo o nosso sistema bancário, e morrerei abominando [...] cada banco de desconto, cada banco em que juro deva ser pago ou lucro de qualquer tipo feito pelo deponente, é simplesmente corrupção.

Tão cedo quanto em 1790, Thomas Jefferson havia elogiado o *Riqueza das Nações* como o melhor livro sobre economia política, junto com o trabalho de Turgot. Seu amigo Bispo James Madison (1749-1812), que foi presidente da William & Mary College por 35 anos, foi o primeiro professor de economia política nos Estados Unidos. Um libertário que havia enfatizado cedo que "nós nascemos livres", Bispo Madison havia usado o *Riqueza das Nações* como o seu livro-texto. Agora, em seu prefácio para o *Tratado* de Tracy, Thomas Jefferson expressou a "oração de coração" de que o livro se tornasse o texto americano básico na economia política. Por um tempo, William & Mary College adotou o *Tratado* de Tracy sob o incentivo de Jefferson, mas esse status não durou muito. Logo o *Tratado* de Say ultrapassou Tracy na corrida pela popularidade nos Estados Unidos.

O "pânico" calamitoso de 1819 confirmou Jefferson em suas inflexíveis visões sobre dinheiro sólido na bancagem. Em novembro daquele ano, ele elaborou uma proposta de solução para a depressão, que ele caracteristicamente pediu que seu amigo William C. Rives introduzisse na legislatura de Virgínia sem revelar sua autoria. O objetivo do plano foi revelado sem rodeios: "A eterna supressão do papel de banco".

A proposta era reduzir gradualmente o meio-circulante até o nível de espécie pura; o governo do estado deveria compelir a completa retirada das notas bancárias em 5 anos e um quinto das notas deveria ser chamado e resgatado em espécie a cada ano.

Ademais, a Virgínia faria com que fosse um crime grave que qualquer banco passasse ou aceitasse notas bancárias de qualquer outro estado. Os bancos que recusassem o plano teriam seus alvarás perdidos ou então seriam forçados a resgatar todas as suas notas em espécie imediatamente. Em conclusão, Jefferson declarou que nenhum governo, estadual ou federal, deveria ter o poder de estabelecer um

banco; em vez disso, a circulação do dinheiro deveria consistir somente de espécie.

1.3 A influência do *Traité* de Say

J.B. Say foi tornado um membro do tribunal governante durante o regime consular napoleônico em 1799. Quatro anos depois, seu *Traité* foi publicado, rapidamente estabelecendo-o como o excepcional interpretador do pensamento smithiano no continente europeu. O *Traité* passou por seis edições durante o tempo de vida de Say, a última em 1829, então com o dobro do tamanho da edição original. Em adição, o *Cours complet d'économie politique* (1828-30) foi reimpresso várias vezes, e o extrato do *Traité* impresso como o *Catéchisme d'Économie politique* (1817) foi reimpresso pela quarta vez pouco depois da morte de Say. Toda grande nação europeia traduziu o *Traité* de Say para sua própria linguagem.

Em 1812, Napoleão desceu o cacete nos ideólogos, um grupo que ele antes prestigiava, mas sempre detestou por suas visões políticas e econômicas liberais. Ele reconheceu os ideólogos como os maiores oponentes, na teoria e prática, de sua ditadura que ia se intensificando.[5] Napoleão forçou o Senado a purgar a si mesmo e ao tribunal de ideólogos, assim expulsando J.B. Say de seu cargo no tribunal. Os ideólogos eram filósofos, e os bonapartistas viam a própria filosofia como uma ameaça ao governo ditatorial. Como colocou Joseph Fievée, editor do *Journal de l'Empire* bonapartista, "filosofia é um meio de reclamar sobre o governo, ou ameaçá-lo quando ele se afasta dos princípios e dos homens da Revolução".[6]

---

5 Assim, em famoso discurso em Fevereiro de 1801, Napoleão denunciou os ideólogos como as classes mais danosas de homens. Eles eram "falsos e ideólogos. Eles sempre têm lutado contra a autoridade existente", esbravejou ele. "Sempre desconfiando da autoridade, até mesmo quando ela estava em suas mãos, eles sempre se recusaram a dar a ela a força independente para resistir às revoluções". Veja Kennedy, *op. cit.*, nota 2, pp. 80ff.

6 Ou, como Emmet comentou, "a teoria política não poderia ser tolerada em um estado onde a política não era". *Ibid.*

Dois anos depois, pouco depois de se tornar o imperador, Napoleão foi novamente atrás de Say, recusando-se a permitir que uma segunda edição do *Traité* fosse publicada a não ser que Say mudasse um capítulo ofensivo. Quando Say se recusou a fazê-lo, a nova edição foi suprimida. Expulso do governo francês, Say se tornou um manufatureiro de algodão bem-sucedido por 10 anos. De fato, Say tornou-se um dos manufatureiros dominantes da moda na França. Como escreve seu biógrafo, Say estava "intimamente envolvido na emergência da indústria de larga escala. Ele foi, com efeito, um dos mais memoráveis tipos desses manufatureiros do Consulado e do Império, desses primeiros grandes empreendedores que buscaram colocar o novo processo tecnológico em operação".[7]

Depois da queda de Napoleão em 1814, a segunda edição do *Traité* foi finalmente publicada, e em 1819, Say embarcou em uma nova carreira professoral, primeiro no *Conservatoire National* e finalmente no *College* da França. O admirante Jefferson, ele próprio um iniciado no pensamento econômico *laissez-faire*, assegurou Say de que ele encontraria um clima acolhedor nos Estados Unidos. O Presidente Madison juntou-se a Jefferson nesses desejos. Em verdade, Jefferson queria oferecer a Say o professorado de economia política em sua recentemente fundada Universidade de Virgínia.

O *Traité* de Say exerceu grande influência na Itália. Inicialmente, o *Riqueza das Nações* de Smith teve pouco impacto na economia italiana. A Itália já havia tido uma tradição de livre troca florescente, notavelmente no sistemático *Meditações sobre Economia Política* (1771) (*Meditazioni sull'economia politica*) do Conde Milanês Pietro Verri (1728-97). Não houve menção a Smith no trabalho de 1780 do napolitano Gaetano Filangieri (1752-88), nos escritos do conde Giovanni Battista Gherardo D'Arco (1785), nem mesmo tardiamente, como a obra pelo livre comércio de Francesco Mengotti, *Il Colbertismo*

---

7 Ernest Teilhac, *L'Oeuvre économique de Jean-Baptiste Say* (Paris: Librairie Felix Alcan, 1927), pp. 24-6. Citado e traduzido em Leonard P. Liggio, "Charles Dunoyer and French Classical Liberalism", *Journal of Libertarian Studies*, 1 (Verão 1977), pp. 156-7.

(1792) – e isso com o *Riqueza das Nações* tendo sido traduzido para o italiano em 1779.

A expansão do regime revolucionário francês para a Itália trouxe a influência de Adam Smith junto com os soldados. Smith se tornou a principal autoridade econômica durante os primeiros anos napoleônicos. Depois de 1810, Say e Tracy tomaram a economia italiana. As visões de Say foram propostas no lúcido tratado *Elementi di economie politica* (1813), por Luca De Samuele Cagnazzi de Altamura (1764-1852), e no tratado por Carlo Bosellini de Modena, *Nuovo esame delle sorgenti della privata e della pubblica ricchezza* (1816). O corajoso abade Paolo Balsamo (1764-1816) espalhou as visões smithianas e as visões posteriores de Say pela Sicília, clamando pelo livre comércio na agricultura, e pela libertação da agricultura siciliana das restrições do feudalismo (particularmente em seu *Memorie economiche ed agrarie*, Palermo, 1803, e seu *Memorie inedite di pubblica economia*, Palermo, 1845).

O amigo e colega de Say, Destutt de Tracy, também exerceu influência enorme sobre a Itália. Seu *Elements* foi traduzido em uma edição de 10 volumes (Milão, 1817-19) pelo ex-padre Giuseppe Compagnoni (1754-1833). Ademais, no topo do governo revolucionário de Nápoles da década de 1820 estava o ancião estadista e filósofo Melchiorre Delfico, cabeça da junta revolucionária provisional e correspondente e admirador de Tracy e o seguidor de Tracy, Pasquale Borelli, cabeça do parlamento revolucionário napolitano.

Países espanhóis e países novos latino-americanos também foram influenciados por Tracy. Um dos líderes da revolução liberal espanhola de 1820 contra a monarquia absolutista foi Dom Manuel Maria Gutierrez, o tradutor do *Traité* para o espanhol (1817), e professor de economia política em Malaga. Ademais, um membro das Cortes Revolucionárias espanholas de 1820 foi Ramon de Salas, o tradutor do *Commentary* de Tracy, que voltou do exílio na França para ajudar na luta. E outro membro ainda das Cortes, J. Justo Garcia, havia traduzido o livro de Tracy sobre a *Lógica*. Na América Latina, o admirador e seguidor de Tracy, Berardino Rivadavia, tornou-se o presidente da

recentemente independente República da Argentina.[8] Tracy também se tornou altamente popular no Brasil bem como na Argentina, e na Bolívia sua "ideologia" se tornou a doutrina oficial das escolas estatais nas décadas de 1820 e 1830.

Não é surpreendente que a segunda onda de escritores smithianos na Alemanha tenha sido altamente influenciada pelo *Traité* de J.B. Say. Ludwig Heinrich von Jakob (1759-1827) foi, como Kraus, um filósofo kantiano bem como economista. Estudante da Universidade de Halle, ele se tornou professor de filosofia lá. Von Jakob publicou um tratado smithiano sobre princípios econômicos gerais, o *Grundsätze der Nationalökonomie* (*Princípios de Economia*) (Halle, 1805). Edições posteriores, até a terceira, publicada em 1825, incorporaram as emendas Sayitas. Ademais, von Jakob ficou tão impressionado com o trabalho de Say que traduziu o *Traité* para o alemão (1807) e para o russo. Von Jakob, de fato, ajudou a espalhar visões esclarecidas na Rússia de outras formas do que apenas publicando uma tradução de Say. Ele ensinou por um tempo na Universidade de Carcóvia, e foi um consultor de várias comissões oficiais em São Petersburgo.

O Sayita mais interessante e meticuloso na Alemanha foi Gottlieb Hufeland (1760-1817). Hufeland nasceu em Danzig, onde se tornou prefeito, e estudou em Göttingen e Jena, onde se tornou professor de economia política. Em seu *Neue Grundlegung der Staatswirtschaftskunst* (Giessen, 1807-13), Hufeland adotou todas as inovações importantes de J.B. Say — ou, mais precisamente, seu retorno à tradição francesa-continental, pré-smithiana. Assim, Hufeland trouxe novamente à tona o empreendedor, e cuidadosamente separou seus lucros puros de enfrentar o risco, de seu retorno em juros e do aluguel ou salário por suas habilidades de gerenciamento. Ademais, Hufeland adotou uma teoria da utilidade-escassez do valor, enfatizando a causa do valor como as valorações de um estoque de bens por consumidores individuais.

---

8 Por um tempo, Rivadaria também esteve trabalhando em uma tradução de Bentham.

A influência de Say e de Tracy na Rússia atinge um tom irônico. Em 1825, um dos principais dezembristas liberais, Pavel Ivanovich Pestel, que considerava o *Comentário* de Tracy como sua bíblia, tentou assassinar o governante absolutista czar Nicolau I. Nicolau, por sua vez, fez Pestel ser enforcado, mesmo ele próprio tendo sido educado no *Cours d'Economie Politique* smithiano e Sayita de Heinrich Freiherr von Storch.[9]

A tradução inglesa da quarta edição do *Traité* de Say apareceu em Londres em 1821 como *The Treatise on Political Economy*. A revista de livre comércio de Boston, a *North American Review*, reeditou o *Treatise* nos Estados Unidos no mesmo ano, com anotações americanas pelo defensor do livre comércio Clement C. Biddle. O *Treatise* de Say rapidamente se tornou e se manteve como o livro-texto mais popular sobre economia nos Estados Unidos por toda a guerra civil.[10] De fato, ainda estava sendo reimpresso como um texto de *college* em 1880. Durante esse período, o *Treatise* passou por 26 impressões americanas, em contraste com somente 8 na França.

Os escritos não traduzidos dos ideólogos tiveram uma influência inesperada na Grã-Bretanha. Thomas Brown, amigo e sucessor de Dugald Stewart na cadeira de filosofia moral em Edimburgo, era fluente em francês, e foi pesadamente influenciado pela filosofia de Tracy. Ademais, James Mill foi um discípulo do Dr. Brown em filosofia, e foi ele mesmo um admirador de Helvetius, Condillac e Cabanis. Não é surpreendente, portanto, que Mill tenha sido o primeiro na Grã-Bretanha a apreciar a importância da lei dos mercados de Say.

Não é de se admirar que a versão de Say do smithianismo tenha se tornado a obra econômica mais popular no continente europeu e nos Estados Unidos. Não sendo capaz de denominar-se fisiocrata, Say denominou-se um seguidor de Smith, mas ele o era amplamente

---

9 O *Cours* de Storch publicado na Rússia em 1815, foi reimpresso em Paris em 1823, com notas anexadas por Say. Storch acusou Say de roubo ao publicar a edição francesa sem seu consentimento, de modo que Say ripostou que Storch havia tirado o trabalho do próprio Say, de Tracy, Bentham e Sismondi.

10 A sexta e última edição americana de 1834, editado por Biddle, incorporou mudanças no final da edição francesa de 1826.

somente em nome. Como veremos, suas visões eram realmente pós-Cantillon e pré-austríacas, em vez de smithiana clássica.

Uma diferença crucial entre Say e Smith era a clareza e a lucidez límpidas do *Tratado* de Say. Say bem justamente chamou o *Riqueza das Nações* de um "vasto caos" e "uma coleção caótica de ideias justas jogadas indiscriminadamente no meio de um número de verdades positivas". Em outro ponto, ele chama a obra de Smith de "uma montagem promíscua dos princípios mais sãos [...], uma massa mal digerida de visões esclarecidas e de informação precisa". E novamente, com grande perceptividade, Say acusa que "quase toda porção dele [o *Riqueza das Nações*] é destituído de método".

Em verdade, foi precisamente a grande clareza de Say que, tendo o feito ganhar popularidade mundial, diminuiu sua apreciação entre os escritores britânicos que infelizmente governavam o tabuleiro do pensamento econômico. (O fato de que ele mesmo não era britânico sem sombra de dúvidas adicionou motivos a essa depreciação.) Em contraste ao incauto Smith, ou ao tortuoso e virtualmente ilegível Ricardo, a clareza e eloquência de Say, a facilidade de lê-lo, fê-lo suspeito. Schumpeter coloca isso muito bem:

> Seu argumento flui com uma limpidez tão lisa que o leitor dificilmente tem de parar para considerar e dificilmente irá experienciar a suspeita de que pode haver coisas mais profundas debaixo dessa superfície lisa. Isso trouxe-lhe [Say] sucesso arrebatador com os muitos; custou-lhe a boa vontade dos poucos. Ele algumas vezes viu, sim, verdades importantes e profundas; mas quando ele as observou, pontuou-as em sentenças que são lidas como trivialidades.

Porque ele foi um escritor esplêndido, porque evitava a áspera e tortuosa prosa de Ricardo, porque, na frase de Jefferson, seu livro era "mais curto, mais claro e mais são" do que o *Riqueza das Nações*, os economistas então e depois tendem a confundir a fluidez da superfície

com superficialidade, assim como tão frequentemente confundem vagueza e obscuridade com profundidade. Schumpeter adiciona:

> Assim, ele nunca teve o que merecia. O grande sucesso como livro-texto do Traité — em nenhum outro lugar maior do que nos Estados Unidos — apenas confirmou os críticos contemporâneos e posteriores em seu diagnóstico de que ele era apenas um popularizador de Smith. De fato, o livro se tornou tão popular justamente porque ele pareceu poupar leitores sedentos ou mal preparados do problema de tatear pelo Riqueza das Nações. Essa era substancialmente a opinião dos ricardianos, que [...] o desprezaram como escritor — veja comentários de McCulloch sobre ele no Literatura da Economia Política — que somente havia sido capaz de se elevar à sabedoria smithiana, mas falhou em se elevar à ricardiana. Para Marx, ele é apenas o 'insípido' Say.[11]

1.4 O método da praxiologia

Uma característica particularmente excepcional do tratado de J.B. Say é que ele foi o primeiro economista a pensar profundamente sobre a adequada metodologia de sua disciplina, e a basear seu trabalho, até onde ele podia, nessa metodologia. Dos economistas prévios e de seu próprio estudo, chegou ao método único da teoria econômica, que Ludwig von Mises chamaria, mais de um século depois, de "praxiologia".

Economia, Say percebeu, não tem por base uma massa de fatos estatísticos particulares e rudimentares. Ela tem por base, na verdade, fatos bastante gerais (*fait généraux*), fatos tão gerais e universais; e tão profundamente enraizados na natureza do homem e seu mundo que todos, ao aprenderem ou lerem sobre eles, dariam seu assentimento. Esses fatos foram baseados, por sua vez, na natureza das coisas (*la*

11 J.A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954), p. 491.

nature des choses), e nas implicações dedutivas desses fatos tão compreensivamente enraizados na natureza humana e na lei natural. Uma vez que esses fatos amplos são verdadeiros, suas implicações lógicas precisam ser verdadeiras também.

Em sua introdução ao *Tratado*, que estabelece a natureza e implicações metodológicas de seu trabalho, Say começa sendo crítico aos fisiocratas e a Dugald Stewart por terem confundido as ciências da política com a da economia política. Say viu que se era para a economia, ou economia política, progredir, ela deveria se levantar sobre seus próprios pés como uma disciplina sem estar intimamente misturada do início com a ciência política — ou a ciência que avança os princípios corretos da ordem política. A economia política, escreveu Say, é a ciência da riqueza, sua produção, distribuição e consumo.

Say procede à menção da popularidade do método baconiano de indução a partir de uma massa de fatos na formação de uma ciência, mas então adiciona que há dois tipos de fatos, "objetos que existem" e "eventos que ocorrem". Claramente, objetos que existem são primários, já que os eventos que ocorrem são somente movimentos ou interações de objetos existentes. As duas classes de fatos, notou Say, constituem a "natureza das coisas", e "uma observação cuidadosa da natureza das coisas é a única fundamentação de toda e qualquer verdade".

Os fatos também podem ser agrupados em dois tipos: *gerais* ou *constantes*, e *particulares* ou *variáveis*. Mais ou menos ao mesmo tempo que Stewart, mas muito mais compreensivelmente, Say então lançou-se a uma crítica brilhante do método estatístico, e da diferença dele para com a economia política. A economia política lida com fatos ou leis gerais:

> Economia política, a partir de fatos cuidadosamente observados, torna conhecida a nós a natureza da riqueza; do conhecimento de sua natureza deduz os meios para sua criação, descobre a ordem de sua produção, e os fenômenos que causam sua destruição. É, em outras palavras, uma exposição dos **fatos gerais** observados em relação à sua matéria de estudo. No que diz respeito à riqueza, é um conhecimento de efeitos e de suas

> causas. Mostra com o que os fatos estão constantemente conjuntos; de modo que um é sempre a sequência do outro.

Say acrescentou então um ponto importante, de que a economia "não recorre a nenhuma explicação adicional para a hipótese". Em suma, ao contrário das ciências físicas, as assunções da economia não são hipóteses hesitantes que, ou as deduções das quais, precisam ser testadas por fatos; ao contrário, cada passo da cadeia lógica repousa em fatos gerais definitivamente verdadeiros e não "hipotéticos". (Precisa ser acrescentado que é precisamente essa diferença crucial entre o método da economia e das ciências físicas que trouxe tanta contenção à cabeça da praxiologia durante o século XX.)

Em vez de enquadrar hipóteses, a ciência econômica precisa perceber conexões e regularidades "a partir da natureza de eventos particulares", e "precisa conduzir-nos de uma linha para outra, de modo que todo entendimento inteligente possa compreender claramente de que maneira a cadeia está unificada. "É isso", Say conclui, "que constitui a excelência do método moderno de filosofar".

Em contraste, estatísticas exibem fatos particulares, "de um país particular, em um período designado". Elas são uma "descrição em detalhes". Estatística, Say acrescentou, "pode gratificar a curiosidade", mas ela "nunca [pode] ser produtiva de vantagem" se não indica a "origem e consequências" dos fatos colecionados e isso só pode ser alcançado pela disciplina separada da economia política. É justamente a confusão dessas duas disciplinas que fez o *Riqueza das Nações* de Smith, nas palavras perceptivas de Say, uma "massa imetódica" e "irregular de especulações curiosas e originais, e de verdades conhecidas já demonstradas".

Uma diferença crucial entre a estatística e a economia política, Say continua, é que os princípios gerais ou "fatos gerais" desta podem ser descobertos e, portanto, podem ser conhecidos com certeza. Os princípios da economia política, sempre que residam "[n]as deduções rigorosas de fatos gerais inegáveis", "residem sobre uma fundação imóvel". Eles são o que Mises mais tarde chamaria de "apodíticos". A economia política, em verdade, "é composta de alguns princípios fundamentais, e de um grande número de corolários ou conclusões, desenhados desses princípios". Os fatos particulares da estatística, por

outro lado, são necessariamente incertos, incompletos, imprecisos e imperfeitos. E mesmo quando verdadeiros, Say corretamente nota, são "apenas verdadeiros por um instante". Novamente, na estatística, "quão pequeno é o número de fatos particulares que são completamente examinados, e quão poucos entre eles são observados sob todos seus aspectos? E ao supor que sejam bem examinados, bem observados e bem descritos, quantos deles ou provam nada ou diretamente o reverso do que era intencionado a ser estabelecido por eles [?]" E ainda assim o público ingênuo é frequentemente encantado por "uma mostragem de figuras e cálculos [...] como se cálculos numéricos sozinhos pudessem provar qualquer coisa, e como se alguma regra pudesse ser estabelecida, da qual uma inferência poderia ser extraída sem o auxílio do raciocínio sólido".

Say continua para uma crítica escaldante do uso das estatísticas sem teoria:

> Consequentemente, não há uma teoria absurda ou uma opinião extravagante que não tenha sido apoiada por um apelo aos fatos; e é por esses fatos, também, que autoridades públicas têm sido frequentemente enganadas. Mas um conhecimento de fatos, sem um conhecimento de suas relações mutuas, sem ser apto a mostrar o porquê de um ser uma causa e outro uma consequência, não é realmente melhor do que uma informação crua de um balconista de escritório [...]

Say, então, denuncia a ideia de que uma boa teoria não é "prática", e que o "prático" é de alguma forma superior ao teórico:

> Nada pode ser mais ocioso do que a oposição da **teoria** à **prática**! O que é teoria, se não um conhecimento das leis que conectam os efeitos com suas causas, fatos com fatos? E quem pode ser mais familiarizado com fatos do que o teórico que os inspeciona sob todos seus aspectos, e compreende suas relações entre eles? E o que é a prática sem a teoria, senão o emprego de meios sem saber como ou por que atuam?

Say então brilhantemente mostra por que é impossível que povos e nações "aprendam pela experiência" e adotem ou descartem teorias corretamente a partir dessa base. Desde o começo da era moderna, ele observa, a riqueza e a prosperidade têm aumentado na Europa ocidental, enquanto ao mesmo tempo nações-estado têm imposto restrições à troca e multiplicado a interferência do imposto. A maioria das pessoas então superficialmente o concluem que este *causou* aquele, que o comércio e a produção aumentaram como um resultado da interferência do governo. Por outro lado, Say e os economistas políticos argumentam o inverso, de que "a prosperidade dos mesmos países teria sido muito maior se eles tivessem sido governados por políticas mais liberais e esclarecidas". Como podem os fatos ou a experiência decidirem entre essas duas interpretações conflitantes? A resposta é que eles não podem; que somente a teoria correta, teoria deduzível a partir de alguns poucos fatos ou princípios universais gerais, pode. Esta é a razão pela qual, observa Say, "nações raramente derivam qualquer benefício das lições da experiência". Para que isto aconteça, "a comunidade como um todo deve ter a capacidade de medir a conexão entre as causas e suas consequências; que só aí já pressupõe um alto grau de inteligência e uma rara capacidade para reflexão". Portanto, para chegar na verdade, somente o conhecimento completo de alguns poucos fatos essenciais gerais é importante; "todo outro conhecimento dos fatos, como a erudição de um almanaque, é uma mera compilação, da qual nada resulta".

Ademais, em argumentos acerca das políticas públicas, quando "fatos" são alegadamente postos contra o "sistema" da teoria econômica, é na verdade um "sistema" teórico posto contra o outro, e, novamente, somente a refutação teórica pode prevalecer. Portanto, disse Say, se você fala sobre como o livre comércio entre as nações é vantajosa para todos os participantes, isto é acusado de ser um "sistema", ao qual é oposta a preocupação com o déficit na balança comercial – esta mesmo um sistema, mas um sistema falacioso. Aqueles que afirmam (como afirmaram os fisiocratas) que o luxo alimenta o comércio enquanto a poupança é ruinosa, estão estabelecendo um "sistema", e então, em uma prefiguração exata do multiplicador keynesiano, "alguns afirmarão que a circulação enriquece um estado, e

que a soma de dinheiro, ao passar por vinte mãos diferentes, é equivalente a vinte vezes seu próprio valor" – também um sistema.

Em uma surpreendente e perceptível prefiguração das controvérsias modernas, Say continua a explicar o porquê das deduções lógicas da teoria econômica deverem ser verbais, e não matemáticas. Os valores intangíveis dos indivíduos, com as quais a economia política se preocupa, são sujeitos à contínua e imprevisível mudança: "sujeitas à influência das faculdades, as vontades e os desejos da humanidade, não são suscetíveis a qualquer avaliação rigorosa, e não podem, portanto, fornecer quaisquer *dados* para cálculos absolutos". Os fenômenos do mundo moral, observou Say, não estão "sujeitos à computação aritmética estrita".

Por isso, podemos saber absolutamente que, em qualquer ano dado, o preço do vinho dependerá da interação de sua oferta, ou estoque a ser vendido, com a demanda. Mas para calcular estes dois elementos matematicamente, eles teriam que ser decompostos precisamente na influência separada de cada um de seus elementos, isto seria tão complexo que é impossível. Portanto:

> não somente é necessário determinar qual será o produto da safra que sucede, enquanto ainda exposto às vicissitudes do clima, mas também a qualidade que possuirá, a quantidade pertencida restante da safra anterior, a quantidade de capital que estará à disposição dos negociantes, e requerê-los, mais ou menos prontamente, para receber seus adiantamentos. Nós devemos também saber com certeza a opinião que será sustentada quanto à possibilidade de exportar o artigo, que dependerá totalmente de nossas impressões quanto à estabilidade das leis e do governo, que varia dia após dia, e sobre o qual nenhum dos indivíduos concorda exatamente. Todos esses dados, e provavelmente muitos outros ainda, devem ser avaliados precisamente, somente para determinar a **quantidade** a ser coloca em **circulação**; ela mesma apenas um dos elementos do **preço**. Determinar a **quantidade** a ser **demandada**, o preço pelo qual a mercadoria pode ser vendida

> deve já ser conhecido, já que a demanda por ele aumentará em proporção a sua barateza; devemos também saber o estoque prévio do produto já em mãos, e os gostos e os meios dos consumidores, tão variados quanto suas personalidades. A capacidade de compra deles variará de acordo com a condição mais ou menos próspera da indústria em geral, e de sua própria em particular; seus desejos também variarão na razão de seus meios adicionais a seu comando de substituir uma bebida por outra, tal como cerveja, cidra, etc. Eu suprimi um número infinito de considerações menos importantes, que afetam mais ou menos a solução do problema [...]

Resumidamente, o número enorme de determinantes imprecisas, oscilantes e quantitativamente desconhecidas fazem a aplicação do método matemático na economia impossível. E, portanto, aqueles que

> pretenderam fazê-lo, não foram capazes de anunciar essas questões em qualquer linguagem analítica, sem despojá-las de suas complicações naturais, através de simplificações e supressões arbitrárias, das quais as consequências, não devidamente estimadas, sempre mudam essencialmente a condição do problema e pervertem todos os seus resultados; de modo que nenhuma outra inferência pode ser deduzida de tais cálculos além de fórmulas arbitrariamente assumidas.

A matemática, aparentemente tão precisa, inevitavelmente acaba por reduzir a economia do completo conhecimento de princípios gerais a fórmulas arbitrárias que alteram e distorcem os princípios e, portanto, corrompem suas conclusões.

Mas como então deve o economista político, conhecendo os princípios gerais com certeza, aplicar estes princípios a problemas específicos como a condição do mercado do vinho? Aqui, também, Say antecipou as brilhantes conclusões de Ludwig von Mises sobre a relação devida entre teoria e história, teoria e aplicação específica. Tal teoria aplicada na economia, Say indicou, é mais uma arte do que uma ciência estrita:

> Qual o caminho então deve ser trilhado por um inquiridor prudente na elucidação de um assunto com tanto envolvido? O mesmo que deveria ser buscado por ele, sob circunstâncias igualmente difíceis, que decidem a maior parte das ações de sua vida. Ele examinará os elementos imediatos do problema proposto, e depois de ter os avaliado com certeza (o que na economia política pode ser efetuado), vai avaliar aproximadamente suas influências mútuas com a sagacidade intuitiva de um entendimento esclarecido, ele mesmo somente um instrumento por meio do qual o resultado intermediário de uma multidão de probabilidades pode ser estimado, mas nunca calculado com exatidão.[12]

J.B. Say então relata as falácias do método matemático na economia com os ensinamentos de seu grande mentor, o fisiologista Cabanis. Ele cita Cabanis sobre como escritores da mecânica distorcem gravemente as questões quando lidam com problemas da biologia e da medicina. Citando Cabanis:

> Os termos que eles empregaram estavam corretos, o processo de raciocínio estritamente lógico, e, ainda assim, todos os resultados estavam errados [...] é pela aplicação deste método de investigação a assuntos ao qual é de todo modo inaplicável, que os sistemas mais lunáticos, falaciosos e contraditórios têm sido mantidos.

Say então adiciona que o que quer que tenha sido pontuado acerca das falácias do método mecanicista na biologia é, *a fortiori*, aplicável às ciências morais, razão pela qual nós estamos "sempre sendo desvirtuados na economia política, sempre que tenhamos submetidos

---

12 Essa distinção entre certas teorias e suas aplicações por um "entendimento esclarecido" aproxima a distinção tardia de Mises distinção conceitual de teoria ("*Begreiffen"*) e entendimento ("*Verstehen*").

seus fenômenos ao cálculo matemático. Neste caso, torna-se a mais perigosa de todas as abstrações."

Finalmente, Say perceptivamente aponta para outro problema que, tanto então como agora, leva pessoas instruídas a deixar de lado os princípios e as conclusões da economia. Pois eles

> estão aptos demais a supor que a verdade absoluta está confinada ao método matemático e aos resultados da cuidadosa observação e experimento nas ciências físicas; imaginando que ciências morais e políticas não contém fatos invariáveis ou verdades indisputáveis, e, portanto, não podem ser consideradas ciências genuínas, mas meramente sistemas hipotéticos, mais ou menos engenhosos, mas puramente arbitrários.

Para reforçar este ponto de vista, as críticas da economia apontam para um grande número de diferenças de opinião nesta disciplina. Mas e daí? Say pergunta. Afinal, ciências físicas sempre foram tomadas pela controvérsia, algumas vezes se confrontando com "tanta violência e aspereza quanto na economia política".

O método matemático não foi o único sistema de abstração a sofrer demolição incisiva por J.B. Say. Say também era um crítico afiado dos métodos verbais de lógica que partiam para o empírico sem fundamento contínuo e repetida checagem em referência aos fatos gerais e universais. Esta era a maior crítica metodológica de Say contra os fisiocratas. "Ao invés de primeiro observar a natureza das coisas, ou o modo pelo qual elas se dão, de classificar estas observações, e daí deduzir delas proposições gerais" – isto é, ao invés de serem praxiologistas, os fisiocratas

> começaram estabelecendo certas proposições gerais abstratas, que eles chamaram de axiomas, ao supor que elas contivessem evidência inerente de sua própria verdade. Eles então prosseguiram a acomodar os fatos particulares naqueles e a inferir deles as suas leis; desse modo se envolvendo na defesa de máximas evidentemente em desacordo com o senso comum e a experiência universal [...]

Resumidamente, um sistema de teoria econômica não deve ser somente axiomático-dedutivo; deve sempre se assegurar de fundamentar esses axiomas em "senso comum e experiência universal".

Em sua Introdução à quarta edição, Say colocou restrições semelhantes contra David Ricardo e o sistema ricardiano. Ricardo, também, "às vezes argumenta baseado em princípios abstratos que ele generaliza demais". Ricardo, ele acusou, começa com observações fundamentadas em fatos, mas então "força seus raciocínios às suas consequências mais remotas, sem comparar os resultados com os resultados da experiência real". Depois de um certo ponto no raciocínio, "os fatos diferem bastante do nosso cálculo" e "a partir desse instante, nada na obra do autor é representado como realmente acontece na natureza". "Não é suficiente", Say conclui, "para partir de fatos; eles devem ser reunidos, firmemente perseguidos, e as consequências derivadas deles devem ser constantemente comparadas com os efeitos observados", de modo que

> a ciência da economia política [...] deve mostrar de que maneira aquilo se dá na realidade é consequência de outros fatos igualmente certos. Deve descobrir a cadeia que os liga, e sempre, da observação, estabelecer a existência dos dois vínculos em seu ponto de conexão.

1.5 Utilidade, produtividade e distribuição

Em contraste com o mainstream Smith-Ricardo dos smithianos que deram sequência à teoria do valor-trabalho (ou, no melhor dos casos, do valor-custo-de-produção), J.B. Say firmemente restabeleceu a análise de utilidade escolástica-continental-francesa. É a utilidade e somente a utilidade que confere o aumento ao valor de troca, e Say resolveu o paradoxo do valor para sua própria satisfação, descartando o "valor de uso" como não sendo relevante para o mundo da troca. Não somente isto: Say adotou uma teoria do valor subjetivo, já que ele acreditava que o valor está nos atos de valoração pelos consumidores. Em adição a serem subjetivos, estes graus de valoração são relativos, já

que o valor de um bem ou serviço está sempre sendo comparado com outro. Estes valores, ou utilidades, dependem de todo modo dos quereres, dos desejos e do conhecimento da parte dos indivíduos: "da natureza moral e física do homem, do clima em que ele vive, e das maneiras e da legislação de seu país, ele tem desejos do corpo, desejos da mente, e da alma; desejos para si mesmo, outras para sua família, outras ainda como um membro da sociedade". A economia política, Say sabiamente pontuou, deve tomar estes valores e estas preferências das pessoas como já dados, "como um dos *dados* de seu raciocínio; deixando ao moralista e ao homem prático os vários deveres de iluminar e guiar seus companheiros, tanto nisto como em outras particularidades da conduta humana".

Em alguns pontos, Say chegou na beira de descobrir o conceito de utilidade marginal, sem nunca de fato fazê-lo. Ele viu que as valorizações relativas de bens dependem dos "graus de estimação na mente do valorador". Mas desde que ele não descobriu o conceito marginal, ele não resolveu inteiramente o paradoxo do valor. Na verdade, ele fez muito menos bem em resolvê-lo do que seus predecessores continentais fizeram. E então Say simplesmente descartou o valor de uso e o paradoxo do valor como um todo, e decidiu se concentrar no valor de troca. No entanto, como resultado, ele não pôde mais do que Smith e seus sucessores britânicos dedicar muita energia para analisar o consumo ou o comportamento do consumidor.

Mas enquanto Say simplesmente descartou o valor de uso, Ricardo fez do paradoxo do valor e da infeliz distinção entre valor de uso e valor de troca a base para sua teoria do valor. Para Ricardo, o ferro valia menos do que o ouro porque o custo de trabalho de cavar e produzir ouro era maior do que o custo de trabalho de produzir ferro. Ricardo admitiu que a utilidade é "certamente a fundação para o valor", mas isto era aparentemente somente de interesse remoto, já que o "grau de utilidade" nunca pode ser à medida pela qual estimar seu valor. É verdade, mas Ricardo falhou em ver o absurdo em buscar tal medida em primeiro lugar. Seu segundo absurdo, como veremos abaixo, estava em pensar que o custo de trabalho provia tal medida "verdadeira" e invariável do valor. Como Say escreveu em suas anotações sobre a tradução francesa do *Principles* de Ricardo, "uma medida invariável do valor é uma quimera pura".

Smith, e mais ainda Ricardo, foram levados às suas teorias do custo do trabalho ao se concentrarem no preço "natural" a longo prazo dos produtos. A análise de Say foi bastante auxiliada por sua concentração realista na explicação do preço de mercado real.

Os custos, é claro, estão intimamente relacionados com a precificação dos fatores de produção. Uma questão que os teoristas do valor-custo têm dificuldade em responder é, se de fato os custos são determinantes, de onde *eles* vêm? São enviados por revelação divina?

Uma das anomalias da discussão de Say é que, mesmo sendo um teorista do valor subjetivo e da utilidade, ele incompreensivelmente rejeitou o insight de Genovesi e de seu próprio predecessor ideólogo, Condillac, de que as pessoas trocam uma coisa por outra porque elas valoram a coisa que adquirem mais do que a que entregam – de modo que a troca sempre beneficia ambas as partes. E ao negar este ganho mútuo, Say é inconsistente com muito de sua própria posição sobre a utilidade.

Ao rejeitar Condillac, Say é não somente nada generoso, como quase propositalmente obtuso. Primeiro ele nota que Condillac "mantém que mercadorias, que valem menos para o vendedor do que para o comprador, ganham valor do mero ato de serem transferidas de uma mão para outra". Mas Condillac insiste, por exemplo, que "valor igual é realmente dado por igual valor", de modo que quando o vinho espanhol é comprado em Paris, "o dinheiro pago pelo comprador e o vinho que ele recebe valem o mesmo" – para o que podemos perguntar, para *quem*? Ele então admite que o mesmo vinho valeria mais em Paris do que valeria se tivesse sido feito na Espanha, mas ele insiste que o aumento no valor do vinho se deu não "no momento em que este vinho foi passado para o consumidor, mas surge do transporte".

Mas St Clair incisivamente repreende Say: "na realidade, a transferência ao consumidor é a essência da transação; o longo transporte é subsidiário a este propósito; a mudança de localidade é primeiramente um meio a este fim, e não seria necessário se consumidores dispostos a comprar a mesma quantidade e pagar o mesmo preço pudessem ser achados imediatamente no local".

Say obstinadamente continua a atacar o insight de Condillac: "O vendedor não é um trapaceiro profissional, nem o comprador é ingênuo, e Condillac não está justificado em dizer que se os valores trocados fossem sempre iguais nenhuma das partes ganharia nada pela troca". Mas na realidade, é claro, Condillac estava totalmente correto; por que *deveria* alguém se importar com a troca de um *X* por um *Y* de igual valor?

St Clair reage brilhantemente em exasperação:

> Senhor, como esses economistas entendem errado uns aos outros! Condillac não sugere que o mercador de vinho é um vigarista e seu cliente um tolo; ele não sugere que o mercador roube quer o cliente, quer o produtor; sua doutrina é de que os produtos aumentam em utilidade e valor ao serem transferidos do produtor para o consumidor, e de que ambas as partes se beneficiam pela intervenção do mercador que suscita a troca. Para o produtor, o mercador é um encontrador de consumidores; para o consumidor, ele é um encontrador de mercadorias; com o mercador como um meio de troca, o produtor consegue um preço melhor por seu produto e o comprador consegue um melhor valor para seu dinheiro.[13]

Uma das maiores contribuições de Say foi aplicar a teoria da utilidade à teoria da distribuição, resumidamente, ao descobrir a teoria de produtividade da precificação, e portanto da renda, que acumula para os fatores de produção. Em primeiro lugar, Say pontuou que, em contraste com Smith, *todo* trabalho, não somente trabalho corporificado em objetos materiais, é "produtivo". De fato, Say brilhantemente pontuou que *todos* os serviços dos fatores de produção, sejam eles terra, trabalho ou capital, são *imateriais*, mesmo que possam resultar em um produto material.

---

13 Oswald St Clair, *A Key to Ricardo* (Nova York: A.M. Kelley, 1965), pp. 295-6.

Os fatores, resumidamente, proveem serviços imateriais no processo de produção. Este processo, como Say pontuou claramente pela primeira vez, não era a "criação" de produtos materiais. O homem não pode criar matéria; ele pode apenas *transformá-la* em diferentes formas e moldes, para satisfazer suas vontades mais completamente. A produção é este processo de transformação. No sentido de tal transformação, todo trabalho é produtivo "porque participa na criação de um produto", ou, metaforicamente, na criação de "utilidades".

Se, como pode acontecer, o trabalho foi gasto para nenhum benefício final, então o resultado é um erro: "insensatez ou desperdício da pessoa que exerce" o trabalho. Um exemplo de trabalho improdutivo é o crime, não somente uma atividade não-mercadológica como anti-mercado: nele, o "trabalho [esforço] é direcionado a despojar outra pessoa dos bens em sua possessão por meio de fraude ou violência [...] [ele] degenera para absoluta criminalidade e daí nenhuma produção resulta, mas somente uma transferência forçada da riqueza de um indivíduo para o outro".

J.B. Say também coloca claramente pela primeira vez a ideia de que os desejos são ilimitados. Escreveu Say: "não há objeto de prazer ou utilidade do qual o mero desejo não pode ser ilimitado, desde que todo o corpo esteja sempre pronto a receber o que quer que possa contribuir para seu benefício ou gratificação". Say denunciou a posição proto-galbraithiana do mercantilista britânico Sir James Steuart, ao exaltar uma redução ascética dos quereres como uma solução para o caso dos desejos ultrapassarem a produção. Say empilha o devido desprezo nessa doutrina: "Sobre este princípio, seria o ápice da perfeição produzir nada e não ter desejo, isto é, aniquilar a existência humana."

Infelizmente, Say então cai nessa mesma armadilha galbraithiana ao atacar o luxo e a ostentação, e ao manter que "desejos reais" são mais importantes para a comunidade do que "desejos artificiais". Say se apressa para adicionar, no entanto, que a intervenção governamental não é a forma apropriada de alcançar a devida afluência.

Na valoração ou precificação dos serviços dos fatores (ou, como Say colocaria, "agentes") da produção, Say adotou a tradição proto-

austríaca, em contraste com a tradição de Smith-Ricardo. Porque desde que o desejo humano subjetivo por qualquer objeto cria seu valor, e reflete sua utilidade, fatores produtivos recebem valor por causa de sua "habilidade para criar a utilidade de onde se origina aquele desejo". Ricardo, escreve Say, acredita que "o valor dos produtos é fundamentado no da agência produtiva", *i.e.*, que o valor dos produtos é determinado pelo valor de seus fatores produtivos, ou seu custo de produção.

Em contraste, Say declara, "o valor atual da execução produtiva é fundamentado no valor de uma infinidade de produtos comparados uns com os outros [...] cujo valor é proporcional à importância de sua cooperação no empreendimento da produção [...]". Em contraste com os bens de consumo, Say pontua, a demanda por fatores produtivos não se origina no prazer imediato, mas no "valor do produto que são capazes de fazer nascer, que em si se origina na utilidade daquele produto, ou a satisfação que é capaz de proporcionar". Resumidamente, o valor dos fatores é determinado pelo valor de seus produtos, que por sua vez é conferido pelas valorações e demandas do consumidor. A cadeia causal, tanto para Say quanto para os posteriores austríacos, é *das* valorações do consumidor *para* preços de bens de consumo *para* a precificação de fatores produtivos (i.e. para os custos de produção). Em contraste, a cadeia causal smithiana, e especialmente a ricardiana, é *do* custo de produção, especialmente o custo do trabalho, *para* os preços dos bens de consumo. Falando do valor "proporcional" de cada fator, Say mais uma vez chega no limiar de uma teoria da produtividade marginal da imputação do consumidor a valorações de fatores, e no limiar de uma análise de proporções variáveis. Mas ele não chega lá.

Say não se contentou com uma análise geral, mesmo que pioneira, da precificação de fatores produtivos. Ele procede para praticamente criar a famosa "tríade" da economia clássica: terra (ou "agentes naturais"), trabalho (ou "indústria", para Say), e capital. O trabalho opera sobre, ou emprega, "agentes naturais" para criar capital, que é então usado para multiplicar a produtividade em colaboração com a terra e o trabalho. Apesar do capital ser a criação prévia do trabalho, uma vez existente ele é usado pelo trabalho para aumentar a produção. Se há categorias de fatores de produção, que armadilha mais fácil de cair do que a de defender que cada categoria recebe o tipo de renda

atribuída a ela na linguagem comum: i.e. o trabalho recebe salários; a terra recebe aluguel; e capital recebe juros? Certamente uma abordagem de senso comum! E então Say a adotou.

Embora útil como uma primeira tentativa (com exceção do esquecido Turgot) de esclarecer a teoria da produção a partir da confusão de Adam Smith, esta clareza superficial vem ao preço de uma profunda falácia, que não seria desvendada até os austríacos. Em primeiro lugar, estas três categorias rigidamente separadas já começam a se desfazer na interessante ideia de Say de que os trabalhadores "emprestam" seus serviços a possuidores de capital e terra e assim ganham salários; que proprietários de terras "emprestam" sua terra ao capital e ao trabalho e ganham aluguem; e que capitalistas "emprestam" seu capital para ganhar juros.

Mas como exatamente esses pagamentos diferem? Como um aluguel como um preço de "empréstimo" se compara com os juros como empréstimo? E como os salários diferem dos juros ou do aluguel? Na verdade, a confusão é ainda pior, pois trabalhadores e proprietários de terras não "emprestam" seus serviços; eles não são credores. Pelo contrário, num sentido mais profundo, os capitalistas emprestam *a eles* dinheiro ao dá-los dinheiro em adianto da venda dos produtos aos consumidores; e então, trabalhadores e proprietários de terras são "devedores" dos capitalistas, e pagam *a eles* uma taxa natural de juros.

E, finalmente, esta tríade clássica se baseia em um equívoco básico, como Böhm-Bawerk eventualmente pontuaria, entre "capital" e "bens de capital". Capital como um fundo de poupanças ou empréstimo pode ganhar juros; mas *bens* de capital – que são os fatores físicos e reais de produção, e não os fundos monetários – *não* ganham juros. Como todos os outros fatores, os bens de capital ganham um preço, preço por unidade de tempo por seus serviços. Se me permite, bens de capital, terras e trabalhadores *todos* ganham tais preços, no sentido de "aluguéis", definindo um preço de aluguel como o preço de qualquer bem por unidade de tempo. Este preço é determinado pela produtividade de cada fator. Mas então de onde vêm os juros em fundos de capital?

Então, ao lidar com o problema dos juros, Say critica Smith e os smithianos por focarem no trabalho como o único fator de produção, e negligenciarem o papel colaborativo do capital. Atacando a resposta Smith-Ricardiana (e que depois seria a marxiana): que o capital é simplesmente trabalho acumulado, Say responde que sim, mas os serviços do capital, uma vez construídos, lá estão e continuam, e precisam ser pagos. Embora satisfatória o suficiente em um nível, a resposta não resolve o problema de onde o retorno líquido em fundos de capital vem, um retorno que Turgot e então os austríacos explicaram como o preço da preferência temporal, ou o fato, resumidamente, de que o capital não é somente trabalho acumulado mas também "tempo acumulado".

Apesar da falta de resolução do problema dos juros, Say prosseguiu com uma excelente análise do capital, no sentido de bens de capital, e seu papel crucial na produção e no aumento da riqueza econômica. O homem, ele pontuou, transforma agentes naturais em capital, para depois trabalhar com a natureza para chegar nos bens de consumo. Quanto mais ele constrói bens de capital – quanto mais ferramentas e maquinário – mais ele consegue aproveitar a natureza para fazer o trabalho ser crescentemente produtivo. Mais maquinário significa um aumento na produtividade do trabalho e uma queda no custo de produção. Tal aumento no capital é particularmente benéfico para a massa dos consumidores, já que a competição diminui o preço do produto, bem como o custo de produção. Ademais, maquinário aumentado permite uma qualidade superior do produto, e permite a criação de novos produtos que não estariam disponíveis na produção manufatureira. O enorme aumento na produção e nos padrões de vida liberam a energia humana da luta por subsistência para permitir o cultivo das artes, até mesmo das frivolidades, e, mais importante, para "o cultivo das faculdades intelectuais".

Say segue Smith em sua discussão da divisão do trabalho, e em pontuar que o grau da divisão é limitado pela extensão do mercado. Mas a discussão de Say é muito mais sólida. Ele mostra, primeiro, que expandir a divisão do trabalho exige uma grande quantia de capital, de modo que o investimento de capital se torna o ponto crucial, em vez de sua divisão *per se*. Ele também pontua, em contraste com Smith, que a especialização crucial do trabalho não é simplesmente *dentro* de uma

fábrica (como na famosa fábrica de alfinetes de Smith) mas se estende para toda a economia, e forma a base para todas as trocas entre produtores.

Say também viu que a essência de investir capital é *adiantar* pagamentos monetários para fatores de produção, um adianto que é compensado depois pelo consumidor. Assim, "o capital empregado em uma operação produtiva é sempre um mero adiantamento feito para o pagamento de um serviço produtivo, e embolsado pelo valor de seu produto resultante". Aqui ele capturou a essência da ideia austríaca do capital como um processo ao longo do tempo e que envolve o pagamento adiantado pela produção. Say também antecipou o conceito austríaco dos "estágios de produção". Ele pontuou que, ao invés de esperar um longo tempo pelo reembolso do consumidor, o capitalista, a cada estágio da produção, compra o produto do estágio anterior e, assim, reembolsa o conjunto anterior de capitalistas. Como Say lucidamente coloca:

> O minerador extrai o minério das profundezas da terra; o fundidor de ferro paga-o pelo minério. Aqui acaba a produção do mineiro, que é pago por um adiantamento a partir do capital do fundidor de ferro. Este então derrete o minério, refina-o e transforma-o em aço, que ele vende para o acerador; assim a produção do fundidor de ferro é paga, e seu adiantamento é reembolsado por um segundo adiantamento da parte do acerador, feito no preço do aço. Isso novamente, o acerador transforma em lâminas de barbear, o preço das quais compensam seu adiantamento do capital, e ao mesmo tempo paga por sua agência produtiva.

Generalizando:

> Cada produtor sucessivo faz o adiantamento para seu precursor do então valor do produto, incluindo o trabalho já gasto nele. Seu sucessor na ordem de produção, por sua vez, reembolsa ele, com a adição do valor que o produto pode ter ganho ao passar

> pelas mãos dele. Finalmente, o último produtor, que é geralmente o negociante de varejo, é compensado pelo consumidor pelo agregado de todos esses adiantamentos, mais a conclusão da operação performada por ele mesmo sobre o produto.

No fim, o dinheiro pago pelos consumidores pelo produto final, digamos lâminas de barbear, repaga os capitalistas por seus adiantamentos prévios pelos vários serviços dos fatores de produção.

Passando para salários e o mercado de trabalho, Say pontuou que os salários seriam altamente relativos ao preço do capital e da terra, enquanto o trabalho dificilmente é relativo aos dois outros fatores. Isto será também sempre que a terra for praticamente ilimitada em oferta; e/ou quando uma abundância de capital criar uma grande demanda por trabalho. Ademais, as taxas de salários serão proporcionais ao perigo, dificuldade, ou detestabilidade do trabalho, à irregularidade do emprego, à duração do treino, e ao grau de habilidade ou talento. Como Say coloca: "Cada uma dessas causas tendem a diminuir a qualidade do trabalho em circulação em cada departamento, e consequentemente a variar sua" taxa de salário. Ao reconhecer as diferenças do talento natural, Say avança para muito além do igualitarismo de Adam Smith e dos economistas neoclássicos desde a época de Smith.

No longo prazo, o capital ganhará o mesmo retorno em todas as firmas e indústrias; mas isso é verdade no longo prazo, uma vez que há inevitáveis imobilidades da terra, do trabalho e do capital. Para Say, os "lucros" ou juros sobre o capital vêm de seus serviços produtivos – novamente, uma confusão fundamental entre capital como um fundo, que ganha juros, e bens de capital, que são fatores produtivos e ganham preços e rendas por sua produtividade. Mas apesar deste erro básico, Say tinha muitas coisas sagazes para falar sobre os juros.

Ele foi possivelmente o primeiro economista, por exemplo, a mostrar que os prêmios pelo risco são adicionados à taxa básica de juros, de modo que devedores mais arriscados pagarão juros mais altos. O risco, ele pontuou, depende da segurança esperada do investimento, do crédito e caráter pessoais do mutuário, do histórico do mutuário, e da habilidade ou disposição do governo do país do devedor de forçar o pagamento do débito. Ademais, Say introduziu uma teoria do lucro

como inovação ao afirmar que como novos métodos de empregar o capital são mais incertos, eles são especialmente arriscados, e, então, eles tenderão a ser mais lucrativos. Portanto, os lucros da inovação são incluídos no risco.

Say também foi insistente em dizer que os juros sobre o mercado de empréstimo são determinados pela demanda por capital (a qual é diretamente proporcional) e pela oferta de capital (inversamente proporcional). Um defensor da liberdade do mercado de empréstimo, – "usura" para ele não era moralmente pior do que aluguel ou salários – ele também demonstrou que era uma falácia que a quantidade de dinheiro diminui ou aumenta a taxa de juros. Say perceptivamente pontuou que é um "abuso de palavras falar dos juros do dinheiro"; na verdade são juros sobre poupanças, não sobre o dinheiro, e empréstimos podem e de fato ocorrerem em espécie assim como em dinheiro. Escreve Say: a "abundância ou escassez do dinheiro ou de seus substitutos [...] não afeta mais a taxa de juros do que a abundância ou escassez de canela, ou trigo, ou de seda".

1.6 O empreendedor

Se Adam Smith livrou o pensamento econômico da própria existência do empreendedor, J.B. Say, para seu eterno crédito, o trouxe de volta. Não tanto de volta quanto nos dias de Cantillon e Turgot, mas o suficiente para continuar intermitentemente e "oculto" no pensamento econômico continental, mesmo que ausente do mainstream dominante do classicismo britânico.

A ênfase no mundo real, ao invés de no equilíbrio a longo-prazo, quase forçou uma volta ao estudo do empreendedor. Para Say, o empreendedor, o eixo da economia, toma para si mesmo a responsabilidade, a conduta, e o risco de administrar sua firma. Ele quase sempre possui algum do capital da firma, Say sendo familiar com o fato de que o empreendedor dominante e o tomador de risco na economia é aquele que também é um capitalista, um proprietário de capital. O proprietário de capital, de terra ou de serviço pessoal contrata esses serviços para o "locatário" ou empreendedor. Em retorno pelos pagamentos fixos desses fatores, o empreendedor toma para si mesmo

o risco especulativo de ganhar lucro ou sofrer prejuízo. “É um tipo de barganha especulativa, onde o locatário toma o risco dos lucros e do prejuízo, de acordo com a receita que pode ganhar, ou com o produto obtido pela agência transferida, que deve exceder ou estar aquém do aluguel ou emprego que ele deve pagar”.

O empreendedor, Say adiciona, age como um intermediário entre os vendedores e compradores, aplicando os fatores produtivos proporcionalmente à demanda pelos produtos. A demanda pelos produtos, por sua vez, é proporcional a suas utilidades e à quantidade de outros produtos que trocam por eles. O empreendedor constantemente compara os preços de venda dos produtos com seus custos de produção; se ele decide produzir mais, sua demanda por fatores produtivos aumentará.

Parte dos lucros acumulando ao capitalista-empreendedor serão o retorno padrão sobre capital. Mas além disso, Say declarou que haverá um retorno pela “característica peculiar” do empreendedor. O empreendedor é um gerenciador do negócios, mas seu papel, na visão de Say, é mais amplo: o empreendedor deve ter juízo, perseverança, e “conhecimento do mundo, bem como do negócio”, já que ele aplica o conhecimento ao processo de criar bens de consumo. Ele deve empregar trabalhadores, comprar matéria-prima, tentar manter os custos baixos, e encontrar consumidores para seu produto. Acima de tudo, ele deve *estimar* a importância do produto, a provável demanda por ele, e a disponibilidade dos meios de produção. E, finalmente, ele “deve ter um talento pronto para o cálculo para comparar os custos da produção com o provável valor do produto quando completo e levado ao mercado”. Aqueles que não têm essas qualidades serão mal sucedidos como empreendedores e sofrerão perdas e falências; os que permanecerão serão os habilidosos e bem-sucedidos capazes de lucrar.

Say foi crítico de Smith e dos smithianos por falharem em distinguir a categoria de lucro empreendedorial do lucro de capital, ambos os quais são misturados juntos nos lucros das empresas do mundo real.

Say também apreciou o empreendedorismo como a força motriz das alocações e ajustes na economia de mercado. Ele sumariza estes funcionamentos do mercado ao afirmar que as desejos dos consumidores determinam o que será produzido: “O produto mais

desejado está sempre em demanda; e aquilo que mais está em demanda dá o maior lucro para a indústria, capital, e terra, que são então preferencialmente empregados no aumento desse produto específico; e, *vice-versa*, quando um produto diminui em demanda, há menos lucro a ser ganho por sua produção; portanto, não é mais produzido".

Analistas astutos como Schumpeter e Hébert são críticos de Say como tendo uma visão do empreendedor como um gerenciador e organizador estático, ao invés de um portador dinâmico de risco e de incerteza. Nós não podemos compartilhar desta visão. Parece para nós que Say se baseia, ao invés, na tradição de Cantillon-Turgot do empreendedor como previsor e portador de risco.

De sua análise do capital, do empreendedorismo e do mercado, J.B. Say concluiu a favor do *laissez-faire*: "Os produtores eles mesmos são os únicos juízes competentes da transformação, da exportação e da importação destes vários assuntos e mercadorias; e cada governo que interfere, cada sistema calculado para influenciar a produção, só pode causar confusão."

1.7 A lei dos mercados de Say

Enquanto J.B. Say foi quase totalmente ignorado pelos economistas e historiadores *mainstream* do pensamento econômico, isto não é verdade para uma faceta relativamente menor de seu pensamento que se tornou conhecida como "a lei dos mercados de Say". O único ponto de sua doutrina que os ricardianos britânicos ativos e agressivos aprenderam com Say foi esta lei. James Mill, o "Lênin" do movimento ricardiano (veja abaixo), se apropriou da lei em seu *Commerce Defended* (1808), e Ricardo adotou de seu descobridor e mentor.[14]

---

14 Na primeira biografia anotada de economia já escrita, John R. McCulloch, junto com James Mill, o principal britânico ricardiano, notou de Say que ele era um escrito lúcido mas obstinadamenet recusou a aceitar todos os grandes

A lei de Say é simples e quase truística e evidente em si mesma, e é difícil escapar da convicção de que despertou uma série de tempestades só por causa de suas implicações e consequências políticas óbvias. Essencialmente, a lei de Say é uma resposta severa e apropriada aos vários ignorantes na economia, bem como aos egocêntricos que, em toda recessão ou crise econômica, começam a reclamar irritantemente sobre o terrível problema da "superprodução" geral ou, na linguagem comum da época de Say, um "excesso geral" de bens no mercado. "Superprodução" significa a produção em excesso de consumo: isto é, a produção é muito grande em geral se comparada ao consumo, e, portanto, os produtos não podem ser vendidos no mercado. Se a produção é muito grande em relação ao consumo, então isto é obviamente um problema do que é agora chamado de "falha de mercado", uma falha que deve ser compensada pela intervenção do governo. A intervenção teria que tomar uma ou ambas das seguintes formas: reduzir a produção, ou estimular artificialmente o consumo. O *New Deal* americano na década de 1930 fez ambos, sem nenhum sucesso em aliviar o alegado problema. A produção pode ser reduzida, como no caso do *New Deal*, pelo governo organizando cartéis compulsórios de negócios para forçar um corte em sua produtividade.

Estimular a demanda do consumidor tem sido o programa favorito dos intervencionistas por muito tempo. Geralmente, isso é feito pelo governo e seu banco central inflacionando a oferta de dinheiro e/ou pelo governo entrando em déficits pesados, seus gastos passando por um consumo substituto. De fato, os déficits do governo pareceriam ser o ideal para os defensores da ideia de superprodução/subconsumo. Pois, se o problema é produção excessiva e/ou gasto do consumidor muito baixo, então a solução é estimular muito consumo improdutivo, e quem melhor para isso do que o governo, que por sua própria natureza é improdutivo e até mesmo contraprodutivo?

---

avanços de Ricardo. O único insight criativo que McCulloch creditou a Say foi sua lei. John Ramsay McCulloch, *The Literature of Political Economy* (1845, Londres: *London School of Economics*, 1938), pp. 21-2.

Say compreensivelmente reagiu com horror a esta análise e à prescrição.[15] Em primeiro lugar, ele pontuou, os desejos do homem são ilimitados, e continuarão a ser até que atinjamos uma superabundância geral genuína – um mercado mundial com os preços de todos os bens e serviços caindo a zero. Mas neste ponto, não haveria problema em encontrar demanda do consumidor, ou, de fato, qualquer problema econômico. Não haveria necessidade de produzir, de trabalhar, ou de se preocupar em acumular capital, e nós estaríamos todos no Jardim do Éden.

Então, Say postula uma situação em que todos os custos de produção são no mínimo reduzidos a zero: "em tal caso, é evidente que não pode mais haver aluguel para a terra, juros sobre o capital, ou salários pelo trabalho, e consequentemente, nenhuma receita para as classes produtivas". O que então acontecerá?

> O que então, digo eu, estas classes não mais existiriam. Cada objeto de desejo humano se manteria no mesmo predicamento do ar ou da água, que são consumidos sem a necessidade de serem produzidos ou comprados. De maneira semelhante à que todos são ricos o suficiente para se proporcionarem com ar, também todos seriam ricos o suficiente para proporcionarem-se com qualquer outro produto imaginável. Este seria o ápice da riqueza. A economia política não mais seria uma ciência; nós não teríamos nenhuma ocasião para aprender o modo de adquirir riqueza; pois já a encontraríamos pronta em nossas mãos.

---

15 A discussão da lei de Say torna-se mais complicada pelo fato de Say, é claro, não deixar de lado alguma passagem ou sentença em particular e chamá-la de "minha lei". O *locus classicus* da lei de Say é geralmente considerado o Livro I, Capítulo XV do *Tratado*, e de fato foi antologizado como "a" declaração da lei. *Treatise*, pp. 132-40. Na verdade, existem passagens importantes e relevantes espalhadas por todo o Tratado, especialmente as pp. 109-19, 287-8 e pp. 303-4.

Já que, à parte do Jardim do Éden, a produção sempre deixa insatisfeitas os desejos do homem, isto significa que não há necessidade para se preocupar com qualquer falta de consumo. O problema que limita a riqueza e os padrões de vida é a deficiência da produção. No mercado, Say pontua, produtores trocam seus produtos por dinheiro e usam o dinheiro para comprar os produtos de outros. Esta é a essência da economia de troca, ou de mercado. Portanto, a oferta de um bem constitui, em sua base, a demanda por outros produtos. A demanda de consumo é simplesmente a encarnação da oferta de outros produtos, cujos proprietários estão buscando comprar os produtos em questão. É muito melhor ter uma demanda emergindo da oferta de outros produtos, como no livre mercado, do que o governo estimular a demanda do consumidor sem qualquer produção correspondente.

Pois o governo estimular o consumo por si mesmo "não é de nenhum benefício para o comércio; pois a dificuldade reside em ofertar os meios, não em estimular o desejo por consumo; e nós vimos que a produção, por si mesma, fornece os meios". Já que a demanda genuína vem somente da oferta dos produtos, e já que o governo não é produtivo, segue-se que o gasto do governo não pode verdadeiramente aumentar a demanda:

> um valor uma vez criado não é aumentado [...] ao ser tomado e gasto pelo governo, ao invés de por um indivíduo. O homem que vive da produção de outras pessoas não origina demanda para estas produções; ele meramente coloca a si mesmo no lugar do produtor, para o grande prejuízo da produção [...]

Mas se não pode haver superprodução geral além do Jardim do Éden, então por que os homens de negócios e observadores tão frequentemente reclamam de um excesso geral? Em certo sentido, um excedente de uma ou mais mercadorias significa simplesmente que *muito pouco* foi produzido de *outras* mercadorias pelas quais podem ser trocadas. Vendo de outra forma, já que sabemos que um aumento na oferta de qualquer produto diminui seu preço, então se um excedente não vendido de um ou mais bens existe, este preço deve baixar, assim estimulando a demanda de forma que toda a quantia será comprada.

Nunca pode haver qualquer problema de "superprodução" ou "subconsumo" no livre mercado porque os preços podem sempre cair

até que os mercados sejam esvaziados. Enquanto Say nem sempre colocou esta questão nestes exatos termos, ele viu claramente o suficiente, particularmente em seu *Letters to Malthus*, em sua controvérsia com o Rev. Thomas Robert Malthus sobre a lei de Say. Aqueles que reclamam da superprodução ou subconsumo raramente falam em termos de preço, e ainda assim estes conceitos são praticamente sem significado se o sistema de preços não for sempre tido em mente. A questão deve sempre ser: produção ou vendas *a que preço*? Demanda ou consumo *a que preço*? Nunca há nenhum genuíno excedente, ou "excesso", não vendido, seja específico ou geral sobre toda a economia, se os preços são livres para cair ao ponto de esvaziar os mercados e eliminar o excedente.

Ademais, Say escreveu em seu *Letters to Malthus*, "se a quantidade posta excede minimamente o desejo, isto é o suficiente para alterar o preço consideravelmente". É esta noção do que agora nós chamaríamos de "elasticidade", e resultante mudanças significativas no preço, que, para Say, leva muitas pessoas a confundir um "pequeno excesso" de oferta "com uma abundância excessiva".

As implicações de políticas de atendimento ao sistema de preços são cruciais. Significa que, para curar um excesso, seja este específico ou pervasivo, o remédio não é que o governo gaste ou crie dinheiro; é permitir que os preços caiam de modo que o mercado seja limpo.

Em seu *Letters to Malthus*, Say oferece o seguinte exemplo. Cem sacas de trigo são produzidas e trocadas por 100 peças de roupa (ou melhor, cada uma é trocada por dinheiro e então pela outra mercadoria). Suponha que a produtividade e a produção de cada uma são dobradas, e agora 200 sacas de trigo são trocadas por 200 peças de roupa. Como a superabundância ou superprodução afetará uma ou ambas as mercadorias? E se por produzir 100 unidades de cada produto, o produtor fizesse um lucro de 30 francos, por que não poderia o aumento na produção resultante e queda no preço de cada produto *ainda* garantir 30 francos de lucro para cada vendedor? E como pode o excesso geral surgir? Ainda assim, Malthus teria que manter que uma parte da nova produção de roupas não encontraria compradores.

Say então nota que Malthus, de certo modo, concedeu o ponto sobre os preços caírem por causa da produção aumentada, e então recuou para uma segunda linha de defesa: que "as produções cairão para um preço muito baixo para pagar pelo trabalho necessário para a sua produção". Aqui nós chegamos ao cerne das reclamações dos defensores da superprodução/subconsumo – se pudermos passar por seus conceitos nevoentos agregativos e sua verdadeira ou aparente negligência do fato de que um menor preço de qualquer produto pode sempre limpar o mercado.

Em resposta, Say notou que Malthus, tendo infelizmente adotado a teoria do valor-trabalho, negligenciou a adição dos serviços produtivos da terra e do capital ao trabalho nos custos de produção. De modo que a alegação é que os preços de venda cairão abaixo dos custos de produção.

Mas de onde vêm os "custos"? E por que eles seriam de algum modo fixos e exógenos ao próprio sistema de mercado? Como eles são determinados? Apesar de que Ricardo se juntou a Say na questão da superprodução, foi fácil para um seguidor britânico de Smith e Ricardo (como Malthus) nas teorias do valor como custo cair nesta armadilha e assumir que os custos são de algum modo fixos e invariáveis. Say, acreditando, como vimos, que os preços são determinados pelo preço de venda ao invés do contrário, foi impelido a uma visão muito mais clara e correta da questão toda. Voltando a seu exemplo, Say pontua que se os produtores de trigo e roupas dobrassem a quantidade produzida com os mesmos serviços produtivos, isto significa não somente que os preços do trigo e das roupas cairiam, mas também que a produtividade dos fatores aumentou em ambas as indústrias. Um aumento na produtividade dos fatores significa uma diminuição do custo. Mas isto significa que um aumento na produção não somente diminuirá o preço de venda; *também* diminuirá os custos, então não há razão para assumir tristes perdas ou mesmo uma diminuição do lucro se os preços caírem.

Aparentemente, Say continuou, Malthus está preocupado com os preços dos serviços produtivos permanecerem altos e, portanto, manterem os custos altos demais conforme a produção aumenta. Mas aqui Say brilhantemente traz um ponto brilhantemente perceptivo: os preços dos fatores produtivos precisam ser altos *por uma razão*; eles

não são preordenados a serem altos. Mas este alto salário ou aluguel em si mesmo "denota [precisamente] que o que buscamos existe, quer dizer, que há um modo de empregá-los de modo a fazer o produto ser o suficiente para pagar o que custou". Resumidamente, os preços dos fatores serem altos significa que o preço que se pagou por eles foi aumentado até este ponto por usos alternativos para eles. Se os custos desses fatores seriamente prejudicam ou apagam os lucros de uma firma ou indústria, isto é, porque esses fatores são mais produtivos em outro lugar e foram licitados mais alto para refletir este fato vital. O raciocínio de Say é marcantemente similar à resposta moderna do livre comércio ao argumento do "trabalho barato" em favor de tarifas protetivas. A razão pela qual o trabalho é *mais* caro, digamos, nos Estados Unidos ou em outro país industrializado, é que *outras* indústrias americanas licitaram mais alto por esses custos de trabalho. Estas indústrias são, portanto, mais eficientes do que a indústria sofrendo com a competição, e, assim, esta deveria recuar ou fechar e permitir que os recursos sejam liberados para campos mais eficientes e produtivos.

Em áreas mais periféricas, mas ainda relevantes, J.B. Say engajou em alguns exemplos amáveis e poderosos de argumento *reductio ad absurdum*. Assim, sobre a importância da demanda *vis-à-vis* a oferta, e sobre a questão dos excessos, ele perguntou o que teria acontecido se um mercador tivesse enviado um contêiner carregado para lugar da Cidade de Nova York no começo do século XVII. Claramente, ele não teria sido capaz de vender esta carga. Por que não? Por que este excesso? Porque ninguém na área de Nova York estava produzindo o suficiente de *outros bens* para trocar por esta carga. E por que este mercador teria certeza em vender esta carga hoje em dia na Cidade de Nova York? Porque hoje há produtores o suficiente na área de Nova York para fazer e importar produtos, "por meio dos quais eles adquirem aquilo o que é oferecido a eles por outros".

Teria sido um absurdo afirmar que o problema sobre a carga do século XVII era que havia produtores *demais* e consumidores *de menos*. Say adiciona que "os únicos reais consumidores são aqueles que produzem por sua parte, porque somente eles podem comprar os produtos de outros, [enquanto] [...] consumidores estéreis não podem

comprar nada, exceto por meio do valor criado por produtores". Ele conclui eloquentemente que "é a capacidade de produção que faz a diferença entre um país e um deserto".

O outra *reductio* potente, também em seu *Letters to Malthus*, é parte de sua defesa da inovação e do maquinário contra taxação sobre a superprodução. Malthus, nota Say, concede que o maquinário é benéfico quando a produção do produto é tão acentuada que o emprego neste campo também aumenta. Mas, Say adiciona, o novo maquinário é vantajoso até mesmo no aparente pior caso, quando a produção do bem particular não é aumentada e trabalhadores são dispensados. Porque, primeiro, tanto neste quanto naquele caso, a produtividade aumenta, os preços de venda caem, e os padrões de vida aumentam. Além disso, escreve Say, trazendo o *reductio*, ferramentas são vitais para a humanidade. Propor, como faz Malthus, a limitação e restrição da introdução de novo maquinário é argumentar implicitamente que "nós devemos (regredindo ao invés de avançando a carreira da civilização) sucessivamente renunciar a todas as descobertas que já fizemos, e fazer das nossas artes mais imperfeitas para multiplicar nosso trabalho e diminuir nossos prazeres".

Quanto aos trabalhadores desempregados pela introdução de novo maquinário, Say escreve que eles podem e vão mover-se para outro lugar. Afinal, ele adiciona acidamente, o empregador que traz maquinário novo "não os [os trabalhadores] compele a permanecerem desempregados, mas somente a buscarem outra ocupação". E muitas oportunidades de emprego se abrirão para estes trabalhadores, já que a rena na sociedade aumentou devido ao novo maquinário e produto.

Ressoando Turgot, Say também responde à preocupação de Malthus-Sismodi sobre o vazamento de poupanças de gastos vitais, pontuando que poupanças não permanecem sem serem gastas; elas são simplesmente gastas em outros fatores produtivos (ou *re*produtivos) em vez de no consumo. Em vez de prejudicar o consumo, a poupança é investida e, portanto, aumenta o futuro gasto do consumidor. Historicamente, a poupança e o consumo crescem juntos. E assim como não há limite necessário para a produção, também não há limite para o investimento e o acúmulo de capital. "Um produto criado foi uma brecha aberta para outro produto, e isto é verdade seja o valor dela gasto" no consumo ou adicionado à poupança.

Concedendo que às vezes as poupanças podem ser acumuladas, Say foi pela primeira vez menos que satisfatório. Ele pontuou corretamente que eventualmente o acúmulo será gasto, ou no consumo ou no investimento, já que, afinal, é para isto que o dinheiro serve. Ainda assim, ele admitiu que ele também deplorava o acúmulo. E ainda assim, como Turgot havia indicado, saldos de caixa acumulados que reduzem o gasto terão o mesmo efeito que a "superprodução" a um preço alto demais: a menor demanda diminuirá os preços em toda parte, saldos de caixa reais surgirão, e todos os mercados serão novamente limpos. Infelizmente, Say não compreendeu este ponto.[16]

Say, entretanto, foi novamente poderoso e contundente em sua crítica à crença de Malthus na importância de manter o consumo improdutivo pelo governo: a renda e o consumo por funcionários do governo, soldados, e pensionistas do estado. Say argumentou que estas pessoas vivem às custas da produção, enquanto consumidores produtivos agregam à oferta de bens e serviços. Say continuou acidamente: "Eu não consigo pensar que aqueles que pagam impostos estariam perdidos quanto ao que fazer com seu dinheiro se o coletor não viesse à sua assistência; ou suas vontades seriam mais amplamente satisfeitas, ou eles empregariam o mesmo dinheiro de forma reprodutiva".

Em contraste com seus oponentes, que desejavam que o governo estimulasse a demanda do consumidor, Say acreditava que os problemas de excesso, bem como a pobreza em geral, poderiam ser resolvidos ao aumentar a produção. E então ele em muitas passagens censurou a taxação excessiva, que aumentava os custos e preços dos bens, e aleijava a produção e o crescimento econômico. Em essência, J.B. Say contra-atacou as propostas estatistas dos subconsumistas

16 Ao deixar três importantes setenças em sua citação da sumarização de John Stuart Mill da Lei de Say, Keynes omite qualquer alusão do sistema de preços enquanto uma força equilibradora , John Maynard Keynes *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Nova York: Harcourt, Brace, 1936), p. 18. Sobre esse ponto, *veja* Hazlitt, *op. cit.*, nota 14, p. 23.

Malthus e Sismondi por um programa ativista próprio: o programa libertário de cortar o imposto.

Say combinou seus insights anti-imposto com sua crítica ao carinho de Malthus pelo gasto governamental através de um ataque pesado a Malthus e à dívida pública. Say notou que Malthus, "ainda convencido que há classes que prestam serviço para sociedade simplesmente por consumir sem produzir, consideraria uma infelicidade se todo ou boa parte da dívida nacional inglesa fosse paga". Pelo contrário, rebateu Say, isso seria um evento altamente benéfico para a Inglaterra. O resultado seria

> que os acionistas [detentores de títulos governamentais], sendo pagos, obteriam alguma renda a partir de seu capital. Que aqueles que pagam impostos gastariam eles mesmos as 40 milhões de libras esterlinas que eles agora pagam aos credores do Estado. Que os 40 milhões de impostos sendo retirados, todas as produções seriam mais baratas, e o consumo aumentaria consideravelmente; que isto forneceria trabalho ao trabalhador, ao invés de cortes de sabre, que agora são distribuídos a eles; e eu confesso que estas consequências não me aparentam ser de uma natureza aterrorizante para os amigos do bem-estar público.

1.8 A recessão e a tempestade sobre a lei de Say

Chegamos agora a uma questão final e crítica sobre a lei de Say. Por que a tempestade sobre a lei apareceu somente em dois grupos massivos? Pois o tempo da oscilante controvérsia sobre a lei não é acidental. J.B. Say cunhou a lei em 1803 e James Mill a trouxe para a Grã-Bretanha em 1808, convertendo Ricardo e seus discípulos. Mas por que não havia controvérsia particular sobre a lei até muito mais tarde? Especificamente, a tempestade explodiu em 1819, quando o economista franco-suíço Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842) publicou seu *Nouveaux principes d'économie politique* (Novos Princípios de Economia Política). O livro de Sismondi foi seguido, no próximo ano, pelo *Principles of Political Economy* (1820), do Rev. Thomas Robert Malthus. O ponto estranho é que esses dois homens

foram ardentes smithianos por duas décadas: por que publicar estas heréticas visões subconsumistas praticamente ao mesmo tempo?

A família aristocrata florentina de Sismondi havia se estabelecido na França, apenas como huguenotes a serem levados pela perseguição a se estabelecer em Genebra, o centro calvinista. Sismondi nasceu em Genebra, filho de um clérigo calvinista. Quando a radical influência da Revolução Francesa chegou em Genebra, os Sismondis se mudaram para Londres, onde o jovem Sismondi teve uma chance de estudar e de participar dos assuntos de negócios ingleses.

Sismondi se estabeleceu como um fazendeiro na Toscana no final da década de 1790, publicando um tratado fisiocrático sobre a agricultura toscana em 1801. Pouco depois, ele se tornou um fervoroso seguidor de Adam Smith, e publicou sua obra smithiana de dois volumes, *De La richesse commerciale* (*Da Riqueza Comercial*) em Genebra, no mesmo ano — 1803 — em que Say publicara seu famoso Traité. Enquanto Say disparou à influência e à fama, a obra de Sismondi foi ignorada, e permaneceu totalmente desconhecida fora da França. Talvez o ressentimento em relação a esse destino desempenhou um papel na conversão radical de Sismondi, incorporada em seu *Noveaux Principes*. Mas o momento, a indução para essa conversão, foi crítico, a saber: o final, em 1815, de uma geração de massivas guerras e inflação na Europa levou rapidamente e inevitavelmente à uma deflação e depressão pós-guerra. Recessões, especialmente em tais grandes escalas, eram um novo fenômeno na Europa; não havia, portanto, nenhum corpo de explicação teórica, e, assim, os típicos gritos empresarias de "excesso" ou de "superprodução" atingiram um estridente acorde entre muitos observadores. No caso de Sismondi, isso o levou direta e permanentemente a mergulhar num estatismo vitalício, incluindo a defesa de um abrangente estado de bem-estar social, uma profunda hostilidade ao capitalismo e ao sistema fabril, e um clamor pelo retorno a uma economia agrária simples. Na segunda edição de seu *Nouveaux Principes* em 1827, Sismondi, em seu prefácio, proclama a "nova economia" ou "novo liberalismo", o qual "invoca a intervenção do governo" em vez do *laissez-faire*.

A Sismondi foi oferecido um professorado de economia política na Universidade de Vilna sob a força de seu primeiro livro; o *Nouveaux Principes* o trouxe também uma oferta da Sorbonne. Mas Sismondi preferiu permanecer em Genebra, agitando uma notável série de obras históricas (incluindo uma história das repúblicas italianas na Idade Média de 16 volumes, e uma história dos franceses de 31 volumes), e tendendo à vida de um cavalheiro fazendeiro. Em sua fazenda ele lutou contra a superprodução à sua própria e tola maneira: assegurando que a produção seria a menor possível ao escolher os mais debilitados trabalhadores para o emprego na fazenda, e deliberadamente tendo sua casa reparada por um trabalhador incompetente. Pergunta-se por que ele não foi até o fim em seu viver a vida exemplar de subprodução, e parou de trabalhar ou de produzir de uma vez por todas. Cautelosamente amargurado com a falta de reconhecimento de suas visões socialistas, Sismondi escreveu pouco antes de sua morte em 1842: "Eu deixo este mundo sem ter causado a mínima impressão, e nada será feito". Seria isso se ele estivesse certo.

Muito mais que um impacto na época foi feito pela simultânea conversão ao subconsumismo pelo Rev. Malthus. Malthus, filho de um cavalheiro aristocrático do campo, graduado de Cambridge com honras em matemática, e foi ordenado no clero anglicano. Depois de servir como um parceiro de uma faculdade em Cambridge, Malthus se tornou um curador do campo, escrevendo seu famoso *Essay on Population* em 1798; Malthus era mais que o sombrio teórico da população que fez seu nome; ele era também um fervoroso economista smithiano. Em 1804, Malthus se tornou o primeiro economista acadêmico na Inglaterra; pegando uma cátedra de história e economia política no novo e pequeno East India College de Haileybury estabelecido pela Companhia das Índias Orientais para treinar futuros empregados. Não somente foi ele o primeiro, Malthus permaneceria como o único economista político acadêmico na Inglaterra pelas próximas duas décadas.

Malthus era um firme amigo de Ricardo, e seu rompimento com a tradição de Smith-Ricardo sobre o subconsumo não arruinou a amizade próxima deles. A controvérsia deu início a uma famosa correspondência entre eles, e, quando Ricardo morreu em 1823, ele deixou a Malthus um pequeno legado como um símbolo de sua *camaraderie*. Mais importante é o fato de que Malthus perdeu interesse

em sua heresia subconsumista depois de 1824 e rapidamente reverteu para ser um líder da economia clássica smithiana. Claramente, a razão da perda de interesse de Malthus foi o fato de que a Grã-Bretanha se recuperou da depressão pós-napoleônica depois de 1823, e a primeira tempestade sobre a lei de Say havia acabado.

Apesar do fato de que o interesse de Malthus em sua teoria de subconsumo fora gerado e mantido apenas pela recessão pós-guerra, sua doutrina era, estranhamente o suficiente, não uma teoria cíclica, mas sim uma alegada tendência dos livres mercados a uma permanente depressão. Deve também ser notado que Malthus não estava preocupado com as poupanças vazando em acumulação e permanecendo não gastas. Ele era um superproducionista, bem como um subconsumista, de modo que poupanças investidas só fazem as coisas piores ao aumentar a produção: "Se [...] mercadorias já são tão abundantes que uma porção adequada delas não é lucrativamente consumida, poupar capital pode apenas aumentar ainda mais a abundância de mercadorias, e diminuir ainda mais lucros já baixos".

Enquanto Say, em resposta a críticos, não entregou, é claro, uma teoria completa para explicar a recessão geral e a "superprodução" em relação a um preço de venda lucrativo, ele ofereceu alguns insights notavelmente prescientes os quais foram completamente negligenciados por historiadores, talvez porque eles foram apresentados em seu *Letters to Malthus*, em vez de no seu *Treatise*.

Primeiro, Say usa a depressão pós-guerra nos Estados Unidos, pois Malthus afirmara, em resposta a Say, que, visto que os EUA gozaram de impostos baixos e livres mercados, sua ausência não poderia ser a razão do excesso sofrido lá. Say muito sensatamente atribui os problemas básicos nos EUA à grande prosperidade que o país gozava enquanto neutro durante a maior parte das Guerras Napoleônicas, de modo que, não perturbado pelo bloqueio naval, suas exportações e seu comércio gozaram de atípica prosperidade. Assim, com o fim das guerras em 1815, e o rápido retorno das negociações marítimas europeias em ambos os hemisférios, foi descoberto que os EUA superexpandiram seus produtos mercantis e, em contraste, *sub*produziram bens agrícolas ou manufaturados. Assim, em um

sentido profundo, o problema não é a superprodução geral, mas uma superprodução de alguns bens e subprodução de outros. Do que os Estados Unidos estão sofrendo, então, é de subprodução desses outros bens. Os americanos poderiam ter usado a produção aumentada para trocar por mais bens oferecidos pelo ressurgente comércio marítimo europeu. Profeticamente, Say previu que "mais alguns anos e a indústria deles [dos americanos] de uma só vez formarão uma massa de produções, entre as quais irão ser achados artigos adequados para conseguir retornos lucrativos ou, pelo menos, lucros, os quais os americanos empregarão na compra de mercadorias europeias". E então os americanos e os europeus irão cada um produzir o que quer que eles sejam melhores e mais eficientes.

> Essas mercadorias as quais os europeus sucedem em fazer com o menor gasto serão levadas para a América, e aquelas às quais o solo e indústria americanos sucedem em criar a uma taxa menor que outros, será trazida de volta. A natureza da demanda determinará a natureza das produções; cada nação empregará a si mesma em preferência sobre aquelas produções as quais elas têm o maior sucesso; isto é, a qual eles produzem com o menor gasto, e trocas mutua e permanentemente vantajosas serão o resultado.

E quanto aos negócios europeus? Qual é o problema lá? Por que estão em depressão? Aqui, Say põe o dedo no coração do problema: "custos de produção multiplicados em excesso". Em suma, o problema com a depressão europeia não era que havia uma "superprodução geral", mas que os empreendedores licitaram muito para cima os custos de produção (preços dos fatores), de modo que os consumidores não estavam dispostos a comprar os produtos a preços altos o suficiente para cobrir custos. O problema, de fato, não era nem a produção de bens demais nem não comprar o suficiente, mas uma licitação para cima dos custos a um nível muito alto. Say continua a dizer que esses custos excessivos criaram "desordens [...] na produção, distribuição e consumo de valor produzido, desordens que frequentemente trazem ao mercado quantidades maiores do que os desejos, mantendo recuados aqueles que venderiam, e cujos donos empregariam seus preços na compra do primeiro". Em suma, a licitação para cima de custos em

excesso de alguma maneira distorceu a estrutura de produção de modo a causar uma superprodução de alguns bens e uma subprodução de outros.

Depois destas passagens, impregnadas com alusões da posterior teoria austríaca dos ciclos econômicos, Say infelizmente passa pela tangente ao atribuir os custos em excesso à taxação da indústria e do mercado. Mas então ele retorna com uma notavelmente perceptiva passagem, atribuir a aparente "superabundância" à ignorância e erro massivo por parte dos empreendedores:

> Essa superabundância [...] depende também da ignorância de produtores ou de mercadores, da natureza e extensão dos desejos nos lugares aos quais eles enviam suas mercadorias. Em anos posteriores houve um número de perigosas especulações por causa das muitas conexões recém estabelecidas com diferentes nações. Havia em todos os lugares uma falha geral daquele cálculo que era requisito para um bom resultado [...]

Em suma, o problema é centrado em uma falha geral de previsão empreendedorial e de "cálculo" levando ao que seria uma excessiva licitação para cima de custos. Infelizmente, Say não persegue esse ponto crucial para questionar por que uma falha empreendedorial tão incomum deveria ter acontecido. Mas ele continua para antecipar o importante ponto de von Hayek sobre empreendedores e produtores, empregando o mercado como uma experiência de aprendizado, para se tornarem melhores em estimar custos e demandas no mercado. Say escreve:

> mas, porque muitas coisas foram mal feitas, segue-se que é impossível, com melhor instrução, fazer melhor? Eu ouso prever que, conforme as novas conexões envelhecem, e conforme desejos recíprocos são melhor apreciados, o excesso de mercadorias cessará em todos os lugares, e que uma relação mútua e lucrativa irá ser estabelecida.

Com a recuperação da Europa da depressão pós-guerra, a lei de Say — pelo menos a forma mais vulgarizada adotada pela escola clássica britânica[17] — tornou-se mais absolvida no pensamento econômico mainstream e foi desafiada apenas por resmungões e malucos que propriamente constituíam o que Keynes mais tarde chamou de "o submundo" da economia. Estes habitantes foram ressuscitados por John Maynard Keynes em seu *General Theory*, que, escrito durante as profundezas de outra e ainda mais intensa depressão (1936), clamou por todos eles — de Malthus até outros sub consumistas e ao odioso mercador alemão-argentino Silvio Gesell (1862-1930), que clamava ao governo para que ele forçasse todos a gastar dinheiro em um breve período de tempo depois de recebê-lo. O objetivo de Gessel, como no caso de todos os mais flagrantes manivelistas monetários, era diminuir a taxa de juros até zero, uma meta que Keynes ecoaria depois em seu clamor pela "eutanásia do rentista [detentor de títulos]". É talvez adequado que esse Gesell, a quem Keynes chamou de "o profeta estrangeiro e injustamente negligenciado", tenha escalado em sua dúbia carreira ao se tornar o ministro das finanças da breve revolucionária República Soviética da Bavária em 1919.

A própria doutrina de Keynes seguiu na linha de Malthus e de outros, exceto que o subgasto em geral foi substituído por subconsumo como o alegado problema econômico crítico. Keynes fez uma denúncia da lei de Say a peça central de seu sistema. Ao afirmar isso, Keynes de forma má vulgarizou e distorceu a lei, deixando de lado o papel central

17 A vulgarização tomou duas formas. Muito da ênfase de Say sobre os ajustes de preços fora omitida, como o foi qualquer alusão à falha empreendedora em fazer lances altos de custos, ou na ideia de que classes específicas de superprodução e subprodução podem ser o que marca as recessões. Outro item foi a formulação de Mill de que "mercadorias pagam por mercadorias" em vez de todas as ofertas de bens e serviços pagam uma pela outra. Isso foi um legado da ênfase de Smith de que apenas o trabalho produtivo era incorporado em objetos materiais ou mercadorias.

do ajuste de preços[18], e fez a lei dizer simplesmente que o gasto total em produção equalizará as rendas totais recebidas na produção.[19]

Desde os dias de Keynes, os economistas conseguiram ofuscar a noção bem simples de Say através de túrgidas discussões sobre o alegado "princípio" ou "identidade" de Say, feito mais obscuro por um abundante uso da matemática, uma forma de alegada explicação particularmente fora de lugar quando se lida com um teórico tão anti-matemático como J.B. Say.

1.9 A Teoria Monetária

A excelente discussão sobre a moeda, assim como a maior parte do resto de sua doutrina, fora gravemente negligenciada pelos historiadores do pensamento. Ele começa desenvolvendo uma teoria de como o dinheiro se origina e que iria posteriormente ser desenvolvida em um famoso artigo de Carl Menger e formaria a base do primeiro capítulo de todo texto sobre dinheiro e serviços bancários por gerações. O dinheiro, ele apontou, se origina do escambo. Para facilitar trocas e superar as dificuldades do escambo, as pessoas no mercado começam a usar mercadorias particularmente comercializáveis como meio de troca. Especialmente, sob o escambo, todos, para comprarem um produto, precisam achar alguém que deseje seu produto específico, e isso logo

---

18 Ao deixar três importantes frases em sua citação da sumarização de John Stuart Mill da lei de Say, Keynes omite quaisquer alusões ao sistema de preços enquanto força de equilíbrio. John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest, and Money* (Nova York: Harcout, Brace, 1936), p. 18. Sobre esse ponto, veja Hazlitt, *op. cit.*, nota 14, p. 23.

19 Keynes também sumariza a lei de Say dizendo que sustentava que a "oferta cria sua própria demanda" — uma formulação seguida por praticamente todos os economistas desde Keynes, incluindo Schumpeter, Mark Blaug, Thomas Sowell e Axel Leijonhufvud. Como o Professor Hutt escreve, ao corrigir essa distorção: "Mas a oferta de ameixas não cria uma demanda por ameixas. E a palavra 'cria' é injudiciosa. O que a lei realmente afirma é que a oferta de ameixas constitui demanda pelo produto que o ofertante busca adquirir em troca das ameixas através do escambo, ou usando dinheiro em uma economia monetária." W.H. Hutt, *A Rehabilitation of Say's Law* (Athens, Ohio: Ohio University Press, 1974), p. 3 e 3n.

torna-se muito difícil. Assim: “o faminto cuteleiro precisa oferecer ao confeiteiro suas facas para pão; talvez o confeiteiro tenha facas o suficiente, mas quer um casaco; ele quer comprar um do alfaiate com seus pães mas o alfaiate não quer pão, mas sim a carne do açougueiro; e assim ao infinito”.

Como superar esse problema do que posteriormente chegou a ser chamado de “dupla coincidência de desejos”? Ao encontrar uma mercadoria geralmente mais comercializável a qual o vendedor tomará em troca:

> Ao se livrar dessa dificuldade, o cuteleiro, vendo que ele não pode persuadir o padeiro a tomar um artigo que ele não quer, ele irá usar seus maiores empenhos para ter uma mercadoria a oferecer, a qual o confeiteiro poderá prontamente trocar novamente por qualquer coisa que ele possa precisar. Se existe na sociedade qualquer mercadoria específica que é, em requisição geral, não simplesmente um registro de utilidade inerente, mas, na verdade, um registro da prontidão que é recebido na troca pelos artigos necessários de consumo [...] essa mercadoria é precisamente aquilo pelo qual o cuteleiro irá tentar barganhar suas facas; pois ele aprendeu da experiência que sua possessão irá conseguir para ele sem qualquer dificuldade, por um segundo ato de troca, pão ou qualquer artigo que ele possa querer.

Essa mercadoria é precisamente o dinheiro naquela sociedade.

Say então prossegue a uma, por agora familiar, análise de quais as mercadorias que são mais tendentes a serem escolhidas no mercado enquanto dinheiro. Uma mercadoria-dinheiro precisa ter um alto valor inerente — isto é, valor em uso pré-monetário. Precisa também ser fisicamente facilmente divisível, preservando uma cota proporcional de seu valor quando dividida; ela deve ter alto valor por unidade de peso, de modo que ela irá tanto ser escassa quanto valiosa, e facilmente portável, e ela precisa ser durável, de modo que ela possa ser retida como valor por um longo tempo. É claro, uma vez que uma mercadoria é escolhida como um meio geral de troca, seu valor se torna muito maior do que ele tinha sido no estado pré-monetário.

Say segue a tradição continental de assimilar o dinheiro a todas as outras mercadorias, i.e., o valor do dinheiro, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pela interação de sua oferta e de sua demanda. Seu valor, seu poder de compra no mercado — se move diretamente com sua demanda e inversamente com sua oferta. Enquanto a ele faltava uma abordagem marginal, Say apontou a via para a eventual integração de uma teoria de utilidade de bens com dinheiro. Visto que o dinheiro é, também, um objeto de desejo, sua utilidade é a base para sua demanda no mercado. Say também criticou Ricardo e a escola clássica britânica por tentarem explicar o valor do dinheiro, não pela utilidade ou pela oferta e demanda, mas, como no caso de todos os outros bens, por seu custo de produção. No caso do dinheiro, apenas a oferta monetária e não a demanda era considerada importante e a oferta era supostamente governada pelo custo de minerar ouro ou prata.

Say era um homem que advogava pelo dinheiro sólido, insistente que todo o papel precisa ser instantemente convertido em espécie. O papel irresgatável expande rapidamente em quantidade e deprecia o valor da moeda, e Say apontou para a recente emissão feita pelo governo revolucionário francês dos *assignats*, papel inconversível que depreciou eventualmente a zero. Say era, assim, capaz de analisar um dos primeiros exemplos de inflação descontrolada.

> Se o dinheiro nacional é deteriorado, ele se torna um objeto a se livrar de qualquer maneira, e a ser trocado por mercadorias. Essa foi uma das causas da prodigiosa circulação que ocorreu durante a progressiva depreciação dos *assignats* franceses. Todos estavam ansiosos para achar um emprego para uma moeda em papel, cujo valor depreciava a cada hora, ela foi apenas tomada a ser re-investida imediatamente, e pode-se supor que ela queimou os dedos pelos quais passou.

Say também apontou que a inflação sistematicamente fere os emprestadores para o benefício dos tomadores de empréstimo.

Say era altamente crítico do anseio smith-ricardiano de encontrar uma absoluta e invariável medida do valor do dinheiro. Ele apontou que enquanto os valores relativos do dinheiro a outros preços podem ser

estimados, eles não são suscetíveis de mensuração. O valor do ouro ou da prata ou da moeda metálica não é fixo mas variável tal como é aquele de qualquer mercadoria.

Uma das esplêndidas partes da teoria monetária de Say foi sua incipiente crítica ao bimetalismo. Ele foi insistente ao dizer que a fixação governamental das razões dos pesos dos dois metais preciosos já estava fadada ao fracasso, e apenas causará perpétuas flutuações e escassez de um dos dois metais. Say clamou por padrões paralelos, isto é, para taxas de câmbio livremente flutuantes entre o ouro e a prata. Como ele apontou: "o ouro e a prata devem ser deixados a achar seu próprio nível mútuo, nas transações nas quais a humanidade pode pensar adequadamente para empregá-los". E novamente, o valor relativo do ouro e da prata "precisa ser deixado a regular a si mesmo, pois qualquer tentativa de fixá-lo seria em vão".

Enquanto, em um ponto, Say inconsistentemente olha com favor ao plano de Ricardo por um banco central resgatando suas notas apenas em bulião de ouro e sequer em moeda metálica, o impulso geral dessa discussão é pelo dinheiro ultra-sólido. Ao todo, Say chega a defender 100 por cento de dinheiro em espécie, pois um dinheiro ou o papel é apenas um "certificado" lastreado totalmente por ouro ou prata, "Um meio composto totalmente de ou prata ou ouro, portando um certificado, fingindo ser nada mais que seu valor intrínseco real, e consequentemente isento dos caprichos de legislação, iria providenciar tanta vantagem a todo departamento de comércio, que isso seria adotado por todas as nações. Tão insistente era Say em separar o dinheiro do governo que ele clamou pela mudança dos nomes nacionais das moedas para as reais medidas de peso de ouro ou de prata, e.g., gramas, em vez de francos. Desse modo, haveria uma mercadoria-dinheiro genuinamente mundial, e o governo não poderia impor leis de curso forçado para o papel moeda ou depreciar os padrões monetários.

Todo o atual sistema monetário, escreve Say alegremente, "iria, desse modo, cair por terra; um sistema repleto de fraude, injustiça e roubalheira, e ademais tão complicado, de modo que é raramente totalmente entendido, mesmo por aqueles que fazem disso uma profissão. Seria para sempre impossível pôr em prática uma adulteração da moeda metálica [...]". Em suma, Say conclui avidamente", a

cunhagem de dinheiro tornar-se-ia matéria de perfeita simplicidade, um mero ramo da metalurgia".

De fato, o único papel que Say iria, inconsistentemente, reservar ao governo é um monopólio da cunhagem, visto que a cunhagem era para ser um simples "ramo da metalurgia" que o governo não poderia presumivelmente prejudicar ou destruir.

Não há uma grande quantidade de análise de serviços bancários no *Tratado* de Say. Mas apesar de sua aberração ao ser favorável ao plano de Ricardo por um banco central de padrão em bulião, o principal impulso de sua discussão é, mais uma vez, separar o governo da expansão de crédito bancário, seja por um sistema bancário de 100 por cento de reserva ou por serviços bancários livremente competitivos, o que iria presumivelmente aproximar essa condição. Assim, Say escreve altamente favoravelmente aos bancos de reserva de 100 por cento de Hamburgo e de Amsterdam. Bancos livres de circulação (emitindo notas bancárias) ele sustenta a serem muito melhores do que um banco central monopolista, pois "a competição obriga a cada um deles a cortar o favor público por uma rivalidade de acomodação e solidez". E se esses bancos não são para serem baseados em 100 por cento de reserva em espécie, que Say indica que seria o melhor sistema, a competição manteria eles investindo em crédito sólido e de muito curto prazo o qual seria facilmente usado para resgatar notas bancárias.

1.10 O estado e a tributação

Em meio ao pântano de insossos escritos econômicos sobre a tributação, Jean-Baptiste Say permanece como a luz de um farol. É verdade que ele era incomumente devoto — mesmo naquela época em geral liberal — ao *laissez-faire*, e os direitos da propriedade privada vacilavam apenas algumas poucas vezes nesse credo. Mas, por alguma razão, a maioria dos pensadores *laissez-faire* e libertários na história não consideraram realmente a tributação como uma invasão dos direitos de propriedade privada. Em J.B. Say, entretanto, uma implacável hostilidade à tributação permeia sua obra; ele tendeu a fazê-la responsável por todos os males econômicos da sociedade, até mesmo, como vimos, por recessões e depressões. A discussão de Say sobre a

tributação era brilhante e única, e ainda, como com quase toda sua obra, ela não recebeu atenção alguma, nem mesmo dos historiadores do pensamento econômico.

Em contraste com quase todos os outros economistas, Say tinha uma visão excepcionalmente ampla da verdadeira natureza do estado e de sua tributação. Em Say, não havia missão mística alguma para algum estado verdadeiramente voluntário, nem visão alguma do estado como uma organização semi-empreendedora benigna, oferecendo serviços a um povo agradecido por seus numerosos "benefícios". Não; Say vê claramente que os serviços que o governo indubitavelmente oferta são para *ele mesmo*, e para seus favoritos, e que todo gasto governamental é, portanto, gasto em consumo pelos políticos e pela burocracia. Ele também viu que os fundos de impostos para esse gasto são extraídos por coerção às custas do povo pagador de impostos.

Como Say aponta: "O governo exige de um pagador de impostos o pagamento por um dado impostos na forma de dinheiro. Para corresponder a essa demanda, o pagador de impostos troca parte de seus produtos à sua disposição por moeda metálica com a qual ele paga para os coletores de impostos." O dinheiro é, então, gasto para as necessidades de "consumo" do governo, de modo que "a porção de riqueza, a qual passa das mãos do pagador de impostos para aquelas do coletor de impostos, é destruída e aniquilada." Se não fosse pelos impostos, o pagador de impostos teria gasto seu próprio dinheiro sob seu próprio consumo. Tal como ele é, o estado "goza da satisfação resultante desse consumo".

Say continua a atacar a "noção prevalecente" de que o dinheiro dos impostos não são fardos sobre a economia, visto que eles simplesmente "retornam" à comunidade via gastos do governo. Say fica indignado:

> Isso é uma falácia grosseira; mas uma que tem sido produtiva de infinitos enganos, na medida em que fora o pretexto para uma grande quantidade de gasto inescrupuloso e degradação. O valor pago ao governo pelo pagador de impostos é dado sem equivalente ou retorno: é gasto pelo governo na compra de serviço pessoal, de objetos de consumo [...]

Assim, em contraste à suposição ingênua de Smith de que a tributação sempre confere um benefício proporcional, vemos J.B. Say tratando a tributação como muito perto do puro roubo. De fato, nesse ponto Say de forma reveladora cita com louvor a assimilação feita por Robert Hamilton do governo como sendo um ladrão em larga escala. Hamilton refutou o seguinte ponto: a tributação é inofensiva porque o dinheiro é recirculado na economia pelo estado. Hamilton assimilou tal imprudência à "entrada forçada de um ladrão na casa de um mercador, que deve tomar todo o seu dinheiro, e contar a ele que lhe causou nenhum ferimento, pois o dinheiro, ou parte disso, seria empregado na compra de mercadorias com as quais ele lida, sobre as quais ele receberia um lucro". (Hamilton poderia ter adicionado um toque keynesiano: que os gastos do ladrão beneficiariam a sua vítima de forma múltipla, pelas operações benignas do multiplicador mágico). Say então comenta sobre o ponto de Hamilton que "o encorajamento comprado pelo gasto público é precisamente análogo".[20]

Say, então, veementemente prossegue para denunciar a "falsa e perigosa conclusão" de escritores que afirmam que o consumo público (gastos do governo) aumentam a riqueza geral. Mas o dano não é realmente a escrita: "Se tais princípios fossem para ser achados apenas em livros, e nunca tivessem rastejado à prática, poder-se-ia sofrê-los sem cautela ou arrependimento a entupir as monstruosas pilhas de absurdidade impressa [...]". Infelizmente, esses preceitos foram postos em "prática pelos agentes da autoridade pública, que podem impor o erro e a absurdidade na ponta da baioneta ou na boca do canhão". Em suma, novamente, Say vê a singularidade do governo como o exercício

---

20 A citação vem de uma crítica da dívida nacional britânica pelo matemático escocês Robert Hamilton (1743-1829). Essa obra foi o A*n Inquiry Concerning the Rise and Progress, the Redemption and Present State, and Management of the National Debt of Great Britain and Ireland* (Edimburgo, 1813, 3a ed., 1818). Hamilton nasceu em Edimburgo e, depois de deixar o colégio, trabalhou como banqueiro. Mudando para uma busca acadêmica, ele se tornou reitor da Academia de Perth em 1769. Dez anos depois ele se tornou professor de matemática na Universidade de Aberdeen.

da força e da coerção, particularmente na maneira que ele extrai sua receita.

A tributação é, então, a imposição coercitiva de um fardo sobre os membros do povo para o benefício do governo, ou, mais precisamente, da classe governante no comando do governo. Assim, Say escreve:

> A tributação é a transferência de uma porção de produtos nacionais das mãos dos indivíduos para aqueles do governo, com o propósito de corresponder o consumo ou gasto público [...] Isso é praticamente um fardo imposto sobre indivíduos, seja em um caráter separado ou corporativo, pelo poder governante [...] com o propósito de ofertar o consumo pode-se pensar propriamente fazer às custas deles; em suma, um imposto, em sentido literal.

Ele não está impressionado com a noção apologética, propriamente ridicularizada em anos posteriores por Schumpeter, que toda sociedade de algum modo voluntariamente paga impostos para o benefício geral, impostos são um fardo coercitivamente impostos sobre a sociedade pelo "poder governante". Nem é Say impressionado se as taxas são votadas pela legislatura; para ele, isso não faz das taxas nem um pouco mais voluntárias: pois "de que serve [...] se a taxação é imposta pelo consenso das pessoas ou de seus representantes, se existir no estado um poder, que por seus atos possa deixar as pessoas sem alternativa nenhuma senão o consenso?"

Ademais, a taxação prejudica em vez de estimular a produção, visto que ela rouba das pessoas seus recursos que elas usariam de outro modo:

> A tributação priva o produtor de um produto, que ele iria de outro modo ter a opção de derivar uma gratificação pessoal disso, se consumido [...] ou se convertido em lucro, se ele preferiu devotá-lo a um emprego útil [...] [Portanto], a subtração de um produto precisa ter de diminuir, em vez de aumentar, a força produtiva.

Say engaja em uma instrutiva crítica de Ricardo, a qual revela a crucial diferença sobre a abordagem de equilíbrio de longo prazo deste último e a grande diferença e suas respectivas atitudes em relação à

tributação. Ricardo sustentou em seu *Princípios* que, visto que a taxa de retorno sobre o capital é a mesma em todo ramo da indústria, a tributação não pode realmente prejudicar o capital. Pois, como Say coloca, "a extinção de um ramo pela tributação precisa ter de ser compensado pelo produto de algum outro, ruma a qual a indústria e o capital, jogado para fora de um dado emprego, irá naturalmente ser desviado". Aqui está Ricardo, cego aos reais processos que ocorrem na economia, obstinadamente identificando uma comparação estática de estados de equilíbrio de longo prazo com o mundo real. Say responde forçosamente e incisivamente:

> Eu respondo que sempre que a tributação desvia capital de um modo de emprego para outro, aniquila os lucros de todos os que são lançados para fora do emprego pela mudança, e diminui aqueles do resto da comunidade; pois a indústria pode ser presumida a ser escolhida o canal mais lucrativo. Irei mais adiante, e dizer, que um forçoso desvio da moeda ou da produção aniquila muitas fontes adicionais de lucro para a indústria. Apesar disso, faz uma vasta diferença para a prosperidade pública, se é o indivíduo ou o estado o consumidor. Um próspero e lucrativo ramo da indústria promove a criação e acumulação de novo capital, de modo que, sob a pressão da tributação, ele cessa de ser lucrativo; o capital diminui gradualmente em vez de aumentar; a riqueza e a produção diminuem em consequência, e a prosperidade se esvai, deixando para trás a pressão da infatigável tributação.

Say então adiciona uma charmosa sentença, dando um tapa praxiológico na afeição de Ricardo pelo que poderia ser chamado de seu método de matemática verbal completamente irrealístico. "Ricardo se esforçou para introduzir as desvinculantes máximas da demonstração geométrica; na ciência da economia política, não há método ao qual menos vale a pena recorrer".

Say então prossegue a acumular desdém sobre o argumento de que os impostos podem positivamente estimular as pessoas a trabalhar mais duro e a produzir mais. Trabalhar mais duro, ele responde, para

fornecer fundos para permitir que o estado seja ainda mais tirano com você! Assim:

> Usar o expediente da tributação como estímulo para o aumento da produção é redobrar os esforços da comunidade, para o único propósito de multiplicar suas privações em vez de multiplicar seus gozos. Pois, se a tributação aumentada for aplicada para o suporte de uma complexa, desnecessariamente grande e ostentosa administração interna, ou de um supérfluo e desproporcional establishment militar, que pode agir como uma drenagem de riqueza individual e da flor da juventude nacional, e como um agressor perante a paz e a felicidade da vida doméstica, isso não irá estar pagando tão afetuosamente por um grave aborrecimento público, como se fosse um benefício de primeira magnitude?

O que, então, é a fronteira última, a prescrição básica de Say para a tributação? Em verdade, qual é sua prescrição para o gasto público total? Basicamente, é o que pode-se esperar de um homem que acreditava que o estado era um “grave aborrecimento público” e “um agressor perante a paz e a felicidade da vida doméstica”. De forma bem simples, “o melhor esquema da [finança] pública é gastar o mínimo possível, e a melhor tributação é sempre a menor possível”. Na próxima sentença, ele emenda a última cláusula para dizer “os melhores impostos, ou melhor, aqueles que são os menos piores [...]”.

Em suma, J.B. Say, singular entre os economistas, ofereceu-nos uma teoria de gasto total do governo bem como uma teoria de tributação geral. E essa teoria era uma teoria lúcida e notável, remetendo a: que o governo é melhor (ou "menos pior") quando gasta e tributa menos. Mas as implicações de tal doutrina são estonteantes, tenha Say entendido ou não ou às seguido à risca. Pois se, na frase jeffersoniana, de que o melhor governo é aquele que menos governa, então segue-se que o "menor menos" é zero e, portanto, como Thoreau e Benjamin R. Tucker estavam posteriormente para apontar, o melhor governo é aquele que não governa -- ou, não gasta nem tributa!

capítulo 2

Jeremy Bentham: O Utilitarista como o Grande Irmão

2.1. Do *laissez-faire* ao estatismo

Jeremy Bentham (1748-1832) começou como um smithiano devotado, mas mais consistentemente apegado ao *laissez-faire*. Durante seu período de interesse relativamente breve na economia, ele se tornou mais e mais estatista. Seu estatismo intensificado era meramente um aspecto de sua maior — e altamente infeliz — contribuição à economia: seu utilitarismo filosófico consistente. Esta contribuição, que abre uma ampla comporta para o despotismo estatal, ainda permanece como legado de Bentham para a economia neoclássica contemporânea.

Bentham nasceu em Londres como filho de um advogado abastado, passou sua infância em Oxford, e foi aceito para a prática jurídica em 1772. Mas rapidamente ficou claro que Bentham não estava interessado em uma carreira como advogado. Ao invés disso, ele se estabeleceu para viver com sua riqueza herdada e se tornar um filósofo recluso, teorista legal, e "idealizador" ou louco, eternamente se esforçando para fazer esquemas para a reforma legal e política que ele apresentava com entusiasmo para os grandes e poderosos.

O primeiro grande e duradouro interesse de Bentham foi no utilitarismo (que examinaremos adiante), e que ele iniciou com sua primeira obra publicada com a idade de 28 anos, o *Fragment on Government* (1776).

Pela maior parte de sua vida, Bentham operou como o Grande Homem[1], rabiscando caoticamente em manuscritos infinitos e prolixos elaborando seus projetos de reformas e códigos legais. A maior parte dos manuscritos permaneceu não publicada até muito depois de sua morte. O próspero Bentham viveu em uma casa grande cercada por lacaios e discípulos, que copiavam revisão após revisão de sua prosa ilegível para prepará-las para uma eventual publicação. Ele conversava

1 Nota do Tradutor: O Grande Homem aqui faz referência à Teoria do Grande Homem.

com seus discípulos no mesmo jargão inventado com que ele temperava seus escritos. Conversador enérgico, Bentham não tolerava discordância vinda de seus aliados e discípulos; como seu jovem e precoce discípulo John Stuart Mill posteriormente lembrou com sutileza gentil, Bentham "falhou em enxergar luz vinda de outras mentes". Por causa desta característica, Bentham estava cercado não por discípulos alertas e respeitáveis mas por aliados largamente incompreensivos que, nas palavras perceptivas do professor William Thomas, "olhavam para o seu trabalho com um certo ceticismo resignado como se suas falhas fossem o resultado de excentricidades para além do alcance do criticismo e de objeção". Como continua Thomas:

> "A ideia de que ele estava cercado por um bando de discípulos que tiravam de seu sistema uma busca pela crítica de cada aspecto da sociedade contemporânea, que eles mais tarde aplicariam a várias instituições com necessidade de reforma, é o produto da fábrica de mitos liberal posterior. Até onde eu sei, o círculo de Bentham é bastante diferente do de qualquer outro pensador político. Consistia não muito de homens que encontravam em seu trabalho uma explicação convincente do mundo social ao redor deles e se juntavam com ele para aprender mais de seus pensamentos, mas mais de homens surpreendidos em uma confusão cheia de expectativa pelo progresso de uma obra que eles gostariam de ajudar a completar, mas que permaneceu enlouquecedoramente elusiva e obscura."[2]

O que Bentham precisava desesperadamente era de editores de sua obra que fossem empáticos e sinceros, mas seu relacionamento com seus seguidores impossibilitou que isto acontecesse. "Por esta razão", acrescenta Thomas, "a massa continuamente acumulada de manuscritos permaneceu amplamente numa *terra incognita*, até mesmo para membros íntimos do nosso círculo". Como resultado, por exemplo, uma obra tão central que se encontrava em manuscrito, *Of Laws in General*,

---

2 William E.C. Thomas, *The Philosophic Radicals: Nine Studies in Theory and Practice 1817–1841* (Oxford: The Clarendon Press, 1979), p. 25.

surpreendentemente permaneceu sem edição, tampouco publicada, até os dias de hoje.

Se alguém fosse fazer esse papel, seria o seguidor excepcional de Bentham, James Mill, com quem lidamos mais adiante (Capítulo 3). De muitas formas, Mill tinha a capacidade e a personalidade para cumprir a tarefa, mas havia dois problemas fatais: primeiro, Mill se recusou a abandonar sua própria obra intelectual para se subordinar exclusivamente ao auxílio do Mestre. Como escreve Thomas, "Mais cedo ou mais tarde, todos os discípulos de Bentham encararam a escolha de absorção ou independência". Apesar de ele ser um seguidor devotado do utilitarismo benthamista, a personalidade de Mill era tal que a absorção estava, para ele, fora de questão.

Segundo, o desleixado e volátil Bentham precisava desesperadamente de organização, e o vigoroso, sistemático, didático e intimidador James Mill era o homem para organizá-lo. Mas, como esperado, Bentham, o Grande Homem, não se deixava organizar por ninguém. O choque de personalidades era grande demais para que seu relacionamento fosse algo mais do que um companheirismo superficial, mesmo durante o discipulado de Mill, antes de Mill alcançar a independência econômica de seu rico patrono. Assim, em exasperação, Mill escreveu para um amigo próximo que também era amigo de Bentham sobre este: "A dor que ele parece sentir com o mero pensamento de ser chamado a dedicar sua atenção a uma questão, você não consegue conceber". Ao mesmo tempo, Bentham, mesmo muito depois, confidenciou seu ressentimento odioso a Mill ao seu último discípulo, John Bowring: "ele nunca entrara em discussão comigo voluntariamente. Quando ele discordava de mim ele ficava quieto [...] Ele espera subjugar todos por seu tom dominante — convencer a todos por sua positividade. Sua forma de falar é opressiva e autoritária." Não há forma melhor de sumarizar o choque de personalidades entre eles.[3]

---

3 Veja, *ibid*., pp. 35–6.

O primeiro trabalho publicado de Bentham, o *Fragment on Government* (1776), conseguiu para o jovem Bentham uma *entreé* para os principais círculos políticos, particularmente entre os amigos do Lorde Shelburne. Estes incluíam políticos Whig como o Lorde Camdem e William Pitt, o mais novo, e dois homens que rapidamente se tornaram amigos próximos de Bentham e seus primeiros discípulos, Étienne Dumont de Genebra e Sir Samuel Romilly. Dumont viria a se tornar o principal exportador da doutrina Benthamista para a Europa continental.

Enquanto a reforma utilitária política e legal continuou a ser seu principal interesse ao longo de sua vida, Bentham leu e absorveu o Riqueza das Nações entre o fim da década de 1770 e o começo da década de 1780, rapidamente se tornando um discípulo devoto. Apesar de Bentham não elogiar praticamente nenhum outro autor, ele habitualmente se referia a Adam Smith como "o pai da economia política", um "grande mestre", e um "escritor de gênio consumado". No começo da década de 1780, o irmão de Bentham, Samuel, um engenheiro abastado, foi encorajado pela Imperatriz Catarina, a Grande, a organizar diversos projetos industriais. Samuel convidou Jeremy para ficar com ele na Rússia, coisa que ele fez do meio da década de 1780 até o fim de 1787, com uma visão de apresentar um "código [legal] que abarca tudo" para capacitar aquela déspota a governar seu Reino mais eficientemente.

Bentham caracteristicamente nunca completou o código para Catarina, mas, enquanto na Rússia, ele descobriu – falsamente, como descobrimos depois – que William Pitt, agora o primeiro-ministro, estava se preparando para incitar uma redução na taxa máxima legal de juros de 5 para 4%. Agitado, Bentham escreveu e rapidamente publicou, em 1787, sua primeira obra, e a única bem conhecida, sobre economia: o cintilante e extremamente crítico *Defense of Usury*. Tentando trazer mais consistência ao *laissez-faire* smithiano, Bentham argumenta contra todas as leis de usura. Ele baseou sua visão rigidamente no conceito de liberdade de contrato, declarando que "nenhum homem maduro e de mente sã, agindo livremente, e de olhos abertos, deve ser impedido [...] de fazer uma tal barganha, no caminho para obter dinheiro, que ele considere apropriada". A pressuposição, em qualquer situação, é a liberdade de contrato: "Você, que restringe contratos; você,

que impõe restrições na liberdade do homem, é você [...] que deve justificar suas ações." Ademais, como pode a "usura" ser um crime quando é uma troca por consentimento mútuo do credor e do devedor? "A usura", Bentham conclui, "se é uma ofensa, é uma ofensa cometida com consentimento, isto é, com o consentimento da parte supostamente prejudicada, [e, portanto,] não pode merecer um lugar no catálogo de ofensas, a não ser que o consentimento seja obtido de maneira injusta ou sem liberdade: no primeiro caso, coincide com fraude; no segundo, com extorsão."

Em seu apêndice ao *Defense of Usury*, Bentham reafirma e refina a defesa de Turgot e Smith da poupança. A poupança resulta em um acúmulo de capital: "Quem guarda dinheiro, como é a frase, agrega proporcionalmente à massa geral de capital [...] O mundo pode aumentar seu capital somente de uma forma: a saber, pela parcimônia." Esta ideia leva ao princípio de que "o capital limita a troca", que a extenção da troca ou produção é limitada pela quantidade de capital que foi acumulado. Resumidamente: "as trocas de cada nação são limitadas pela quantidade de capital."

A implicação *laissez-faire*, como Bentham viu, é que a ação ou gasto governamental *não pode* aumentar a quantidade total de capital na sociedade; só pode desviar o capital do livre mercado para usos menos produtivos. Como resultado, "nenhuma regulação e nenhum esforço, qualquer que seja, seja da parte dos súditos ou dos governantes, pode aumentar a quantidade de riqueza produzida durante um dado período para uma quantidade além do que os poderes produtivos ou a quantidade de capital em mãos [...] são capazes de produzir".

O *Defense of Usury* teve um grande impacto na Bretanha e em outros lugares. O Dr. Thomas Reid, o distinto filósofo de "senso comum" escocês que sucedeu Adam Smith na cadeira de filosofia moral em Glasgow, endossou fortemente o livro. O grande Conde de Mirabeau, a força líder antes dos primeiros estágios da revolução francesa, fez com que o livro fosse traduzido para o francês. E nos Estados Unidos, o tratado passou por diversas edições, e inspirou vários estados a revogar suas leis contra a usura.

No curso do *Defense*, há indicações de análise valiosa. O empréstimo é definido como "trocar dinheiro presente por dinheiro futuro", e outras insinuações da preferência temporal ou da espera como uma chave para a poupança incluem frases tais como a de que aquele que poupa tem "a resolução a sacrificar o presente pelo futuro". Bentham também insinua que parte dos juros cobrados incluem uma compensação pelo risco, uma espécie de acréscimo de seguro pelo risco de perda que o credor corre.

Durante a década de 1780, Bentham também estava escrevendo seu "Essay on Reward", publicado somente meio século depois como *Rationale of Reward*. Nele, Bentham escreveu entusiasmadamente sobre a "Competição como busca por recompensas", e louvou as "vantagens resultantes da mais ilimitada liberdade de competição". Era sobre este princípio de livre competição e oposição aos monopólios governamentais que "o pai da economia política" havia, nas palavras excessivamente entusiasmadas de Bentham, "criado uma nova ciência".

Em sua próxima obra econômica, o não publicado "Manual of Political Economy" (1795), Bentham continuou o tema *laissez-faire* de "Não existe mais troca do que capital". O governo, ele enfatizou, só consegue desviar fundos de investimentos do setor privado; não consegue aumentar o nível total do investimento. "O que quer que seja dado a um ramo qualquer, é igualmente retirado do resto [...] Qualquer estadista que pensa em aumentar a soma da troca através da regulação, é a criança cujo olho é maior que a barriga." Pelo fim deste mesmo trabalho, no entanto, uma nuvem não maior do que a mão de um homem[4] apareceu, e eventualmente tomou controle da análise econômica de Bentham. Bentham começou seu rápido declínio em direção ao ralo inflacionista. Em uma espécie de apêndice à obra, ele afirma que o papel-moeda governamental pode aumentar o capital se os recursos não forem "completamente empregados". Não há análise, como, é claro, nunca houve no cânone inflacionista, de *por que* estes recursos estavam "sem emprego" em primeiro lugar, i.e., porque seus proprietários os privaram de uso. A resposta deve ser: por que o dono

4 Nota do Tradutor: Referência bíblica, o trecho em questão é referência a I Reis 18:44.

do recurso demandava um preço ou salário excessivamente alto: a inflação é portanto uma forma de enganar os proprietários de recursos para que eles diminuam suas reais demandas.

Não demorou muito para que Jeremy Bentham descesse ao pantano pegajoso de Adam Smith e sair do que seria a lei de Say de volta ao mercantilismo e ao inflacionismo. Pouco tempo depois, em uma não publicada "*Proposal for the Circulation of a* [New] *Species of Paper Currency*" (1796), Bentham com alegria casou seu espírito "idealizador" e construtivista com seu recém-descoberto inflacionismo. Ao invés de títulos flutuantes e pagamento de juros sobre eles, o governo, ele propôs, deveria simplesmente monopolizar toda a emissão de notas de papel no reino.

O governo poderia então emitir as notas, de preferência que não carreguem juros, *ad libitum*, e guardar os juros para si mesmo.

Bentham dificilmente estava em seu melhor quando respondeu à questão de qual limite poderia haver para esta emissão governamental do papel. O limite, ele respondeu, obviamente seria "a quantidade de papel-moeda no país". O editor moderno de Bentham adequadamente escarnece este disparate: "É como dizer que "o céu é o limite" quando não sabemos o quão alto o céu pode ser."[5]

Em seus escritos posteriores sobre o assunto, Bentham procurou por algum limite para a emissão de papel, mas sem sucesso. Mas seu compromisso com um caminho amplamente inflacionista se aprofundou posteriormente. Em seu não terminado "Circulating Annuities" (1800), ele desenvolveu mais seu esquema a favor da circulação de papéis governamentais, e louvou a utilidade de manutenção da inflação nos tempos de guerra. De fato, Bentham faz um ataque completo às ideias de Turgot, Smith e Say e de fato declara que o emprego do trabalho é diretamente proporcional à quantidade de dinheiro: "Adição nenhuma jamais é feita à quantidade de trabalho em qualquer lugar, mas apenas por uma adição feita à quantidade de

5 Werner Stark, "Introduction", em Stark (ed.), *Jeremy Bentham's Economic Writings* (Londres: George Allen & Unwin, 1951), II, 18–19.

dinheiro naquele lugar [...] Neste ponto de vista, então, o dinheiro, parece, é a causa, e a causa *sine qua non*, do trabalho e da riqueza geral." A quantidade de dinheiro é tudo; como na doutrina smithiana! De fato, Bentham foi adiante no *Circulating Annuities*, escarnecendo seu alegado mentor por denunciar a preocupação mercantilista com a acumulação estatal de ouro e prata e com uma balança "favorável" de troca. Não há absurdo, declarou Bentham,

> na exultação testemunhada pelos homens públicos em observar em que grau o que é chamado de balança comercial está em favor deste país [...] Seduzido pelo orgulho da descoberta, Adam Smith, ao tirar suas palavras da boca, tentou ridicularizar com uma base doentia a preferência dada ao ouro e à prata.

Depois de, mais uma vez, clamar pela eliminação do papel bancário em benefício de um monopólio governamental da emissão de papel (no fragmentário "Paper Mischief Exposed", 1801), Bentham alcançou o ápice do inflacionismo em seu "The True Alarm" (1801). Em sua obra não publicada, Bentham não somente continuou o tema do emprego total, mas também resmungou sobre os efeitos ditos horríveis da acumulação, do dinheiro guardado do consumo que foi acumulado ao invés de investido. Neste caso, desastre: uma queda nos preços, lucros e produção. Em nenhum lugar Bentham reconhece que o acúmulo e uma queda geral nos preços também significa uma queda nos custos, e nenhuma redução necessária no investimento ou produção. De fato, Bentham trabalhou sobre a falácia de Mandeville sobre os efeitos benéficos e unicamente energizantes do gasto vultosos. Da forma mercantilista e proto-keynesiana, a poupança é acúmulo maligno enquanto o consumo volumoso anima a produção. Como pode o capital ser mantido, quem dirá aumentado, sem poupança, não é explicado neste modelo bizarro.

James Mill e David Ricardo foram considerados benthamistas leais, e isto eles eram na filosofia utilitária e em uma crença na democracia política. Na economia, no entanto, a história era diferente, e Mill e Ricardo, seguros como rochas na lei de Say e na análise de Turgot e Smith, foram firmes em desencorajar com sucesso a publicação do "The True Alarm". Ricardo zombou de quase toda a economia benthamista posterior e, no caso do dinheiro e da produção, fez as questões apropriadas: "Por que deveria um mero aumento no

dinheiro ter qualquer outro efeito além do de diminuir seu valor? Como causaria qualquer aumento na produção de mercadorias [...] Dinheiro não pode invocar bens [...] mas bens podem criar dinheiro." O tema central de Bentham [...] "de que dinheiro é a causa das riquezas" – este, Ricardo rejeitou firme e claramente.

Em seu penúltimo trabalho relevante sobre economia, Jeremy Bentham retornou a posição passada. Ele havia estrelado a parte econômica de sua carreira com um ataque duro às leis de usura; terminou-a ao defender controle máximo de preços sobre o pão. Por quê? Porque a massa do público favorece o pão barato (com certeza!), e então haveria um padrão "racional" e "determinado" para o preço bom e moral do pão, um padrão que aparentemente o livre contrato e o livre mercado não podem definir. O que seria um tal padrão? Mostrando que para Bentham o utilitarismo *ad hoc* e análise de custo-benefício haviam tirado completamente qualquer economia sã de sua tutela, ele respondeu que haveria de ser empírico e *ad hoc*. Lançando lógica econômica ao vento, Bentham sustentou que as autoridades deveriam fixar um preço máximo "moderado", que pesaria os custos e benefícios, as vantagens e desvantagens, de cada preço possível. E Bentham assegurou os seus leitores de sua moderação: ele "não intencionava que [sua proposta] fosse um chicote ou escorpião para a punição dos criadores ou vendedores de grãos". Mas este seria o resultado inevitável.

O empirismo *ad hoc* estava agora desenfreado em Bentham. Admitindo que todas as tentativas anteriores para estabelecer controle máximo dos preços foram desastrosas, como qualquer outro institucionalista ou historicista posterior, Bentham negou qualquer relevância, já que as circunstâncias de cada tempo e lugar particular são necessariamente diferentes. Resumidamente, Bentham negou a economia inteira – isto é, negou a possibilidade de leis serem abstraídas de circunstâncias particulares e se aplicarem a todas as trocas ou ações em todos os lugares.

Argumentando contra os oponentes do controle de preços, Bentham frequentemente usou um raciocínio que era tortuoso e mesmo absurdo. Por exemplo, à acusação de que o controle máximo de preços

levaria à tentativa de consumo excedendo a oferta (um dos maiores problemas com o controle de preços), Bentham insistiu que isto não poderia acontecer na Bretanha, onde a Poor Law assegurava pagamento de bem-estar aos pobres com um aumento no preço do pão. A opinião de que, uma hora ou outra, a curva da demanda seria vertical e não cairia é em qualquer século um selo de ignorância econômica, e Bentham agora passou no teste. Por séculos, escritores e teóricos souberam que a demanda aumenta conforme o preço cai, e Bentham agora estava escrevendo como se a economia nunca tivesse existido – e nunca pudesse existir.

Já que a consistência era o reino da desprezada lógica dedutiva, Bentham negou que sua oposição às leis da usura houvesse qualquer relação com sua defesa do controle de preços do pão. Mas enquanto ele ainda sustentava que sua análise inicial estava correta, ele agora oferecia uma revisão crucial: ele não havia percebido que uma vantagem notável de uma lei sobre a usura é que o governo pode então pegar emprestado de modo mais barato (às custas, é claro, da eliminação de mutuários privados marginais). E ele continuou a admitir que ele agora havia encontrado esta "vantagem" decisiva, de modo que ele colocaria as leis de usura na agenda governamental: "Eu devo esperar observar vantagens nesta questão que predominam sobre suas desvantagens em todos as outras." Resumidamente, Bentham, o alegado "individualista" e expoente do *laissez-faire*, acha que a vantagem ao governo supera todas as desvantagens privadas!

De novo sobre suas visões iniciais sobre a usura, Bentham negou que ele jamais houvesse acreditado em quaisquer tendências auto ajustadoras e equilibradoras do mercado, que as taxas de juros adequadamente ajustam a poupança e o investimento. Ele prosseguiu em um revelador ataque contra o *laissez-faire* e os direitos naturais, para demonstrar de uma vez por todas a incompatibilidade entre o utilitarismo, por um lado, e o *laissez-faire* ou direitos de propriedade, por outro:

> Eu não tenho, eu não tive, e nunca terei qualquer horror, sentimental ou anárquico, à mão do governo. Eu deixo para Adam Smith, e os defensores dos direitos do homem [...] falar de invasões à liberdade natural, e dar qualquer argumento

> especial contra esta ou aquela lei, um argumento cujo efeito seria colocar um sinal negativo sobre todas as leis. A interferência do governo, tão frequentemente quanto nas minhas visões misturadas da questão, tem como resultado o mínimo de peso a mais para lado da vantagem, e é um evento que eu presencio com tanta satisfação quanto eu deveria [presenciar] sua tolerância, e com muito mais do que eu deveria [presenciar] sua negligência.

Pergunta-se por qual padrão místico o "científico" Bentham conseguiu medir as vantagens e desvantagens de cada lei particular.

Três anos depois, em 1804, Jeremy Bentham perdeu o interesse na economia, um fato ao qual nós devemos ser eternamente gratos. Só é infeliz que este decréscimo de zelo não ocorreu meia década antes. O caso de Jeremy Bentham, no entanto, deve ser instrutivo àquela tropa de economistas que tentam conciliar filosofia utilitária com economia de livre mercado.

Poderia se pensar que o mestre do utilitarismo teria contribuído com a análise de utilidade na economia, mas Bentham estranhamente provou que estava interessado somente nos campos "macro" do pensamento econômico. A única exceção veio no largamente infeliz *True Alarm* (1801), no qual Bentham não somente declarou que "todo o valor está fundado na utilidade", mas também entrou em uma crítica persuasiva ao alegado "paradoxo do valor" de Adam Smith. A água, Bentham notou, pode ter e tem valor econômico, enquanto diamantes têm *sim* valor de uso como um fundamento de seu valor econômico. Continuando, Bentham aborda a refutação marginalista ao paradoxo do valor:

> A razão pela qual não se pensa que a água tenha qualquer valor com a troca em vista é que ela é igualmente vazia de valor tendo em vista o uso. Se toda a quantidade [de água] requerida estiver disponível, o excedente não tem nenhum tipo de valor. Seria o mesmo no caso do vinho, do grão, e de tudo mais. A água, fornecida como é pela natureza sem qualquer esforço humano, é mais provável de ser encontrada em abundância, o

que faz dela desnecessária; mas há muitas circunstâncias em que ela tem um valor de troca superior ao do vinho.

2.2 Utilitarismo pessoal

Como vimos, visões estritamente econômicas de Jeremy Bentham, especialmente quando ele deslizou de volta para o mercantilismo, não tiveram um impacto significativo no pensamento econômico, mesmo sobre seus próprios discípulos filosóficos tais como James Mill e Ricardo. Mas suas visões filosóficas, introduzidas na economia por estes mesmos discípulos, deixaram um impacto infeliz e permanente no pensamento econômico: elas proveram a economia com sua filosofia social subjacente e dominante. E esta dominância não seria menos poderosa por ser geralmente implícita e inexaminada.

O utilitarismo proveu à economia a habilidade de fazer um círculo quadrado: permitiu-na fazer pronunciamentos e tomar posições firmes sobre as políticas públicas, enquanto ainda pretendo ser pragmática, "científica", e, portanto, "imparcial". Conforme o século XIX procedeu e a economia começou a se tornar uma profissão separada, uma guilda com o seu próprio código e suas próprias práticas, tornou-se possuidora de um desejo incontrolável de imitar o sucesso e o prestígio das ciências físicas "rígidas". Mas os "cientistas" deveriam ser objetivos, desinteressados, não enviesados em seus trabalhos científicos. Foi portanto assumido que a defesa de princípios morais ou de filosofia política por economistas significava, de alguma forma, a introdução do vírus do "viés", "preconceito", e uma atitude não-científica na disciplina da economia.

Esta atitude de imitação crua das ciências físicas ignorou o fato de que as pessoas e objetos inanimados são crucialmente diferentes: pedras ou átomos não têm valores nem fazem escolhas, enquanto pessoas inerentemente valorizam e escolhem. Ainda assim, seria perfeitamente possível que economistas confinassem a si mesmos a analisar as consequências de tais valores e escolhas, *contanto* que eles não tomassem um lado nas políticas públicas. Mas economistas se coçam para tomar tais posições; na verdade, o interesse nas políticas é geralmente a principal motivação para embarcar em um estudo da economia em primeiro lugar. E advogar por políticas – dizer que o

governo *deveria ou não deveria fazer A*, *B* ou *C* – é *ipso facto* tomar uma posição valorativa e uma posição implicitamente ética. Não há jeito de contornar este fato, e o melhor que pode ser feito é fazer desta ética uma busca racional pela resposta de o que é melhor para o homem de acordo com sua natureza. Mas a busca da ciência "imparcial" bloqueou este caminho, e então economistas, ao adotar o utilitarismo, foram capazes de fingir ou enganarem a si mesmos para dizer que eles estavam sendo estritamente científicos, enquanto despejavam noções éticas duvidosas e não-analisadas na economia.

Desta forma, a economia acolheu o pior dos dois mundos, implicitamente se enterrando em falácias e vieses em nome da imparcialidade teimosa. A infecção benthamista da economia com o bacilo do utilitarismo nunca foi curada e permanece tão difundida e predominante como sempre.

O utilitarismo consiste em duas partes fundamentais: utilitarismo *pessoal*, e utilitarismo *social*, o último sendo construído sobre o primeiro. Ambos são falaciosos e perniciosos, mas o utilitarismo social, no qual estamos mais interessados aqui, adiciona muitas falácias, e seria insano *mesmo se* assumissemos o utilitarismo pessoal.

O utilitarismo pessoal, como apresentado por David Hume no meio do século XVIII, assume que cada indivíduo é governado somente pelo desejo de satisfazer suas emoções, suas "paixões", e que estas emoções de felicidade ou infelicidade são dados primários inanalisáveis. A única função da razão humana é o seu uso como um *meio*, para mostrar a alguém como atingir seus objetivos. Não é função da razão estabelecer os próprios objetivos dos homens. A razão, para Hume e para utilitários posteriores, é somente serva, uma escrava das paixões. Não há lugar, então, para que a lei natural estabeleça qualquer ética para humanidade.

Mas o que, então, deve ser feito sobre o fato de que a maior parte das pessoas decidem sobre seus fins por princípios éticos, os quais não podem ser considerados redutíveis a uma emoção pessoal original? Ainda mais vergonhoso para o utilitarismo é o fato óbvio de que a emoção é frequentemente serva de tais princípios, e claramente *não* é um dado definitivo, mas, ao invés disso, é determinado pelo que

acontece com tais princípios. Assim, alguém que adota fervorosamente uma certa filosofia ética ou política se sentirá feliz quando quer que esta filosofia tenha sucesso no mundo, e triste quando encontrar obstáculos. Emoções são então servas dos princípios, ao invés do contrário.

Apegado a tais anomalias, o utilitarismo, se orgulhando de ser anti-místico e científico, tem que ir contra os fatos e introduzir uma mistificação própria. Porque então tem que dizer que *ou* as pessoas só *acham* que adotaram princípios éticos governantes, e/ou que eles *deveriam* abandonar tais princípios e se ater somente a sentimentos não-analisados. Resumidamente, o utilitarismo tem que ou fugir frente aos fatos óbvios a qualquer um (uma metodologia que é certamente descaradamente não-científica) e/ou adotar uma visão ética não-analisada própria, em ataque a todas (as outras) visões éticas. Mas isso é místico, levado por valores, e refuta por si mesmo a própria doutrina antiética (ou melhor, de qualquer doutrina ética que não é escrava de paixões não-analisadas).

Em qualquer um dos casos, o utilitarismo refuta a si mesmo por violar seu próprio axioma de não ir além de emoções e avaliações dadas. Ademais, é uma experiência humana comum, mais uma vez, que desejos subjetivos *não* são absolutos, dados e imutáveis. Eles não são hermeticamente selados e blindados de persuasão, sejam eles racionais ou de outra ordem. A própria experiência e os argumentos de outros podem persuadir e persuadem as pessoas a mudar seus valores. Mas como poderia isto acontecer se todos os desejos e avaliações pessoais fossem puramente dados e portanto não sujeitos à alteração pela persuasão intersubjetiva de outros? Mas se esses desejos não são dados, e *são* mutáveis pela persuasão da argumentação moral, deve seguir-se então que, contrariamente às suposições do utilitarismo, princípios éticos supra-subjetivos que podem ser argumentados e que podem ter um impacto nos outros e em suas avaliações e objetivos existem sim.

Jeremy Bentham adicionou uma falácia posterior ao utilitarismo que cresceu e virou moda na Grã-Bretanha desde os dias de David Hume. Mais brutalmente, Bentham procurou reduzir todos os desejos e valores humanos do qualitativo para o quantitativo; todos os objetivos poderiam ser reduzidos à quantidade, e todos os valores aparentemente diferentes – *e.g.* alfinetes e poesia – poderiam ser reduzidos a meras diferenças de quantidade e grau. O impulso a reduzir a qualidade

drasticamente como quantidade mais uma vez apelou para a paixão científica entre economistas. A quantidade é uniformemente o objeto de investigação nas ciências físicas, sólidas; então a preocupação pelos componentes qualitativos no estudo da ação humana não conota misticismo e uma atitude desleixada e não-científica? Mas, mais uma vez, os economistas esqueceram que a quantidade é precisamente o conceito adequado para lidar com pedras ou átomos; estas entidades não possuem consciência, não avaliam e não escolhem; portanto os seus movimentos podem e devem ser catalogados com precisão quantitativa. Mas seres humanos individuais, ao contrário, são conscientes, e adotam valores e agem sobre eles. As pessoas não são objetos sem motivação, sempre descrevendo um caminho quantitativo. As pessoas são qualitativas, isto é, respondem às diferenças qualitativas, e elas avaliam e escolhem sobre esta base. Reduzir a qualidade à quantidade, portanto, distorce gravemente a verdadeira natureza dos seres humanos e da ação humana, e ao distorcer a realidade, mostra-se o contrário do verdadeiramente científico.

A contribuição duvidosa de Jeremy Bentham à doutrina utilitária pessoal – além de ser seu maior propagador e popularizador conhecido – foi quantificá-la e cruelmente reduzi-la ainda mais. Tentando fazer uma doutrina ainda mais "científica", Bentham tentou dar um padrão "científico" para emoções tais como felicidade e infelicidade: quantidades de prazer e dor. Todas as noções vagas de felicidade e desejo, para Bentham, podem ser reduzidas às quantidades de prazer e dor: prazer "bom", dor "ruim". O homem, portanto, simplesmente tenta maximizar o prazer e minimizar a dor. Neste caso, o indivíduo – e o cientista observando – pode se envolver em um "cálculo do prazer e da dor" replicável, que Bentham chamou de "o cálculo do prazer"[6] que

6 Nota do Tradutor: Trata-se do cálculo felicífico, também conhecido como cálculo hedonista. Mas, para melhor compreensão geral, traduziu-se o termo como cálculo de prazer, acreditando não ter criado com isso perda significativa de conteúdo para aqueles que já estão familiarizados com Bentham e acreditando estarmos facilitando o caminho para aqueles que tem seu primeiro contato com o autor apenas neste momento.

pode ser usado para conseguir o resultado adequado no aconselhamento para ação ou não-ação em qualquer situação dada. Todo homem, portanto, pode engajar no que os economistas benthamitas de hoje em dia chamam de "análise de custo-benefício"; em qualquer situação, pode aferir os benefícios – unidades de prazer – pesá-los contra os custos – unidades de dor – e ver qual sobrepõe o outro.

Em uma discussão que o professor John Plamenatz chama de "a razão das paródias", Bentham tenta dar "dimensões" objetivas ao prazer e à dor, de modo a estabelecer a rigidez científica de seu cálculo de prazer. Estas dimensões, afirma Bentham, são sete: intensidade, duração, certeza, proximidade, fecundidade, pureza, e extensão. Bentham afirma que, ao menos conceitualmente, todas estas qualidades podem ser mensuradas, e então multiplicadas juntas para chegar na quantidade de dor e prazer resultante de qualquer ação.

Simplesmente mostrar a teoria de Bentham das sete dimensões deve ser suficiente para demonstrar sua completa loucura. Estas emoções ou sensações são qualitativas e não quantitativas, e nenhuma destas "dimensões" pode ser multiplicada ou pesada em conjunto. Novamente, Bentham levantou uma infeliz analogia cientificista com objetos físicos. Um objeto tridimensional é um em que cada objeto é linear, e portanto em que todas estas unidades lineares podem ser multiplicadas umas pelas outras para chegar a unidades de volume. Na avaliação humana, mesmo com prazer e dor, não há *unidade* comum a cada uma de suas "dimensões", e portanto não há forma de multiplicar as unidades. Como Professor Plamenatz firmemente pontua:

> a verdade é que mesmo um Deus onisciente não poderia fazer tais cálculos, porque a própria noção deles é impossível. A intensidade de um prazer não pode ser mensurada contra sua duração, nem sua duração contra sua certeza ou incerteza, nem esta última propriedade contra a sua proximidade ou longinquidade.[7]

---

7 John Plamenatz, *The English Utilitarians* (2nd ed., Oxford: Basil Blackwell, 1958), pp. 73–4.

Plamenatz adiciona que é verdade, como Bentham afirma, que as pessoas frequentemente comparam caminhos de ação, e escolhem aqueles que acham mais desejáveis. Mas isto só significa que as pessoas escolhem entre alternativas, não que participam de cálculos quantitativos de unidades de prazer e dor.

Mas uma coisa pode ser dita sobre a doutrina grotesca de Bentham. Pelo menos Bentham tentou, não importa quão falaciosamente, basear sua análise de custo-benefício em um padrão objetivo de benefício e custo. Teoristas utilitários posteriores, junto com o corpo da economia, eventualmente abandonaram o cálculo de prazer e de dor. Mas ao fazê-lo, eles também desistiram de qualquer tentativa de prover qualquer padrão para basear custos e benefícios *ad hoc* em algum tipo de base inteligível. Desde então, o apelo ao custo e benefício, mesmo a nível pessoal, tem sido necessariamente vago, sem sustentação e arbitrário.

Ademais, John Wild eloquentemente contrasta a ética pessoal utilitária com a ética da lei natural:

> A ética utilitária não faz distinção clara entre apetite cru ou interesse, e aquele desejo deliberado ou voluntário que é fundido com a razão prática. O valor, o prazer, ou satisfação é o objeto de qualquer interesse, não importa o quão incidental ou distorcido possa ser. Distinções qualitativas são simplesmente ignoradas, e o bem é concebido de uma forma puramente quantitativa como máximo de prazer ou satisfação [possível]. Razão não tem nada a ver com a extração de um apetite são. Um desejo não é mais legítimo do que outro. A razão é a escrava da paixão. Toda a sua função é exaurida no trabalho de esquemas pela maximização de tais interesses que calham de aparecer por probabilidade ou outras causas irracionais [...]
>
> Contra isso, a teoria da lei natural sustenta que há uma distinção clara entre apetites básicos e desejos deliberados e extraídos com a cooperação da razão

> prática. O bem não pode ser adequadamente concebido de forma puramente quantitativa. Interesses aleatórios que obstruem a completa realização de tendências comuns são condenados como antinaturais [...] Quando a razão se torna escrava da paixão, a liberdade humana é perdida e a natureza humana é distorcida [...]
>
> [A] ética da lei natural separa claramente as necessidades e direitos essenciais dos direitos incidentais. O bem não é adequadamente entendido como uma mera maximização de propósitos qualitativamente indiferentes, mas uma maximização daquelas tendências que qualitativamente conformam-se à natureza do homem e que surgem através da deliberação racional e da escolha livre [...] Há um padrão universal estável, sustentado sobre algo mais firme do que as areias movediças do apetite, ao qual um apelo pode ser feito mesmo das máximas concordâncias de uma sociedade corrupta. Este padrão é a lei da natureza que persiste contanto que o homem persista – que é, portanto, incorruptível e inalienável, e que justifica o direito à revolução contra uma ordem social corrupta e tirânica."[8]

Finalmente, em adição aos problemas do cálculo de prazer e de dor, o utilitarismo pessoal aconselha que as ações sejam julgadas não por sua *natureza* mas por suas *consequências*. Mas, na análise não-benthamista, meramente de custo-benefício (em vez de análise "objetiva" de prazer e de dor), como pode alguém mensurar as consequências de qualquer ação? E por que é considerado mais fácil, quem dirá mais "científico", julgar *consequências* do que julgar um ato em si mesmo por sua natureza? Ademais, é frequentemente bastante difícil descobrir *quais* serão as consequências de qualquer ação

8 John Wild, *Plato's Modern Enemies and the Theory of Natural Law* (Chicago: University of Chicago Press, 1953), pp. 69–70.

contemplada. Como devemos encontrar consequências secundárias, terciárias etc., isso sem falar das mais imediatas? Suspeitamos que Herbert Spencer, em sua crítica ao utilitarismo, estava correto: é frequentemente mais fácil saber o que está *certo* do que saber o que é conveniente.[9]

2.3 Utilitarismo social

Ao estender o utilitarismo do pessoal para o social, Bentham e seus seguidores incorporaram todas as falácias do primeiro, e adicionaram mais ainda. Se cada homem tentar maximizar o prazer (e minimizar a dor), então toda a regra ética social, para os benthamitas, é de buscar sempre "a maior felicidade do maior número", em um cálculo social de felicidade em que cada homem conta por um, nem mais nem menos.

A primeira questão é a questão poderosa da auto-refutação: se cada homem é necessariamente governado pela regra de maximizar o prazer, então por que estão estes filósofos utilitários fazendo algo bastante diferente, isto é, buscar um princípio social abstrato ("a maior felicidade do maior número")?[10] E por que o princípio moral abstrato

---

9 Herbert Spencer, *Social Statics* (Nova York: Robert Schalkenbach Foundation, 1970), pp. 3ff.

10 Como Plamenatz aponta, Bentham e seus seguidores afirmam "que nenhum homem pode desejar qualquer prazer exceto o seu", e ainda, paradoxalmente, "ambos insistem que a maior felicidade, não importa de quem, é o único critério de moralidade". Plamenatz, op. cit. nota 4, pág. 18. E o professor Veatch aponta que "os utilitaristas sempre tiveram alguma dificuldade em mostrar por que alguém tem a obrigação de pensar nos outros. Se alguém começa baseando sua ética em princípios diretamente hedonistas, afirmando que o prazer é a única coisa próxima de algum valor na vida e recomendando que o agente moral simplesmente faça o que lhe agrada, é evidentemente difícil

deles – porque ele é o que é – é legítimo, enquanto todos os outros, tal como os direitos naturais, são bruscamente dispensados como sem significado? Que justificativa há para a grandíssima fórmula da felicidade? Não há qualquer resposta; é simplesmente assumido como axiomático, acima de qualquer questionamento.

Em adição à natureza auto-refutativa dos utilitaristas tendendo a um princípio moral abstrato primordial – e não-analisado –, o princípio em si mesmo é, no melhor dos casos, duvidoso. O que é tão bom sobre o "maior número"? Suponha que a vasta maioria das pessoas em uma sociedade odeiam e insultam os ruivos, e desejam muito matá-los. Suponha ainda que há somente alguns poucos ruivos existentes em uma dada época, de modo que sua perda não deixaria a marca de uma queda de nível na produção geral nas rendas dos não-ruivos restantes. Devemos então dizer que é "bom", depois de fazer nosso cálculo de felicidade social, que a vasta maioria execute animadamente os ruivos, e assim maximizem seu prazer ou sua felicidade? E se não, por que não? Como Felix Adler sarcasticamente coloca, os utilitários "proclamam a maior felicidade do maior número de pessoas como o fim social, mas falham em fazer inteligível a razão de a felicidade do maior número de pessoas ser convincente como um fim sobre aqueles que calham de pertencer ao número menor".[11]

Ademais, a pressuposição igualitária de cada pessoa contando precisamente como um é dificilmente evidente em si mesma. Por que não algum sistema de pesos? Novamente, nós temos um objeto de fé não-examinado e não-científico no seio do utilitarismo.

---

fazer a transição de tal ponto de partida para a afirmação adicional de que esse mesmo agente moral deve se preocupar não apenas com seu próprio prazer, mas igualmente com o prazer dos outros". Henry B. Veatch, *Rational Man: A Modern Interpretation of Aristotelian Ethics* (Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1962), pp. 182–3.

11 Felix Adler, The Relation of Ethics to Social Science', em H.J. Rogers, (ed.), *Congress of Arts and Science* (Boston: Houghton Mifflin, 1906), VII, p. 673. Peter Geach também aponta que "e se, mesmo em termos utilitários, mais felicidade social pode ser obtida seguindo os desejos do número *menor*?" Veja Peter Geach, *The Virtues* (Cambridge: Cambridge University Press, 1977), pp. 91ff.

Finalmente, enquanto o utilitarismo falsamente assume que ou moral ou ético seja um dado puramente subjetivo para cada indivíduo, ele, ao contrário, assume que estes desejos subjetivos podem ser adicionados, subtraídos, e pesados entre vários indivíduos na sociedade de modo a resultar no cálculo de uma felicidade social máxima. Mas como pode uma "utilidade social" ou "custo social" objetivo e calculável surgir de desejos puramente subjetivos, especialmente considerando que os desejos ou utilidades subjetivos são estritamente ordinais, e não podem ser comparados, adicionados ou subtraídos entre pessoas diferentes? A verdade, então, é o oposto das pressuposições centrais do utilitarismo. Os *princípios morais*, que o utilitarismo rejeita como mera emoção subjetiva, são intersubjetivos e podem ser usados para persuadir diversas pessoas; enquanto utilidades e custos são puramente subjetivos a cada indivíduo e portanto *não podem* ser comparados ou ponderados entre pessoas.

Talvez a razão pela qual Bentham furtivamente muda de um "prazer máximo" no utilitarismo pessoal para a "felicidade" no campo social seja que falar do "maior prazer do maior número" seria muito abertamente cômico, já que a emoção ou sensação de prazer é bastante claramente não adicionável ou subtraível entre pessoas. Substituir pela mais vaga e ampla "felicidade" permitiu a Bentham saltar sobre tais problemas.[12]

---

12 Existem muitas outras falhas profundas no utilitarismo. Por um lado, mesmo supondo que a felicidade pode ser somada ou subtraída entre as pessoas, por que não poderia ser obtida mais felicidade social total seguindo os desejos do número *menor*? E o que então? Veja Geach, op. cit., nota 8. Além disso, a suposição utilitarista de completa indiferença moral entre utilidades ou preferências subjetivas muitas vezes se mostrará contra-intuitiva. Quantas pessoas, por exemplo (a maioria?) sustentarão teimosamente com os utilitaristas que o desejo de alguém de ver uma pessoa inocente ferida deve contar tão plenamente no cálculo social quanto outras preferências menos prejudiciais? Cf. Murray N. Rothbard, *The Ethics of Liberty* (Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1982), p. 213.

O utilitarismo de Bentham o levou a uma "agenda" crescentemente numerosa para a intervenção governamental na economia. Algumas partes desta agenda nós já vimos acima. Outros itens incluem: um estado de bem-estar social; a taxação para uma redistribuição igualitária da riqueza ao menos parcial; conselhos governamentais, institutos e universidades; atividades públicas para curar o desemprego bem como para encorajar o investimento privado; seguro governamental; regulação de bancos e corretores; garantia de quantidade e qualidade de bens.

2.4 O grande irmão: o panóptico

A economia utilitária foi frequentemente – e, da minha perspectiva propriamente dita – acusada de tentar substituir a ética por "eficiência" em advogar pelo desenvolvimento das políticas públicas. "Eficiência", em contraste com a "ética", soa insensível, durão e "científico". Ainda assim, exaltar a "eficiência" só joga o problema ético para baixo do tapete. Em detrimento de *quais* interesses, às custas de *quem*, deve a eficiência social ser buscada? Em nome de uma ciência espúria, "a eficiência" frequentemente se torna uma máscara para a exploração, para a pilhagem de um grupo de pessoas pelo benefício de outro. Frequentemente, economistas utilitários têm sido acusados de estarem dispostos a aconselhar a "sociedade" sobre como construir os "campos de concentração" mais eficientes. Aqueles que defendem que esta acusação é um *reductio ad absurdum* injusto deveriam contemplar a vida e o pensamento do príncipe dos filósofos utilitários, Jeremy Bentham. Em um sentido profundo, Bentham foi um *reductio ad absurdum* ambulante do benthamismo, uma lição viva sobre os resultados de sua própria doutrina.

Foi em 1768, com a idade de 20 anos, que Jeremy Bentham, voltando para a sua *alma mater*, Oxford, para uma formatura de ex-aluno, que encontrou por acaso uma cópia do *Essay on Government* de Joseph Priestley, e esbarrou na frase que mudou e dominou sua vida daí em diante: "a maior felicidade do maior número de pessoas". Mas, como Gertrude Himmelfarb pontua em seus ensaios cintilantes e devastadores sobre Bentham, de todas as suas numerosas maquinações e brincadeiras em busca deste objetivo ilusório, a mais próxima do coração de Jeremy era seu plano pelo panóptico. Ao visitar seu irmão

Samuel na Rússia, na década de 1780, Bentham descobriu que seu irmão havia desenhado um panóptico como um trabalho de oficina, e Bentham imediatamente entendeu a ideia do panóptico como o lugar ideal para uma prisão, uma escola, uma fábrica – de fato, para toda a vida social. "Panóptico", em grego, significa "que tudo vê", e o nome era altamente adequado para o objeto em vista. Outro sinônimo benthamista para o panóptico era "a Casa de Inspeção". A ideia era maximizar a supervisão de prisioneiros, alunos, indigentes, empregados por um inspetor que tudo vê, que estaria sentado em uma torre no centro de uma construção em forma de teia de aranha circular, capaz de espiar todas as celas na periferia. Por espelhos e outros dispositivos, cada um na teia de aranha nunca poderia saber de onde um inspetor estaria olhando em qualquer dado momento. Assim, o panóptico atingiria o objetivo de uma sociedade 100% inspecionada e supervisionada sem os meios; já que todos *poderiam* estar sob inspeção a qualquer momento sem saber disso.

Os apologistas de Bentham reduziram esse esquema meramente ao de um "reformatório", mas Bentham tentou deixar claro que todas as instituições sociais seriam englobadas pelo panóptico; que deveria servir como um modelo para "casas de indústria, casas de trabalho, abrigos para os pobres, fábricas manuais, hospícios, leprosários, hospitais e escolas". Um ateu e dificilmente próximo de citações bíblicas, Bentham ainda assim se tornou rapsódico sobre a ideia social de um panóptico, citando dos Salmos: "Tu sabes o meu assentar e o meu levantar; de longe entendes o meu pensamento [...]"

Como a Professora Himmelfarb aptamente coloca:

> Bentham não acreditava em Deus, mas acreditava nas qualidades apoteotizadas em Deus. O Panóptico era uma realização do ideal divino; espionando as maneiras do transgressor por meios de um esquema arquitetural engenhoso,

> tornando a noite no dia com luz artificial e refletores, mantendo os homens captivos por um sistema intricado de inspeção.[13]

O objetivo de Bentham era aproximar, ou simular, a "perfeição ideal" da completa e contínua inspeção de todos. Por causa do "olho invisível" do inspetor, cada preso iria conceber a si mesmos em um estado de total e de contínua inspeção, atingindo assim a "aparente onipresença do inspetor".

Consistente com o utilitarismo, o arranjo social foi decidido sob o déspota social, que age "cientificamente" em nome da maior felicidade de todos. Com esse nome, sua regra maximiza a "eficiência". Assim, no projeto original de Bentham, todo preso seria mantido em confinamento solitário, visto que isso maximizaria o seu estar "seguro e quieto", sem chance de multidões indisciplinadas ou de planejamentos de fuga.

Ao argumentar por seu panóptico, Bentham em um ponto reconhece as dúvidas e reservas das pessoas que parecem querer inspeção máxima de suas crianças ou outras acusações. Ele reconhece uma possível acusação de que seu inspetor seria excessivamente despótico, ou até mesmo que o encarceramento e o confinamento solitário de todos poderia ser "produtor de uma imbecilidade", de modo que um homem antes livre não seria, em sentido próprio, totalmente humano: "E se o resultado desse artifício sofisticadamente forjado não pudesse construir um conjunto de *máquinas* feitas à semelhança do *homem*?" Para essa questão crítica, Jeremy Bentham deu uma resposta bruta, brusca e quintessencialmente brutal: quem se importa? Ele disse. A única questão pertinente era: "iria a *felicidade* ser mais provável de ser maximizada ou diminuída por essa disciplina?" Para nosso "cientista" da felicidade, não havia dúvidas da resposta: "chame-os de soldados, chame-os de monges, chame-os de máquinas; contanto que

---

13 Gertrude Himmelfarb, *Victorian Minds* (1970, Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1975), p. 35.

eles sejam uns felizes, não me importarei".[14] Assim fala o prototípico humanitário com a guilhotina, ou ao menos com a senzala.

Bentham estava só ansiando por modificar o confinamento solitário de cada prisioneiro no panóptico apenas por causa dos grandes gastos de construir uma cela inteira para cada pessoa. A economia era uma preocupação eminente no funcionamento do panóptico — economia e produtividade. Bentham estava preocupado em maximizar o trabalho forçado dos prisioneiros. No final das contas, "A indústria é uma benção; porque pintá-la como uma maldição?" Sete horas e meia por dia suficientes para o sono, e uma hora e meia para refeições, pois, no final das contas, ele admoestou, "que não se esqueça, momentos de refeições são momentos de descanso: alimentação é recreação." Não há razão porquê prisioneiros não deveriam ser forçados a trabalhar 14 ou até 15 horas por dia, seis dias por semana. De fato, Bentham escreveu para um amigo que ele tem tido "medo" de revelar muitas de suas propostas, "por medo de ser espancado". Ele tinha em mente que os prisioneiros trabalhassem não menos de "proveitosas dezesseis horas e meia" por dia, vestindo-os sem meias, camisas ou chapéus, e os alimentando exclusivamente de batatas, as quais naquele tempo eram tidas até mesmo pelos cidadãos mais pobres como servindo apenas como lavagem para animais. A roupa de cama era para ser a mais barata possível, com sacos sendo usados em vez de lençóis e redes no lugar de camas.

A preocupação principal de Bentham com a economia e com a produtividade é entendível por meio de um elemento crucial para seu plano panóptico — um elemento frequentemente negligenciado por historiadores posteriores. Pois o Grande Inspetor era para ser ninguém mais ninguém menos que o próprio Bentham. As prisões do reino, e presumivelmente escolas e fábricas, eram para ser contratadas de Bentham, que seria o contratador, inspetor e aquele que lucraria com o esquema. Não há dúvidas, então, que Bentham tinha tamanha confiança suprema na habilidade do inspetor de maximizar sua própria felicidade

14 Ibid., p. 38.

junto da felicidade do “maior número” de prisioneiros do panóptico ao mesmo tempo. O ganho de longo prazo de Bentham, senão a “maior felicidade” dos prisioneiros, era também para ser assegurada por provisões de longo prazo que manteriam prisioneiros “livres” na escravidão quase permanente do inspetor. No plano final de Bentham para seu panóptico, nenhum prisioneiro seria solto a não ser que ele se alistasse no exército ou na marinha; ou tivesse um título de £50 posto por ele por um “chefe de família responsável”. Deve-se perceber que £50 era uma baita soma naquela época, quando o trabalhador comum sem habilidade recebia um salário por volta de 10 xelins por semana — ou por volta de um salário de dois anos. O título era para ser renovado anualmente, e qualquer falha em renovar seria sujeita ao prisioneiro ser reingressado no panóptico, “embora devesse ser vitalício.” Por que qualquer chefe de família responsável estaria interessado em colocar um título de £50 para um ex-prisioneiro? Para Bentham, a resposta era clara: apenas se os prisioneiros estivessem querendo contratar seu trabalho para aquele chefe de família, com o entendimento de que o chefe de família teria o mesmo poder sobre o trabalhador como “aquele do pai sobre seu filho, ou de um mestre sobre seu aprendiz”. Visto que esse título gigantesco tinha de ser renovado a todo ano, o ex-prisioneiro era imaginado por Bentham como um escravo perpétuo para o chefe de família. Se não houvesse título, o prisioneiro teria de ser deportado para um "estabelecimento subsidiário", também regido segundo os princípios do panóptico. E quem melhor para dirigir tais estabelecimentos senão o principal contratante da prisão, i.e., o próprio Bentham? De fato, todas as condições do panóptico foram designadas para induzir os prisioneiros ou outros prisioneiros a serem escravizados pelo contratante (Bentham) praticamente pela vida inteira.

Em vista da principal preocupação de Bentham com o panóptico, e de sua explícita identificação de si mesmo como o contratante, precisamos relembrar do que Himmelfarb aponta como sendo:

> a estranha, quase intencional desatenção dos biógrafos e historiadores para a mais marcante característica do plano é a causa decisiva de sua rejeição. Para eles, Bentham era um filantropo que sacrificou anos de sua vida e a maior parte de sua fortuna para a causa exemplar da reforma penal e que era

> inexplicavelmente, como um biógrafo colocara, “não era para ser permitida a beneficiar seu país.” A maioria dos livros sobre Bentham e até mesmo algumas das mais respeitáveis histórias de reforma penal não mencionam tanto o sistema de contrato em conexão com o Panóptico, muito menos identificam Bentham como o contratante proposto.[15]

Finalmente, o Panóptico de Bentham era suposto a estar intimamente conectado com uma máquina de processamento de madeira que seu irmão Samuel inventou na Rússia por volta do mesmo tempo do projeto de Panóptico. Que melhor uso para milhares, talvez muitos milhares de prisioneiros do que estarem ocupados em trabalho mal pago processando enormes quantias de madeira? A máquina de processamento de madeira de Samuel se provou como sendo muito custosa para ser construída e impulsionada por uma engrenagem a vapor; então por que não, nos próprios termos de Bentham, "o trabalho humano ser extraído de uma classe de pessoa, sob cuja parte nem destreza nem boa vontade eram para ser reconhecidas [...] agora substituídas pela engrenagem a vapor [...]?

Que Bentham não visou confinar o panóptico para a classe de prisioneiros é mostrado particularmente por seu esquema de albergue panóptico. Escrito originalmente em 1797 e re-emitido em 1812, o *Pauper Management Improved* de Bentham imaginou uma sociedade por ações, como a Companhia das Índias Orientais, contratadas pelo governo para operar 250 "casas industriais" cada uma para armazenar 2000 pobres sujeitos a autoridade "absoluta" de um contratante-inspetor-governador, em uma construção e sofrendo sob um regime muito similar à prisão do panóptico.

Quem iria constituir a classe de pobres vivendo sob regime de trabalho escravo do albergue do panóptico? Para Bentham, para a companhia — da qual ele, é claro, seria a cabeça — seriam designados “poderes coercitivos” para pegar qualquer um “que não tenha meios de

---

15 Ibid., pp. 58–9.

subsistência visíveis ou propriedades atribuíveis, nem meios de subsistência honestos e suficientes". Nessa definição bastante elástica, o cidadão médio seria legalmente encorajado a ajudar e favorecer os poderes coercitivos da empresa do asilo, apreendendo qualquer pessoa que ele considerasse com meios de subsistência insuficientes e mandando-o para o asilo panóptico.

A escala imaginada por Bentham da rede de albergue do panóptico não era outra coisa senão grandiosa. As casas eram para confinar não apenas 500.000 pobres mas também seus filhos, que eram para continuar ligados à companhia, então mesmo se seus pais fossem dispensados ainda eram mantidos enquanto aprendizes até o início de seus 20 anos, mesmo se casados. Esses aprendizes estariam confinados em 250 casas adicionais de panóptico, trazendo o número total de prisioneiros nas casas de indústria a não menos de um milhão. Se considerarmos que a população total da Inglaterra naquela época era de apenas nove milhões, isso significa que Bentham previa o confinamento ao trabalho escravo, regimentado e explorado por ele mesmo, de pelo menos 11% da população do país. De fato, às vezes Bentham imaginava que seus panópticos encarcerariam até três quintos da população britânica.

Jeremy Bentham concebeu seu panóptico em 1786, aos 38 anos; cinco anos depois, ele publicou o esquema e lutou muito por ele por mais duas décadas, também insistindo em vão que a França e a Índia adotassem o esquema. O Parlamento finalmente rejeitou o plano em 1811. Pelo resto de sua longa vida, Bentham lamentou a derrota. Perto do fim de sua vida, aos 83 anos, Bentham escreveu uma história do caso, paranoicamente convencido de que o rei George III havia sabotado o plano por uma vingança pessoal decorrente da oposição de Bentham, durante a década de 1780, à guerra projetada do rei contra Rússia. (O título do livro é "*History of the War Between Jeremy Bentham and George III*, por Um dos Beligerantes"). Bentham lamentou, "imagine como ele me odiou [...] E para ele, todos os pobres

no país, bem como todos os prisioneiros no país, poderiam ter estado em minhas mãos".[16] De fato uma tragédia!

Jeremy Bentham começou na vida como um Tory, um típico crente no "despotismo esclarecido" do século XVIII. Ele precisava dos déspotas esclarecidos, seja Catarina, a Grande, da Rússia, ou George III, para implementar suas reformas e caprichosos esquemas para "a maior felicidade do maior número". Mas a falha em pôr o panóptico em prática soou a ele como sons de monarquia absoluta. Como ele escreveu, "Eu [...] nunca suspeitei que as pessoas no poder fossem contra a reforma. Eu supus que eles apenas queriam conhecer o que era bom para incorporá-lo." Desiludido, Bentham permitiu a si mesmo ser convertido, parcialmente por seu grande discípulo James Mill, à democracia radical, e para a panóplia do que veio a ser chamado de radicalismo filosófico. Como Himmelfarb resume o novo radicalismo, sua inovação "foi fazer da maior felicidade do maior número dependente do maior poder do maior número" o maior poder a ser alojado em uma "legislação omnicompetente".[17] E se, como Himmelfarb coloca, a "maior felicidade do maior número" pode requerer "a maior miséria dos poucos", então que assim seja.

Pouco parece um exagero quando Douglas Long compara a perspectiva social de Bentham com aquela do totalitarista "científico", B.F. Skinner. Bentham escreveu perto do fim de sua vida que as palavras "liberdade" e "liberal" estavam entre "as mais perniciosas" na língua inglesa, porque elas obscurecem os genuínos problemas, que são "felicidade" e "segurança". Para Bentham, o estado é o berço necessário da lei, e é dever de todo cidadão individual obedecer a essa lei. O que o público precisa e quer não é liberdade, mas sim "segurança", para a qual o poder do estado soberano precisa ser insubordinado e infinito. (E quem irá guardar o cidadão de seu soberano?) Para Bentham, como Long coloca:

---

16 *Ibid*., p. 71.

17 *Ibid*., p. 76.

> em virtude de sua própria natureza a ideia de liberdade, mais que qualquer outro conceito, punha uma ameaça contínua a completude e estabilidade que Bentham via em sua "ciência da natureza humana". A qualidade indeterminada e em aberto da visão libertária do homem era alienígena para Bentham. Ele visou em verdade a perfeição da física social neo Newtoniana[18]

É certamente apto, senão grandiloquente, que Bentham viu a ele mesmo como "O Newton do mundo moral".

Os radicais filosóficos, apesar de sua proclamada devoção ao *laissez-faire*, adotaram não apenas o credo democrático tardio de Bentham, mas também sua devoção ao panóptico. John Stuart Mill, até mesmo em sua versão mais anti benthamista no curso de sua eternamente oscilante carreira, nunca criticou o panóptico. Mais fortemente, o brilhante "Lenin" de Bentham, James Mill, apesar de seu anseio em enterrar as visões econômicas estatistas de Bentham, admirou o panóptico como uma extravagância do próprio Mestre. Em um artigo sobre "Prisões e Disciplina das Prisões", escrito para a *Encyclopedia Britannica* em 1822 ou 1823, Mill elevou o panóptico aos céus, como "perfeitamente exposto e provado" sobre o grande princípio da utilidade. Todo aspecto do Panóptico recebeu os elogios de Mill: a arquitetura, as redes em vez de camas, a inspeção que via tudo, o sistema de trabalho, o sistema de contrato, a escravidão perpétua dos "prisioneiros libertos". O elogio generoso de Mill foi tanto privado quanto público, pois em uma carta ao editor da *Encyclopedia*, Mill insistiu que o panóptico "parece-me se aproximar da perfeição".

---

18 Douglas C. Long, *Bentham on Liberty* (Toronto: University of Toronto Press, 1977), p. 164. Como Long escreveu: Bentham "ampliou sua visão das funções atribuíveis a um legislador até que elas [...] parecessem incluir todas as formas imagináveis de controle social sobre o universo das ações humanas". Ibid., p. 214.

capítulo 3

James Mill, Ricardo e o Sistema Ricardiano

3.1 James Mill, o Lenin dos Radicais

James Mill (1771-1836) foi certamente uma das mais fascinantes figuras na história do pensamento econômico. E ainda sim, ele está entre os mais negligenciados. Mill foi talvez uma das primeiras pessoas nos tempos modernos que poderia ser considerada um verdadeiro "homem da cadre", alguém que, no movimento Leninista do próximo século, teria sido exaltado como um "verdadeiro bolchevique". De fato, ele foi o Lenin dos radicais, criando e forjando teorias filosóficas radicais e todo o movimento radical. Brilhante e criativo, mas insistentemente o homem Número Dois do pódio, Mill começou como um Lênin buscando seu Marx. De fato, ele simultaneamente achou dois "Marxes", Jeremy Bentham e David Ricardo.

Ele conheceu ambos mais ou menos ao mesmo tempo, quando tinha 35 anos, Bentham em 1808 e Ricardo por volta da mesma data. Bentham tornou-se o Marx filosófico de Mill, do qual Mill adquiriu sua filosofia utilitarista e a passou adiante para Ricardo e para a economia num geral. Mas tem-se amplamente negligenciado que Mill foi criativo em seu relacionamento com Bentham, persuadindo o velho homem, antes um Tory, que esse utilitarismo Benthamista implicava em um sistema político de democracia radical. David Ricardo (1772-1823) foi um insofisticado, jovem, mas aposentado e rico corretor (na verdade vendedor de títulos) com um ávido interesse em assuntos monetários; mas Mill percebeu e desenvolveu Ricardo como seu "Marx" na economia.

Até ele ter adquirido seu posto na Companhia das Índias Orientais em 1818, com 45 anos, Mill, um empobrecido emigrante escocês e escritor autônomo em Londres, viveu parcialmente às custas de Bentham, e conseguiu se manter em bons termos com seu patrono apesar de seus severos conflitos de personalidade. Um inveterado organizador dos outros, bem como dele mesmo, Mill tentou desesperadamente canalizar os prolíficos, mas aleatórios, rascunhos de Bentham em um padrão coerente. Bentham, enquanto isso, escreveu privadamente a amigos se queixando da impertinente interferência

desse pretensioso jovem. A publicação por parte de Mill de seu bem sucedido *History of India* em 1818 o rendeu emprego imediato em um importante posto na Companhia das Índias Orientais, onde ele ascendeu à liderança do gabinete em 1830 e continuou lá até sua morte.

Por outro lado, David Ricardo, autodidata e desconfiado, agiu mal como um Grande Homem. Ao contrário, a sua admiração por Mill, o seu mentor intelectual e em parte seu mentor em teoria econômica, o permitia ser moldado e dominado por Mill. E assim Mill felizmente intimidou, convenceu, estimulou e induziu seu bom amigo a se tornar o "Marx", o grande economista que Mill sentiu por quaisquer razões que ele mesmo não poderia ou não deveria ser. Ele importunou Ricardo a escrever e a terminar sua obra mestra, The Principles of Political Economy and Taxation (Princípios de Economia Política e Tributação) (1817), e então a entrar no Parlamento para exercer um papel político ativo como líder dos radicais. Mill ficou satisfeito em se tornar o principal e mais profundamente devoto Ricardiano na economia.

Como um "Lenin", então, James Mill teve um papel intelectual muito mais ativo do qual o real Lenin jamais teve. Ele não só integra a obra de dois "Marxes"; ele contribuiu substancialmente ao próprio sistema. De fato, em conversas sem fim, Mill instruiu Ricardo em todos os tipos de tópicos, e Mill observou, editou, e indubitavelmente acrescentou a muitos rascunhos do *Principles* de Ricardo. Nós já vimos, por exemplo, que foi Mill quem primeiro absorveu e adaptou a lei de Say e a passou adiante para seu pupilo Ricardo. Pesquisas recentes indicam que James Mill exerceu um papel muito mais liderante no desenvolvimento da *Magnum opus* de Ricardo do que se tinha acreditado — por exemplo, em chegar a adotar a lei das vantagens comparativas.

A posição de Mill é certamente única na história do pensamento social. Muito frequentemente teóricos e escritores ficam ansiosos para proclamarem sua alegada originalidade aos céus (Adam Smith sendo um caso agravado, embora não atípico). Mas qual outro exemplo há de um homem muito mais original ou criativo do que ele jamais fez questão de reivindicar ser; quantos muitos outros insistiram em parecerem ser o mero Número Dois do pódio quando, de diversas maneiras, eles eram o Número Um? É possível, deve-se notar, que a explicação para esse curioso fato é simplesmente mais material-

econômica do que profunda-psicológica. Mill, filho de um sapateiro escocês, era um escocês pobre sem emprego estável tentando construir seu caminho e constituir uma família em Londres. Bentham era um rico aristocrata que funcionou como o patrono de Mill; Ricardo era um rico e aposentado corretor. É certamente possível que a postura de Mill como devoto discípulo fosse para ele a função de um pobre homem mantendo seus ricos mentores-discípulos felizes, bem como maximizando a recepção do povo para suas doutrinas comuns.

Como um preeminente homem da cadre, Mill possuiu todas as forças e fraquezas desse tipo moderno. Sem graça, eternamente didata, mas carismático e cheio de prodigiosa energia e determinação, Mill teve tempo o suficiente para continuar em um importante emprego em tempo integral na Casa das Índias Orientais enquanto, ainda assim, funcionava como um comprometido ativista-acadêmico em diversos níveis. Como acadêmico e escritor, Mill era meticuloso e lúcido, comprometido fortemente com alguns vastos e primordiais axiomas: utilitarismo, democracia e laissez-faire. Em um nível acadêmico, ele escreveu importantes tomos sobre a história da Índia Britânica, sobre economia, sobre ciência política e sobre psicologia empirista. Ele também escreveu numerosas revisões e artigos acadêmicos. Mas fortemente comprometido, como Marx seria, a mudar o mundo como ele bem entender, Mill também escreveu incontáveis artigos para jornais, ensaios e artigos estratégicos e táticos, bem como incansavelmente organizou os filósofos radicais, e os manobrou no Parlamento e na vida política. Com tudo isso, ele tinha energia para pregar e instruir todos ao redor dele, incluindo sua famosa e falha tentativa de fazer lavagem cerebral em seu jovem filho John. Mas precisa-se notar que a ferrenha e fervorosa educação de John não era simplesmente excentricidade de um pai e de um intelectual vitoriano; a educação de John Stuart foi designada para prepará-lo para a presumivelmente vital e histórico-mundial função do sucessor de James como um líder da cadre radical, como o novo Lenin. Havia um método na loucura.

O espírito evangélico calvinista de James Mill foi tecido por sua função vitalícia na Cadre. Mill foi treinado na Escócia para ser um pregador presbiteriano. Ele perdeu a sua fé cristã durante os seus dias

como um homem literário em Londres, tornou-se ateu, mas, como no caso de muitos posteriores intelectuais ateus e agnósticos evangelicamente treinados, ele reteve nefasto, puritano e cruzadístico hábito da mente do prototípico agitador calvinista. Como o Professor Thomas perceptivelmente escreve:

> Esse é o porquê de Mill, um cético em sua vida tardia, sempre ter se dado bem com evangélicos dissidentes [da Igreja Anglicana] ... Ele pode ter chegado a rejeitar a crença em Deus, mas alguma forma de zelo evangélico permaneceu essencial a ele. O ceticismo no sentido de não-comprometimento, indecisão entre uma crença e outra, horrorizava ele. Talvez isso explique sua aversão de longa data a Hume. Antes de ele perder a sua fé, ele condenou Hume por sua infidelidade; mas mesmo quando ele compartilhou dessa infidelidade, ele continuou a subestima-lo. Um plácido ceticismo o qual pareceu sustentar todo o status quo não era uma mentalidade que Mill entendesse.

Ou talvez Mill entendesse Hume bem demais e, portanto, o insultou.

O calvinismo de Mill era evidente em sua convicção de que a razão deve manter duro controle sobre as paixões - uma convicção que dificilmente se encaixava bem com o hedonismo Benthamista. Os homens da cadre são notórios puritanos, e Mill puritanamente desgostava e desconfiava do drama e da arte. O ator, ele acusou, era o "escravo dos mais irregulares apetites e paixões de sua espécie", e Mill era dificilmente o primeiro a se deleitar em beleza sensual para proveito próprio. Da pintura e da escultura Mill fazia escárnio como as mais baixas das artes, existindo apenas para gratificar o frívolo amor da ostentação. Quando Mill passou a crer, em uma maneira tipicamente utilitarista Benthamista, que a ação humana é apenas "racional" se feita de uma maneira prudente e calculada, ele demonstrou em seu *History of British India* (História da Índia Britânica) uma completa incapacidade de entender qualquer um motivado por ascetismo místico religioso ou por uma pulsão pela glória militar ou auto sacrifício.

Se Emil Kauder está certo, e o Calvinismo Escocês explica a introdução feita por Smith da teoria do valor-trabalho na economia, então o Calvinismo Escocês explica ainda mais a forçosa e determinada

cruzada pela teoria do valor-trabalho feita por Ricardo e seu desempenho de um papel central no sistema Ricardiano. Isso também pode explicar a devota adoção à teoria do valor-trabalho pelo colega e aluno de Dugald Stewart, John R. McCulloch.

O ponto alto, e exemplo de sucesso particular de Mill, o homem da cadre, exercendo o seu trabalho foi o seu papel em dirigir pelo Parlamento a grande Reform Bill (uma série de propostas de reformas) de 1832. A peça central da teoria política de Mill foi sua devoção à democracia e ao sufrágio universal; mas ele estava sensatamente querendo estabelece-la, temporariamente, para a Reform Bill, a qual decisivamente expandiu o sufrágio britânico da aristocracia arbitrária para uma grande base da classe média. Mill era o "Lenin" por debaixo dos panos e mestre manipulador da agitação pela Reform Bill.

A sua estratégia era jogar com o medo do tímido e centrista governo Whig de que as massas iriam entrar em fúria com uma violenta revolução caso a emenda não passasse. Mill e seus radicais sabiam muito bem que nenhuma revolução estava no horizonte; mas Mill, através de amigos e aliados estabelecidos estrategicamente na imprensa, pôde orquestrar uma deliberada campanha de fraude na imprensa que enganou e pôs em pânico os Whigs para que eles passassem a emenda.

A campanha de mentiras foi engajada por importantes setores da imprensa: pelo Examiner, um periódico semanal editado e propriedade do Benthamista radical Albany Fonblanque: pelo amplamente lido Morning Chronicle, um periódico jornal diário Whig editado por um antigo amigo de Mill, John Black, que fez do jornal um veículo para os utilitaristas radicais; e pelo Spectator, editado pelo Benthamista S. Rintoul. O Times era também amigável com os radicais a essa altura, e o principal radical de Birmingham, Joseph Parkes, era dono e editor do Birmingham Journal. Não somente isso; Parkes foi capaz de ter suas mentirosas histórias sobre a alegadamente revolucionária opinião pública de Birmingham reimpressas como registros factuais na Morning Chronicle e no Times. Tão bem conseguiu Mill cumprir sua tarefa que mais tarde historiadores foram pegos nessa também.

Sempre unificador de teoria e práxis, James Mill pavimentou a

via para essa campanha recheada de fraude ao escrever uma justificação da mentira por um fim que valha a pena. Enquanto a verdade era importante, Mill concedeu, havia circunstâncias importantes “nas quais outro homem não é intitulado à verdade”. Os homens, ele escreveu, não deveriam ter a verdade “quando eles fazem mau uso dela”. Sempre o utilitarista! É claro, como de costume, foi o utilitarista que estava para decidir se o uso de outro homem seria “bom” ou “mau”.

Mill então escalou sua defesa da mentira na política. Na política, ele reivindicou que disseminar “informações erradas” (ou, como ele diria agora, “desinformação”) não é “um ramo da moralidade, mas ao contrário, um ato de mérito [...] quando é condutivo à prevenção do mau governo.” “Em nenhum caso é qualquer homem menos intitulado à informação correta do que quando, ao ouvi-la, a empregaria para a perpetuação do mal governo”.

Uma década e meia depois, John Arthur Roebuck, um dos principais ajudantes de Mill na campanha, e posteriormente um membro do Parlamento radical e historiador da pulsão pela reforma, admitiu que

> para atingir o nosso fim, muito do que foi dito ninguém realmente acreditava; muito do que foi feito ninguém gostaria de ter feito[...] frequentemente, quando não havia perigo, o clamor de alarme soava para manter a Câmara dos Lordes e a aristocracia geralmente no que se era definido como um estado de total terror.

Em contraste com os "barulhentos oradores que pareceram importantes" na campanha, Roebuck clamou novamente, haviam os “de cabeça fria, aposentados, sagazes e determinados homens [...] que esticaram as cordas nesse estranho jogo de marionetes.” “Uma ou mais mentes governantes, desconhecidas para o povo”, manipularam e armaram o cenário de todo o movimento. Eles “usaram os outros como seus instrumentos [...].” E o mais cabeça-fria, sagaz e determinado era o mestre de marionetes, James Mill.

Embora ele trabalhasse como um oficial superior para a Companhia das Índias Orientais, e não pudesse dirigir o parlamento ele mesmo, James Mill era o inquestionável líder da cadre do grupo de 10-

20 filósofos radicais que gozaram de um breve dia ao sol no Parlamento durante a década de 1830. Mill continuou a ser o líder deles até morrer em 1836, e então os outros tentaram continuar em seu espírito. Enquanto os filósofos radicais proclamaram a eles mesmos como Benthamistas, o envelhecido Bentham tinha pouco a fazer pessoalmente com esse grupo Milliano. A maioria dos filósofos radicais parlamentares foram convertidos pessoalmente por Mill, começando com Ricardo mais de uma década antes, e também incluindo seu filho John Stuart, que, por um tempo, sucedeu seu pai como líder radical. Mill, junto com Ricardo, também converteu o líder oficial dos radicais no Parlamento, o banqueiro e posterior historiador clássico George Grote (1794-1871). Grote, um autodidata e homem mal humorado, logo se tornou uma ferramenta abjeta de James Mill, a quem ele grandemente admirou como "um muito profundo homem pensador". Como o discípulo mais fiel de Mill, Grote, nas palavras do professor Joseph Hamburger, era "tão inoculado, como se precisava que ele fosse" que para ele todos os ditos de Mill "assumiram a força e a sanção de deveres".

O círculo Milliano também tinham uma fervorosa mulher da Cadre, Mrs Harriet Lewin Grote (1792-1873), uma imperiosa e assertiva militante cujo lar se tornou o salão e centro social para os radicais parlamentares. Ela era amplamente conhecida como a "Rainha dos Radicais", da qual Cobden escreveu que "se ela tivesse sido um homem, ela teria sido a líder do partido". Harriet testificou a eloquência de Mill e o efeito carismático sobre seus jovens discípulos, a maioria dos quais foram trazidos ao círculo Milliano por seu filho, John Stuart. Um testemunho típico foi aquele de William Ellis, um jovem amigo de John, que escreveu em anos posteriores de sua experiência de James Mill: “Ele fez uma completa mudança em mim. Ele me ensinou como pensar e pelo que viver”.

3.2 Mill e a análise de classe libertária

A teoria do conflito de classes como uma chave para a história política não começou com Karl Marx. Ela começou, como veremos mais abaixo, com dois dos principais libertários franceses inspirados

por J.B. Say, Charles Comte (o genro de Say), e Charles Dunoyer, na década de 1810 depois da restauração da monarquia Bourbon. Em contraste com a posterior degeneração marxista da teoria de classes, a visão Comte-Dunoyer sustentou que a inerente luta de classes focava em quais classes conseguiram ganhar controle do aparato estatal. A classe governante é qualquer grupo que tenha conseguido apoderar-se do poder do estado; os governados são aqueles grupos que são tributados e regulados por aqueles no comando. O interesse de classes, então, é definido como a relação de um grupo ao estado.

O governo do estado, com sua tributação e exercício do poder, controles, e fornecimento de subsídios e privilégios, é o instrumento que cria conflitos entre os governantes e os governados. O que temos, então, é uma teoria de conflito de classes de “duas classes” baseadas em se um grupo governa ou é governado pelo estado. Sob o livre mercado, por outro lado, não há conflito de classes, mas uma harmonia de interesses entre todos os indivíduos na sociedade cooperando através da produção e da troca.

James Mill desenvolveu uma semelhante teoria nas décadas de 1820 e 1830. Não é sabido se ele chegou a isso independentemente ou se foi influenciado pelos libertários franceses; é claro, entretanto, que a análise de Mill era desprovida das ricas aplicações à história da Europa Ocidental que Comte, Dunoyer e o seu jovem associado, o historiador Augustin Thierry, elaboraram. Todo governo, apontou Mill, era dirigido pela classe governante, os Poucos que dominavam e exploravam os governados, os Muitos. Visto que todos os grupos tendem a agir por seus interesses egoístas, ele notou, é absurdo esperar que o seleto grupo governante aja altruisticamente pelo "bem público". Tal como todos os outros, eles irão usar as suas oportunidades para seu próprio ganho, o que significa saquear os muitos e favorecer seus próprios interesses ou os de seus aliados enquanto contra aqueles do povo. Assim, o habitual uso de Mill do termo "sinistros" interesses enquanto contra o bem do público. Para Mill e os radicais devemos notar que o bem público significava especificamente governo-laissez-faire confinado às mínimas funções da polícia, defesa e da administração da justiça.

Assim, Mill, o proeminente teórico político dos radicais, remonta aos libertários Commonwealthmen do século XVIII ao enfatizar a necessidade de sempre tratar o governo com suspeita e de fornecer

controle para suprimir o poder do estado. Mill concordou com Bentham que “se não detida, uma elite governante seria predatória” A busca de interesses sinistros leva à “corrupção” endêmica na política, às sinecuras, “locais” burocráticos e subsídios. Mill lamentou: “Pense no fim [do governo] como ele realmente é, em sua própria natureza. Pense adiante na facilidade dos meios — justiça, polícia, e defesa de invasores estrangeiros. E então pense na opressão praticada sob as pessoas da Inglaterra sob o pretexto de fornecê-las”.

Nunca uma teoria libertária de classe-governante foi posta mais claramente ou mais vigorosamente do que nas palavras de Mill: há duas classes, Mill declarou, “A primeira classe, aqueles que pilham, são o número menor. Eles são os poucos que governam. A segunda classe, aqueles que são pilhados, são o maior número. Eles são os muitos subalternos” ou, como o Professor Hamburger sumariza a posição de Mill: “A política era uma luta entre duas classes - os avarentos governantes e suas intencionadas vítimas.”

O grande enigma do governo, concluiu Mill, era como eliminar essa pilhagem: tomar o poder "pelo qual a classe que pilha sucede em continuar sua vocação, tem sempre sido o grande problema do governo".

Os "Muitos súditos" que Mill acuradamente usou o termo "o povo", e foi provavelmente Mill que inaugurou o tipo de análise que colocou "o povo" como uma classe governada em oposição aos "interesses especiais". Como, então, é para ser freado o poder da classe governante? Mill pensou que viu a resposta: "As pessoas precisam apontar os vigias. Quem vigia os vigias? As pessoas, elas mesmas. Não há outro recurso; e sem essa última salvaguarda, os Poucos governantes irão ser para sempre o flagelo e a opressão dos Muitos súditos."

Mas como devem as mesmas pessoas serem os vigias? A esse antigo problema Mill providenciou o que é agora uma resposta padrão no mundo ocidental, mas ainda não muito satisfatória: por todas as pessoas elegendo representantes para vigiar.

Diferentemente dos analistas libertários franceses, James Mill não era interessado na história e no desenvolvimento do poder do estado; ele estava interessado apenas no aqui e agora. E no aqui e agora

da Inglaterra de seus dias, os Poucos governantes eram a aristocracia, que governavam por meio de um sufrágio altamente limitado e controlavam “distritos deteriorados”, elegendo representantes para o Parlamento. A aristocracia era a classe dominante; o governo da Inglaterra, acusou Mill, era “uma máquina aristocrática, exercitada pela aristocracia por seu próprio benefício”. O filho de Mill e fervoroso discípulo (naquela época), John Stuart, argumentou de maneira Milliana em sociedades de debate em Londres que a Inglaterra não gozou de um “governo misto”, visto que uma grande maioria da Câmara dos Lordes foi escolhida por "200 famílias". Estas poucas famílias aristocráticas, “portanto, possuem absoluto controle sobre o governo [...] e se um governo controlado por 200 famílias não é uma aristocracia, então tal coisa como uma aristocracia não pode ser dita como existente”. E, desde que tal governo é controlado e dirigido por poucos, ele é, portanto, “conduzido totalmente para o benefício de poucos”.

É essa a análise que levou James Mill a pôr no centro de sua formidável atividade política a conquista do sufrágio universal das pessoas em frequentes eleições por voto secreto. Esse era o objetivo de longo prazo de Mill, embora ele quisesse estabelece-la temporariamente - no que os marxistas iriam posteriormente chamar de uma "demanda de transição" - para a Reform Bill de 1832, o qual ampliou grandemente o sufrágio para a classe média. Para Mill, a extensão da democracia era mais importante que o laissez-faire, pois, para Mill, o processo de destronar a classe aristocrática era mais fundamental, visto que o laissez-faire era uma das felizes consequências esperadas a naturalmente fluir da substituição da aristocracia pelo governo de todas as pessoas. (No contexto moderno americano, a posição de Mill iria aptamente ser chamada de "populismo de direita").

Colocar a democracia em sua demanda central levou os Milianos radicais na década de 1840 a tropeçar e a perder significância política ao se recusarem a se aliarem eles mesmos com a Anti-Corn Law League, apesar de seu acordo mútuo com suas livres negociações e com o laissez-faire. Pois os Millianos sentiram que as livres negociações estavam muito longe de um movimento de classe-média e desviando de uma primordial concentração na reforma democrática.

Garantido que as pessoas iriam deslocar o governo aristocrático, teria Mill qualquer razão para pensar que as pessoas iriam então exercer

sua vontade sob o nome do laissez-faire? Sim, e aqui seu raciocínio foi ingênuo: enquanto a classe governante tinha os frutos de seu governo explorador em comum, as pessoas eram um tipo de classe diferente: seu único interesse em comum era se livrar do governo de privilégios especiais. À parte disso, a massa do povo não teria um interesse comum de classe que eles poderiam sequer ativamente prosseguir por meio do estado. Ademais, esse interesse em eliminar o privilégio especial é o interesse comum de todos, e é, portanto, o "interesse público" enquanto oposto aos especiais ou sinistros interesses dos Poucos. O interesse desse povo coincide com o interesse universal, com o laissez faire e com a liberdade para todos.

Mas como então explicar que ninguém pode afirmar que as massas sempre defenderam o laissez-faire - e que as massas tem todas, muito frequentemente, apoiado muito lealmente o governo explorador dos Poucos? Claramente, porque as pessoas, nesse complexo campo do governo e da política pública, teriam sofrido do que os marxistas posteriormente iriam chamar de "falsa consciência", uma ignorância de onde seus interesses verdadeiramente estão. Foi então designado à vanguarda intelectual, para Mill e seus filósofos radicais, para educar e organizar as massas de modo que sua consciência iria se tornar correta e eles iriam então exercer a irresistível força para trazer à tona seu próprio governo democrático e instalar o laissez-faire. Mesmo que possamos aceitar esse argumento geral, os radicais Millianos foram, infelizmente, altamente superotimistas sobre o período de tempo para tal instigação de consciência, e contratempos políticos no início da década de 1840 levaram à sua desilusão nas políticas radicais e à rápida desintegração do movimento radical. Curiosamente o bastante, seus líderes, tais como John Stuart Mill e Harriet Grote, enquanto proclamavam seu exausto abandono da ação política ou do entusiasmo político, em realidade gravitavam com estonteante rapidez rumo ao aconchegante centro Whig do qual anteriormente faziam escárnio. A sua proclamada perda de interesse na política era, na realidade, uma máscara para a perda de interesse na política radical.

3.3 Mill e o sistema ricardiano

Muito tem sido recentemente revelado sobre o papel formativo e moldador de James Mill sobre o sistema de seu amigo Ricardo. O quanto do Ricardianismo é realmente criação de Mill? Aparentemente, uma boa parte. Uma coisa é certa: foi Mill que pegou de J.B. Say a grande lei de Say e converteu Ricardo a essa posição. Mill desenvolveu a lei de Say em seu importante livro inicial, *Commerce Defended* (Comércio Defendido) (1808), escrito pouco antes de ele conhecer Ricardo. Ricardo fielmente seguiu a lei de Say, e, enquanto no Parlamento, constantemente opôs-se aos gastos em obras públicas durante o depressivo ano de 1819. E vimos que Mill e Ricardo juntos conseguiram matar a publicação do *True Alarm* "pré-keynesiano" de Bentham em 1811.

Ao expor a lei de Say, Mill estava continuando e desenvolvendo os importantes insights Turgot-Smith sobre poupança e investimento. Mas boa parte do resto do legado econômico de Mill foi um desastre. Muito disso foi o coração e a alma do sistema Ricardiano. Assim, em uma obra inicial esquecida, *The Impolicy of a Bounty on the Exportation of Grain* (*A Impolidez de uma Recompensa sobre a Exportação de Grãos)* (1804), Mill desenvolve a essência do ricardianismo, do conteúdo atual, à caracteristicamente desastrosa metodologia de brutal e irrealista simplificação excessiva e à uma holística concentração de frágeis macro-agregados não relacionados às ações do indivíduo, seja consumidor ou homem de negócios, no mundo real. Mill agita pedaços de alegadas interrelações entre esses macro-agregados, todos parecendo ser sobre o mundo real, mas, na verdade, relevantes apenas para suposições profundamente falaciosas sobre a fantasiosa terra do equilíbrio de longo prazo. A metodologia é essencialmente "matemática verbal", visto que as afirmações são apenas a agitação implícita do que são realmente relações matemáticas, mas nunca são admitidas como tais. Esse uso da língua vernácula adiciona um caráter de pseudo-realismo que a matemática nunca pode conferir. Um uso aberto da matemática poderia ter ao menos revelado as suposições falaciosas do modelo.

A preocupação exclusiva de Ricardo com o equilíbrio de longo prazo pode ser vista na sua própria declaração do método: "Eu coloquei

estes imediatos e temporários efeitos de lado, e fixei toda a minha atenção no estado permanente de coisas o qual irá resultar deles.”

Simplificação excessiva irrealista, composta em si mesma, é o “Vício Ricardiano". Ambas as metodologias Ricardianas e a metodologia Say-Austríaca foram chamadas terminologicamente de "dedutivas", mas elas são, em verdade, polos opostos. A metodologia Austríaca ("praxiologia") se mantém perto, em seus axiomas, aos universalmente realistas insights comuns da essência da ação humana, e deduz verdades apenas de tais proposições ou axiomas evidentemente verdadeiros. A metodologia Ricardiana introduz numerosas suposições falsas, compostas e multiplicadas, nos axiomas iniciais, de modo que as deduções feitas dessas suposições - seja verbal no caso de Ricardo e matemática no caso dos Walrasianos modernos, ou uma mistura de ambos como no caso dos keynesianos - são todas necessariamente falsas, inúteis e enganadoras.

Assim, em seu ensaio sobre uma recompensa nos grãos, James Mill introduz o tipicamente "Ricardiano" erro de mesclar todas as mercadorias agrícolas em uma só, trigo, e afirmando que o trigo é a mercadoria básica. Com o trigo agora adotado como um substituto para toda comida, Mill faz a abrangente afirmação de que o princípio mais científico da economia política é "que o preço monetário do trigo regula o preço monetário de todo o resto." Por quê? Aqui, Mill introduz uma típica e brutalmente drástica variante do Malthusianismo. Não apenas diz que há uma tendência a longo prazo da população pressionar os meios de subsistência de modo que taxas salariais sejam empurradas para baixo do custo de subsistência. Mas mais, em uma confusão tipicamente Ricardiana do não existente equilíbrio de longo prazo com a constante e cotidiana realidade, diz que taxas salariais são sempre estabelecidas pelo preço do trigo (um substituto para a comida, ou subsistência, em geral). Mill estabelece a proposição de que taxas salariais são sempre estabelecidas diretamente pelo preço do trigo enquanto "tão obviamente necessário que não precisamos gastar mais tempo provando isso". Isso explica como ele conclui, portanto, que a taxa salarial é "inteiramente regulada pelo preço monetário do trigo".

A versão extrema do Malthusianismo de Mill pode ser visto em

sua afirmação de que "ninguém [...] irá hesitar em conceder [...] que a tendência da espécie de multiplicar é muito maior que a rapidez com a qual há qualquer chance que os frutos da terra serão multiplicados". Mill vai ainda mais à frente na selvageria extrema a ponto de dizer que "devemos aumentar o trigo o mais rápido que pudermos, bocas estão produzindo ainda mais rápido para que possam come-lo. A população está invariavelmente pressionando de perto o calcanhar da subsistência; e em qualquer quantidade que a comida é produzida, uma demanda irá sempre ser produzida maior do que a oferta".

Outra noção infeliz contribuída a Ricardo por Mill em seu ensaio de 1804 é um primordial foco no comportamento de algumas macro-cotas agregadas. O trabalho foi assumido como sendo de qualidade uniforme; portanto, todos os "salários" foram diminuídos ao nível de subsistência pelo preço do trigo. Há apenas três cotas macro-distributivas, "salários", "lucros" e "aluguéis", no esquema Ricardiano. Não há discussão alguma sequer de preços individuais ou taxas salariais — a preocupação adequada da análise econômica — e nenhuma alusão à existência de ou da necessidade pelo empreendedor. A brilhante análise de Say do papel central do empreendedor é completamente esquecida; não há papel para um empreendedor tomador de riscos se tudo está congelado em algumas poucas partes agregativas no equilíbrio de longo prazo, onde a mudança é pequena ou não-existente, e o conhecimento é perfeito em vez de duvidoso. "Lucros", portanto, são os retornos líquidos agregados recebidos por capitalistas, os quais poderiam ser muito bem chamados de "juros", ou "lucros a longo prazo".

Se salários, lucros e aluguéis exaurem o produto, então, tautologicamente e praticamente por definição, se um dos três aumenta e o total está congelado, um ou ambas das outras cotas precisam cair. Então, está implícita a suposição Ricardiana do inerente conflito de classes entre recebedores e os três blocos distributivos. No sistema Mill-Ricardiano, os salários são fixados pelo preço do trigo, ou pelo preço da comida. O custo da comida, por sua vez, está sempre aumentando por causa da oferta fixa de terra e da alegada necessidade Malthusiana de se mover para terras cada vez menos produtivas enquanto a população aumenta e pressiona a oferta de comida. Assim: aluguéis estão sempre lentamente, mas inexoravelmente aumentando, e as taxas

salariais monetárias estão sempre aumentando para manter o salário real a nível de subsistência. Assim — abracadabra! — "lucros" agregados precisam estar sempre caindo.

A escaldante crítica de Schumpeter do sistema Ricardiano é altamente perceptivo e perfeitamente apto:

> [...] ele [Ricardo] cortou o sistema geral [de interdependência econômica no mercado] aos pedaços, picotou quantas amplas partes disso em quantas possíveis e as pôs em um armazém congelado - de modo que muitas coisas enquanto possíveis deveriam ser congeladas e "dadas". Ele então pilhou uma suposição simplificante sobre a outra até que, tendo realmente estabelecido tudo a partir dessas suposições, ele foi deixado com apenas poucas variáveis agregativas entre as quais, dadas essas suposições, ele estabeleceu relações simples de via única de modo que, no fim, os resultados desejados emergiram quase como tautologias. Por exemplo, uma famosa teoria Ricardiana é a de que os lucros dependem do preço do trigo. E sob essas suposições implícitas, e no sentido particular no qual os termos da proposição estão ali para serem entendidos, isto não é apenas verdade, mas é, inegavelmente, de fato trivialmente, assim. Lucros não poderiam depender sobre qualquer outra coisa, visto que todo o resto é “dado”, isto é, congelado. É uma excelente teoria que nunca pode ser refutada e da qual nada falta, com exceção do sentido.

3.4 Ricardo e o sistema Ricardiano, I: a distribuição de macro-renda

Enquanto muito do sistema Ricardiano se mostrou ser criação de James Mill, talvez a maior parte dele seja devida ao próprio Ricardo, que precisa, é claro, em qualquer caso, portar maior responsabilidade por sua própria obra. Para continuar a metáfora Marxiana, de muitos modos o relacionamento Mill-Ricardo pode ser mais de uma conexão Marx-Engels do que uma conexão Lenin-Marx.

Ricardo nasceu em Londres, em uma próspera família de judeus

hispano-portugueses que se estabeleceram na Holanda depois de terem sido expulsos da Espanha no fim do século XVI. O pai de Ricardo se mudou para Londres, onde ele prosperou como um corretor e teve 17 filhos, do qual David era o terceiro. Quando tinha 11 anos, David foi enviado por seu pai para Amsterdam para estudar na escola judia ortodoxa por dois anos. Quando tinha 14 anos, com apenas uma educação primária, Ricardo começou sua carreira nos negócios, empregado pela casa de "corretagem" de seu pai. Deve-se enfatizar que, com exceção do quase-governamental Banco da Inglaterra, não haviam corporações ou ações corporativas nessa era. Títulos governamentais foram então chamados de "ações" e então "acionistas" seriam o que hoje é chamado de vendedores de títulos.

Sete anos depois, entretanto, David se casou com uma garota Quaker (quacre), e deixou a fé judaica, episódio no qual ele desonrou seus parentes. Eventualmente, ele se tornou um Quaker confirmado. O banco de Londres, já impressionado com o jovem Ricardo, emprestou a ele dinheiro o suficiente para se estabelecer em seu próprio negócio como acionista. Dentro de poucos anos, Ricardo fez uma enorme quantidade de dinheiro no negócio de títulos, até ele ficar pronto para se aposentar da área no início de seus 40 anos. Em 1799, com 27 anos, Ricardo, entediado enquanto vagava por aí em um saudável resort, foi sorteado, ganhando assim uma cópia de *The Wealth of Nations* (A Riqueza das Nações), e devorou o livro, tornando-se, assim como muitos outros daquela época, um dedicado Smithiano.

Como Schumpeter aponta, os *Principles* de Ricardo podem apenas ser entendidos como um diálogo com, e em reação ao *The Wealth of Nations*. A curva lógica de Ricardo foi indignada pela básica confusão da mente de Smith, o caos que J.B. Say também viu no cânone Smithiano, e ele, tal como Say antes dele, se estabeleceu para clarificar o sistema Smithiano. Infelizmente, e em profundo contraste a Say, Ricardo simplificou ao tomar todos os mais odiosos erros em Smith, jogando fora todas as qualificações e contradições, construindo, então, seu sistema sobre o que seria deixado. O pior de Smith foi exaltado e intensificado. Em seu método básico, todos ou quase todos os pontos históricos e empíricos de Smith foram jogados fora.

Isso não era mal em si mesmo, mas deixou um sistema dedutivo construído sobre profundas falácias e incorretos modelos macro. Em

adição, enquanto o sistema teórico de Ricardo pode ter sido brutalmente super simplificado em relação a Smith, seu estilo de escrita foi extraordinariamente mal formada e obtusa. A metodologia da matemática verbal é quase sempre fadada a ser dificultosa e obscurantista, com blocos de palavras cuspindo palavras de relações matemáticas de uma maneira altamente densa. Mas sobre isso, Ricardo, em contraste a seu mentor, Mill, foi indubitavelmente um dos piores e mais túrgidos estilistas literários na história do pensamento econômico.

Em contraste a Adam Smith, para quem o produto, ou a riqueza, das nações era de suprema importância, Ricardo negligenciou o produto total para colocar uma ênfase primordial em duas alegadas distribuições de um dado produto em macro-classes. Especificamente, nas três macro-classes de donos de terra, trabalhadores e capitalistas. Assim, em uma carta a Malthus, que nessa questão pelo menos era um Smithiano ortodoxo, Ricardo fez a distinção mais clara: "A economia política, você pensa, é uma inquirição para a natureza e causas da riqueza; eu penso que isso deveria ser preferivelmente chamado de uma inquirição às leis às quais determinam a divisão da produção da indústria entre as classes que concorrem em sua formação."

Desde quando o empreendedorismo não poderia existir no mundo de equilíbrio de longo prazo, ele foi deixado com a clássica tríade de fatores. Sua análise era estritamente holística, em termos de alegadamente homogênea, mas atualmente variada e com diversas classes. Ricardo evitou qualquer ênfase à la Say no indivíduo, seja ele o consumidor, trabalhador, produtor ou homem de negócios.

No mundo da matemática verbal de Ricardo havia, como Schumpeter havia astutamente apontado, quatro variáveis: a produtividade total ou renda, cotas de renda com o produto total ou renda, cotas de renda para donos de terras, capitalistas, e trabalhadores, i.e., aluguel, lucros (juros a longo prazo) e salários. Ricardo foi preso em um problema sem esperança: ele tinha quatro variáveis, mas apenas uma equação com a qual resolvê-las:

Produto total (ou renda) = aluguel + lucros + salários

Para resolver, ou melhor, fingir resolver, essa equação, Ricardo

tinha de "determinar" uma ou mais dessas entidades de fora da sua equação, e de tal maneira de modo a deixar os outros como resíduos. Ele começou por negligenciar o produto total, *i.e.*, ao assumir isso como sendo um dado determinando, "desse modo", a produção (output) ao congelá-la em suas próprias suposições arbitrárias. Esse procedimento o permitiu deixar uma variável — para a sua própria satisfação.

Próximo, para os salários. Aqui, Ricardo tomou de Mill a visão hardcore, ou ultra-Malthusiana, de que "salários" — todos salários — estão sempre e em todos os lugares pressionando a oferta de comida a uma tal extensão que eles são sempre estabelecidos e determinados precisamente a nível dos custos de subsistência. O trabalho é assumido como homogêneo e de igual qualidade, de modo que todos os salários podem ser assumidos estarem no custo de subsistência. Enquanto brevemente e indistintamente reconhecendo que o trabalho pode ter diferentes qualidades ou graus, Ricardo, como Marx depois dele, drasticamente assumiu o problema ao alegremente postular que todos eles podem ser incorporados a uma quantidade medida de "horas de trabalho". Como resultado, Ricardo poderia sustentar que as taxas salariais eram uniformes através da economia. Enquanto isso, como nós já vimos, a comida, ou subsistência geral, foi assumida ser incorporada em uma mercadoria, "trigo", de modo que o preço do trigo pode servir como um substituto do custo de subsistência em geral.

Dado essas hipóteses heroicas e falaciosas, então, "a" taxa salarial é determinada instantaneamente e totalmente pelo preço do trigo, visto que a taxa salarial não pode nem aumentar o preço para acima do nível de subsistência (como determinado pelo preço do trigo) e nem mergulhar para abaixo disso.

O preço do milho, por sua vez, é determinado de acordo com a famosa teoria do aluguel de Ricardo. O aluguel servia como a peça chave do sistema Ricardiano. Pois, de acordo com a teoria ainda mais bizarra de Ricardo, apenas a terra diferia em qualidade. O trabalho, como já vimos, foi assumido como sendo uniforme, e, portanto, taxas salariais são uniformes, e, como devemos ver, os lucros são também assumidos como sendo uniformes por causa do postulado crucial da economia sempre estar em equilíbrio de longo prazo. A terra é o único fator que miraculosamente é permitido diferir em qualidade. Depois, Ricardo assume qualquer descoberta de novas terras ou melhoramentos

em produtividade agrícola. Sua teoria da história, portanto, conclui que as pessoas sempre começam a cultivar as terras mais férteis, e, na medida em que a população aumenta, a pressão Malthusiana sobre a oferta de comida força os produtores a usar quaisquer terras mais inferiores. Em suma, na medida em que a população e a produção de comida aumentam, o custo de cultivar o trigo precisa, inexoravelmente, aumentar conforme o tempo.

O aluguel, na frase de Ricardo, é pago pelo "uso das originais e indestrutíveis forças do solo". Isso alude à teoria da produtividade, e de fato Ricardo viu que as mais férteis e produtivas terras ganhavam maior aluguel. Mas, infelizmente, como Schumpeter afirmou, Ricardo então "embarca em seu desvio". Em primeiro lugar, Ricardo fez a hipótese de que a qualquer momento a terra mais pobre em cultivo rende zero aluguel. Ele concluiu desse alegado fato que um pedaço de terra ganha aluguel não por causa de sua própria produtividade, mas meramente porque sua produtividade é maior que a terra mais pobre, e de zero aluguel, sob cultivo. Lembre-se que, para Ricardo, o trabalho é homogêneo e, portanto, os salários uniformes são iguais e, como devemos ver, os lucros são também uniformes e iguais. A terra é única em sua estrutura permanente, de longo prazo e de diferentes fertilidades e produtividades. Assim, para Ricardo, o aluguel é puramente um diferencial, e Terra A ganha o aluguel somente por causa de sua produtividade diferencial, produtividade comparada à Terra B, à terra de zero aluguel do cultivo.

Para Ricardo, muitos pontos importantes seguiram essas suposições. Primeiro, enquanto a população inexoravelmente aumenta, e terras cada vez mais pobres são usadas, todos os diferenciais continuam a aumentar. Assim, digamos que, em algum ponto no tempo, o alcance em produtividade das terras de trigo (que sumarizam toda a terra) comece a partir do alcance mais alto, a Terra A, através de um espectro abaixo até chegar na Terra J, a qual, sendo marginal, ganha zero aluguel. Mas agora a população aumenta e os fazendeiros têm de cultivar terras mais e mais pobres, digamos, K, L, e M. M agora se torna a terra de zero aluguel, e a Terra J agora ganha um aluguel positivo, igual ao diferencial entre sua produtividade e aquela de M. E todos nas

prévias terras inframarginais possuem seus aluguéis diferenciais aumentados também. Torna-se inevitavelmente verdade, portanto, que, com o tempo, enquanto a população aumenta, aluguéis, a proporção da renda indo aos aluguéis também aumentam.

Ainda assim, embora os aluguéis permaneçam aumentando, a margem dela sempre permanece zero, e, como Ricardo afirmou em uma crucial parte de sua teoria, o aluguel estando zero *não entra nos custos*.

Colocado de outra maneira: a quantidade de custo de trabalho, sendo alegadamente homogênea, é uniforme para cada produto, e lucros, sendo uniformes e bem pequenos por toda a economia, formam uma parte de custo que pode ser basicamente negligenciada. Visto que o preço de todo produto é uniforme, isso significa que a quantidade de custo de trabalho sobre a terra de maior custo, ou de zero aluguel, unicamente determina o preço do trigo e de todos os outros produtos agrários. O aluguel, sendo inframarginal na suposição de Ricardo, não pode entrar no custo. A renda total de aluguel é um passivo residual determinado pelos preços de venda e renda total, e os preços de venda são determinados pela quantidade do custo de trabalho e (em uma pequena extensão) pela taxa uniforme de lucro. E visto que a quantidade de trabalho necessária para produzir trigo continua a subir quanto mais e mais terras inferiores são postas na produção, isso significa que o custo de produzir trigo e, portanto, o preço do trigo continua a crescer com o tempo. E, paradoxalmente, enquanto as os aluguéis permanecem aumentando com o tempo, eles permanecem zero na margem, e, portanto, sem nenhum impacto sobre os custos.

Há muitos furos nessa doutrina. Em primeiro lugar, mesmo a terra mais pobre no cultivo nunca ganha zero de aluguel, assim como o pedaço de maquinário menos produtivo ou o trabalhador menos produtivo nunca ganha um preço ou um salário zero. Não beneficia nenhum dono de recursos manter o seu recurso ou fator em produção a não ser que ele ganhe um aluguel positivo. A terra marginal, ou outro recurso, irá, certamente, ganhar menos aluguel do que fatores mais produtivos, mas mesmo a terra marginal irá sempre ganhar algum aluguel positivo, o quão pequeno que seja.

Segundo, à parte do problema de zero aluguel, ele está simplesmente errado em pensar que o aluguel, ou qualquer outro retorno de fator, é causado por diferenciais. Cada pedaço de terra, ou

unidade de qualquer fator, ganha o que quer que ele produza; diferenciais são simples subtrações aritméticas entre duas terras, ou outros fatores, cada qual ganhando um aluguel positivo próprio. A suposição de zero aluguel à margem permite a Ricardo obscurecer o fato de que todo pedaço de terra ganha um aluguel produtivo, e o permite escorregar no diferencial enquanto causa.

Podemos tão bem quanto Ricardo em sua cabeça aplicar a teoria do diferencial aos salários, e dizer, com Schumpeter, que "ninguém paga mais por um bem do que por uma má terra exatamente como se paga mais por um bem do que para um mau trabalhador".

Terceiro, ao discutir o aumento em custos de produção de trigo, Ricardo inverte a causa e o efeito. Ricardo afirma que a população em aumento "obriga" os fazendeiros a trabalhar em terras de inferior qualidade, causando um aumento em seu preço. Mas como qualquer analista da teoria da utilidade iria perceber, a cadeia causal é precisamente o inverso: quando a *demanda* por milho aumenta, seu preço aumentaria, e o preço mais alto levaria os fazendeiros a cultivar trigo em terras de maior custo. Mas essa percepção, é claro, elimina a teoria Ricardiana do valor e com ela todo o sistema Ricardiano.

E quarto, como numerosas críticas apontaram, é certamente não verdadeiro, historicamente, que as pessoas sempre começam usando a terra de maior qualidade e então se mergulham inevitavelmente em terras mais e mais inferiores. Historicamente, sempre houve avanços, e avanços enormes, na produtividade da agricultura, na descoberta e criação de novas terras, e na descoberta e aplicação de novas e mais produtivas técnicas agrárias e tipos de produtos. Defensores de Ricardo contra argumentam que isso é puramente um argumento histórico, ignorando a beleza lógica da teoria Ricardiana. Mas o cerne do ponto é que Ricardo estava, antes de tudo, desenvolvendo uma teoria *histórica*, uma lei da história, e ele certamente reivindicou acurácia histórica para o passado e para previsões futuras para sua teoria. E ainda assim, é tudo uma suposição puramente arbitrária, e, portanto, amplamente falsa, de sua doutrina lógica disfarçada de uma teoria da história. O problema básico de Ricardo do começo ao fim foi fazer indiferentes e falsas generalizações históricas e empíricas serem as pedras fundamentais de

seu sistema lógico, do qual ele traçou autoconfiante e aparentemente verdadeiras conclusões apodíticas empíricas e políticas. Ainda assim, de falsas suposições apenas falsas conclusões podem ser traçadas, independente de quão impositiva a estrutura lógica pode ou não pode ser.

A teoria de aluguel diferencial de Ricardo foi amplamente chamada de precursora da lei dos retornos decrescentes neoclássica, a qual os neoclássicos teriam supostamente generalizado da terra para todos os fatores de produção. Mas isso está errado, visto que a lei dos retornos decrescente se aplica a doses crescentes de um fator para unidades *homogêneas* de outros fatores de produção, logicamente fixados — nesse caso a terra. Mas o cerne da teoria de aluguel diferencial de Ricardo é que suas áreas de terras não são homogêneas no final das contas, mas variam em um espectro de superioridade à inferioridade. Portanto, a lei de retornos decrescentes — como foi captada por Turgot e redescoberta pelos neoclássicos — simplesmente não se aplica.

O aluguel, embora sempre aumentando, é então efetivamente zero, e não é parte dos gastos e custos. O aluguel é descartado na equação Ricardiana, mas ainda não terminamos a determinação de salários, tudo que chegamos a dizer é que eles são precisamente fixados no nível de subsistência. O que acontecerá com os custos de subsistência conforme o tempo? Eles irão aumentar conforme o custo de produção do trigo aumentar e a população forçar o cultivo de terras cada vez mais inferiores. Conforme o tempo, no lento e de longo prazo equilíbrio Ricardiano, o custo da comida irá aumentar, e visto que os salários precisam sempre estar no nível de subsistência, os salários irão ter de aumentar para manter as taxas de salários reais iguais ao custo de subsistência. Agora começamos a fechar o círculo Ricardiano.

Aluguéis são, no que diz respeito a seus efeitos, zero, e as taxas salariais, sempre em subsistência, precisam aumentar com o tempo e, em conformidade, o custo da comida aumentará, para manter o ritmo preciso com o custo crescente de subsistência. Mas, então — voilà! — nós finalmente determinamos todas as variáveis com exceção de lucros (pelo menos para a satisfação de Ricardo), visto que a renda total é "dada" ou mantida congelada, isso significa que lucros são o resíduo da renda total. Com os aluguéis fora da figuração, as taxas salariais têm de

continuar aumentando conforme o tempo, isso necessariamente significa que os lucros, ou as taxas de lucro, precisam continuar caindo. Assim, está estabelecida a doutrina Ricardiana da taxa de lucro que está sempre caindo (*i.e.*, taxa de lucros de longo prazo). Note que isso não é o mesmo que a visão de Adam Smith de que a taxa de lucro cai conforme o tempo porque enquanto o capital continua a ser acumulado, o lucro é suposto a estar numa função inversa do estoque de capital. A doutrina de Ricardo do lucro segue por triunfante tautologia da sua tentativa de determinar as outras cotas de fatores de renda total. Quando lucros caem para zero, ou em qualquer taxa a nível baixo, o capital irá cessar de acumular e chegamos ao "estado estacionário" de Ricardo.

Ricardo, ainda mais que Smith, deixa o empreendedor totalmente de lado. Não pode haver papel para o empreendedor, no final das contas, se todos estão sempre no equilíbrio de longo prazo e não há nunca risco ou incerteza. Seus "lucros", como em Smith, são a taxa de retorno de longo prazo, i.e., a taxa de juros. No equilíbrio de longo prazo, ademais, todos os lucros são uniformes, visto que as firmas rapidamente se movem fora das indústrias de baixo lucro para indústrias de maior lucro até que ocorra a equalização. Então temos "lucros" em uma taxa uniforme por toda a economia em qualquer momento.

Um insight plausível na habitual confusão de Ricardo do equilíbrio de longo prazo e ajustes instantâneos com o mundo real foram oferecidos pelo professor F.W. Fetter. Fetter aponta que a familiaridade prática de Ricardo não era com os negócios e com a indústria (como era, podemos notar, a de J.B. Say) mas com os mercados de títulos e de câmbio. Ricardo “geralmente assumiu que mesmo na indústria e na agricultura, o ajuste acontecia com base em pequenas diferenças de preços, e sempre tão rápido quanto fez a arbitragem nos títulos governamentais e no câmbio internacional”.

Para retornar ao mundo Ricardiano: note que Ricardo *não diz* que o custo do trigo aumenta conforme o tempo porque o aluguel permanece aumentando em terras de trigo. Ele precisa se livrar da variável do aluguel, ele pode apenas fazer isso ao assumir que o aluguel é zero na margem e, portanto, nunca forma qualquer parte dos custos. O aluguel é, então, efetivamente zero. Por que, então, o custo do trigo aumenta?

Como temos indicado, porque a quantidade de trabalho necessária para produzir trigo, e, portanto, o custo de produzir trigo, aumenta conforme o tempo. Isso nos leva à teoria de custo e de valor de Ricardo. Aluguéis estão, agora, fora disso. Salários também não são custos, porque uma chave para o sistema de Ricardo é que salários em aumento levam a menos lucros, e não a preços maiores. Se aumentar os salários significa que os custos aumentaram, então Ricardo, que, como veremos, teve uma teoria-de-custo do valor e do preço, teria de dizer que os preços aumentaram em vez de dizer que os lucros iriam necessariamente cair.

Ele tratou os salários como uniformes, visto que Ricardo, como Marx depois dele, sustentou que o trabalho era homogêneo em qualidade. Não apenas isso significou que salários eram uniformes; mas Ricardo teria então que tratar, como a parte crucial de seu custo de trabalho, a quantidade de trabalhadores incorporado em qualquer produto. Diferença em qualidade ou em produtividade de trabalho pode, então, ser dispensada como simplesmente trivial e como uma suavemente mais complexa versão da quantidade de horas de trabalho. A qualidade foi rapidamente e magicamente transformada em quantidade.

Chegamos na borda da teoria do valor-trabalho Ricardiana - e Marxiana. Enquanto temos apenas uma teoria de custo da quantidade-de-trabalho. Nesse ponto Ricardo hesitou entre uma estrita teoria do trabalho de custo e uma teoria de quantidade-de-trabalho mais a taxa uniforme de lucro. Mas, visto que a taxa uniforme de lucro, presumivelmente por volta de 3-6 por cento, é pequena comparada à quantidade de horas de trabalho, Ricardo pode ser perdoado por desconsiderar a parte de taxa-de-lucro do custo como de importância trivial. E, visto que todas as taxas de lucro são assumidas para ser uniformes, e, como veremos, Ricardo teve uma teoria de custo do valor ou do preço, ele poderia facilmente desconsiderar a proporção uniforme e pequena, lucro, como de nenhuma relevância para explicar preços relativos.

É, é claro, peculiar considerar os lucros, mesmos os lucros como juros a longo prazo, como parte dos "custos" de produção. Novamente, esse uso busca eliminar qualquer consideração de lucros empresariais e perdas, e focar nos juros como um "custo" de longo prazo de induzir poupanças e a acumulação de capital.

Se os lucros para Ricardo são sempre uniformes, como esse lucro uniforme é determinado? Curiosamente, os lucros são *de modo algum* relacionados a poupanças ou a acumulação de capital; para Ricardo, eles são apenas sobras residuais depois do pagamento de salários. Em suma, para remontar a nossa original equação da distribuição Ricardiana: produto total (ou renda) = aluguel + lucros + salários. Notavelmente, Ricardo foi tentado a determinar todas as variáveis com apenas uma variável explicitamente determinada. O produto, como vimos, foi assumido como misteriosamente dado de fora do sistema Ricardiano. Os salários ("o" salário uniforme por toda a economia) é a única variável explicitamente determinada, determinada completamente para igualar o custo de subsistência, incorporado no custo de produzir trigo. Mas isso deixa dois resíduos, aluguéis e lucros, a serem determinados. O modo pelo qual Ricardo tenta contornar esse problema é dispor de aluguéis.

Os aluguéis são o diferencial entre as terras em cultivo e as menos produtivas terras de zero aluguel em uso. O custo de produzir trigo é igual a quantidade de horas de trabalho incorporadas em sua produção. Visto que aluguéis são zero na margem, eles não entram nos custos, e são passivamente determinados; na margem zero, as cotas de trabalho e de capital são todo o produto. E, visto que os salários são supostamente determinados pelo custo de crescer trigo, isso significa que o lucro pode apenas ser um truístico resíduo de salários, pois de outro modo a variável seria superdeterminada, e o sistema iria evidentemente colapsar.

As alegadas leis históricas seguem o modelo. Visto que a população em crescimento força mais e mais terras inferiores ao cultivo, o custo de trabalho na produção de trigo (i.e., a quantidade de horas de trabalho para produzi-lo), precisa continuar a aumentar. E, visto que o preço é determinado pelo custo, supostamente servido na sopa de quantidade de horas de trabalho para produzir o bem, isso significa que o preço do trigo precisa continuar aumentando conforme o tempo. Mas, visto que as taxas salariais reais são fixas sempre no custo de subsistência, e isso é assumido a ser o preço do trigo, as taxas salariais monetárias precisam continuar a aumentar conforme o tempo (enquanto

os trabalhadores permanecem no nível de subsistência), e, portanto, lucros precisam continuar a diminuir no percurso da história.

Adam Smith acreditou que a taxa de lucros, ou a taxa de retorno de juros de longo prazo, é determinada pela quantidade de capital acumulado, de modo que mais capital irá levar a uma taxa de juros decrescente. Enquanto essa teoria não está totalmente correta, ela ao menos entende que há alguma conexão entre poupança, acumulação de capital, e juros de longo prazo ou lucros. Mas, para Ricardo, não há conexão alguma. Os juros sobre o capital são apenas um resíduo. Por uma série de falácias e suposições holísticas, trancadas em hipóteses, conclusões triviais são finalmente trazidas, tudo com um pressagioso ar, alegadamente nos trazendo *insights* conclusivos sobre o mundo real. Como Schumpeter coloca com escárnio: proposições tais como "lucros dependem dos salários", e a taxa de lucros decrescentes são excelentes exemplos "dessa Arte da Trivialidade que, ultimamente conectada com o Vício Ricardiano, leva a vítima, passo a passo, a uma situação onde ela conseguiu ou se render ou permitir a si mesmo a ser caçoada por negar que, no tempo em que é chegada a situação, seja realmente uma trivialidade".

3.5 Ricardo e o sistema ricardiano, II: A teoria do valor

Isso nos traz à teoria do valor, ou de preço, de Ricardo. Enquanto Ricardo formalmente admitiu que a oferta e a demanda determinam a precificação do mercado cotidiano, ele deixa isso de lado como sendo de nenhuma consequência, e concentrou somente no equilíbrio de longo prazo, *i.e.*, o preço "natural" e a alegada macro-distribuição de renda nesse equilíbrio. A utilidade, Ricardo bruscamente dispôs dela como sendo, em última análise, necessária para a produção, mas de nenhuma influência sobre o valor ou sobre o preço; no "paradoxo do valor", ele abraçou o valor de troca e abandonou a utilidade completamente. Não apenas isso: ele francamente e ousadamente descartou qualquer tentativa de explicar o preço de bens que não são reproduzíveis, que não poderiam ser aumentados em oferta pelo emprego do trabalho.

Assim, Ricardo simplesmente desistiu de qualquer tentativa de explicar os preços de tais bens como pinturas, as quais são fixadas em oferta e não podem ser aumentadas. Em suma, Ricardo abandonou

qualquer tentativa de uma explicação geral dos preços de consumo. Chegamos na madura teoria Ricardiana – e Marxiana – do valor-trabalho.

O sistema Ricardiano agora está completo. Os preços de bens são determinados por seus custos, i.e., pela quantidade de horas de trabalho incorporadas nelas, trivialmente mais a taxa uniforme de lucros. Em especial, já que o preço de cada bem é uniforme, ele será igual ao custo de produção da terra marginal ou de maior custo (i.e., de aluguel zero) em cultivo. Em suma, o preço será determinado pelo custo, i.e., a quantidade de horas de trabalho na terra de zero aluguel usada para trabalhar no produto. Conforme o tempo avança, a população aumenta, solos cada vez mais pobres precisam ser trazidos ao uso, de modo que o custo de produzir trigo continue a aumentar.

Isso acontece porque a quantidade de horas de trabalho para produzir trigo continua a aumentar, visto que o trabalho precisa ser empregado sobre solo sempre mais pobre. Como resultado, o preço do trigo continua a aumentar. Visto que taxas salariais são sempre mantidas precisamente no nível de subsistência (o custo de cultivar trigo) pela pressão da população, isso significa que as taxas salariais monetárias precisam continuar a aumentar conforme o tempo para manter as taxas salariais reais na cadência do preço sempre em aumento do trigo. As taxas salariais precisam aumentar conforme o tempo, e, assim, os lucros precisam continuar a cair até estarem tão baixos que o estado estacionário é alcançado.

Para retornar à ideia de aluguel, não vamos, por enquanto, entrar nos custos: iremos focar, como deveríamos, no "micro" — no fazendeiro individual ou no capitalista — deve ser claro que o indivíduo precisa pagar o aluguel para então conseguir ganhar o uso de qualquer lote de terra no processo produtivo. Para fazer isso, ele precisa sobrepujar outras firmas em sua própria, bem como outras indústrias. A recusa de Ricardo de nem sequer considerar a firma individual, e o seu foco em agregados holísticos, o permite negligenciar que os aluguéis, mesmo se diferenciais, entram nos custos do modo que todo gasto sobre fatores de produção entra neles. Esse é o único modo que é real e que conta no mundo real: o ponto de vista da firma ou empreendedor

individual. Não há, de fato, nenhum ponto de vista "social", visto que a "sociedade" como uma entidade não existe.

O sistema de Ricardo é tanto melancólico quanto próspero com o alegadamente inerente conflito de classes sobre o livre mercado. Primeiro, há um conflito tautológico porque, dado o total fixo, as cotas de renda de um macro-grupo pode apenas aumentar à custa de outro. Mas o ponto do livre mercado no mundo real é que, geralmente, a produção aumenta, de modo que a torta total tende a continuar aumentando. E, segundo, se focarmos em fatores individuais e no quanto eles ganham, como faz a posterior teoria da produtividade marginal (e como fez J.B. Say), então cada fator tende a ganhar seu produto marginal, e não precisamos nem nos preocupar com as alegadas, mas não existentes leis e conflitos da distribuição de renda de macro-classe.

Ricardo mantém o seu olho irretocavelmente sobre o radicalmente errado problema — ou melhor, problemas.

Mas há ainda mais conflitos de classes aqui do que implicado pela abordagem macro-tautológica de Ricardo. Pois se o valor é somente o produto de horas de trabalho, então fica fácil para Marx, que era apesar de tudo um neo-ricardiano, para clamar por todos os retornos ao dedutivo exploratório do capital de todo o produto "do trabalho". O clamor Ricardiano do socialismo por entregar todo o produto ao trabalho segue diretamente do sistema Ricardiano - embora Ricardo e os outros Ricardianos ortodoxos, obviamente, não façam tal salto. Ricardo teria contra-argumentado que o capital representa trabalho incorporado ou congelado; mas Marx aceitou esse ponto e simplesmente o retrucou afirmando que todo produtor de trabalho de capital, ou trabalho congelado, deveria obter seu retorno total.

De fato, nem isso estava certo; se formos considerar os bens de capital como qualquer coisa congelada, teríamos de dizer, com o grande austríaco Böhm-Bawerk, que o capital é trabalho, terra e tempo congelados. O trabalho iria, então, ganhar aluguel, e os juros (ou lucros de longo prazo) seriam o preço do tempo.

Análises recentes, numa tentativa de mitigar a grosseira falácia da teoria do valor-trabalho de Ricardo, tem sustentado, como no caso de Smith, mas de forma ainda mais acentuada, que ele não estava exatamente tentando explicar a causa do valor e do preço, mas sim

medir os valores conforme o tempo, e o trabalho era considerado como medida invariável de valor. Mas isso dificilmente mitiga os furos de Ricardo; e em vez disso, ele adiciona às falácias gerais e vaguezas do sistema Ricardiano uma outra importante: a vã busca pela não-existente quimera da invariabilidade. Pois os valores sempre flutuam, e não há base invariável fixa de valor da qual outras mudanças de valores possam ser mensuradas.

Assim, ao rejeitar a definição de Say do valor de um bem como seu poder de compra de outros bens em troca, Ricardo viu a invariável entidade, a potência não movida:

> Um franco não é uma medida de valor para qualquer coisa, mas para uma quantidade do mesmo metal dos quais os francos são feitos, a não ser que os francos, e a coisa a ser medida, possa ser referida a alguma outra medida que é comum a ambas. Isso, penso eu, pode ser, pois eles são ambos o resultado do trabalho; e, portanto, o trabalho é uma medida comum, pela qual seu valor real, bem como seu valor relativo, pode ser estimado.

Pode-se notar que ambos os produtos são o resultado de capital, terra, poupanças, e empreendedorismo, bem como do trabalho, e que, em qualquer caso, os seus valores são incomensuráveis exceto em termos de relativo poder de compra, como Say de fato sustentou.

Parte da ardorosa missão de Ricardo por uma medida invariável de valores foi, sem dúvida, derivada da sua devoção pelo cientificismo. Ricardo estava sempre tão interessado nas ciências naturais quanto na economia. No início da sua juventude, Ricardo era familiarmente interessado nas ciências naturais, em matemática, química, mineralogia e geologia. Ele se juntou à Geological Society em seus 30 anos pouco depois de ela ter sido fundada. É provável que a missão de Ricardo por uma invariável medida de valores fosse baseada no modelo da ciência física; se "científico" nas ciências físicas significa medida, então certamente isso seria exigido nas ciências humanas também. Como Emil Kauder escreveu, "Eu ouso dizer que Ricardo e seus contemporâneos acreditaram que a economia apenas poderia alcançar a

dignidade de uma ciência se ela pudesse ser baseada sobre medidas objetivas assim como a Física Newtoniana".

Uma ainda mais forte e mais direta luta de classes do que aquela implicada pela teoria do valor-trabalho se estimou da abordagem de Ricardo voltada aos donos de terra e ao aluguel de terra. Os donos de terra estão simplesmente obtendo pagamento pelos poderes do solo, o que, ao menos nas mãos de muitos dos seguidores de Ricardo, significava retorno injusto. Ademais, a visão melancólica de Ricardo do futuro sustentava que o trabalho precisa ser mantido no nível de subsistência, os capitalistas precisam ver os seus lucros inevitavelmente cair — estas duas classes estando tão piores como nunca (trabalho) ou sempre piores (capital) enquanto os ociosos e inúteis donos de terras continuam inexoravelmente a acrescentar às suas cotas de bens mundanos. As classes produtivas sofrem enquanto os ociosos donos de terras, cobrando pelos poderes da natureza, beneficiam-se à custa dos produtores. Se Ricardo implica Marx, ele implica Henry George muito mais diretamente. O espectro da nacionalização de terras ou o imposto único absorvendo todo aluguel de terra segue diretamente de Ricardo.

Uma das maiores falácias da teoria Ricardiana do aluguel é que ela ignora o fato de que os donos de terra *de fato* desempenham uma função econômica vital: eles alocam a terra para o seu melhor e mais produtivo uso. A terra não aloca a si mesma; ela precisa *ser* alocada, e apenas aqueles que ganham um retorno por tal serviço têm o incentivo, ou a habilidade, de alocar várias parcelas de terra para os seus usos mais lucrativos, e, portanto, mais produtivos.

O próprio Ricardo não tomou o caminho direto para a expropriação do aluguel de terra. Sua solução de curto prazo era clamar pela redução da tarifa sobre o trigo, ou até mesmo repelir totalmente as leis de trigo. A tarifa sobre o trigo mantinha o preço do trigo alto e assegurava que a terra de trigo de maior custo e doméstica seria cultivada. O repelir das leis de trigo iria permitir a Inglaterra importar trigo barato, e assim postergar por um tempo o uso de terra inferior e de maior custo. Preços de trigo iriam ser menores por um tempo, as taxas salariais monetárias iriam, portanto, imediatamente ser menores, e lucros iriam aumentar, adicionando à acumulação de capital. O angustiante estado estacionário seria logo desencorajado mais ao horizonte.

A outra ação anti-lordes de terra de Ricardo foi política: ao entrar no Parlamento e ao se juntar a Mill e aos outros Benthamitas radicais no clamor pela reforma democrática, Ricardo esperava balançar o poder político das garras da aristocracia, que significava na prática a oligarquia dos donos de terra, para a massa do povo.

Mas, se Ricardo era muito individualista ou muito temeroso para incorporar a total consequência lógica do sistema Ricardiano, James Mill caracteristicamente não era. James Mill foi o primeiro proeminente "Georgista", clamando francamente e entusiasticamente por um imposto único sobre o aluguel de terra. No alto escalão na Companhia das Índias Orientais, Mill se viu capaz de influenciar as políticas do governo indiano.

Antes de obter esse posto, Mill tinha caracteristicamente sido aquele presumidamente a escrever e publicar o bem sucedido *History of British India (*História das Índias Britânicas) (1817) sem nem sequer ter estado naquele país ou saber qualquer uma das línguas indianas. Absorto na desdenhosa visão de que a Índia era por toda parte incivilizada, Mill defendeu um imposto único "científico" sobre o aluguel de terra. Mill estava convencido, como um Ricardiano, que um imposto sobre o aluguel de terra não era um imposto sobre o custo e, portanto, não iria reduzir o incentivo para ofertar qualquer bem, produto ou serviço. Assim, um imposto sobre o aluguel de terra não teria efeito ruim sobre a produção — ele iria somente ter o efeito de eliminar os ilícitos ganhos dos donos de terra. Com efeito, um imposto sobre o aluguel de terra não seria imposto no final das contas! O imposto sobre a terra poderia ser até mesmo de 100 por cento do produto social causado pela fertilidade diferencial do solo. O estado, de acordo com Mill, poderia então usar este imposto sem custo para aprimoramento público, e amplamente para a função de manter a lei e a ordem na Índia.

Vemos agora como as perniciosas implicações da visão falaciosa de que qualquer parte do gasto de produção é, de algum modo, de um ponto de vista holístico ou social, ausente do cálculo de custos. Pois, se um gasto não é parte do custo, ele é, em algum sentido, não necessário para a contribuição do fator para a produção. Portanto, essa renda pode ser confiscada pelo governo sem efeito colateral. Apesar do profundo

pessimismo de Ricardo sobre a natureza e a consequência do livre mercado, ele, por mais estranho que pareça, apegou-se de forma mais forte e firme que Adam Smith, ao laissez-faire. A provável razão era sua forte convicção de que praticamente qualquer tipo de intervenção governamental iria apenas tornar as coisas piores. O imposto deveria estar sob um mínimo, pois tudo dele prejudica a acumulação de capital e a diverge de seus melhores usos, do mesmo modo que as tarifas sobre importações.

Leis pobres — sistemas de bem-estar social — apenas pioram as pressões populacionais Malthusianas sobre as taxas salariais. E como um adepto da lei de Say, ele opôs-se às medidas governamentais para estimular o consumo, bem como a dívida nacional. Em geral, Ricardo declarou que a melhor coisa que o governo pode fazer para estimular o maior desenvolvimento da indústria é remover os obstáculos para crescer o que o próprio governo criou.

Enquanto as visões de livre mercado de Adam Smith se encontravam na natureza sinistra da ação predatória do governo, Ricardo era particularmente atingido pela incapacitação e contraprodutividade penetrante do governo. Uma típica e charmosa nota foi pega em uma carta da Alemanha de Ricardo a James Mill em 1817: “Fomos muito atrasados pela morosidade do Correio Alemão, que, sendo um monopólio, é, obviamente, muito mal administrado [...]”.

O paradoxo da melancolia de Ricardo sobre o alegado conflito de classes sobre o livre mercado e sua determinada oposição a praticamente toda intervenção do governo era a melhor e espirituosamente descrita por Alexander Gray:

> Tal é o esquema Ricardiano de distribuição; no lugar da antiga harmonia de juros, ele colocou a dissensão e o antagonismo no coração das coisas. Os juros do dono de terra são sempre opostos àqueles do consumidor e do manufatureiro; assim também os juros do trabalhador e do empregado são eternamente e irreconciliavelmente opostos; quando um ganha, o outro perde. Ademais, a atitude para todos, exceto o dono de terra, é um processo de contínua depreciação. [...] Ainda assim, Ricardo permanece imovelmente um não intervencionista.

> “Estas, então”, ele diz, “são as leis pelas quais os salários são regulados”; e ele adiciona inconsequentemente, “assim como todos outros contratos, os salários deveriam ser deixados à justa e livre competição do mercado, e nunca deveriam ser controlados pela interferência da legislatura”. Em um mundo onde há a melancolia Ricardiana, pode-se perguntar, e de fato foi perguntado, por que não deveria haver interferência. Um otimista cantarolar de Natal que diz que Deus está em seu Paraíso, e que é de todos o direito ao esclarecido interesse próprio, tem o direito de pregar a bandeira do laissez-faire no mastro, mas um pessimista que apenas olha adiante para dias ruins e maus tempos não deve, em princípio, ser oposto à intervenção, a não ser que seu pessimismo seja tão meticuloso de modo a levar à convicção de que, tão mal quanto todas as doenças são, todos os remédios para todas as doenças são ainda piores.

Finalmente, um furo fundamental e fatal em toda a abordagem de Ricardo em seu sistema foi que ele começou no fim errado. Ele começou com seu primordial foco nas leis de distribuição de macro-renda; sua teoria do valor e do preço era apenas um apêndice subsidiário, permitindo a ele sustentar que os salários não são parte do custo e, portanto, que a única influência do aumento de preço era causar uma queda nos lucros. Ricardo, em suma, nunca captou o ponto crucial entendido pela sua contraparte continental, J.B. Say: de que não há leis de distribuição de macro-renda.

A economia apenas estabelece leis "micro" determinando o preço, incluindo os preços de vários fatores de produção. Em um sentido, é claro, a distribuição de renda em prática é uma cisão dos preços de fatores determinados pelo mercado; mas essa "distribuição" também depende de lucros e perdas empreendedoriais, em suma, de responsabilidades empreendedoriais para o risco e a incerteza, e das ofertas em qualquer tempo dos fatores respectivos. Nenhum dos últimos pode ser determinado pela teoria econômica. Mais uma vez, David Ricardo estava perseguindo uma quimera, e, ao fazê-lo, levou a teoria econômica britânica a um desvio, ou melhor, a um beco sem saída.

Colocado de outra maneira, a análise francesa (Cantillon-Turgot-say) do livre mercado demonstrou que, no mercado, não há "distribuição" separada de processo de renda, como obviamente haveria em uma economia socialista controlada pelo estado. A "distribuição" é a consequência indireta de livre produção, livres trocas, e livres determinações de preço.

Tudo isso escapou de David Ricardo, que tinha pouca ou nenhuma concepção da economia como uma teia de "micro"-relações vinculando utilidades individuais, trocas e preços. Como apontou Frank Knight, Ricardo, em uma carta a seu discípulo McCulloch, negou que "as maiores questões" de distribuição de macro-renda eram "essencialmente conectadas" com a teoria de valor. E ademais, Ricardo e seus seguidores deram "praticamente nenhuma alusão a um sistema de organização econômica elaborado e dirigido pelas forças do preço".[12]

Há outro ponto que precisa ser feito sobre o objetivo econômico básico de Ricardo. Reprimindo Adam Smith por ele ter sido primariamente interessado na riqueza total da nação em vez de em sua macro-distribuição de renda, Ricardo persegue sua hostilidade Malthusiana ao crescimento populacional ao perguntar qual é o ponto de focar na renda bruta em vez de na renda líquida. Como Ricardo afirma, em uma famosa e estonteante passagem:

> qual seria a vantagem resultante para um país do desenvolvimento de uma grande quantidade de trabalho produtivo, uma vez que fosse empregada essa quantidade ou uma menor, seu aluguel líquido e lucros juntos seriam os mesmos [...] Para um indivíduo com um capital de £20.000, cujos lucros fossem £2000 por ano, seria uma questão bem indiferente se o seu capital iria empregar cem ou mil homens [...] dado que, em todos os casos, seus lucros não foram diminuídos para menos de £2000. Não são os juros reais da nação similares? Dado que sua renda real, o seu aluguel e seus lucros são os mesmos, é de nenhuma importância se a nação consiste de dez ou de doze trilhões de habitantes.

A diferença entre dez e doze trilhões não pode fazer diferença alguma para David Ricardo, mas isso leva uma considerável diferença,

eu deveria pensar, para os doze trilhões que não estariam por aí, e a seus pais, amigos e relações. Não há melhor exemplo do economista agregativo utilitarista observando a economia do ponto de vista holístico de um mestre de escravos social, em vez de um ponto de vista de indivíduos no mercado. Como Alexander Gray, em sua espirituosa e perspicaz maneira, afirma:

> A lógica [de Ricardo] levaria à desejabilidade da população ser reduzida a um, e esse último remanescente produzindo uma vasta superação da teia com a ajuda de feitiçaria e invenções mecânicas. A repelente doutrina de que o homem existe para a produção de riqueza, em vez de a riqueza existir para o uso do homem acha, aqui, sua forma clássica.

3.6 A lei das vantagens comparativas

Mesmo as mais hostis críticas do sistema Ricardiano garantem que ao menos David Ricardo fez uma vital contribuição ao pensamento econômico e à causa pela libertação de negociações: a lei das vantagens comparativas.

Ao enfatizar a grande importância da interação voluntária da divisão internacional do trabalho, livres negociadores do século XVIII, incluindo Adam Smith, basearam suas doutrinas na lei das "vantagens absolutas." Isto é, países deveriam se especializar no que eles são melhores ou mais eficientes, e então trocar esses produtos, pois nesse caso as pessoas de ambos os países estarão melhores. Isso é precisamente uma causa fácil para argumentar. Exige pouca persuasão perceber que os Estados Unidos não deveriam se preocupar em cultivar bananas (ou, em vez disso, para colocar em micro-termos básicos, que indivíduos e firmas nos Estados Unidos deveriam não se preocupar em fazer isso), mas em vez disso produzir outra coisa (e.g., trigo, bens manufaturados) e trocá-los por bananas crescidas em Honduras. Há poucos cultivadores de bananas nos Estados Unidos exigindo, no final das contas, uma tarifa protetiva. Mas e se a causa não for tão definida assim, e firmas americanas de aço e de semicondutores estiverem demandando tal proteção?

A lei das vantagens comparativas derruba tais causas difíceis, e é, portanto, indispensável para a causa das livres negociações. Ela mostra que mesmo se, por exemplo, o País A é mais eficiente do que o País B em produzir ambas mercadorias X e Y, ela irá pagar aos cidadãos do País A para se especializarem em produzir X, a qual é a melhor para produzir, e comprar toda a mercadoria Y do País B, a qual é melhor em produzir mas não possui tanta vantagem comparativa quanto na produção da mercadoria X. Em outras palavras, cada país deveria produzir não apenas aquilo em que ele possui uma absoluta vantagem em fazer, mas aquilo em que ele é melhor ou, pelo menos, menos pior em, i.e., aquilo que ele tem uma vantagem comparativa na produção.

Se, então, o governo do País A impõe uma tarifa protetiva sobre importados da mercadoria Y, e ela forçosamente mantém uma indústria produzindo essa mercadoria, esse privilégio especial irá danificar os consumidores no País A bem como obviamente prejudicará as pessoas no País B. Pois o País A, bem como o resto do mundo, perde em vantagem de se especializar na produção do que eles são melhores, visto que muitos de seus recursos escassos são compulsoriamente e ineficientemente amarrados na produção da mercadoria Y. A lei das vantagens comparativas enfatiza o importante fato de que uma tarifa protetiva no País A inflige feridas sobre as indústrias eficientes nesse país, e sobre os consumidores nesse país, bem como no País B e no resto do mundo.

Outra implicação da lei das vantagens comparativas é que nenhum país ou região da terra será deixado de fora da divisão internacional do trabalho sob as livres negociações. Pois, a lei significa que mesmo se um país estiver em um estado tão pobre que ele não tem vantagem absoluta em produzir qualquer coisa, ele ainda pode pagar para seus parceiros de negociações, as pessoas de outros país, para permiti-los produzir aquilo que eles são menos piores em produzir.

Desse modo, os cidadãos de todo o país se beneficiam das negociações internacionais. Nenhum país é muito pobre ou ineficiente para ser deixado de fora das negociações internacionais, e todos se beneficiam de países se especializando no que eles são melhores ou, pelo menos, menos piores em produzir — em outras palavras, em o que quer que eles tenham de vantagens comparativas.

Até recentemente, foi-se universalmente creditado por

historiadores do pensamento econômico que David Ricardo foi o primeiro a desenvolver a lei das vantagens comparativas em seu *Principles of Political Economy (*Princípios de Economia Política) em 1817. Pesquisas recentes pelo Professor Thweatt, entretanto, têm demonstrado não apenas que Ricardo não originou essa lei, mas que Ricardo não a entendeu e tinha pouco interesse na lei, e que ela desempenhava praticamente nenhuma parte em seu sistema. Ricardo devotou apenas poucos parágrafos para a lei em seu *Principles*, a discussão era escassa, e ela não estava relacionada ao resto de sua obra e ao resto da discussão das negociações internacionais.

A descoberta da lei das vantagens comparativas veio consideravelmente mais cedo. O problema das negociações internacionais veio à consciência pública na Grã-Bretanha quando Napoleão impôs seus decretos de Berlim em 1806, ordenando o bloqueio de sua inimiga, Inglaterra, de todas as negociações com o continente da Europa. Imediatamente, o jovem William Spence (1783-1860), um fisiocrata inglês e sub consumista que detestava a indústria, publicou o seu *Britain Independent of Commerce* (*O Comércio Independente da Britânia)* em 1807, aconselhando os ingleses a não se preocuparem com o bloqueio, visto que apenas a agricultura era economicamente importante, e que se os donos de terra ingleses gastassem toda sua renda em consumo tudo estaria bem.

O tratado de Spence causou uma tempestade de controvérsia, estimulando obras anteriores de dois notáveis economistas britânicos. Um foi James Mill, que revisou criticamente a obra de Spence na *Eclectic Review* em dezembro de 1807, e então expandiu o artigo a seu livro, *Commerce Defended (O Comércio Defendido)*, no ano seguinte. Foi em refutação a Spence que Mill atacou as falácias subconsumistas ao trazer a lei de Say para a Inglaterra. Outra obra foi o primeiro livro do jovem Robert Torrens (1780-1864), um oficial anglo-irlandês na Royal Marines, em seu T*he Economists Refuted* (*Os Economistas Refutados)* (1808). Tem sido há muito sustentado que Torrens foi o primeiro a enunciar a lei das vantagens comparativas, e que então, como Schumpeter fraseou, enquanto Torrens “Batizou o teorema”, Ricardo “o elaborou e lutou por ele vitoriosamente”.

Acontece, entretanto, que esse ponto de vista padrão está errado em ambas as partes cruciais, i.e., Torrens não batizou a lei, e Ricardo dificilmente elaborou ou lutou por ela. Pois, primeiro, James Mill teve uma apresentação muito melhor da lei — embora mal tenha sido uma apresentação completa — em seu *Commerce Defended* do que fez Torrens posteriormente no mesmo ano. Ademais, em seu tratado, Torrens, e não Mill, cometeu vários erros graves. Primeiro, ele afirmou que as negociações rendem mais benefícios a uma nação que importa bens duráveis e necessidades do que perecíveis ou luxos. Segundo, ele afirmou também que as vantagens das negociações domésticas são mais permanentes do que aquelas das negociações internacionais, e também que todas as vantagens das negociações domésticas permanecem na terra natal, de modo que parte das vantagens das negociações internacionais são desviadas para o benefício dos estrangeiros. E, finalmente, seguindo Smith, e antecipando Marx e Lenin, Torrens afirmou que a negociação internacional, ao estender a divisão do trabalho, cria um excedente sobre os requisitos domésticos que precisam ser "passados" em exportações internacionais.

Seis anos depois, James Mill levou Robert Torrens novamente a apresentar os rudimentos da lei das vantagens comparativas. Na emissão de julho de 1814 da *Eclectic Review*, Mill defendeu as livres negociações contra o suporte de Malthus pelas leis do trigo em suas observações. Mill apontou que o trabalho doméstico irá, ao engajar em negociação internacional, conseguir mais ao comprar importados do que ao produzir todos os bens ele mesmo. A discussão de Mill foi amplamente repetida por Torrens em seu *Essay on the External Corn Trade* (*Ensaio da Negociação Externa de trigo)*, publicada em fevereiro do ano seguinte. Ademais, nessa obra, Torrens explicitamente saudou o ensaio de Mill.

Enquanto isso, ao mesmo tempo, quando essa agitação de custo comparativo estava ocorrendo entre seus amigos e colegas, David Ricardo não demonstrou interesse algum nessa importante linha de pensamento. Para ser exato, Ricardo a pesou para auxiliar o ataque de seu mentor Mill ao apoio de Malthus pelas leis do trigo, em seu *Essay on... Profits (Ensaio sobre... Lucros)*, publicado em fevereiro de 1815. Mas a linha de argumentação de Ricardo foi exclusivamente "Ricardiana", isto é, baseada somente no distinto sistema Ricardiano.

De fato, Ricardo não mostrou interesse algum nas livres negociações em geral, ou nos argumentos por elas; seu raciocínio era somente devotado à importância de diminuir ou abolir a tarifa sobre o trigo. Essa conclusão, como notamos, foi deduzida do distinto sistema Ricardiano, o qual era para ser totalmente desenvolvido dois anos depois em seu *Principles*.

Para Ricardo, a chave para o sufocamento do crescimento econômico em qualquer país, e especialmente na desenvolvida Grã-Bretanha, era a "escassez de terra", a alegação de que terras mais e mais pobres estavam necessariamente sendo pressionadas ao uso na Grã-Bretanha. Em consequência, o custo de subsistência continuou aumentando, e assim a taxa salarial monetária prevalecente (a qual precisa ser a subsistência) continuou a aumentar também. Mas esse inevitável aumento secular de salários precisa diminuir os lucros na agricultura, a qual, por sua vez, diminui todos os lucros. Desse modo, o acúmulo de capital é cada vez mais refreado, finalmente para desaparecer de uma vez.

Diminuir ou abolir a tarifa sobre o trigo (ou outra comida) era, para Ricardo, um modo ideal de postergar a inevitável condenação. Ao importar trigo do exterior, a diminuição da fertilidade da terra de trigo é adiada. O custo do trigo, e, portanto, de subsistência, irá cair agudamente, e, portanto, as taxas salariais monetárias vão cair *pari passu*, desse modo aumentando os lucros e estimulando o investimento de capital e crescimento doméstico. Não há alusão nenhuma nessa discussão a doutrina de custo comparativo ou qualquer coisa parecida.

Mas, e enquanto ao Ricardo tardio, o Ricardo do *Principles*! Mais uma vez, exceto pelos três parágrafos sobre as vantagens comparativas, Ricardo não mostra interesse nisso, e ele, em vez disso, repete o argumento do sistema Ricardiano para repelir as leis do trigo. De fato, sua discussão no resto do capítulo sobre negociações internacionais está forrada de termos da teoria Smithiana das vantagens absolutas em vez das vantagens comparativas achada em Torrens e especialmente em Mill.

Os três parágrafos sobre a vantagem comparativa, ademais, não eram apenas fraseados porcamente e confusos; eles eram o único

registro, breve como eram, de que Ricardo iria escrever sobre vantagem comparativa. De fato, essa foi a única menção em qualquer tempo dessa doutrina. Mesmo a súbita referência de Ricardo a Portugal e sua absurda hipótese de que o português tinha uma vantagem absoluta sobre a Grã-Bretanha na produção de tecidos parece indicar sua falta de interesse sério na teoria de custos comparativos.

Ademais, as visões de Ricardo sobre as negociações internacionais no *Principles* recebeu quase nenhum comentário naquela época; escritores se concentraram em sua teoria do valor-trabalho, e sua visão de que taxas salariais e lucros sempre se movem inversamente, com o primeiro determinando o último.

Se Ricardo não tinha interesse na teoria das vantagens comparativas, e nunca escreveu sobre ela exceto nessa única passagem no *Principles*, o que ela estava fazendo no *Principles* no final das contas? A hipótese convincente do Professor Thweatt é que a lei foi injetada no *Principles* pelo mentor de Ricardo, James Mill, quem ele sabia que escreveu o rascunho original, bem como as revisões, para muitas partes da *Magnum opus* de Ricardo. Ele sabia também que Mill estimulou Ricardo em incluir uma discussão de razões de custo comparativas.

Como vimos, Mill originou a doutrina de custos comparativos, e chegou a desenvolvê-la oito anos depois. Não apenas isso, enquanto Ricardo deixou a teoria tão logo quanto ele a enunciou no Principles, Mill desenvolveu totalmente a análise das vantagens comparativas adiante, primeiro em seu artigo sobre as *"Colônias"* para a Encyclopedia Britannica (1818), e então em seu livreto, *The Elements of Political Economy (Os Elementos de Economia Política)* (1821). Mais uma vez, Robert Torrens seguiu Mill, repetindo sua discussão sem nenhuma visão adicional em 1827, na quarta edição de seu *Essay on the External Corn Trade* (*Ensaio sobre a Negociação Externa de trigo) de 1815*. Enquanto isso, George Grote, um discípulo devoto Milliano, escreveu em 1819 um ensaio importante e não publicado apresentando a visão Milliana sobre a vantagem comparativa.

E assim, mais uma vez, James Mill, pela força de sua mente bem como de seu carisma pessoal, pôde impingir uma análise original própria ao "sistema ricardiano". É verdade que Mill era totalmente um fã do sistema ricardiano assim como do próprio Ricardo; mas Mill era

um homem de escopo e erudição muito mais amplos que seu amigo, e estava interessado em muito mais aspectos das disciplinas da ação humana. Parece possível que Mill, o inveterado discípulo e homem Número Dois do pódio, fosse o homem Número Um muito mais frequentemente do que qualquer suspeito.

capítulo 4

O Declínio do Sistema Ricardiano, 1820-48

4.1 O enigma da popularidade de Ricardo

O que deve ser levado em conta para explicar a popularidade dos Princípios de Ricardo, e para a persistência do sistema ricardiano? O "revolucionário" da utilidade marginal, W. Stanley Jevons, escrevendo o prefácio para a segunda edição de seu grande *Teoria da Economia Política* em 1879, foi forçado a se queixar da dominância contínua da doutrina Ricardiana, e para lamentar que "quando, depois de muito tempo, um verdadeiro sistema econômico for estabelecido, ficará evidente que aquele hábil, porém errôneo homem, David Ricardo, manobrou o carro da ciência econômica para uma estrada errada […]." De fato. E Ricardo levou a melhor com uma teoria que não somente estava longe da evidência em si mesma, mas também era bizarra em vários sentidos (como a teoria do valor trabalho), e escreveu seu trabalho de forma garranchada e obscurantista que dificilmente esperaríamos que atravessasse o campo, tanto entre os leigos quanto entre os mais particularmente interessados em economia.

Parte da explicação, como apontado por Schumpeter, é que Ricardo estava em sintonia política com o *Zeitgeist*. Apesar de sua metodologia ser muito abstrata, como deve ser para se divorciar da, e falsificar a realidade, a motivação de Ricardo não era teoria abstrata, mas seu uso em alcançar conclusões político-econômicas. Ricardo, assim como Mill, era adepto à livre troca e ao *laissez-faire*, e, como veremos, ao dinheiro sólido, e aplica seu sistema abstrato como um martelo em seus serviços. Essa ideologia estava rapidamente se tornando a onda do futuro na Inglaterra, nos meios intelectuais e de negócios.[1]

Mas e quanto a escrita de Ricardo, péssima em estilo e organização? A crítica sincera de Alexander Gray acertou em cheio:

---

1 J.A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954), p. 473 (italicos no original).

> Sobre a forma ao invés da substância das escritas de Ricardo, talvez seja suficiente dizer que ele não era escritor. Ele mesmo vagamente percebeu que era um escritor ruim, mas é dúbio se ele conhecia a extensão dessa verdade. É bajulação sem bom senso se referir ao seu principal trabalho, *Os Princípios da Economia Política e Tributação*, até mesmo como um livro. Ao invés disso, se parece com os restos varridos do estudo de um homem ocupado — capítulos com tamanhos variados, que ele claramente achou difícil colocar na ordem certa, notas bruscas e memorandos que interessavam o autor. Em defesa, pode ser admitido que Ricardo […] não tinha a intenção de escrever um livro. Esses eram de fato memorandos escritos para si e seus amigos, publicados com a incitação de seus amigos [na verdade, de Mill]. Mas esta é uma fraca consolação ao viajante solitário confuso na selva Ricardiana.[2]

É bem possível, entretanto, que foi exatamente o obscurantismo de Ricardo que causou seu sucesso. Para muitos, leigos e profissionais, obscuridade e escrita ruim resultam em profundidade. Se não conseguem compreendê-lo, e ouvem que tal é um grande homem e suas teorias são o farol atual, a crença deles em sua profundidade seria

---

2 Alexander Gray, *The Development of Economic Doctrine* (Londres: Longmans, Green and Co., 1931), pp. 170–71. Notando que Ricardo habitualmente escrevia em conclusões abrangentes, seguidas de resmungos e retrocessos, permitindo que seus seguidores alegassem que tais perseguidores da lógica ricardiana como Marx e Henry George "deturparam" Ricardo, Gray retruca que "talvez a lição final a ser aprendida com Ricardo é que as graças literárias não são meramente ornamentais, mas úteis, e que aquele que é deficiente na arte da expressão só tem culpa de si mesmo se for mal interpretado." Amem! *Ibid*., p. 189.

redobrada.[3,4] A obscuridade possui vários charmes. Ademais, existem charmes particulares aos adeptos que rodeiam o grande homem, o círculo de iniciados que afirmam — provavelmente certos — que apenas *eles* podem verdadeiramente entender esse trabalho. Apenas eles podem penetrar o nevoeiro causado pela profundidade da sabedoria do grande homem.

---

3 Nenhuma passagem mais encantadora foi escrita sobre a eficácia do obscuro do que no brilhante ensaio de H.L. Mencken sobre a obra de Thorstein Veblen: "O que era genuinamente notável sobre elas [as ideias de Veblen] não era sua novidade, ou sua complexidade, nem mesmo o fato de que um professor deveria abrigá-las; era a maneira espantosamente grandiosa e rococó de sua declaração, o tédio e a flatulência quase inacreditáveis da prosa do talentoso diretor, seu talento sem precedentes para não dizer nada de maneira augusta e heróica[...] Se alguém cavasse um túnel sob suas grandes pedras e estalagmites de palavras, cavasse em sua vasta cozinha de polissílabos discordantes e estridentes, explodisse a casca dura e grossa de sua maneira quase teológica, o que se encontrava em seu discurso era principalmente uma massa de platitudes – o auto-evidente tornado horrível, o óbvio em termos de assombro.

"Marx, ouso dizer, havia dito muito sobre isso muito antes dele, e o que Marx ignorou foi dito repetidamente por seus herdeiros e cessionários. Mas Marx, nesse ramo, trabalhava sob uma desvantagem técnica; ele escrevia em alemão, uma língua que ele realmente entendia. O professor Veblen não se submeteu a tal desvantagem. Embora nascido, acredito, nestes Estados, e residindo aqui toda a sua vida, ele conseguiu o efeito, talvez sem empregar os meios, de pensar em alguma língua estrangeira maluca – digamos suaíli, sumério ou búlgaro antigo – e então dolorosamente arranhar seu pensamento em um inglês copioso, mas incerto e aprendido em livros. O resultado foi um estilo que afetou os centros cerebrais superiores como um constante rolar de expressos do metrô. O segundo resultado foi uma espécie de entorpecimento dos sentidos, como antes de uma maravilha fabulosa e sobrenatural. E o terceiro resultado, se não me engano, foi a celebridade do professor como um Grande Pensador." H.L. Mencken, "Professor Veblen", *A Mencken Crestomathy* (Nova York: Knopf, 1949), pp. 269–70.

4 St Clair escreve sobre o poeta e ardente Ricardiano Thomas De Quincey: "De Quincey, um grande admirador de Ricardo, atribuiu sua obscuridade à profundidade do pensamento. É natural, disse o autor do *Opium Eater*, que um homem de intelecto brilhante se expresse em linguagem elíptica, difícil para pessoas menos dotadas de seguir […] ." Oswald St Clair, *A Key to Ricardo* (1957, Nova York: M. Kelley, 1965), p. xxiii.

Schumpeter percebe que "rapidamente seu círculo desenvolveu a postura — tão divertida, mas também, 'Ai de mim!', muito melancólica de observar — de crianças que foram presenteadas com um novo brinquedo. Eles pensaram que aquilo era o mundo. Para eles era de valor incalculável que apenas eles conseguissem se abaixar para apreciar quem era estúpido demais para se elevar a alturas Ricardianas."[5] Sua obscuridade e dificuldade apenas elevou o gozo e orgulho dos adeptos sobre o novo brinquedo. Nos dias de hoje, esse efeito é consideravelmente elevado pelo fato que a obscuridade provê aos discípulos e críticos mais para ser conversado e escrito sobre, e, portanto, aumenta enormemente as oportunidades de carreiras para estudiosos na atual era do publicar ou perecer.

Outra razão para a popularidade do Ricardianismo era a atividade de Cadre persistente do infatigável James Mill. Uma das ações mais importantes de Mill foi ajudar a fundar o Clube de Economia Política em Londres em 1821, clube esse que rapidamente se tornou o centro da discussão econômica e aprendizado por muitos anos na Grã-Bretanha. É característico da troca prematura do começo do século XIX do *locus* da economia da Escócia para a Inglaterra que essa transferência fosse tanto de ocupação quanto de localização. Na Escócia, o pensamento econômico estava centrado nas duas grandes cidades de Edimburgo e Glasgow, com influência difundida em academias, livrarias, círculos empresariais e membros de clubes sociais nas duas cidades. Na Inglaterra, ao contrário, quase não havia economia acadêmica no decorrer das universidades fossilizadas. Dos 30 membros fundadores do Clube da Economia Política, apenas um — Thomas Robert Malthus — era um acadêmico, ensinando economia política no Colégio da Companhia Britânica das Índias Orientais em Haileybury. Os outros principais economistas ingleses no clube incluíam David Ricardo, o empresário e financiador Thomas Tooke (1774-1858), com o Coronel Robert Torrens dos Fuzileiros Reais presidindo o primeiro encontro. Os outros eram empresários, assessores de imprensa e oficiais do governo.

---

5 Schumpeter, *op. cit.*, nota 1, p. 474.

Poucos anos mais tarde, oportunidades acadêmicas começaram a se abrir. O amigo escocês de Mill e também principal Ricardiano, John Ramsay McCulloch, que esteve palestrando por vários anos, se tornou professor de economia política em 1828 no Colégio Universitário de Londres, e entrou no Clube da Economia Política logo após. Mas depois de quatro anos de ensino, ele teve que gastar o resto de sua vida como auditor financeiro. O primeiro posto de economia em Oxford era a cadeira fundada pelo banqueiro e evangelista Henry Drummond em 1825, mas o prazo da cadeira foi de apenas cinco anos. O primeiro titular da cadeira foi o advogado e importante jovem economista Nassau William Senior (1790-1864), filho de um vigário anglicano em Berkshire, que havia estudado em Oxford e entrado no Clube da Economia Política dois anos antes.[6] O novo Colégio do Rei de Londres, estabelecido no mesmo ano que o Colégio Universitário (1828) como um refúgio Tory e Anglicano para compensar seu vizinho não-denominacional, apontou Sênior para seu próprio posto de economia política em 1831. Mas Sênior foi expulso sem cerimônia por publicar um panfleto incentivando a redução do orçamento do estabelecimento anglicano na Irlanda, e ele passou o resto de sua carreira como um advogado de bens imobiliários e advogado do governo, com a exceção de outro professorado Drummond em Oxford entre 1847-52.

Cambridge tratava a economia com tal desdém que sua única contribuição foi a de ter um jovem advogado sem nenhuma distinção no campo, George Pryme, que ensinava economia sem pagamento e em horários impopulares. Pryme ensinou sob essas condições por mais de 40 anos a partir de 1816, notavelmente se tornando professor de

---

6 Os ancestrais de Sênior eram comerciantes prósperos. Seu avô, Nassau Thomas Senior, havia se convertido do judaísmo ao cristianismo em meados do século XVIII. O pai de Nassau Thomas, Moses Aaron Senior, emigrou de Hamburgo na década de 1720; vinha de uma longa linhagem de judeus hispano-portugueses que haviam sido comerciantes e financistas na Espanha e emigraram para Amsterdã e Hamburgo.

economia política em 1828. Aparentemente ele não escreveu nada sobre economia e não contribuiu em nenhuma discussão importante.

4.2 O rápido declínio da economia Ricardiana

Antes de partir para a explicação do problema, deve-se ter relativa certeza que o problema realmente existe. Certamente, uma resposta parcial ao enigma da popularidade e dominância de Ricardo sobre a economia inglesa é que tal dominância era em grande parte um mito. Até recentemente, a visão ortodoxa na história do pensamento econômico era que o Ricardianismo dominou o pensamento Britânico por ocasião da publicação do *Princípios* de Ricardo passando pela revolução fracassada de Jevons em 1871, e até 1890 quando o neo-ricardianismo de Alfred Marshall supostamente integrou a utilidade marginal dentro de uma estrutura basicamente ricardiana. Uma das últimas expressões dessa ortodoxia veio em 1949, quando o professor Sydney G. Checkland, de uma perspectiva anti-ricardiana, lamentou o modo em que os dois escoceses, James Mill e McCullock, como Ricardo — o judeu luso-espanhol — exilados de suas culturas nativas, e, portanto, presumivelmente alienados da vida inglesa mainstream, usaram táticas de cadre brilhantes para atingir a hegemonia sobre o pensamento inglês. Checkland viu que Mill era o líder da cadre dos Ricardianos, sabiamente aconselhando Ricardo a não dar publicidade às críticas ao se negar a respondê-las na terceira edição, 1821, de seu *Princípios*. Mill escreveu seus *Elementos de Economia Política* como um compêndio ricardiano em 1821, mas uma vez que ele carecia de atração popular, o mais jovem McCulloch, que era mais carismático, extremamente forte, estrondoso, robusto, típica figura de homem escocês bebedor de whisky, assumiu como propagador e popularizador do ricardianismo.

A primeira importante revisão do mito do triunfo ricardiano veio com a refutação do marxista Ronald Meek a Checkland no ano

seguinte.[7] Checkland, diz ele, cometeu um erro crucial: seguir J.M. Keynes e tratar a lei de Say como equivalente ao sistema ricardiano. Enquanto Ricardo e McCulloch seguiam Mill em considerar a lei de Say como muito importante, eles não a viam como crucial para o sistema ricardiano, que na verdade era composto de teorias do valor e da distribuição ricardianas. Enquanto a lei de Say realmente triunfou em seu início, apenas com Malthus temporariamente se opondo, o sistema ricardiano propriamente dito sofreu um destino muito diferente.

De fato, como ele conseguiu fazer em outras áreas da história do pensamento econômico, John Maynard Keynes, em seu *Teoria Geral*, enviesou e distorceu o desenvolvimento ricardiano. Foi apenas Keynes, em sua preocupação em promover déficits governamentais e inflacionismo, atacando a lei de Say, que fez daquela lei um aspecto central do sistema ricardiano. Também foi Keynes quem distorceu os fatos ao defender Malthus como o herói proto-keynesiano, obstinadamente necessitando de uma alternativa anti-Say e anti-ricardiana ao sistema ricardiano. Pelo contrário, Malthus, apesar de muitas diferenças, se considerava um smithiano e era em geral amigável com o ricardianismo assim como com Ricardo em pessoa. O interesse de Malthus na suposta "saturação geral" e em denunciar a lei de Say, era um produto efêmero da depressão pós-guerra napoleônica na Inglaterra. Quando a prosperidade Inglesa retornou após 1823, Malthus perdeu completamente o interesse no problema da saturação geral, e não escreveu mais sobre isso. A lei de Say havia triunfado, exceto em meio a alguns grupos marginalizados de radicais em meio ao submundo econômico; e Malthus determinadamente recusou-se a ser atraído a uma aliança com eles. Essas pessoas marginalizadas, que continuavam suas lamentações exaustas sobre uma saturação geral durante a década de 1830, incluíam o prolífico Tory de esquerda, estatista, poeta e ensaísta Robert Southey (1774-1843), que atacou a deflação após a Guerra

---

7 S.G. Checkland, "The Propagation of Ricardian Economics in England", *Economica, s.s., 16* (fevereiro de 1949), pp. 40–52; Ronald Meek, "The Decline of Ricardian Economics in England", *Economica, s.s. 17* (fevereiro de 1950), pp. 43–62.

Napoleônica, e o membro do parlamento, geólogo e autoridade quando o assunto é vulcões George Pullet Scrope (1797-1843). Levantando o apelo falacioso do subconsumo, Scrope, em seu *Princípios de Economia Política* (1833), acusou que qualquer declínio no consumo em favor de um "aumento geral na propensão a poupar" iria necessariamente e "proporcionalmente diminuir a demanda em comparação a oferta, e ocasionar uma *saturação geral*". Nessa velha falácia proto-Keynesiana, as poupanças aparentemente "vazam" para fora da economia, e resultam em depressão permanente (?). Aparentemente, o investimento, uma vez que é transicional e não "final", não é considerado gasto de qualquer forma. E então, como em todas as variedades de análises econômicas estranhas, o sistema de preços, e a relação do preço de venda com os custos, é de alguma forma não considerada digna de qualquer menção.[8]

George Pullet Scrope originalmente era chamado de George Thomson, filho de John Pullet Thomson, chefe de uma firma de mercantes russos. Adotou o nome Scrope após se casar com uma herdeira da família Scrope. Nascido em Londres, Scrope estudou em Oxford e Cambridge, e foi um membro da Câmara dos Comuns por 35 anos. Um campeão das livres trocas, escreveu tantos panfletos sobre problemas econômicos (aproximadamente 70) que era comumente apelidado de "Scrope do Panfleto".

Em contraste ao triunfo da lei de Say, o sistema ricardiano foi apropriadamente e rapidamente repudiado no mundo econômico inglês. Em Janeiro de 1831, oito anos após a morte de Ricardo, o coronel Robert Torrens discursou ao Clube da Economia Política que Ricardo havia ajudado a fundar. Torrens levantou a questão crucial: quantos dos princípios ricardianos ainda eram tidos como corretos? Sua resposta: todos os grandes princípios do sistema ricardiano foram abandonados, especialmente os mais críticos sobre valor, renda e lucros. Samuel Bailey, em sua grande adesão a teoria do valor-utilidade em 1825, havia

---

8 Outros escritores que defendem obstinadamente as falácias do subconsumismo nesse período incluem o protecionista proprietário de terras de Yorkshire e, mais tarde, o deputado Edward Stillingfleet Cayley (1802-1862); Capitão William R.A. Pettman; e um importante burocrata real na Índia, Sir William Henry Sleeman (1788–1856).

esmagado a teoria do valor-trabalho: Thomas Perronet Thompson havia se livrado da teoria ricardiana da renda; a teoria dos lucros é fraca pois Ricardo ignorou a substituição do capital: e a teoria dos salários de subsistência Malthusiana havia sido amplamente abandonada.

Para o marxiano Ronald Meek, toda essa deserção do ricardianismo era composta por uma trama capitalista contra a teoria do valor trabalho, cujas implicações socialistas foram prolongadas durante os anos de 1820 pelos socialistas ricardianos. De qualquer forma, até 1829-31, não haviam adeptos da teoria do valor trabalho sobrando no mainstream econômico inglês; para Meek, a única exceção era McCulloch, que por vezes abandonou Ricardo em muitos de seus problemas, incluindo a ideia de trabalho produtivo *vs* improdutivo, a teoria do lucro, e a teoria de conflito de classes no mercado implícita na teoria ricardiana de distribuição.[9] Apenas a lei de Say, com suas fortes implicações de *laissez-faire*, sobreviveu aquilo que Meek lamenta como "o expurgo".

Mas o "expurgo" ou abandono havia vindo ainda mais cedo, antecedendo os socialistas ricardianos. O professor Frank W. Fetter, em seu clássico artigo,[10] aponta que após a morte de Ricardo em 1823, James Mill escreveu desesperadamente para McCulloch e anotou que eles eram "os dois únicos discípulos genuínos" de Ricardo na existência, e McCulloch não permaneceu sendo um discípulo por muito tempo.

Fetter nota que a opinião econômica nos anos de 1820 era diversa e instável, exceto por uma adesão geral à livre troca. Todos rejeitaram a conclusão ricardiana pomposa de que lucros variam inversamente aos salários, exceto como um truísmo aritmético banal.

---

9 Desde o artigo de Meek, D.P. O'Brien, no primeiro estudo abrangente de McCulloch, demonstrou que McCulloch havia abandonado a teoria ricardiana do valor-trabalho pela teoria smithiana de custo de produção, mais qualificada. Na verdade, O'Brien mostra que McCulloch era muito mais smithiano do que ricardiano. D.P. O'Brien, J.R. McCulloch: *A Study in Classical Economics* (Nova York: Barnes & Noble, 1970).

10 Frank W. Fetter, "The Rise and Decline of Ricardian Economies", *History of Political Economy, 1* (Primavera de 1969), pp. 67-84.

Além disso, até o próprio Ricardo apontou o caminho para abandonar sua própria, crucial e permanente, teoria dos salários de subsistência (que o alemão socialista Ferdinand Lassalle mais tarde chamou de "a Lei de Ferro dos Salários").

Ricardo adotou a teoria dos salários de subsistência, retirada da primeira edição *hard-core* e malthusiana[11] do *Ensaio sobre a População* de Malthus (1798). Mas muitas de suas declarações à parte desse modelo formal rígido foram adotadas da versão mais fraca, de fato contraditória, a segunda edição do *Ensaio* (1803). Essas eram qualificações as quais Marx iria corretamente anotar em equivalência a deserção da "lei de ferro". Críticas da doutrina malthusiana predominaram nos jornais até o fim dos anos de 1820. Dessa forma, no começo de 1826, um escritor anotou na *Monthly Review* que a lei de aumento persistente da população operava apenas em sociedades pobres. Ele se move

> em uma proporção inversa à aquisição de riqueza; [...] isto é, somente quando as pessoas se tornam mais propensas ao luxo, quando aqueles compromissos que formam o principal charme na vida humilde perdem suas trações pela substituição de hábitos de requintes, que o aumento [da população] se torna progressivamente menor.

Finalmente, em 1829, as cartas de Nassau W. Senior para Malthus efetivamente chutaram para longe a lei de ferro. Em sua troca de correspondência publicada, seguindo a entrega de suas Lições Sobre a População (*Duas Lições Sobre a População, à qual é adicionada A Correspondência entre o Autor e o Rev. T.R. Malthus* (Londres, 1829)), Senior deu um golpe devastador na doutrina malthusiana. Em primeiro lugar, enquanto concordava que o crescimento populacional excessivo poderia algum dia ser um problema, Sênior efetivamente virou Malthus do avesso ao apontar que enquanto a população de fato pressionava a oferta de comida em países subdesenvolvidos, a história dos países

---

11 Citado em Barry Gordon, "Criticism of Ricardian Views on Value and Distribution in the British Periodicals, 1820–1850", History of Political Economy, 1 (outono de 1969) , pág. 380.

prósperos do Ocidente foi marcada por um aumento no fornecimento de comida que superou o aumento populacional.

Realmente, esse fato é demonstrado simplesmente pelo aumento do padrão de vida dos países ocidentais ao longo dos séculos. E esse crescimento econômico deve se dar por uma tendência geral da agricultura e outras produtividades crescerem, assim como as pessoas se dedicando a salvaguardar seu alto padrão de vida. Como resultado, a população não cresce o suficiente para reduzir o padrão de vida do público ao nível de subsistência. Enquanto Malthus não iria verbalmente tão longe quanto Senior em falar sobre uma "tendência geral para a comida crescer mais que a população", era claro a partir da resposta de Malthus que o Malthus mais tranquilo da segunda edição havia triunfado. Que Senior viu todas as implicações das trocas da segunda edição, também é demonstrado por sua própria formulação do princípio populacional: "que a população do mundo [...] é limitada apenas pela moral ou mal físico, *ou* pelo medo da deficiência de tais artigos de riqueza que os hábitos dos indivíduos de cada classe de seus habitantes o levaram a adquirir". (Itálico adicionado).

Mas enquanto a lei de ferro dos salários estava finalizada *de facto*, ela ainda continuou reinando, como esteve, *de jure*. Para Nassau Senior, sofrendo de piedade excessiva para com Malthus, faltava o instinto para a jugular que iria remover o véu da evasão das graves falácias da doutrina malthusiana. Ao invés disso, Senior colaborou com a mentira, insistindo, apesar de saber que não era verdade, em continuar a saudar o princípio malthusiano da população como um pilar da ciência econômica. Como Joseph Schumpeter, sempre vivo para as tolices dos economistas, lamentou:

> [Senior] sempre tratou Malthus com infinito respeito — ele até mesmo o chamava de benfeitor da humanidade (sic!) — e fez tudo em seu alcance para minimizar seu desvio daquilo que evidentemente considerava ser a doutrina estabelecida. Toda justificação menor está lá para a prática de alguns escritores tardios, que com um pontificado nauseante, trataram Senior como um pupilo não tão inteligente que precisava ser endireitado por Malthus. Na verdade, é perfeitamente claro que

> Senior percebeu até que ponto as qualificações de Malthus deveriam ter significado retratação e em qual grau sua adoção a alguma das opiniões antigas significava contradição.[12]

4.3 A teoria da Renda

A teoria ricardiana da renda foi efetivamente demolida por Thomas Perronet Thompson (1783-1869) em seu panfleto, A *Verdadeira Teoria da Renda* (1836). Thompson pronunciou-se contra o cume falacioso do sistema ricardiano: "A célebre Teoria da Renda", Thompson acusou, "é baseada em uma falácia", pois a demanda é a chave do preço dos cereais e da renda.

> A falácia se situa, em assumir ser a causa aquilo que em realidade é apenas uma consequência [...] [é] o aumento no preço de produção [...] que permite e causa a utilização para cultivo de terreno inferior; e não o cultivo em terreno inferior que causa o aumento na renda.

Thompson vai adiante e escreve em espanto que Ricardo percebeu a falácia na visão de que grãos vendem por um alto preço em decorrência do pagamento de renda, e não vice-versa, e ainda sim insistiu em adotar uma teoria de custos e preços similar. Aqui, Ricardo reverteu causa e efeito ao defender que a cultivação em terreno inferior causa um aumento no preço do grão, em vez de o contrário.

Durante o mesmo ano, o Coronel Robert Torrens em pessoa destruiu a teoria ricardiana da renda ainda mais efetivamente, se focando na falácia crucial da renda-como-um-diferencial. Caracteristicamente, Torrens, que estava envolvido em todas as controvérsias econômicas da época e mudou de opinião significantemente em quase todas, entregou seu *coup de grace* na terceira edição de um trabalho, ao qual havia originalmente pré-datado Ricardo na descoberta e defesa da teoria da renda diferencial. Esse

---

12 Schumpeter, *op. cit.*, nota 1, p. 580n. Veja também Edwin Cannan, *A History of the Theories of Production & Distribution* (3rd ed., Londres: Staples Press, 1917), pp. 133–4.

trabalho era o *Ensaio Sobre o Comércio Exterior*, originalmente publicado em 1815. Mas agora, Torrens aperfeiçoou o ponto crucial de que a renda de terra, A, não depende de sua maior ou menor fertilidade que outro pedaço de terra, B; que, ao contrário, a renda de cada terreno se deriva de *sua própria* produtividade, ponto, em torno parcialmente determinada pela escassez daquela terra particular e pela demanda de seus produtos. A existência de retorno em um pedaço de terra não depende, de qualquer modo, da existência de terras piores. Como Torrens coloca:

> Nem as gradações do solo, nem a aplicação sucessiva de capital à terra, com retornos cada vez menores, são de qualquer forma essenciais para o surgimento e ascensão de renda. Se todo solo fosse de determinada qualidade uniforme, e se a terra, após ser adequadamente estocada, não pudesse gerar produção adicional [...] ainda sim o aumento no valor da produção bruta [...] causaria uma porção da produção excedente no solo a assumir a forma de aluguel.

No exato mesmo ano, 1831, que o Coronel Torrens estava desta forma declarando a morte do sistema ricardiano, o Rev. Richard Jones (1790-1855), um graduado de Cambridge, colocou o último prego no caixão de teoria ricardiana em seu discurso "sobre o aluguel", em seu *Ensaio sobre a Distribuição de Riqueza*. Um indutivista baconiano, historicista e anti-teórico que paradoxalmente sucedeu primeiro Sênior como professor de economia política no King's College, Londres, e então seguiu Malthus como professor no Colégio das Índias Orientais de Haileybury, Jones enfatizou o erro no ditado histórico de Ricardo, de que as terras mais férteis são sempre cultivadas primeiro em todos os países, que então moviam sucessivamente para terras cada vez menos férteis.

Por Schumpeter e outros terem rejeitado o caso de Jones como fato histórico confuso e com um modelo teórico abstrato, é um desvio do ponto real. Falacioso e anti-teórico, Richard Jones indubitavelmente era; mas de seu próprio ponto de vista, David Ricardo não estava simplesmente arranjando um modelo teórico completamente irrealista.

Ricardo estava interessado, acima de tudo, em aplicações políticas, e era desiludido o suficiente para acreditar que seu modelo estaria despejando leis precisas sobre tendências passadas e futuras.

Para Ricardo, aumentos inexoráveis no aluguel, desenvolvimento econômico futuro debilitado, eram consequências empíricas previsíveis de sua própria teoria. Fatos empíricos específicos não podem originar ou testar uma teoria, mas uma lei teórica que tenta prever passado e futuro pode ser validamente respondida ao se analisar o curso real da história. Fatos empíricos podem ser utilizados propriamente para refutar generalizações empíricas.

As várias demolições da teoria da renda de Ricardo, especialmente a de Perronet Thompson, rapidamente triunfaram na literatura econômica. A crítica de Thompson foi antecipada em jornais influentes, na *British Critic* tão cedo quanto 1821, e por Nassau W. Senior na *Quarterly Review* no mesmo ano. No começo da década de 1830, a visão de Thompson havia triunfado nos jornais, incluindo um artigo de Samuel Mountifort Longfield, o primeiro professor irlandês de economia política no Trinity College, Dublin. Por volta de 1804, a teoria ricardiana da renda estava completamente morta, e quase fora de discussão; fora McCulloch, o único disposta a defendê-la era o ardente e emotivo ricardiano, o poeta e escritor Thomas de Quincey (1785-1859).

David Ricardo, como ele próprio reconheceu, não originou sua diferencial teoria do aluguel. Ela começou em 1777, com a publicação de *Uma Investigação acerca da Natureza das Leis dos Cereais*, pelo fazendeiro escocês, James Anderson (1739-1808). como fazendeiro em Aberdeenshire, Anderson fundou e editou a *Weekly Bee*, e mais tarde se mudou para Londres, onde editou publicações em ciência agrícola e em artes. A teoria de Anderson, entretanto, permaneceu esquecida, até ser independentemente replicada por três escritores em 1815: Thomas Robert Malthus, em seu *Investigação acerca da Natureza e Progresso da Renda*; *Um Ensaio Sobre a Aplicação do Capital a Terra*, do Sir Edward West (1782-1828); e a primeira edição do *Ensaio sobre o Comércio Exterior de Grãos*, de Torrens. Malthus não integrou sua teoria em qualquer coisa como o sistema ricardiano, e, além do mais, raramente era um oponente dos senhorios ou da renda de terras. Pelo contrário, Malthus defendia as Leis dos Cereais. Por outro lado, West,

um advogado e sócio do University College, Oxford, que mais tarde atuou como juiz suprema corte na Índia e morreu cedo por uma doença, ficou muito próximo de antecipar o sistema ricardiano que Schumpeter habitualmente se refere como a teoria "ricardiana ocidental".

A Questão interessante é: o que deu origem, em um período tão curto de tempo (1815-17) a tão grande preocupação, ou ao menos atenção para o suposto problema do aumento dos aluguéis? Pois, à parte do relativamente desconhecido James Anderson, a atenção ao aumento das rendas aconteceu dentro de alguns poucos anos após o fim das Guerras Napoleônicas. A resposta foi brilhantemente fornecida pelo economista americano "austríaco" do começo do século vinte, Frank Albert Fetter: As Guerras Napoleônicas dos primeiros quinze anos do século XIX foram marcadas por altas taxações, bloqueios de importações de bens, inflação da moeda, e consequentemente altos preços de "grãos" sem precedentes na Inglaterra e, portanto, rendas agrícolas altamente inflacionadas. Certamente não é acidente, como Fetter percebe, que "a suposta doutrina ricardiana da renda foi independentemente formulada por vários outros escritores — West, Malthus, Torrens e outros entre 1813 e 1815 — quando os preços do trigo estavam em seu pico.[13]

4.4 Coronel Perronet Thompson: benthamista anti-Ricardiano

Devemos parar por um momento para considerar o caráter fascinante do Coronel Perronet Thompson, um ardente benthamista radical, e defensor do livre-comércio e contrário às Leis dos Cereais. Thompson, filho de um comerciante próspero e banqueiro de Sussex, e membro do parlamento por uma década, passou a primeira parte de sua fase adulta como um militar, aposentando-se do serviço ativo em 1922 com 39 anos de idade e a patente de tenente. Apesar de sua patente relativamente baixa, Thompson foi nomeado o primeiro governador

13 Frank A. Fetter, "Rent", *Encyclopedia of the Social Sciences*, reimpresso em M. Rothbard (ed.), *Capital, Interest, and Rent: Essays in the Theory of Distribution*, by Frank A. Fetter (Kansas City: Sheed Andrews & McMeel, 1977), p. 368.

real da colônia de Serra Leoa em 1808, mas foi rapidamente removido por clamar pela abolição do comércio de escravos. Sua dispensa pelo governo tory britânico causada pelo problema da escravidão radicalizou o jovem Thompson, cuja educação em liberalismo clássico estava ainda mais desenvolvida com a leitura de Adam Smith e Turgot. Depois de se aposentar do serviço militar, Thompson foi compensado por sua baixa patente em trabalho importante sobre uma carreira militar longa sendo repetidamente promovido enquanto inativo. Na hora de sua morte, Thompson havia ascendido até o mais alto tipo de general.

Antes de ingressar ao serviço militar, Thompson havia se graduado no Queen's College, Cambridge, e se tornado um afiliado daquele mesmo colégio. Ao se aposentar da vida militar, entrou para o grupo de admiradores de Bentham e mergulhou no utilitarismo e radicalismo benthamista. A primeira obra publicada de Thompson apareceu na primeira edição do próprio periódico de Bentham, o *West minister Review* (1824). Sua *Verdadeira Teoria da Renda*, designada para apoiar as considerações de Adam Smith em comparação a Ricardo, dando seguimento; e no próximo ano, Perronet Thompson publicou seu famoso *Catecismo sobre as Leis dos Cereais* (1827), amplamente considerado o trabalho mais importante em toda a literatura Anti-Leis dos Cereais. Depois, Thompson se tornou um dos membros mais efetivos da Liga Anti-Leis dos Cereais. Em 1829, apenas meia década desde sua imersão na política, o agora Tenente Coronel Thomas Perronet Thompson se tornou o único proprietário do Westminster Review benthamista, e contribuiu com artigos sobre todo tipo de assunto, até se abdicar da posse sete anos mais tarde. Depois de ser derrotado no Parlamento em 1834, Thompson venceu a eleição um ano mais tarde, opondo-se a George Grote e aos radicais filosóficos do Parlamento. Perdendo seu assento dois anos mais tarde, concorreu várias vezes sem sucesso, servindo no Parlamento de 1847 a 1852, e de novo de 1857 a 1859.

Os escritos de Thompson eram prolíficos, e em várias áreas. Com 59 anos de idade, uma coleção de seis volumes de seus trabalhos até a data de sua publicação foi publicada, *Exercícios, Políticos e Outros* [*Exercises, Political and Others*] (1842), e ele permaneceu escrevendo panfletos e artigos em jornais sobre a reforma democrática até um dia antes de sua morte, com 86 anos de idade. Em adição a suas grandes

preocupações políticas e econômicas, Thompson escreveu trabalhos sobre matemática, a ciência dos acústicos, e a teoria da harmonia musical. Um órgão construído de forma similar à teoria harmônica de Thompson recebeu menção de honra na Grande Exposição de 1851.

Thompson contribuiu mais para a economia que somente seu ataque à renda de terras. Seu primeiro artigo no Westminster Review, "On the Instrument of Exchange", seguiu as posições inflacionistas próprias de Bentham ao defender um papel-moeda irreversível. Outra, igualmente dúbia, contribuição de Thompson na mesma dissertação seguiu uma pista feita dez anos antes por Malthus. Malthus, que foi treinado em matemática em Cambridge, observou, em um panfleto em 1814, que o cálculo diferencial poderia se mostrar útil nas teorias morais, econômicas e políticas, uma vez que muitas perguntas dessas disciplinas se centram em torno da busca por máxima e mínima. Na data de publicação de seu *Princípios de Economia Política* em 1820, entretanto, Malthus havia sabiamente amadurecido para cético sobre as possibilidades da matemática na economia, assim como na ética e na política. Thompson, entretanto, também treinado em matemática em Cambridge, não tinha tais escrúpulos, e seu artigo de 1824 abriu uma porta fatal ao utilizar o cálculo diferencial para definir o ganho máximo. O benthamista perfeito, embebido em olhar ao máximo de prazer e mínimo de dor, havia batido fatalmente fundo; a Caixa de Pandora fora aberta.

A simpatia de Thompson pela economia matemática, entretanto, não o impediu de condenar a busca de Smith-Ricardo por uma medida de valor fixa e invariável, que ele havia sabiamente dispensado como uma quimera. Ademais, na *Westminster Review* em 1832, Thompson criticou incisivamente todas as teorias do valor, mostrando que preço e custo quase sempre se diferem. E essas diferenças, ele adicionou, não são acidentais e efêmeras, como Smith e especialmente Ricardo assumiram em seu foco pelo preço "natural" de longo prazo; pelo contrário, essas diferenças "de curto prazo" são a essência do mundo real dinâmico: "Essa oscilação perpétua em ambos os lados do preço de custo, ao invés de serem acidentes inconsideráveis, são na verdade o grande agente pelo qual o mundo comercial é mantido em movimento".

4.5 Samuel Bailey e a teoria do valor subjetivo

Em 1825, Samuel Bailey (1791-1870), ainda um jovem mercante de Sheffield em ascensão, publicou uma demolição meticulosa da teoria de valor ricardiana, em seu *Uma Dissertação Crítica sobre a Natureza, Medidas e Causas do Valor.* Bailey finalmente trouxe para a economia Inglesa a teoria subjetiva do valor da tradição Francesa; infelizmente, ele não foi nobre o suficiente para reconhecer esse fato. Enquanto sua dissertação estava claramente na tradição de Say, por exemplo, suas breves e bruscas referências ao *Tratado* de Say não deram pistas do reconhecimento de seu grandioso endividamento. Mas em qualquer caso, a demolição de Ricardo por Bailey foi devastadora. Começando pela definição de Ricardo do valor como preço relativo, ou poder de compra, de bens particulares, Bailey continuou demonstrando a absurdez e contradição interna da afirmação de Ricardo de que cada bem possui um valor absoluto e invariável da qualidade das horas de trabalho empregadas em sua produção. Para começo de conversa, se a quantidade de trabalho necessária para produzir um bem A permanece a mesma, seu valor, contra Ricardo, dificilmente pode ser invariável, se a quantidade de trabalho empregada em outros bens, B, C, D, etc. mudou. Em resumo, valor é estritamente relacional, é uma classificação entre os bens, e, portanto, não pode ser absoluto ou invariável.

Ademais, Bailey demonstrou que o valor não é de modo algum inerente aos bens, mas, ao invés disso, é quase sempre um processo de avaliação subjetiva na mente dos indivíduos. O valor, como Bailey mostrou, "em sentido primordial, parece significar a estima que qualquer objeto possui. Denota, estritamente falando, um efeito produzido na mente". Valor é puramente um "afeto mental". Além disso, ele fortemente afirma que o valor não é somente uma estimação subjetiva, mas também que essa avaliação é necessariamente relativa entre vários bens ou objetos; o valor é uma questão de preferência relativa. Assim, Bailey:

> Quando consideramos um objeto em si mesmo, sem referência de um para outro; a emoção ou prazer ou satisfação, a qual nós veremos sua utilidade ou beleza, dificilmente pode assumir a denominação de valor. É somente quando objetos são considerados como sujeitos a preferência ou troca, que o

> sentimento específico de valor pode surgir. Quando são assim considerados, nossa estima por um objeto, ou nosso desejo de possuí-lo, pode ser igual a, ou maior ou menor que nossa estima por outro [...]

Mas se o valor é subjetivo e de avaliação relativa (ou relacional), segue-se que é absurdo que Ricardo anseie por uma medida de valor invariável.

Em uma cintilante e notável passagem, Bailey demonstra as contradições internas e absurdidades de qualquer teoria do valor absoluto, e especificamente da variante do valor-trabalho ricardiana. Os ricardianos haviam perdido de vista

> a natureza relativa do valor, e [...] considerado isso como algo positivo e absoluto; de forma que se houvesse apenas duas mercadorias no mundo, e que se por alguma circunstância ambas ou alguma passassem a ser produzidas com o dobro da quantidade de trabalho, ambas iriam aumentar seu valor real, apesar de que sua relação entre si deva permanecer imperturbada. De acordo com essa doutrina, todas as coisas devem se tornar mais valiosas imediatamente, por necessitarem imediatamente de mais trabalho para sua produção, uma posição completamente divergente da verdade, que o valor denota a relação na qual commodities se apresentam umas às outras como artigos de troca. O valor real, em uma palavra, é nessa teoria considerada como sendo o resultado independente do trabalho; e consequentemente, se sob quaisquer circunstâncias a quantidade de trabalho é aumentada, o valor real também aumenta. Assim sendo, o paradoxo. [citando o ricardiano devoto Thomas De Quincey] “que é possível que A continuamente aumente seu valor -- em observação de valor real -- e ainda sim comandar um decréscimo contínuo da quantidade de B”; e isso ainda que elas sejam as únicas commodities existentes.

Em suma, assim como Bailey pungentemente notou,

> “o próprio termo valor absoluto, implica o mesmo tipo de

absurdez que a distância absoluta [...]".

Bailey então entra em uma penetrante discussão sobre a teoria de medição, mostrando o tremendo abismo entre medição genuína de objetos reais ou físicos e qualquer ideia de "medir" alguma coisa tão subjetiva e relativa como a valoração humana.

No caso de objetos físicos, tais conceitos como comprimento ou largura são medidos pela fixação de uma medida física invariável, tal como a régua de pés, e então comparando o comprimento dos outros objetos em questão com essa tal regra.

Na valoração humana, a "medição" é consideravelmente diferente; é simplesmente a expressão de preços ou poder de compra relativos de diferentes bens em termos de dinheiro, ou meios de trocas de alguém. Aqui não há operação física como na medida de objetos físicos. No caso do dinheiro, há uma "expressão comum ou denominador de valor" no dinheiro ao invés de um objeto físico invariável de comparação.

De fato, esses preços ou quantidades são relativos e variáveis, e não há invariabilidade envolvida. Na verdade, Bailey teria feito ainda melhor em abandonar o termo "medição" completamente, e reservá-lo estritamente para os padrões invariáveis usados para comparar objetos físicos, simplesmente limitando a ideia de comparar preços relativos em termos de dinheiros ao termo "expressão comum" ou "denominador comum". Uma enorme confusão na teoria econômica poderia ter sido evitada.

No caminho de demolir a ideia de uma medida de valor invariável, Bailey deu um tiro fatal na noção de que o valor do dinheiro é invariável sobre o tempo, e, portanto, pode ser usado para comparar preços gerais com o passar do tempo.

Enquanto a mercadoria do dinheiro não é mais fixa no valor que qualquer outra, um de seus atributos, e uma das razões pelas quais é escolhida como dinheiro no mercado, é a sua "constância de valor comparativo", como Bailey sensivelmente denominou em uma obra mais tardio sobre o dinheiro e seu valor (*Money and its Vicissitudes in Value*, 1837). Mas seu valor não é constante, e, portanto, não há como medir o valor sobre o tempo. Mas mercadorias apenas possuem relações de valor entre si ao mesmo tempo; uma mercadoria não possui valor em

relação a si mesma em diferentes períodos do tempo. Como Bailey colocou;

> Não podemos determinar uma relação de tecidos em um período de tempo para tecidos em outro período, como determinamos a relação do tecido nos dias atuais. Tudo que podemos fazer é comparar a relação na qual o tecido permaneceu em cada período com alguma outra commodity [...] Não podemos dizer, que um par de meias no reinado de Jaime I poderia ser trocado por seis pares nos dias atuais; e portanto não podemos dizer, que um par no reinado de Jaime I era igual em valor a seis pares atualmente, sem alguma referência a outro artigo.
>
> Valor é a relação entre mercadorias contemporâneas, pois apenas tais admitiriam ser trocadas entre si; e se compararmos o valor de uma commodity em um período com seu valor em outro, será apenas uma comparação da relação na qual ela permaneceu nesses diferentes períodos em relação a outra commodity.

Até recentemente, historiadores acreditaram que o trabalho de Bailey não teve impacto no mundo ricardiano da economia britânica, e caiu no desconhecimento, apenas para ser ressuscitado no final do século XIX por economistas procurando por precursores da teoria da utilidade marginal. Na verdade, agora sabemos que, apesar da cruel agressão pessoal (provavelmente de James Mill) em Bailey na *Westminster Review*, a *Dissertação Crítica* de Bailey foi amplamente lida em meio aos economistas e praticamente e varreu o campo.

Nos ritos fúnebres de janeiro de 1831 ao sistema ricardiano antes do Clube de Economia Política, o Coronel Robert Torrens declarou que "sobre o valor", a *Dissertação* de Bailey "resolveu o problema". De fato, no ano que seguiu a publicação do trabalho de Bailey, Torrens o elogiou fortemente na terceira edição de seu *Ensaio sobre O Comércio Internacional de Cereais*, chamando-a em seu prefácio de "um espécime magistral de lógica perspicaz e precisa", hasteando "aquela

linguagem vaga e ambígua na qual alguns de nossos economistas mais eminentes se entregaram".

E notavelmente, o instável Torrens manteve essa opinião por toda a sua vida. Na extensa introdução ao seu *The Budget* (1844), na qual revisou e retratou muitas de suas opiniões anteriores, o Coronel Torrens saiu de seu caminho para afirmar que

> "o dotado autor de 'Uma Dissertação Sobre a Natureza, Causas e Medidas do Valor', finalmente resolveu um problema longo e agitado, sobre se o valor deveria ser tido como uma qualidade absoluta ou positiva inerente às commodities, ou como uma relação existente entre si".

Samuel Bailey escreveu uma resposta efetiva à crítica de *Westminster* (*A Letter to a Political Economist*, 1826), mas à parte de seu tratado *Money*, a maioria de seus numerosos escritos lidavam com filosofia e reforma política. Pois esse próspero mercador de Sheffield, nascido em uma família mercantil, fundador e quatro vezes presidente da *Sheffield Literary and Philosophical Society*, era, em assuntos intelectuais, um fervoroso benthamista. Dedicou grande parte de seus recursos intelectuais a escritos benthamistas sobre filosofia e reforma radical, e concorreu duas vezes sem sucesso com um bilhete de reforma ao parlamento. Bailey fez um impacto filosófico considerável com seu primeiro livro, seu *Ensaio Sobre a Formação e Publicação da Opinião Pública* (1821). A ênfase da dissertação no valor utilitário da livre discussão influenciou fortemente James Mill, a *On Liberty* de John Stuart Mill, e Francis Place. Em assuntos econômicos, o *Ensaio* de Bailey baseou a atividade econômica no subjetivo, no fenômeno mental, e explicitamente rejeitou a ênfase em objetos materiais dos economistas clássicos britânicos.

A metodologia da economia, que Bailey sustentava, era introspectiva dos arredores empíricos de alguém. Bailey via a economia como uma "ciência da mente" ao invés de como uma tecnologia.

Claramente, sua metodologia e filosofia eram muito mais "austríacas" do que se imaginava.[14]

As obras mais tardias de Bailey eram não-econômicas, incluindo *Ensaio Sobre a Busca da Verdade* (1844), *A Teoria do Raciocínio* (1851, 1852), e três séries de *Cartas sobre a Filosofia da Mente Humana* (1855-62). Sua última publicação foi um livro de dois volumes que usava etimologia para rearranjar e reinterpretar algumas das peças de Shakespeare (*On the Received Text of Shakespeare's Dramatic Writings and its Improvement* (1862-66)).

Samuel Bailey foi o mais importante e influente teórico do valor subjetivo; mas ele não foi o primeiro a trazer a teoria subjetiva do valor à Bretanha do século XIX. Essa honra pertence ao praticamente desconhecido escocês John Craig (c. 1780-c. 1850). Tudo que sabemos sobre Craig é que ele era um cidadão de Glasgow, e era um membro da fraternidade da Sociedade Real de Edimburgo, e ainda assim nada mais é conhecido sobre sua ocupação ou passado. Depois de escrever um trabalho de três volumes sobre os *Elementos de Ciência Política* (1814), Craig fez sua impressionante, porém despercebida contribuição à economia, em seu *Observações Sobre Algumas Doutrina Fundamentais de Economia Política* (1821).

Craig não somente trouxe a utilidade para uma economia britânica dominada por discussões sobre o custo e o "preço natural"; pela primeira vez na Grã-Bretanha, ele trouxe a teoria do valor para a beira do conceito de utilidade marginal. Começando com o axioma de que a utilidade é a base de todo valor, Craig procede para a influência da oferta:

> "valores relativos de mercadorias podem mudar, e as pessoas

---

14 Só recentemente foi reconhecido que Bailey era filosoficamente austríaco – uma visão enterrada na negligenciada dissertação de doutorado de Robert Rauner em 1956 na Universidade de Londres, "Samuel Bailey and Classical Economics". Denis P. O'Brien, "Classical Reassessments", em W.O. Thweatt (ed.), *Classical Political Economy: A Survey of Recent Literature* (Boston: Kluwer, 1988), pp. 199–200.

> que por acaso possuem tais artigos que são produzidos em uma quantia mais larga que outrora, ou a qual de outras circunstâncias se tornam menores em demanda, podem se ver mais pobres […]".

Em resumo, um aumento de quantidade causa decréscimo no valor. Uma maior abundância resultar em menor valor já foi considerado como trivialidade dentro do pensamento econômico; mas por que exatamente isso é verdade? Primeiramente, Craig percebe que uma crescente quantidade de, por exemplo, tecidos de lã, diminuirão seu preço. Ele então procede para explicar, em uma passagem verdadeiramente notável, que

> Todo o Tecido de Lã, que, na estimativa dos compradores, valia o preço inicial, fora outrora trazido ao mercado, e se agora mais está disponível, deve estar para aqueles que antes não reconheciam sua utilidade como equivalente ao preço antigo. Novos compradores de fato aparecerão em proporção à redução do preço; pois, a cada passo do declínio, o valor se assemelha à estimativa, a qual um número adicional de pessoas havia formado a respeito de seu poder de produzir gratificação, ou em outras palavras, ao valor estimado de seu uso.

Portanto, John Craig não somente refutou explicitamente a visão smithiana da separação de valor em uso para valor em troca, demonstrando que o último depende estritamente do primeiro. Até mais importante que isso, Craig havia captado a essência da doutrina da utilidade marginal sem o nome: mostrando que conforme a quantidade de um bem cresce, seu preço deve cair a fim de tocar um novo grupo de compradores para o qual a estimativa de utilidade do bem foi muito baixa para permitir que comprassem o bem pelo valor originalmente mais alto pelo produto menor.

Em resumo, compradores anteriormente sub marginais se tornam compradores marginais pelo produto adicional conforme o preço diminui. Assim como o Professor Thor Bruce declara,

> Craig aparece na exata beira de expressar a ideia da utilidade marginal. Ele se separou da teoria apoiada por seus

> contemporâneos, que era baseada na ideia de custo, e se tornou o primeiro expoente da ideia de conexão valor e utilidade. Em, então enfatizar a teoria da utilidade, foi o pioneiro da Escola Austríaca da última metade do século XIX.[15]

Craig não para por aí. Se mais tecido de lã, por exemplo, foi produzido e seu preço reduzido, os antigos compradores agora possuem um excedente de receita, que utilizarão para aumentar a demanda, e portanto, o preço de outros produtos. Portanto, a queda de valor nos tecidos de lã aumentarão a demanda e o preço de outros bens. Sendo assim, um fornecimento aumentado de alguns bens não necessariamente resulta numa queda geral de valores, mas ao invés disso, em uma reestruturação de preços e uma renda adicional aos consumidores.

Craig conclui de sua análise do valor que o valor-de-troca não apenas depende do valor-de-uso, mas também é uma medida precisa daquele valor. Craig aponta em sua introdução ao *Remarks*, que se deparou com o *Treatise* de J.B. Say somente após ter escrito o corpo de seu tratado, e que percebeu a semelhança na abordagem. Ele adiciona, entretanto, que a concentração de Say ao valor-de-troca propriamente dita deveria ser corrigida para apontar que ele também é a personificação ou expressão do valor em uso.

Atacando a teoria de custo ou trabalho ricardiana, Craig aponta que o valor de qualquer bem é determinado não pelo seu custo de produção, mas por sua oferta e demanda, a demanda variando continuamente em correspondência com os desejos dos consumidores, e a oferta mudando de acordo com a escassez ou abundância de seus agentes de produção, assim como a fertilidade da agricultura. Ou, como Craig coloca:

> mesmo se os custos fossem determinados, isso não nos permitiria julgar do valor trocável. O valor de troca depende inteiramente da proporção no mercado a qual a demanda por um

---

15 Thor W. Bruce, “The Economic Theories of John Craig, A Forgotten English Economist”, *Quarterly Journal of Economics, 52* (Agosto de 1938), p. 699.

> artigo pode dar à oferta, uma proporção sempre variável, por um lado, de acordo com a plenitude ou escassez de capital ou trabalho, e fertilidade da temporada.

Se Samuel Bailey fosse precedido por John Craig, seria sucedido, seis anos após sua Dissertation, por Charles Foster Cotterill, em seu *an Examination of the Doctrine of Value…* (1831). Cotterill não apenas apoiou, em geral, a teoria subjetiva da utilidade, de Bayley; ele também pronunciou, no mesmo ano que Torrens, o falecimento do movimento ricardiano, perplexamente percebendo que "alguns ricardianos ainda permanecem".

4.6 Nassau Senior, a conexão Whately, e a teoria da utilidade

Durante o fim da década de 1820, Nassau W. Senior entregou uma série de palestras como professor Drummond em Oxford, algumas das quais foram recolhidas no único livro publicado por Senior, seu *Outline of the Science of Political Economy* (1836). Senior levou adiante a teoria da utilidade subjetiva, de Bailey; O quanto ele foi influenciado por Bailey é difícil de dizer, uma vez que, como a maioria dos economistas de sua era, Senior não reconhecia praticamente, nenhum colega de opinião similar ou influências sobre seu próprio trabalho.

Senior reconhecia J.B. Say, entretanto, e então começou sua análise de valor dizendo que o valor depende da utilidade e escassez, retornando então para a tradição continental. Senior acrescentou que a utilidade é relativa aos desejos humanos e a diferentes pessoas, e não é intrínseca a objetos. Utilidade, ele afirmou:

> denota nenhuma qualidade intrínseca nas coisas que dizemos serem úteis; isso simplesmente expressa suas relações às dores e prazeres da humanidade. E, conforme a susceptibilidade de dor e prazer a partir de um objeto particular é criada e modificada por causas inumeráveis, e que variam constantemente, encontramos uma diversidade sem fim na utilidade relativa de diferentes objetos para diferentes pessoas, diversidade cuja é o motivo de todas as trocas.

Escassez, ou a limitação natural de oferta, foi para Senior, a maior influência na utilidade relativa. No curso de sua discussão, Senior praticamente chegou a formular uma lei enfraquecida de utilidade marginal:

> Não apenas há limite ao prazer que as commodities de qualquer dada classe podem oferecer, mas o prazer enfraquece em uma taxa rapidamente crescente muito antes que esses limites sejam atingidos. Dois artigos do mesmo tipo raramente oferecerão o dobro do valor de um, e ainda menos irão dez dar cinco vezes o valor de dois.

Enquanto completava seus estudos em Oxford, o jovem Senior adquiriu como tutor, um jovem homem, apenas três anos mais novo que ele próprio, um recentemente designado como membro no Oriel College, do qual havia se graduado muitos anos antes. O Rev. Richard Whately (1787-1863), filósofo e teólogo, e filho de um ministro anglicano, iria se tornar para a vida toda o mais próximo amigo de Senior. Apesar de Senior ter se tornado um advogado, ele permaneceu como uma parte central no círculo do Oriel College agrupado em volta do carismático Whately. O círculo se ocupava de estudos e atividades de literatura, com Senior publicando vários artigos literários e lançando uma breve intelectual literária trimestral, a London Review. Whately publicou aquilo que se tornaria o texto padrão de lógica, o *Elements of Logic* (1826), no qual Senior adicionou um apêndice no "Termos Ambíguos Usados na Economia Política". Realmente, Whately foi provavelmente responsável por injetar uma lamentável tendência em Senior a respeito de cortar palavras e logomaquia, que ajudaram a enfraquecer a influência do grande Senior ao mundo da economia. De qualquer forma, Senior aprendeu filosofia e teologia de Whately, e os economistas tardios aprenderam com Senior.

Em Oxford, o círculo de Oriel estava se tornando um centro influente para opiniões liberais e whig dentro da Igreja Anglicana, de fato uma influência notável naquela universidade de altos tories e da

alta igreja.[16] Quando o professorado Drummond em economia política se abriu em 1825, Whately segurou o posto para Nassau Senior, e quando o termo de Senior se expirou cinco anos depois, ele recomendou e obteve a posição para Whately como seu sucessor. As Palestras Drummond de Whately, o *Introductory Lectures on Political Economy* (1831. segunda edição, 1832) continuaram e expandiram a tradição de Senior, particularmente na teoria do valor.

Realmente, metodologicamente, Whately foi mais adiante que Senior. Seus interesses linguísticos e filosóficos levaram Whately a ver que o conceito e terminologia de "economia política" tratava de unir esses dois campos distintos. Essa confusão atrapalhou o desenvolvimento científico da economia; uma vez que Whately propôs sua substituição por uma outra palavra, cataláctico, a ciência das trocas, pela economia política. Whately definiu o homem como "um animal que faz trocas", mostrando que mesmo os animais racionalmente mais próximos da racionalidade humana não haviam "ao que tudo indica, noções de trocas, ou de qualquer forma trocado uma coisa por outra". Se focando nos atos humanos de troca ao invés das coisas que eram trocadas, Whately era conduzido quase imediatamente a uma teoria do valor subjetivo, uma vez que viu que "a mesma coisa é diferente para pessoas diferentes", e que diferenças no valor subjetivo são a fundação de todas as trocas. Ademais, Whately mostrou que "trabalho não [é] essencial ao valor", e percebeu que pérolas não "possuem um alto preço por homens haverem mergulhado por elas; mas pelo contrário, homens mergulham por elas pois possuem um alto preço".

Whately viu que o reino econômico, e particularmente a atividade de trocas no mercado, mereciam sua própria esfera de análise e

---

16 O biógrafo de Whately observou que Oxford "era de um jeito, e Richard Whately de outro". Oxford havia se resignado à ortodoxia e ao toryismo e Whately era um "inquiridor e um liberal". Em W.J. Fitzpatrick, Anecdotal *Memoirs of Richard Whately*... (Londres, 1864), I, p. 56, citado em Salim Rashid, "Richard Whately and Christian Political Economy at Oxford and Dublin", *Journal of the History of Ideas*, 38 (Jan.-Mar. 1977), p. 148. Em 1826, Whately publicou anonimamente um panfleto empolgante e controverso, *Letters of the Church, by an Episcopalian*, pedindo o desmantelamento da Igreja Anglicana e a separação entre Igreja e Estado. *Ibid*.

investigação. Mesmo se a integração acontecer mais tarde, uma vez que a análise é aplicada ao reino político, deve haver antes uma separação que libere a cabeça ao raciocínio.

Mas após a separação e análise, integração; e Richard Whately compreendeu que o simples fato de que uma esfera separada fosse segurada para a análise catalática significava ainda mais que a integração com a análise moral e teológica era necessária para conclusões políticas. Em suas palestras Drummond, Whately estava preocupado em mostrar, primeiro, que, contrário aos tories de Oxford, a economia política não era pecaminosa, materialista, ou oposta ao Cristianismo. Em primeiro lugar, economia política não deve ser considerada, como havia feito Smith e os clássicos, como um estudo da riqueza; ao invés disso, deve ser considerada um estudo das trocas humanas. Mas até mesmo um estudo sobre a riqueza não é pecaminoso; em primeiro lugar, examinar os meios de se aumentar a riqueza não é pecaminoso per se. Não há a necessidade de que os economistas políticos saírem de seu papel como cientistas ou cataláxicos, e defenderem a política como um meio para a obtenção de riquezas ou seu uso em quaisquer outras áreas. Certamente, uma vez que ele faz, defende a política pública não como um economista político, mas como alguma outra coisa. Whately também denunciou, em seu turno, a tentativa de monopolizar a economia pelo ateu agressivo, secular e "anti-Cristão" círculo Ricardiano. Certamente esse último adjetivo não seria excessivo para pessoas como James Mill e os Benthamitas radicais. Whately também acreditava que os ensinamentos ricardianos eram perigosos e "anti-Cristãos" no sentido de que implicam um conflito de classes inerente entre capital e trabalho, e entre proprietários e todos os outros, e portanto negavam o essencial laissez-faire contido em uma ordem social harmônica, uma ordem que testemunha para a existência da sabedoria divina. Em resumo, para Whately, a harmonia do laissez-faire e o discernimento cristão a respeito de uma ordem divina se encontram em um extenso estágio integrador. Portanto, enquanto a análise econômica é científica e livre de valor, e não pode diretamente implicar em conclusões políticas, tais análises irão levar à

conclusões de laissez-faire e, sendo assim, é perfeitamente consistente com o entendimento cristão sobre uma ordem divina beneficente.

Em adição à sua sutil exposição a respeito da natureza de e distinções entre a economia positiva e normativa, Whately denunciou a ingênua metodologia da colheita de fatos dos indutivistas Baconianos de Cambridge, liderada por Richard Jones e William Whewell. O papel da colheita de dados, Whately perceptivamente apontou, não era o de moldar uma teoria, mas em aplicá-la para condições específicas. Observar os fatos sem a orientação de uma teoria em sua seleção é quase impossível. Avanços científicos, Whately corretamente notou, não vêm do maior recolhimento de dados, mas de se observar fatos antigos de novas formas -- um exemplo é o conhecimento moderno sobre a natureza da circulação do sangue.

Em 1832, Richard Whately largou prematuramente sua cadeira Drummond ao receber uma nomeação surpresa ao alto posto de arcebispo Anglicano de Dublin, onde ele escandalizou os fiéis evangélicos ao se recusar a ser anti-Católico e por insistir em ser jubiloso no Sabbath. O posto de arcebispo se suportou com este sendo um dos dois "visitantes" do Trinity College, Dublin, os dois que formaram a corte do apelo maior para todas as disputas dentro do colégio. Whately usou sua influência em Trinity para passar por cima, sobre a violenta oposição, do estabelecimento de uma nova cadeira de economia política em Trinity, sob termos modelados similarmente à cadeira Drummond. Pelo resto de sua vida, Whately examinou e selecionou candidatos ao posto por si mesmo, e pagou o salário dos professores.

A oposição da diretoria e do reitor da Universidade de Dublin era fundada no medo do suposto radicalismo da economia política. O reitor desejava que Whately garantisse que os titulares da nova cadeira tivessem "tivessem as ideias conservadoras sãs e salvas", ao qual o arcebispo indignamente respondeu que estava "aterrorizado com tal sugestão, envolvendo como fez a introdução de partidos políticos no tema da ciência abstrata[...]".

Era uma sutil, porém importante distinção de que Whately estava tentando expressar — a um assunto que atormenta a academia até hoje. Ele estava tentando dizer que era próprio — realmente importante — selecionar um professor com a visão correta sobre as ainda maiores

implicações de seu tema assim como de seus aspectos estritamente científicos. Ainda sim era definitivamente importante que não era próprio julgar o professorado com base em suas posições diretas em assuntos políticos estreitos, o qual Whately agrupou como "políticas de partido". Então, ao receber o acordo na cadeira Whately, o arcebispo atentamente questionou e selecionou os professores com base em seu comprometimento com a visão liberal-Cristã sobre a harmonia do universo em geral, e sobre o livre mercado em particular; e com respeito à teoria do valor subjetivo de Senior em oposição à teoria do trabalho ricardiana.

O próprio Whately escreveu um pouco mais sobre economia, reiterando suas ideias em seu *Easy Lessons on Money Matters; for the Use of Young People* (1833), um trabalho extremamente popular para crianças, que passou por 15 edições nos próximos 20 anos, sendo traduzido para diversas línguas. Surpreendentemente, em sua cartilha, Whately insinuou outro grande avanço teórico: generalizar a teoria do apreçamento para todos os fatores de produção: "Se você refletir cuidadosamente o significado das palavras 'Aluguel, Empregar e Juros', você perceberá que todas elas, em realidade, indicam um mesmo tipo de pagamento".[17] Mas, infelizmente, Whately não se dedicou mais a fundo no campo econômico, e o conhecimento sobre valor e a teoria da distribuição, se tornou disperso e fragmentário. A partir de agora, ele dependerá que os titulares da cadeira Whately busquem uma tradição subjetiva de forma mais sistemática.

O primeiro titular da cadeira Whately se encaixou admiravelmente dentro dos requisitos do arcebispo. Samuel Mountifort Longfield (1802-84), o filho de um vigário Anglicano em County Cork, na Irlanda, havia se graduado no Trinity College uma década mais cedo, e havia recebido uma medalha de ouro um ciências por excelência particular em física e matemática. Longfield mais tarde recebeu a

17 O reverendo John McVickar, professor de economia política e filosofia moral na Universidade de Columbia, foi levado a reescrever as *Easy Lessons* de Whately para um público americano, em sua própria cartilha para crianças, *Primeiras Lições de Economia Política* (1835).

cobiçada bolsa de estudos em Trinity, uma pós concentrada em ciências e matemática - áreas em que a Trinity era muito mais forte que Oxford e Cambridge, que agora estavam ampliando seu currículo exclusivamente clássico para entrarem no mundo moderno. Enquanto servia como um membro do colégio, Longfield entrou para a Dublin Law School, e ao se graduar em 1831, tornou-se assistente do professor de lei feudal e inglesa em Dublin. Não apenas isso: Longfield entregou uma série de palestras públicas sobre a lei comum que foi recebida com grande positividade.

Mountifort Longfield mais do que supriu as expectativas de Whately. Ele não somente utilizou a tranquilidade e estímulo da cadeira para martelar uma teoría surpreendentemente inteiramente subjetiva e até mesmo marginalista do valor e da distribuição - uma alternativa genuína ao Ricardianismo; ele também transmitiu sua marca, e uma tradição de teoria do valor subjetiva alternativa na Dublin University, deixando sucessores dignos para sua cadeira. O impacto do sistema de Longfield foi apresentado em sua primeira série de palestras publicadas, *Lectures on Political Economy (1834)*. Pelo resto de seu período, Longfield publicou mais duas coleções de palestras; em 1836, ele deixou a cadeira Whately para prosseguir com sua carreira legal, se tornando professor Regius de lei feudal e inglesa na Dublin University. Mais tarde ele se tornou um membro do Conselho da Rainha. Longfield era um especialista em leis de imóveis, e em 1849, foi nomeado como um dos três comissários de terras na Irlanda. Uma década depois, ele se tornou o prestigioso juiz do tribunal de propriedades na Irlanda. De lá em diante, ele foi amplamente reconhecido na Grã-Bretanha como "Juiz Longfield" por seus esforços em nome da reforma de terras na Irlanda. Com exceção de alguns artigos sobre negócios bancários, Longfield não tinha mais tempo livre para se dedicar aos estudos econômicos, e então, suas surpreendentes contribuições para a economia foram comprimidas dentro de seus quatro anos na cadeira Whately. Ao fim de sua vida, Longfield retornou ao seu antigo interesse em matemática, publicando um texto matemático, *An Elementary Treatise on Series,* em 1872.

A perspectiva geral sobre a harmonia de mercado de Longfield era relativamente similar à de Whately. Em seu Lectures, ele escreveu que "as leis correspondentes à criação, distribuição e consumo de riqueza, foram estruturadas pelo Grande Autor de nossa existência,

considerando nossa felicidade, que é manifesta pelas leis que governam o mundo material". Além disso, Longfield estava perturbado com a teoria pessimista de distribuição de Ricardo, e por sua representação do conflito de classes inerente a trabalhadores, capitalistas e proprietários, estando os dois primeiros condenados por uma inevitável crescente "parte do leão" do produto aprovisionando a classe improdutiva dos proprietários.

Dentro da teoria do valor, Longfield decifrou a teoria subjetiva do valor e preço de forma mais completa do que já se havia feito antes na Grã-Bretanha. Ele se concentrou firmemente no preço de mercado como uma consideração mais importante que o preço do longo prazo, e também mostrou que ambos são, em qualquer caso, determinados por oferta e demanda. Longfield explorou novas áreas importantes em sua análise detalhada da demanda marginal. Aqui, ele desenvolveu o conceito de demanda do consumidor como uma escala, relacionada a conjuntos de preços, e até mesmo desenvolveu a ideia de escalas individuais de demanda em queda como a base fundamental da demanda de mercado agregada. Até mais completamente que John Craig, Longfield mostrou que as curvas de demanda de mercado são constituídas por um espectro de comprados marginal, supramarginais e submarginais, cada qual com diferentes intensidades de demanda. Ademais, "a medida da intensidade da demanda de qualquer pessoa por qualquer mercadoria é a quantidade a qual ele estaria desejando e capaz de dar por ele, em vez de permanecer sem ela, ou negligenciar a gratificação com a qual ela é calculada para arcá-lo". Assim, é claro, apesar das diferentes intensidades de demanda, todas as trocas estarão no mesmo preço de mercado. Se, então, "o preço é tentado a ser aumentado um grau além dessa soma, os demandadores, que pela mudança deixam de ser compradores, precisam ser aqueles que a intensidade de cuja demanda fosse precisamente medida pelo preço do primeiro [...] Assim, o preço do mercado é mensurado pela demanda, a qual, sendo da menor intensidade, ainda leva a vendas reais". Em suma, a demanda marginal se torna uma chave para a determinação do preço.

Em sua análise da oferta, Longfield mostrou que a oferta relevante ao preço de mercado cotidiano real é um estoque previamente

produzido de um bem agora fixo pelo período presente imediato (em resumo, o que seria agora chamado de uma curva de oferta vertical para o período de mercado imediato). Ademais, Longfield viu claramente, em contraste com Ricardo, que o custo de produção de modo algum determina o preço; na melhor das hipóteses, contribui indiretamente para essa determinação ao ofertar a extensão da oferta. Sua análise vem para mais perto da última teoria austríaca ao brilhantemente apontar que o efeito do custo sobre a oferta vem das expectativas dos produtores em decidir o quanto de um bem fazer e colocar no mercado. Assim, o custo de produção age por sua influência sobre a oferta, "visto que os homens não irão produzir mercadorias a não ser com expectativa razoável de vendê-los por mais que o custo de produzí-las".

O professor Laurence Moss, um biógrafo de Longfield, descontinuou a contribuição do último para a teoria do valor enquanto não sendo uma teoria da utilidade marginal.[18] Moss responde que, enquanto Longfield percebeu que a utilidade era a fonte de toda demanda, ele não analisou a utilidade para além disso, e se prendeu meramente a uma análise de demanda marginal e de tabulação de demanda. Essa visão revisionista parece meramente uma bagatela sobre termos; enquanto Longfield não usou o termo utilidade marginal ou quebrou a "utilidade" em indivíduos ou grupos, o fato de tê-lo feito para a demanda e para os graus de demanda corrobora em boa parte para uma completa teoria da utilidade. O Professor Moss está no perigo de errar o termo pela substância. É verdade, entretanto, que um infeliz e prolongado ricardianismo levou Longfield a endossar o trabalho como medida de valor, um conceito o qual é em cada pedaço tão falacioso quanto a própria teoria do valor-trabalho.

Na Irlanda, como veremos, Mountifort Longfield, ajudado por Whately, deixou um importante legado de teoria do valor subjetivo e de anti-ricardianismo para seus sucessores na cátedra de Whately em Dublin. Mas, infelizmente, ele não teve influência na Inglaterra, onde ele era ironicamente bem-conhecimento como Juíz Longfield, o reformador de terras irlandês, e desconhecido como um importante e

---

18 Laurence S. Moss, *Mountifort Longfield: Ireland's First Professor of Political Economy* (Ottawa, 111.: Green Hill Pubs, 1976), pp. 39–42.

desafiador economista. Senior, embora mais próximo em doutrina, sabia de Longfield mas se referiu a ele apenas num ponto trivial e não mostrou sinal de ser influenciado por ele. Essa negligência foi intensificada pela extrema provincialidade da economia inglesa no século XIX. Geralmente, eles não iriam dignar-se a noticiar escritores estrangeiros, especialmente "coloniais" como os irlandeses e os americanos dos quais eles poderiam ter lucrado.

Mas Mountifort Longfield teve sucesso, ao menos, em estabelecer uma tradição de valor-utilidade na Irlanda. Seu sucessor na cátedra de Whately, Isaac Butt (1813-79), orgulhosamente se chamou de um discípulo de Longfield, e advertiu seus estudantes a ler, acima de tudo na economia, Longfield, Say e Senio - de fato um trio e tanto. Como Longfield, e ainda mais assim, as contribuições econômicas de Butt estiveram confinadas ao prazo de 1836-40 de sua cátedra de Whately, suas mais importantes publicações, Lição Introdutória (1837) e Aluguel, Lucros, e Trabalho (1838), consistindo em aulas dadas no Trinity College. como veremos mais abaixo, a principal contribuição de Butt foi generalizar a teoria de produtividade marginal de precificação de fatores e integrar a análise de utilidade de Say com essa teoria. Na teoria de utilidade propriamente dita, Butt corrigiu o erro à la Smith de Longfield ao se referir ao consumo per se como "improdutivo". Butt também notou que a teoria do valor-trabalho pode ser, em um sentido, aplicável se o trabalho for apenas o único recurso escasso, e se, ademais, ele for homogêneo e incontavelmente móvel entre indústrias. Mas tais condições são, é claro, impossíveis.

Isaac Butt começou como um precocioso erudito clássico e tradutor de Virgílio. Ele foi nomeado para a cátedra de Whately na jovem idade de 23 anos, enquanto lecionava lá, ele tomou seus exames de bancada. Depois de seu mandato ter terminado, Butt se tornou um eminente procurador, e logo se tornou vereador da Cidade de Dublin. Mais tarde, Isaac Butt denunciou a política britânica durante a fome na Irlanda, e foi mais adiante para se tornar um famoso e marcante advogado da Home Rule da Irlanda. Butt defendeu líderes da revolta irlandesa de 1848 no tribunal, assim como fez com os rebeldes fenianos no final da década de 1860. Butt foi também o fundador, líder e chefe

organizador da Home Rule Party, servindo por um tempo no Parlamento. Seus escritos publicados depois de seu período no Trinity College lidaram com a questão de terras da Irlanda, onde Butt advogou pela reforma agrária em nome dos locatários irlandeses. Como advogado dos locatários, Butt ficou do lado mal pago dessas disputas legais, e portanto nunca esteve bem financeiramente e estava frequentemente afundado em dívidas. Suas principais publicações sobre a questão irlandesa foram Uma voz para a Irlanda - a Fome na Terra, O que Tem Sido Feito e O Que é Para ser Feito (1847), e O Povo Irlandês e a Terra Irlandesa (mi).

O sucessor de Isaac Butt na cátedra de Whately, James Anthony Lawson (1817-87), era também um procurador envolvido com a questão Irlandesa, mas ele tomou a rota oposta a Butt, tornando-se um advogado austero da lei e da ordem britânica e da supressão de seus conterrâneos rebeldes. Lawson também se tornou o titular da cátedra de economia política em uma idade notavelmente jovem (24), servindo integralmente de 1841 até 1846. Lawson entrou no Parlamento, e ascendeu até se tornar advogado-geral e então procurador-geral para a Irlanda, tornando-se um juíz da Common Pleas em 1868. Lá ele repartiu a punição para os rebeldes da terra e os fenianos; enquanto Richard Cantillon permanece enquanto o único possivelmente assassinato na história do pensamento econômico, Lawson sofreu uma tentativa de assassinato nas estradas de Dublin em 1882.

A produtividade de Lawson na economia seguiu o mesmo caminho restrito que o de seus predecessores. Seu único livro publicado foi seu Cinco Lições de Economia Política (1844), consistindo de algumas de suas aulas no Trinity College; em anos mais tardios, ele ocasionalmente imprimiu algumas de suas aulas sobre tópicos legais, a melhor conhecido sendo sobre lei mercantil em 1855.

Infelizmente, a série de leituras de Lawson sobre o valor foram perdidas, sua única referência publicada a elas sendo contida em um breve apêndice para suas Cinco Lições. ELe sabia o suficiente, entretanto, para ver que Lawson estava decididamente na tradição da utilidade do Trinity College, e até fez uma distinta contribuição a essa doutrina. Assim, Lawson declarou que foi a utilidade subjetiva e somente a utilidade que determinou o preço de todos os bens. Lawson declarou que “é uma proposição que é sempre verdade, e de aplicação

universal, que o valor trocável de todos os artigos depende de sua utilidade, isto é, de seu poder de gratificar os anseios e desejos do homem". (Itálicos no original). Todas outras tentativas de explicação e valor ele viu somente como parciais. A demanda e a oferta, por exemplo, podem apenas influenciar o preço enquanto efeito dela sobre a utilidade. Ao lidar com o efeito de um aumento da oferta, Lawson chegou completamente e notavelmente na lei da utilidade marginal decrescente. Assim, se a oferta de alguém de um bem é aumentada,

> isso irá geralmente diminuir sua utilidade para ele, ou o grau no qual ele deseja sua possessão, pois enquanto nossos desejos particulares são capazes de ser satisfeitos, é óbvio que nós podemos ter mais de um artigo do que queremos usar, portanto, reter a posse desse excedente é menos desejável para nós.

Quando chega a teoria do valor do custo-de-produção, Lawson apontou que a utilidade de um produto, e não seu custo, determina o quanto alguém irá pagar por ele. Enquanto o preço pode às vezes equalizar o custo de produção, isso não significa que o custo determina o preço. Pelo contrário, a coincidência do custo e do preço, adicionou Lawson, pode apenas vir à tona "através do meio de uma mudança na oferta e quando isso não pode ser trazido à tona, não há tal coincidência e nenhuma tendência rumo a ela". Dessa maneira, Lawson chegou à posição recém-elaborada de Stanley Jevons da posição de valor de uma geração depois.

Em suas Cinco Lições, Lawson também desenvolveu a ideia Whatleyana de economia e de calaxia enquanto o estudo do homem que troca. Em sua primeira lição, Lawson declarou que a economia vê o homem "em conexão com seus companheiros, tendo referência somente a essas relações as quais são as consequências de um ato particular, para o qual sua natureza o leva, a saber, o ato de fazer trocas." Em sua segunda lição, Lawson falhou em continuar essa linha, e recuou

para discussões mais antigas de economia política enquanto o estudo da "riqueza".[19]

O próximo titular da cátedra Whately, William Neilson Hancock (1820-88), um estudante de Whately em Oxford, lecionou no Trinity de 1846 até 1851, e foi também um procurador. Ele era um advogado particularmente erudito, e, nos últimos dois anos de seu mandato no Trinity, ele simultaneamente era titular das cátedras de jurisprudência e de economia política no novo Queen's College, Belfast. Depois disso, Hancock foi um secretário para muitas comissões do governo sobre assuntos de terra e de educação, e mantinha posições enquanto atendente da Coroa e Hapaner em Dublin. Ele foi o principal fundador da Statistical Society of Ireland em 1847, e da Social Inquiry Society of Belfast quatro anos depois.

Em contraste com os outros titulares das cadeiras do Trinity College, Hancock estava interessado em obra estatística e empírica; ele se graduou no Trinity em 1842 com um diploma em matemática. Ele publicou uma série de artigos e panfletos sobre questões empíricas. Muitos deles lidava, quase inevitavelmente, com a questão de terras irlandesas, onde, tal como Longfield e Butt mas diferente de Lawson, ele defendeu os direitos dos locatários irlandeses e deplorou o efeito sobre suas condições do sistema imposto pelo britânicos de arrendamento de terras: e.g., The Tenant-right of Ulster (1845); Impediments to the Prosperity of Ireland (1850); e Two Reports for the Irish Government on the History of the Landlord and Tenant Question in Ireland (1859, 1866). Outros panfletos lidavam com a taxação e com o governo local, nos quais ele advogou por um imposto único sobre a renda, incluindo a herança de riqueza. Um terceiro grupo de artigos defendia um controle estrito e supervisão dos bancos de poupança. A obra estatística de Hancock foi feita sob a influência e guia de Thomas

---

19 Um escritor inglês que adotou a cataláctica durante esse período foi o pseudônimo Patrick Plough que, no costume da época, introduziu e explicou o termo no título de seu tratado, *Letters on the Rudiments of a Science, called, formerly, improperly. Political Economy, recently more pertinently, Catallactics* (Londres, 1842). Veja Israel Kirzner, *The Economic Point of View: An Essay in the History of Economic Thought* (Princeton, N.J.: Van Nostrand, 1960), pp. 72–5.

Larcom, um topógrafo e estatístico que ocupou muitas posições no governo, tornando-se sub-secretário para a Irlanda na década de 1850.

Enquanto melhor conhecido pela economia aplicada, Hancock publicou uma obra teórica valiosa consistinto de sua Introductory Lecture on Political Economy, 1848 (1849) entregue no Trinity College. Ele começou notando a ambiguidade que esteve sempre presente no uso da palavra "valor" e deixou claro que "a palavra 'preço' é, felizmente, livre de toda ambiguidade, e sempre significa o valor trocável de uma mercadoria, estimado no dinheiro do país onde a troca acontece". Ele propôs, então, usar a palavra preço exclusivamente em vez de valor de troca. O preço, ademais, pode mudar ou "pelo lado das coisas", ou "pelo lado do inheiro". Tratando do primeiro, ele nota que tais mudanças podem penas acontecer enquanto um resultado de uma ou de duas das subsequentes causas: "ou uma mudança no grau no qual sua posse é desejada, ou em sua desejabilidade; ou uma mudança na força das causas pela qual sua oferta é limitada ou, em outras palavras, pela qual ela é feita escassa". Voltando-se a demanda, Hancock adicionou que "o grau no qual a posse de uma mercadoria é desejado, é medida pelo número de pessoas capazes e que querem comprar a cada quantidade de preço". A utilidade de Hancock, ou a análise de utilidade quase marginal, enfatizou um aspecto bem diferente do que a análise de seus predecessores: a saber, outro aspecto do que agora chamaríamos de curva de demanda decrescente. Pois ele notou que "é observado que, para as mercadorias num geral, o aumento de desejabilidade delas aumenta muito rápido enquanto seus preços caem".

Sobre a oferta, Hancock novamente enfatizou limitações de oferta em vez de em custos; e as limitações, ou escassez, de oferta são dependentes das escassez de vários fatores de produção. Ele implicou que os retornos a esses fatores é uma questão de seus preços, e que qualquer explicação dos preços dos fatores precisam tratá-las uniformemente, de acordo com as influências sobre sua demanda e sua oferta, i.e., "pela aplicação das leis já afirmadas em relação a outros preços".

Mas, enquanto Hancock esteve claramente na tradição de utilidade de Trinity, vemos já um recuo, uma perda de interesse e uma

maior vagueza na discussão de valor ou, em verdade, de teoria num geral. E, de fato, William Neilson Hancock foi destinado aser o último da distinta linha dos teóricos irlandeses da utilidade subjetiva no Trinity College.

4.7 William Forster Lloyd e a teoria da utilidade na Inglaterra

Justamente porque Mountifort Longfield e a conexão com o Trinity College não tinha influência na Inglaterra não significa que a teoria da utilidade do valor morreu com economistas tão proeminentes como Bailey e Senior. De fato, o sucessor de Nassau Senior na cátedra de Drummond em Oxford foi também um distinto teórico da utilidade. William Forster Lloyd (1794-1852) foi o filho de um reitor anglicano de Gloucestershire. Lloyd foi para Christ Church, Oxford, onde ele graduou em matemática e se pós graduou em estudos clássicos. Lloyd era um leitor de grego e então professor de matemática em Christ Church, e também foi ordenado ministro anglicano, mas nunca serviu em uma paróquia. Lloyd foi titular da cátedra de Drummond de 1832 até 1837, e parece ter feito pouco depois disso. Um homem doente, Lloyd se aposentou para a sua cidade e mostrou pouco interesse na economia, na escrita ou na política antes de morrer na meia idade.

Mas para Lloyd, assim como os outros titulares das cátedras de Drummond e de Whately, seu mandato como professor providenciou a ele tanto a oportunidade quanto o estímulo para compor, entregar e publicar aulas sobre economia. Suas várias lições, incluindo uma entregue sobre valor em 1833, foram todas publicadas separadamente, e então coletadas e republicadas como Lectures on Population, Value, Poor-Laws, and Rent (1837).

Não se precisa concordar em política para se ter visões similares da teoria econômica. Vimos, por exemplo, a atitude rígida de James Lawson contra o campesinato. Enquanto William Lloyd era um teórico da utilidade, ele estava longe de um Whatelyano em Oxford; pelo contrário, em Oxford, Lloyd pertenceu ao alto círculo Tory em Christ Church que era o principal contrapeso aos liberais em Oriel. Líder os Tories de Christ Church era o irmão mais velho d e William, Charles Lloyd (1774-1829), que foi tutor do futuro primeiro-ministro Sir Robert Peel em Christ Church, e logo se tornou um amigo próximo e

conselheiro para Peel. Em sua morte prematura, Charles Lloyd era professor Regius de divindade e de cânone em Christ Church, bem como servia de Bispo em Oxford. Ele era amplamente conhecido como "o Professor de Oxford mais influente de seus dias". Embora Lloyd ensinasse e inspirasse muitos dos líderes do futuro movimento ultra-Tory proto-Católico de Oxford, ele mesmo, bem como William Lloyd, eram Tories Peelistas moderados, tanto teologicamente quanto politicamente. A influência de Peel e de seu irmão mais velho Charles indubitavelmente assegurou a cátedra de Drummond para William Lloyd.

A maior parte das lições era dedicada a suas visões quase estatistas e paternalistas sobre política pública. De interesse particular, entretanto, eram suas lições sobre valor. Aí, Lloyd, cambaleando pela literatura, pensa que ele descobriu no Riqueza das Nações a inspiração para uma teoria subjetiva do valor. O valor , afirma Lloyd, é "um sentimento da mente". Pode ser entendido enquanto pertencente a um único objeto, ele adicionou, onde o sentido revela a si mesmo "à margem da separação entre o anseio satisfeito e não satisfeito". Mas o valor, ou até mesmo a utilidade, não pode ser intrínseca a nenhum objeto. A utilidade, aponta E.R.A. Seligman sobre a teoria de Lloyd, “é predicada de um objeto com referência aos anseios da humanidade. O gelo é útil no verão, inútil no inverno. Ainda assim, as qualidades intrínsecas do gelo são a todo tempo e em todos os lugares a mesma”.[20]

Depois de trilhar o que seria agora o fundamento familiar sobre um aumento na oferta de um objeto diminuindo e eventualmente saciando a demanda, William Lloyd subidamente chega a uma grande luz — notavelmente um retrato claro da lei de utilidade marginal decrescente. Lloyd aponta:

> Supomos o caso de um homem faminto tendo uma onça, e apenas uma onça de comida a seu comando. Para ele essa onça é obviamente de grande importância. Supomos que ele agora

---

20 E.R.A. Seligman, “On Some Neglected British Economists, V,” *Economic Journal, 13* (Set. 1903), pp. 360–1.

> tenha duas onças. Essas ainda são de grande importância; mas a importância da segunda não é igual àquela da única onça. Em outras palavras, ele não iria sofrer tanto de partilhar uma de suas duas onças [...] do modo como ele iria sofrer, se ele tivesse apenas uma onça, ao partilhar essa uma onça e não manter nenhuma. A importância de uma terceira onça é ainda menor do que a da segunda; então do mesmo modo de uma quarta, até que até certo ponto, em um contínuo aumento do número de onças, chegamos a um ponto em que [...] o apetite é inteiramente [...] perdido; com respeito a uma única onça, é essa a questão de indiferença se ela é partida ou retida. Assim, enquanto ele é escassamente ofertado com comida, ele mantém uma dada porção dela em grande estima, em outras palavras, ele estabelece um grande valor sobre ela; quando sua oferta é aumentada, sua estima por uma dada quantidade é diminuída, ou, em outras palavras, ele coloca menos valor nela.

Do mesmo modo, Lloyd continua, as utilidades de diferentes bens comparados um com o outro e cada um de seus valores cai com o aumento na oferta; de modo que um bem que pode ser mais valioso do que outro em um sentido filosófico absoluto, no sentido de uma classe da mercadoria, pode valer muito pouco se sua oferta é abundante. Assim, "água é mais querida por um homem quase morrendo de sede do que por outro que já saciou sua sede, e a deseja apenas para se limpar. É sobre os anseios, assim estimados, que o valor depende". Mais especificamente,

> Se, para um homem que já possui meia dúzia de casacos, e você oferecer outra, ele pode provavelmente responder que ele não teria uso para elas. Aqui, entretanto, ele falaria, não da utilidade abstrata do casaco, mas de sua utilidade especial para ele sob as circunstâncias de seu desejo por casacos já estar sendo suprido o suficiente. Isso, embora não seja ainda a mesma coisa como o valor, se aproxima muito disso. O casaco não seria de uso algum para ele; portanto, se ele fosse tê-lo, ele não seria

> valioso em sua estima [...] Mas isso é muito diferente da utilidade do casaco no sentido geral de utilidade [...][21]

William Lloyd estava também claro de que o valor, sendo subjetivo não poderia ser medido. Em um passagem reminiscente e que vai além de Bailey, ele escreve incisivamente que

> Seria de fato difícil descobrir qualquer teste acurado, pelo qual medir ou a utilidade absoluta de um objeto único, ou a razão exata das utilidades comparativas de diferentes objetos. Ainda assim não segue que a noção de utilidade não tem fundamento na natureza das coisas. Não se segue, que porque uma coisa é incapaz de ser mensurada, que ela não tem existência real. A existência do calor não era mais negável antes de termômetros serem inventados, do que no presente.

Lloyd continua para apontar, bem corretamente, que o valor ou a valoração é anterior a troca, e que tais valorações também acontecem no caso de uma economia de um Robinson Crusoe isolado. Infelizmente, Lloyd encantado com a distinção entre valor e troca, e da culposa divisão de Smith entre valores de uso e de troca, que ele falhou em completar a tarefa da teoria da demanda e conectar a análise de utilidade marginal com a demanda do consumidor e a determinação da precificação de mercado. Tais homens, como Butt, Longfield, Lloyd e Bailey martelaram muitos dos tijolos do edifício da teoria da utilidade marginal da precificação e até mesmo da teoria da produtividade de preços fatores; precisou-se dos austríacos, entretanto, para que os pedaços fossem colocados juntos e se desenvolvesse um todo integrado.

Se a teoria do valor de Lloyd parece ter tido pouca ou nenhuma influência na Inglaterra, a eminente teoria da utilidade de Nassau Senior foi pega e enaltecida depois da publicação de suas Lições. Thomas C. Banfield (c. 1800-60), gastou muitos anos na Alemanha, e em suas

---

21 A “utilidade especial” de Lloyd era o seu termo para o que mais tarde seria chamado de “utilidade marginal”; utilidade ‘abstrata’ ou ‘geral’ mais tarde seria chamada de ‘utilidade total’. Veja Seligman, *op. cit.*, nota 20, pp. 360–1.

lições de 1844 em Cambridge, Banfield trouxe para a inglaterra a boa nova de que a teoria econômica no Continente não estava enferrujada por nenhum miasma ricardiano; em verdade, ele notou que uma forma flexível de smithianismo estava dominante na Europa. Em adição a basear suas doutrinas em Say, von Storch, e Senior, Banfield foi o primeiro economista inglês a se referir ao teórico marginal Heinrich von Thünen, e ao avançado smithiano Friedrich von Hermann. No prefácio para suas aulas, publicadas como A Organização da Indústria (1845), Thomas Banfield apontou que enormes mudanças que foram feitas na teoria econômicas durante as últimas duas décadas pela teoria subjetiva do valor, "a qul demanda dos produtores ao menos tanta atenção às melhorias físicas e mentais de seus cidadãos companheiros consumidores quanto às operações mecânicas" ou produção. Os salários, ele notou, irão depender da produtividade do trabalho, i.e., “a utilidade do instrumento do qual um homem entende o uso”. Em suas lições, Banfield enfatizou a relatividade e o grau de intensidade dos anseios coo a função da ciência econômica.

Certamente parece que a economia na Inglaterra, pelo final da década de 1840, foi equilibrada por um poderoso avanço "austríaco", por um sistema integrado elaborando o efeito dos propósitos humanos e valores e sua interação com a escassez de recursos. Ainda assim algo aconteceu; e a economia, equilibrada por um grande avanço, afundou de volta no lamaçal de falácias constituindo o sistema ricardiano. E o importante corpo do pensamento pré-austríaco anti-ricardiano foi esquecido como se nunca tivesse existido, apenas para ser ressucitado ou uma geração depois ou tão tarde quanto no século XX. Como esse infeliz retrocesso veio à tona será tratado mais abaixo.

4.8 Um teórico da utilidade em Kentucky

Se as contribuições do Trinity College para a teoria da utilidade subjetiva permaneceram desconhecidas fora da Irlanda, ainda mais obscuro era uma isolada e incrível contribuição para o curso de diversos artigos em um jornal de Kentucky. Escrita pelo juvenil mas influente editor do *Frankfort (Ky) Argus*, Amos Kendall (1789-1869), mais tarde se tornando um brain-truster principal de Andrew Jackson em sua batalha contra os bancos de reserva fracionária e particularmente contra o Banco dos Estados Unidos, os artigos permaneceram não lidos e

desconhecidos até mesmo nos Estados Unidos até serem exumados por historiadores no século XX.[22] E ainda assim, especialmente considerando que eles foram escritos em 1820, antecipando Bailey e até mesmo Craig, eles eram fenomenais. Eles não apenas defendiam o valor subjetivo; ele foram a primeira expressão da lei de utilidade marginal decrescente.

Kendall foi movido a explorar a questão do valor econômico por uma fervorosa disputa em Kentucky durante o catastrófico Pânico de 1819 sobre se os devedores deviam ou não receber o auxílio das mãos do governo do estado. Enquanto Kendall não era oposto a todas medidas de auxílio, ele foi perturbado por propostas que teriam repudiado toda dívida existente. Para explorar o assunto de forma profunda, Kendall publicou três artigos no Argus, começando em 27 de Abril, examinando os problemas do dinheiro e, mais fundamentalmente, a natureza do valor. Infelizmente, em sua autobiografia, juntada e editada postumamente por seu genro, Kendall não faz alusão sobre quais economistas podem ter inspirado suas visões avançadas.

Em seu primeiro artigo, Kendall foi direto ao básico e examinou a questão do valor per se. Ele começa ao dizer que houve muitas explicações errôneas do valor: trabalho gasto, preço, e até mesmo demanda. Mas, ele aponta,

> Todas essas noções são errôneas. As coisas têm *valor*, não porque elas são produzidas pelo trabalho, nem porque elas estão na demanda geral, nem porque elas irão vender ou ser trocadas por um certo número de dólares, mas simplesmente porque os homens desejam possuí-las. A *Desejabilidade é valor*. Em exata

22 Kendall nasceu em uma família de fazendeiros de Massachusetts e se formou no Dartmouth College em 1811 como o cabeça de sua turma. Tornou-se advogado e emigrou para Kentucky em 1814, onde atuou como advogado, editor e chefe dos correios. Tornou-se editor do importante Frankfort (Ky) Argus na capital do Kentucky, em 1814, e mais tarde tornou-se um dos principais conselheiros e chefe dos correios jacksonianos.

> proporção que uma coisa é desejável ela é valorável. (itálicos no original).

Kendall continuou, ao desconsiderar o "paradoxo do valor", para dizer que a água e o ar tem pouco ou nenhum valor por causa de sua abundância "Fosse carne e pão tão comuns quanto o ar e a luz, eles não possuiriam mais valor; eles não iriam criar desejo." No Jardim do Éden, a terra, sendo superabundante, possuía nenhum valor. O trabalho, continuou Kendall, conferia nenhum valor, pois:

> No que diz respeito ao produto do trabalho, o valor é geralmente antecedente ao trabalho da produção. Ele desabrocha de nosso desejo de possuir aquilo que nosso trabalho pode produzir. Fosse o trabalho para fixar valor sobre seus produtos, todo sobre o qual muito fora gasto seria muito valioso. Isso notoriamente não é um fato [...] Mas o trabalho pode não fazer uma coisa valiosa que não foi desejada. O trabalho pode ser em vão. Pode ser aplicado à produção daquilo que ninguém deseja, que não tem valor.

E Kendall brilhantemente concluiu: "as coisas não se tornam valiosas porque os homens gastam trabalho sobre elas, mas os homens gastam seu trabalho sobre elas porque elas são valiosas."

A demanda por um produto, ademais, estima-se do desejo do homem por obtê-lo O desejo é primariamente: "A demanda não é, portanto, a causa do valor [...] Uma coisa se torna desejável ou valiosa antes de haver uma demanda por ela. a demanda segue [...] Mas quando o desejo de possuir ela cessa, ela não tem mais valor, e não está mais em demanda.

O próximo passo, para Kendall, é que os desejos, sendo subjetivos e evanescentes, não podem ser medidos, e que, portanto ,nenhum deles podem ser valor:

> Qual padrão pode ser inventado para os desejos do homem? Poderiam as necessidades, os confortos, os prazeres, as modas, as opiniões e os caprichos do homem serem reduzidos a qualquer padrão? Não estariam eles sempre em mudança como os ventos do paraíso? A medida nunca varia. Uma jarda é

> sempre igual a extensão com a qual ela é comparada [...] Estas extensões, superfícies, e quantidades nunca variam ou mudam. Portanto, elas podem ser reduzidas e um padrão o qual deve ser uniforme e durar para sempre. Mas, o valor nunca varia? Irá aquilo que agora vale 1 dolar sempre valer apenas a mesma soma?

Gostos e desejos sempre estão mudando e assim, portanto é valor; consequentemente ele não pode ter medida ou padrão. Kendall então conclui sua devastadora crítica — uma que podemos desejar que Ricardo e seus epígonos leram e entenderam:

> Para fazer um padrão de valor você precisa primeiro fazer cada acre de terra, cada alqueire de trigo, e qualquer dada quantidade de qualquer outro artigo, em todos os tempos, em todas as situações e sob todas as circunstâncias, vendem por precisamente a mesma quantidade. É preciso não haver tal coisa como lucro ou perda, ou comprar ou vender.
>
> Nós dizemos o suficiente para mostrar a total impossibilidade de um padrão de valor, e que para falar seriamente de qualquer tal coisa é simplesmente ridícula. Podemos muito bem falar de um padrão de fome, sede, opinião, moda capricho, e todos esses desejos [...] o qual faz as coisas desejáveis.

4.9 Salários e lucros

Em adição a teoria do valor-trabalho, outra pedra angular vital do sistema ricardiano -a alegada relação inversa de salários e lucros- foi também perfurada rapidamente por economistas britânicos. Nós já vimos o desaparecimento do hard-core Malthus da primeira edição do Ensaio sobre a População tão necessário para as conclusões da teoria ricardiana.

Ainda mais que a rejeição explícita do malthusianismo, os periódicos veementemente atacaram a visão ricardiana de que os salários e os lucros movem inversamente um ao outro. A *British Critic* denunciou essa tese tão logo quanto em Outubro de 1817, e dois anos

depois outro escritor zerou a metodologia do que seria mais tarde chamado de “vício ricardiano” como escárnio adequado:

> tomando por garantido, como sempre, que o dinheiro nunca muda em valor e que a proporção entre a oferta e a demanda de qualquer dada mercadoria nunca altera (a qual é como se o astrônomo fosse assumir como base de seus cálculos, que todos os planetas se mantém estáticos e que eles todos se mantém estáticos por toda a eternidade), ele assinada uma soma específica para ser dividida entre o mestre e o trabalhador, como o preço inalterável dos bens os quais eles produzem; de tal adaptação de condições hipotéticas, naturalmente se segue, que, se o trabalhador conseguir mais, o mestre-manufatureiro precisa receber menos, havendo aí apenas uma certa soma para dividir entre eles.[23]

Outros escritores, incluindo Malthus em 1824, fizeram críticas similares, e também notaram que, empiricamente, salários e lucros geralmente aumentam ou diminuem na mesma direção. Assim, John Craig apontou que, historicamente, salários e lucros não se moviam inversamente, mas juntamente: "É mais uma circunstância alarmante atender a essa teoria, que o que ela representa enquanto o efeito necessário produzido por altos salários sobre lucros em todos os ramos da indústria, é diretamente contrário a experiência em cada negociaçãoa particular.” Craig continuou para explicar que “uma nova demanda por uma mercadoria a princípio enriqueceu aqueles, que, estando em posse dessas mercadorias, são permitidos a aumentar o preço; o desejo de participar em seus ganhos logos dirige novo capital para sua produção, e um novo aumento nos salários assegura rapidamente”.

Novamente, não é legítimo para os apologistas ricardianos negligenciar essa crítica como sendo histórica em vez de analítica em sua natureza, pois generalizações empíricas significam aplicar diretamente à realidade como no sistema ricardiano são propriamente abertas para refutação empírica. Tais refutações podem desafiar as

---

23 Citado em Gordon, *op. cit.*, nota 11, p. 384.

conclusões bem como o procedimento mais familiarmente "teórico" de desafiar o realismo das premissas da teoria.

Por volta da década de 1840, a ideia de uma relação inversa entre salários e lucros fora completamente descartada. Mas, se a teoria da subsistência malthusiana não determina os salários em si mesmos, então o oque fez? Não muitos caminharam nesse território desconhecido. Mas tão logo em 1821 o desconhecido mas notável escocês John craig enfatizou que os salários são determinados pela oferta e pela demanda por trabalho, e não emm nenhum sentido pelo preço da comida. Dois elementos na demanda por trabalho foram afirmadas embora não analisadas totalmente: o "capital a partir do qual os salários são antecipados para o trabalhador", e a "demanda pelo produto de seu trabalho." Craig, por sua vez, habilmente demoliu a espúria distinção de Adam Smith entre trabalho "produtivo" e "improdutivo". Ele convincentemente concluiu que "a riqueza pode consistir em qualquer seja o objeto do desejo de um homem, e todo emprego o qual multiplique esses objetos de desejo, ou o qual adiciona a propriedade deles de render gozo é produtivo".

O próximo passo importante na teoria dos salários veio de Samuel Bailey que, no percurso de sua crítica definitiva da teoria do valor ricardiana em 1825, apontou o papel crucial da produtividade do trabalho em determinar os salários:

> o valor do trabalho não depende totalmente da proporção do produto total o qual é dado aos trabalhadores em troca do trabalho deles, mas também sobre a produtividade do trabalho [...] A proposição, de quando o trabalho aumenta, os lucros precisam cair, é verdade apenas quando seu aumento não é devido a um aumento em suas forças produtivas [...] Se o poder produtivo do trabalho for aumentado, isto é, se o mesmo trabalho produz mais mercadorias ao mesmo tempo, o trabalho pode aumentar em valor sem uma queda, não, mesmo com um aumento de lucros.

Um dos problemas críticos no desenvolvimento da teoria da produtividade dos salários foi a insistência ricardiana em enfatizar as

alegadas leis de distribuição agregada, de "salários" como um todo e como uma partilha total do produto nacional e da renda, em vez de enquanto taxas salariais de unidades individuais de trabalho. J.B. Say apresentou uma teoria da produtividade de salários, mas não analisou a determinação de taxas salariais particulares em qualquer detalhe. Nassau Senior, no início da década de 1830, enquanto confuso sobre o tópico dos salários, desabrochou a favor da teoria da produtividade. Ele também conseguiu demolir a doutrina do trabalho "produtivo" vs "improdutivo" de Adam Smith, enfatizando, como fez J.B. Say, a "produção" como o fluxo de serviços, os quais emanam tanto de produtos materiais quanto de produtos imateriais.

O passo pra frente verdadeiramente revolucionário na teoria dos salários — em verdade na teoria de toda precificação de fator — veio com Mountifort Longfield, em suas *Lições de Economia Política*. Como vimos, Longfield estava preocupado em mostrar, em contraste com a teoria de conflito de classes de distribuição de renda, que os trabalhadores se beneficiam do desenvolvimento capitalista. (Ironicamente, o *laissez-faire Harmonielehre* de Longfield foi substituído por uma atitude muito mais estatista na sua vida tardia). Enquanto ele fazia isso, Longfield tomou a teoria correta, mas vaga, da produtividade de rendas de fatores de J.B. Say, e desenvolveu, pela primeira vez, uma notável teoria da produtividade marginal de preços de aluguel (i.e., preços por unidade tempo) de bens de capital (os quais Longfield estranhamente chamou de "lucros", em uma típica confusão de retornos sobre capital com a precificação de bens de capital que infestou a economia desde o início do século XIX). Desenvolvendo as especifidades, Longfield mostrou que o preço de cada máquina irá tender a equalizar a produtividade marginal da máquina, *i.e.*, o valor produtivo (em termos de valor do produto deles) da máquina menos produtiva a qual paga para ser empregada no mercado, *i.e.*, a máquina marginal.

Assim, pela primeira vez, em um desconhecido eco de Turgot, Longfield usou o adequado método *ceteris paribus* de analisar os retornos produtivos, mantendo um fator ou classe de fatores constante, variando outros conjuntos de fatores, e analisando o resultado.

Longfield parou aí em sua brilhante contribuição pré-austríaca, aplicando a análise de produtividade marginal apenas para bens de

capital. Ele estava contente que a análise mostrou que salários — a renda de trabalho residual deixada depois do pagamento ao capital — subiu enquanto a produtividade marginal do capital caiu com cada aumento na quantidade de capital. Em suma, a acumulação de capital levou a um aumento nos salários. Ademais, Longfield demoliu qualquer medo malthusiano totalmente. Não apenas estava o malthusianismo hard-core há muito tempo descartado, mas até mesmo a ênfase menos rígida no nível costumeiro de salário dos trabalhadores enquanto determinando a oferta de trabalho teve a cadeia causal invertida. Em vez disso, o imposto, ele sensatamente apontou, é guiado pelo atual salário de mercado prevalecente em vez do contrário. Como um seguidor irlandês anônimo escreveu na *Dublin University Magazine* uma década depois (Julho 1845), o imposto se tornará cabível para ser pago qualquer que seja a taxa salarial prevalecente, enquanto ainda seria considerado desgracento ser pago abaixo dessa norma. Assim, a demanda por trabalho, em vez de sua oferta, irá dominar a determinação do salário de mercado.

A posterior demolição de Longfield de um malthusianismo ainda menos rígido apontou que o crescimento da população pode ter um efeito favorável ao ampliar o mercado para bens manufaturados, aumentando, desse modo, a produtividade marginal de bens de capital nesse quadro. Assim, a população pode crescer, capital pode desenvolver, e tanto os capitalistas quanto os trabalhadores se beneficiarão — uma figuração muito mais realista do desenvolvimento capitalista do que a ricardiana.

O sucessor e discípulo de Longfield, Isaac Butt, entretanto, não estava contente em parar aí, e ele providenciou um excepcional desenvolvimento da análise longfieldiana. E primeiro lugar, Butt tomou o passo crucial de ver que a análise de produtividade marginal de Longfield poderia ser generalizada a partir de bens de capital para todos os fatores de produção: para salários e para aluguéis de terra. cada uma dessas classes de fatores poderia ser analisada em termos de produtividade marginal, e o resultado seria que cada vez elas iriam obter o retorno, ou o preço, dos fatores menos produtivos lucrativos para serem empregados no mercado (o trabalhador marginal ou acre de

terra). Assim, qualquer miolo de sentido que havia para a teoria ricardiana dos retornos diferenciais de renda de terra foi içado e incorporado na brilhante e pioneira teoria generalizada de precificação marginal de fatores de Butt.

Não apenas isso: Butt também se baseou sobre a análise de utilidade de Say e sobre a correta mas vaga análise e produtividade, e integrou ela ao menos em esboços, com a teoria generalizada longfieldiana da produtividade marginal. Em suma, em uma prefiguração do insight austríaco Menger-Böhm-Bawerk, o valor dos bens de consumo, determinados pela utilidade subjetiva dos bens para os consumidores, é imputado de volta sobre o mercado para os valores dos vários fatores de produção, os quais irão ser definidos iguais ao valor-produtividade marginal de cada fator. Assim, o preço unidade de todo tipo de fator tenderá a ser igual a seu valor-produtividade marginal enquanto imputado e volta através do processo de mercado competitivo da utilidade subjetiva dos produtos finais.

Infelizmente, essa excelente tradição Say-Longfield-Butt de teoria da produtividade não teve influência e nenhum sucessor. Embora Senior, como um colega Whatelyano, certamente soube da obra de Longfield, ele nunca se referiu a ele ou a Butt, e até mesmo os sucessores irlandeses de Longfield no Trinity College, Dublin, enquanto continuaram a teoria de valor-utildade, negligenciou a teoria corolário de imputação e produtividade.

É verdade que a análise de produtividade marginal de Longfield ganhou um fiel seguidor na Inglaterra, Joseph Salway Eisdell, cuja obra de dois volumes, Um Tratado da Indústria das Nações (1839), propôs uma versão sofisticada da teoria longfieldiana. O livro feito pelo desconhecido Eisdell, entretanto, afundou sem deixar traços, ganhando nenhuma revisão nos jornais, ou citações em qualquer outro lugar.

Mas, se a precificação de fatores fora analisada, e enquanto os lucros? Se os lucros não pudessem ser explicados simplesmente como um resíduo, então eles têm de ser explicados diretamente, e assim alguns economistas começaram a procurar por uma teoria satisfatória do que iria determinar os lucros de longo prazo ou o que posteriormente seria chamado de retorno em juros de longo prazo. Por uma coisa, foi apontado que Ricardo errou grandemente ao assumir mobilidade instantânea e total de capital, e houve uma volta à perspectiva mais

realista de Adam Smith. Um escritor na Monthly Review, em 1822, por exemplo, enfatizou "a impraticabilidade de transferir capital e as aquisições pessoais de habilidade de um negócio para outro".

Mas, se os lucros fossem apenas uniformes como uma tendência de longo prazo, o que explicaram elas? Malthus se moveu para mais perto da visão correta, na Quarterly Review em 1824, ao enfatizar que, enquanto os aluguéis são determinados pela produtividade, lucro, por exemplo, o que é ganho ao manter vinho e ao vendê-lo quando ele matura, é devido a "espera", e quanto mais longa a espera maior a margem de lucro.

Uma contribuição particularmente importante para a literatura do jornal apontou para as teorias eventualmente corretas do lucro e dos juros. ESse foi um artigo feito por William Ellis (1794-1872) na Westminster Review benthamista, em Janeiro de 1826. Em uma análise altamente sofisticada de poupança e de investimento, Ellis apontou que a poupança é induzida por "a expectativa de maior gozo do que é adiado do que do consumo imediato", enquanto, por outro lado, o investimento é atraído pela expectativa de lucro. No percurso de analisar os investimentos, Ellis, com grande perspicácia, distinguiu lucros como um retorno pela tomada de risco em diferença aos juros, enquanto um retorno sobre poupanças que podem também portar um acréscimo de risco.

Particularmente interessante foi a pioneira teoria dos riscos de lucros. "A largueza do lucro", ele manteve, "precisa ser proporcionada ao risco incorrido ao tesouro da reserva e ao empregá-lo na produção". Ele também entusiasticamente enfatizou a importância de um lucro altamente esperado por incorrer em inovação tecnológica. A nova tecnologia é "não-testado" e sua introdução precisa superar "a perda de maquinário suplantado, o anseio por habilidade e por prática, em mão de obra e em incerteza do resultado, todo se unem na prevenção da adoção e aplicação do que não é testado". Reprimindo escritores anteriores por ignorar a inovação e seus problemas, Ellis apontou que suas dificuldades "são somente conquistadas [...] pela perspectiva do maior lucro adicional, com o qual a invenção adotada é esperada a ser acompanhada".

Ellis também introduziu a separação dos elementos de "lucro bruto" em uma firma de negócios, e distinguir elas do juros normal de longo prazo. Onde um empreendedor usa seu próprio capital exclusivamente, seu lucro bruto, Ellis perspicazmente apontou, pode ser quebrado em um acréscimo por cisco, remuneração para o trabalho do empreendedor e supervisão, e, finalmente a "remuneração pelo emprego produtivo de suas poupanças, a qual é chamada de juros". Empréstimos produtivos em negócios tendem a comprimir a parte de juros do lucro de negócios bruto.

Quem foi William Ellis, que contribuiu com um tão estonteantemente perspicaz e avançado artigo para um dos distintos jornais da Grã-Bretanha? Aparentemente, essa foi a única incursão de Ellis na economia. Nascido em Londres, Ellis se tornou um missionário não conformista, e passou sua vida trabalhando e viajando para a London Missionary Society. Enviado à Polinésia de 1816 até 1824, Ellis, que trabalhou como um jardineiro em sua juventude, habituou-se com muitos dos frutos e plantas tropicais na Polinésia, e também desenvolveu a primeira editora nos South Seas. Os frutos dessa obra apareceu na Polynesian Researches(1829), de dois volumes. Seu interesse na teoria dos lucros logo em seu retorno de sua primeira estada na polinésia parece ter sido um esporte na ocupada carreira missionária de Ellis.

Enquanto ele não era tão perspicaz quanto Ellis, uma divisão analítica similar de lucros brutos e líquidos foi contribuía pelo filósofo escocês Sir George Ramsay (1800-71), em uma obra desconhecida e despercebida, Um Ensaio sobre a Distribuição de Riqueza(1836). Enquanto muito do livro era ricardiano, Ramsay adotou o conceito de empreendedor dos franceses, e ele também rompeu os lucros brutos do capital em juros sobre o uso do capital, e os "Lucros de empreendimento", o qual era, por sua vez, dividido em salários de gerenciamento e superintendência, e pagamento pelo risco incorrido pelos "mestres", ou empreendedores. Ramsay apontou que, analiticamente, os empreendedores recebem os lucros de empreendimento, enquanto os capitalistas recebem juros ou "lucros" sobre o capital. Na prática, entretanto, os dois retornos são geralmente combinados como os lucros brutos de empreendedores capitalistas.

Ramsay foi também o primeiro bretão a adotar a análise de Destutt de Tracy do processo de produção enquanto ou mudança da forma de matéria, ou de lugar geográfico, para o qual Ramsay adicionou, uma mudança no tempo.

4.10 Abstinência e tempo na teoria dos lucros

Se o lucro fosse talvez relacionado ao risco, o que então explica o componente de "juros" de longo prazo dos lucros de negócios. A explicação dominante para os juros de longo prazo na economia britânica logo se tornou a teoria dos juros-abstinência.

A primeira apresentação do tempo como o determinante do juros veio de uma teoria relacionada, mas superior, a da abstinência: A teoria pioneira da preferência-temporal de Samuel Bailey. A discussão de Bailey veio em curso de sua brilhante demolição da teoria do valor-trabalho de Ricard oe sua defesa de uma teoria alternativa de utilidade. Bailey começa sua discussão do tempo e do valor ao notar que, se uma mercadoria leva mais tempo do que outra para sua produção, até mesmo usar a mesma quantidade de capital e de trabalho, seu valor será maior. Enquanto Ricardo admite um problema aqui, James Mill em seu *Elementos de Economia Política* infatigavelmente afirma que o tempo, sendo "uma mera palavra abstrata", não poderia de modo algum adicionar valor a qualquer coisa.

Refutando Mill, Bailey aponta que "toda criação de valor" implica em uma "operação mental" — em suma, uma análise subjetiva do valor. Dada um prazer particular, Bailey continuou, "nós geralmente preferimos um prazer ou gozo presente do que um distante" — em suma, o fato onipresente da preferência temporal para a vida humana. Assim:

> Estamos querendo, mesmo que por algum sacrifício de propriedade, possuir para nós o que iria de outro modo requerer tempo, para perseguir, sem esperar durante a operação [...] Se qualquer artigo fosse oferecido a nós, de outro modo não alcançável senão depois de se passar um ano, deveríamos querer dar algo para gozar disso agora.

Considerações da influência do tempo-desconto de compradores, vendedores e capitalistas, bem como as partes que percebem, por exemplo, que o vinho ganha valor ao ser mantido por longos períodos de tempo. Bailey, interessado em refutar o valor e outras teorias subjetivas do valor em vez de explicar os juros per se, não se pressionou em explicar a preferência temporal como a base dos juros nem para discutir a taxa de tempo-desconto. Mas sua análise claramente pavimentou a via para a posterior teoria austríaca da preferência-temporal, embora Böhm-Bawerk, o criador da teoria, permanecesse inconsciência dos insights de Bailey.[24]

Seis anos depois, G. Poulett Scrope — apesar de suas infelizes visões alternativas sobre a lei de Say — fez uma importante contribuição para a teoria dos lucros (ou dos juros), ao pioneirar uma teoria dos juros-abstinência. Escrevendo na *Quarterly Review* para Janeiro de 1831, Scrope deplorou a ausência de qualquer teoria genuína do lucro em Ricardo, e procedeu para desenvolver uma teoria da abstinência.

Apesar das restrições incaridosas de Böhm-Bawerk sobre a teoria mais altamente desenvolvida da abstinência de Nassau Senior, não há uma grande diferença entre a visão da abstinência e a últma, e a mais sofisticada teoria austríaca da preferência temporal. O lucro, disse Scrope, era "a compensação pela abstinência de gratificação imediata", envolvida em poupar e em investir em vez de consumir. Mas Scrope não parou em esboçar uma teoria da abstinência; muito do lucro, ele apontou, é a forma estrita de lucro idêntico com os juros. O que é vulgarmente chamado "lucro", como Scrope chamou, é idêntico com o "lucro bruto" de Ellis. Isso consiste, prosseguiu Scrope, de juros sobre capital + seguro contra os riscos dos negócios + salários pelo trabalho

---

24 Bailey, no entanto, acrescentou uma crítica metodológica bem-vinda à tentativa desajeitada de James Mill de definir o aumento do valor do vinho através do envelhecimento como algum tipo de gasto místico e indireto do valor de um ano de trabalho. Como Bailey ironicamente refutou a afirmação de Mill de que o equivalente "trabalho pode ser corretamente considerado como tendo sido gasto" no vinho: "um fato pode ser corretamente considerado como tendo ocorrido apenas quando realmente ocorreu". O Coronel Torrens também fez uma crítica semelhante à teoria do trabalho de Mill.

de superintendência do capitalista. Scrope também adicionou o aluguel de monopólio, no qual ele juntou a possessão de solo superior ou localização junto com os ganhos de invenções ou processos patenteados.

Mas o *locus classicus* da teoria da abstinência eram as lições de Nassau W. Senior. É verdade que elas não foram publicadas até 1836, quando elas foram publicadas como *Esboço da Ciência da Economia Política* (e também com o artigo sobre "economia política" para a *Encyclopedia Metropolitana*, mas elas foram entregues mais cedo que as lições em Oxford em 1827-28.

Senior apontou que as poupanças e a criação de capital necessariamente envolvem o doloroso sacrifício presente, uma abstinência de consumo imediato, o qual iria apenas ser incorrido em expectativa de uma recompensa compensadora. Infelizmente, Senior carecia do conceito de preferência temporal, de modo que ele era confuso sobre a motivação específica que levaria as pessoas a preferir o consumo presente ao futuro. Mas ele chegou a conclusões muito similares, relacionando o grau de abstinência-dor (ou, como os austríacos posteriormente colocariam, preferência-temporal para o presente pelo futuro) ou os povos "menos civilizados" e as classes "menos educadas", que são geralmente "as mais improvidentes, e consequentemente as menos abstinentes".

Até mais interessante e valioso do que a teoria da abstinência de Senior foi sua desenvolvida teoria do capital, a qual fortemente antecipou a doutrina austríaca. Pois Senior viu que fatores de produção poderia ser divididos em duas classes: a original, os primários: terra (ou recursos naturais) e trabalho; e todos os secundários, bens intermediários que são produzidos por esforços conjuntos dos fatores primários (bem como enquanto fatores intermediários pré-existentes). Eventualmente, os fatores intermediários são transformados em bens de consumo que podem satisfazer os anseios dos consumidores. Pode-se pensar que, em última instância, os fatores intermediários, ou bens de capital, podem ser reduzidos à natureza e ao trabalho, mas isso não pode ser feito, porque outro elemento é preciso para combinar os fatores primários em mais e mais capital: a abstinência. Pois, novamente

antecipando os austríacos, Senior viu que um aspecto crucial desse processo de produção é que ele precisa levar tempo e, portanto, um ato de abstinência, um "prazo" adicionou Senior, "pelo qual expressamos a conduta de uma pessoa que ou se abstém [...], ou designadamente prefere a produção remonta àquela de resultados imediatos".

O capital, ou bens de capital, então, tomando tempo, são o resultado da combinação da terra, do trabalho e da abstinência, e consistem na aplicação de recursos presentes para produção futura. Os bens de capital são produzidos em vez de os primários, os fatores de produção. E o modo pelo qual a produção e os padrões de vida podem aumentar indefinidamente é pelo uso dos produtos do trabalho e da natureza, "enquanto os meios de posterior produção". O capital, Senior sumarizou,

> não é simples instrumento produtivo: ele é na maioria dos casos o resultados de todos os três instrumentos produtivos combinados. Algum agente natural pode ter providenciado o material, algum atraso do gozo pode em geral ter reservado isso do uso improduzido, e algum trabalho pode no geral ter sido empregado para preparar e preservá-lo.

Senior, então, não dá simplesmente uma teoria do lucro-produtividade ou dos juros-produtividade ingênua. Enquanto todos os fatores ganham sua produtividade, e portanto o trabalho ganha salários, e a terra ou os agentes naturais ganham aluguel, os bens de capital não são simplesmente agentes produtivos de outros fatores; e assim, tirando a influência e da terra e do trabalho, a última distinta contribuição produtiva do capital é o juros — o retorno à abstinência. Enquanto não chegando totalmente nisso, Senior estava aqui tateando uma distinção entre retorno bruto de bens de capital, cuja produtividade é refletida em seus preços de mercado, e seu retorno líquido (depois de deduzí-la dos salários, aluguéis, e preços de outros bens intermediários em sua produção), o qual equaliza a taxa de juros e é pagamento por abstinência ou preferência temporal.

Em sua discussão de como aumentar a provisão de fundos de capital pode permitir extensões sempre em aumento da divisão do trabalho e a produção de bens de consumo, Nassau Senior capturou a essência do *insight* austríaco de que o capital, e eventualmente a

produção, expande com poupanças aumentadas por causa da produtividade física superior de processos mais demorados, ou "indiretos", de produção. Visto que leva mais tempo para investir nesses processos mais longos e em fatores intermediários, deve haver maior anseio para investir no futuro enquanto oposto ao gozo presente.

Enquanto isso, o colega whatelyano de Senior, Mountifort Longfield, estava trabalhando em uma linha similar. Mesmo se os capitalistas qua capitalistas e não enquanto trabalhadores, produzem nada tangível, eles performaram um serviço vital ao poupar capital e pagar os fatores para que engajem em processos de produção que "consomem tempo". Enquanto a maior parte dos classicistas britânicos, incluindo Ricardo, falaram perfunctoriamente de um período de produção, eles o ligaram estritamente a um ciclo de colheita de um ano na agricultura. Longfield pôde quebrar essa estrutura agrícola, se movendo "rumo a fazer dimensão do tempo de produção uma variável em sua análise. Ele fez isso ao ligar o período de produção diretamente a divisão do trabalho e identificando aumentos em um com extensões da outra".[25]

Longfield completou essa ligação ao repetir a famosa discussão de Adam Smith da fábrica de alfinetes e a divisão do trabalho, enquanto mostrou que estender essa divisão irá trazer mais processos indiretos ao jogo. Em suma, maiores investimentos de capital irão eventualmente diminuir o tempo de trabalho requerido para produzir uma unidade de produção, mas apenas ao aumentar o tempo de espera entre o ponto inicial de investimento e a eventual unidade de bens de consumo. Durante o tempo de espera pelo eventual produto, os trabalhadores precisam poder viver, e essa vida é precisamente o que os capitalistas providenciam.

Eles fazem isso ao "abster" do consumo, desse modo permitindo com que o trabalhador "consuma algo produzido pela labuta de outros, embora nada produzido por ele já tenha sido consumido por qualquer um". Em suma, enquanto o produto do trabalho está fora no futuro, o capitalista poupa dinheiro agora e emprega o trabalhador: "A pessoa

---

25 Moss, *op. cit.*, nota 18, p. 67.

que emprega a ele (o trabalhador) e direciona seu trabalho, em geral o paga em primeira instância, e re-paga ele mesmo pela venda dos artigos assim produzidos."[26] Desse modo, Longfieldpôde oferecer uma notável antecipação da teoria Böhm-Bawerkiana do capital.

O lucro bruto dos capitalistas, então, consistem em duas partes: um retorno pelo serviço de antecipar os salários para os trabalhadores até o produtor ser vendido (juros de longo prazo), e retornos pelo trabalho de direção e pela assunção de riscos de negócio. Longfield não fez tentativa alguma de enfantizar a última e concentrou-se na primeira, o retorno pelo serviço de antecipar salários. Assim, enquanto Longfield aponta em antecipação da sofisticada e altamente perspicaz teoria austríaca da produtividade marginal descontada da precificação de fatores, o trabalhador, com efeito, para ao capitalista um disconto de sua produtividade marginal pelo serviço de ofertar dinheiro agora em vez de ter de esperar pela venda do produto. Novamente Longfield:

> [O capitalista] paga os salários imediatamente, e, em retorno, recebe o valor do trabalho [do trabalhador], para ser disposto para a melhor vantagem [...] Assim, o valor do trabalho fixado em [...] qualquer artigo, é maior que os salários desse trabalho. A diferença é o lucro feito pelo capitalista para suas antecipações; isto é, como se fosse, o desconto o qual o trabalhador paga pelo pagamento em prontidão.

É apenas um pequeno passo de sua análise para a identificação desse desconto enquanto um pagamento pela preferência temporal.

Sir George Ramsay, em sua obra de 1836, também enfatizou a importância do tempo na produção e no capital, embora dificilmente tão sofisticada quanto a maneira de Senior. O tempo, bem como o trabalho, entra no capital, e Ramsay aponta como um exemplo de dois barris de vinho idênticos. O barril que envelhece mais aumenta em valor, de modo que o valor, portanto, depende não apenas do trabalho gasto, mas também “da extensão de tempo durante qualquer porção do produto desse trabalho tenha existido como um capital fixo”. Finalmente, em 1839, Joseph S. Eisdell, um seguidor inglês desconhecido de Longfield,

---

26 *Ibid.*, pp. 68, 201.

generalizou a teoria da produtividade marginal, também notando o importante serviço dos capitalistas em servir ao trabalhador ao "antecipara seus salários imediatamente sob a performance de seu trabalho, antes de os bens estarem prontos para venda, ele também sendo necessitoso de esperar até a venda, e a receita monetária para os bens". Aqui, Eisdell capturou a essência do serviço que o capitalista rende ao trabalho e pelo qual o último quer "pagar" ao primeiro seu desconto ou retorno em lucro: o serviço de pagar o trabalhador agora, no presente, enquanto o capitalista toma o fardo de esperar por seu retorno até algum ponto no futuro.

4.11 John Rae e a teoria "austríaca" do capital e dos juros

A mais notável contribuição para a teoria do capital e dos juros no período pós-ricardiano foi pelo vagabundo e excêntrico John Rae (1796-1872). Rae desenvolveu sua teoria como parte de um tratado designado para argumentar por uma tarifa protetiva: Alguns Novos *Princípio Para a Questão da Economia Política* (Boston, 1834). Rae teve a mais extensa e completa análise desenvolvida, até Böhm-Bawerk e os Austríacos, do papel crucial do tempo na teoria do capital e dos juros. Na teoria do capital, Rae viu que uma chave para a produção é aumentar o investimento em bens de capital, eles mesmos o produto do trabalho e da natureza, e que bens de capital podem ser ranqueados com base em sua taxa de retorno, e o tempo necessariamente envolvido da formação deles até seu esgotamento. Especificamente, estender o processo de produção, ou o tempo envolvido no processo de investir em capital, irá permitir o uso de bens de capital de maior produtividade física. Mas, enquanto esperar um tempo maior irá se permitir a tocar mais fisicamente em processos de produção, esse benefício precisa sempre ser pesado contra a indesejada necessidade de esperar mais no futuro até o retorno do capital ser obtido. E aqui, John Rae apresentou o desenvolvimento mais completo da época da teoria dos juros da preferência temporal. Para balancear contra a maior produtividade de esperar mais no futuro, o capitalista precisa cobrar uma taxa de juros baseada na maior desejabilidade do presente enquanto contra os bens futuros. Em suma, os investidores precisa sacrificar o presente por bens

futuros, e assim eles precisam ser compensados por esse investimento por um retorno que reflete seu grau de preferência temporal. Os investidores estarão sacrificando um bem presente menor por um bem futuro maior, o grau de diferente — seu retorno em juros — sendo dependente do anseio cultural e psicológico das pessoas em tomar uma visão de longo prazo do futuro. Aqueles com menores taxas de preferência temporal, i.e., aqueles que tomam uma visão mais longa do futuro, estão particularmente visando aumentar o padrão de vida de suas crianças; por outro lado, para Rae, aqueles com maior preferência temporal possuem fracos princípios morais e intelectuais e sofrem de um "defeito da imaginação".

Rae também antecipou a teoria schumpeteriana ao por grande ênfase na importância de invenções e enfatizou que as invenções abriam novas oportunidades para investimentos em capital altamente lucrativos, e que, resultando em altos lucros estimularam tal investimento.

Schumpeter pagou algo tributo para a conquista de Rae, chamando sua obra de "uma teoria do capital", concebida em profundidade e amplitude sem precedentes", embora, estranhamente o suficiente, ele não mencione a ênfase de Rae em invenções. Schumpeter adiciona, entretanto, que dados "dez anos de silencioso trabalho, agraciado por uma renda adequada", o *Novos Princípios* de Rae "poderia ter gerado um outro — e mais profundo — *Riqueza das Nações*". E Böhm-Bawerk, que não conheceu a conquista de Rae na primeira edição de seu *História e Crítica de Teorias de Juros*, por uma vez foi muito generoso em sua brilhante explicação, em edições posteriores, chamando a obra de Rae "excessivamente original e notável".

A conquista de John Rae foi a mais marcante porque ela não veio de um escritos afundado em discussões econômicas da Grã-Bretanha de seus dias. Pelo contrário, ela veio de um homem que precisa ser descrito num geral como um brilhante vagabundo, pé no saco e perdedor John Rae era um escocês, nascido em Aberdeen, o filho de um próspero mercador autônomo e engenheiro naval. Interessado em invenção e nas ciências naturais, Rae, tão jovem estudante de matemática na *University of Aberdeen*, apresentou algumas invenções em mecânica a seu professor, que as considerou ingênuas mas impráticas. Deixando as

invenções para não irritar seu pai que tinha mentalidade prática, Rae decidiu, na graduação, ir para a *University of Edinburgh* para estudar medicina. Mas, típico de Rae, enquanto estudava para sua dissertação de mestrado, ele se convenceu que as teorias fisiológicas prevalecentes eram falsas, e assim ele deixou a escola médica, determinado para escrever uma grandiosa "história filosófica" da humanidade. Embarcando nessa ambígua mas verdadeiramente imprática obra de vida, Rae se afundou no estudo da biologia, filologia, etnologia, aeronáutica, geologia, educação e nas ciências sociais, indubitavelmente com ideias radicais em todas elas. Muito pouco disso sequer fora escrito ou publicado, sua obra publicada consistindo em alguns artigos esparços sobre tais assuntos como emigração, educação, religião canadense, costumes havaianos e legislação, e línguas polinésias. Seus artigos existentes não publicados são sobre tópicos geológicos.

Esse tipo de plano de vida mal foi calculado para dar a John Rae uma renda segura, e a falência de seu pai, bem como um possível estigma social de seu casamento com a filha de um pastor, o fez emigrar para as matas interiores do Canada, na idade de 25.

Foi durante o curso desse auto-estudo que John Rae leu o Riqueza das Nações, e desenvolveu uma antipatia ao comprometimento geral dos escocêses com as livres negociações e com o laissez-faire. Em particular, Rae adquiriu um interesse vitalício no protecionismo e nos subsídios governamentais para a indústria. Ao menos um pouco dessa reação refletiu uma hostilidade tipicamente escocesa calvinista ao luxo e a indulgência do consumidor. Um forte advogado da parcimônia e da abstinência, Rae lamentou qualquer consumo luxuoso entre as classes mais baixas, a qual enfraqueceu seu "desejo efeito por acumulação". Apetites sensuais levam os pobres a casarem e a aumentar seu número de crianças indevidamente, enfraquecendo também sua prosperidade pra poupar e para aumentar o padrão de vida deles. O primeiro interesse de Rae na tarifa protetiva veio na Escócia em 1819, atacando o desejo dos numerosos seguidores de Adam Smith para diminuir grandemente as taxas e tarifas sobre o whisky, e permitir a manufatura de whisky em pequenos alambiques. Rae reagiu de forma nervosa, preocupado como

estava com a "moral geral do povo" resultante de uma abundância de whisky barato.

Chegando no Canada, Rae logo se tornou diretor em uma escola privada e um médico em um pequeno vilarejo de Williamstown, Ontario. Williamston era o centro da ocupação escocesa presbiteriana no Canadá, e Rae, um devoto adepto da Igreja Presbiteriana da Escócia, se embrulhou nas reivindicações dessa Igreja ao apoio do governo enquanto contra as reivindicações exclusivistas da Igreja da Inglaterra. À parte do elitismo anglicano que não cabia às condições norte americana, Rae opinou, a Igreja Presbiteriana da Escócia insistiu em austera moralidade enquanto contra a frouxidão dos anglicanos. Ele criticou os Estados Unidos por não terem uma religião estabelecida, desse modo diminuindo a renda e tenura do clero e enfraquecendo os laços de "genuína religião".

Depois de uma década em Williamstown, John Rae sentiu que era hora de mudar. Em 1831, ele se dispensou de seu posto como diretor, e como um dos três coronéis do Distrito Leste de Ontario, e se mudou para Montreal. Ele decidiu começar trabalhar em seu projeto de vida, ou ao menos em um subconjunto dele para ser dedicado ao "Presente Estado do Canadá", o qual iria apresentar as suas ideias sobre geologia canadense e desenvolvimento econômico, e fazer um forte apelo pela continuidade do Canadá no Império Britânico. Enquanto em Montreal, ele fez a petição ao governo do Canadá Superior por uma viagem e pesquisa garantida para financiar esse trabalho projetado, mas a Assembléia do Canadá Superior sentiu que haviam coisas mais importantes estavam para ser feitas e recusaram a proposta de garantia de Rae, apesar da recomendação favorável do tenente-governador.

Rae estava ainda determinado para trabalha nesse projeto de vida, e ele reparou no vilarejo lenhador de Godmanchester, não longe de Montreal, onde ele aparentemente trabalhou em tarefas subalternas cortando lenha enquanto publicava artigos pró-Império Britânico na Montreal Gazette. Lá ele escreveu o que se pensava ser outro subconjunto de seu plano mestre, sua grande obra sobre os Novos Princípios de Economia Política.

O espírito da revolução contra o Império Britânico estava fora no Canadá, e a s cartas de Rae para a Gazette eram virulentas em denunciação. Os críticos da Grã-Bretanha, ele fulminou, eram

"grosseiras má interpretações, falsidades infames e blasfêmias horrendas". Chamando de volta os horrores da Revolução Francesa, Rae trovejou dizendo que "as bandeiras da justiça imperial precisam ser mostradas, de outro modo em um curto período o reinado do terror será tentado no Canadá, e arruinar tudo triunfantemente.

Em vista das fortes conexões de Rae em Montreal, é difícil ver porquê ele resolveu morfar em Godmanchester. Sua irmã, Ann Cuthbert, uma poeta e diretora de uma escola de entabuamento, foi casada com um rico mercador de têxteis, James Fleming. O irmão de Fleming, John, era um proeminente escritor bem como um dos oficiais cabeça do Banco do Canadá edo Banco de Montreal, e a família se mudou no círculo dos principais mercadores escoceses e ultra-lealistas ao Império Britânico, cercados por uma população canaense do que eles tomaram dos insurgentes e radicais franco-canadenses.

Rae concebeu seu Novos Princípios para ser outro subconjunto de sua obra de vida, dessa vez dedicada ao crescimento das nações e a necessidade por uma tarifa protetiva e outras formas de promoção governamental da indústria. Ele terminou o livro em 1833 e originalmente quis publicá-lo na Inglaterra, mas por algum motivo mudou seus planos e viajou para Boston para buscar ajuda na publicação de seu livro lá. Em Boston, Rae se encontrou e foi levado sob a asa do poderoso Alexander Hill Everett (1790-1847), um dos principais Bramãs em Boston, um protégé do ex-presidente John Quincy Adams, e recente ministro de Adam para a Espanha. Um completo linguista e classicista, bem como um promotor, Everett deixou o serviço do governo para se tornar o editor do proeminente e influente North American Review. Uma década depois, Everett escreveu o Novas Ideias sobre a População (1823), no qual ele sensatamente atacou Malthus por não perceber que o crescimento da população pode trazer abundância, não pobreza, ao extender a divisão do trabalho, expandindo mercados e cidades, e aumentando a produção de comida e de manufaturas.

Everett, como o resto de New England, posteriormente mudou da defesa do livre mercado para a defesa de uma tarifa protetiva, particularmente para as nascentes manufaturas têxteis da região. Os

protecionistas estavam procurando selvagemente por livretos e acadêmicos que pudessem apoiar a causa deles, visto que as obras de Adam Smith e de J.B. Say eram dominantes em universidades americanas. Se encontrando e estando impressionado com John Rae e ouvindo de sua nova obra protecionista, Everett estava entusiástico sobre ele e conseguiu, sem ver, publicar o livro em Boston.

Aparentemente, Everett comprou um porco em um puxão. Revisando-a na North American Review, Everett amaldiçoou o New Principles de Rae com fatigado louvor. Ele estava procurando por um tratado protecionista impactante; em vez isso ,ele achou um livro cheio com jargões técnicos que ele mal podia compreender. E muito disso tinha pouco ou nada a ver com a questão da tarifa. A maior parte do livro lidou com a teoria do capital e dos juros, e com a importância da expansão de capital para o crescimento de uma nação. Como Everett incisivamente apontou, essas visões não estão realmente em variação com aquelas de Adam Smith. E nenhuma delas lidou diretamente com a questão protecionista.

Para o próprio Rae as conexões estavam claras, senão muito remotas para aqueles interessados em política pública. Ele acreditou que o desenvolvimento econômico dependia juntamente de novas invenções e da aplicação delas em investimento de capital, e muito de suas políticas governamentais propostas eram subsídios e recompensas para novas invenções e indústrias, para serem financiadas por pesadas tarifas sobre importações de "luxos". Desse modo, a alma calvinista de Rae seria satisfeita, pois o governo estaria impondo princípios morais ao promover a parcimônia, invenção e indústria, enquanto desencorajaria luxúrias pecaminosas, especialmente, em uma prefiguração de Thorstein Veblen, onde "o consumo é [...] conspícuo" e, portanto, particularmente desperdiçador. A denúncia do consumo luxurioso por parte de Rae, o qual Rae brutalmente chamou de "uma perda para a sociedade, em proporção a sua quantidade", não coube muito bem a Everett, mas sua principal crítica era de que o país precisava de "um ensaio bem escrito e bem raciocinado sobre essa questão [protecionista", uma obra de "compasso suficiente e autoridade para servir como um livreto". Claramente, a obra de John Rae não preencheu a conta.

O livro era uma falha comercial, e foi rapidamente esquecido. O entendivelmente aborrecido e amargurado Rae escreveu em uma carta, anos depois, que, "infelizmente, eu fui induzido a publicar em Boston, sob a garantia de A.H. Everett que seria apreciado lá. Ele estava, entretanto, eu creio que com medo disso. Não pude fazê-lo concordar comigo, nem ninguém lá, se eu estava certo ou errado, e assim continuou com o louvor de seu estilo, etc. Isso acabou com ele". Em adição, os defensores das livres negociações e os adoradores no altar de Adam Smith - que vieram com crítica direta considerável no livro - atacaram a obra de Rae. Mas possivelmente mais fatal que qualquer um desses fatores foi o tempo do livro. Pois depois da tarifa de 1833, diminuindo as tarifas consideravelmente, a agitação pelas tarifas nos Estados Unidos começou a subsidiar, e a tarifa foi repetidamente diminuída ao longo da década de 1840. As negociações livres aparentemente triunfaram, ao menos até a Guerra Civil.

No Canadá, ademais, mal houve economista ou acadêmico algum de prontidão para louvar a obra de Rae, e na Grã-Bretanha havia um escárnio geral aos "colonials", e falha em tratar a América do Norte com seriedade. Na Inglaterra, entretanto, Nassau Senior, cuja obra sobre capital e juros não estava tão longe da de Rae, leu o New Principles por meados de 1840, e a admirou grandemente, e traços de Rae podem ser achados nos escritos posteriores de Senior. Senior passou o livro adiante para John Stuart Mill, que o elogiou fervorosamente em seu popular tratado de 1848, o Principles of Political Economy. Rae ouviu falar do louvor feito por Mill cinco anos depois, através de um amigo canadense, e escreveu fervorosamente senão lamentosamente para Mill que "essa é a única coisa conectada com essa publicação que me rendeu qualquer gratificação".

Aqui um mistério surge para a história do pensamento econômico. Apesar do elogio fervoroso de Mill ao livro de Rae no que era o tratado dominante sobre economia por uma geração, nenhum economista em qualquer lugar captou a referência, e o conhecimento de Rae praticamente desapareceu. A única exceção foi o grande economista clássico italiano Francesco Ferrara (1810-1900), que traduziu o New Principles de Rae para o italiano em meados da década

de 1850. À parte disso, nada. W. Stanley Jevons, dedicou-se à história do pensamento econômico, aparentemente nunca ouviu falar do livro, e até o grande Böhm-Bawerk nunca leu John Rae quando, em meados da década de 1850, ele escreveu a primeira edição de seu História e Crítica das Teorias de Juros. Rae permaneceu desconhecido para os economistas até sua memória ser revivida, e sua obra reimpressa, pelo Professor Charles Whitney Mixter na virada do século XX. Talvez para desvendar o quebra-cabeça nas edições tardias de Böhm-Bawerk, onde que ele aponta que os elogios de Mill para Rae, embora fervorosos, eram gerais e até mesmo banais, e mal conveio ao brlihantismo e originalidade de sua obra sobre capital e juros. Como Böhm-Bawerk explicou:

> Mas é um fato estranho que em todas as suas numerosas citações [de Rae] John Stuart Mill nunca incluiu qualquer do material que constitui a essência das ideias originais de Rae. Ele cita, em vez disso, meramente incidentais ornamentais, e até mesmo entre aqueles do tipo de coisa que poderia ser usada para ilustrar as doutrinas tradicionais que o próprio Mill estava apresentando. E, visto que o livro de Rae parece ter sido livro em sua versão original apenas por pouquíssimas pessoas, apenas a parte mais interessante de seus conteúdos permaneceram desconhecidas para seus contemporâneos. Havia pouca tendência de que eles, e até mesmo menos que as gerações subsequentes, seriam notificadas pelas citações de Mill da importância do livro, ou impelida a conduzir qualquer pesquisa a sua obra rapidamente esquecida.[27]

Desapontado na recepção de seu livro, desempregado e destituído, Rae ganhou um apontamento como membro chefe de uma escola de gramática distrital do governo no que era então a fronteira litigiante de Hamilton, Ontario. Lá ele viveu em refinada pobreza com um salário baixo e estava continuamente em dívida, mas ele era aparentemente amado por seus estudantes e foi conhecido em Hamilton

---

27 Eugen von Böhm-Bawerk, *Capital and Interest*, Vol. I, *History and Critique of Interest Theories* (South Holland, 111.: Libertarian Press, 1959), p. 208.

como um gracioso e elegante patinador de gelo bem como presidente da *Hamilton Literary Society*. Lá ele desempenhou um papel proeminente no primeiro contingente da milícia de Hamilton, a qual, em 1837 e 1838, ajudou a derrubar uma rebelião armada feita por nacionalistas canadenses ansiosos por contar os laços com o império. Rae engajou em experimentos aeronáuticos com balões, e escreveu de forma crescente sobre tópicos geológicos. Ele também continuou a trabalhar sobre a geografia econômica do Canadá, e finalmente em 1840, completou sua *magum opus*, um livro extenso sobre as "Linhas gerais da História natural e dos Estatutos do Canadá".

Infelizmente, entretanto, a década de 1840 viu o destino desferir uma série de marteladas contra John Rae. Primeiro, o manuscrito de seu livro sobre o Canadá foi irremediavelmente perdido em rota para possíveis publicadores em Nova York. Segundo, depois de lecionar em Hamilton por 14 anos, Rae foi sumariamente demitido em 1848. O problema foi que Rae ficou inevitavelmente enredado em conflitos educacionais políticos, particularmente sobre nomear presbiterianos para o ensino e postos administrativos no sistema escolar da escola de Ontario, dominada pelos anglicanos. Além disso, em 1843, na Disrupção, a Igreja da Escócia (e portanto sua Igreja Presbiteriana afiliada no Canadá) se dividiu em um irreparável cisma, com calvinistas radicais opostos à dominação secular do estado da Igreja se separando da Igreja estabelecida da Escócia e formando a Igreja Livre. Como podemos esperar de sua pessoa, Rae, junto de seus amigos, juntou-se à Free Church, que lhe perdeu o apoio política dos oficiais presbiterianos estabelecidos, dominantes em seu distrito escolar. A estadia de Rae em Hamilton foi amaldiçoada.

Rae então deixou o Canadá e deu aulas em Boston e Nova York, onde, um ano após sua demissão, recebeu outro golpe surpreendente - a notícia da morte de sua esposa, Eliza. Desencorajado, inquieto, sem dinheiro e desenraizado aos 53 anos, John Rae começou uma nova vida de peregrinação e deriva. Atraído pela corrida do ouro, navegou para a Califórnia, onde deu algumas aulas acadêmicas e fez carpintaria; com problemas de saúde na Califórnia, Rae logo partiu para as ilhas havaianas, onde passaria o resto de seus dias. Lá, na ilha de Maui, Rae

prosperou economicamente pela primeira vez, ensinando inglês para nativos havaianos, cultivando e atuando como agente médico do conselho de saúde. Rae começou a florescer politicamente por causa de sua nova amizade com um colega expatriado escocês, Robert Crichton Wyllie, cirurgião da Universidade de Glasgow, rico empresário e agora ministro das relações exteriores do reino havaiano. Com o patrocínio de Wyllie, Rae tornou-se legista, tabelião, assistente médico e juiz distrital em Maui.

Suas circunstâncias favoráveis agora levaram Rae a retomar seus vários interesses científicos: ele escreveu artigos e documentos sobre geologia, particularmente sobre vulcões, marés oceânicas e geologia havaiana; na língua polinésia; e tentou reavivar o interesse em comercializar suas invenções de navegação há muito negligenciadas.

Mas John Rae era incapaz de guardar dinheiro, e assim perpetuamente reverteu à miséria. Com seu patrono Wyllie morto e com problemas de saúde, Rae aceitou a oferta de um velho amigo e ex-aluno para pagar sua viagem do Havaí para morar com ele permanentemente em sua casa em Staten Island. Mas Rae morreu em Staten Island no ano seguinte.

Inquieto e excêntrico, John Rae, em certo sentido, escreveu um epitáfio adequado e pungente para si mesmo em New Principles, em sua apreciação sensível do papel solitário do inventor ou inovador na sociedade:

> Perseguir objetos que não são percebidos pelos outros, ou se percebidos, cuja importância está além do alcance de suas concepções, os motivos de sua conduta são necessariamente mal compreendidos. Eles são estimados ou ociosos, culposamente negligentes em prestar contas dos talentos que possuem, estúpidos deficientes nas partes comuns necessárias para cumprir os ofícios comuns da vida, ou loucos incapazes de confiar em seu desempenho; excluídos da estima ou do companheirismo daqueles cuja consideração eles poderiam valorizar, eles são postos em contato com aqueles com quem eles não podem ter nada em comum, patifes que riem deles como suas presas, tolos que se compadecem deles como seus companheiros. Suas personalidades incompreendidas, privados

> de toda simpatia, desprovidos de quaisquer aprovações, a "guerra eterna", que eles têm de travar com a fortuna, é duplamente penosa, porque eles sabem que, se sucumbirem, serão levados para fora do campo, não apenas desconhecido, mas mal concebido.[28]

4.12 Nassau Senior, praxiologia e John Stuart Mill

Há poucos economistas em qualquer era que são conscientes de si mesmo sobre a metodologia de seu ofício. Isso foi ainda mais verdadeiro durante o suposto apogeu da escola clássica britânica que, como vimos, foi uma era de desintegração e não de triunfo do paradigma ricardiano. Mas um excelente metodologista foi um dos melhores economistas daquela época, Nassau W. Senior. Senior, de fato, pegou a tocha do método praxeológico que havia sido exposto e usado pelo grande economista francês do início do século XIX, Jean-Baptiste Say.

Senior começou a expor seus pontos de vista sobre metodologia em sua primeira aula introdutória em Oxford em 1826. Com excepcional clareza, ele começou afirmando que a teoria econômica se baseia nos mais amplos insights gerais sobre a natureza humana, *insights* que são evidentes em si mesmos no sentido de que, uma vez declarados, eles ordenam assentimento universal. A teoria econômica, diz Senior, "será baseada em pouquíssimas proposições gerais, que são o resultado da observação, ou consciência, e que quase todo homem, assim que as ouve, admite, como familiar aos seus pensamentos, ou pelo menos, conforme incluído em seus conhecimentos anteriores". Mas se essas premissas, ou axiomas, baseiam-se no conhecimento geral do homem e do mundo, então as conclusões deduzidas delas devem possuir igual generalidade: "Suas conclusões também são quase tão gerais quanto suas premissas – aquelas que se relacionam com a natureza e a produção de riqueza são universalmente verdadeiras." É

---

28 Citado em R. Warren James, *John Rae: Political Economist* (Toronto: University of Toronto Press, 1965), I, pp. 191–2.

então a tarefa do economista restringir as conclusões às áreas que são diretamente relevantes para o problema em mãos. Assim:

> aquelas [conclusões] que dizem respeito à distribuição da riqueza, são suscetíveis de serem afetadas por instituições peculiares de países particulares—nos casos, por exemplo, de escravidão, leis para o milho ou leis para os pobres—o estado natural das coisas pode ser estabelecido como regra geral, e as anomalias produzidas por causas perturbadoras particulares podem ser posteriormente explicadas.

Enquanto especificamente parte de suas conclusões apodíticas, as leis generalizadas de Nassau Senior das que outros economistas têm se aproximado ou tateando. Por exemplo, Sênior definiu "riqueza" como todos os bens e serviços que possuem utilidade e que, portanto, serão comprados em troca. Ele então definiu em sua primeira "proposição fundamental": "Que toda pessoa deseja obter, com o mínimo de sacrifício possível, o máximo possível dos artigos de riqueza." Sênior não apenas generalizou habilmente alguns insights importantes da ação humana universal: ele também rejeitou, desse modo, a infeliz distinção de Adam Smith. entre trabalho "produtivo" (material) e "improdutivo" (imaterial); tudo o que as pessoas desejavam e estavam dispostas a comprar era "produtivo". É porque Ricardo, pelo menos implicitamente, adotou essa distinção que ele foi capaz de descartar com cavalheirescamente qualquer explicação sobre a precificação de serviços imateriais e, portanto, avançar para uma teoria de custo do valor.

Ao elaborar essa primeira proposição fundamental, Senior passou a um eloquente resumo da relação entre desejo, diversidade individual, escolha e esforço humano:

> Ao afirmar que todo homem deseja obter riqueza adicional com o menor sacrifício possível, não devemos supor que todos, ou mesmo que qualquer um, desejem uma quantidade indefinida de tudo [...] O que queremos dizer é que nenhuma pessoa sente que sua totalidade deseja ser adequadamente suprida; que cada pessoa tem alguns desejos insatisfeitos que acredita que a riqueza adicional gratificaria. A natureza e a

> urgência dos desejos de cada indivíduo são tão variadas quanto as diferenças de caráter individual. Alguns podem desejar o poder, outros a distinção, outros o lazer [...] O dinheiro parece ser o único objeto pelo qual o desejo é universal; e é assim porque o dinheiro é uma riqueza abstrata [...]
>
> Como existe diversidade igual na quantidade e no tipo de sacrifício que diferentes indivíduos, ou mesmo o mesmo indivíduo, encontrarão na busca da riqueza.[29]

Duas décadas depois, ao retornar à cátedra Drummond em Oxford, Nassau Senior, em suas aulas introdutórias em 1847, voltou ao problema da metodologia da economia (publicado em 1852 em suas *Quatro Lições Introdutórias sobre Economia Política)* Ele agora definia a ciência econômica enquanto expondo "as leis que regulam a produção e distribuição de riqueza, na medida em que dependem da ação da mente humana" — a última cláusula enfatizando que a economia era uma ciência "mental" e não "física". De fato, Senior viu claramente que o método científico adequado era dualista, as ciências físicas tratando das propriedades da matéria, enquanto as mentais estudam "as sensações, faculdades e hábitos da mente humana, e consideram na matéria apenas as qualidades que as produzem". '. Os métodos das duas ciências devem necessariamente diferir, pois as ciências físicas "sendo apenas secundariamente conhecedoras da mente, extraem suas premissas quase exclusivamente da observação ou hipótese". A observação pode guiar ciências estritamente empíricas como a tecnologia, mas ciências como a física, "aquelas que tratam apenas de magnitude e número [...] as extraem totalmente de hipóteses. As ciências físicas devem basear-se em hipóteses provisórias, precisamente porque são 'apenas secundariamente relacionadas com a mente'". Por outro lado, "as ciências mentais e as artes mentais extraem suas premissas principalmente da consciência. Os assuntos com os

---

29 Publicado em *Outline of the Science of Political Economy de Senior* (1836), citado em Marian Bowley, *Nassau Senior and Classical Economics* (1937, Nova York: AM Kelley, 1949), pp. 47-8.

quais eles estão principalmente familiarizados são o funcionamento da mente humana. E a única mente cujo funcionamento um homem realmente conhece é a sua própria". E é claro que a economia era uma das ciências mentais.

Dessa forma, Nassau Senior, com brilhante clareza, desenvolveu o essencial do que Ludwig von Mises, um século depois, chamaria de "praxiologia". Como no caso de outras ciências mentais, a economia não pode, como as ciências físicas, conduzir experimentos. É verdade, observou Senior, que a economia lida com assuntos materiais como produção, produtividade e retornos decrescentes, mas o "economista político se detém neles apenas com referência aos fenômenos mentais que servem para explicar", como entre os motivos ou fontes ou capital, aluguel, lucro, etc. Em resumo, escreve Senior,

> Todos os termos técnicos da Economia Política, representam, portanto, tanto ideias puramente mentais, tais como demanda, utilidade, valor, e abstinência,, quanto objetos que, embora alguns deles possam ser materiais, são considerados pelo Economista Político apenas na medida em que são as causas de certas afetações da mente humana, como *riqueza*, *capital*, *aluguel*, *salários* e *lucros*.

É importante considerar a outrora famosa batalha entre Nassau Senior e John Stuart Mill sobre o método econômico, pois Mill logo se tornaria o imerecidamente imponente economista do meio século seguinte. Mill concordou que a economia, enquanto uma ciência mental, não pode conduzir experimentos; mas não concluiu, com Senior, que suas premissas ou axiomas deveriam ser completos, gerais e apodíticos. Em vez disso, ele afirmou que os fundamentos e premissas da economia só podem ser "hipotéticos", ou seja, eles devem fazer suposições que abstraem e, portanto, distorcem a realidade. Os axiomas da economia são apenas parcialmente ou hipoteticamente verdadeiros. Em suma, para Mill, uma vez que a economia se concentra no desejo do homem por riqueza, ela deve assumir, mesmo que admitidamente falsamente, que o desejo único do homem é por riqueza. Assim, como Mill afirmou em seus *Essays on Some Unsettled Questions in Political Economy* em 1844:

> A Economia Política [...] não trata de toda a natureza do homem enquanto modificada pelo estado social, nem de toda a conduta do homem na sociedade. Ela está preocupada apenas como um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter esse fim. Ela prevê apenas os fenômenos do estado social que ocorrem em consequência da busca de riqueza. Faz uma abstração completa de qualquer outra paixão ou motivo humano [...] A Economia Política considera a humanidade ocupada unicamente em adquirir e consumir riquezas; e visa mostrar qual é o curso de ação para o qual a humanidade vivendo em um estado de sociedade seria impelida, se esse motivo [...] fosse a regente absoluta de todas as ações deles [...] Não que algum economista político tenha sido tão absurdo a ponto de supor que a humanidade seja realmente assim constituída, mas porque este é o modo pelo qual a ciência deve necessariamente proceder.[30]

Mill admitiu que o pressuposto fundador de sua economia era "uma definição arbitrária do homem". Pois ela raciocinou a partir de "premissas assumidas – de premissas que podem ser totalmente sem fundamento de fato, e que não se pretende que sejam universalmente de acordo com ela [...]".

E assim, John Stuart Mill, neste prenúncio da metodologia da deliberada criação do falacioso "homem econômico" - o homem que só está interessado em buscar a riqueza - elaborou o que poderia ser chamado de metodologia ortodoxa, dominante ou "positivista" em economia. O método positivista, estabelecido com clareza tão falaciosa e fatídica por Mill, após uma luta com métodos praxeológicos alternativos (assim como outros), finalmente triunfou em meados do

---

30 Deve-se notar que, nesta passagem, Mill também fez duas exceções à sua suposta motivação exclusiva do desejo de riqueza: aversão ao trabalho e desejo de consumir no presente. Mas ele acrescentou corretamente, embora esses motivos possam entrar em conflito com a busca da riqueza, eles também "a acompanham sempre como um empecilho ou impedimento, portanto, estão inseparavelmente misturados na consideração dela".

século XX com a infeliz ascensão ao domínio do positivismo de Vilfredo Pareto e Milton Friedman.

Parte da motivação das palestras ponderadas de Senior sobre o método em 1847 foi precisamente engajar-se em uma crítica e demolição do positivismo miliano. Uma vez que Mill, como Smith e Ricardo antes dele, retornaram à sua falaciosa limitação da "riqueza" aos bens materiais, a distorção resultante da teoria do valor e da produção tornou a tarefa de Senior ainda mais importante. O ataque de Senior a Mill, assim como a Ricardo, foi formidável e devastador. Ele deixou claras suas diferenças essenciais:

> nem o raciocínio do Sr. Mill, nem o exemplo do Sr. Ricardo me induzem a tratar a Economia Política como uma ciência hipotética. Não acho necessário e, se for desnecessário, não acho desejável.
>
> Parece-me que, se substituirmos a hipótese do Sr. Mill, de que a riqueza e o prazer dispendioso são o único objeto do desejo humano, a afirmação de que são objetos de desejo universais e constantes, de que são desejados por todos os homens e em todos os momentos, teremos estabelecido uma base igualmente firme para nosso raciocínio subsequente, *e colocaremos uma verdade no lugar de uma suposição arbitrária*. (itálicos adicionados).

Sênior prossegue admitindo que, de fato, não seremos agora capazes de inferir, do fato de que um trabalhador pode agir de modo a obter salários mais altos, ou lucros mais altos para um capitalista, que "eles certamente agirão dessa maneira". Mas, pelo menos, "seremos capazes de inferir que eles o farão na ausência de causas perturbadoras". E se formos capazes, como freqüentemente será o caso, de declarar os casos em que se espera que essas causas existam, e a força com que elas provavelmente operam, teremos removido todas as objeções ao positivo em oposição ao positivo. o tratamento hipotético da ciência".[31]

---

31 O uso do termo "positivo" por Sênior, diríamos agora, é "praxiológico", seu "hipotético", diríamos agora amplamente "positivista".

Um perigo do método hipotético, Senior sabia e profeticamente aponta, é o perigo perpétuo de esquecer que as premissas não são completas e são apenas suposições parciais e até falsas. Outra falha ainda mais profunda é que, como as suposições são falsas desde o início, não há como trazer experiência ou observação para corrigir ou mesmo verificar as conclusões da análise abstrata. Dessa forma, os positivistas, que sempre alardeiam seu método como sendo o único verdadeiramente científico e "empírico", acabam se apoiando em falsas premissas desenfreadas e incorrigíveis. Por outro lado, e ironicamente, o método praxiológico, há muito acusado de misticismo a priori, é o único que baseia a teoria em premissas amplamente conhecidas e profundamente empíricas – aliás, universalmente verdadeiras"

Sendo universalmente verdadeiro, o método praxiológico fornece leis completas e não parciais e, portanto, geralmente falsas. Como Marian Bowley astutamente vê a diferença:

> Assim, na questão da definição do desejo de riqueza: se for afirmado na forma de Mill que todos sempre preferem a riqueza a qualquer outra coisa [o "homem econômico"], com a advertência adicional de que é apenas uma hipótese, a relação constante entre o desejo de riqueza e todos os outros motivos conflitantes não é definido completamente pela lei geral. Permanece necessário introduzir uma premissa adicional em cada indivíduo, estabelecendo a relação geral de outros motivos com o desejo de riqueza, bem como avaliar as variáveis reais. Agora, a explicação de Senior sobre o desejo de riqueza inclui informações sobre as interconexões entre as variáveis.

Ou, como Miss Bowley explica mais adiante:

> A substituição de vantagens líquidas por ganhos feita por Senior equivale a definir em termos gerais a relação entre todas as variáveis que influenciam a distribuição de recursos entre

> ocupações, em vez de deixar essa relação ser considerada de novo em cada uso.[32]

Assim, um positivista, assumindo que os empresários estão sempre e apenas interessados em maximizar os lucros monetários, pode ignorar e ignorar casos de empresários que colocam outros motivos (como dar um cargo executivo a um parente) acima dos lucros. Ou, pior ainda, se, reconhecendo tais casos, ele ficaria tentado a descartar esses casos com desprezo como "comportamento irracional". Da mesma forma, Charles Dickens, que repetidamente zombou e atacou a economia clássica em suas novidades, teve um filho utilitarista que se recusou a ajudar sua mãe empobrecida, alegando que a ciência da economia política lhe dizia que para ser racional um homem deve sempre comprar no mercado mais barato. e vender no mais caro. E visto que a economia clássica de Smith-Ricardo-Mill enfatizava apenas o custo de produção e, portanto, estava totalmente impedida até mesmo de falar sobre o consumidor, estava especialmente aberta a esse equívoco dickensiano.

---

32 Bowley, *op. cit.*, nota 29, pp. 63, 62n.

capítulo 5 O Pensamento Monetário e Bancário I: A Inicial Controvérsia Bulionista

5.1 A Restrição e a Emergência da Controvérsia Bulionista

O Banco da Inglaterra tem sido o bastião do sistema bancário inglês (e, ao servir como o banco dos banqueiros, dos escoceses), desde a sua fundação em 1694. O banco foi o recipiente de uma enorme quantidade de privilégio e monopólio do governo britânico. Não apenas ele foi o receptor de todos os fundos públicos, mas nenhum outro banco corporativo era permitido a existir, e nenhuma parceria de mais de seis parceiros era permitida a emitir notas bancárias. Como resultado, por volta do final do século XVIII, o Banco da Inglaterra estava servindo como um mecanismo inflacionário de depósitos, especialmente de moeda fiduciária, para além da inundação de pequenos bancos de parceria (“bancos rurais”) que estavam habilitados a piramidar suas próprias notas, usando notas do banco da Inglaterra como suas reservas. Como se isso não fosse privilégio suficiente, quando o banco entrou em problemas de superinflações, foi permitido suspender pagamento em espécie, isto é, recusar-se a reconhecer a sua obrigação de resgatar as suas notas e depósitos em espécie. Esse privilégio foi garantido ao banco várias vezes durante o século depois de ela ter aberto suas portas. Entretanto, cada vez que havia suspensão, ou "restrição" de pagamento em espécie, durava apenas poucos anos.

Na década de 1790, entretanto, uma nova e assustadora época começou na história do sistema monetário Britânico. Em fevereiro de 1793, uma geração de guerra violenta irrompeu entre a França Revolucionária e as cabeças coroadas da Europa, liderada pela Grã-Bretanha. Enquanto não exatamente contínuo, a guerra durou, com curtas interrupções, até Napoleão ser finalmente vencido em 1815 e as monarquias da Europa reimporem a dinastia Bourbon sobre a nação francesa. Esse massivo empenho de guerra significou uma rápida escala de inflação monetária, gasto governamental, e débito público pelo governo britânico.

Durante o processo inflacionário da década de 1780, o processo inflacionário de expansão de crédito bancário conseguiu dobrar o

número de bancos rurais na Inglaterra, totalizando quase 400 na irrupção da guerra. O choque da guerra levou a uma massiva crise financeira, incluindo corridas aos bancos rurais, bem como numerosas bancarrotas entre bancos e casas financeiras. Um terço dos bancos rurais suspenderam o pagamento em espécie durante 1793.

Por poucos anos, o banco se salvou ao buscar uma política cautelosa e conservadora. Mas logo as finanças inflacionárias de guerra, a drenagem do ouro para o exterior em resposta a um maior poder de compra noutros lugares, os alarmes da guerra e a aumentada demanda por dinheiro nos bancos, todas combinadas para precipitar uma corrida massiva aos bancos, incluindo ao Banco da Inglaterra, em fevereiro de 1797. Os bancos rurais suspenderam pagamentos em espécie e o governo trouxe a questão ao seu estopim ao "forçar" o banco a suspender pagamentos em espécie, uma "Restrição" da qual o Banco da Inglaterra, é claro, deleitava-se em aceitar. Pois o banco poderia agora continuar operações, poderia expandir crédito, inflar sua oferta de notas e de depósitos, e insistir que *seus* devedores precisam repagar seus empréstimos, enquanto ele evitaria incomodar o resgate de suas próprias obrigações em espécie. Com efeito, notas bancárias eram não oficialmente o curso legal, em verdade, praticamente o único curso legal, e elas foram feitas o curso legal oficial em 1812 até a retomada de pagamentos em espécie em 1821.

No começo, a visão geral sustentou a restrição como sendo estritamente temporária, e que na verdade o decreto, a qualquer dado tempo, era apenas suposto a durar por poucos anos. Mas a restrição foi estendida repetidamente, e foi eventualmente continuada por 24 anos, de 1797 até 1821. Até o fim do século XVIII, era impensável que a Grã-Bretanha poderia estar sob um padrão fiduciário irresgatável por toda uma geração.

À parte de poucos anos durante o período continental do papel da Revolução Americana, as bolhas do Mar do Sul e do Mississippi do início do século XVIII, os *assignats* hiperinflacionados durante a Revolução Francesa, ou algumas poucas breves suspensões de pagamento em espécie, o mundo tem sempre estado sob alguma forma de padrão ouro ou prata. Todos esses episódios tem sido misericordiosamente breves senão catastróficos. Mas agora, depois de

um tempo, começou o amanhecer sobre o povo britânico que a era do papel fiduciário inflacionário iria continuar indefinidamente.

A Grã-Bretanha suspendeu os pagamentos em espécie indefinidamente de modo a permitir o Banco da Inglaterra, e o sistema bancário como um todo, para manter e expandir grandemente o prévio sistema inflacionado de serviços bancários de reserva fracionária. De acordo, o banco era apto a inflar grandemente o crédito e a oferta monetária de notas e de depósitos. As estatísticas para o período são esparsas, mas é claro que de 1797 até o fim das Guerras Napoleônicas a oferta monetária aproximadamente dobrou. Essa inflação monetária tinha muitas consequências previsíveis - e geralmente indesejadas. Os preços domésticos dispararam, o preço da prata e especialmente da barra de ouro arqueou para cima em relação ao par oficial com a libra, e a libra desvalorizou no mercado de câmbio internacional.[1] A inflação monetária, como sempre, prosseguiu em ajustes e, em vez de começar tranquilamente, começou antes, e assim as várias consequências nos preços domésticos, bulião e em câmbio internacional foram elas mesmas dificilmente uniformes ou proporcionais. Mas, com os três últimos efeitos cada eventualmente aumentando à um pico de aproximadamente 40 ou 50 por cento sobre seus níveis de pré-restrições, a bruta tendência geral era inconfundível.

Antes de 1800, décadas de papel-moeda inconversíveis na Inglaterra foram consideradas impensáveis, e assim teóricos monetários prévios mal contemplaram ou analisaram tal economia. Mas agora, escritores foram forçados a chegar em um acordo com o papel fiduciário, e a propor políticas para lidar com uma nova era indesejada.

---

1 Durante os séculos XVII e XVIII, a Inglaterra esteve sob um padrão bimetálico, mas a taxa oficial consistentemente supervalorizou a prata em relação ao preço de mercado mundial. Como um resultado, a Grã-Bretanha esteve por muito tempo de facto sob o padrão ouro. A discussão durante o período da restrição foi complicada pelo fato de que, durante estes dois séculos, era ilegal para os britânicos exportar ouro britânico ou moedas de prata, ou o bulião derretido de tal moeda. Era legal exportar moeda metálica estrangeira ou bulião, mas mais importante é olfato de que o contrabando habitualmente anulou a proibição de exportação.

As controvérsias políticas durante o período de restrição centradas em explicar a inflação de preços, a depreciação e a avaliação da função do Banco da Inglaterra. Os "bulionistas" apontaram que a causa da inflação e preços, o aumento no preço do bulião sobre o par, e a depreciação da libra foi a primeira expansão de moeda fiduciária. Eles posteriormente sustentaram que a função central nessa inflação foi desempenhada pelo Banco da Inglaterra, liberto de sua necessidade de resgatar em espécie. Seus oponentes, os "anti-bulionistas", tentaram absurdamente absolver o governo e seu banco privilegiado de toda culpa, e atribuir todas as consequências indesejadas a problemas específicos nos mercados particulares envolvidos. A desvalorização no câmbio internacional foi carregada ao escoamento de bulião causado por importações excessivas ou por gastos de guerra britânicos no exterior (presumivelmente não relacionados à quantia em aumento de libras de papel ou ao poder de compra decrescente da libra). O aumento no preço do bulião foi supostamente causado por um aumento de demanda "real" por ouro e por prata (novamente não relacionados à libra e papel desvalorizados). Os aumentos nos preços domésticos receberam menos atenção dos dois lados do debate, mas eles foram atribuídos pelos antibulionistas às perturbações de tempos de guerra e de escassez na oferta. Qualquer causa *ad hoc* poderia ser levantada contanto que a grande causa integrante, a expansão de crédito bancário e de papel moeda, fosse cautelosamente ignorada e deixada de fora. Em suma, os antibulionistas retrocederam à preocupação mercantilista sobre causas *ad hoc* e as balanças de negociações no mercado. A árdua análise prévia da moeda e dos preços gerais se esvaiu.

5.2 A controvérsia bulionista começa

O anúncio da restrição trouxe uma enxurrada de atividades, prós e contras, consistindo não de extensivas análises teoréticas, mas de afirmações gerais de aprovação ou de alertas de coisas a se chegar. O primeiro-ministro, William Pitt, o Jovem (1759-1806), e seus seguidores odiosamente sustentaram que não havia causa para o alerta, visto que, diferente dos *assignats* dos maus Revolucionários Franceses, o Banco da Inglaterra estava emitindo papel "privado" em vez de papel governamental. Visto que a relutância do governo para fazer as notas bancárias o curso legal até perto do fim da guerra, embora as suas

políticas as fizeram o curso legal *de facto*. O líder da oposição, Charles James Fox (1749-1800), denunciou a restrição e clamou pela retomada de pagamentos em espécie, e também apontou que a guerra contra a França possuía a responsabilidade última pela imersão no papel fiduciário. E o distinto dramaturgo e membro do Parlamento Whig, Richard Sheridan (1751-1816), alertou que "estávamos condenados a todos os horrores da circulação de papel".

O historiador econômico, o inflacionista Norman Silberling, sumarizou a posição Fox-Sheridan de forma antipática como se segue:

> Fox e Sheridan tomavam a si mesmos como os líderes da persistente diatribe contra a Suspensão Bancária, não sob os fundamentos de princípios financeiros, mas porque a Suspensão permitia essa instituição a suportar as atividades do que eles resguardavam como militaristas, reacionárias e, não obstante, de administração falida [...] Eles concentraram suas eloquentes invectivas contra essa aliança entre Banco e Estado a qual era produtiva de "roubo e fraude"; e eles clamaram para que o Banco seja divorciado imediatamente de suas responsabilidades públicas e de sua participação na Guerra. Deixe o Ministro repagar as dívidas do Banco (se ele pudesse!) e deixe o banco voltar com o pagamento honesto de suas Notas.[2]

Para os primeiros poucos anos, entretanto, tudo pareceu bem. O perigo inicial do banco e a mínima expansão de demandas governamentais sobre o seu crédito combinaram com o inevitável atraso de tempo entre a emissão da nova moeda e o aumento em preços para enganar os britânicos à um falso sentimento de segurança. O preço da comida aumentou substancialmente em 1799, mas foi fácil para os antibulionistas e para outros apologistas da administração descartarem

---

2 Norman J. Silberling, "Financial and Monetary Policy of Great Britain during the Napoleonic Wars", *Quarterly Journal of Economics 38* (1924), p. 420; citado em Joseph Salerno, "The Doctrinal Antecedents of the Monetary Approach to the Balance of Payments" (dissertação de doutorado, Rutgers University, 1980), pp. 283-4.

esse aumento em uma enxurrada de panfletos enquanto havia falha nos produtos de safra e perturbações do tempo de guerra na importação de grãos. Até mesmo o Rev. Thomas Robert Malthus, depois de emergir como pelo menos um bulionista parcial, levantou, timidamente, a questão monetária, e então desconsiderou o aumento de papel moeda como "na verdade [...] o efeito, e não a causa do alto preço de provisões".[3]

Na primavera de 1800, entretanto, os gastos de guerra e a dívida do banco financiando o governo aceleraram, levando a uma desvalorização da libra em 9 por cento no principal mercado de câmbio internacional de Hamburgo, e a barra de ouro aumentou 9 por cento a mais do seu valor de par oficial. Em adição, os preços domésticos aumentaram mais do que antes. A desvalorização da libra tinha evidentemente começado.

A primeira fase da controvérsia bulionista (1800-4) começou quando um dos melhores bulionistas publicou seu notável panfleto sobre a causa da desvalorização. Certamente, havia pouco na carreira prévia de Walter Boyd (c.1754-1837), um rico aventureiro e buscador de privilégios estatais, para preparar um panfleto de ávidos insights sobre as calamitosas consequências do irresgatável papel-moeda. Boyd foi um rico banqueiro inglês em Paris, o parceiro chefe de Boyd, Ker and Co., que tiveram de fugir por suas vidas em 1793 da tirania da Revolução Francesa, a qual também confiscou a sua propriedade. De volta a Londres, Boyd estabeleceu a firma bancária de Boyd, Benfield and Co., da qual ele era o principal parceiro. Por muitos anos um amigo próximo do Primeiro-Ministro William Pitt, Boyd se aproveitou bastante do *Establishment* britânico, tornando-se um membro do Parlamento em 1796 do pequeno distrito do seu parceiro Paul Benfield. Em 1794, a firma flutuou um importante empréstimo ao imperador austríaco. Ademais, Boyd e Benfield receberam o enorme contrato de £30 milhões em dívida pública depois do início da guerra com a França.

As coisas começaram a azedar para Boyd em 1796, entretanto, quando o Banco da Inglaterra, cujos empréstimos estavam mantendo

---

3 Em seu panfleto, *Uma Investigação da Causa da Presente Alta de Preços das Provisões* (1800).

Boyd, Benfield and Co., flutuando, falharam em renovar seus descontos. Boyd tentou desesperadamente fazer com que o Parlamento estabelecesse uma nova mesa para a emissão de uma massiva quantidade de notas, e o esquema recebeu considerável apoio, mas isso foi terminado pela oposição de William Pitt.

A única coisa deixada para Boyd foi tentar obter mais empréstimos do Banco da Inglaterra, e no Parlamento, durante 1796 e em 1797, ele denunciou o banco por uma política de crédito muito rígida, presumivelmente não mencionando ele mesmo como um dos proeminentes sofredores de seu alegado dinheiro justo. Em face à "ruina", Boyd conseguiu obter ajuda financeira de amigos no Escritório da Marinha, e ele finalmente conseguiu que o banco emprestasse a Boyd, Benfield & Co., £80 000 em 1798. Mas Samuel Thornton (1755-1838), deputado governador do Banco da Inglaterra, e membro do Parlamento, alertou Pitt de que a Boyd, Benfield & Co. estava apenas sendo mantida viva pela generosidade do banco, e, como resultado, Pitt se recusou a deixar a Casa do Boyd fazer o contrato pelo empréstimo público de 1799. Finalmente, Boyd, Benfield & Co. foram à falência em março de 1800, e o resultado foi uma ruina financeira total, tanta que Walter Boyd estava relutante em mostrar as caras no Parlamento.

Como é de se esperar, Boyd pôs a culpa da sua falha não na sua inescrupulosa mamação das torneiras públicas, mas sobre as tacanhas mesquinhas do Banco da Inglaterra. Em novembro de 1800, Boyd escreveu *A Letter To The Rt. Hon. William* (*Uma Carta ao Rt. Hon. William Pitt)* publicada em 1801, a qual ganhou fama rapidamente e fez com que Boyd publicasse uma segunda edição mais tarde naquele ano. Com a *carta* de Boyd, a controvérsia bulionista nasceu, Boyd agora denunciando o Banco da Inglaterra não por crédito excessivamente rígido, mas pelo contrário, por gerar a inflação e a desvalorização monetária.

Sua nova fama deu a Boyd poucos bens pessoais, e ele prontamente foi para a França para manobras financeiras. Lá ele foi preso no ano seguinte, e encarcerado pelos franceses até o fim das Guerras Napoleônicas. Ele então retornou à Inglaterra, escreveu outros

panfletos financeiros, e novamente se tornou um Membro do Parlamento.

5.3 *A Carta de Boyd para Pitt*

Walter Boyd não quis que seu panfleto, o *Letter to Pitt* (*Carta para Pitt),* fosse um tratado sobre teoria monetária. Ela era, como um historiador apontou, um "tratado para os tempos", escrito em um "temperamento irritado", e o tratado assumiu um conjunto de princípios monetários geralmente aceitos por parte dos seus leitores. Ademais, visto que Adam Smith e os outros economistas do início do século XVIII não poderiam ter dirigido suas análises a um papel moeda, Boyd se sentiu chamado sobre a extensão da análise convencionado a esse novo sistema indesejado que subitamente chegou à Grã-Bretanha. Enquanto fazia isso, Boyd não apenas lançou a "controvérsia bulionista", mas também desenvolveu uma excelente exposição do que chegou a ser conhecido como a posição "bulionista" na grande controvérsia.

Boyd apontou aos três novas e indesejadas condições: o acréscimo da barra de ouro sobre a libra e papel, a desvalorização da libra no mercado de câmbio internacional, e o "aumento no preço de quase todos os artigos de necessidade, de conveniência, de luxo, e de fato de quase toda espécie de valor trocável, o qual tem gradualmente acontecendo durante os últimos dois anos, e o qual tem recentemente chegado a uma altura tão grande". Ele argumentou que a causa de todos os três problemáticos fenômenos foram as mesmas: uma desvalorização do valor da libra, trazida à tona pela "emissão de notas bancárias, incontrolável pela obrigação de pagá-las, em espécie, sob demanda". Um aumento na oferta de dinheiro diminui seu valor, seja na forma de um acréscimo sobre a barra de ouro ou de um aumento nos preços dos bens. E "as mesmas circunstâncias as quais aumentam o valor do Ouro no mercado doméstico necessariamente tendem a desvalorizar nossa moeda quando comparada com moeda de outros países". Boyd sumarizou a posição bulionista claramente no prefácio à segunda edição (1801) de sua *Carta*. "O acréscimo do bulião, a baixa taxa de troca e os altos preços de mercadorias em geral são [...] sintomas e efeitos da superabundância de papel".

Se a oferta monetária é crucial para o movimento dos preços, o bulião e as taxas de câmbio, ela se torna vital para clarificar o que precisamente essa oferta pode ser. Antes de Adam Smith, os escritores monetários britânicos, tais como Hume e Harris, fizeram um lamaçal nas águas ao incluir no conceito de dinheiro praticamente todos os ativos líquidos, tais como letras de câmbio e títulos do governo. No *Wealth of Nations (A Riqueza das Nações)*, entretanto, Smith ajudou bastante ao fazer uma distinção clara entre dinheiro, o meio geral de troca, e os meios finais de pagamento, e outros instrumentos líquidos que são trocados *contra* o dinheiro. Seguindo Smith, Walter Boyd faz a distinção entre dinheiro, ou "dinheiro pronto", e outros ativos claros:

> Pelas palavras "Meios de Circulação", "Meio Circulante", e "Moeda", as quais são usadas sempre como termos sinônimos nessa carta, eu entendo sempre *dinheiro pronto*, seja consistindo de Notas Bancárias ou de espécie, em uma contra distinção as Letras de Câmbio, Letras Navais, Letras do Tesouro, ou qualquer outro papel *negociável*, das quais forma nenhuma parte do meio circulante, como eu tenho sempre entendido o termo. A última é o *Circulador* as primeiras são meramente *objetos de circulação.*

Não só isso: Boyd procedeu para além de Smith e para ser o primeiro a claramente identificar depósitos de demanda bancários enquanto totalmente "dinheiro pronto" como notas bancárias. Como ele coloca: "Crédito nos Registros dos Bancos [...] podem praticamente ser Notas Bancárias, embora não *realmente* em circulação [...]". Muito pesar e erro teria sido o pensamento econômico sobressalente embora assim como o desenvolvimento do dinheiro e dos serviços bancários se a escola da moeda — os sucessores dos bulionistas de meados do século XIX — tivesse considerado essa lição, e entendido que depósitos de demanda eram equivalentes a notas bancárias como uma parte da oferta monetária.

Sobre outro ponto crucial, também, Boyd provou ser muito superior a Adam Smith. Como Cantillon e Turgot, Boyd objetou a infortunada doutrina, proposta por Hume e então por Smith, de que um

aumento na quantidade de dinheiro resulta em um aumento equiproporcional no "nível de preço". Considerando a essência do modelo de Hume, de assumir um aumento magicamente grande em proporção à oferta monetária e discutindo as consequências, Boyd ecoa mais Cantillon do que Hume:

> Se [...] esse país tivesse adquirido, por meios sobrenaturais, e jogado a todo canal de circulação, a mesma moeda adicional em ouro e em prata, dentro do mesmo período, o influxo, todo junto e desproporcional ao progresso da indústria do país; dentro desse período, poderia não ter falhado para produzir um aumento muito grande no preço de toda espécie de *propriedade, não tudo com igual rapidez, mas cada um por diferentes graus de celeridade, de acordo com a frequência e raridade de seu contato natural com o dinheiro.* (italicos adicionados).

Internacionalmente, tal influxo mágico de ouro e de prata, de acordo com Boyd e com Smith antes dele, iria ,originalmente, ter rapidamente escoado do país, desse modo limitando o dano inflacionário que o influxo possa fazer. Infelizmente, como em Smith, o mecanismo para esse alegadamente rápido escoamento é altamente obscuro. Em qualquer taxa, Boyd pressionou para ser o primeiro a aplicar a teoria monetária mainstream ao problema das moedas fiduciárias inconversíveis. Ele começa mostrando que, uma vez que notas bancárias não podem ser exportadas, não há mecanismo como há com a espécie para drenar um "excesso" de quantidade monetária para países estrangeiros. Como resultado, em primeiro lugar, o aumento de preço resultante de um influxo de espécie não seria "tão grande como aquele que tem sido ocasionado pela introdução de tanto papel, destituído da qualidade essencial de ser constantemente convertido em espécie".

Mais especificamente, de acordo com Boyd, a depreciação do papel fiduciário em termos de outras moedas seria refletido em um aumento no preço da barra de ouro ou de prata, e uma apreciação de moedas estrangeiras sobre o mercado de câmbio internacional. Essa visão, como aponta o Professor Salerno, providencia o germe para a

teoria da paridade-do-poder-de-compra das taxas de câmbio sob moedas fiduciárias inconversíveis.

> Especificamente, Boyd insiste que um aumento na oferta de papel-moeda inconversível põe em efeito um aumento geral em preços domésticos, ou, o que é a mesma coisa, uma desvalorização no valor de câmbio da moeda em termos de mercadorias, as quais necessariamente diminuem o valor de moeda doméstica em termos de moedas estrangeiras cujos valores de troca permaneceram sem mudar. Essa queda no valor da moeda doméstica desvalorizada e inflada relativa às moedas estrangeiras é manifestada na desvalorização da taxa de câmbio. Contido no argumento de Boyd [...] está a seminal formulação da determinação de paridade-de-poder-de-compra da taxa-de-câmbio a qual, é claro, é a conclusão lógica da aplicação da abordagem monetária às condições de papel-moeda inconversível.[4]

Em adição, Walter Boyd afinou o tom para os bulionistas o seguindo ao colocar toda a culpa para a inflação monetária no Banco da Inglaterra em vez de nos bancos rurais. Pois, os bancos rurais não poderiam ter expandido as suas notas em circulação, Boyd apontou, a não ser que sua base de reserva tenha expandido proporcionalmente. E essa base de reserva foi constituída por notas do Banco da Inglaterra. Pois os bancos rurais permanecem sob o mesmo "controle salutar" enquanto o Banco da Inglaterra tinha estado antes sob o advento da restrição. Assim como as notas bancárias tinham de ser resgatadas sob demanda em espécie, da mesma forma as notas bancárias ainda precisam ser resgatadas nas notas do Banco da Inglaterra. A chave par o problema é a escapada da resgatabilidade que o governo permitira ao Banco da Inglaterra. Como Boyd colocou:

> A circulação das notas de bancos rurais precisa necessariamente ser proporcional às somas, em espécie ou em

---

4 Salerno, *op. cit.*, nota 2, p. 294.

> notas do Banco da Inglaterra, requisitadas para a sua quitação, tal como pode ser apresentado para o pagamento: mas o papel do Banco da Inglaterra não tem tal limitação. Ele tornou-se em si mesmo (o que a moeda metálica do país apenas deveria ser) o elemento último para o qual toda a circulação de papel do país se resolve em si mesma. O Banco da Inglaterra é a grande fonte de toda a circulação do país; e, o aumento ou diminuição de seu papel, o aumento ou diminuição daquilo que todo banco rural é infalivelmente regulado [...]

Walter Boyd especificamente o citou e padronizou sobre Adam Smith, e infelizmente também seguiu Smith ao clamar pela expansão de notas bancárias resgatáveis privadas enquanto fornecedora de uma "estrada nos ares" menos custosa e mais eficiente (embora Boyd não quisesse usar essa frase). Mas, sendo um veterano Smithiano em um novo mundo de moeda fiduciária, Boyd enfatizou sua oposição militante às notas bancárias em um contexto de moeda fiduciária. Boyd denunciou o papel moeda inconversível ou "forçado" como "esse remédio rápido, o qual, longe de restaurar vigor, dá apenas saúde temporária e artificial, enquanto secretamente derruba poderes vitais do país que ela recorre". Boyd concluiu que restaurar a moeda da nação "a sua imaculada pureza", seria "Não apenas adequada e prática, mas indispensavelmente necessária, para prevenir as inumerosas calamidades as quais a circulação incontrolada de papel não conversível em espécie precisa infalivelmente produzir".

Boyd era o que poderíamos chamar de um "completo" bulionista, e era, portanto, um bulionista sofisticado. Ele reconheceu totalmente que fatores parcialmente "reais" — tais como gastos governamentais no exterior, uma súbita escassez de comida, ou uma "súbita diminuição da confiança de estrangeiros, em consequência de quaisquer desastres nacionais" — poderia influenciar preços gerais ou o status da libra no mercado do câmbio internacional. Mas ele também percebeu que tais influências podem apenas serem triviais e temporárias. As primordiais causas de tal preço ou de movimentos de câmbio - não apenas em algum tempo no "longo prazo", mas em *todos* os tempos, com exceção de desvios temporários — são mudanças monetárias na oferta e na demanda por dinheiro. Mudanças em fatores "reais" podem apenas ter

um impacto importante sobre taxas de câmbio e em preços gerais ao alterar a composição e o aumento da demanda ou dinheiro no mercado. Mas, visto que as demandas do mercado por dinheiro não são nem homogêneas, nem uniformes e nem sequer mudam equiproporcionalmente, mudanças reais *irão* quase sempre ter um impacto sobre a demanda por dinheiro. Como o Professor Salerno escreve:

> [...] visto que distúrbios são invariavelmente atendidos por "efeitos de distribuição", *i.e.*, ganhos e perdas de renda e de riqueza pelos participantes afetados do mercado, é mais improvável que distúrbios inicialmente não monetários não iriam, em última instância, envolver mudanças relativas nas várias demandas nacionais por dinheiro [...] Sob situações inconversíveis, as mudanças relativas nas demandas pelas várias moedas nacionais, suas quantidades permanecendo as mesmas, seriam refletidas em sua apreciação ou depreciação de longo prazo sobre o mercado de câmbio internacional.[5]

Aqui precisamos enfatizar uma distinção crucial entre os status adequados do "longo prazo" e o "longo prazo" na teoria econômica. Propriamente na teoria dos preços, o curto prazo deveria ter precedência, porque esse era o preço real do mercado, enquanto o longo prazo é a tendência remota e última que nunca ocorre, e poderia apenas ocorrer se todos os dados fossem congelados por muitos anos. Em suma, poderíamos apenas viver no improvável senão impossível mundo do equilíbrio geral de longo prazo - onde todos os lucros e perdas são zero - se todos os valores, tecnologias e recursos fossem congelados por anos. Mas na teoria *monetária*, a ordem de precedência deveria ser diferente. Pois na teoria monetária, o impacto dos fatores parcialmente "reais" no nível de preço, de taxas de câmbio, e sobre a balança de pagamentos são todos efemeramente determinados pelos fatores gerais: a oferta e a demanda por dinheiro. Estas influências monetárias não são

---

5 *Ibid.*, pp. 299-300.

"de longo prazo" no sentido de longínquas e remotas, mas são subjacentes e dominantes cotidianamente no mundo real. A influência monetária correspondente ao longo prazo de equilíbrio geral seria uma condição onde todo o nível de preço e todo o nível de salário real num mundo de padrão ouro seria idêntico, ou estritamente proporcionais aos pesos monetários relativos do ouro. Em um mundo de moeda fiduciária livremente flutuante, isso seria a situação onde todos os níveis de preço seriam estritamente proporcionais às médias monetárias nas taxas de câmbio do mercado internacional. Mas a influência dominante da oferta e da demanda sobre níveis de preço e de taxas de câmbio ocorrem no mundo real a todo momento, e sempre predominam sobre a efemeridade de preço específico "real" e mudanças de gastos. Assim, a análise de mundo real, a qual precisa sempre predominar, engloba a análise de curto prazo e ligeiramente o raciocínio de longo prazo (mas ainda longe do equilíbrio final).

Para colocar de outra maneira: no mundo real, todos os preços são determinados pela interação de oferta e demanda. Para preços individuais, isso significa valorações dos consumidores e demandas por consumidores por um dado estoque: oferta e demanda no mundo real. Esta é uma microanálise de "curto prazo". Para os preços gerais ou para o "nível de preço", a oferta relevante e a demanda é a oferta e a demanda por dinheiro: o resultado de valorações individuais de utilidade do dado estoque de dinheiro a qualquer tempo. E enquanto igualmente real e dominante na "macro-esfera", isso é determinante em um prazo ligeiramente longo do que os fatores "reais" superficiais enfatizados por antibulionsitas em todas as épocas.

5.4 A tempestade sobre Boyd: a resposta antibulionista

A *Carta* de alguém com a fama e estatura de Boyd abalou profundamente o Establishment bancário Britânico.[6] O Establishment

6 Aumentando o impacto da Carta, foi a capacidade de Boyd de apontar que no Prefácio que nos poucos meses desde a escrita do corpo do texto, a depreciação da libra em Hamburgo aumentara de 9 para 14 por cento, e o acréscimo sobre

respondeu com uma enxurrada de panfletos em oposição a Boyd, alguns dos quais eram subsidiados pelo governo. O ponto chave era defender as ações do Banco da Inglaterra e atribuir as indesejáveis consequências da inflação e da desvalorização a uma confusão de fatores "reais" em vez de fatores monetários. A mais eminente crítica a qual Boyd poderia refutar na segunda edição da *Carta*, publicada poucos meses depois da original, foi a de Sir Francis Baring (1740-1810), fundador da famosa casa bancária de Baring Brother and Co.

Baring nasceu de um manufatureiro de tecidos em Exeter. Após se mergulhar no comércio em Londres, Baring fundou sua própria firma mercante e se tornou um multimilionário, e conhecido como o principal mercador na Europa. Em adição à sua proeminência mercantil, Baring foi também um diretor, e então presidente do conselho da Companhia das Índias Orientais, bem como um veterano membro do Parlamento Whig. Curiosamente o suficiente, quando a restrição apareceu pela primeira vez, Baring, no seu primeiro panfleto monetário, enquanto fortemente suportando a suspensão como uma medida necessária de tempos de guerra, estava preocupado sobre a inevitável depreciação que iria acompanhar a superemissão de papel e sugeriu um limite estrito sobre a emissão do banco. Esse panfleto, *Observations on the Establishment of the Bank of England* (*Observações sobre o Estabelecimento do Banco da Inglaterra)* (1797), passou por duas rápidas edições, seguidas por uma suplementar *Further Observations* (*Observações Posteriores)* mais tarde no mesmo ano.

Agora que o banco estava sob ataque substancial, Sir Francis se recuperou, esquecendo as suas prévias qualificações e avisos. Em seus *Observations on the Publication of Walter Boyd (Observações sobre a Publicação de Walter Boyd)* (1801), Baring absurdamente defendeu o

---

o bulião de ouro sobre a libra aumentou para 10,5 por cento. Ele posteriormente notou que, no mesmo intervalo, o banco tinha finalmente sido forçado a mostrar as estatísticas do Parlamento sobre a quantidade de suas notas em circulação, confirmando a forte opinião de Boyd de um alto aumento nas notas do Banco da Inglaterra (de excepcionais £8,6 milhões em fevereiro de 1798 para £15,45 milhões em dezembro de 1800).

banco da acusação de causar aumentos nos preços domésticos ao apontar que a desvalorização da libra sobre o mercado de câmbio internacional era menos que o aumento no preço. Mas Boyd não tinha afirmado aumentos equiproporcionais em todos os preços, como ele apontou em sua refutação. Baring também afirmou, convincentemente o suficiente, que um aumento na oferta monetária poderia *apenas* afetar taxas de câmbio internacional e não preços domésticos.

Outro defensor inveterado do banco e um antibulionista que entrou na controvérsia nesse período foi Henry Boase (1763-1827). Boase se juntou a briga em 1802, e escreveu cinco panfletos antibulionistas desde então até 1811 Ele insistiu que, sob condições de inconversibilidade, taxas de câmbio não tinha nada a ver com a oferta monetária, mas eram apenas determinadas pelo balanço de pagamentos internacionais, os quais, por sua vez, eram supostos a serem definidos somente por fatores reais em vez de monetários. Como Boase colocou dogmaticamente: "a taxa de câmbio é governada pela balança e operações de câmbio, e (grandes convulsões políticas à parte) por nenhum outro princípio seja qual for [...]". No seu tratado de 1802, *Guineas an Unnecessary and Expensive Incumbrance on Commerce (As Guinés, um Fardo Custoso sobre o Comércio)*, Boase, como seu título indica, levou o falacioso argumento da "estrada nos ares" smithiana às suas conclusões lógicas: a restrição foi tão benéfica que ela deveria ser feita permanente, "uma medida permanente de prudência e de política sólida".

Quem era esse Boase, esse homem de ponta a favor da inflação e da moeda fiduciária? Nascido em Cornwall, ele foi viver por anos na Bretanha, e então retornou à Londres, onde ele se tornou um escriturário correspondente em 1788 na firma bancária de Ransom, Morland, e Hammersley. A eclosão da Revolução Francesa no ano seguinte pegou Boase, com suas extensivas conexões francesas, em uma boa posição para obter fundos consideráveis para suportar um número de nobreza e clero francês emigrante na Inglaterra. Boase então ascendeu rapidamente no banco, tornando-se escriturário chefe e então parceiro de gerenciamento em 1799. Ele também era um distinto evangélico, sendo um membro principal da London Missionary Society e fundador da British and Foreign Bible Society. Depois de se aposentar para

Cornwall em 1809, Henry Boase se tornou um parceiro no Penance Union Bank e prefeito de Penzance.

5.5 Henry Thornton: antibulionista em pele de cordeiro

Embora a controvérsia bulionista tenha sido estudada em sua extensão, historiadores do pensamento econômico tem tido grande dificuldade em identificar e em analisar as várias diferentes doutrinas sustentadas no campo bulionista. Geralmente, eles agrupavam os bulionistas em um campo "extremo" ou "rígido", consistindo em John Wheatley e David Ricardo (para aparecer posteriormente), e os outros, incluindo Henry Thornton, classificado como "moderados" mais sofisticados. O problema supostamente se centra em Wheatley e na extrema devoção de Ricardo aos fatores de longo prazo, levando-os a negar qualquer função para os fatores reais na determinação de preços, taxas de câmbio ou balança de pagamentos. Por outro lado, todos os outros bulionistas, sendo "moderados", são supostos a terem acreditado que fatores reais podem frequentemente serem dominantes, e que é tocar e partir quais fatores irão prevalecer em qualquer dada situação.

O Professor Joseph T. Salerno recentemente fez um notável avanço ao providenciar uma estrutura muito mais superior de análise dos vários pensadores. Ele nota que Boyd (como temos visto) e Lord King, um dos principais bulionistas, eram realmente "extremos" em vez de moderados, e que eles podem ser classificados como tais porque eles perceberam que fatores monetários eram sempre predominantes, mesmo que fatores reais pudessem exercer influência temporária. Assim, o campo bulionista "extremo" agora inclui (a) Ricardo e Wheatley, que ignoram todos os fatores temporários e reais, bem como processos de curto prazo e se concentra exclusivamente e mecanisticamente no longo prazo; e (b) Boyd e depois Lord King, que analisam processos de curto prazo e fatores reais, mas percebem que fatores monetários de longo prazo predominam em todos os tempos. E então há (c) os bulionistas "moderados", como Thornton, que são agnósticos sobre se a qualquer dado tempo os fatores reais ou monetários predominam; e (d) antibulionistas que ignoram todas as

causas monetárias subjacentes. É claro que o Professor Salerno adequadamente dá a honra ao grupo (b) de terem a análise correta.[7]

Mas Salerno, parece ser o autor presente, não vai tão adiante assim. Enquanto ele vê totalmente e lucidamente as diferenças cruciais entre grupos (a) e (b), é ainda confuso classificar esses dois como caminhando no mesmo campo. Pois, clarificaria as coisas mais ainda se nos despojássemos totalmente da distinção "extremo" *vs* "moderado". Que o grupo (b) seja chamado de bulionistas "completos" e o grupo (a) como bulionistas "rígidos" ou "mecanísticos". Para o grupo (c), homens como Henry Thornton realmente não merecem o termo "bulionista" no final das contas. Eles são com certeza "moderados", embora "confusos" possa ser um melhor termo. Atolado em sua abordagem *ad hoc* eles poderiam tão bem terminar, em qualquer dada situação, como "antibulionistas" em vez de "bulionistas". E, é claro, Henry Thornton começou sua carreira de teórico monetário como um moderado *anti*bulionista, a qual era sua posição no curso de sua famosa contribuição de 1802. Mais tarde, como a desvalorização e a inflação continuaram, Thornton concluiu que a preponderância das forças pesou para outro caminho, e ele mudou de ideia, ganhando sua imerecida reputação histórica como um bulionista ao assinar o famoso *Bullion Committee Report* de 1811, o qual recomendou a retomada do padrão ouro. Mas Thornton permaneceu um moderado. Focando no posicionamento tardio de Thornton, e confundir isso com sua obra teórica de uma década antes, apenas induziu os historiadores a extravagantemente superestimar Thornton e a colocá-lo sem equívoco no campo bulionista.

Durante o reavivamento de Thornton no século XX, foi dito que historiadores anteriores eram injustos ao atribuir o viés pró-Banco da Inglaterra de Henry Thornton (1760-1815) a seu cargo de diretor do banco. É verdade que ele mesmo não era um membro do conselho do banco; mas sim seu irmão mais velho, Samuel, era um diretor e governador deputado do banco, e seu pai Robert Thornton, bem como

---

7 Veja a esclarecedora discussão historiográfica da controvérsia bulionista por Salerno, *op. cit.*, nota 2, pp. 266-82.

o irmão de Robert, Godfrey, era também um diretor do Banco da Inglaterra.

Henry Thornton era um descendente de uma longa linhagem de proeminentes mercadores. O tataravô John era um mercador em Hull, no que era então Yorkshire, no final do século XVII e início do século XVIII. Os filhos de John se mudaram para Londres para se tornarem importantes mercadores lá, particularmente engajados em negociações com a Rússia e com o Báltico. O pai de Henry, também chamado de John, quem continuou a linha do "mercador da Rússia" em Londres, era um parceiro sênior na firma de Thornton, Cornwall & Co. e era também um membro liderante e apoiador financeiro, começando em por volta de 1750, da primeira geração de anglicanos evangélicos puritanos low-church, sob a influência de John Wesley. John deu enormes somas para a caridade, especialmente para a distribuição de incontáveis Bíblias e de livros de oração para o exterior. Visto que a família Thornton e muitos dos outros líderes do movimento residiam no rico subúrbio londrino de Clapham, eles eventualmente se tornaram conhecidos como a altamente influência "seita de Clapham".

Henry Thornton recebeu apenas uma educação mixuruca; em uma idade infantil, ele começou a trabalhar em casas de contagem de seus parentes e então na de seu pai. Tão logo, em 1784, ele deixou a firma da família para se tornar um parceiro na casa bancária de Down, Thornton, e Free, onde ele permaneceu como um parceiro ativo até sua morte. Thornton era capaz de fazer com que a pequena casa bancária se tornasse uma das maiores na Cidade de Londres. Em 1788, Thornton se juntou com seu pai e com vários outros membros da família como um diretor da *Russia Company*. Enquanto isso, em 1782, ele foi eleito membro do Parlamento, e logo juntou-se com seus irmãos Samuel e Robert. Henry permaneceria no Parlamento, também, pelo resto de sua vida.

Henry Thornton não era apenas um distinto banqueiro, membro do Parlamento e alguém que tinha relações próximas com os diretores do Banco da Inglaterra; ele era também um líder dedicado e patrono da seita de Clapham, e sua casa em Clapham serviria como praticamente um quartel general de organização para o movimento evangélico. Um

dos amigos mais próximos de Henry, William Wilberforce III, pertencia a uma poderosa família amiga de longa data e com casamentos com os Thorntons. Wilberforce tornou-se um membro do Parlamento quase ao mesmo tempo que Thornton, e foi característico da sinceridade, austeridade pessoal e fervor moral deles que eles logo formassem um "partido" independente "dos santos" no Parlamento. Lá, Wilberforce se tornou a principal força na eventualmente bem-sucedida agitação do comércio de escravos nas Índias Ocidentais Britânicas.

Em 1796, Thornton se casou com Marianna Sykes, filha de outro "mercador russo" de Hull, e também uma amiga vitalícia de família. O casal teve nove filhos. A maior parte das energias intelectuais de Thornton foram expandidas sobre a religião evangélica; embora considerado um distinto especialista em serviços bancários e em finanças, ele escreveu apenas sua famosa obra de 1802 sobre crédito de moeda e participou na redação do Bullion Committee Report. O resto de seus volumosos escritos foram devotados a preces de família, comentários da família sobre a Bíblia, e registros de artigos sobre política, literatura e religião para o jornal da seita de Clapham, o qual ele ajudou a encontrar, o *Christian Observer*.

Depois da morte de Thornton em 1815, o seu lugar como parceiro sênior no banco foi tomado por Sir Peter Pole. O banco prosperou grandemente por um período, mas logo ele se tornou subcapitalizado e superexpandido, e, em 1825, ele, junto com bancos rurais menores, foi imerso em crise. Ele logo falhou, apesar de um empréstimo de emergência de £300.000 do Banco da Inglaterra. Ironicamente, por causa das visões monetárias de Thornton, há alguma evidência de que os dois homens mais responsáveis para a falha de gerência eram Sir Peter Pole e Henry Thornton. Em particular, Thornton parece ter liderado o caminho em práticas negligentes para induzir os bancos rurais de Yorkshire a manter os seus depósitos em seu Banco de Londres.

As falhas do Banco não eram estranhas a Thornton. De fato, foi a falha temporária de seu banco na crise de 1793 que virou seus pensamentos aos problemas dos serviços bancários, e o levou a concluir que era necessário que o Banco da Inglaterra desempenhasse um papel expansionista de ajuda em assuntos monetários. Como o teórico bancário Thomas Joplin colocaria em sua *Analysis and History of the*

Currency Question (Análise e História da Questão da Moeda) (1832), sobre as crises financeiras de 1793:

> O Sr. Thornton, sendo um banqueiro — um parceiro, é curioso lembrar, da casa que falhou sobre essa ocasião — tinha sua atenção particularmente chamada a esse assunto: e uma porção muito considerável de sua obra, sobre crédito público, é devotada para mostrar que, em um período de pânico, o Banco devia tender a expandir, em vez de contrair, suas emissões.[8]

Quando a restrição veio no início de 1797, Henry Thornton foi honrado por ser o único banqueiro de Londres que foi requisitado para dar testemunho perante os comitês da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns que investigavam a suspensão do pagamento em espécie. A influência de Thornton foi magnificada pela amizade vitalícia de Wilberforce e do Primeiro Ministro William Pitt, e o cunhado de Pitt foi o primeiro inquilino de uma das casas da propriedade de Thornton. Os resultados de sua ponderação são dificilmente surpreendentes para alguém com a formação e status de Thornton. Tomando uma linha inflacionista e do Establishment, Thornton opinou que em tempo de crise, o papel-moeda não poderia ser limitado ou suprimido, visto que iria constituir um choque ao comércio. Ao contrário, o Banco da Inglaterra precisa suspender o pagamento em espécie para evitar o espectro da contração monetária e da falha econômica geral. De fato, Thornton indubitavelmente agradou os corações do banco ao criticá-lo por não ser expansionista o suficiente!

O testemunho de Thornton o rendeu a honra de ser a principal autoridade em assuntos monetários, e ele foi apontado a diversos comitês parlamentários sobre dinheiro, gastos e câmbio internacional. Thornton, de fato, tornou-se um dos principais defensores parlamentares da restrição e de crédito de papel expandido.

---

8 Citado em FA. von Hayek, "Introduction", em Henry Thornton, U*ma Investigação da Natureza e dos Efeitos do Crédito de Papel da Grã-Bretanha* (1802) (Nova York: RInehart & Co. 1939), p. 36n.

Podemos facilmente imaginar os sentimentos de Henry Thornton em relação à *Carta à Pitt* de Boyd, quando esse tratado atingiu o mundo de opinião inglesa como um raio na virada de 1800-1. Aqui estava esse colega banqueiro bem conectado, mas um frágil aventureiro, esse terrorista a quem seu próprio irmão o levou à ruína ao persuadir o Banco da Inglaterra a cortar seu crédito. E agora, apenas meses depois que esse homem conheceu seu destino merecido, aqui estava Boyd novamente, tentando ganhar sua vingança ao desacreditar o nobre sistema bancário e de crédito da Inglaterra. Thornton estava profundamente abalado em tentar refutar o perigoso Boyd, e foi a serviço desse objetivo que ele publicou o seu An Enquiry into the Nature and Effects of the Paper Credit of Great Britain (*Uma Investigação da Natureza e Efeitos do Crédito em Papel da Grã-Bretanha)* um ano depois do tratado de Boyd, em fevereiro ou em março de 1802.[9]

Mas primeiro Thornton atacou Boyd no Parlamento em dezembro de 1800. Como em seu livro, suas palavras exerceu todo o impacto pela eminência de seu autor combinado com sua aparente sensatez e moderação. Pois, há sempre muitas as pessoas que sustentarão firmemente que, por mais qualificado e tentador o julgamento, quanto mais bem-balanceado e sólido ele precisa, portanto, ser. Docilidade de espírito, especialmente em um homem eminente, é tudo muito frequentemente mal-entendida como sabedoria.

Nessa fase inicial do debate bulionista, a docilidade Thorntoniana tendeu inexoravelmente na direção errada. A desvalorização da libra no câmbio internacional foi causada, ele opinou em seu discurso no Parlamento, não pelo aumento do papel-moeda, mas por uma balança

---

9 O biógrafo de Thornton está certamente certo ao rejeitar a afirmação de von Hayek de que Thornton trabalhara no Crédito de Papel desde 1796. O próprio Thornton, como von Hayek concede, afirma o oposto em sua introdução: "A primeira intenção do escritor das seguintes páginas foi meramente expor alguns erros populares o qual se relacionaram fortemente com a suspensão dos pagamentos em dinheiro vivo do Banco da Inglaterra, e para a influência de nossa moeda de papel sobre o preço das provisões". Von Hayek também admite que o livro "foi intencionado em parte como uma resposta a Boyd". Veja, von Hayek, *op. cit.*, nota 8, p. 42-6; Thornton, *op. cit.*, nota 8, p. 67; *Standish Meacham, Henry Thornton of Clapham, 1780-1815* (Cambridge: Harvard University Press, 1964), p. 186.

de negociações desfavorável, e especificamente pelas pesadas importações de provisões. Típico da visão antibulionista, importações e exportações eram assumidas como tendo, *ad hoc*, vidas por elas mesmas, e não eram determinadas por preços relativos ou pela oferta e demanda por dinheiro. Mas o antibulionismo de Thornton não era nada senão "moderado", isto é, ele concedeu que a possibilidade teórica de que uma oferta monetária aumentada poderia trazer à tona preços mais altos.

> Para a afirmação de que as emissões aumentadas de papel do Banco era a causa da aprazibilidade das provisões, ele [Thornton] não negaria que isso possa ter algum fundamento; mas ele iria contestar que seu efeito estava longe de ser tão grande quanto era alegado [...]

O livro de Henry Thornton sobre *Paper Credit (Crédito de Papel)* era uma considerável expansão de seus discursos parlamentares, e foi o ***Paper Credit*** que tomou seu lugar como não somente a obra principal sob a bandeira do antibulionismo, mas também a mais influente em cada lado do debate. Era a hora certa, visto que a restrição estava com uma necessidade particular de defesa em 1802. Uma paz com a França foi assinada em março, e ainda assim o governo britânico persistiu em estender a restrição por outro ano. Pouco depois daquele ano ter chegado, a guerra com a França irrompeu novamente, mas, enquanto isso, o aparente fim da emergência do tempo de guerra se esvaiu de qualquer razão aparente para a suspensão de pagamentos em espécie. Outros tratados antibulionistas aparecendo em 1802 eram dificilmente rivais para Thornton, indo desde o panfleto anônimo de Jasper Atkinson (*Consideration on the Propriety of the Bank of England...* [*Considerações sobre a Propriedade do Banco da Inglaterra Retomando seus Pagamentos em Espécie...])* negando que a inflação havia ocorrido, até outro tratado anônimo aplicando a teoria errônea de Adam Smith de um limite automático para o excesso do crédito bancário a uma situação que Smith nunca teria aplicado isso: moeda fiduciária (*The Utility of Country Banks Considered* [*A Utilidade dos Bancos Rurais considerada])*.

Thornton desarmou muitas de suas críticas ao conceder a possibilidade *teórica* de que emissões excessivas de papel moeda possam causar aumentos de preço, escoamento de ouro, maiores preços da barra de ouro e a desvalorização da libra, mas mantendo que a situação não se aplicava agora, e que os problemas da época eram devidos a tais reais fatores particulares como a demanda incomum por ouro e pela importação de comida, e bloqueios incomuns às exportações.

Thornton astutamente jogou o dado ao gastar todo o volume do livro sobre os alegados horrores da deflação monetária e da contração do crédito bancário. A deflação iria levar à depressão comercial, desemprego e bancarrotas. Ademais, ele afirmou, a deflação iria nem sequer conseguir um excedente de exportação ou um influxo de ouro, visto que ela iria "Afligir tanto o comércio e desestimular os fabricantes a ponto de prejudicar [...] aquelas fontes de retorno de riqueza nas quais devemos confiar principalmente para a restauração de nosso equilíbrio" Thornton deixou de perceber que, se os tempos estavam tão ruins assim, os ingleses mal ganhariam renda o suficiente para sustentar um excesso pesado de importações. Como em toda agitação moderna contra a deflação, ele também falhou em perceber que a deflação apenas causa perdas e bancarrotas se ela é inesperada, revelando uma excessiva especulação de taxas salariais e de outros custos empresariais. A deflação, em adição a ter o saudável impacto de expurgar investimentos frágeis e bancos frouxos da economia, teria efeito estritamente limitado e temporário; primeiro, porque enquanto a inflação é tecnicamente ilimitada até o valor da moeda estar totalmente destruída, a deflação precisa necessariamente ser limitada à quantidade da expansão bancária sobre a espécie; e segundo, a deflação cessará de ter um efeito desvalorizador tão logo quando os custos excessivos são levados de volta aos níveis pré-inflacionados.

De fato, Thornton reconheceu que a queda no preço e a depressão trazida à tona pela deflação monetária seria "incomum" e "temporário". Mas ele antecipou Keynes ao focar em taxas salariais alegadamente adesivas, pois

> uma queda [de preços] surgida de aflição temporária será atendida provavelmente com nenhuma queda correspondente na

> taxa de salários; pois a queda de preço, e a aflição, irá ser entendida como temporária, e a taxa de salários, sabemos, não é tão variável quanto o preço dos bens. Não há razão, portanto, para temer que o preço não natural e extraordinariamente baixo surgido do tipo de aflição da qual agora falamos iria ocasionar muito desencorajamento da fabricação de manufaturas.

Há dois problemas aqui. Primeiro, enquanto a aflição econômica, devido à previsão falha e excessiva especulação de taxas salariais e de outros custos, irá, de fato, ser temporária, não há razão para que a queda em preços não seja permanente. Preços foram previamente aumentados artificialmente por expansão monetária e de crédito; seu declínio simplesmente reflete a contração de crédito para abaixo dos níveis realistas. O conhecimento de que o declínio é permanente deveria acelerar grandemente o mecanismo de ajuste. Segundo, se os trabalhadores persistem em manter as suas demandas salariais mais do que o mercado, eles têm apenas a eles mesmos para culpar por seus desempregos. Manter qualquer preço, incluindo uma taxa salarial, mais alta do que o equilíbrio do mercado irá sempre levar a um excedente não vendido do bem ou do serviço: no caso do trabalho, tempo de trabalho não vendido, ou desemprego. Se os trabalhadores desejam mudar seu status de desempregado, eles precisam somente diminuir suas demandas salariais para limpar o mercado e permitir que eles mesmos sejam contratados. Eles também deveriam reconhecer que, nessa situação, com preços caindo e taxas salariais constantes, os trabalhadores estão, portanto, insistindo em maiores taxas salariais *reais* do que a que eles desfrutavam antes. Por que os trabalhadores, esperando por maiores taxas salariais reais, deveriam ser capazes de induzir uma política inflacionista no governo central?

Tão preocupado com a deflação estava Thornton que ele na verdade clamou ao Banco da Inglaterra pela neutralização do escoamento do ouro de modo a impedir o mecanismo preço-espécie-fluição de trazer à tona o equilíbrio na balança de pagamentos. Ao invés disso, ele teria o banco para inflar notas bancárias e substituir os escoamentos de ouro, e então esperar que seus reais princípios vagos de "economia" e de "esforço" a longo prazo de gastos e de renda iriam

eventualmente trabalhar para equilibrar importações e exportações. Assim, Thornton escreve que

> [...] pode ser a verdadeira política e dever do banco permitir por um tempo, e até certo ponto, que a continuação desse câmbio desfavorável o qual faz com que o ouro deixe o país, e a ser drenado de seus próprios cofres: e ele precisa, nesse caso, necessariamente aumentar seus empréstimos à mesma extensão para o qual seu ouro é diminuído.

A obra de Thornton foi excessivamente louvada por von Hayek e por outros historiadores como sendo teoricamente excelente, embora infeliz em suas conclusões antibulionistas. Mas sua fraqueza teórica não consiste apenas de seu excessivo horror à deflação e sua ênfase sobre a alegada dominância empírica de fatores reais em sua análise de inflação e depreciação. Pois essa ênfase mesma refletiu uma grave, senão sutil, falha teórica em toda a análise monetária e da balança de pagamentos. Toda a sua análise demorou desproporcionalmente nos fatores reais e de curto prazo, para a quase completa negligência da tendência da economia rumo ao equilíbrio de longo prazo. E mesmo a discussão superficial de Thornton sobre o equilíbrio de longo prazo é divorciada dos processos de curto prazo e também de sua natureza *monetária*. Não é preciso dizer que Thornton, também, negligencia a natureza da oferta e da demanda monetária dos processos que levam a esse equilíbrio. Assim, o professor Salerno, de quem foi-nos dado uma notável crítica de Thornton, escreve:

> Sem a concepção de equilíbrio monetário internacional à sua disposição, ele é forçado a explicar a tendência ao equilíbrio da balança de pagamentos através de uma referência obscura a uma alegada disposição entre as pessoas de “adaptar seus gastos individuais à sua renda”. Esse é um afiado contraste aos bulionistas extremos e seus antepassados do século XVIII que invariavelmente começaram suas análises do fenômeno da balança de pagamentos com uma discussão sobre a natureza e a necessidade do equilíbrio monetário internacional, e, então. explicaram a tendência a um equilíbrio da balança de pagamentos como uma implicação lógica da tendência

> necessária a uma distribuição de equilíbrio do estoque monetário mundial.[10]

De fato, toda a estrutura e organização do livro inclinou Thornton pesadamente rumo a uma abordagem de fatores reais de curto prazo e para longe de qualquer abordagem monetária rumo a analisar a inflação ou a balança de pagamentos.[11]

Para sumarizar: a análise correta do bulionismo completo (tal como apresentado por Boyd e posteriormente por Lord King) enfatiza os fatores monetários levando a um equilíbrio monetário, enquanto mostrando que fatores reais possuem apenas efeitos temporários. A análise de fatores reais é integrada com, e sempre subordinada a, os fatores monetários, e processos monetários de curto e de longo prazo são integrados também. Na posição antibulionista moderada de Thornton (muitas vezes chamada pelo errado nome de "bulionista moderada"), entretanto, ambos os fatores e processos causais reais e monetários são apresentados como separados e independentes entre si, com fatores reais apresentados como empiricamente mais importantes. Fatores de curto prazo são similarmente enfatizados, para a negligência das forças de longo prazo.

Henry Thornton tem sido extravagantemente louvado por Schumpeter e por outros historiadores por adicionar velocidade de circulação à quantidade de dinheiro como um determinante dos preços gerais. Mas, em primeiro lugar, temos visto que, desde os escolásticos, a demanda por dinheiro — o inverso da "velocidade" — sempre tem sido integrada com a oferta monetária na análise da determinação de preços gerais. É verdade que Thornton analisou as diferentes influências sobre, e diferentes variabilidades de, a velocidade em consideráveis e pioneiros detalhes: e.g., a frequência de pagamentos, desenvolvimento de sistemas de compensação, confiança na moeda, e variações do mesmo estoque monetário conforme o tempo. Mas,

---

10 Salerno, *op. cit.*, nota 2, pp. 364-5.

11 Para uma minuciosa crítica de Thornton, veja Salerno, *op. cit.*, nota 2, pp. 357-400.

infelizmente, Thornton arruinou essa contribuição ao não perceber que a velocidade de circulação é simplesmente o inverso da demanda por dinheiro e ao tratar a velocidade como sendo de algum modo diferente, e independente, da demanda em ajudar a determinação a relação monetária da oferta, da demanda e do preço.

Thornton tem sido louvado por von Hayek e por outros por incluir depósitos bancários, bem como notas bancárias, na oferta monetária. Verdadeiro o suficiente; mas, como vimos, Walter Boyd o precedeu nesse insight por um ano. Mas não apenas isso: Boyd também demonstrou que letras de câmbio e letras do Tesouro decididamente *não* são parte da oferta monetária, que elas são objetos de circulação em vez de o "circulador". Mas Thornton restaurou o antigo erro de letras de câmbio amontoadas com notas e depósitos enquanto parte da oferta monetária.

Henry Thornton fez algumas importantes contribuições nos últimos dois capítulos do *Paper Credit* particularmente nas muito adiadas seções do papel-moeda enquanto causa da inflação que residiam desconfortavelmente com os capítulos prévios separados e contrários. Muitos dos escritores antibulionistas aplicaram o dito de Adam Smith de que o crédito bancário não pode inflar a moeda se confinado às "letras reais" de curto prazo e auto-liquidatórias. A diferença é que Smith a aplicou apenas a um padrão de espécie, enquanto os antibulionistas estenderam a um sistema de moeda fiduciária. Thornton respondeu que esse critério não irá funcionar, visto que uma quantidade aumentada de notas bancárias irá também indefinidamente inflar o valor monetário das letras reais. De modo que o "limite" antibulionista-smithiano é indefinidamente elástico, um que irá, na prática, apenas providenciar um canal aberto para inflação de crédito bancário. Thornton, ademais, apontou que a atual lei de usura na Grã-Bretanha de 5 por cento agravará o problema. Pois a taxa de juros do livre mercado ou a taxa de lucro irá aumentar mais do que aquela nos tempos de guerra (ou em qualquer situação de boom). Consequentemente, a artificial pressão da taxa de empréstimo bancário para menos do que a taxa de lucro estimulará uma tomada excessiva de empréstimos, níveis artificialmente altos de investimento, e uma contínua inflação monetária e de preços. Assim, pressionar a taxa de juros bancários para menos que a taxa de lucro estimula um aumento

na demanda por empréstimos, e o contínuo aumento na oferta monetária permite que a demanda seja realizada.

No desenvolvimento das consequências inflacionárias de diminuir artificialmente a taxa de juros sobre os empréstimos bancários, Henry Thornton antecipou a posterior teoria austríaca dos ciclos econômicos, desenvolvida por Ludwig von Mises e por F.A. von Hayek e, por sua vez, baseada na análise do economista austro-sueco Knut Wicksell no fim do século XIX. Thornton também deu sinal da análise austríaca de "poupança forçada", apontando que, se emissões excessivas de papel moeda aumentam os preços dos bens mais rapidamente do que as taxas salariais, haverá o mesmo aumento de investimentos de capital, mas que esse aumento acontece às custas das classes trabalhadoras, e irá, portanto, "ser atendido com uma dificuldade e injustiça proporcional". Infelizmente, Thornton não pressionou o ponto da teoria austríaca dos ciclos econômicos: que, uma vez que o tempo do público - e as preferências pela poupança não são suficientes para sustentar esses investimentos "forçados", uma recessão está fadada a liquidar aqueles investimentos quando a expansão de crédito artificial para e as verdadeiras preferências de poupança-consumo do povo são, desse modo, reveladas.

É muito possível que, apesar da proeminência do autor no mundo dos serviços bancários, o *Paper Credit* pode ter rapidamente afundado na obscuridade. Ele era muito longo (várias centenas de páginas), mal escrito e organizado, não sistemático, confuso, e o que seus maiores admiradores chamaram de "prolixo". Até mesmo von Hayek, o maior entusiasta moderno de Thornton, concede que sua "exposição carece de um sistema e em partes é até mesmo obscura". Até mesmo seu maior discípulo e popularizador, Francis Horner, admitiu que Thornton tinha "pouco juízo na disposição de seus materiais"; que ele "frequentemente [...] estava muito confuso na explicação de argumentos", que seus "raciocínios não são para serem confiados", e são, algumas vezes, "defeituosos", que ele não era treinado na teorização, que seu estilo era pobre, e que "as várias discussões são tão inabilmente organizadas, que elas não esclarecem nada sobre a outra, e nós nunca podemos ter uma

visão completa do plano". Em suma, a "prolixidade" e "a obscuridade" da obra "oprimem o leitor".

E ainda assim, ironicamente, foi o próprio Francis Horner que resgatou o Paper Credit destes graves defeitos, e pôs a obra no mapa. A forma que Horner usou foi uma grande pincelada de sorte para garantir que à obra de Thornton dê o seu impacto máximo. Notamos em um capítulo anterior sobre a influência do movimento Smithiano (Capítulo 17, Volume 1) que Francis Horner era de um brilhante grupo de jovens escoceses que estudaram sob Dugald Stewart na virada do século XIX, e prosseguiram a conquistar o clima intelectual britânico para a doutrina Smithiana. Foi em 1802 que estes jovens pupilos de Stewart fundaram a *Edinburgh Review*, a qual atingiu o mundo intelectual britânico com enorme impacto e rapidamente arqueou ao status de um dos principais jornais. E isso foi precisamente na primeira emissão de outubro de 1802 da *Edinburgh Review que* Francis Horner escreveu seu famoso ensaio-resenha do Paper Credit de Thornton. Nesse *tour de force* de 30 páginas, Horner sistematizou a obra de Thornton, fez tanto sentido dela o quanto era possível e, como Hayek admite, "deu uma exposição do principal argumento do livro em uma forma que era consideravelmente mais sistemática e coerente do que a versão original". Horner rufa os tambores para o *Paper Credit e* alardeou ele como a "mais inquestionavelmente valorosa de todas as publicações as quais o momentoso evento da Restrição do Banco produzira". A grande fama e influência do *Paper Credit* foi inquestionavelmente Thornton mediado por Francis Horner. Foi também importante perceber que Horner, embora presidente do posterior *Bullion Committee* de 1810-11, o qual recomendou a retomada do padrão ouro, concordou com Thornton na sua postura antibulionista de 1802.

Enquanto Horner aclamou a obra de Thornton como decisiva, ele pavimentou a via para a sua (e de Thornton também) posterior mudança de ideia política ao escrever que ele não tinha certeza de quais fatores - o monetário ou o real - foram mais decisivos na inflação e na desvalorização da libra. Ele expressou sua confusão teórica fundamental (junto da de Thornton) ao declarar a si mesmo como um agnóstico sobre a questão causal, o problema foi deixado a ser decidido posteriormente por mais dados empíricos. Em suma, enquanto Thornton no seu *Paper Credit* forjou a nova posição antibulionista

moderada, seu seguidor, Horner, era o que pode ser chamado de um moderado moderado, honestamente no meio do problema.

Podemos também notar que Horner tomou sua posição honestamente com Thornton contra Boyd sobre a questão de definir a oferta monetária. Rejeitando o lúcido "circulador" *vs* "objetos de circulação" de Boyd, Horner perpetuou a confusa e infeliz visão de que não há limite definido entre mercadorias e meios de troca, de modo que tudo é um miasma de graus de conversibilidade.

5.6 Lord King: a culminação do bulionismo

Quando o governo britânico pediu ao Parlamento pela extensão por 1 ano da restrição do banco em abril de 1802, ele teve de justificar a renovação da suspensão outro fundamento além da guerra com a França, visto que o tratado de Amiens fora assinado no mês anterior. O primeiro ministro Henry Addington (1757-1844) argumentou que, visto que a balança de pagamentos permaneceu desfavorável para a Grã-Bretanha, a suspensão dos pagamentos em espécie deveria ser estendida - presumivelmente até a balança comercial ter sido revertida. Quando a renovação veio em fevereiro do próximo ano, Addington novamente argumentou a favor de uma extensão do sistema fiduciário sob os mesmos fundamentos. Ele respondeu incisivamente pelo maior líder da oposição, Charles James Fox, que apontou que "talvez até mesmo isso pode acontecer, que a desfavorável balança do câmbio contra esse país pode estar devendo a própria restrição sobre o banco". Não apenas isso, mas Fox incisivamente viu que o escoamento de ouro era essencialmente uma situação da lei de Gresham, onde a moeda subvalorizada pelo governo flui inexoravelmente fora para a circulação para ser substituída pelo dinheiro supervalorizado (ou dinheiro "ruim"). Ele essencialmente mostrou que esse processo se aplica ao papel completamente tanto quanto ao “ouro ruim”:

> Em 1772 para 1773, quando havia grande quantidade de moeda ruim no país, o curso do câmbio muito estava, então, contra nós [...] Enquanto a nossa moeda continuava ruim, o câmbio estava ficava contra nós; de modo que está agora porque o papel não é muito melhor do que o ouro ruim [...] Não se pode,

> portanto, esperar que no primeiro caso, quando nossa moeda for aperfeiçoada, o curso do câmbio tenha mudado em nosso favor, assim também se o Banco agora retomar seus pagamentos em dinheiro vivo, as mesmas circunstâncias favoráveis podem atender à mudança?

Durante esse debate, uma nova voz entrou na controvérsia bulionista, com Peter Lord King (1776-1833) denunciando a restrição em um discurso na Câmara dos Lordes em 22 de fevereiro. Tomando a liderança das forças bulionistas, Lord King zerou o aumento na quantidade de papel moeda durante a restrição como sendo culpa: "desde o tempo que a restrição fora pela primeira vez imposta, o curso do câmbio começou a ir contra este país em várias proporções para a quantidade de papel em circulação". Em maio, Lord King repetiu estes argumentos ao argumentar contra uma lei para estender a restrição do banco na Irlanda. Mais tarde, em maio de 1803, King elaborou suas visões em um panfleto altamente importante: *Thoughts on the Restriction of Payments in Specie at the Bank of England and Ireland* (*Pensamentos acerca da Restrição de Pagamentos em Espécie no Banco da Inglaterra e da Irlanda),* e então, seguido com uma ampliada segunda edição do panfleto no ano seguinte, sob o título, *Thoughts on the Effects of the Bank Restriction* (*Pensamentos acerca dos Efeitos da Restrição do Banco)*. O *Thoughts* de Lord King fora amplamente lido e amplamente influente, e com esse panfleto King teve seu lugar como o líder do campo bulionista, assim como Thornton, que continuou a apoiar a renovação da restrição, foi estabelecido como o líder dos antibulionistas moderados.

Lord King era um jovem nobre de linhagem distinta. Ele era o bisneto de Peter, o primeiro Lord King, que se tornou Lorde Chanceler do reino. A tradição Whig e liberal clássica da família King era enfatizada pelo fato de que primeiro a mãe de Lord King era a prima de John Locke, e que o primeiro Lord King era um protegido de Locke e um líder Whig e Membro do Parlamento Peter King que foi educado em Eton e no Trinity College, Cambridge, tomando seu lugar como um seguidor de Charles James Fox e um importante Whig na Câmara dos Lordes em 1800. Em adição a sua liderança nas forças pelo dinheiro sólido na Grã-Bretanha, Lord King, embora um grande senhor de terras,

era um militante vitalício, inimigo das Leis do Milho. Uma crítica da Igreja Estabelecida, King foi o principal batalhador pela impopular causa da emancipação dos católicos da Inglaterra, bem como um oponente da opressão dos Católicos na Irlanda. Em 1829, Lord King escreveu o *Life of John Locke (Vida de John Locke)*, revisado e expandido em dois volumes no seguinte ano.

Lord King começou o seu *Thoughts* com um capítulo sobre "Papel Moeda". Infelizmente, King aceitou o falacioso argumento de Smith a favor do papel-moeda enquanto providenciando uma estrada nos ares, mas pelo menos ele rejeitou a ideia de Smith de um "refluxo" de qualquer papel em excesso para o sistema bancário. Ao invés disso, King aplicou a teoria quantitativa (ou, em outras palavras, a teoria da oferta e da demanda) da moeda para o caso do papel conversível. King, em uma afirmação a qual Nassau Senior posteriormente referiu admiravelmente enquanto o "princípio de Lord King", enfatizou que era importante que o papel-moeda não fosse emitido em extensão maior que sua substituição "exata" da quantidade da moeda metálica de ouro em circulação; e que essa equivalência é mantida pela imediata conversibilidade do papel em ouro.

King então passou a refutar, uma por uma, os argumentos pró-restricionistas que as notas do Banco da Inglaterra não eram excessivas e, portanto, não desvalorizadas. A ideia de que o banco não excedeu alguma proporção abstrata do dinheiro para a indústria, ou alguma oferta monetária ótima, foi efetivamente neutralizada, King demonstrando que "não há regra ou padrão pelo qual a devida quantidade de meio circulante em qualquer país possa ser verificada, com exceção da atual demanda do povo". King então mostra incisivamente que a demanda por dinheiro, como a demanda por qualquer produto, é variável e incerta:

> A proporção exigida de moeda, tal como a de todo outro artigo de uso ou de consumo, regula a si mesma totalmente a essa demanda; a qual difere materialmente em diferentes países e estados da sociedade, e até mesmo no mesmo país em diferentes horas [...]

> É manifesto [...] que a proporção de meio circulante exigida em qualquer dado estado de riqueza e de indústria não é fixo, mas sim uma quantidade flutuante incerta; a qual depende, em cada caso, de uma grande variedade de circunstâncias, e a qual é diminuída ou aumentada pelo maior ou menor grau de segurança, ou de empreendimentos e de melhorias comerciais. As causas as quais influenciam a demanda são, evidentemente, complicadas demais para admitir a quantidade como sendo certificadas por computação prévia ou por qualquer processo de teoria [...]

King prossegue para concluir que

> Se o raciocínio acima estiver bem fundamentado, é preciso seguir que não há método de descobrir *a priori* a proporção do meio circulante na qual as ocasiões da comunidade exigem; aqui é uma quantidade a qual não tem nenhuma regra ou padrão atribuível; e que sua quantidade real pode ser certificada apenas pela demanda efetiva.

Depois, King foi o primeiro a ver a importância da crítica devastadora de Thornton à extensão da doutrina dos títulos-reais Smithiana por parte de seus colegas antibulionistas, e ele pôs a crítica de forma ainda mais forte. Pôr suas taxas de desconto abaixo da taxa de juros do livre mercado pode permitir extensão ilimitada do crédito bancário sobre as letras reais. Ademais, o banco não possui meios reais para distinguir entre títulos "reais" e "fictícios", e mercadores podem sempre ser induzidos a pegar emprestado muito além da demanda real do povo através de juros artificialmente baixos por parte dos bancos.

No caso do papel-moeda inconversível, King concluiu, não há maneira para descobrir a demanda real por dinheiro pelo povo, ou de dizer quando o papel-moeda está em excesso ou não. Sem conversibilidade, a circulação de papel é “privada de seu padrão natural, e é incapaz de admitir qualquer outro”. Assim, bancos ou governos confiados com a tarefa de encontrar o nível ótimo de dinheiro e de crédito estão condenados a “cometer erros perpétuos”.

Construindo sobre a obra pioneira e as contribuições de Thornton, Lord King então começou a desenvolver a culminação da teoria bulionista completa do papel moeda inconversível, uma teoria consistindo de um sistemático e forçado desenvolvimento da análise de oferta e de demanda. Ele primeira nota que o papel inconversível é sujeito a duas distintas, mas relacionadas, influências rumo a desvalorização: os anseios por confiança por parte do povo, e um indevido aumento da quantidade de notas". Em todo caso da moeda inconversível, ele nota, ambos os fatores logo voltaram ao trabalho. Como se sabe, King continuou, quando que a desvalorização da moeda inconversível ocorreu? Walter Boyd afirmou que um teste da desvalorização era um aumento do preço do bulião do livre mercado para mais que o preço de cunhagem oficial. King reforçou o insight de Boyd ao apontar que o valor do bulião tende a ser estável no curto prazo, desviar dos dois resulta em uma mudança no valor do papel. King também providencia um rigoroso fundamento para o segundo teste oferecido por Boyd: a desvalorização da libra comparada com outras moedas. Pois uma moeda em espécie-conversível não pode desvalorizar, visto que qualquer excedente pode ser exportado. Mas o papel inconversível não pode ser exportado, e irá "permanecer nesse país, e, se multiplicado além da demanda, precisa ser desvalorizado no grau de seu excesso". Ademais:

> No curso dos acordos comerciais, esse aumento da quantidade é logo descoberto; e os preços são aumentados em proporção. Um efeito similar ocorre em transações com moedas estrangeiras de acordo com o status de suas respectivas moedas.

King continua para desenvolver uma afirmação concisa da teoria da paridade-de-poder-de-compra das taxas de câmbio sob moedas inconversíveis.

Enquanto na passagem acima, King pareceu adotar a teoria mecanicista da quantidade de proporcionalidade, ele posteriormente deixou claro no panfleto que essa proporcionalidade, se ao menos ocorre, ocorre no longo prazo. Pois, King, assim como Boyd, era um completo bulionista, e apresentou de longe a melhor e mais

desenvolvida afirmação da sua posição em todo esse período. King demonstra que o processo de inflação *necessariamente* envolve uma redistribuição de riqueza e de renda. Desenvolvendo alusões à análise do processo de Hume, King escreve que o efeito proporcional de um aumento na quantidade de papel moeda sobre os preços é muito acima do imediato, e que "em algum tempo precisa transcorrer antes de que a nova moeda possa circular pela comunidade e afetar os preços de todas as mercadorias". Mas, enquanto Hume louvou esse intervalo enquanto estimulante atividade empresarial, King corretamente focou nas vantagens coagidas que esse processo dá aos primeiros, enquanto opostos aos últimos, recebedores do novo dinheiro:

> É esse intervalo entre a criação do novo papel e o aumento de preços os quais podem ser uma fonte de vantagem para as pessoas que obtêm empréstimos do banco. O mercador, para quem as notas são imediatamente cunhadas, as emprega na compra de bens a preços com os quais eles podem arcar. Mas pelo próprio efeito destas notas, quando elas são posteriormente circuladas, o preço dos bens é aprimorado e o mercador tem a vantagem desse aumento em adição aos lucros comuns das negociações. Se ele é um mercador de exportações, ele receberá, além do lucro usual, a quantidade de desvalorização a qual teria acontecido na moeda entre o tempo de compra dos bens e de chegada da remessa em retorno.

King também chama a desvalorização das notas do Banco Central da Irlanda como "um imposto de renda que cobra não pelo benefício do Governo, mas pelos proprietários do estoque do Banco Irlandês". E sobre o Banco da Inglaterra, ele notou que uma "indevida vantagem [que] tem sido obtida pelo banco em exato grau ao excesso de suas notas" tem sido muito mais que compensado pelas "perdas e injúrias ao povo, como em todos os casos de moeda desvalorizada". Assim, "Um imposto indireto é, então, imposto sobre a comunidade, não pelo benefício do povo, mas de indivíduos. Ele é cobrado da maneira mais perniciosas; e é de todos os impostos o menos produtivo em proporção às perdas e inconveniências sustentadas".

Em suma, King reconhece que os beneficiários privilegiados da inflação e da depreciação são, em grande parte, os próprios bancos

centrais e os seus acionistas, bem como os mercadores que emprestam desses bancos, e exportadores que se beneficiam da desvalorização do câmbio internacional. Todos esses são comprados à custa do povo. King também perceptivelmente nota que são precisamente esses grupos que têm sido os principais apologistas pela restrição do banco. Ele sugere que estes mercadores de Londres e de Dublin provavelmente nunca leram Hume, nem precisamente traçaram os passos teóricos pelos quais obteram o privilégio da inflação bancária:

> Mas sua experiência tem os levado indubitavelmente às mesmas conclusões; e aí não pode haver dúvida que, visto que o período dos descontos de Restrição foram obtidos do Banco por homens comerciais com menos dificuldades e que estas acomodações juntas com os lucros derivados disso, portanto, deram às suas mentes um forte viés a favor da medida.

Ademais, a mordaz análise de Lord King da acumulação vantajosa para o banco como sendo contra o público pela inflação de suas notas o levou a denunciar *per se* qualquer "privilégio exclusivo" na emissão de notas garantidas ao Banco da Inglaterra. Pois tal privilégio seria "tão injusto e impolítico quanto garantir um monopólio de qualquer outro ramo de habilidade e de indústria para qualquer mercante privado ou companhia".

Ligado a essa rejeição da abordagem mecanicista da proporcionalidade, Lord King concedeu que fatores reais podem ter efeitos subordinados e temporários sobre a desvalorização e sobre as taxas de câmbio. De fato, é precisamente esse entendimento dos efeitos temporários de fatores reais que ajudaram a levar King a rejeitar a ideia de estrita proporcionalidade, e, portanto, qualquer *mensuração* quantitativa precisa do grau de desvalorização ou do excesso de papel moeda. Como King escreveu: "nem irá a referência mais cuidadosa aos dois testes do preço do bulião e o estado do câmbio nos permitir aferir em qual grau preciso uma moeda é desvalorizada; embora o fato geral da desvalorização possa ser provado além da disputa." De fato, ele gentilmente admoestou Boyd por indevidamente enfatizar tal

mensuração de excessos, e, portanto, tendo "dado uma vantagem a seus oponentes ao insistir demais no grau de desvalorização [...]"

Finalmente, é lamentável que King seguiu a confusão de Smith e de Thornton acerca das letras de câmbio e outras evidências da dívida com dinheiro, e rejeitou a distinção clara entre elas feita por Walter Boyd.

A contribuição de Lord King imediatamente o jogou para a linha de frente dos teóricos bulionistas; e quando David Ricardo entrou na briga quase uma década depois, ele louvou o livreto de King enquanto tendo uma grande influência sobre ele. Por alguma razão, entretanto, a contribuição vital de King foi gravemente negligenciada por historiadores mais posteriores, e mesmo nos dias de Nassau Senior, em meados da década de 1840, Senior achou necessário admoestar a posteridade por negligenciar a grande conquista de Lord King. De fato, Senior alardeou a obra e King como "tão completa, e em princípio tão verdadeira, uma exposição da Teoria do Papel Moeda, que depois de mais de quarenta anos de discussão, ainda há pouco para adicionar a ela, ou para corrigi-la". O lembrete de Senior foi posteriormente ecoado por Henry D. Macleod e por Francis A. Walter, e tão tarde quanto 1911, Jacob Holander, em sua famosa ressurreição da teoria monetária entre Smith e Ricardo, brevemente louvou o panfleto de King como um "notável contraste à prolixa obscuridade do ensaio de Thornton, e o quente temperamento da performance de Boyd", e "feito para se tornar, como rapidamente o fez, o epítome do que já fora escrito em sólida crítica e em razoável interpretação do percurso do Banco não menos que a inspiração de esforços futuros na mesma direção".[12] Ainda assim, inadvertidamente, a apreciação da contribuição de King prontamente se deixou cair completamente fora de vista novamente, apenas para ser ressuscitada na dissertação seminal do Professor Salerno.

Talvez o impacto imediato mais importante do *Thoughts* de Lord King estava sobre Francis Horner, pois Horner estava prontamente convertido pelo livreto de sua prévia posição moderada-moderada para

---

12 Jacob Hollander, "The Development of the Theory of Money from Adam Smith to David Ricardo", *Quarterly Journal of Economics, 25* (Maio 1911), p. 456.

sua postura permanente de bulionista moderado. A probabilidade de conversão residia não tanto na análise teórica de King, como sobre sua minuciosa organização das estatísticas do período de restrição, a qual convenceu o agnóstico teórico Horner de que os fatos estavam do lado da causa da inflação de preços e da desvalorização de uma emissão excessiva de papel moeda. Revisando os *Thoughts* de King em julho de 1803 em sua publicação na *Edinburgh Review,* Horner abandonou seu agnosticismo político prévio sobre a restrição do prumo diretamente para conversibilidade. "Desde o início", ele agora escreveu, "não pode haver dúvida de que a impolítica e injustiça da restrição [...]". Mas assim como antes, ele sentiu que os fatos eram muito complicados para decidir se Boyd estava certo sobre o impacto inflacionário da restrição sobre os preços, Horner estava convencido por King que Boyd estava certo. Ele agora concluiu que “através de todas essas mudanças, um efeito uniforme pode ser percebido o qual, com a evidência pelo qual ele é provado, e os raciocínios pelo qual ele é explicado, é muito capaz e perspicazmente descrito por Lord King”.

5.7 A questão da moeda irlandesa

Muitas das restrições de Lord King eram dirigidas contra o Banco Central da Irlanda, bem como ao da Inglaterra, e é claro, durante 1803, enquanto a restrição foi estendida para o futuro com o ressurgimento da guerra com a França, a atenção foi transferida para a rápida desvalorização da moeda da Irlanda.

Quando a Grã-Bretanha impôs a restrição em 1797, ela também suspendeu o pagamento em espécie para o Banco da Irlanda e para o sistema bancário de sua colônia irlandesa. Ele o fez de tal modo que até mesmo o sistema bancário irlandês estava então em forma relativamente sólida e inabalada. O Banco da Irlanda, entretanto, rapidamente tomou vantagem de seus privilégios recém-encontrados para inflar a oferta de dinheiro e de crédito agudamente, quadruplicando sua circulação de notas pelos próximos seis anos. Em 1803, portanto, a libra irlandesa caiu para menos de 10 por cento de sua paridade padrão de 108:100 dentro da libra inglesa. Foi particularmente evidente que o problema aqui fosse a oferta irlandesa de papel-moeda, e nada além

disso, visto que Belfast, na órbita monetária inglesa sem um banco próprio, permanecendo em par com a libra Inglesa, e visto que a libra de Dublin desvalorizou na mesma proporção em Belfast tal como fez em Londres.

Quando a extensão da restrição do banco veio ao Parlamento em fevereiro de 1803, uma extensão defendida por Thornton, um crítico bulionista da situação irlandesa foi lançada por Lord King, que continuo a mesma discussão em maio quando uma extensão da restrição irlandesa surgiu no Parlamento.

Com a atenção voltada para o problema irlandês, a Câmara dos Comuns em março de 1804 estabeleceu o comitê da moeda irlandesa para investigar o assunto (mais precisamente, o "Comitê Seleto sobre o Papel Circulante, a Espécie e a Moeda Corrente na Irlanda"). Os oficiais do Banco da Irlanda, desesperadamente tentando defender seu registro, proclamaram com crescente absurdidade que a desvalorização da libra irlandesa foi devida não à excessivas emissões, mas a uma balança de pagamentos misteriosamente "não-favoráveis" da Irlanda. O comitê, do qual Henry Thornton era um membro principal, emitiu seu registro em junho e deu atenção curta às racionalizações anti-bulionistas. Ele aderiu diretamente ao insight bulionista de que a desvalorização da libra irlandesa era devida à excessiva emissão de papel e expansão de crédito pelo Banco da Irlanda, e que essa emissão excessiva foi possível devido à restrição. O registro do comitê pressagiou o famoso registro do comitê do bulião seis meses depois, e era notável também pelo diálogo prático de Henry Thornton, seguindo Horner, para o campo bulionista moderado. O registro declarou que o "grande e efetivo remédio" para as doenças da moeda inglesa eram uma "abolição do Ato de Restrição a partir do qual todos os males fluíram", mas isso, então, regrediu de uma solução tão radical para optar por uma solução intermediária: para o Banco da Irlanda ao menos fazer de suas notas como resgatáveis na moeda muito menos desvalorizada do Banco da Inglaterra. Isso, de fato, era também a solução intermediária proferida por Lord King. Acima de tudo, o comitê advertiu que o Banco da Irlanda precisa limitar sua emissão de papel em todos os tempos de balanças de negociações não-favoráveis, "e que todos os males de um câmbio alto e flutuante precisa ser imputável a eles se eles falharem em fazer isso".

Juntando-se ao campo bulionista ao redor da questão da moeda irlandesa estavam dois importantes membros do Establishment anglo-irlandês. Um mês antes do apontamento do comitê da moeda irlandesa, Henry Brooke Parnell (1776-1842), o primeiro Barão Conflito, publicou seu panfleto *Observations on the State of Currency in Ireland* (*Observações sobre o Estado da Moeda na Irlanda)*. Parnell, o filho de Sir John, Chanceler do Tesouro Irlandês, foi educado em Eton e no Trinity College, Cambridge. Um influente membro do Parlamento a partir de 1802, a aplicação de Parnell dos princípios bulionistas à questão irlandesa foi amplamente influenciada por Lord King. Parnell trouxe acusações contra o Banco da Inglaterra de inundar o país com seu papel; diminuindo o valor da maior porção da propriedade do país; de estabelecer uma ruinosa taxa de câmbio; e de trazer ao estado todas as calamidades concernentes a uma moeda desvalorizada. Como um remédio intermediário, Parnell também recomendou a proposta de King de fazer do papel irlandês resgatável em notas do Banco da Inglaterra. Tão compatível era o livreto de Parnell com o registro do comitê da moeda irlandesa que a terceira edição do ensaio de Parnell pôs um sumário das evidências do comitê em seu apêndice.

O registro do comitê, e a proposta de King, foram também sustentadas por outro membro do Establishment anglo-irlandês, o jovem procurador irlandês em Londres, John Lslie Foster (d. 1842), em seu panfleto, O Essay on the Principles of Commercial Exchanges (*Ensaio sobre os Princípios do Câmbio Comercial)* (1804). Foster, o Filho de um bispo anglicano, e graduado do Trinity College, Dublin, tornou-se posteriormente um juiz irlandês e um membro Tory do Parlamento na Inglaterra. Há também o curioso caso de James Maitland, o oitavo conde de Lauderdale (1759-1839), um procurador escocês e membro do parlamento primeiro um Whig e depois Tory. Por um lado, Lauderdale era um fanático subconsumista e oponente às poupanças - antecipando, desse modo, Keynes - em seu *Inquiry into the Nature and Origins of Public Wealth* (*Investigação sobre a Natureza e Origens da Riqueza Pública)* (1804) e em seu argumento contra o repagamento de dívidas e a favor dos gastos do governo *per se (Three Letters to the Duke of Wellington [Três cartas ao Duque de*

Wellington], 1829). Por outro lado, Lord Lauderdale era um fervoroso homem a favor do dinheiro-sólido, endossando o registro da moeda irlandesa em um panfleto marcante. Lord Lauderdale não apenas concordou que emissão excessiva de papel do Banco da Irlanda levou à desvalorização da libra irlandesa e ao acréscimo sobre o ouro; ele foi além do registro para insistir que a contração completa do papel do Banco da Irlanda era o único remédio efetivo para o problema existente (em seus *Thoughts on the Alarming State of the Circulation and on the Means os Redressing the Pecuniary Grievances of Ireland [Pensamentos sobre o Estado Alarmante da Circulação e sobre os Meios de Reduzir as Reclamações Monetárias da Irlanda])*(1805). É certamente incomum para uma pessoa estar ao mesmo tempo como um arque-subconsumista e um ardente deflacionista a favor do dinheiro sólido!

Enquanto as soluções do comitê e de King não triunfaram, os oficiais do banco irlandês aparentemente entenderam a situação muito melhor do que eles tinham deixado. Pois eles logo conseguiram desarmar o problema ao buscar políticas monetárias mais rígidas, e, portanto, trazendo a libra irlandesa de volta à paridade com a Inglaterra.

5.8 A emergência do bulionismo mecanicista: John Wheatley

Depois de 1804, o Banco da Inglaterra refreou sua política expansionista por alguns anos, e a inflação e a desvalorização foi diminuída também. Como resultado, a controvérsia bulionista sobre a Inglaterra e a Irlanda enfraqueceu. A fase 1 da grande controvérsia bulionista acabara. Apareceu em cena três escolas de pensamento monetário e de opinião: primeiro, os apologistas antibulionistas do governo britânico e do Banco da Inglaterra, cujas visões mal podem ser dignificadas pelo nome de "teoria" e por quem simplesmente negou que a emissão monetária tivesse qualquer relação com os males da inflação e da desvalorização. Variando contra eles, estavam, segundo os bulionistas verdadeiros, encabeçados por Lord King e por Walter Boyd, que incisivamente aplicou a análise de oferta e de demanda para as novas condições de moeda fiduciária irresgatável, e quem atacou a superemissão do Banco da Inglaterra enquanto a causa dos males, com os fatores "reais" também desempenhando um papel temporário e subordinado. No meio estava, em terceiro, os moderados, consistindo

em grande parte por Henry Thornton e por Francis Horner, agnósticos teóricos que reivindicavam que tantos os fatores monetários ou reais podem ser responsáveis por qualquer dada inflação, e enfatizavam empiricamente e *ad hoc* a qual conjunto de fatores pode ser dada a culpa em cada dada situação. Começando como um antibulionista moderado, o peso empírico mudou rapidamente para Horner, ao menos, para entrar no campo bulionista moderado por volta de 1803.

Antes da Fase 1 ter terminado, entretanto, uma quarta escola de pensamento, e a terceira vertente do bulionismo, emergiu: o bulionismo mecanicista. O grande erro do bulionismo mecanicista não era simplesmente negligenciar todas as influências reais, e insistir que os fatores monetários sozinhos determinaram os níveis de preço e as taxas de câmbio. Se essa tivesse sido a única falha, o erro teria sido um erro relativamente menor. O principal problema era que os mecanicistas eram também movidos a negligenciar *todos os outros* fatores causais que não a oferta monetária — muitos deles de grande importância. Em suma, eles negligenciaram a demanda por dinheiro, em todas suas sutis variações, e tais efeitos vitais de "distribuição — até mesmo no longo prazo — enquanto mudanças em ativos relativos, em rendas e mudanças em preços relativos. Em suma, os mecanicistas afirmaram que, no curto e no longo prazo, os *únicos* fatores causais sobre o preço e sobre o câmbio eram mudanças na quantidade de dinheiro. Assim, sua visão errônea e distorcida de que as mudanças em "níveis" de preço são exatamente quantitativamente proporcionais a mudanças na quantidade de dinheiro.

A visão mecanicista bulionista, presumivelmente emergindo em super-reação aos moderados, fora primeiramente apresentada por um homem que não era nem membro do Parlamento nem visível ao olho público: o procurador John Wheatley (1772-1830). Em sua primeira de muitas contribuições à economia monetária, *Remarks on Currency and Commerce* (*Notas sobre a Moeda e o Comércio)* (1803), Wheatley desenvolveu a abordagem bulionista e monetária de longo prazo em sua forma mais brusca e simplista. Qualquer discussão de ajustes temporários ou até mesmo de processos temporários foi deixada de lado para se estender exclusivamente sobre os estados finais de equilíbrio.

Para Wheatley, toda exportação ou importação de ouro era exclusivamente determinada por sua demanda e por seu preço, i.e., por fatores monetários, e preços do bulião e taxas de câmbio eram determinadas somente por considerações monetárias. Fatores reais não desempenham papel algum nesses assuntos, mesmo temporariamente ou no curto prazo. Assim, efeito da oferta e da demanda sobre os níveis de preço ou taxas de câmbio é estritamente e precisamente proporcional. Os preços gerais se movem, não somente proporcionalmente, mas também uniformemente em "níveis", sem mudanças ocorrendo em preços relativos. Assim, Wheatley:

> O aumento da moeda através do papel deve causar a mesma redução no valor do dinheiro, em proporção à atividade de sua circulação enquanto um aumento da moeda por espécie. Mas [...] se o papel deprecia o dinheiro, ele precisa antecipar em similar proporção o preço de artigos de subsistência e de luxo.

A partir desses princípios, era fácil para Wheatley denunciar que era impossível para uma expansão da oferta monetária *sempre* estimular a economia, assim, por definição, "os salários do trabalho são aumentados somente em proporção ao acréscimo [de moeda]". E, visto que os salários aumentam proporcionalmente à oferta monetária e para todos os outros preços, eles podem "comprar uma quantidade não maior de produtos depois da adição do que antes dela", e, portanto, "nenhum outro estímulo maior pode, em realidade, existir, e, portanto, nenhum efeito maior será tendente a ser produzido pela fraude [...]". Uma conclusão heroica, sem dúvidas, e certamente verdade no longo prazo; mas tais afirmações alegremente dogmáticas omitem todo o ponto da inflação monetária e seu estímulo de curto-prazo: e.g., fazer com que os preços aumentem mais rápido do que as taxas salariais.

Além disso, visto que Wheatley teve uma teoria de taxas de câmbio sob inconversibilidade exclusivamente de longo-prazo, e, portanto, monetária, ele novamente e alegremente assumiu que o valor de qualquer dado dinheiro era sempre e em todos os lugares, igual, i.e., no equilíbrio de longo-prazo, e que as taxas de câmbio de moeda fiduciária sempre negociam precisamente em suas paridades de poder de compra para seus respectivos poderes de compra monetários. Assim, para Wheatley, não era apenas a taxa de câmbio desvalorizada e um

acréscimo sobre o bulião de espécie, um "sistema infalível" de depreciação da moeda; mas também providenciou uma "medida" exata dessa desvalorização. Em contraste, King e Boyd, muito menos Thornton, apenas viu a depreciação da moeda quando tais fenômenos existiram por "qualquer tempo considerável" (Boyd) ou eram "muito continuados" (King). E nenhum dos que vieram depois deles afirmaram que tais acréscimos ou taxas de câmbio descontadas providenciam uma mensuração precisa da desvalorização.

Enquanto John Wheatley não desfrutou de qualquer coisa como uma proeminência de seus colegas debatedores sobre o bulionismo, ele não era de modo algum uma figura insignificante. Ele nasceu em Kent em uma família do campo, militar e proeminentemente dona de terras. Seu pai William era um alto xerife e tenente deputado de Kent; um irmão mais velho, William, serviu como um Major-General nas guerras francesas; e um irmão mais novo, Sir Henry Wheatley, foi conectado por muitos anos à corte real. Wheatley recebeu um Bachelor of Arts da aristocrática Christ Church, Oxford, em 1793, e então foi admitido no bar. Sua esposa, Georgiana, era a filha de William Lushington, uma proeminente mercadora de Londres e membro do Parlamento pela Cidade de Londres, e irmão de Sir Stephen Lushington, antigo presidente da grande Companhia das Índias Orientais. Estranhamente o suficiente, William Lushington, enquanto presidente do comitê dos mercadores de Londres, fez uma petição para o Banco da Inglaterra em março de 1797, para que ele fosse mais expansionista em sua política de descontos.

As *Notas* de Wheatley, foram atacadas na *Edinburgh Review* pelo proeminente líder Whig Henry Brougham, sobre bases Thorntonianas familiares. Mas enquanto Wheatley seguiu com seu panfleto com o primeiro volume do An Essay on the Theory Of Money and Principles of Commerce (*Um Ensaio sobre a Teoria da Moeda e dos Princípios do Comércio* (1807), seu momento era pobre, visto que havia pouco interesse na controvérsia bulionista naquele tempo. Wheatley compôs seus problemas táticos ao escrever nada sobre dinheiro pelos próximos nove anos, durante um tempo quando a controvérsia bulionista estava em seu auge. Por todas essas razões, a postura de Wheatley foi em

grande parte negligenciada, até que em 1809 David Ricardo assumiu a liderança do campo bulionista mecanicista. A influência de Wheatley, ademais, mal foi ajudada por sua situação de dificuldade financeira crônica praticamente por toda a sua vida. Ele agiu de tempos em tempos como um agente para a família Lushington em seus acordos nas Índias Ocidentais, mas os problemas financeiros o fez vagar pelo exterior, e a publicação do segundo volume de seu *Ensaio* em 1822 foi seguida prontamente pela migração para a Índia, onde ele continuou em angústia financeira, e dali para a África do Sul com problemas similares. Mas através destes problemas e andanças, ele continuou a publicar panfletos clamando ardentemente pela libertação das negociações.

A ênfase exclusiva de John Wheatley sobre a oferta monetária e sobre níveis unitários de preço foi um prenúncio do severo rompimento moderno monetarista e macroeconômico entre o campo monetário e o campo real. Mais explicitamente, sua ênfase mecanicista no nível de preços também prenunciou a infeliz preocupação, posteriormente Fisherista e Chicaguista, com a estabilização do "nível de preço" e com a oposição fanática a qualquer e a todas mudanças em tais "níveis". Até mesmo em seus livros iniciais de 1803 e de 1807, Wheatley denunciou os alegados males dos preços em queda bem como da inflação, e de fato afirmou que preços em queda eram ainda mais danosos. De fato, a influência dos primeiros tratados de Wheatley foi gravemente enfraquecida por sua falta de intransigência e timidez para traçar quaisquer conclusões políticas de sua análise rígida. Ao invés de retornar ao padrão ouro, Wheatley poderia apenas sugerir o saque dos poderes de emissão de notas dos bancos rurais e o resgate de todas as pequenas notas de banco menores que £5.

Em sua obra de 1807, ele clamou para que os contratos sejam feitos de acordo com um número de índice de níveis de preço e, em suas obras posteriores, quando esse clamor foi ignorado, ele começou a surtar em histeria sobre os alegados males da diminuição de preços e seus danos aos pobres. Em seu volume de 1822, Wheatley foi tão longe ao ponto de clamar pela postergação da retomada dos pagamentos em espécie até que mais ofertas possam entrar no país para prevenir os preços de cair. De fato, nesse ponto, Wheatley estava pronto para abandonar o padrão ouro, em sua oposição frenética aos preços em

queda. Ansiando pelo papel fiduciário estabilizado em valor pelo governo, Wheatley escreveu: "Se o papel fosse mantido sem aumento ou diminuição seria uma melhor medida de valor e meio de troca do que o ouro." E pela época de sua última obra, em 1828, escrita na África do Sul, Wheatley clamou somente pela expansão de papel fiduciário da oferta monetária, se não "a pobre irresgatável é fixa como nosso eterno destino".

Desse modo, como no caso de todos os teóricos da quantidade monetaristas e mecanicistas, Wheatley começou como um fervoroso bulionista pelo dinheiro-sólido, e foi induzido conforme passaram-se os anos por seu frenético ódio de deflação para terminar como um inflacionista pela moeda fiduciária.

capítulo 6 O Pensamento Monetário e Bancário II: o *Report* do bulião e o retorno ao ouro

6.1 Ricardo entra na briga

A controvérsia bulionista caiu no esquecimento por cinco anos após 1804, em grande parte porque uma política cautelosa por parte dos Bancos da Inglaterra e da Irlanda temporariamente abateram a inflação monetária e suas consequências indesejáveis. Então, durante 1809, o aquecimento da guerra com Napoleão reacendeu a inflação, circulação de notas aumentando de £17,5 milhões em novembro 1808 para £19,8 milhões no mês de agosto seguinte. Consequentemente, a libra rapidamente depreciada pelo verão, a um desconto de 20 por cento no câmbio estrangeiro em Hamburgo, e a um aumento de 20 por cento no preço de mercado do ouro (em 93 xelins / onça) sobre o par oficial da moeda de 77s. $10^{1}/_{2}$d por onça. Era hora da polêmica bulionista esquentar novamente.

David Ricardo foi antes de tudo um economista monetário e, como o Professor Peake nos lembrou, seu foco no dinheiro continuou a ser a chave para todo o corpo de seu pensamento econômico.[1] Ricardo encontrou A Riqueza das Nações em 1799 e mergulhou na economia política desde então, sua vida prática como um jovem e rico corretor de ações e títulos naturalmente o levando a enfatizar os assuntos monetários.

A rápida depreciação da libra em 1809 levou Ricardo a seus primeiros trabalhos publicados sobre economia, começando com uma carta sobre o “Preço do ouro” no Morning Chronicle (29 de agosto).

A carta de Ricardo teve um grande impacto, particularmente por sua mistura única de teorização radical e comando impressionante dos fatos empíricos e institucionais da cena monetária. Sua primeira carta ao Morning Chronicle foi seguida por mais duas, com as cartas sendo

1 Charles F. Peake, “Henry Thornton and the Development of Ricardo's Economic Thought”, *History ofPolitical Economy, 10* (Verão 1978), pp. 193-212.

logo expandidas em uma obra renomada e altamente influente — o primeiro livro de Ricardo — *The High Price of Bullion*, uma *Prova da Depreciação de Notas de Banco* (o ponto está resumido no título), publicado no início de 1810. *The High Price* teve pelo menos quatro edições no ano seguinte.

As várias posições na controvérsia bullionista foram definidas durante a primeira fase do debate (1800-4). A intenção de Ricardo era reviver e estabelecer a posição bullionista, não apenas contra os anti-bullionistas, mas mais importante ainda, contra a mais respeitada e influente doutrina anti-bullionista moderada de Henry Thornton. Thornton foi o mais importante oponente teórico do bullionismo, e então Ricardo começou a assumir o posto de Lord King, embora, ao fazê-lo, infelizmente — como veremos — tenha revertido e elaborado a abordagem rígida e mecanicista de John Wheatley.

Thornton era, no entanto, seu principal oponente, e Ricardo decidiu convertê-lo; como ele escreveu em *High Price*:

> O Sr. Thornton deve, portanto, de acordo com seus próprios princípios, atribuí-lo [o prêmio sobre o ouro em barras] a alguma causa mais permanente do que uma balança comercial desfavorável, e irá, não duvido, qualquer que seja sua opinião anteriormente, agora concordo que deve ser contabilizado apenas pela depreciação do meio circulante.

No decorrer do High Price, Ricardo deixou claro o ponto importante de que não existe escassez de espécie ou grande necessidade de mais: que, com efeito, qualquer nível de oferta de moeda é ótimo:

> Se a quantidade de ouro ou prata no mundo empregada como dinheiro fosse excessivamente pequena ou abundantemente grande, a variação em sua quantidade não teria produzido outro efeito senão tornar as mercadorias pelas quais foram trocadas comparativamente caras ou baratas. A menor quantidade de dinheiro desempenharia as funções de meio circulante tanto quanto a maior.

Assim que a High Prince foi publicada, em janeiro de 1810, Ricardo, acertando a tática certa para divulgar suas opiniões, enviou

uma cópia ao importante parlamentar moderado e influente, sobre questões monetárias, Francis Horner. O efeito sobre Horner foi elétrico, e ele foi levado, no mês seguinte, a apresentar — e ser aprovado — uma resolução na Câmara dos Comuns estabelecendo um comitê seleto para investigar a causa do alto preço do ouro. O justamente famoso "comitê de ouro" de 22 ilustres parlamentares, presidido por Horner, publicou seu relatório em junho de 1810, recomendando a política bullionista de um retorno ao padrão ouro em dois anos. O relatório do comitê de ouro gerou uma polêmica intensa, dentro do Parlamento e na literatura panfletária geral no ano seguinte.

David Ricardo havia cumprido parcialmente seu objetivo de converter Henry Thornton, que talvez fosse o membro mais influente do comitê de ouro e co-redigiu seu Relatório, junto com Homer e William Huskisson. Caracteristicamente, não foi a teoria bulionista de Ricardo que influenciou Thornton, mas a impressionante coleção de evidências que o convenceu finalmente de que essa inflação e depreciação em particular estavam sendo causadas pela emissão excessiva de notas do Banco da Inglaterra. Thornton, em suma, havia se juntado a seu discípulo Horner antes dele para permanecer moderado, mas ao ser convertido de anti-bulionista em bulionista em bases empíricas.[2] No debate parlamentar sobre o Relatório do ouro em maio de 1811, Thornton admitiu que a ideia de sendo as más colheitas e os subsídios aos estrangeiros a causa da depreciação "foi um erro ao qual ele próprio se inclinou, mas foi corrigido após uma consideração mais completa do assunto".

A conversão de Thornton foi ainda mais notável porque seu próprio banco estava financeiramente vinculado à expansão fiduciária do crédito bancário; e a mera emissão do Relatório, embora não tenha vencido no Parlamento, foi o suficiente para causar uma pequena corrida ao banco de Thornton. Além disso, um período de dificuldades

2 O ponto de partida de Horner, como vimos, foi um pouco diferente: ele fora covertido de um neutro moderado para um bulionista moderado pelo livreto de Lord King em 1804.

que nunca foram totalmente superadas se instalou para o banco até que finalmente faliu em 1825, dez anos após a morte de Thornton.

A conversão de Thornton, no entanto, foi apenas empírica. Assim, no decorrer dos debates sobre o Relatório do ouro, ele ainda trouxe à tona o fantasma da deflação e sugeriu que a libra fosse desvalorizada aos níveis de mercado existentes para evitar uma deflação quando a retomada finalmente chegasse.

Visto que o foco principal de Ricardo era combater as opiniões de Henry Thornton, não é surpreendente que ele tenha exagerado e, em vez de adotar o bullionismo completo e sofisticado de Lord King, passou às rígidas e mecanicistas doutrinas de John Wheatley. Em particular, para refutar Thornton completamente, Ricardo acreditava que a disputa deveria ser elevada totalmente ao plano teórico, de modo que se sentia forçado a sustentar que apenas fatores monetários, mesmo no curto prazo, poderiam ter qualquer influência sobre preços ou taxas de câmbio. O dinheiro, Ricardo se sentiu na obrigação de sustentar, é sempre e sempre, mesmo no curto prazo, totalmente neutro para o resto da economia, para tudo, isto é, exceto para os preços globais. Como diz o professor Peake:

> Em grande parte, os primeiros trabalhos de Ricardo representaram uma reação à economia monetária não neutra de Henry Thornton e, ao desafiar os pontos de vista de Thornton, Ricardo se comprometeu a uma explicação de produto, valor e distribuição em termos reais consistentes com dinheiro neutro[3]

Para realizar sua tarefa impressionante, embora desequilibrada, David Ricardo teve de se concentrar exclusivamente nos estados de equilíbrio de longo prazo e ignorar os processos de mercado em relação a eles. Dessa forma, Ricardo preparou o terreno para sua abordagem posterior de todas as questões econômicas.[4] Ricardo resumiu sua metodologia no curso de sua famosa correspondência com Thomas

---

3 Peake, *op. cit.*, nota 1, p. 193

4 Como escreve Peake, "A produtividade produtiva total de Ricardo foi dominada por questões monetárias, e um entendimento completo de Ricardo requer uma interpretação que inclua suas obras monetárias. *Ibid.*

Robert Malthus sobre questões monetárias de 1811 a 1813: “Você sempre tem em mente o imediato e efeitos temporários [...] [Eu] fixo toda a minha atenção no estado permanente de coisas que resultará deles”.[5]

Para que o dinheiro fosse estritamente neutro para tudo, exceto um nível geral de preços, Ricardo teve que afirmar uma dicotomização estrita e radical entre os mundos monetário e real, com valores, preços relativos, produção e rendas determinados apenas na esfera "real", enquanto os preços globais foram fixados exclusivamente na esfera monetária. E nunca as duas esferas poderiam se encontrar. E aqui começou a fatídica e onipresente falácia moderna de uma severa divisão entre dois mundos hermeticamente fechados: o “micro” e o “macro”, cada um com seus próprios determinantes e leis. Além disso, como escreve Salerno, “foi a forte afirmação de Ricardo da doutrina do dinheiro neutro em seus escritos bulionistas que serviria como fonte da concepção clássica do dinheiro como meramente um ‘véu’ escondendo os fenômenos e processos ‘reais’ da economia”.[6] Em particular, se o

---

5 Malthus, antes um anti-bulionista moderado, agora se tornara um Thorntoniano, e expressou suas visões em dois artigos sobre a controvérsia do bulião em 1811 na *Edinburgh Review*. Veja a crítica de Malthus em Frank W. Fetter, *Development of British Monetary Orthodoxy, 1797-1875* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965), p. 48.

Sobre a ênfase exclusiva de Ricardo em um equilíbrio de longo prazo em sua análise monetária, *veja* J.A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954), pp. 494-5, e Jacob Viner, *Studies in the Theory of International Trade* (Nova York: Harper & Bros, 1937), pp. 139-40.

6 Joseph Salerno, “The Doctrinal Antecedents of the Monetary Approach to the Balance of Payments” (Dissertação de doutorado, Rutgers University, 1980), p. 447. Salerno prossegue para apontar que a divisão estrita e mecanicista de RIcardo entre dinheiro e o real, levando à doutrina de que o dinheiro é um “véu”, levou também ao aparente paradoxo, em seu *Principles*, da reviravolta de Ricardo a uma análise altamente enganosa não monetária de “barganha” da balança de pagamentos. O paradoxo é apenas aparente, pois uma divisão severa permite que alguém salte para frente e para trás entre o puramente monetário e o puramente real. Foi a análise de barganha no *Principles* de Ricardo, Salerno nota, “que serviu como a fundação da teoria clássica da balança de pagamentos”. *Ibid*., p. 449.

dinheiro é neutro, então o valor, ou preços relativos, deveriam ter apenas determinantes "reais", que Ricardo descobriu em quantidades incorporadas de trabalho.

Na macroárea, em contraste, Ricardo estabeleceu uma relação causal mecanicista e estritamente proporcional entre a quantidade de dinheiro e o nível de preços, uma "teoria quantitativa da moeda" estritamente proporcional. Mais uma vez, Peake resumiu muito bem:

> Teoricamente, Ricardo desafiou Thornton ao desenvolver uma estrita teoria da quantidade e análise do dinheiro neutro que resultou em sua conhecida dicotomização da economia em setores de bens e dinheiro, sem nenhum papel para o dinheiro a não ser determinar o nível geral de preços. Analiticamente, isso exigiu que ele convertesse o modelo de Thornton em um modelo dicotomizado, demonstrando o equilíbrio do mercado real independente do mercado monetário. Um tema fundamental que liga todas as obras posteriores de Ricardo é a busca contínua por dinheiro neutro.[7]

Assim, Ricardo escreve que

> O valor do meio circulante de cada país tem alguma proporção com o valor das mercadorias que circulam ... Nenhum aumento ou diminuição de sua quantidade, seja consistindo de ouro, prata ou papel-moeda, pode aumentar ou diminuir seu valor acima ou abaixo dessa proporção. Se as minas deixarem de suprir o consumo anual dos metais preciosos, o dinheiro se tornará mais valioso e uma quantidade menor será empregada como meio de circulação. A diminuição da quantidade será proporcional ao aumento de seu valor.

O valor do papel-moeda inconversível, declarou Ricardo, passa a ser determinado da mesma forma. Consequentemente, sob qualquer restrição de pagamento em espécie,

---

7 Peake, *op. cit.*, nota 1, p. 203.

> qualquer excesso de notas de [Banco] [...] deprecia o valor do meio circulante na proporção do excesso. Se vinte milhões fossem a circulação da Inglaterra antes da restrição [...] e se o banco fosse sucessivamente aumentá-la para cinquenta, ou cem milhões, a quantidade aumentada seria toda absorvida na circulação da Inglaterra, mas seria em todos casos, depreciados no valor de vinte milhões.

Além disso, sob a moeda inconversível, a proporcionalidade estrita é transportada para a determinação das taxas de câmbio. Como Wheatley, Ricardo concluiu que apenas fatores monetários determinam a taxa de câmbio e, portanto, que a depreciação da taxa de câmbio deve medir com precisão a extensão da inflação monetária e da emissão excessiva de papel-moeda. Da mesma forma, e na mesma proporção precisa, o aumento do preço do ouro e o aumento dos preços das commodities também refletirão a mesma emissão excessiva e depreciação

A chegada de David Ricardo ao cenário monetário o colocou na primeira fila dos campeões bullionistas, não por causa de algo original que ele tinha a dizer, mas por causa de seu conhecimento empírico sobre dinheiro, seu domínio da literatura e sua disposição para refutar em detalhes os argumentos dos numerosos homens ilustres das fileiras anti-bullionist do Establishment. Assim, no curso da tempestade sobre o relatório do ouro (veja abaixo), Charles Bosanquet (1769-1850), um governador mercante londrino da South Seas Company, bem como filho de um ex-governador do Banco da Inglaterra, escreveu um panfleto atacando o Relatório, zombando dele do ponto de vista de um "homem prático" zombando de teóricos selvagens e irrelevantes (em suas Observações Práticas sobre o Relatório do Comitê de Ouro, duas edições em 1810). O panfleto de Bosanquet atraiu uma famosa Resposta às Observações Práticas do Sr. Bosanquet (1811) por Ricardo no ano seguinte. O panfleto de Ricardo foi uma polêmica brilhante e eficaz, no qual ele reuniu um conjunto impressionante de dados empíricos no curso de uma defesa elevada da teoria elevada (e mecanicista) contra a estupidez dos autoproclamados "homens práticos". A resposta foi particularmente eficaz porque Ricardo poderia igualar Bosanquet em

conhecimento prático e realista, uma manobra que levou muitas pessoas a ignorar o irrealismo estridente de seu aparato teórico.

Em suma, Jacob Hollander explicou corretamente a influência de Ricardo em nome do bullionismo, não como resultado de quaisquer contribuições originais, mas

> porque, não se contentando em reafirmar uma teoria positiva, Ricardo montou em sucessão e demoliu por sua vez, às vezes completamente, sempre plausivelmente, todo argumento oposto em uma crítica escrita ou opinião corrente [...] Uma teoria que tinha uma linhagem digna foi restaurada, defendida de ataques doutrinários, justificados por eventos contemporâneos, vitalizados por urgência de oportunidade e justificados contra as críticas atuais. Um padrão foi plantado, o campo limpo e um campeão alerta e cheio de recursos segurou as listas.[8]

Mas mesmo nessa data inicial, o campeão do dinheiro forte estava começando a ceder e, se não a abandonar, pelo menos tropeçar na causa. Pois, em sua resposta à crítica de Malthus de *The High Price* na *Edinburgh Review*, reimpressa como um apêndice da quarta edição, Ricardo apresentou um plano para acabar com a restrição que abandonava o coração do padrão-ouro. Especificamente, ele propôs que a libra esterlina fosse resgatável em barras de ouro, e não em moedas. Mas um padrão em barras de ouro significa que a pessoa média não pode resgatar papel-moeda em um meio de pagamento de mercadoria, e que o resgate do ouro está confinado a um punhado de financistas internacionais ricos. A deserção de Ricardo do padrão da moeda de ouro foi motivada, primeiro, por um desejo smithiano de "economizar" no metal ouro e, mais proeminentemente, por um medo de deflação que era conspicuamente inconsistente com sua rejeição de todos os efeitos fora do nível de preço de mudanças na oferta de dinheiro. Nessa fobia de deflação e nessa inconsistência, Ricardo seguiu seu mentor no bulionismo mecanicista, John Wheatley.

---

8 Jacob H. Hollander, "The Development of the Theory of Money from Adam Smith to David Ricardo", *Quarterly Journal of Economics, 25* (Maio 1911), p. 470.

Além de Francis Horner, outra pessoa inspirada pelo despertar de Ricardo da controvérsia do ouro foi Robert Mushet (1782-1818). Escocês nascido perto de Edimburgo, o jovem Mushet havia entrado ao serviço da Casa da Moeda em 1804 e, na época da nova controvérsia, havia ascendido ao posto de primeiro escrivão do mestre da Casa da Moeda. Uma investigação sobre os efeitos produzidos na moeda nacional e nas taxas de câmbio, de Mushet, pela *Bank Restriction Bill*, saiu no início de 1810, antes da nomeação do comitê de ouro, e passou rapidamente para três edições. Mushet foi capaz de adicionar sua experiência na Casa da Moeda à forte causa bulionista.

6.2 A tempestade sobre o *Report* do bulião

Embora Francis Horner, que formou e presidiu o famoso comitê de ouro, fosse um Whig, o comitê em si dificilmente se posicionou contra o governo conservador. Pelo contrário, os 22 membros do comitê incluíam sete Whigs, sete Conservadores bem definidos, incluindo até o primeiro-ministro e chanceler do Tesouro Spencer Perceval[9], e oito, incluindo Thornton e Alexander Baring da famosa família de banqueiros, que eram amigos independentes para a administração conservadora. Dos co-autores do Relatório, Thornton ainda era considerado na época da nomeação do comitê, talvez o principal defensor da restrição bancária, e William Huskisson (1770-1830) era um importante MP conservador da ala Canning do partido, que foi

9 Spencer Perceval (1762-1812). o filho do earl de Egmont, recebeu um mestrado do Trinity College, Cambridge em 1781, então se tornou um procurador no conselho do rei. um Membro do Parlamento de 1798 até então, Perceval era um falcão de guerra fervoroso, e um defensor da repressiva represália de Pitt aos dissidentes anti-guerra na terra natal. Ascendendo ao cargo de solicitor-geral e procurador-geral, Perceval, como um liderante seguidor de Pitt, tornou-se chanceler do tesouro em 1807, e então acrescentou o posto de primeiro-ministro em 1809. Ele foi assassinado em 1812.

membro do governo conservador por vários anos até 1809.[10] O membro do comitê modal pode ser resumido como um conservador atencioso, um defensor da restrição agora preocupado com o desenvolvimento da inflação e a depreciação da libra. Embora David Ricardo conhecesse Thornton - ambos haviam sido co-fundadores do London Institution e de sua biblioteca em 1805 - seu único amigo próximo no comitê de ouro foi outro co-fundador do London Institution Richard Sharp (1759-1835), um Whig e Mercador das Índias Ocidentais.[11] O único membro do comitê que compartilhava da hostilidade bullionista de Ricardo ao Banco da Inglaterra era Henry Brooke Parnell. De fato, a presença de Thornton no comitê e o apoio ao Relatório no Parlamento chocaram os anti-bullionists e levaram sua esposa a oferecer explicações

---

10 Huskisson, embora um respeitado e liderante Tory, foi por toda a sua vida um liberal clássico e devoto à liberdade das negociações. Criado por um tio-avô que era um médico bem onhecido da embaixada britânica em Paris, Huskisson viveu com liderantes liberais franceses quando jovem, e conheceu Franklin e Jefferson. Depois da queda da Bastilha, na qual ele estava presente, Huskisson entrou para o Club de 1789 (um grupo de monarquistas constitucionais liberais clássicos). Com 20 anos, Huskisson leu para o clube em 1790, e então imprimiu um muito aplaudido discurso sobre a moeda.

Huskisson tornou-se um amigo próximo e secretário privado do embaixador britânico, Lord Gower, e retonrou com ele para a Inglaterra onde quando fora retornado em 1792. Três anos depois, ele ganhou um posto chave como Secretário para a administração em 1792, e tornou-se um Membro do Parlamento no ano seguinte. Como um jovem pittista, Huskisson ascendeu como secretário ao tesouro de 1804 até 1809, e em 1808 desempenhou um papel proeminente em arranjar relações entre o Tesouro e o Banco da Inglaterra.

11 Sharp, um grande conversacionalista conhecido como “Conversation Sharp”, era filho de um oficial inglês, nascido em Newfoundland, que foi criado para se tornar um liderante mercador das Indias Ocidentais em Londres bem com o cabeça da firma de manufatura de chapéus de Richard Sharp & Co. Esse rico homem de negócios se tornou um liderante WHig, devoto á reformas parlamentares e outras reformas liberais. Sharp era um membro de muitos dos principais clubes de Londres, e era um amigo de John Adams, Ricardo e James Mill. Ele logo quis escrever uma história do atingimento da independência Americana. Sharp era também um poeta muito interessado em literatura, e um amigo de Byron, Colenridge e Wordsworth. Ele foi um Membro do Parlamento intermitentemente de 1806 até 1827.

embaraçadas aos amigos.[12] Frank W. Fetter resumiu claramente quando escreveu que

> A posição de Thornton e Huskisson no Comitê de Ouro e em sua subsequente defesa de seu Relatório foi tomada mais como tristeza do que partidarismo. Foi o resultado de sua crescente preocupação com a apatia do Governo e do Banco sobre a condição das moedas estrangeiras e do mercado de ouro, e com o apoio do Banco e dos porta-vozes do Governo à doutrina de 'contas reais' em sua maioria forma extrema, por exemplo, que, enquanto os adiantamentos do Banco fossem feitos apenas sobre ativos comerciais sólidos, o valor dos adiantamentos não poderia ter efeito sobre os preços ou as taxas de câmbio.[13]

Mais importante, o Bullion Report em si não era nem kingiano nem ricardiano, mas sim diretamente no campo bullionista moderado de Thornton-Horner. Seu apoio ao bullionismo, em suma, era empírico e não teórico, concluindo com relutância, mas com firmeza, que os fatos eram tais que a restrição bancária e a inflação monetária do banco desempenharam um grande papel na inflação existente e na depreciação da libra esterlina. O próprio Thornton apenas apoiou o pedido do comitê para a retomada do pagamento em espécie em protesto contra a falha do banco e do governo em serem punidos e em concordar em restringir a emissão de dinheiro. Quanto a Ricardo, ele só se tornou o principal campeão do comitê depois que as conclusões de política de seu

12 Uma década depois, Huskisson, durante um debate parlamentar sobre política monetária, mencionou sua "má-fortuna" em 1810, "para diferir de alguns distintos membros desta Casa à qual eu estava pessoalmente ligado, e em cujas visões políticas eu geralmente concorri" veja Frank W. Fetter, "The Politics of the Bullion Report" *Economica, n.s. 26* (Maio 1959), pp. 106-7.

13 *Ibid.*, p. 106.

Relatório apoiaram seu pedido de retomada do pagamento em espécie.[14] De fato, Malthus, em sua defesa do Relatório, saudou o comitê por assumir sua própria posição moderada, em vez de adotar o "erro" ricardiano de sustentar uma explicação exclusivamente monetária da depreciação.[15]

O relatório foi aprovado em todo o comitê de ouro por uma votação de 13 a 6, e foi apresentado ao Parlamento em 8 de junho de 1810.[16] Enquanto o primeiro-ministro Perceval era um dos seis votantes, não — junto com seu tesoureiro-geral e vice-governador do banco — a princípio não houve indícios de profunda hostilidade por parte da administração. De fato, a imprensa conservadora comentou favoravelmente sobre o Relatório quando ele foi publicado pela primeira vez. Em poucos meses, porém, o governo reverteu seu curso. A melhor evidência sugere que uma decisão de comando foi tomada pelo governo e pelo Banco da Inglaterra no final de agosto ou início de setembro para lançar um ataque total ao Bullion Report. Liderando a

---

14 Como coloca Frank W. Fetter, "Somente depois de o Comitê do Bulião ter emitido um Report [...] que diferiu substancialmente de Ricardo em sua análise das causas da depreciação mas concordou em parte com as críticas de Ricardo ao Banco da Inglaterra e com sua visão de que a Restrição deveria parar, independente da guerra, Ricardo se tornara o defensor das doutrinas do Report do bulião. Suas conclusões enquanto para a política eram próximas o suficiente das doutrinas dele, de modo que ele, como um panfleteiro e propagandista, tornou-se o defensor dele, desse modo alcançando uma ampla reputação", Frank W. Fetter, "The Bullion Report Reexamined", (1942), em T.S. Ashton e R.S. Sayers (eds.), *Papers in English Monetary History* (Oxford: The Clarendon Press, 1953), p. 67.

15 *Ibid.*, p. 67.

16 Aqui, devemos notar a coragem de Pascoe Grenfell (1761-1838), mercador Whig e promotor de minas, que votou para o Report do bulião mesmo que um grande acionista do Banco da Inglaterra, bem como a timorosidade de Alexander Baring, que discursou pelas doutrinas do Report, mas que votou contra por relutância em retornar ao padrão ouro durante a guerra. Grenfell era da Cornualha, cujo pai era um grande mercador de Londres, e um grande negociador de estanho e cobre. Grenfell se juntou à firma de seu pai, e então tornou-se o principal parceiro de gerenciamento de firmas conectadas com Thomas Williams, o maior manufatureiro na Cornualha e Anglesey. Grenfell foi um Membro do Parlamento de 1802 até 1826.

batalha no Parlamento pelo governo estava Nicholas Vansittart (1766-1851), muitas vezes secretário do tesouro e logo a ser chanceler do tesouro.[17] No debate de 1809 sobre a retomada do pagamento em espécie, Vansittart cunhou o argumento patriótico, embora irrelevante e absurdo, de que os "recursos nacionais" do país bastavam para respaldar a moeda de modo que não houvesse necessidade de ouro. No debate do Bullion Report, Vansittart apresentou um espectro de argumentos anti-bullionistas: primeiro, que a retomada imediata foi, como sempre, inconveniente; segundo, que a restrição não teve absolutamente nada a ver com a depreciação da libra; e terceiro, que as notas do Banco da Inglaterra eram estimadas tão altamente quanto moedas de ouro — uma afirmação tão absurda e tão fora de sintonia com os fatos a ponto de trazer sobre ele o ridículo aberto por George Canning, o líder de uma facção conservadora fora do poder.

Os mentores e a orquestrantes da campanha contra o bullion Report para Perceval e Vansittart foram quatro sombrios assessores e conselheiros. Um deles foi John Charles Herries (1778-1855), filho de um comerciante de Londres e funcionário do tesouro de longa data, na época secretário particular do chanceler do tesouro e um ex-conselheiro financeiro de líderes conservadores. Ele próprio seria chanceler do Tesouro nos anos seguintes. Uma segunda figura foi Henry Beeke, professor de história moderna em Oxford, amigo de Vansittart e proeminente conselheiro de políticos conservadores. Um colega particularmente misterioso, mas influente, foi Jasper Atkinson (1761-1844), sobre quem pouco se sabe, exceto que ele foi por um quarto de século um conselheiro oficial do governo e do banco, e escreveu 13

17 Vansittart, filho de Henry Vansittart, um governador da Bengala, recebeu um Bacharelado de Christ Church, Oxford, em 1781, e um Mestrado quatro anos depois. Vansittart tornou-se um procurador e frequente panfleteiro, dedicado às políticas pró-guerra e pró-restrição de William Pitt. Um membro do Parlamento de 1796 em diante, Vansittart tornou-se co-secretário do tesouro, o secretário para a Irlanda, e, novamente, secretário ao tesouro em vários governos Tory. Em 1809. Vansittart levou o debate para estender a restrição. Ele se tornou chanceler do Tesouro em 1812, e permaneceu nesse posto por dez anos.

panfletos de 1802 até o final da década de 1820 em apoio à política governamental e bancária. Parece que ele era um banqueiro rural e ativo no comércio com a Holanda. É claro que ele publicou um panfleto em oposição ao Relatório do ouro. Atkinson preparou o panfleto instigado por Herries e foi auxiliado por seu velho amigo e conselheiro Henry Beeke.

Talvez ainda mais curioso fosse o papel principal de um refugiado de Genebra, Sir Francis D'Ivernois, amigo de Vansittart, que fora agente secreto britânico na Europa e conselheiro confidencial do governo britânico sobre as relações com a França. Foi D'Ivernois quem primeiro acenou com a camisa ensanguentada contra o Relatório de barras de ouro, arrastando para o debate a acusação palpavelmente falsa de que o Relatório havia dado ajuda e conforto ao inimigo napoleônico, havia estimulado Napoleão a fortalecer suas medidas de embargo contra a Grã-Bretanha, e encorajou os Estados Unidos a dar uma virada desagradável em direção à Inglaterra. Este argumento falso eficaz, embora mentiroso, foi adotado no Parlamento por Vansittart e por um líder do establishment anglo-irlandês, Robert Stewart, visconde de Castlereagh, o marquês de Londonderry (1769-1822).

Na verdade, o principal motivo parlamentar dos críticos do Relatório era que a restrição era vital para prosseguir o esforço de guerra contra a França. O Primeiro Ministro Perceval acusou que a adoção do Relatório 'seria equivalente a uma declaração de que eles não continuariam mais aqueles esforços estrangeiros que até então haviam considerado indispensáveis para a segurança do país ...'. Se o Parlamento adotasse o Relatório e suas políticas, trovejou Perceval, eles "se envergonhariam para sempre, tornando-se instrumentos voluntários da ruína de seu país". Mudanças sonoras nessa necessidade de tempo de guerra, o tema da punhalada pelas costas eram Visconde Castlereagh; o secretário de relações exteriores e secretário de guerra do Alto Conservador Robert Banks Jenkinson, o conde de Liverpool (1770-1828); e o tesoureiro da Marinha e ex-secretário do Tesouro, George Rose (1744-1818), que também contribuiu com dois panfletos para a polêmica. Rose era a mais alta dos altos conservadores, amiga do rei George III, oponente da reforma parlamentar, defensora extremada da guerra, partidária das Leis do Milho e adversária da abolição da escravidão.

No final de 1810 e no início de 1811, uma série de panfletos foram publicados atacando o relatório do ouro, e muitos deles, assinados e anônimos, eram produtos da campanha nos bastidores dos círculos governamentais e bancários. Além do panfleto de Atkinson, Herries contribuiu com um tratado anônimo, Uma revisão da controvérsia a respeito do alto preço do ouro e o estado de nossa moeda. As Observações Práticas de Charles Bosanquet, refutadas por Ricardo, foram outro produto dessa campanha. Particularmente importante nesse esforço foi a publicação de um discurso de um advogado proeminente, Randle Jackson (1757-1837), que pretendia ser a opinião de um acionista de banco preocupado.[18] Na realidade, Jackson foi aparentemente contratado pelo banco para apresentar seu caso sub rosa contra o Relatório. Jackson apresentou as críticas de ponta do governo: o Relatório prejudicou gravemente o crédito comercial, o comitê foi dominado por opositores crônicos ao governo e é impossível que as notas bancárias sejam excessivas ou tenham preços mais altos do que o par porque foram emitidos apenas contra o 'valor recebido' - um non sequitur se é que já houve um.

De fato, os principais argumentos econômicos do porta-voz do banco perante o comitê de ouro e nos debates parlamentares, por homens como o governador John Whitmore e o vice-governador John Pearse, eram uma versão extrema, quase absurda, da doutrina dos projetos reais: a saber, que se os empréstimos bancários foram emitidos em 'notas de valor real, representando transações reais' de curto prazo, então a emissão de notas bancárias nunca pode ser excessiva e nunca ter qualquer efeito inflacionário ou depreciativo sobre a libra. Walter Bagehot viria a chamar esses argumentos de “quase clássicos por seu absurdo”.

Talvez o auge desse absurdo tenha sido o panfleto do comissário de auditoria Conservador, Francis Perceval Eliot (c. 1756-1818), que

18 Jackson, que recebera um mestrado do Exeter College, Oxford, em 1793, foi um proeminente conselheiro parlamentar, também conselheiro parlamentar para a Companhia das Índias Orientais, e conselheiro para a Corporação de Londres.

chegou a sustentar que o problema com o argumento de Huskisson era que ele considerava o guinéu de ouro como o padrão de valor, enquanto na verdade é a libra esterlina. Segundo Eliot, a libra, precisamente por ser moeda fiduciária, é a moeda de conta ideal porque é, por definição, "invariável" em valor. Por outro lado, opinou Eliot, ouro ou prata, sendo feito de uma mercadoria substancial, deve ser variável em valor

Enquanto isso, um tipo diferente de crítico do Relatório apareceu com destaque na literatura panfletária e no Parlamento. O excêntrico Sir John Sinclair (1754-1835), primeiro e também atual presidente do conselho de agricultura, nasceu em uma família nobre escocesa e foi educado nas universidades de Edimburgo e Glasgow, graduando-se no Trinity College de Oxford em 1775. Um MP de 1780 até 1811, Sinclair foi um homem de grande energia e entusiasmo, e um escritor prolífico nas causas que ele estimava. Em sua vida, Sinclair publicou nada menos que 367 tratados e panfletos. Defensor da reforma parlamentar, Sinclair defendeu a causa da paz e escreveu vários panfletos atacando a política de guerra de Pitt e pedindo a paz com os inimigos da Inglaterra. Ele chegou a publicar um livreto pedindo a rendição britânica de Gibraltar à Espanha durante a guerra revolucionária americana. O principal entusiasmo de Sinclair era pela agricultura, uma arte que ele aprendeu administrando suas propriedades na Escócia. Ele não foi apenas o primeiro presidente do conselho de agricultura, mas também fundou a British Wool Society.

Sinclair também estava concentrado em questões estatísticas, monetárias e fiscais. Um colecionador infatigável de estatísticas, Sinclair realmente introduziu as palavras 'estatística' e 'estatística' na língua inglesa, e durante a década de 1790, ele coletou e publicou, em 21 volumes, uma Conta Estatística da Escócia. Mais relevante para nossas preocupações, Sinclair publicou, de 1785-90, uma História das Receitas Públicas do Império Britânico em três volumes. Nesse trabalho, Sinclair demonstrou um zelo determinado e total pela inflação monetária e pelos gastos do governo. Assim que o relatório do ouro foi publicado, Sinclair escreveu ao primeiro-ministro Perceval, pedindo ajuda para a reimpressão de seu trabalho, como parte da tarefa de refutar o comitê do ouro. “Você conhece meus sentimentos a respeito da importância da circulação de papel”, escreveu ele a Perceval, “que é de fato a base de nossa prosperidade”. Na verdade, as Observações de

Sinclair sobre o Relatório do Comitê do Ouro, publicado em setembro de 1810, foi o primeiro de muitos ataques de panfleto ao Relatório do Ouro.

Uma tempestade de panfletos assolou o Relatório em barras, na esperança de influenciar a decisão parlamentar, bem como as marés da opinião pública. David Ricardo foi um anfitrião para si mesmo; só no mês de setembro de 1810 Ricardo, no Morning Chronicle, defendeu as conclusões do Relatório, tomando naturalmente a linha ricardiana hard-core, atacou o panfleto de Sir John Sinclair, e também denunciou o discurso de Randle Jackson, do qual Ricardo , como acionista de um banco, teve ouvido entregue pessoalmente. Malthus escreveu dois artigos eficazes na Edinburgh Review no ano seguinte, assumindo a posição bullionista moderada de Thornton-Horner.

A defesa particularmente eficaz do Relatório foi a facção dos conservadores Canning-Huskisson, centrada em seu jornal, a Quarterly Review. Como conservadores firmes, o apoio desta facção protegeu o comitê de ouro das acusações de partidarismo Whig. O mais amplamente divulgado e um dos mais influentes panfletos de apoio ao Relatório foi escrito por seu eminente co-autor, William Huskisson. A pergunta sobre a depreciação de nossa moeda declarada e examinada, de Huskisson, foi publicada no final de outubro de 1810 e teve pelo menos oito edições em rápida sucessão - a nona aparecendo em 1819. A revisão trimestral conduziu uma campanha coordenada em nome do Relatório, com contribuições do alto Tory George Ellis (1753-1815)[19], Huskisson e até mesmo do grande George Canning. Não é sem charme que William Huskisson contribuiu com algumas passagens para a

19 George Ellis, cujo pai era um membro da Casa da Assembléia de São Jorge nas Índias Ocidentais, foi por um período breve membro do Parlamento na década de 1790, mas era mais um poeta, historiador e literato. Um hábil poeta, que editou e publicou uma antologia de poesia, e o autor de uma história da Revolução Holandesa de meados da década de 1780, George Ellis foi um diplomata, e então se tornou um frequente contribuidor para a *Anti-Jacobin Review*. Ele era um amigo próximo de George Canning e do escritor Tory escocês Sir Walter Scott.

crítica laudatória de Ellis do próprio panfleto de Huskisson na Quarterly Review.

Ao todo, cerca de 90 panfletos foram publicados em um curto período em ambos os lados da grande controvérsia dos metais preciosos. O clímax veio em maio de 1811, quando o Parlamento finalmente começou a debater o Relatório. Após quatro dias de debate, todas as resoluções de Francis Horner incorporando a essência do Relatório foram reduzidas a uma derrota retumbante. As resoluções mais importantes foram a primeira e a última. O primeiro delineava a responsabilidade da emissão excessiva do banco pela inflação dos preços e pela depreciação da libra; esta resolução foi derrotada por uma votação de 151-75. A resolução final de Horner, prevendo a retomada do padrão ouro em dois anos, perdeu por uma margem muito mais ampla, 180-45. Nicholas Vansittart então esfregou o assunto para o governo, fazendo com que o Parlamento aprovasse resoluções defendendo a visão do governo e do banco sobre a controvérsia. Mais característica foi a terceira resolução de Vansittart, reafirmando o "absurdo clássico" em uma declaração quase tão tola quanto a ordem do rei Canuto às marés ou a redefinição de pi por uma legislatura estadual. O Parlamento declarou que "as notas promissórias da referida empresa [o Banco da Inglaterra] foram até agora, e são atualmente mantidas em estimativa pública como equivalentes à moeda legal do reino e geralmente aceitas como tal em todas as transações pecuniárias…".

Mesmo com a inflação e a depreciação aceleradas, a controvérsia monetária se extinguiu durante as guerras napoleônicas. Em desespero, e talvez para revelar o absurdo do caso de Vansittart, o grande Peter Lord King agora decidiu tomar uma ação direta e pessoal em protesto contra a desvalorização da libra de papel. Embora a libra não fosse oficialmente com curso legal, era tratada como tal pelo governo e pelo público. Para dramatizar a verdadeira situação, Lord King, em 1811, proclamou que dali em diante só aceitaria aluguel de seus inquilinos em moedas de ouro ou em notas bancárias com desconto de mercado - em suma, ele insistiria no equivalente em ouro em libras. A ação heróica de King forçou o governo a impor uma moeda legal para o pagamento do aluguel, ao par oficial de 21 xelins para o ouro guinéu. E no ano

seguinte, o Parlamento completou o golpe estendendo a coerção com moeda legal a todos os pagamentos de todo tipo.

6.3 A Deflação e retorno ao ouro

É desnecessário dizer que os mesmos políticos do establishment que usaram a guerra como sua desculpa suprema para continuar a restrição, não conseguiram ficar entusiasmados para voltar ao padrão-ouro quando a guerra finalmente terminou em 1815. E, no entanto, as condições certamente estavam propícias. Em um padrão que definiria o tom por mais de um século, o boom de crédito inflacionário do tempo de guerra foi rapidamente sucedido por uma deflação de dinheiro, crédito e preços no pós-guerra. A inflação do tempo de guerra foi sucedida por uma recessão deflacionária do pós-guerra. Não há qualquer evidência de que o Banco da Inglaterra deliberadamente contratou o suprimento de dinheiro para pavimentar o caminho para um retorno ao ouro no par pré-guerra. Foi simplesmente o início do padrão clássico de banco de reservas fracionárias movido por um banco central: a criação de altos e baixos. O crédito total do Banco da Inglaterra caiu de £44,9 milhões em 31 de agosto de 1815 para £34,4 milhões um ano depois, uma queda de 24%. Os depósitos bancários caíram cerca de 15 por cento no mesmo período, enquanto as notas bancárias caíram 11 por cento. A contração dos bancos exerceu um poderoso efeito de alavancagem sobre os bancos do país; muitos bancos rurais faliram de 1814 a 1816 e a circulação de notas bancárias caiu de £22,7 milhões em 1814 para £ 19,0 milhões em 1815 e depois para £15,1 milhões em 1816. Em suma, as notas bancárias nacionais em circulação caíram 33,5 por cento no período de dois anos, de 20,5 por cento de 1815 a 1816. Podemos agora chegar a uma estimativa grosseira da contração total da oferta monetária de agosto de 1815 a agosto de 1816. Oferta monetária total (notas bancárias + depósitos bancários + notas bancárias do país) ascendeu a aproximadamente £ 60,7 milhões em 1815; caiu para £50,4 milhões no ano seguinte, uma queda de 17 por cento em um ano.

A contração monetária, combinada com as expectativas do público em geral de um retorno ao ouro, fez com que o prêmio do ouro do mercado acima do valor nominal oficial caísse quase até o preço nominal. A inflação monetária havia levado o preço do ouro de mercado a £5,10 no final de 1813, o que era 145 por cento da antiga paridade pré-restrição oficial de £3 17s. 101 hd. Após a aposentadoria de Napoleão em Elba, o preço do ouro caiu para £ 4.5s. Od., Um prêmio de apenas 8 por cento; então, no retorno de Napoleão à França, o preço do ouro da libra disparou quase até seu pico de 1813. Depois de Waterloo, mais uma vez, o preço do ouro caiu de forma acentuada e constante, atingindo £ 3 18s. 6d. em outubro de 1816, um prêmio de menos de 1 por cento. Da mesma forma, o preço de mercado da prata caiu de um prêmio máximo de 38 por cento em 1813 para um prêmio de apenas pouco mais de 2 por cento no primeiro ano do pós-guerra de 1816. E o preço do câmbio estrangeiro em Hamburgo caiu de um prêmio de 44 por cento em 1813 até o par em 1816. A deflação de preços acompanhou a contração monetária, os preços britânicos caindo de um pico de 198 em 1814 (1790 sendo igual a 100), para 135 em 1816.

As condições agora eram perfeitas para retornar ao ouro, e a retomada imediata poderia ter sido alcançada sem mais problemas de transição. Mas o Establishment britânico vacilou, seu único passo construtivo em 1816 foi o abandono do padrão bimetálico formal pelo Parlamento, que só resultou em um padrão ouro de fato no século XVIII, e a adoção de um padrão ouro formal. A prata, a partir de então, seria apenas moeda subsidiária. Mas, além de afirmar que quando a Grã-Bretanha voltasse ao padrão da espécie, voltaria ao ouro, nada mais foi feito.

O problema era um desejo generalizado no Sistema de retomar o crédito barato e a inflação, bem como uma fobia ainda mais generalizada sobre a deflação que prejudicava a análise e as conclusões políticas até mesmo dos mais influentes defensores do retorno aos pagamentos em ouro. A maior parte dos anti-bullionistas exibiu sua hipocrisia e falência intelectual ao inverter sua suposta postura analítica. Em suma, aqueles que negaram veementemente, durante a era da inflação, que a emissão excessiva de notas bancárias tivesse qualquer impacto sobre os preços internos ou as taxas de câmbio, agora

inverteram seu curso e culparam a queda dos preços, bem como a depressão do pós-guerra, diretamente na contração da oferta monetária e na eventual retomada dos pagamentos em espécie. O que eles queriam, portanto, era dinheiro fácil e inflação, e eles estavam dispostos a usar quaisquer argumentos disponíveis, por mais inconsistentes que fossem, para atingir seu objetivo. O que eles pareciam pouco dispostos a perceber é que qualquer boom inflacionário, especialmente o de uma guerra longa e grande, entrará em colapso no final da guerra em depressão e deflação. Grande parte da deflação foi o resultado da depressão e das falências do pós-guerra, pois a deflação inicial do pós-guerra ocorreu anos antes do retorno real ao ouro ou mesmo da aprovação da Lei de Retomada. A depressão pós-guerra foi a maneira do mercado reajustar a economia às enormes distorções da produção e do investimento provocadas pelas demandas distorcidas do tempo de guerra e do boom inflacionário do crédito. Em suma, a depressão pós-guerra foi o processo doloroso, mas necessário, de liquidar as distorções da inflação do tempo de guerra e de retornar a uma economia saudável em tempo de paz, servindo eficientemente aos consumidores.

Outra causa da deflação foi o progresso industrial e econômico. O fim da guerra liberou a Inglaterra para iniciar um dos maiores períodos de crescimento econômico de sua história. A Revolução Industrial poderia finalmente desenvolver-se livremente e elevar o padrão de vida da massa de ingleses - algo que ela não poderia fazer quando a máquina industrial tivesse sido desviada para o desperdício improdutivo da guerra. Como resultado do grande aumento da produção, os preços continuaram caindo na Grã-Bretanha durante a década de 1820 - muito além da época em que essa queda bem-vinda no custo de vida, essa "deflação", poderia plausivelmente ser atribuída ao retorno ao ouro em 1821.

A histeria anti-deflação e o desejo de continuar inflando atrasaram o retorno ao ouro por cinco anos após 1816. Quando ficou claro que não haveria retomada imediata, a libra começou a se depreciar novamente, com o preço do ouro em barra subindo de 2 por centavos acima do valor nominal em 1816 para prêmio de 12% em 1818. Da mesma forma, a taxa de câmbio em Hamburgo subiu de valor nominal

para 5% acima. E os preços internos aumentaram de 135 em 1816 para 150 dois anos depois. O enfraquecimento da libra por expectativas frustradas de retomada imediata também foi fortemente agravado por uma expansão de dívidas bancárias e emissões de notas.

Quando surgiu a restrição para uma de suas renovações periódicas na primavera de 1816, o Chanceler do Tesouro Vansittart implorou por mais dois anos de renovação para que as empresas pudessem adquirir crédito barato mais necessário. Vansittart foi facilmente capaz de derrotar a resolução de Francis Horner de retomar o pagamento da espécie em dois anos. Os agricultores, como de costume, expandiram demais e endividaram-se pesadamente durante a inflação do tempo de guerra, e reclamaram pesadamente quando a bolha estourou e recorreram ao governo para inflar ou expandir os gastos em seu nome. O Quarterly Review, refletindo a devoção dos conservadores aos interesses dos grandes proprietários aristocráticos, mudou de favorecer o Relatório de ouro para denunciar amargamente a deflação.

O mais extremista dos inflacionistas agora emergia na forma de dois irmãos banqueiros de Birmingham, Thomas (1783-1856) e Matthias Attwood (1779-1851), que também serviam como porta-vozes da indústria de ferro e latão da cidade. Birmingham, como centro da manufatura de armamentos, fora uma das principais beneficiárias do boom da guerra. Thomas Robert Malthus, como vimos, por alguns anos instou o governo a aumentar os déficits para curar os supostos males do subconsumo, mas abandonou essa linha de pensamento assim que terminou a depressão agrícola e econômica do pós-guerra. Mas os prolíficos Attwoods iriam fazer da inflação e do papel-moeda fiduciário permanente incontestável uma cruzada para toda a vida. Nada, por exemplo, poderia ser mais fortemente oposto à lei crucial dos mercados de Say do que a afirmação descarada de Thomas Attwood, em uma carta aberta de 1817 a Vansittart, de que 'É o objetivo principal desta carta mostrar que a questão do dinheiro irá criar mercados, e que é da abundância ou escassez de dinheiro que depende principalmente a extensão de todos os mercados ... '.

Junto com a moeda fiduciária e a inflação monetária, os Attwoods e suas contrapartes na cidade industrial de Liverpool, ao norte, conseguiram persuadir o governo a embarcar em um programa de grande escala de déficits, alívio e obras públicas para tentar gerar outro

boom inflacionário. James Mill avisou Ricardo no outono de 1816 que "alguns esquemas de finanças vilões" estavam em andamento e, com certeza, o governo propôs uma emissão de títulos do déficit para financiar obras públicas e também emprestou três quartos de milhão de libras durante 1817. O ressurgimento temporário da inflação e da prosperidade em 1818 foi o resultado, de acordo com o impetuoso e errático jornalista radical do dinheiro forte William Cobbett, da insistência de Matthias Attwood sobre Vansittart, que "fez com que fardos de papel-moeda fossem despejados. .. "por meio de empréstimos do Banco da Inglaterra ao governo. De fato, foi sem dúvida o enfraquecimento da libra em 1817-18 que fez pender a balança e levou ao Parlamento a aprovação do ato de retomar os pagamentos em ouro em maio de 1819. Retomada em ouro A moeda deveria começar quatro anos depois, mas na verdade os pagamentos em moedas de ouro foram lançados no dia da bandeira de 8 de maio de 1821. Embora o padrão de moedas de ouro resultante tenha servido como a pedra angular do crescimento econômico e da prosperidade da Grã-Bretanha por quase um século, a feroz oposição , confusão e vacilação do governo fizeram chegar ao resultado adequado parecer quase um milagre. O banco se opôs à retomada até a própria aprovação da lei em 1819, e foi o esfriamento temporário das relações do governo com o banco que abriu espaço para a lei de retomada. No entanto, embora um esforço determinado tenha sido lançado por homens como Alexander Baring (1774-1848), os Attwoods e os interesses manufatureiros de Birmingham e os aristocratas latifundiários para acabar por sua vez, o padrão-ouro se manteve e foi até retomado antes do previsto, em 1821.[20] Assim, o conde de Carnarvon, em meados de 1821, denunciando o ato de retomada para baixar os preços agrícolas e apelando para a expansão

20 Alexander Baring. filho de Sir Francis da grande família banqueira, foi um membro do comitê do bulião de 1810 que votou contra o Report. Treinado desde cedo na vida a trabalhar na casa bancária de seu pai, ele se casou com a filha de um rico associado federalsita de Robert Morris de Philadelphia, o Senador dos EUA William Bingham. Baring se tornou a cabeça do banco de sua família em 1810, e foi um Membro do Parlamento por 30 anos a partir de 1806.

monetária e maiores gastos do governo, abertamente aumentou o padrão da aristocracia fundiária em comparação com os homens do dinheiro e financistas cosmopolitas:

> Ele exortou a Câmara a considerar as consequências de destruir por seus meios a aristocracia do país - os cavalheiros e a fidalguia da Inglaterra, em cuja existência somente nossas instituições poderiam descansar. Os juros monetários foram formados pelas chamadas de nossas finanças; podiam ser removidos: eram habitantes deste ou de qualquer outro país; mas a estabilidade de nossas instituições e a segurança do próprio trono dependiam de nossa população agrícola [...]

E ainda assim o padrão da moeda de ouro se manteve. Ela se manteve, embora dois dos mais influentes defensores da retomada fossem caniços fracos quando se tratava de resistir à histeria anti-deflação. No final da guerra, Ricardo, em suas Propostas para uma Moeda Econômica e Segura (1816), reverteu para sua proposta de barras de ouro de 1811, na qual a retomada ocorreria não em moeda, mas em grandes lingotes ou barras de ouro, limitando assim o ouro padrão para alguns comerciantes ricos. O ouro não seria então a verdadeira moeda padrão do reino e seria apenas um frágil cheque contra a propensão do governo e do sistema bancário de inflar o dinheiro e o crédito.

Após a publicação de seus Princípios de Economia Política em 1817, David Ricardo foi o economista mais famoso da Inglaterra, e suas opiniões sobre a moeda, bem como outros problemas econômicos, tiveram grande peso. A pedido de seu mentor James Mill, Ricardo entrou no Parlamento em 1819 para lutar por seus pontos de vista econômicos até sua morte em 1823. Ele emprestou seu grande prestígio principalmente para exigir a retomada dos pagamentos em ouro e, de alguma forma, seu plano de ouro perdeu rapidamente para os padrões de moeda de ouro mais consistentes e completos.

O mais importante político responsável pelo retorno ao ouro foi o notável estadista conservador Robert Peel, o Jovem (1788-1859), que deu seu nome ('Lei de Peel') à lei de retomada. Mais tarde, como primeiro-ministro, Peel seria responsável, em meados da década de 1840, pela revogação das notórias Leis do Milho, bem como pela

tentativa de transformar o princípio da moeda em lei no Ato de Peel de 1844. As realizações de Peel foram particularmente notáveis por ter sido criado para a púrpura política por seu distinto pai High Tory. Peel era o filho mais velho de Sir Robert Peel, o Velho, um importante fabricante de algodão de Lancashire, cujo próprio pai havia estabelecido a primeira fábrica de calicocotton em Lancashire. Sir Robert era um estatista conservador ferrenho, um defensor fervoroso de William Pitt, que escrevera um panfleto em 1780 elogiando a Dívida Nacional Produtiva da Prosperidade Nacional. Como membro do parlamento, o mais velho Peel apoiou ardentemente a guerra contra a França, aprovou a primeira Lei da Fábrica e se opôs ao Relatório do ouro em 1811.

Quando o jovem Robert nasceu, Sir Robert dedicou seu filho primogênito ao mundo da política. O brilhante jovem foi para Harrow, onde era amigo e colega de classe de Lord Byron, e ingressou no Christ Church College em Oxford, em 1805. Em 1808, Peel graduou-se com grandes honras, e seu pai amoroso prontamente comprou-lhe uma cadeira no Parlamento, o ano seguinte. O precoce MP de 21 anos logo se tornou subsecretário para a Guerra e as Colônias, cujo ministério conduziu a guerra contra a França, e em 1812 ele se tornou por seis anos o secretário-chefe da Irlanda. Lá, ele seguiu os princípios do alto conservador de seu pai, reprimindo ferozmente os irlandeses e assumindo a liderança na oposição à emancipação dos católicos na Grã-Bretanha. Em 1811, o jovem Peel juntou-se ao pai em oposição ferrenha ao Relatório do ouro. Em 1819, quando a Câmara dos Comuns nomeou um comitê para estudar a retomada dos pagamentos em espécie, o jovem Robert Peel foi escolhido como presidente entre membros muito mais experientes, como Huskisson, Canning e o ardente bullionist e membro do comitê de ouro, Whig George Tierney. Ainda assim, Robert Peel orquestrou o relatório favorável à retomada, e foi Peel quem conduziu a lei de retomada no Parlamento. Peel, portanto, exibiu o início de sua memorável série de mudanças ao longo da vida do estatismo High Tory em direção ao liberalismo clássico. Rumo, em suma, ao dinheiro duro, ao livre comércio e à emancipação dos católicos romanos da Grã-Bretanha. George Canning ficou pasmo com a

conquista de Peel em atingir o padrão da moeda de ouro, chamando esse feito de "a maior maravilha que ele testemunhou no mundo político". Foi particularmente picante que, ao efetuar esta notável mudança de coração, o mais jovem Peel teve que romper com seu pai, que não só se opôs à retomada, mas também assinou a petição de várias centenas de "comerciantes, banqueiros, comerciantes e outros" da cidade de Londres, alertando sobre grande angústia caso a recomendação do comitê se torne lei

Uma questão crucial, então, é como Robert Peel mudou de ideia. O professor Rashid prestou o serviço de desenterrar como o provável instrumento da conversão de Peel a seu ex-tutor no Oriel College, Oxford, o Rev. Edward Copleston (1776-1849).[21] Copleston era filho de um reitor em Devonshire e era descendente de uma antiga família Devon com terras. Graduando-se no Corpus Christi College, Oxford, em 1795, Copleston tornou-se bolsista no Oriel College, obtendo seu mestrado em 1797, tornando-se tutor em Oriel e professor de poesia em Oxford. Copleston mais tarde tornou-se reitor em Oriel e, em 1814, foi promovido a reitor do Oriel College. Ele foi muito influente em Oxford, e uma das principais pessoas responsáveis pela elevação dos padrões acadêmicos e a subseqüente ascensão de Oxford ao seu outrora alto estado. Embora um conservador convicto e um conselheiro clerical influente da liderança conservadora, Copleston era um liberal moderado na igreja anglicana e um defensor da emancipação católica.

Já em 1811, Copleston havia se tornado um adversário decidido da inflação e da depreciação, especialmente criticando seu efeito destrutivo sobre credores e detentores de rendas fixas. Em 1819, decidiu intervir na nova luta bullionista publicando dois panfletos dirigidos ao seu ex-aluno. A primeira carta ao Rt. Exmo. Robert Peel ... Sobre os efeitos perniciosos de um padrão variável de valor foi publicado em 19 de janeiro de 1819 e rapidamente recomendado no plenário da Câmara dos Comuns pelo impetuoso Whig e proponente da retomada imediata, George Tierney. O panfleto também foi elogiado em editorial do Times. A primeira edição da Carta esgotou-se imediatamente e, em um mês,

---

21 Salim Rashid, "Edward Copleston. Robert Peel, and Cash Payments", *History of Political Economy, 15* (Verão 1983), pp. 249–59.

três edições foram impressas. Em março, Copleston publicou uma segunda carta, elaborando os argumentos da primeira, particularmente sobre os efeitos nocivos que a inflação e a desvalorização da libra tiveram sobre os pobres.

A grande impressão da segunda carta esgotou-se rapidamente e uma segunda edição foi lançada em maio. A evidência da influência de Copleston sobre Peel vem da correspondência deste último com seu tutor favorito em Oxford, seu amigo íntimo, o reverendo Charles Lloyd. Lloyd, que era de fato uma força anglo-católica rival de Copleston em Oxford, escreveu a Peel recomendando a Carta de Copleston ao mesmo tempo que Peel a recomendava a ele. Peel observa que o panfleto "causou uma grande impressão" no Parlamento, incluindo entre seus admiradores Canning e Huskisson. Na verdade, parece provável, pelas observações de Peel, que a reafirmação nítida de Copleston do princípio bullionist foi o primeiro panfleto que ele leu sobre o assunto.

De fato, Matthias Attwood chegou a afirmar que Peel e Huskisson eram seguidores das ideias de Copleston. Se Copleston foi crucialmente influente, então seu violento ataque no panfleto ao que Peel se referiu como a 'imbecilidade' de Nicholas Vansittart pode ter desempenhado um grande papel na redução da influência de Vansittart e na mudança da política governamental de retomada.

No entanto, no debate pós-retomada, até Copleston se atrapalhou, alegando no Quarterly Review em 1821 que, embora tivesse defendido o princípio dos pagamentos em espécie, ele se opôs à retomada imediata. Queixando-se da crise agrícola, atribuiu a retomada imediata à influência de Ricardo, ignorando a própria fobia deste último à deflação. Assim, os dois escritores mais influentes que empurraram o Parlamento para a retomada, Ricardo e Edward Copelston, estavam cada um incerto sobre o padrão da moeda de ouro em face da deflação. A realização de Robert Peel parece, então, ainda mais milagrosa.

De particular interesse é o brilho e possível originalidade de Copleston em seu desafio a Ricardo ao reviver, talvez involuntariamente, a tradição monetária "bullionist completa" ou "pré-austríaca" de Cantillon e Lord King. Copleston, em primeiro lugar, atacou a afirmação mecanicista de Ricardo de que as taxas de câmbio

medem o grau de depreciação, doutrina baseada na visão igualmente mecanicista de que "uma variação no preço causada por um valor alterado do dinheiro é comum a todas as mercadorias". (Ênfase de Ricardo.) Copleston contrapôs que é precisamente porque os preços não se ajustam de maneira uniforme, instantânea e uniforme à inflação que o processo de inflação é tão doloroso e destrutivo:

> O fato, sem dúvida, é que o valor alterado do dinheiro não afeta todos os preços ao mesmo tempo: mas que ocorrem amplos intervalos, durante os quais uma classe é obrigada a comprar caro enquanto vende barato, e outras não têm qualquer perspectiva de indenização, ou de recuperar a posição relativa que antes ocupavam.

Em suma, Copleston apontou a verdade profunda de que em um período de transição para um novo equilíbrio monetário sempre há ganhos para aqueles cujos preços de venda sobem mais rápido do que seus preços de compra, e perdas para aqueles cujos custos sobem mais rápido do que os preços de venda, e que são tarde ao receber o novo dinheiro. Mas, ainda mais, Copleston aponta que algumas dessas mudanças na renda e riqueza relativas serão permanentes. Em suma, as mudanças na oferta de moeda nunca são neutras para a economia e seus efeitos nunca se limitam ao "nível" dos preços. Discordando da famosa afirmação de David Hume de que um aumento na quantidade de dinheiro em um país gera prosperidade, Copleston apontou para o empobrecimento do campesinato espanhol e inglês devido à inflação monetária e de preços do século XVI. Ele observou astutamente, em uma lição que bem poderia ser observada hoje, que embora “a teoria pura inculque a tendência neutra e necessária para um ajuste equitativo”, também “deixa as dificuldades intermediárias e atrasos fora de questão, como atritos em um mecanismo mecânico problema [...]”. Por outro lado, Copleston foi perspicaz o suficiente para apontar que o caminho para o equilíbrio é mais rápido em questões monetárias do que reais. Em assuntos monetários, observou ele,

> o nível é encontrado *quase imediatamente*. Outras mercadorias requerem algum tempo paraproduzi-los — e o afortunado detentor de grandes quantidades pode ter grandes

> lucros antes que uma competição adequada possa crescer: mas nestes [dinheiro] o tempo e o trabalho necessário para a produção não conta para nada. A mercadoria é sempre flutuando, esperando apenas o impulso do lucro para determinar sua direção para o melhor mercado.

6.4 Questionando os bancos de reserva fracionária: Grã-Bretanha e EUA

A Grã-Bretanha havia experimentado agora a dor e a privação do que se tornaria um "ciclo econômico" clássico, ou seja, a expansão da moeda, o aumento dos preços, o boom eufórico, tudo alimentado pela inflação monetária de um sistema bancário de reservas fracionárias. por uma contração monetária, com depressão concomitante, queda de preços, falências, desemprego e deslocações. E por trás desse boom e bust, guiando, organizando, centralizando e dirigindo a expansão e contração monetária, estava o poderoso banco central criado e privilegiado pelo governo central. Em suma, ficou fortemente impressionado com o público que os bancos de reservas fracionárias, especialmente quando organizados sob um banco central, podem criar e então destruir dinheiro, distorcendo e empobrecendo o público e a economia em seu caminho. Não é de se admirar que críticas severas ao sistema bancário de reservas fracionárias surgiram rapidamente, acusando as ações dos bancos e do próprio sistema, e observando sua responsabilidade pelo ciclo de expansão e queda.

O professor Frank W. Fetter observa o 'aumento da crítica de todos os bancos', mas ele descreve as 'injúrias' contra os bancos como 'exploradores' das pessoas comuns com um ar de espanto com a irracionalidade do público. Mas certamente esta invectiva "populista" era bem justificada: os bancos eram de fato privilegiados pelo governo, capazes de inflacionar e, assim, desencadear um dano duplo ao público: um boom inflacionário deslocando a produção e o investimento e eliminando a economia do econômico, seguida por um doloroso bust contracionista necessário para corrigir as distorções do boom. Tudo isso poderia ser devidamente atribuído ao sistema bancário de reservas

fracionárias privilegiado, administrado pelo banco central. Vistas sob essa luz, as denúncias radicais dos bancos "sem o benefício da análise econômica" parecem mais um nível de análise mais profundo do que Fetter imagina. Fetter descreve esses oponentes do sistema bancário da seguinte forma:

> Cada vez mais parecia que os bancos privavam o público de seu dinheiro metálico natural e criavam o papel-moeda como instrumento de opressão ... Homens distantes em muitos pontos concordavam que alguém estava ganhando muito dinheiro com o sistema de papel-moeda. : a crítica contida a Ricardo, sob as exigências de James Mill, aos lucros do Banco; as restrições de panfletários obscuros de que os banqueiros parecem ser infinitamente mais maliciosos do que os cunheiros de dinheiro base [ou seja, falsificadores de moeda] ", e que tanto o Banco da Inglaterra quanto os bancos do país haviam obtido" ganhos injustos com a medida de restrição "; a invectiva por atacado de Cobbett contra os banqueiros como uma classe; e as denúncias no Black Dwarf de Jonathan Wooler, no Leigh Hunt's Examiner e no Sherwin Political Register, onde, sem o benefício da análise econômica, esses periódicos radicais reiteraram que o sistema de papel-moeda era um dos opressores do povo. Em 1819, quando o Parlamento estava considerando a retomada, o Registro Político de Sherwin ofereceu o seguinte conselho: 'Que nossos tiranos transformem seu infame papel em moeda do mesmo peso e finura daquela de que o povo foi privado ...'.[22]

Fetter acusa o jornalista radical de dinheiro vivo William Cobbett[23] por suposta inconsistência em denunciar amargamente a

---

22 Frank W. Fetter, *Development of British Monetary Orthodoxy 1797–1875* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965), pp. 69–70.

23 Cobbet (1762-1835) foi um dos poucos escritores políticos a vir de uma criação de classe baixa. FIlho de uma família camponesa em Surrey, Cobbett se tornou um secretário de um advogado em Londres, alistado nas fileiras do exército, se

restrição e a inflação do banco e, em seguida, atacar o banco por deflacionar após a guerra e causar mais angústia. No entanto, não há nenhuma inconsistência real em atacar o banco central e os bancos de reservas fracionárias para primeiro inflar e depois contrair, pois foi exatamente isso que eles fizeram, e todo o sofrimento do ciclo de expansão e contração pode, portanto, ser colocado em suas portas. Conscientemente ou não, esses críticos radicais do sistema bancário de reservas fracionárias estavam simplesmente revisando e aplicando a grande tradição de hostilidade aos bancos de reservas fracionárias e devoção a 100 por cento de reserva na Grã-Bretanha do século XVIII (por exemplo, Hume, Harris, Vanderlint), uma tradição que havia sido infelizmente descarrilado pelas apologéticas de Adam Smith para o papel do banco. Na França, a tradição anti-bancária de 100 por cento de reserva já havia sido revivida, como vimos, por J.B. Say e Destutt de Tracy.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, condições semelhantes geravam resultados semelhantes. Os Estados Unidos também haviam entrado nas Guerras Napoleônicas em 1812 e, subsequentemente, experimentado um boom de guerra, notas bancárias inconversíveis e uma inflação terrível. A diferença era que os Estados Unidos conseguiram se livrar de seu banco central (o First Bank dos Estados Unidos) em 1811, de modo que obteve resultados inflacionários pelo

---

tornando um NCO em Nova Scotia em 1791, e se casou com a filha de um soldado. Vagando pela França e então para os Estados Unidos, Cobbet se tornou um professor de inglês para refugiados franceses e um tradutor na Philadelphia, onde ele fez seu nome em meados da década de 1790 como um virulento Tory pró-ingleses e federalista e oponente do jacobinismo. Ele se tornou escritor, editor e publicador de jornais na Philadelphia no final da década de 1790.

Retorno para a Inglaterra em 1800, Cobbet começou seu altamente influente *Coobet's Weekly Political Register em 1802*, continuando sua publicação até sua morte. Ele também publicou os debates parlamentares e uma história parlamentar da Inglaterra multi-volume em 1804. Cobbet mudou agudamente e permanentemente para uma posição totalmente radical, louvando a reforma parlamentar, denunciando o dinheiro de papel e repetidamente sendo acusado de sedição.

governo federal permitindo que os bancos privados suspendessem os pagamentos em espécie em agosto de 1814, permitindo para continuar em operação e expandir o crédito sem ter que resgatar suas notas ou depósitos. Essa situação intolerável continuou por dois anos após o fim da guerra, até fevereiro de 1817, quando o governo Madison fez um pacto inflacionário com os bancos do país. O pacto previa que os EUA restabeleceriam um segundo banco privilegiado dos Estados Unidos, que então continuaria a inflar o crédito em pelo menos um valor acordado, em troca dos bancos graciosamente consentirem em retomar o cumprimento de suas obrigações contratuais de pagamento de suas dívidas em espécie. Seguiu-se um boom inflacionário, alimentado por um Segundo Banco em expansão, seguido pelo pânico catastrófico de 1819, no qual o Segundo Banco foi forçado a contrair repentinamente para se salvar. O pânico de 1819 confirmou a hostilidade de Thomas Jefferson em relação à reserva bancária, e vimos como ele e seu amigo e velho oponente John Adams declararam seu entusiasmo pelo tratado de economia “ultra hard money” de Destutt de Tracy.

Jefferson foi movido pelo pânico para traçar um 'Plano de Redução do Meio Circulante' corretivo, que ele pediu a seu amigo William Cabell Rives para introduzir na legislatura da Virgínia sem revelar sua autoria. O objetivo do plano foi declarado sem rodeios como 'a supressão eterna do papel do banco'. O método consistia em reduzir o meio circulante ao nível da espécie proporcionalmente ao longo de um período de cinco anos, até que o papel-moeda fosse completamente retirado e totalmente resgatado em espécie. Depois disso, o dinheiro em circulação seria apenas em espécie.

John Adams concordou de todo o coração. Em uma carta a seu antigo oponente, o grande libertário jeffersoniano, o teórico antifancário e antiferrageiro John Taylor de Caroline, Adams culpou os bancos pela depressão de 1819-20. Ele atacou qualquer emissão de papel-moeda além da espécie no banco como 'roubo', uma posição que elaborou anos antes: 'Cada dólar de uma nota de banco emitida além da

quantidade de ouro e prata nos cofres não representa nada, e é portanto, uma traição para alguém ”.[24]

O amigo próximo e genro de Jefferson, o governador Thomas Randolph da Virgínia, resumiu em seu discurso de posse em dezembro de 1820 a atitude predominante da Virgínia em relação aos bancos. Randolph apontou que a espécie, na demanda universal, tinha um valor relativamente estável, ao passo que os bancos causavam grandes flutuações na oferta e no valor do papel-moeda, com consequentes dificuldades. Randolph endossou não apenas a cobrança de todos os impostos em espécie (que mais tarde, em nível federal, se tornou o plano do 'Tesouro Independente'), mas também previu uma moeda lastreada em 100% em espécie.

Mas o impacto mais importante do pânico de 1819 no pensamento americano não foi simplesmente reconfirmar os defensores do dinheiro forte da geração mais velha. Era para gerar e estimular um novo e poderoso movimento de ultra-hard-money, que mais tarde se tornaria o movimento jacksoniano das décadas de 1830 e 1840. O objetivo do grande movimento jacksoniano era um sistema monetário consistindo totalmente em ouro ou em notas ou depósitos 100% lastreados em ouro. Seu primeiro objetivo, alcançado após grande luta na década de 1830, era eliminar o Segundo Banco dos Estados Unidos; a segunda, amplamente alcançada uma década depois, foi separar totalmente o governo federal do sistema bancário, confinando suas receitas e transações monetárias apenas à espécie (o “Tesouro Independente”). Seu objetivo final, apenas parcialmente alcançado, era proibir totalmente o sistema bancário de reservas fracionárias, uma meta que

24 Citado em Mark Skousen, T*he 100% Gold Standard: Economics of a Pure Money Commodity* (Washington, DC: University Press of America, 1977), p. 45.

poderia muito bem ter sido bem-sucedida se o Partido Democrata não tivesse sido fatalmente dividido pela questão da escravidão.[25]

Um número extraordinariamente grande de futuros líderes jacksonianos aprendeu suas visões de dinheiro forte antibanques ao vivenciar o pânico de 1819. O próprio general Andrew Jackson (1767-1845), um rico plantador de algodão de Nashville, Tennessee, adotou como resultado suas visões antibancos de toda a vida do pânico: na verdade, ele rapidamente se tornou o líder fervoroso da oposição aos jornais estaduais inconversíveis no Tennessee, bem como às leis para alívio de devedores. O senador jacksoniano Thomas Hart Benton (1782-1858) do Missouri, carinhosamente chamado de "Old Bullion" por sua devoção ao ouro e ao dinheiro vivo, e que estava programado para ser o sucessor jacksoniano de Martin van Buren na presidência, foi convertido de suas anteriores opiniões inflacionistas pelo pânico de 1819.[26] E o jovem futuro Jacksonian e eventual presidente, James K. Polk (1795-1849), um rico plantador de algodão, começou sua carreira política na legislatura do Tennessee em 1820 defendendo um rápido retorno aos pagamentos em espécie.

Os historiadores têm grande dificuldade em interpretar a natureza essencial do movimento jacksoniano ou, por falar nisso, as visões econômicas de Thomas Jefferson e dos jeffersonianos. Jefferson, por exemplo, foi geralmente visto como um devotado 'agrário', oposto ao comércio e à manufatura, e Jeffersonian John Taylor de Caroline foi rotulado da mesma maneira. Na realidade, é difícil ver como qualquer

---

25 Os objetivos corolários do movimento Jacksoniano eram todos consistentes com a meta de atingir um livre mercado, uma economia de *laissez-faire* e polidez, livres negociações (completadas na década de 1950), repagamento de toda a dívida nacional (conquistada na década de 1830), nenhuma "melhoria interna" de um pequeno estado federal precioso (obras públicas) e, geralmente, um orçamento ou poder governamental ultra-mínimo, certamente a nível federal e até mesmo a nível estadual e local.

26 O plano eram dois mandatos de Benton como presidente, para ser seguido de dois mandatos de Van Buren, o herdeiro selecionado de Jackson. Mas Van Buren nunca ganhou seu segundo mandato, o grande cisma entre os jacksonianos, simbolicamente incluindo um cisma entre Van Buren e o próprio Jackson, vindo em 1844 sobre a crucial questão se a República do Texas deveria ser admitida na União como um estado escravo.

"agrário" pode se opor a um comércio essencial para exportar produtos agrícolas, bem como importar produtos manufaturados e outros para os agricultores. É verdade que Jefferson, Taylor e outros eram agricultores dedicados e pessoalmente não gostavam de cidades. Mas eles não se opunham ao comércio ou à indústria. Eles se opunham ao subsídio governamental e à alimentação artificial forçada do crescimento industrial ou urbano.

Os jeffersonianos favoreciam o *laissez-faire*, os direitos de propriedade privada e o mercado livre e, portanto, se opunham a subsídios governamentais, tarifas protecionistas e crédito bancário barato e inflacionário.

Os jacksonianos também tinham pontos de vista *laissez-faire* estritos, exceto que havia, naturalmente, proporcionalmente mais que viviam em cidades ou trabalhavam na indústria. Os jacksonianos têm sido interpretados de maneira variada e até caótica pelos historiadores como sendo (a) caipiras agrários e selvagens que se opõem ao comércio e ao capitalismo (historiadores da virada do século XX); (b) pré-New Dealers interessados em forjar um levante de fazendeiros trabalhadores contra o capitalismo nacional republicano-whig (Arthur Schlesinger, Jr); e (c) porta-vozes de empresários em ascensão e bancos privados licenciados pelo Estado, tentando derrubar o banco central algemas sobre a inflação do banco estatal (Bray Hammond). As inconsistências selvagens dessas interpretações derivam da maioria dos historiadores que confundem o mercado livre com o capitalismo de estado. Os jeffersonianos e jacksonianos não eram anticapitalistas, mas ardorosamente a favor, mas para eles, em contraste com seus inimigos, os federalistas e whigs, o capitalismo genuíno ocorre apenas quando o comércio e a manufatura são livres, livres capitalismo de estado, crédito barato, tarifa protetora, uma dívida nacional e o Grande Governo, os de subsídios e controles restritivos. Enquanto federalistas e whigs eram mercantilistas que favoreciam o jeffersonianos e os jacksonianos eram capitalistas de livre mercado ou laissez-faire que queriam que o capitalismo e o crescimento econômico se desenvolvessem apenas sob liberdade e liberdade mercados, isto é, sob um sistema de livre

comércio, livre iniciativa, governo ultramínimo e dinheiro lastreado em metais.

Nem era Jefferson ou liderança jacksoniana de qualquer forma ignorante ou caipira. O próprio Jefferson, assim como a maioria dos outros líderes, conhecia bem a literatura da controvérsia bullionista, bem como os clássicos da economia. E a maior parte da geração mais jovem de brilhantes pensadores e escritores econômicos estava no campo jacksoniano.

Assim, Amos Kendall, editor influente do *Frankfort* (Ky) Argus, e mais tarde um dos principais criadores de cérebros no gabinete da cozinha do presidente Jackson, e seu principal conselheiro na guerra bancária, tornou-se um adversário ferrenho do sistema bancário como um resultado do pânico de 1819. Só de pensar em bancos ele agora considerava "nojento". O melhor método de torná-los inofensivos, concluiu ele, era simplesmente proibi-los por meio de emendas constitucionais. Se isso não fosse viável, os bancos deveriam ser obrigados a colocar uma garantia junto aos tribunais, permitindo-lhes resgatar todos os seus papéis.

Um dos primeiros economistas da América, Condy Raguet (1784-1842), encontrou sua perspectiva econômica totalmente transformada pelo Pânico de 1819. Um comerciante da Filadélfia e advogado de ascendência francesa, Raguet publicou, em 1815, um tratado inflacionista e protecionista, um Inquérito nas Causas do Estado Atual do Meio Circulante. Mas, em meio ao pânico, Raguet, como senador estadual da Filadélfia, chefiou um comitê em 1820-21 que examinou de perto as causas e os possíveis remédios para a depressão econômica sem precedentes. Raguet concluiu que a depressão foi causada pela expansão do crédito bancário no boom, seguida por uma contração subsequente quando o boom fez com que as espécies fossem drenadas dos cofres dos bancos. Como resultado, Raguet emergiu da depressão como um oponente dedicado do sistema bancário de reservas fracionárias e um partidário convicto do livre comércio. Ele ficou impressionado com o fato de que, entre os principais cidadãos e legisladores de 19 condados aos quais o comitê de Raguet enviou um questionário, 16 condados responderam categoricamente que "as vantagens do sistema bancário" não "superam seus males".

A partir de então, Raguet favoreceu 100% do banco de reserva à espécie e, embora não fosse um jacksoniano politicamente, apoiou firmemente o plano jacksoniano de “Tesouro Independente” que divorciava o tesouro dos bancos ou papéis bancários. Mais tarde, Raguet expandiu suas opiniões em seus *Ofthe Principles of Banking* (1830), *A Treatise on Currency and Banking* (1839, 1840), *Principles of Free Trade* (1835) e em uma série de periódicos que lançou no final da década de 1830, que incluía uma história documental da crise comercial atual, bem como reimpressões de Ricardo e outros teóricos monetários, e do relatório do ouro.

Hamilton, a quem Raymond considerava o único economista político verdadeiramente sólido. Mas até Hamilton concordou, de acordo com Raymond, sobre a questão do banco, e Raymond também se opôs à expansão do crédito bancário e a favor de bancos 100 por cento em espécie. Criticando a afirmação de Hamilton e de Adam Smith de que as notas bancárias aumentam o capital nacional economizando em espécie, Raymond citou a afirmação de David Hume de que "à medida que o dinheiro aumenta em quantidade, deve ser depreciado em valor". O crédito bancário também promove especulação extravagante, eleva os preços dos bens domésticos nos mercados de exportação e provoca um déficit na balança comercial. Para Raymond, a emissão de quaisquer notas bancárias além da espécie era, simplesmente, uma “fraude estupenda”. Idealmente, ele acreditava que o governo federal deveria eliminar inteiramente os papéis do banco e fornecer ao país um papel nacional lastreado em 100% em espécie. Como pode ser visto no caso de Raymond, não foram apenas os jacksonianos que chegaram a uma posição firme contra as reservas fracionárias durante a depressão de 1819-21. O jovem representante do estado da fronteira do oeste do Tennessee, Davy Crockett (1786-1836), futuro líder Whig e inimigo dos Jacksonianos, afirmou que “considerava todo o sistema bancário uma espécie de fraude em grande escala”. O protecionista e futuro presidente Whig, General William Henry Harrison (1773-1841), concorreu com sucesso ao Senado do estado de Ohio no outono de 1819.

Quando atacado em uma reunião pré-eleitoral local de cidadãos por ser diretor de uma agência local do Banco dos Estados Unidos, Harrison, em uma longa resposta, insistiu que ele era um inimigo jurado de todos os bancos, especialmente do Banco dos Estados Unidos, e que se opunha inalteravelmente ao seu estabelecimento e continuação. E, finalmente, pelo menos neste momento, o secretário de Estado e futuro presidente John Quincy Adams compartilhava totalmente da hostilidade de seu pai a todos os bancos de reservas fracionárias. A um francês que lhe havia enviado um plano de papel-moeda do governo federal, Adams elogiou o famoso Banco de Amsterdã, onde o papel "sempre foi um representante e nada mais", da espécie em seus cofres.

Raguet explicou, em seu Tratado sobre Moeda e Bancos, como a expansão do crédito bancário gerou um boom, preços mais altos, uma demanda para exportar espécies e um consequente chamado aos bancos para a contração e crise das espécies. Notavelmente, ele também antecipou James Wilson, do *The Economist*, em quase uma década, ao demonstrar, em um tratamento pré-austríaco do ciclo de negócios, como o boom gerou superinvestimento em bens de capital fixo. Assim, Raguet escreveu:

> No final da catástrofe, descobre-se que durante toda esta operação o consumo tem aumentado mais rápido do que a produção — que a comunidade está mais pobre no final do que quando começou — que em vez de comida e roupas ela tem ferrovias e canais adequados para o transporte do dobro da quantidade de produtos e mercadorias que devem ser transportados — e que toda a aparência de prosperidade que foi exibida enquanto a moeda estava gradualmente aumentando em quantidade era como a aparência de riqueza e riqueza que o perdulário exibe enquanto corre por sua propriedade, e como ela, destinada a ser seguida por um período de angústia e inatividade.[27]

---

27 Condy Raguet, *Treatise on Money and Banking* (1839), p. 137, citado em Vera Smith, *The Rationale of Central Banking* (1936, Indianapolis, Ind.: Liberty Press, 1990), p. 84.

A diferença é que o mais célebre Wilson, líder da chamada escola bancária da Grã-Bretanha, nunca perceberam que o superinvestimento foi causado pela expansão monetária e do crédito. Resumindo, ele nunca alcançou Raguet e os Jacksonianos nos Estados Unidos.

O pânico de 1819 também inspirou a publicação do primeiro tratado sistemático sobre economia política nos Estados Unidos, Pensamentos sobre Economia Política (1820), pelo advogado de Baltimore, Daniel Raymond (1786-1849).[28] Raymond nasceu em um Connecticut conservador família federalista, e seu livro foi uma homenagem às tarifas protecionistas e ao nacionalista Alexandre Hamilton, a quem Raymond considerava o único economista político verdadeiramente sólido. Mas até Hamilton concordou, de acordo com Raymond, sobre a questão do banco, e Raymond também se opôs à expansão do crédito bancário e a favor de bancos 100 por cento em espécie.

Criticando a afirmação de Hamilton e de Adam Smith de que as notas bancárias aumentam o capital nacional economizando em espécie, Raymond citou a afirmação de David Hume de que "à medida que o dinheiro aumenta em quantidade, deve ser depreciado em valor". O crédito bancário também promove especulação extravagante, eleva os preços dos bens domésticos nos mercados de exportação e provoca um déficit na balança comercial. Para Raymond, a emissão de quaisquer notas bancárias além da espécie era, simplesmente, uma "fraude estupenda". Idealmente, ele acreditava que o governo federal deveria eliminar inteiramente os papéis do banco e fornecer ao país um papel nacional lastreado em 100% em espécie.

Como pode ser visto no caso de Raymond, não foram apenas os jacksonianos que chegaram a uma posição firme contra as reservas fracionárias durante a depressão de 1819-21. O jovem representante do estado da fronteira do oeste do Tennessee, Davy Crockett (1786-1836), futuro líder Whig e inimigo dos Jacksonianos, afirmou que "considerava todo o sistema bancário uma espécie de fraude em grande

---

28 O segunda mais conhecida edição deste livro foi publicada como *The Elements of Political Economy* (2 vols, 1823, 1836, 1840).

escala". O protecionista e futuro presidente Whig, General William Henry Harrison (1773-1841), concorreu com sucesso ao senado do estado de Ohio no outono de 1819. Quando atacado em uma reunião de cidadãos pré-eleitoral local por ser diretor de uma filial local do Banco dos Estados Unidos, Harrison, em uma longa resposta, insistiu que ele era um inimigo jurado de todos os bancos, especialmente do Banco dos Estados Unidos, e que se opunha inalteravelmente ao seu estabelecimento e continuação. E, finalmente, pelo menos neste momento, o secretário de Estado e futuro presidente John Quincy Adams compartilhava totalmente da hostilidade de seu pai a todos os bancos de reservas fracionárias. A um francês que lhe havia enviado um plano de papel-moeda do governo federal, Adams elogiou o famoso Banco de Amsterdã, onde o papel "sempre foi um representante e nada mais", da espécie em seus cofres.

6.5 Pensamento monetário e bancário no continente

O pensamento monetário no continente europeu muitas vezes se comparou a mais rica e mais desenvolvida controvérsia na Grã-Bretanha. Na Suécia, notavelmente, a controvérsia "bulionista" desenvolveu-se meio século antes da mais famosa na Grã-Bretanha. Uma vez que poucos britânicos eram versados na língua sueca, a controvérsia e seu significado passaram despercebidos fora da Suécia.

Em meados do século XVIII, a Suécia experimentou quatro décadas (especificamente, 1739-72) de governo quase democrático, com o poder político nas mãos do parlamento, ou Riksdag, e com representantes escolhidos em quatro estados (nobreza, clero, classe média e camponeses). Dois partidos políticos que lutavam pelo poder nesta época, na nomenclatura que lembra as Viagens de Gulliver, eram os "Chapéus" e os "Bonés". Os chapéus, que estiveram no poder desde o início da grandiloquente chamada "Idade da Liberdade" até 1765, eram mercantilistas que acreditavam no uso da inflação para o desenvolvimento econômico. Subsídios à exportação, subsídios diretos, empréstimos baratos e altas tarifas protecionistas foram todos usados para construir melhorias internas e promover indústrias favorecidas, especialmente manufatura têxtil (um lema favorito dos Chapéus era "Homens suecos em roupas suecas").

O método de escolha para financiar esses gastos extravagantes foi a expansão inflacionária do crédito pelo Banco Central da Suécia. A conveniente teoria do chapéu proto-Keynesiano era que um aumento da oferta monetária resultaria em maior desenvolvimento e produção, em vez de preços mais altos. Quanto à ideia incômoda de que poderiam ocorrer déficits no balanço de pagamentos, não havia necessidade de se preocupar, uma vez que as importações seriam contidas por controles governamentais diretos, enquanto o aumento da renda nacional, de alguma forma estranha, promoveria o aumento das exportações. Após vários anos de expansão inflacionária do crédito bancário, o governo sueco saiu do padrão prata em 1745 e, a partir de então, ficou livre para inflacionar, *ad libitum*. Assim, o total de cédulas não conversíveis em circulação em 1745 era de 6,9 milhões de daler, dobrando até 1754, quando a circulação total era de 13,7 milhões de daler. A inflação monetária acelerou depois disso, mais do que dobrando nos quatro anos seguintes, atingindo 33,1 milhões de daler em 1758. Finalmente, o fornecimento de notas bancárias atingiu um pico em 1762 com 44,5 milhões de daler, um aumento de 545 por cento em relação a 1745, ou uma média de 32,1 por cento ao ano.

Em resposta à expansão monetária, os preços permaneceram estáveis por alguns anos e depois aumentaram de 1749 a 1756, com o índice geral de preços aumentando 23% em sete anos. Depois, como costuma acontecer, a alta dos preços se acelerou, dobrando nos oito anos seguintes e atingindo o pico em 1764. A maior preocupação era a taxa de câmbio, que subia ainda mais precipitadamente. Assim, depois de permanecer apenas 5 ou 6 por cento acima do valor nominal de 1752 a 1755, a taxa dos bancos de marco de Hamburgo em termos de dalers aumentou para 247 por cento acima do valor nominal em 1765.

A queda no valor cambial do daler levou o governo chapelista a tentar o controle direto das taxas de câmbio. Um escritório de câmbio estrangeiro foi estabelecido em 1747 para tentar empurrar para baixo as taxas, usando maciços subsídios do governo francês para apoiar os dalers no mercado de câmbio estrangeiro. A casa de câmbio teve sucesso por alguns anos, fazendo com que o preço dos bancos de Hamburgo caísse, por exemplo, de 24 por cento acima do valor nominal

em 1748 para 5 ou 6 por cento acima do valor nominal de 1752 a 1755. Mas uma taxa de câmbio estrangeira em queda artificial combinada com o aumento dos preços internos representou um enorme subsídio às importações para a Suécia. O enorme déficit resultante na balança de pagamentos levantou o problema crescente de como um país em papel inconversível vai financiar os déficits. Finalmente, os empréstimos e subsídios do exterior cessaram, o castelo de cartas entrou em colapso e as taxas de câmbio estrangeiras dispararam.

É interessante ver como os teóricos chapelistas, liderados por um certo Edward Runeberg, explicaram a crise crescente. Como os anti-bullionistas e os teóricos das escolas bancárias posteriores na Grã-Bretanha, eles — ainda com maior intensidade — inverteram a cadeia causal. O problema, declararam Chapéus, tinha origem no déficit no balanço de pagamentos. A origem do déficit era muito mais obscura; presumivelmente foi um ato intencional de consumidores e importadores gananciosos. O déficit então fez com que o preço do câmbio estrangeiro subisse, o que por sua vez elevou os preços dos bens domésticos nos mercados de exportação, o que por sua vez puxou para cima todos os preços dos bens domésticos. Consequentemente, toda a inflação doméstica se deveu realmente ao misterioso déficit na balança de pagamentos. A conclusão da política foi clara para os chapéus: restringir as importações por meio de coerção.

Nem uma vez os teóricos dos chapéus admitiram que pudesse haver uma cadeia causal que ia do aumento da emissão de notas bancárias aos preços e taxas de câmbio. Pelo contrário, os Hats advogavam novas emissões de dinheiro bancário para aumentar a produção doméstica, o que, por sua vez, aumentaria de alguma forma as exportações e, assim, aumentaria as receitas em moeda estrangeira e, junto com uma restrição coerciva das importações, curaria o déficit. Além dos enormes créditos privados, a inflação do dinheiro e do crédito do Banco da Suécia financiou déficits governamentais, muitos dos quais foram usados para pesadas despesas militares suecas para lutar na multinacional Guerra dos Sete Anos (1756-63).

À medida que a inflação começou a acelerar em 1756, a força política dos bonés cresceu continuamente, em reação não apenas à espiral inflacionária, mas também à participação em uma guerra amplamente impopular. Os Caps, que encontraram seu eleitorado entre

pequenos comerciantes e funcionários públicos prejudicados pela inflação, eram a favor do livre comércio e do laissez-faire, e se opunham ao mercantilismo e aos controles governamentais. À medida que a inflação avançava, os Caps foram capazes de mostrar como a inflação planejada pelo governo ajudou fabricantes privilegiados com empréstimos bancários baratos. Eles também demonstraram como os privilégios e subsídios dos hats ajudaram certos capitalistas comerciais privilegiados, especialmente exportadores de ferro.

Industriais menores, comerciantes e importadores que se opunham ao privilégio especial eram a espinha dorsal do partido boné. Preocupados com o aumento do poder do Cap, os chapéus finalmente pararam a inflação monetária em 1762, mas os preços e as taxas de câmbio continuaram a subir, já que as expectativas de mais inflação ainda prevaleciam. Finalmente, os bonés derrubaram os chapéus em 1765 e prontamente encerraram a inflação por meio de uma política heróica de deflação monetária, reduzindo a oferta total de notas bancárias para 33,5 milhões de daler em 1768, ou uma queda de 25 por cento em sete anos, a maior parte. desde 1765. O resultado foi, é claro, uma deflação acentuada nos preços e nas divisas, a taxa da marca de banco caindo de 247% do valor nominal em 1765 para 117% do valor nominal três anos depois. A produção e o desemprego também diminuíram acentuadamente.

Ao longo de todo esse ciclo de expansão e queda, os bonés assumiram com firmeza o que mais tarde seria chamado de posição bullionista. A emissão em excesso de notas, principalmente em moeda inconversível, ocasionou aumentos de preços e de taxas de câmbio. Como indicamos, os Caps sabiamente não se contentaram em simplesmente apontar as falhas econômicas no raciocínio dos Chapéus. Eles também atacaram os privilégios especiais desfrutados pelos chapéus e mostraram como o eleitorado dos chapéus se beneficiou com a inflação e o mercantilismo. A trajetória deflacionária dos Caps no poder pode ser justificada economicamente ao se apontar que medidas drásticas foram necessárias para reverter as expectativas inflacionárias. Mas o Caps enfatizou outro argumento político atraente: a retribuição. Por que os ricos comerciantes de chapéus e os aproveitadores

industriais da inflação não deveriam pagar o preço principal por um retorno ao padrão prata e ao dinheiro sólido? Desse modo, a deflação recompensaria aqueles que sofreram com a inflação, e os aproveitadores da inflação anterior, de certa forma, pagariam reparações para compensar as vítimas anteriores da inflação. Este estava longe de ser um programa absurdo. E assim os bonés propuseram-se, com toda a franqueza, a deflacionar os preços e as taxas de câmbio até à inflação do Hat anterior a 1745 e até à velha paridade prateada com o daler.

Economicamente, também, os Caps tinham um argumento importante: como as notas de banco recebiam seu valor real de suas reservas de prata, o daler deveria sempre designar a mesma quantidade, ou peso, da espécie.

Dois dos principais economistas do Cap, no entanto, argumentaram contra a deflação e, em vez disso, sugeriram voltar para a prata à taxa existente de duas vezes a antiga paridade. Um era o Rev. Anders Chydenius (1729-1803), um pastor luterano de uma pequena cidade na costa oeste da Finlândia. Vindo de uma cidade costeira de uma Finlândia colonizada pela Suécia (o Reino da Suécia e a Finlândia), e cujo comércio sofria com os privilégios estatais de Estocolmo e outros interesses suecos, Chydenius cedo falou e escreveu numerosos panfletos contra o mercantilismo e a favor do livre comércio. Ele também propôs uma filosofia da lei natural e dos direitos naturais de cada indivíduo. Em 1766, como representante do clero finlandês no Riksdag, Chydenius foi censurado e removido do Parlamento pelo flagrante crime (na “Era da Liberdade”) de escrever um tratado, O Socorro do Reino por um Sistema Financeiro Natural, atacar a política de deflação ao velho par depois que ele tinha. votou a favor. Aparentemente, mudar de ideia após uma votação não era permitido. No panfleto, Chydenius, sem o benefício de ter lido ou ouvido falar de Adam Smith, elaborou algumas noções de "notas reais" de operações bancárias permitidas em um sistema monetário conversível.

O outro oponente do Cap da deflação foi um professor de economia da Universidade de Uppsala, Pehr Niclas Christiernin. Chirstiernin começou em Uppsala como adjunto de direito e economia em 1761, depois tornou-se professor na mesma área, ocupou uma cadeira de filosofia e finalmente terminou como chanceler da

universidade. Em contraste com o mal lido Chydenius, Chistiernin estava impregnado de literatura econômica estrangeira como Cantillon, Hume, Justi, Locke e Malynes. Em um panfleto publicado em 1761 (Resumo das Palestras sobre o Preço Elevado do Câmbio Estrangeiro na Suécia), Christiernin apresentou uma teoria das taxas de câmbio flexíveis como mecanismo de equilíbrio em moeda inconversível que antecipava os bullionists e era superior a qualquer coisa escrita até então. Infelizmente, Christiernin permaneceu sem tradução para o inglês e, portanto, não lido lá, até 1971. Christiernin apontou que o aumento contínuo na oferta de notas de banco levou à queda no valor do daler, tanto no aumento das taxas de câmbio quanto nos preços de mercadorias em casa. O aumento na emissão de notas bancárias, por sua vez, resultou da política de empréstimos mais liberal do banco, que reduziu drasticamente a taxa de juros em meados da década de 1750, e também aumentou a inflação ao criar dinheiro para resgatar todos os títulos do governo existentes.

Christiernin, no entanto, estava longe de ser um homem de dinheiro forte e obstinado. Ele defendeu as notas bancárias como úteis, aumentando a atividade e o emprego, e se opôs à deflação porque, apontou, os preços e salários estavam em baixa. É duvidoso, entretanto, que a viscosidade descendente pudesse durar muito no século XVIII. Mas a principal objeção de Christiernin à deflação era que seu ideal não era dinheiro sólido e metálico, mas um desejo pré-Friedmanista de estabilizar o valor do daler e tornar o nível de preços constante. Em busca desse objetivo, ele recomendou operações de mercado aberto por parte do banco central. Além disso, novamente em antecipação aos monetaristas, ele admitiu que preferia a inflação à deflação, se essa fosse a escolha.

Infelizmente, as medidas deflacionárias heróicas levaram a reversões temporárias do Cap. Os chapéus voltaram ao poder em 1769, mas embora eles prontamente se reinventassem, eles começaram a se preparar seriamente para a restauração do padrão prata. Quando os Caps retornaram em 1772, no entanto, os poderosos capitalistas mercantes do partido Hat colaboraram com a Coroa e a nobreza para tomar o poder; em um golpe de estado, derrubando a democracia parlamentar e

instalando o rei Gustavo III como monarca absoluto. O rei Gustav devolveu a Suécia ao padrão prata em 1777 ao preço de mercado existente.

Mais tarde, as visões bulionistas britânicas se espalharam por partes do continente mais acessíveis do ponto de vista intelectual. Assim, em 1816, Johann Georg Busch (1728-1800), professor de matemática no Ginásio de Hamburgo, economista e fundador da Academia de Comércio de Hamburgo, denunciou o sistema bancário inflacionário impulsionado pelo governo. Busch observou que, como resultado,

> O abuso habitual é que muitos símbolos de papel foram produzidos em comparação com as necessidades dos cidadãos. Como consequência, há muitos que desejam transformar seu papel-moeda em uma mercadoria que é e pode ser o verdadeiro símbolo de valor. Visto que o banco não pode produzir esta mercadoria [ouro ou prata] fora da natureza como o papel com letras e números nele, e visto que ela deve então confessar que não pode cumprir sua promessa [de se converter em espécie], o cidadão enganado deve ficar relutante pegar um [o papel] pelo outro [espécie] dinheiro.[29]

Busch identificou o financiamento da guerra como o principal motivo da emergência da inflação do crédito bancário governamental desde o início do século XVIII.

Enquanto isso, na Rússia, o professor alemão báltico de economia política, o Smithian Heinrich Friedrich FreiheIT von Storch, denunciou a instigação governamental de crédito bancário e papel-moeda em um longo apêndice monetário à edição de 1823 de seu Cours d'economie politique. Storch, como Busch, apontou para a guerra como o principal motivo para a inflação contínua:

> o principal motivo para a introdução desta invenção calamitosa [do papel-moeda] em quase todos os estados da

---

29 Citado em Peter Bernholz, “Inflation and Monetary Constitutions in Historical Perspective”, *Kyklos, 36, no. 3* (1983), pp. 407–8.

> Europa, foram [sic] os distúrbios financeiros causados pelas guerras, que foram às vezes justas e necessárias, mas principalmente inúteis [...] Quantas guerras poderiam ter sido evitadas sem este infeliz expediente? Quantas lágrimas e quanto sangue poderia ter sido salvo.

O melhor remédio para esse mal, declarou Storch, seria retornar a um padrão puro de ouro ou prata de 100 por cento em todas as nações. Sem isso, entretanto, Storch estava disposto a se contentar com bancos privados e concorrentes livres que, ele foi talvez o primeiro a apontar, seriam muito menos inflacionários do que bancos com privilégios governamentais. Como disse Storch:

> os bancos privados são os que apresentam mais vantagens e menos perigos [...] A Grã-Bretanha é o único país da Europa onde existem bancos privados; em todos os outros estados, os negócios bancários estão concentrados em uma instituição, se não fundada, pelo menos aprovada e privilegiada pelo governo. No entanto, os bancos públicos são muito mais propensos a degenerar do que os bancos privados. Enquanto as empresas bancárias existem isoladas, suas operações parecem ser insignificantes: assim que formam uma única e grande instituição, atraem a atenção do governo, seus lucros são mais consideráveis; e por isso a proteção especial de que gozam ou os privilégios que solicitam têm de ser comprados por favores que mudam sua natureza e sutilmente minam seu crédito.[30]

30 *Ibid.*, pp. 408–9.

capítulo 7

O Pensamento Monetário e Bancário III: A Luta Pela Currency School

7.1 O trauma de 1825

Em 1823, a economia britânica finalmente se recuperou da pós-guerra napoleônica e da depressão agrícola pós-1819. Na verdade, um boom expansionista começou por baixo, tanto que acalmou os vociferantes defensores agrícolas de preços mais altos e os oponentes do retorno ao ouro. Sem surpresa, a expansão do crédito do Banco da Inglaterra liderou esse novo boom inflacionário, seu crédito total subindo de £17,5 milhões em agosto de 1823 para £25,1 milhões dois anos depois, um enorme aumento de 43 por cento ou 21,7 por cento não consolidado ao ano. Muito do boom monetário e do crédito veio por meio de investimentos em ações de mineração latino-americanas altamente especulativas. O grande radical do dinheiro sólido William Cobbett manteve um ataque de tambores contra essa inflação, mas, significativamente, ele também foi acompanhado, ainda que de forma mais privada, por homens tão moderados no dinheiro sólido como William Huskisson, que temia que "essa confusão universal em ações estrangeiras se transformasse a bolha mais tremenda já conhecida".

No final de 1824, as trocas se tornaram desfavoráveis e o ouro começou a fluir para o exterior; no ano seguinte, os britânicos começaram a exigir ouro dos bancos em números crescentes. Huskisson alertou repetidamente o Gabinete na primavera de 1825 que "o Banco, em sua loucura gananciosa, estava jogando de novo o jogo de 1817". No final de junho, um banco em Bristol recusou-se abertamente a dar ouro a um detentor de notas que rejeitou pagamentos em notas do Banco da Inglaterra, e esse incidente agourento foi amplamente divulgado por Cobbett. As reservas de caixa do Banco da Inglaterra estavam em seu nível mais baixo em cinco anos no final de fevereiro, em £8,86 milhões; e, a partir desse ponto baixo, caíram assustadoramente para não mais de £3,0 milhões no final de outubro. Corridas aos bancos e um pânico bancário se seguiram e no auge desse pânico, em meados de dezembro, um dono de notas do recalcitante banco de Bristol distribuiu um folheto alertando os cidadãos da cidade: "Como não há como saber o que pode acontecer, pegue ouro, para se A restrição vier, será tarde demais".

Durante o pânico, o importante banco do falecido Henry Thornton, Pole, Thornton & Co. faliu, apesar do empréstimo de última hora do Banco da Inglaterra e apesar do fato de Sir Peter Pole, chefe do banco, estar ligado por casamento com o governador do Banco da Inglaterra, Cornelius Buller.

Após uma semana de histeria em meados de dezembro, o Banco da Inglaterra, seguindo uma política altamente arriscada de empréstimos massivos aos bancos e redesconto de contas, conseguiu conter a corrida, embora suas reservas de caixa tivessem sido reduzidas para £1,0 milhão em o fim do ano.

O país foi salvo por um fio de cabelo de outra suspensão de pagamentos em espécie pelo Banco da Inglaterra. O banco implorou ao governo que ordenasse tal suspensão, mas o governo conservador, em grande parte devido à ardente pressão de Huskisson e Canning, resistiu às exigências do banco. O primeiro-ministro, Robert Banks Jenkinson, o conde de Liverpool, para desgosto de seus colegas Muito Conservadores da facção do duque de Wellington, concordou com Huskisson que, nas palavras de um homem proeminente de Wellington, "se o [Banco] parasse o pagamento, seria uma boa oportunidade de lhes tirar o seu Privilégio, [...] para deixar o banco quebrar".

O boom e a crise de 1825 trouxeram uma lição traumática para analistas atenciosos do cenário monetário e econômico. Pois esses eventos dramáticos demonstraram que o padrão-ouro, importante como um controle sobre a inflação monetária e bancária, não era suficiente: falências de bancos e ciclos de expansão e contração podiam e ainda iriam ocorrer. Algo mais, então, era necessário para cumprir a promessa dos bulionistas; algo mais do que o padrão ouro era necessário para combater os males do boom e da quebra e do sistema bancário de reservas fracionárias.

A resposta mais concreta e imediata ao pânico de 1825 foi uma decisão do governo de proibir as notas bancárias de pequeno valor (abaixo de 5 libras), uma mensuração que até mesmo o crédito pró-bancário de Adam Smith havia favorecido. Dessa forma, pelo menos para essas pequenas denominações populares e amplamente utilizadas, o público estaria usando apenas espécie como dinheiro. Em 22 de março de 1826, o Parlamento proibiu os bancos da Inglaterra e do País de Gales de emitir novas notas pequenas ou reemitir quaisquer notas

antigas depois de abril de 1829. Depois de junho de 1826, o Banco da Inglaterra continuou a obedecer a esse decreto por pouco mais de um século. Em outra reforma bancária, o Parlamento acabou com o sistema que prevalecia desde a virada do século XVIII: o Banco da Inglaterra detinha o monopólio de todos os bancos comerciais, exceto para sociedades de menos de seis pessoas. Esse monopólio foi abalado. Bancos corporativos e grandes sociedades agora eram permitidos na Inglaterra, por uma lei de 26 de maio de 1826. Infelizmente, essa liberalização foi bastante enfraquecida pela preservação do monopólio do banco de bancos corporativos e de grande escala dentro de um raio de 65 milhas de Londres. Em suma, o banco corporativo ou de ações conjuntas era permitido apenas aos bancos do "país".

A pressão política dos conservadores escoceses obteve uma isenção dessas reformas para a Escócia. Em primeiro lugar, a Escócia já tinha um banco de ações conjunto e, mais importante, a Escócia sempre foi um pântano de inflacionismo de notas de pequenos bancos. Mesmo após a retomada do padrão-ouro em 1821, a Escócia não tinha um padrão-ouro na prática. Frank Fetter divulga a solução da seguinte forma:

> Mesmo depois da retomada dos pagamentos em 1821, pouca moeda havia circulado; e, em grande medida, havia uma tradição, quase com força da lei, de que os bancos não deveriam ser obrigados a resgatar suas notas em moeda. O resgate nos rascunhos de Londres era a forma usual de pagar os detentores de notas. Havia um fundo de verdade na observação de um panfletário anônimo (1826): Qualquer idiota do Sul que tivesse a temeridade de pedir cem soberanos [moedas de ouro] poderia, se seus nervos o apoiassem durante o interrogatório no balcão do banco, acha-se com sorte por ser caçado até a fronteira.[1]

---

1 Frank W. Fetter, *Development of British Monetary Orthodoxy 1797-1875* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965), p. 122.

Para funcionar, um padrão ouro precisa, é claro, estar realmente em vigor — na prática, bem como nos estatutos oficiais.

Os conservadores escoceses, liderados pelo eminente romancista Sir Walter Scott, bloquearam com sucesso a aplicação da reforma das notas pequenas na Escócia. O porta-voz do alto conservadorismo escocês, Blackwood's Edinburgh Magazine, depois de saudar a campanha de Scott, publicou dois artigos sobre 'The Country Banks e o Bank of England', em 1827-28, nos quais teceu duas grandes tensões de ultra-inflacionismo: fora do padrão ouro, e elogiando os bancos do país. Blackwood também atacou o Banco da Inglaterra como excessivamente restritivo, ajudando assim a lançar a lenda de que o banco era muito restritivo em vez de ser ele próprio o principal motor da inflação. Em contraste, a Westminster Review, porta-voz dos filosóficos radicais, zombou dos escoceses por ameaçarem "uma guerra civil em defesa do privilégio de ser saqueado" pelo sistema de crédito bancário.

Foi também neste período, em 1827, que Henry Burgess fundou o poderoso comitê de banqueiros do país, e editou por mais de 20 anos o influente periódico do comitê, Circular to Bankers. Por esse período que Burgess manteve o fogo dos tambores de difamação inflacionista do padrão ouro, 'daqueles projetores ignorantes, vaidosos e obstinados — Huskisson, Peel e Ricardo', e do Banco da Inglaterra por ser muito restritivo aos bancos de crédito. Ele também denunciou os 'Economistas Políticos'. Como sendo 'a maldição do país' por causa de suas visões geralmente de dinheiro sólido. Por sua vez, a Blackwood's Edinburgh Magazine perseguiu uma linha inabalável semelhante por quase três décadas, denunciando o retorno ao ouro em 1819 como tendo dado 'aos judeus, corretores da bolsa e advogados do país, uma enorme vantagem, às custas das classes relacionadas com terra... '.

Por outro lado, William Cobbett continuou sua postura sólida anti-papel bancário, proclamando em 1828 que “Desde que aquele composto infernal do papel-moeda foi compreendido por mim, desejei a destruição da coisa maldita: aplaudi cada mensuração que tendia a produzir sua destruição, e censurava toda medida que tendia a preservá-la”. Explodindo os inflacionistas e privilegiados bancos rurais escoceses como “os monopolistas escoceses”, Cobbett também denunciou o escocês John Ramsay McCulloch por defender o papel do banco — “essa estupidez, presunção, obstinação e atrevimento

escoceses". Cobbett intensificou o ataque afirmando que "esses vorazes Roubos da Escócia têm sido uma peste para a Inglaterra por mais de duzentos anos". Pode-se comentar, é claro, que uma maneira simples da Inglaterra se livrar dessa "peste" era devolver a independência à Escócia, uma solução que Cobbett e os outros nacionalistas radicais ingleses de alguma forma deixaram de considerar.

Apesar do contínuo inflacionismo dos Altos Conservadores e dos Birmingham Attwoods, e apesar do choque iminente de opinião econômica sobre a reforma bancária, a maior parte dos economistas se posicionou quadrangular, em meados da década de 1820 em diante, em defesa do padrão-ouro. Tudo isso foi acordado e realizado. Suas diferenças no setor bancário não impediram a unidade nessa questão monetária fundamental. John Ramsay McCulloch, James Mill e Nassau W. Sênior defendiam solidamente o ouro. Até o suposto radical, e por um tempo, pré-keynesiano Malthus expressou total apoio ao retorno ao padrão-ouro em 1823 e depois. O arcebispo Whately, Mountifort Longfield, Thomas Perronet Thompson, até mesmo o arqui-indutivista e historicista Richard Jones de Cambridge, eram todos defensores ferrenhos do ouro. Mesmo o, muitas vezes confuso e irônico, John Stuart Mill foi contundente na defesa do ouro. O jovem Mill, ao ler o testemunho, em 1821, de Thomas Attwood a favor de um padrão combinado de prata e papel fiduciário inconversível, denunciou a ideia de depreciar o padrão como um 'plano gigantesco de confisco'. Mill trovejou "que os homens que não são patifes em seus negócios privados devem entender o que a palavra" depreciação "significa, e ainda apoiá-la, fala mal para o estado existente de moralidade em tais assuntos.[2]

7.2 O surgimento do princípio da moeda Corrente

A proibição de notas pequenas, no entanto, dificilmente resolveu o problema principal. O primeiro a ir além desse aspecto menor do sistema bancário e ir direto ao cerne da questão foi um pensador

---

2 Em "Currency Juggle", *Tail's Edinburgh Magazine* (Jan. 1833). Veja também, *op. cit.*, note 1, pp.140-41.

brilhante e influente que permaneceu tão pouco conhecido pelos historiadores quanto obscuro em sua própria época. É com justiça que Lionel Robbins espirituosamente se refere a James Pennington (1777-1862) como o "Mycroft Holmes" da controvérsia monetária posterior do período clássico.[3]

James Pennington nasceu em uma família quacre proeminente na cidade de Kendal, em Westmorland; seu pai, William, era livreiro, impressor e arquiteto, que eventualmente se tornou prefeito de Kendal. Graduando-se na primeira escola Quaker em Kendal, Pennington mudou-se para Londres. Pouco se sabe sobre sua vida pessoal depois disso, exceto que ele morava em Clapham, e que ele e sua grande família de sete filhos eram paroquianos, e James era um administrador da famosa igreja paroquial anglicana de Clapham, obviamente abandonando o quakerismo de sua juventude. Além disso, sabemos que ele era um comerciante, "cavalheiro" e contador, e por um breve período se tornou membro do conselho de controle da Índia em 1832. A partir de então, aposentado do comércio, foi consultado repetidamente em questões técnicas financeiras pelo governo

Na esteira da grande crise bancária de dezembro de 1825, Londres estava empolgada com as discussões sobre dinheiro e serviços bancários, o respeitável Political Economy Club lidando com este tópico em suas reuniões de 9 de janeiro e 6 de fevereiro de 1826. Na última ocasião, Pennington estava presente como convidado e, estimulado pela discussão, sentou-se para escrever um memorando sobre o assunto ao poderoso presidente da junta comercial, o liberal conservador William Huskisson. Huskisson não solicitou o memorando, mas era conhecido por ser receptivo a memorandos inteligentes sobre tópicos cruciais, e esse método de promover suas opiniões pode ter sido sugerido a Pennington por seu amigo de longa data e um dos fundadores originais do Political Economy Club, o comerciante e economista Thomas Tooke. Neste primeiro memorando para Huskisson em 13 de fevereiro, 'Sobre os Estabelecimentos Bancários Privados da Metrópole', Pennington descreveu com clareza

---

3 Lionel Robbins, Robert Torrens and the Evolution of Classical Economics (Londres: Macmillan, 1958), pp. 245-6.

cristalina como os bancos privados, ao expandir os empréstimos, criam depósitos à vista que funcionam como parte da oferta de dinheiro. Walter Boyd e outros apontaram isso, mas a exposição de Pennington foi incomparável em sua lucidez e, quando publicada como um apêndice da Carta de Tooke a Grenville (1829), influenciou muito as controvérsias bancárias da época. Infelizmente, a Carta não influenciou suficientemente o próprio campo de Pennington, a Escola da Moeda Corrente, que obstinada e tragicamente não percebeu que os depósitos bancários à vista faziam parte da oferta de dinheiro, equivalente às notas bancárias.

Sem qualquer encorajamento de Huskisson, Pennington seguiu seu primeiro memorando com outro, um ano depois (16 de maio de 1827) sobre 'Observações sobre a moeda'. Depois de explicar os procedimentos técnicos do padrão ouro, Pennington detalhou os perigos da existência de um papel-moeda para o ouro, e então acrescentou uma sugestão tentadora: 'É possível regular uma ampla circulação de papel ... para tornar sua contração e expansão ... sujeito à mesma Lei que determina a expansão e contração de uma moeda total e exclusivamente metálica". Aqui estava a primeira indicação do 'Princípio da Moeda' na Grã-Bretanha: que mais do que a simples possibilidade de resgate do ouro, era necessário transformar o dinheiro do banco em um mero substituto do ouro.

William Huskisson finalmente sentou-se e percebeu, escrevendo para Pennington que:

> Percebo que no final do seu Documento sobre a Moeda, o senhor expressa uma opinião que pode ser encontrada para evitar as alternâncias de excitação e depressão que têm assistido com consequências tão alarmantes para este país. Esse, por muito tempo, pareceu-me ser um dos assuntos mais importantes que podem chamar a atenção [...] [A] facilidade de expansão muito grande em um momento, e a contração muito rápida do crédito de papel [...] em outro, é sem dúvida um mal da maior magnitude.

Em suma, o crédito bancário e o papel-moeda foram percebidos por Huskisson como responsáveis pelo ciclo de negócios; o que, então, poderia ser feito sobre isso? Ele pediu a Pennington que elaborasse sua sugestão tentadora.

O resultado foi irônico: enquanto o terceiro memorando de James Pennington, em resposta, “Sobre a gestão do Banco da Inglaterra”, 23 de junho, foi a primeira elaboração fatídica do princípio monetário justamente famoso, ele dificilmente foi orientado para a ação o suficiente para satisfazer ao ministro. De qualquer forma, as questões monetárias enfraqueceram temporariamente, e o próprio Huskisson renunciou ao cargo no ano seguinte, para morrer três anos depois. Mas o memorando de Pennington, não obstante, era muito importante, pois declarava que, para tornar o papel-moeda corrente dos bancos estável e vinculado ao ouro, ele precisa ser regulamentado para se conformar aos movimentos do suprimento de ouro. Se o Banco da Inglaterra fosse o monopólio do emissor de notas, Pennington aconselhou profeticamente, seria fácil para ele controlar o fornecimento total; em vez disso, os bancos privados, Londres e outros países, poderiam de alguma forma ser total e imediatamente controlados pelo banco. Em ambos os casos, o banco poderia ser compelido a manter seus valores mobiliários (i.e., seus ativos lucrativos) fixados no valor total; nesse caso, as emissões de notas mover-se-iam na mesma direção e na mesma medida que seu estoque de ouro. Embora o banco não tivesse 100 por cento de reservas de ouro em suas notas, a diferença legalmente fixada entre elas significaria que as notas bancarias (e, por extensão, a oferta monetária total) se moveriam da mesma maneira e na mesma medida que o ouro oferta - chegando assim ao equivalente a 100 por cento de moeda em espécie para todas as operações futuras do banco. Aqui estava a semente da grande Lei de Peel de 1844, a personificação do princípio da moeda.

Mas Huskisson não conseguiu apreender esse ponto, por causa das hesitações e qualificações de Pennington; em particular, Pennington, entre todas as pessoas, sabia muito bem que os depósitos bancários são criaturas do crédito bancário tanto quanto as notas bancárias, e que "regulá-los [os depósitos] adequadamente não será uma tarefa fácil".

Torna-se um mistério que Pennington, o fundador do princípio monetário, tenha estado tão alerta para o papel dos depósitos bancários como dinheiro, enquanto a Escola da Moeda Corrente se concentrava com tanta insistência apenas nas notas bancárias. Eles aplicaram essa variante de dinheiro 100% ouro exclusivamente para notas, deixando os depósitos sem controle e não regulamentados por conta própria. Alguns historiadores especulam que a Escola da Moeda Corrente tomou a decisão consciente de evitar a aplicação de seu princípio aos depósitos, por causa de uma suposta dificuldade na aplicação prática e porque acreditavam que os portadores de notas - presumivelmente sendo uma seção mais ampla ou menos rica da população - estavam mais propensos a lucrar com o ouro do que os detentores dos depósitos.[4] Se sim, então esta decisão "prática" de esquecer os depósitos provou, a longo prazo, ser o cúmulo da inviabilidade - na verdade, fatal para a moeda, ou 100 por centavo de ouro, causa. Pois as proibições da Lei de Peel sobre a emissão de notas de reserva fracionária simplesmente induziram o sistema bancário, liderado pelo Banco da Inglaterra, a desviar suas atenções inflacionárias e expansionistas apenas para os depósitos - uma condição que ainda prevalece em todo o mundo.

A miopia da Escola da Moeda Corrente sobre os depósitos à vista dificilmente se estendia a seus primos nos Estados Unidos. Pelo contrário, esses lideravam 100 por cento do ouro e teóricos jacksonianos como Condy Raguet, Amos Kendall e o magnífico Jacksonian William M. Gouge da Filadélfia (1796 1863) estavam perfeitamente cientes do papel equivalente dos depósitos às notas na emissão de moeda bancária. Um editor da Filadélfia, Gouge tornou-se oficial do tesouro na década de 1830 e permaneceu lá a partir de então. Gouge sustentou firmemente que os depósitos são em todos os casos

---

4 Como veremos a seguir, a escola da moeda corrente estava dividida na questão dos depósitos como dinheiro: a insistência simplista nas notas como o único dinheiro do banco sendo mantido pela maioria liderada por George Warde Norman e Samuel 1. Loyd (Lord Overstone), enquanto a posição contrária e correta foi defendida por Sir William Clay e o Coronel Robert Torrens.

iguais a notas, que podem ser criados por empréstimos bancários e que têm o mesmo efeito inflacionário sobre os preços que as notas bancárias. Ele pediu um retorno às reservas de ouro de 100 por cento que sustentavam os depósitos dos bancos originais de Hamburgo e Amsterdã. Gouge foi também o principal teórico do sistema de tesouraria independente Van Buren-Polk, no qual o governo federal se separaria totalmente do setor bancário, primeiro por não manter depósitos em nenhum banco, gastando seus fundos diretamente em espécie e, segundo, aceitando impostos apenas em espécie e sem notas bancárias ou depósitos. Dessa forma, o sistema bancário americano ficaria livre, não apenas de um banco central (conforme garantido pelo presidente Jackson no início da década de 1830), mas também de qualquer vínculo ou apoio do governo federal.[5]

Outras expressões influentes do princípio da moeda corrente emergiram do pânico de 1825. O altamente influente Sir Henry Drummond (1786 1860)[6], banqueiro e MP, na quarta edição (1826) de

---

5 O trabalho principal de William Gouge foi publicado pela primeira vez como A Short History of Paper Money and Banking (1833) em duas partes separadas, teórica e histórica. A maior parte desse último foi reimpresso na Inglaterra, sob o título The Curse of Paper Money and Banking, com uma introdução, apropriadamente, do grande radical anti-bancário, William Cobbett. Ambas as partes foram reimpressas, virtualmente intactas, no próprio Journal of Banking de Gouge (1841-42).

6 Henry Drummond era o filho mais velho do banqueiro Henry Drummond e nasceu em Hampshire. Ele foi criado por seu avô materno, Henry Dudas, visconde Melville e, durante sua infância, tornou-se o favorito de William Pitt. Educado em Harrow e na Christ Church, Oxford, Drummond deixou a faculdade para se tornar sócio do banco de seu pai em Londres. O aristocrático Drummond foi membro do Parlamento de 1810 até se aposentar por problemas de saúde três anos depois. Nesse ínterim, Drummond conseguiu submeter ao Parlamento uma lei proibindo o desfalque pelos banqueiros de títulos mantidos em sua custódia. Drummond fundou a cadeira de economia política como Oxford em 1825, e quase ao mesmo tempo se tornou o principal líder, profeta e evangelista do crescente movimento do milenarismo pré-milenar no cristianismo protestante. Drummond voltou ao Parlamento de 1847 até o fim de sua vida, servindo lá como um conservador altamente independente, favorecendo a guerra, o governo e o estabelecimento eclesiástico. Drummond escreveu muitos panfletos sobre temas financeiros e evangélicos.

suas Proposições elementares sobre a moeda corrente, foi impulsionado pela crise a compreensão de que a mera conversibilidade em espécie não era suficiente para evitar crises de expansão monetária e de preços. Ele concluiu, portanto, que a quantidade de papel-dinheiro deveria ser mantida constante, de modo que variações na oferta de moeda refletissem apenas mudanças no estoque da espécie. No mesmo ano, Richard Page, escrevendo como 'Daniel Hardcastle', declara o princípio da moeda corrente de forma cristalina: 'Esse é apenas um estado de coisas sólido e bem regulado, quando não há maior quantidade numérica de papel em circulação do que teria circulado dos metais preciosos se não houvesse papel".[7]

Depois da crise de 1825, então, um consenso começou a se formar, começando com James Pennington e se espalhando por círculos bem informados na Grã-Bretanha, de que o padrão-ouro não é suficiente; e esse crédito bancário não precisa ser expandido indevidamente. No pólo final estava a Escola da Moeda Corrente, que acreditava que os bancos comerciais precisavam se restringir a 100% do ouro, pelo menos para qualquer emissão futura de notas. A maior parte das escolas, infelizmente, deixou os depósitos à vista fora de sua conta como não fazendo parte da oferta monetária. Outros líderes estabelecidos, como o governador do banco John Horsley Palmer, desenvolveram a visão muito mais qualificada, defendendo mais controle por parte do Banco da Inglaterra: o dinheiro do banco deveria pirâmide no topo de uma proporção fixa de reservas para passivos mantida pelo Banco da Inglaterra.

Mas se o crédito bancário deveria ser confinado aos movimentos de ouro e, assim, acabar com a ameaça de inflação e o ciclo de negócios, por que mecanismo isso seria realizado? Na maioria dos casos, e certamente entre praticamente todos os adeptos da Escola da Moeda

---

7 Em suas Letters to the Editor ofthe Times 'Journal on the Affairs and Conduct ofthe Bank of England (1826), citado em Elmer Wood, English Theories of Central Banking Control 1819-1858 (Cambridge Mass .: Harvard University Press, 1939), p. 110. Outro escritor de dinheiro sólido em 1826 foi o pseudônimo 'Benjamin Bullion', Letters on the Currency Question.

Corrente, a resposta seria o próprio Banco da Inglaterra: a mesma instituição que os bullionists e seus sucessores há muito viam como o agente central da inflação e da expansão do crédito. A ideia era que o banco passaria por cima dos bancos privados ou, no consenso em desenvolvimento, assumiria o monopólio sobre todas as emissões de notas bancárias - deixando os bancos a emitir depósitos à vista de uma forma que os vinculasse inexoravelmente ao Banco de Inglaterra. Em suma, o sistema bancário moderno, com todas as suas falhas inflacionárias profundas, foi o que foi imaginado e trazido pela escola da moeda. Em nome do dinheiro ultra-sólido, eles inadvertidamente impuseram à Grã-Bretanha, e mais tarde ao mundo, o sistema bancário moderno, centralizado, inflacionário, de reservas fracionárias e dominado pelo banco central. A teoria era que o banco controlaria os bancos privados por meio do monopólio da emissão de notas e outras medidas, enquanto o governo controlaria rigidamente o próprio banco.

O outro instrumento principal de controle bancário sobre os bancos privados era centralizar o ouro nas mãos do banco e tornar as notas do Banco da Inglaterra com curso legal para todos os cidadãos e bancos. Desse modo, os bancos seriam induzidos a entregar seu ouro ao Banco e a pirâmide feliz de seus empréstimos e depósitos sobre suas reservas bancárias. Seus depósitos à vista no banco sempre podiam ser trocados por moeda com curso legal. Em suma, quando essa estrutura proposta foi estabelecida na Grã-Bretanha e em outros lugares, o mundo ficou sobrecarregado com o sistema bancário moderno.

Ainda é um mistério como homens tão conscientes e críticos do papel cartelizante e inflacionário do Banco da Inglaterra deveriam ter proposto centralizar o controle nas mãos do mesmo banco, e tudo em nome de conter a inflação e amarrar o sistema monetário de perto e um a um para o ouro. Era realmente colocar a raposa no comando do proverbial galinheiro. Uma minoria de adeptos da moeda corrente, é verdade, preferia outra variante, inicialmente recomendada pelo pai espiritual da escola da moeda corrente, o próprio David Ricardo. Já no final de seu panfleto de 1816 sobre Economia e Moeda Corrente Escassa, Ricardo havia sugerido essa solução, influenciado por uma proposta inédita de JB Say em 1814. Em sua última obra póstuma, publicada em 1824, O Plano para o Estabelecimento de um Banco Nacional, Ricardo propôs e elaborou o novo plano: a nomeação de um

conselho governamental encarregado do monopólio nacional de emissão de notas, com o Banco da Inglaterra essencialmente confinado à banca de crédito e depósitos. A ideia era que, uma vez que não se podia confiar no banco como responsável pela emissão de notas de monopólio, essa função deveria ser confiada ao governo central. Mas, certamente, aqui ainda estava mais de uma raposa, se não de um lobo, para ser colocado no comando. O governo é tão, senão mais, inclinado à inflação monetária e de crédito quanto qualquer banco central privado. O governo sempre pode usar a inflação para financiar os déficits que deseja e para subsidiar o crédito a seus aliados políticos.

Havia outras maneiras muito mais efetivas de restringir a expansão do crédito bancário. Durante a era Jackson-Van Buren nos Estados Unidos (aproximadamente 1828-40), que coincidiu aproximadamente com o período das controvérsias da escola de banco de moeda corrente na Grã-Bretanha, o programa do movimento Jacksoniano de dinheiro sólido era muito mais completo e, em última análise, muito mais realistas do que seus primos espirituais da Escola da Moeda Corrente. Ambos os grupos visavam obter dinheiro sólido, fortemente vinculado à espécie, a fim de acabar com a inflação e o ciclo de expansão e contração. Mas, em vez de manter e fortalecer o banco central, os jacksonianos, muito mais logicamente, fizeram de sua primeira tarefa destruí-lo. O próximo passo, para Gouge, Kendall, Raguet e seus seguidores, que incluíam os presidentes Jackson e Van Buren, foi separar totalmente o governo federal do dinheiro, estabelecendo um sistema de tesouro independente, aprovado pelo governo Van Buren em 1840, revogado pelos Whigs, e então permanentemente restabelecido pela administração Jacksonian Polk em 1846. A ideia do tesouro independente era, primeiro, que o tesouro mantivesse seus próprios fundos, sem depositá-los em nenhum banco; e em segundo, para o tesouro aceitar em impostos e outras taxas apenas espécies, e nem mesmo notas de bancos que resgatam espécies. Dessa forma, o governo federal não daria nenhum incentivo à circulação de notas ou depósitos bancários. Outra plataforma do programa Van Buren, considerada, mas nunca aprovada, como sendo muito contundente, foi uma lei federal de falências que teria forçado qualquer

banco a fechar suas portas sempre que deixasse de cumprir suas obrigações contratuais de resgatar suas notas ou depósitos em espécie sob demanda. Outras partes do programa jacksoniano foram a execução da falência pelo Estado no momento em que um banco deixasse de pagar em espécie, e até a proibição de todos os bancos de reserva fracionária como inerentemente fraudulentos, como prometendo algo que possivelmente não poderia ser cumprido: o resgate instantâneo de todos passivos de demanda em espécie.[8]

Menos exaustivas do que as propostas jacksonianas, mas melhores do que a dependência da Escola da Moeda Corrente no banco central, foram as propostas de um grupo de banco livre que surgiu depois de 1825, pedindo a eliminação do Banco da Inglaterra. Os proponentes do free banking, entretanto, dificilmente estavam unidos em sua perspectiva teórica ou em seus objetivos; alguns queriam o free banking para eliminar o que consideravam uma restrição do Banco da Inglaterra à expansão do crédito bancário; enquanto outros queriam pelo motivo oposto: aproximar-se do objetivo da Escola da Moeda Corrente de dinheiro em espécie puro.

Na primeira categoria, por exemplo, estava o veterano inflacionista e antibulionista Sir John Sinclair. Por outro lado, um exemplo particularmente importante dessa última categoria, dinheiro sólido, foi o antigo bullionist e atendente da Casa da Moeda Real, Robert Mushet. Em seu livro substancial, *An Attempt to Explain from Facts the Effect of the Issues of the Bank of England* ... (1826), Mushet estabeleceu um tipo de princípio monetário da teoria do ciclo de negócios. O Banco da Inglaterra, apontou, pôs em movimento uma política expansionista que criou um boom inflacionário e que mais tarde teve de ser revertida em uma depressão contracionista. Como a Escola da Moeda Corrente posterior, o objetivo de Mushet era chegar a uma moeda puramente metálica ou seu equivalente, mas ele viu que o free banking em vez do banco central, era a melhor maneira de alcançá-lo.

---

8 Para uma excelente discussão do programa de tesouraria independente e suas duas partes cruciais, bem como da proposta de falência de Van Buren, consulte Major L. Wilson, The Presidency of Martin Van Buren (Lawrence, Kan .: The University Press of Kansas, 1984), p. 73 e *passim*.

Assim, Mushet saudou a lei de 1826, permitindo o banco por ações fora dos arredores de Londres, como uma melhoria do sistema anterior, mas ainda deixando intacto o 'mal principal', 'porque eles não tiram o poder do Banco da Inglaterra de adicionar extensivamente à moeda corrente'. Mas "quando o monopólio do Banco expirar [em 1833] e o comércio de dinheiro for perfeitamente livre, uma ordem de coisas melhor poderá surgir". A melhor ordem incluía estabilidade, uma moeda corrente que não sofria de expansão excessiva e o fim do ciclo de expansão e contração.[9]

Mas, de longe, o mais importante defensor do banco livre de dinheiro sólido foi o veterano Sir Henry Brooke Parnell, um importante parlamentar que assumiu o lado bullionista na questão do dinheiro irlandês em 1804, era um membro proeminente do comitê de bulion e apoiou retomada em 1819. Já em 1824, Parnell havia se mudado no Parlamento para uma investigação da carta do Banco da Inglaterra. Em 1826, ele denunciou o "privilégio exclusivo e pernicioso" do banco. Em 1826 e novamente no ano seguinte, Parnell organizou uma discussão no Political Economy Club, sobre o tema, 'Não poderia uma moeda corrente adequada ser garantida deixando os negócios bancários totalmente livres de interferência legislativa?' Ele não deixou dúvidas de que sua própria resposta foi sim.

Parnell apresentou seus pontos de vista sobre o banco livre em seu tratado de 1827, Observations on Paper Money, Banking, and Overtrading (1827, 2ª ed., 1829). Ele começou seguindo Mushet, colocando a culpa pelo pânico de 1825 nas emissões excessivas do Banco da Inglaterra de 1824-25. O problema era que a lei havia tirado do banco "o grande cheque sobre os abusos na emissão de papel-moeda, ou seja, a competição de bancos rivais". Indo além de Mushet, Parnell não estava disposto a esperar que o contrato do banco expirasse em seis anos; não, o poder do banco sobre o dinheiro e, portanto, sobre os preços e a situação geral dos negócios, era “totalmente repugnante...que

9 Por Mushet, ver Lawrence H. White, *Free Banking in Britain: Theory, Experience, and Debate, 1800-1845* (Cambridge: Cambridge University Press, 1984), p. 62.

não deve mais ser tolerado '. Parnell concluiu que o remédio era "um sistema bancário livre" e, olhando algumas páginas no final da obra de Mushet, proclamou que ele próprio foi o primeiro homem na Inglaterra a erguer a bandeira do banco gratuito.[10]

É dificilmente surpreendente, por outro lado, que George Poulett Scrope, o inveterado subconsumista, também tenha sido um defensor inflacionista do *free banking* nesse período. Em vários livros e em um artigo na *Quarterly Review*, anunciado por artigos de outros homens de pensamento semelhante naquele importante jornal conservador, Scrope pediu a legalização de notas de banco pequenos e o fim do monopólio de emissão de notas de Londres do Banco da Inglaterra. Seu programa foi projetado para atender fins inflacionistas. Assim, os bancos concorrentes seriam capazes de resgatar suas notas em ouro em vez de moedas. O objetivo proclamado desse programa bancário era, nas palavras de Scrope, "baixar em todos os lugares os valores dos metais e, com eles, o do dinheiro".[11]

7.3 Reabastecendo o Banco da Inglaterra

A autorização do Banco da Inglaterra expirou em 1833, e isso parecia oferecer aos críticos do sistema existente uma oportunidade de ouro para efetuar uma reforma fundamental. Um comitê de autorização do banco foi selecionado pela Câmara dos Comuns em 1832 para se envolver em uma investigação detalhada do sistema bancário, focalizando a questão do monopólio existente do banco na emissão de notas bancárias em Londres e arredores. As audiências e inquéritos do comitê foram o exame mais completo do banco britânico até o

---

10 Sobre Parnell, que foi negligenciado pela maioria dos historiadores, ver *ibid*., Pp.62-3, e Jacob Viner, *Studies in the Theory of International Trade* (Nova York: Harper & Bros., 1937), pp.24-241.

11 George Poulett Scrope, *An Examination of the Bank Charter Question (1833),* p. 456. Veja também Scrope, *The Currency Question Freed from Money (1830), On Credit Currency (1830)*. Os outros artigos em 1830 na *Quarterly Review* foram de Edward Edwards e H.A. Nilan. Sobre Scrope, veja também, *op. cit.*, nota 1, pp. 137-8. White negligencia caracteristicamente a diferença vital entre o inflacionismo de Scrope e os escritores de dinheiro sólido no campo do banco livre. Branco, *op.cit*., Nota 9, *passim*.

momento, mas Parnell, o único membro do comitê a votar contra a renovação de contrato do banco, reclamou com justiça que a lista de testemunhas estava contra os defensores do free banking por as manobras do chanceler do Tesouro no governo Whig de Lord Grey, o Visconde Althorp.[12]

Estava claro que um consenso de testemunhas estava se formando no sentido de centralizar a emissão de notas nas mãos de um Banco da Inglaterra fortalecido, uma política que tanto a Escola da Moeda Corrente, em sua forma equivocada, quanto o Estabelecimento moderadamente inflacionista poderiam apoiar. Apenas algumas testemunhas favoreceram a competição bancária na emissão de notas em Londres, e apenas uma, o comerciante de Manchester e banqueiro de ações Joseph Chesborough Dyer, se opôs à fatídica proposta de investir as notas do Banco da Inglaterra com poder de curso legal.

Com base na investigação da comissão, o visconde Althorp apresentou ao Parlamento em 1833 seu programa legislativo: manter o status quo da carta de banco e monopólio de emissão de notas bancárias em Londres e um raio de 65 milhas, e centralizar ainda mais o sistema

---

12 John Charles Spencer, visconde Althorp (1782-1845), nasceu em Londres em uma família aristocrática, filho do conde Spencer. Depois de estudar no Harrow and Trinity College, Cambridge, Althorp recebeu um MA do Trinity em 1802. Althorp foi MP por 30 anos após 1804. Inicialmente um apoiador de Pitt, Althorp assumiu uma posição geralmente radical no Parlamento, lutando contra imposto e a favor da emancipação católica, e tomou sua posição com a oposição Whig depois de 1815 a favor da reforma, redução de impostos e corte no orçamento. Em 1830, Althorp recusou o cargo de primeiro-ministro e assumiu seu lugar no ministério Grey como chanceler do Tesouro e líder da Câmara dos Comuns.

Após a morte de seu pai em 1833, Althorp sucedeu ao condado de seu pai como Lord Spencer, e retirou-se da política direta na Câmara dos Comuns. Ele continuou a ser influente, entretanto, a favor da paz com a França e da revogação das Leis do Milho na década de 1840.

Proprietário de terras e pecuarista de Yorkshire, Althorp amava a agricultura e a caça. Ele fundou ou ajudou a fundar a Yorkshire Agriculture Society e a English Agricultural Society (1828), que mais tarde se tornou a Royal Agricultural Society.

bancário ao conceder notas bancárias legais poder tenro. Isso significava que, a partir de então, os bancos privados e por ações não precisariam mais manter nenhuma de suas reservas em ouro, uma vez que os depositantes e detentores de notas seriam obrigados por lei a aceitar notas bancárias em pagamento; e que apenas o próprio Banco da Inglaterra teria que cumprir suas obrigações contratuais para resgatar suas notas ou depósitos em ouro. Essa medida de 1833 contribuiu muito para reduzir o papel da moeda de ouro na vida cotidiana e para encorajar sua substituição por notas e depósitos bancários. Ao apresentar seu programa, Althorp observou que, desde as audiências do comitê, "o público está mais inclinado a ver com bons olhos a gestão do Banco da Inglaterra ...". Em suma, o comitê carregado havia feito seu trabalho bem. Ele também forneceu um prenúncio do futuro, declarando que seu objetivo era que todas as notas bancárias fossem emitidas pelo Banco da Inglaterra - que, obviamente, é o sistema bancário centralizado moderno.

O poderoso lobby bancário do país, no entanto, levantou-se em grande ressentimento com essa ameaça aos seus privilégios de emissão de notas, e o Gabinete foi forçado a recuar em seu objetivo de monopólio de emissão de notas para o Banco da Inglaterra. Lorde Althorp ficou tão decepcionado com essa pressão bem-sucedida que quase renunciou ao governo

Embora houvesse apenas uma testemunha contra isso, a cláusula de curso legal para as notas do Banco da Inglaterra só foi veiculada na Câmara dos Comuns em virtude do apoio de arqui-inflacionistas que se opõem ao padrão ouro; a votação para o curso legal foi de 214 a 156, com os partidários do dinheiro sólido Sir Henry Parnell e Sir Robert Peel, o líder da oposição conservadora, votando contra.

A indignação contra a lei de curso legal entre o público foi liderada, como era de se esperar, pelos banqueiros do país. O comitê de banqueiros do país, liderado por Henry William Hobhouse, apontou que a lei "violaria os direitos privados e garantiria ao Banco da Inglaterra um monopólio injusto e perpétuo". O memorial do comitê justamente apontou que o governo havia tomado mensurações contra as tendências expansionistas dos bancos do país, mas havia ignorado a 'operação do mesmo princípio' em funcionamento no Banco da Inglaterra, em seu caso não controlado pela concorrência de outros bancos.

Liderando a reação pública contra o curso legal estava o prolífico defensor do banco livre, o advogado escocês Alexander Mundell. Mundell advertiu que a lei de 1833 levaria à centralização das reservas em espécie do país nas mãos do Banco da Inglaterra. Ele acusou que "Sua indústria [inglesa], que já foi tributada pelos privilégios exclusivos do Banco da Inglaterra como agora existe, deve ser tributada ainda mais por extensão".[13]

7.4 A crise de 1837 e a polêmica da *Currency School*

Pela primeira vez, a lei de 1826 permitiu a existência de bancos por ações (exceto o Banco da Inglaterra) na Inglaterra. Mas várias restrições restantes mantiveram o número de bancos por ações abaixo de 14; a lei de 1833 removeu essas restrições, e o resultado foi uma verdadeira orgia de bancos por ações formados na Inglaterra. Quarenta e quatro novos bancos foram acrescentados de 1831 a 1835, superados por nada menos que 59 somente em 1836, 15 deles estabelecidos entre 1º de maio e 15 de junho daquele ano. Um poderoso banco de ações conjuntas, o London and Westminster Bank, foi até estabelecido na própria Londres em 1834, embora, é claro, tenha sido proibido de emitir notas.

Junto com o aumento do número de bancos, veio uma expansão do dinheiro dos bancos. Assim, a circulação das notas bancárias do país aumentou de £ 10 milhões no final de 1833 para mais de £ 12 milhões em meados de 1836. Desse crescimento, quase tudo veio da emissão dos novos bancos por ações: de £ 1,3 milhão para £ 3,6 milhões no mesmo período.

Embora o Banco da Inglaterra e os bancos privados do país reclamassem da nova competição, a expansão do crédito pelo banco alimentou esse novo florescimento de bancos e notas bancárias. Os descontos do banco aumentaram de £ 1,0 milhão em abril de 1833 para £ 3,4 milhões em julho de 1835, e subiram para mais de £ 11 milhões

---

13 Em Alexander Mundell, *The Danger of the Resolutions Relative to the Bank Charter* ... (Londres, 1833). Citado em White, *op. cit.*, nota 9, pp. 67-8.

no final do último ano. O crédito bancário total, por sua vez, aumentou de £ 24 milhões em 1833 para mais de £ 35 milhões no início de 1837. Essa expansão ocorreu devido à perda de reservas em espécie do banco de £ 11 milhões em 1822 para menos de £ 4 milhões no final de 1836. Tanto para o princípio da moeda corrente e para sua "regra de Palmer" modificada, que o governador do banco, John Horsley Palmer, explicara ao comitê de licenciamento do banco em 1832 que o Banco da Inglaterra vinha seguindo. Não há como tal prática — de expandir o crédito enquanto as reservas em espécie estão caindo — poderia ser torturada até mesmo em uma aproximação do ideal monetário de que a oferta de moeda corrente deveria se mover como se fosse o estoque da espécie no país.

Para piorar, a expansão do crédito bancário levou, no que estava se tornando usual, a uma crise financeira e ao pânico no final de 1836 e início de 1837, repleta de corridas aos bancos, especialmente na Irlanda. Seguiram-se os sinais típicos de recessão: contração do crédito bancário, declínio da produção, colapso dos preços das ações, numerosas falências de bancos e outras empresas e aumento do desemprego.

Não é surpreendente que o novo ciclo de expansão e contração tenha gerado inquéritos parlamentares — por comitês de bancos de ações em 1836, 1837 e 1838, e ainda mais a debates vigorosos sobre a situação bancária em panfletos e na imprensa. Na verdade, mais de 40 panfletos foram publicados sobre o sistema bancário somente em 1837, e um grande número continuou no ano seguinte.

A guerra dos panfletos foi desencadeada por um panfleto notável do coronel Robert Torrens,[14] notável não apenas por ser a melhor apresentação da Escola da Moeda Corrente, mas também porque significou uma conversão repentina de Torrens nas categorias monetárias. Pois Torrens, embora um distinto economista político, amigo de Ricardo e fundador e membro principal do Political Economy Club, fora um inflacionista e anti-bullionista ardente, quase selvagem,

---

14 Robert Torrens, *A Letter to the Right Honourable Lord Viscount Melbourne* da recente perturbação no mercado monetário e na reforma bancária (Londres, 1837).

durante as lutas do Relatório de barras. Na verdade, o inflacionismo de Torrens continuou pelo menos até 1830.

Então, no decurso de discursos confusos e desconcertantes no Parlamento no ano crítico de 1833, Torrens continuou seus velhos ataques anti-deflacionistas amargos a lei de retomada de 1819, mas no meio deles também enunciou inconsistentemente o princípio da moeda de forma clara:

> A experiência extensa e calamitosa havia estabelecido o fato de que uma moeda corrente, consistindo em metais preciosos, e de papel conversível nesses metais sob demanda, estava sujeita a flutuações repentinas e muito consideráveis, entre os extremos do excesso e da deficiência [...] Uma moeda corrente misturada [...] sofreria uma contração muito mais considerável [...] do que puramente metálica [...] A menos que nosso atual sistema monetário fosse emendado pela interferência oportuna do Legislativo, iria ocasionalmente sofrer uma angústia periódica e agravada, até que, em uma falência nacional, ela encontraria sua eutanásia.[15]

Em outro discurso sobre a reclassificação do Banco da Inglaterra, Torrens advertiu que

> "a adoção das mensurações propostas pelo Governo para continuar e aumentar os privilégios exclusivos do Banco da Inglaterra infligiria ao país uma recorrência periódica em formas agravadas de repulsa ao comércio, e de pânico no mercado monetário [...]".

Em sua notável Carta a Lord Melbourne, toda hesitação finalmente desapareceu, e o Coronel Torrens juntou-se à liderança das

---

15 Citado em Lionel Robbins, *Robert Torrens and the Evolution of Classical Economics* (Londres: Macmillan, 1958), p.89. Robbins, o biógrafo de Torrens, admite sua incapacidade de explicar a completa reviravolta de Torrens em relação ao dinheiro e ao inflacionismo. *Ibid*., pp. 73-4.

escolas das moedas correntes. Ele começou destacando, em contraste com a maioria de seus colegas monetários, que os depósitos bancários eram igualmente dinheiro com notas bancárias, prestando homenagem a James Pennington por apontar isso. Torrens explicou a natureza dos depósitos como dinheiro muito claramente, mostrando que uma mudança dos passivos bancários de notas para depósitos ou vice-versa não mudaria a quantidade de dinheiro do banco pelo qual os comerciantes e outros podem fazer compras. Ele também observou que, embora a maioria das pessoas tenha aprendido como um aumento em moedas e notas bancárias aumenta os preços e deprecia as moedas estrangeiras, nem o governo nem os diretores do Banco da Inglaterra entendem como empréstimos e depósitos fazem a mesma coisa. Mas tragicamente, Torrens então inconsistentemente rejeitou os depósitos como sem importância, aparentemente com o fundamento de que o banco, e não o público, decide se manterá seus passivos em notas ou depósitos, e na suposição errônea de que o país e os bancos de ações em uma pirâmide em um índice fixo sobre notas bancárias como suas reservas, mas não sobre depósitos bancários. A partir de então, Torrens escreveu e agiu como se os depósitos fossem irrelevantes para a oferta de dinheiro.

Torrens também admitiu que o banco precisa funcionar como credor de última instância para bancos em dificuldades, mas depois limitou seu ataque ao banco a atiçar o crédito inflacionário e não se conformar com o princípio da moeda corrente desde o início. Para impor o princípio da moeda corrente ao banco, Torrens, pela primeira vez na mídia impressa, instou o Parlamento a separar rigidamente o banco em um departamento de emissão e um departamento bancário. O departamento de emissão seria forçado a limitar suas emissões de notas ao seu suprimento real de ouro, de modo que as notas bancárias só pudessem flutuar na medida em que o estoque de ouro do banco aumentasse ou diminuísse. Desse modo, escreveu Torrens, "a circulação [das notas de banco] sempre permaneceria no mesmo estado, tanto no que diz respeito à proporção quanto ao valor, em que existiria se fosse totalmente metálica".

O problema é que o departamento bancário, no plano de Torrens e, portanto, no plano monetário, seria deixado totalmente livre e não regulamentado, no pressuposto de que o banco poderia emitir créditos

e depósitos, e que esses empréstimos e depósitos à vista seriam totalmente irrelevantes para a oferta de dinheiro. A negligência com os depósitos foi a falha trágica no plano monetário.

O ataque do coronel Torrens ao banco estava em vigor, embora não pelo nome, respondido em um panfleto do diretor do banco e ex-governador John Horsley Palmer.[16] Como no caso dos apologistas dos bancos por décadas, Palmer culpou todas as instituições, exceto o banco: os embarques de fundos para o exterior, as corridas aos bancos e a expansão imprudente do crédito por ações privadas e de ações conjuntas dos bancos ingleses e irlandeses. Ele concluiu que a solução — uma favorita particular do banco — era que o banco precisava ter o monopólio de todas as emissões de notas. Ironicamente, a Escola da Moeda Corrente, tão hostil ao banco, propôs o mesmo plano por diferentes motivos: para que o governo pudesse ter apenas um banco central para regular.

Em sua Carta a Lord Melbourne, Torrens deu crédito ao banqueiro Samuel Jones Loyd por ter originado a ideia da separação do Banco da Inglaterra em departamentos de emissão e de bancos. Loyd agora pesou com um panfleto de ataque a Palmer, no qual ele assumiu a liderança do campo monetário.[17] Muito mais simplista do que

---

16 The Causes and Consequences of the Pressure upon the Money Market (Londres, 1837). Palmer (1779-1858), era filho de William Palmer de Essex, um comerciante de Londres e prefeito e xerife de Essex. Comerciante e armador das Índias Orientais, John Horsley Palmer fez parceria com seu irmão em 1802. Ele foi diretor do Banco da Inglaterra de 1811 em diante.

17 Em suas *Reflections Suggested by a Perusal of Mr. J. Horsley Palmer's Pamphlet* (Londres, 1837). Loyd (1796-1883), mais tarde o primeiro Barão Overstone, era o único filho de um ministro galês dissidente, o Rev. Lewis Loyd. A mãe de Loyd era filha de um banqueiro de Manchester, John Jones. Educado em Eton, e então recebendo um BA no Trinity College, Cambridge, no topo da lista, em 1818, Loyd ganhou um MA do Trinity em 1822. Nessa época, o Rev. Loyd havia deixado o ministério para se tornar um parceiro no banco do pai de Iaw, e então fundou a filial de Londres da Jones, Loyd & Co.

Torrens, Loyd dogmaticamente, mas fatalmente, afirmou que as notas e os depósitos são para sempre e absolutamente diferentes e, portanto, podem e precisam ser tratados de maneira totalmente diferente. O professor Fetter oferece uma explicação divertida e precisa do triunfo da postura simplória de Loyd:

> Ele [Loyd] afirmou como fundamental que nenhum homem em sã consciência poderia questionar que a emissão de notas e os negócios de depósito eram completamente separados e que uma circulação mista de moedas e notas deveria flutuar exatamente como faria uma circulação totalmente metálica. Apesar de sua vacuidade teórica, não havia como negar a eficácia do argumento de Loyd. [...] O prestígio de Louis como um banqueiro de sucesso sem dúvida fez com que suas palavras transmitissem convicção a muitos que [...] achavam que algo deveria ser feito a respeito do Banco da Inglaterra e que um homem que ganhava dinheiro bancário precisava entender de bancos.[18]

Ao longo de 1837 e 1838, o princípio da moeda corrente foi defendido em panfletos altamente influentes — novamente por Loyd, pelo irmão de David Ricardo, Samson, e — em um pronunciamento particularmente importante — pelo antigo diretor do Banco da Inglaterra, George Warde Norman. Como Loyd, Torrens e Pennington, Norman era membro do Political Economy Club. Seu panfleto de 1838 foi uma revisão de um panfleto que ele havia impresso em particular cinco anos antes.[19] Norman concordou com Loyd que notas e depósitos

---

Em 1834, o banco se fundiu no novo London & Westminster Bank. Um banqueiro de sucesso, Samuel Loyd sucedeu à liderança de seu pai em Londres e Westminster em 1844. Loyd morreu como um dos homens mais ricos da Inglaterra. Ele foi feito Lord Overstone em 1850.

18 Também, *op. cit.*, nota 1, p. 171.

19 Norman, *Remarks upon Some Prevalent Errors with Respect to Currency and Banking* (Londres, 1838). Norman (1793-1882) nasceu em Kent; seu pai, George Norman, era um comerciante no comércio de madeira da Noruega e

são totalmente diferentes, e também sugeriu conceder ao Banco da Inglaterra o monopólio de todas as notas de banco. Uma vez que Norman era um diretor de banco poderoso, parece que sua adoção do princípio monetário alegadamente 'anti-bancário' foi semelhante a B'rer Rabbit insistindo para não ser jogado no canteiro de arbustos!

7.5 A crise de 1839 e a escalada da controvérsia da *Currency School*

Um leve boom em 1837 e 1838 foi seguido por outra crise econômica no final de 1838 e durante 1839. Seguiram-se falências e corridas bancárias, e a reserva de ouro do Banco da Inglaterra caiu de £9,8 milhões em dezembro de 1838 para um valor extremamente baixo de £2,4 milhões em setembro de 1839. Não só isso; mas, diante da redução das reservas, o banco, em vez de seguir qualquer coisa como sua própria regra de Palmer, deixar mais o princípio da moeda corrente mais rigoroso, expandiu ainda mais o crédito, precipitando assim uma drenagem ainda maior de ouro do banco. Em julho e agosto de 1839, o chanceler do Tesouro estava começando a contemplar outra restrição, outra suspensão do pagamento em espécie em nome do banco. O banco foi salvo apenas por créditos maciços do Banco da França e de Hamburgo.

Claramente, a situação bancária estava se tornando insuportável e algo precisava ser feito. O Parlamento nomeou um comitê seleto de

---

xerife de Kent. George Warde foi educado em Eton e juntou-se ao seu pai no comércio da Noruega, passando muitos anos na Noruega. Após a aposentadoria de seu pai em 1824, George Warde tornou-se o único proprietário do negócio, até que foi fundido com outra empresa mercantil em 1830. George Warde Norman foi diretor do Banco da Inglaterra de 1821 a 1872, e foi membro do banco comitê do tesouro durante a década de 1840. Norman foi membro fundador do Clube de Economia Política e foi o último membro original sobrevivente.

Norman era um liberal dedicado ao livre comércio e amigo íntimo do grande radical filosófico, banqueiro e classicista George Grote. Norman era amplamente lido na literatura inglesa, continental, latina e norueguesa.

bancos de emissão em 1840 e novamente em 1841, e audiências massivas foram realizadas sobre a questão. Disputas em depoimentos parlamentares e controvérsia de panfletos foram redobradas e se tornaram mais urgentes pela concessão de Horsley Palmer de que o banco estava achando quase impossível cumprir sua regra.

Vários outros grupos surgiram agora para desafiar o crescente consenso das escolas das moedas correntes. Os adeptos do banco livre seguiram a liderança da Escola da Moeda Corrente ao atacar o Banco da Inglaterra a responsabilidade pela inflação e pelo ciclo de negócios. Mas a força de sua oposição ao banco foi viciada por sua apologia uniforme pelo país e pelos bancos por ações. Embora seja verdade que esses bancos foram em grande parte governados pelas ações do banco, era chocante para eles alegar que os bancos privados foram totalmente passivos e inocentes em todo o processo. A escola de free banking foi particularmente desacreditada pelo fato de que praticamente todos os seus porta-vozes — com exceção de Sir Henry Parnell, que morreu em 1842, no meio da controvérsia — eram eles próprios banqueiros de ações conjuntas ou rurais, de modo que implorar por promoção em sua posição era muito evidente. Se esse grupo tivesse confinado sua defesa do free banking ao ponto amplamente político de que o banco seria inevitavelmente mais inflacionário e perigoso do que o banco competitivo, eles teriam sido muito mais persuasivos. Mas tal restrição não é a prática usual de defensores de promoção.

O único economista distinto a defender a causa do free banking foi Samuel Bailey, o teórico do valor subjetivo. Mas Bailey havia fundado e agora era presidente da Sheffield Banking Company, e sua fervorosa apologia era muito suspeita. Bailey, de fato, foi um dos piores criminosos ao insistir na passividade do país e dos bancos por ações, e ao atacar a própria ideia de que há algo errado em se preocupar com mudanças na quantidade da oferta monetária. Ao assegurar a seus leitores que o sistema bancário competitivo sempre forneceria 'bom ajuste da moeda corrente às necessidades do povo', Bailey ignorou a verdade ricardiana fundamental de que nunca há qualquer valor social para aumentar a oferta de dinheiro, uma vez que a mercadoria é estabelecida, e que os aumentos inflacionários no crédito bancário ocorrem como um processo de emissão fraudulenta de recibos de depósito falsos em dinheiro padrão.

Outra escola de pensamento que surgiu neste período foi a escola bancária, neste ponto inicial consistindo apenas de um homem proeminente, Thomas Tooke. Tooke (1774-1858) era agora um comerciante idoso do comércio russo que, filho de um capelão, começou a trabalhar em São Petersburgo aos 15 anos e tornou-se sócio de uma firma mercantil em Londres. Por muito tempo interessado em assuntos econômicos, Tooke foi um dos fundadores do Political Economy Club e continuou a comparecer às reuniões do clube até sua morte. Na controvérsia da barra, Tooke foi um ferrenho bullionist e apoiou fortemente a retomada dos pagamentos em espécie em 1819. Na melhor das hipóteses, no entanto, Tooke era um pensador confuso e incipiente, e qualquer perspicácia teórica que ele tinha estava aparentemente distorcida além do reparo por décadas de imersão em sua obra de vida, *History of Prices and ofthe State of the Circulation* um em quatro volumes de 1792, publicada de 1838 a 1848.[20] O jogo indutivo com suas estatísticas foi capaz de convencer Tooke, por exemplo, já em seus volumes de 1838, o primeiro daquele alto e o aumento dos preços durante os períodos napoleônicos deveu-se exclusivamente a más colheitas, reduzindo a oferta de produtos agrícolas, bem como obstruções ao comércio exterior, enquanto, em segundo lugar, a queda dos preços após a guerra foi causada por melhores colheitas e retomada do comércio. Tendo concluído que, Tooke pôde prosseguir, em seu terceiro volume da History of Prices em 1840, e em seu depoimento parlamentar do mesmo ano, para lançar a escola bancária com a proposição absurda — para citar uma formulação cristalina de Tooke quatro anos depois — que: 'os preços das mercadorias não dependem da quantidade de dinheiro indicada pela quantidade de notas bancárias, nem da quantidade de todo o meio circulante: mas que, pelo contrário, a quantidade do meio circulante é consequência dos preços ”.

---

20 Os dois primeiros volumes foram publicados em 1838, o terceiro em 1840 e o quarto em 1848. Dois volumes posteriores apareceram em 1857, perto do fim da vida de Tooke, mas foram escritos em grande parte por seu co-autor William Newmarch.

Para ser justo com Tooke e seus colegas da escola bancária, eles não pretendiam — ou declaram prentender — aplicar essa velha falácia à moeda corrente inconversível, como seus antepassados anti-bullionistas haviam feito, mas apenas à moeda conversível. Mas isso não tornou sua análise ou conclusão nem um pouco menos absurda. A crítica magistral de Torrens merece ser citada com certa extensão: Torrens primeiro aponta que Tooke tem 'a reputação merecida, que até ele mesmo não pode destruir' de ter mostrado por 'uma extensa indução de fatos existentes e históricos ... que o valor de tudo diminui à medida que sua quantidade aumenta em relação à demanda'. Mas então, nota Torrens, Tooke 'vira as costas para si mesmo ao afirmar que o valor do dinheiro não diminui, à medida que sua quantidade aumenta em relação à demanda'. Ou pelo menos ele afirma isso para um padrão monetário conversível. Mas Torrens conclui de forma incisiva que os efeitos de um aumento são os mesmos, para moeda conversível ou inconversível. A única diferença é que há limites para os aumentos impostos por uma moeda corrente conversível. Assim: 'Sr. Tooke cai no equívoco de imaginar que a limitação a um declínio adicional de valor que a conversibilidade impõe impede a existência anterior do declínio que ela subsequentemente interrompe.' Como Adam Smith, a escola bancária estava alegremente assumindo que os ajustes e restrições de resgate eram instantâneos e, portanto, nenhum problema seria criado nos processos reais do mundo real.

Um determinado golpe de florete contra Tooke por Torrens quatro anos depois não pode ser resistido: “Ao longo de páginas intermináveis de afirmações inconsistentes [na História dos preços em vários volumes], ele reitera a inferência de que o valor das mercadorias flutuou em relação ao dinheiro e que, portanto, o valor do dinheiro não oscilou em relação às mercadorias”.

A proposição corolário da escola bancária, tirada dos antibullionistas e agora trazida novamente à tona por Tooke, é que o Banco da Inglaterra não pode aumentar a oferta de dinheiro (como Tooke colocou de forma severa, 'O Banco da Inglaterra não tem o poder para adicionar à Circulação'). Mesmo aplicando essa afirmação apenas à moeda corrente conversível, como fez a escola bancária, é difícil manter tal manifesto absurdo por extenso. Na prática, portanto, Tooke e os outros adeptos das escolas bancárias geralmente modificavam essa

afirmação contundente para se aplicar apenas a notas de banco emitidas em empréstimos a tomadores privados, e não a compras de títulos do governo. À pergunta: qual é a diferença? a principal contribuição para a doutrina de Tooke foi feita em 1844 por John Fullarton: a saber, que as notas emitidas na compra de títulos do governo são 'pagas' e permanecem em circulação permanentemente, aumentando assim a quantidade de dinheiro, ao passo que as notas bancárias "são apenas emprestadas e devolvidas aos emitentes"[21] e, portanto, presumivelmente, não aumentam a oferta de moeda. Foi isso que Fullarton chamou de "princípio de refluxo" das notas que retornam aos bancos. Mais uma vez, a contundente refutação veio do Coronel Torrens, que apontou que para ter algum peso, o 'alardeado princípio do refluxo' exige o reembolso instantâneo de todos os empréstimos: "Permitir que qualquer intervalo entre o empréstimo e o reembolso e nenhuma regularidade de o refluxo pode evitar que a redundância seja aumentada em qualquer extensão concebível."[22]

O mesmo, assim como muitos outros, restrições se aplicam a uma variante de Fullarton e outros na escola bancária, que, novamente decorrente dos antibullionistas, sustentou que os bancos nunca podem emitir notas em excesso, desde que suas notas sejam emitidas apenas no curso de fazer empréstimos de curto prazo com liquidação

---

21 John Fullarton, On the Regulation of Moedas (1844). Fullarton (1780-1849), filho de um médico, foi para a Índia como oficial médico da East India Company e tornou-se cirurgião assistente em Bengala por mais de uma década. Enquanto estava na Índia, ele se tornou sócio da casa bancária de Alexander and Co., em Calcutá, e acumulou uma enorme fortuna, retornando a Londres no início da década de 1820. Fundador do Carlton Club e autor de vários artigos pró-Tory no início da década de 1830, Fullarton, aposentado, entrou na briga em nome da escola bancária.

22 Para o papel de Torrens nesta e em outras discussões econômicas, incluindo uma anotação completa de cada um de seus escritos, consulte o delicioso trabalho de Lionel Robbins, Robert Torrens e a Evolução da Economia Clássica (Londres: Macmillan, 1958), esp. Capítulos IV, V e o apêndice bibliográfico.

automática, acompanhados de estoques de bens em processamento - a chamada doutrina das "contas reais".

O papel de Torrens na controvérsia entre moedas correntes e bancos tem uma simetria reversa fascinante com o caminho percorrido por Tooke. Enquanto Torrens começou como um anti-bullionist e apologista do Banco da Inglaterra, e agora terminou como um tutor da moeda corrente e oponente da inflação do crédito bancário, Tooke começou como um bullionista sólido, mas terminou seus dias como um pró-banco, anti-bullionista.

Entre as várias inconsistências graves na abordagem da escola bancária, uma se destaca particularmente: se é verdade que os bancos não podem errar (pelo menos em uma moeda corrente conversível), que eles não podem emitir notas em excesso ou expandir o crédito, e que mesmo se o fizessem, não teria efeito no aumento de preços ou na geração de um ciclo de negócios, por que não adotar o free banking? Por que ter um monopólio privilegiado como o Banco da Inglaterra? No entanto, a escola bancária permaneceu um inimigo determinado do free banking e apologistas dedicados do banco. O ditado mais famoso de Thomas Tooke era o impressionante: 'O livre comércio bancário é sinônimo de livre comércio de fraude'. É justo. Mas, se analisarmos esse pronunciamento logicamente e descobrirmos que o sistema bancário é sinônimo de fraude, então qual é a razão para colocar o poder de privilégio estatal por trás de um monopólio “vigarista”? Mesmo que o sistema bancário seja uma fraude, a "fraude competitiva" não é melhor do que um vigarista com monopólio dominante e privilegiado pelo Estado? E, no entanto, Tooke lutou ferozmente para preservar o banco e seus privilégios exclusivos em Londres e arredores; sua única reforma proposta era induzir o banco a manter uma reserva maior de espécie para passivos.

A única contribuição da escola bancária era continuar a enfatizar — o que Torrens sabia, mas Loyd e Norman não — que as notas bancárias e os depósitos bancários à vista eram iguais e coordenavam partes da oferta de dinheiro. Por causa de seu grave erro nesse ponto (no caso de Torrens, demitir depósitos como sempre em uma proporção fixa para notas), a Escola da Moeda Corrente, e sua incorporação na lei de Peel, deixou os depósitos como o grande buraco em sua tentativa de fazer o suprimento de dinheiro conformar-se aos movimentos em ouro.

Como observamos, as contrapartes das escolas das moedas correntes nos Estados Unidos não cometeram esse erro.

O livre comércio e o pensamento laissez-faire estavam crescendo em domínio na Grã-Bretanha durante essa época, liderado pelos intrépidos comerciantes, fabricantes e publicitários de Manchester. Mas qual é a sua posição quanto à problemática questão dos bancos? A atividade bancária deve ser gratuita ou a atividade bancária de reserva fracionária é realmente "trapaça" e, portanto, diferente da empresa honesta normal? O Chanceler do Tesouro, Thomas Spring Rice, estava correto quando afirmou no Parlamento em 1839: "Nego a aplicabilidade do princípio geral da liberdade de comércio à questão de ganhar dinheiro?"

De uma coisa os homens de Manchester estavam certos: não havia lugar a ser dado ao Banco da Inglaterra. Assim, John Benjamin Smith, o poderoso presidente da Câmara de Comércio de Manchester, relatou à câmara em 1840 que a crise de 1839 foi causada pela contração do Banco da Inglaterra, decorrente inexoravelmente de sua própria "expansão indevida da moeda corrente" anterior. Smith denunciou os "privilégios indevidos" do banco como fonte de seu controle sobre a vida econômica do país. Testemunhando perante o Parlamento naquele ano, Smith endossou a Escola da Moeda Corrente, criticando as flutuações das emissões de notas por todos os bancos, bem como o Banco da Inglaterra, e continuou a declarar: 'é desejável em qualquer mudança em nosso sistema existente aproximar-se como quase tanto quanto possível à operação de uma moeda corrente metálica; é desejável também despojar o plano de todo mistério, e torná-lo tão claro e simples que possa ser facilmente compreendido por todos. ' Ele não apenas endossou o princípio da moeda corrente; ele foi além ao endossar o esquema de Ricardo de criar um banco nacional governamental com o propósito de emitir notas de banco.[23]

---

23 Estranhamente, o professor White repreende Marion Daugherty por colocar Smith nas fileiras da escola da moeda corrente em vez dos banqueiros livres,

Um curso semelhante foi seguido por Richard Cobden, o príncipe brilhante do movimento laissez-faire de Manchester. Atacando o Banco da Inglaterra e qualquer ideia de controle discricionário sobre a moeda corrente, Cobden declarou fervorosamente:

> Considero um absurdo toda a ideia de regular a moeda corrente; os próprios termos de regular a moeda corrente e administrar a moeda corrente, considero um absurdo; a moeda corrente deve se autorregular; precisa ser regulado pela troca e pelo comércio do mundo; Eu não permitiria que o Banco da Inglaterra ou qualquer banco privado tivesse o que é chamado de gestão da moeda corrente... Eu nunca deveria contemplar qualquer mensuração corretiva, que deixasse ao critério dos indivíduos regular o valor da moeda corrente por qualquer princípio ou padrão qualquer [...]

Rejeitando a gestão do banco privado e do banco central, Cobden foi perspicaz o suficiente para ver que o objetivo não era um banco livre em si, mas ter uma moeda corrente que refletisse as forças de mercado genuínas de oferta e demanda: i.e., as fortunas de dinheiro em ouro ou prata. Ele viu que o princípio da moeda corrente visava fazer exatamente isso e, portanto, seu endosso. E embora seu apoio a um banco emissor nacional do governo fosse muito parecido com pular da frigideira para o fogo, era compreensível à luz de sua recusa em confiar no Banco da Inglaterra para seguir o caminho da moeda corrente: “Eu deveria ser desculpado por confiar novamente no Banco da Inglaterra, por ter violado seu princípio [a regra de Palmer]; pois nunca confio nas mesmas partes duas vezes em um caso de tal magnitude”.

---

embora o próprio White admita quatro páginas depois que 'O testemunho dos moradores de Manchester JB Smith e Richard Cobden [1840] revelou a tendência em desenvolvimento para os adeptos do laissez-faire, que desejavam libertar a escola da moeda corrente da gestão discricionária, não olhassem para o banco livre, mas para restringir o direito de emissão a um banco estatal rigidamente regido por regras como a solução '. Branco, *op. cit.*, nota 9, pp. 71, 75. Ver Marion R. Daugherty, 'The Currency Banking Controversy, Parte r, Southern Economic Journal, 9 (outubro de 1942), p. 147. Em particular, ver também, *op. cit.*, nota 1, pp. 175-6.

7.6 A ameaça renovada ao padrão ouro

Assim, um consenso foi se formando rapidamente após a crise de 1839 em nome do princípio da moeda corrente. Mas talvez o fator precipitante para trazer Sir Robert Peel e o Sistema para decretar o princípio foi uma ameaça renovada ao padrão ouro. O padrão ouro tinha sido o consenso acordado por todas as partes desde a década de 1820 e, desde o retorno ao ouro, os ataques de estatistas e inflacionistas inveterados como os irmãos Attwood de Birmingham desapareceram. Mas agora, sob o estímulo da crise econômica, a agitação dos papéis fiduciários e outras ameaças inflacionistas ao padrão-ouro voltaram à tona.

Se Manchester era o lar do laissez-faire e do dinheiro sonante, Birmingham, sua cidade manufatureira irmã no Norte, há muito era o lar do inflacionismo patrocinado pelo Estado. A recessão econômica atingiu a área de Birmingham em 1841, e Birmingham moveu-se mais uma vez para um poderoso ataque ao ouro. O próprio Thomas Attwood havia se aposentado do Parlamento dois anos antes, mas os representantes de Birmingham estavam mais do que dispostos a assumir a velha causa. Attwood foi substituído pelo comerciante e fabricante George Frederick Muntz, que concordou com as opiniões da moeda corrente; e Richard Spooner, o conservador que Muntz havia derrotado para ocupar o lugar, era um inflacionista e sócio bancário de Attwood.

No ano seguinte, a Câmara de Comércio de Birmingham, presidida por Richard Spooner, lançou uma furiosa campanha pressionando o primeiro-ministro, Sir Robert Peel, a sair do ouro. Muntz publicou uma nova edição de um antigo tratado anti-ouro e, rugindo de volta às guerras, Thomas Attwood, como era de se esperar, publicou artigos e escreveu numerosas cartas sobre suas panacéias monetárias.

O mais influente dessa efusão de inflacionismo de Birmingham foram as Cartas dos Gêmeos, publicadas anonimamente por Thomas B. Wright e John Harlow de Birmingham, primeiro com 35 cartas em um jornal nacional durante 1843, e depois em forma de livro no ano seguinte como o The Currency Question: As cartas dos Gêmeos. O apelo dos Gêmeos era direto, proto-keynesiano, inflacionista: papel-

moeda inconversível deveria ser emitido pelo governo, em quantidade suficiente para estimular o poder de compra do consumidor e garantir o pleno emprego. Além disso, a dívida pública deve ser inflacionada. Assim, como Wright e Harlow colocaram:

> O plano adequado, parece-nos, é elevar a capacidade do consumidor, garantindo altos salários e amplos lucros, e assim tornando leves as obrigações nacionais fixas do povo [...] O único limite que eles fixariam a emissão de papel-moeda seriam os graus de prosperidade que as diferentes quantidades de emissões produziriam [...]

Há todos os motivos para acreditar que as Cartas dos Gêmeos e a agitação de Birmingham foram influentes em todo o país. Henry Burgess e seu comitê de banqueiros do país usaram os intercâmbios entre a Câmara de Birmingham e Robert Peel para denunciar o padrão ouro. Tanto o Tempo quanto o novo semanário Economist foram forçados a despender grande quantidade de energia na defesa do padrão-ouro de seus inimigos "doentios". De qualquer forma, sabe-se que Peel possuía um exemplar de The Currency Question e marcou passagens-chave no livro.

A ameaça ao ouro foi reforçada por uma agitação renovada para despejar ouro por um padrão bimetálico de ouro-prata. Indiferente ao fato de que o bimetalismo nunca funciona na prática (uma vez que a lei de Gresham empurra o metal subvalorizado para fora de circulação e encoraja o supervalorizado), as forças pró-prata encontraram no bimetalismo uma maneira de sustentar a inflação monetária enquanto permanecem respeitosamente a favor de metais preciosos como dinheiro. Apoiadores de prata, portanto, começaram com um núcleo do grupo de papel fiduciário, incluindo Spooner, Matthias Attwood, George Muntz e Henry Burgess, e acrescentou vários banqueiros e empresários, como Richard Page, Henry W. Hobhouse, presidente do comitê de banqueiros do país, William D. Haggard e o eminente banqueiro Alexander Baring, agora Lorde Ashburton.

7.7 Triunfo da *Currency School*: Lei de Peel em 1844

No cerne do triunfo do princípio da moeda corrente na lei de Peel de 1844 estava um homem: o estadista e gênio político Sir Robert Peel.[24] Peel foi habitualmente ridicularizado pelos historiadores como um meio-de-estrada confuso, um "flexível" oportunista político, na melhor das hipóteses uma figura de transição desempenhando involuntariamente a função histórica de inaugurar o sistema partidário conservador e liberal na Inglaterra. Mas, como o professor Boyd Hilton ajudou a apontar, Peel era uma figura muito diferente: um estadista no melhor sentido, um liberal conservador que era consistente e até inflexível em princípios e propósitos, e flexível e "empreendedor" apenas para atingir as melhores táticas para atingir seus objetivos ideológicos fixos. Como Hilton demonstrou, em todos os sentidos importantes, econômicos, financeiros e morais, Robert Peel foi o João Batista, o fundador, o "progenitor do liberalismo Gladstoniano".[25]

Durante a década de 1820, Peel foi por muitos anos chefe do Home Office nos governos conservadores. Ele há muito se opunha à emancipação católica e até renunciou ao cargo de gabinete em 1827 em

---

24 Anos depois, SJ. Loyd, o líder da escola da moeda corrente, testemunhou que nunca teve qualquer ligação pessoal ou política com Robert Peel. "Eu não sabia absolutamente nada sobre as disposições da Lei até que foram apresentadas ao público. A lei, tanto quanto eu conheço, é a lei de Sir Robert Peel." Torrens também não teve contato com Peel e, de fato, Peel recusou o pedido de Torrens para um cargo baseado em sua liderança na escola da moeda corrente. Somente após a morte de Peel Torrens recebeu uma pensão do governo "em consideração às suas valiosas contribuições para a Ciência da Economia Política". Quanto ao veterano conselheiro James Pennington, seu conselho só foi procurado para detalhes técnicos depois que as principais disposições da Lei de Peel já haviam sido determinadas. também, *op. cit.*, nota 1, p. 182n.

25 Boyd Hilton, "Peel: A Reappraisal', Historical Journal, 22 (setembro de 1979), p. 614. Não que Hilton simpatize com a função determinada de Peel em nome do laissez-faire e do dinheiro sólido. Ao contrário, ele está chocado com a postura 'doutrinária' de Peel, uma avaliação infelizmente ecoada pelo Professor White em sua referência ao 'dogmatismo pouco reconhecido' de Peel. Branco, *op. cit.*, nota 9, p. 77n.

protesto contra a ascensão ao primeiro ministério de George Canning, chefe do liberalismo conservador e defensor dos direitos católicos. Dois anos depois, no entanto, após a morte de Canning, Peel, de volta como secretário do Interior, foi convertido à emancipação católica como parte de sua devoção cada vez maior à causa liberal clássica, o laissez-faire. Em sua conversão, Peel teve a boa graça de homenagear os profetas e guerreiros da emancipação católica aos quais ele se opôs por tanto tempo: Fox, Grattan e o próprio Canning.

De 1831 em diante, Peel chefiou o Tory, agora partido conservador, e também foi o coração e a alma da facção liberal do partido. O grande ministério principal de Peel ocorreu em 1841-46. Aqui, ele lutou vigorosamente por uma política externa pacífica, lutando contra a ala imperialista de Palmerston do Partido Liberal, pró-guerra, e conseguiu concluir a paz com os Estados Unidos na ameaçadora controvérsia da fronteira do Oregon. Peel também conseguiu reduzir as tarifas, mas perdeu em sua luta pelo livre comércio total. Sua grande conquista nessa frente foi a vitória sobre a furiosa oposição dos agricultores conservadores liderados por Benjamin Disraeli, na completa revogação das infames Leis do Milho que por décadas estabeleceram uma enorme tarifa de importação do trigo. Nessa luta contra o preço artificialmente alto dos alimentos, Peel foi estimulado pela crescente fome na Irlanda. Novamente gracioso na vitória, Peel saudou seu oponente político, o liberal de laissez-faire Richard Cobden, como o verdadeiro arquiteto da revogação das Leis do Milho. Por seu sucesso, o governo de Peel foi derrubado por Disraeli, e ele morreu em um acidente de caça quatro anos depois, em 1850.

A realização mais orgulhosa de Robert Peel, no entanto, foi sua reforma bancária, sua Lei de 1844. A Lei de Carta do Banco de 1833 previa uma possível mudança na carta patente durante 1844, então aquele foi o ano da potencial reforma bancária. Como uma pesquisa recente revelou, a Lei de Peel não se originou como uma 'camisa-de-força hostil, presa a um banco relutante (embora subsequentemente complacente) pelos esforços da Escola da Moeda Corrente'. Em vez disso, a lei veio de dentro do próprio banco, "como uma tentativa do Banco de encontrar para si um atalho para a gestão da moeda", bem como um meio de obter o seu tão procurado monopólio sobre a emissão

de notas bancárias.[26] Em primeiro lugar, o ardente líder da escola monetária, George Warde Norman, tinha, como diretor do banco, promovido o plano desde 1838. Embora Norman tenha perdido dentro do banco em sua proposta de moeda corrente em 1840, ele persistiu e, no ano seguinte, tornou-se parte de um dos cinco do comitê permanente do banco para discutir o esquema. Em janeiro de 1844, William Cotton, o governador do Banco da Inglaterra e membro do comitê permanente, havia sido convertido para o plano da moeda corrente, e quando, no início de janeiro, Peel perguntou a Cotton e ao vice-governador, JB Heath (também um membro do comitê permanente) para conferenciar com ele e o Chanceler do Tesouro Henry Coulburn sobre a reforma bancária fundamental, Cotton estava pronto.[27] Em resposta a essas discussões, Cotton and Heath, em 2 de fevereiro, apresentou a Peel o esboço completo do que logo se tornaria a lei de Peel.

Em essência, a Lei de Peel estabeleceu o princípio da moeda corrente. Ele dividiu o Banco da Inglaterra em um departamento de emissão, que emitia notas de banco, e um departamento bancário, que emprestava e emitia depósitos à vista. Fiel à rígida separação escola de moeda corrente de notas e depósitos, os depósitos seriam totalmente gratuitos e não regulamentados, enquanto as notas seriam limitadas a um teto de £ 14 milhões correspondidos por ativos de títulos do governo

---

26 J.K. Horsefield, 'The Origins of the Bank Charter Act, 1844', in T.S. Ashton e R.S. Sayers (eds.), Papers in English Monetary History (Oxford: The Clarendon Press, 1953), pp.11o-11.

27 William Cotton (1786-1866) era filho de um capitão naval, comerciante e diretor da Companhia das Índias Orientais. Aos 15 anos, o jovem William entrou na casa de contabilidade do amigo de seu pai. Em 1807, ele se tornou sócio de uma firma mercantil de Londres e se tornou gerente geral da fábrica de cordames dessa firma. Cotton foi diretor do Banco da Inglaterra por 45 anos, de 1821 até sua morte, e eventualmente ficou conhecido como 'o pai do Banco da Inglaterra'. Cotton foi governador do banco de 1843 a 1845 e foi sucedido por Heath. Cotton também inventou uma máquina automática de sucesso para pesar soberanos de ouro e foi um distinto filantropo na Igreja da Inglaterra. Cotton nasceu e viveu a maior parte de sua vida no condado de Essex, onde se tornou juiz de paz, juiz e xerife.

(aproximadamente a extensão da emissão de notas existente). Quaisquer notas adicionais só poderiam ser emitidas com base na reserva de 100 por cento em ouro. A segunda provisão principal era conceder ao Banco da Inglaterra seu monopólio de emissão de notas de longa data. Isso não foi feito imediatamente, mas foi implementado ao longo de um período de tempo. Especificamente: nenhum banco novo deveria emitir notas, os bancos existentes não deveriam emitir notas adicionais e o Banco da Inglaterra poderia contratar banqueiros para comprar suas notas existentes e substituí-las pelas do próprio banco. Desse modo, as notas dos bancos privados foram "adquiridas" e os bancos privados (isto é, ações conjuntas mais países) foram nitidamente cartelizados, sob a direção do banco, com os bancos privados capazes de impedir qualquer concorrência futura. Essa cláusula do cartel do "avô" não se destinava apenas a fazer com que a transição para a nova ordem fosse gradual; seu principal efeito, e presumivelmente sua intenção também, era fazer com que os bancos privados — que se poderia esperar que fossem os principais oponentes do novo projeto de lei - se tornassem apoiadores entusiastas.

Em suas manobras dentro do Gabinete antes de apresentar publicamente a Lei de Peel, o primeiro-ministro deixou claro que "se estivéssemos prestes a estabelecer em um novo estado da sociedade um novo sistema de moeda corrente", ele teria preferido o plano ricardiano de notas do governo, sem o Banco da Inglaterra ou quaisquer outras notas bancárias permitidas; mas que esse plano seria impraticável no estado existente do mundo real, onde uma coalizão precisa ser construída entre forças rivais como o próprio banco, ricardianos, banqueiros livres e banqueiros do país. O desideratum, Peel astutamente aconselhou, era “determinar propor o curso que eles podem conscientemente acreditar para reconciliar no maior grau as qualidades de ser consistente com princípios sólidos e adequado à presente condição da sociedade”.

A notícia do próximo projeto de licença bancária de Peel se espalhou no final de fevereiro, e os bancos do país, como esperado, protestaram vigorosamente contra o projeto durante março e abril. Finalmente, Peel apresentou o projeto de lei ao Parlamento em 6 de maio. Astutamente dividindo sua oposição, ele aplicou o projeto totalmente apenas para a Inglaterra. A proibição de emissão de notas

por novos bancos foi estendida à Escócia e à Irlanda, mas as limitações aos bancos existentes foram aplicadas apenas à Inglaterra. Quanto ao resto, a Escócia e a Irlanda foram deixadas sozinhas por enquanto.

A introdução do projeto de lei de Peel gerou uma onda de controvérsia, incluindo uma guerra de panfletos sobre a lei. Em particular, a nova polêmica deu origem à escola bancária, que antes era representada apenas por Tooke. Tooke ponderou com uma *Inquiry into the Currency Principle*, e John Fullarton entrou na briga com seu panfleto mencionado, *On the Regulation of Currencies*, um tratado amplamente divulgado e influente, embora tenha sido publicado em agosto de 1844, após a aprovação da Lei de Peel. S.J. Loyd publicou uma defesa do projeto, enquanto o formidável coronel Torrens atacava Tooke em outro panfleto.

A nova escola bancária era notável por ser mais monarquista do que o rei, mais favorável ao Banco da Inglaterra do que o próprio banco. Em suma, a escola bancária, junto com a maioria dos banqueiros de Londres, era favorável à aquisição de um monopólio de emissão de notas bancárias no Banco da Inglaterra. Sua disputa era apenas com as restrições do princípio da moeda corrente à emissão de notas do banco. Esse era certamente o tipo de oposição com que o Banco da Inglaterra poderia conviver. Embora a escola bancária tenha identificado corretamente a principal fraqueza da escola de dinheiro corrente em não tratar notas e depósitos da mesma forma, essa objeção dificilmente foi direcionada a estender qualquer tipo de exigência de reserva aos depósitos bancários, bem como às notas. Ao contrário, eles teriam ficado ainda mais indignados com, digamos, uma Lei de Peel consistente que colocaria uma exigência de reserva de 100 por cento em todos os passivos bancários adicionais, depósitos, bem como notas.

Uma pequena *curiosa* sobre o surgimento da escola bancária é o atraso de sua chegada; vindo como quase quando a luta pela lei de Peel acabou, e florescendo por um tempo depois, sua importância era mais para levantar questões teóricas e despertar o interesse dos historiadores do pensamento econômico do que realmente influenciar a batalha política.

Outro aspecto notável da briga foi o advento de uma nova e importante estrela no firmamento econômico: John Stuart Mill (1806-73), que se juntou ao lado da escola bancária do debate em um artigo anônimo, 'The Currency Question', na radical Westminster Review. de fato, Mill prenunciou a escola bancária em um artigo escrito aos 20 anos, 'Paper Currency and Commercial Distress', na radical revisão parlamentar de vida curta. Como tantos outros, Mill foi levado a voltar sua atenção para os ciclos bancários e de negócios pela crise econômica e financeira de 1825-26. Mas, em contraste com muitos outros, ele abandonou em vez de estender seu ricardianismo básico nessa área.[28] Em vez de ver o novo fenômeno dos ciclos de negócios como criado por distúrbios monetários, ele os viu como causados por ondas de "especulação", presumivelmente geradas por excesso de otimismo. O dinheiro e os bancos eram respondentes puramente passivos às flutuações da economia. Disso se seguiu sua conclusão de que os movimentos na oferta de moeda, pelo menos sob o padrão ouro, não tinham efeito sobre os preços ou o comércio. Dentro da estrutura de um padrão-ouro, os preços subiram primeiro, puxando a oferta de moeda para cima, e depois caíram, puxando a oferta de dinheiro para baixo.

Como Mill poderia enquadrar essa estranha doutrina com seu ricardianismo geral e sua tese da influência da oferta de dinheiro sobre seu valor? Ele o fez por meio de uma teoria engenhosa, embora bizarra e falaciosa, sobre o que constitui a oferta de dinheiro. O suprimento de dinheiro era composto não apenas de moedas, notas e depósitos à vista, opinou Mill, mas também da "qualidade de crédito" de cada membro do público. Quando um banco concedia empréstimos a algum membro do público, então, ele poderia aumentar as notas ou depósitos pendentes, mas esse aumento é exatamente compensado por uma diminuição na "capacidade de crédito" dos cidadãos tomadores de

---

28 Morris Perlman apontou que James Mill, em uma resenha de livro em 1808, desenvolveu uma versão extrema da doutrina da escola bancária de contas reais. Nesse caso, James Mill nunca foi um ricardiano nessa área, e John Stuart pode ter exercido seu filopietismo ao trazer de volta as visões monetárias de seu pai, assim como o ricardianismo no restante da economia. Morris Perlman, "Adam Smith and the Paternity of the Real Bills Doctrine", *History of Political Economy, 21* (Spring 1989), pp. 88-90.

empréstimos. Portanto, quando os bancos emprestam dinheiro a indivíduos e empresas, a oferta de moeda não aumenta em nada. Pelo contrário, quando os bancos compram títulos do governo ou financiam seu déficit, eles adicionam diretamente à oferta monetária total na mesma quantia. De fato, eles até aumentam a oferta monetária quando emprestam a cidadãos privados além do grau de sua credibilidade genuína. Como é determinada tal "capacidade de crédito"? Pelo fato de os bancos restringirem seus empréstimos a tomadores de empréstimos sólidos e ao desconto de 'letras reais', que são de curto prazo, correspondidas por estoques de bens em processamento e, portanto, são autoliquidáveis em um curto período de tempo. O crédito bancário segue alegremente as "necessidades do comércio" para cima ou para baixo e não pode aumentar os preços. Embora completamente falaciosa, a teoria de Mill pelo menos tinha o mérito de fornecer alguma explicação plausível e lógica para o credo da escola bancária - uma que dificilmente foi correspondida por qualquer um de seus colegas.

Além disso, a doutrina de Mill forneceu um bom motivo para sua devoção ao padrão-ouro e para sua denúncia bullionista de dinheiro fiduciária inconversível. De acordo com sua teoria, se o governo ou o banco central emitem um papel fiduciário inconversível, esse papel adiciona diretamente à oferta de moeda e à inflação, em vez de ser neutralizado pela subtração da capacidade de crédito. E devotado ao padrão ouro, ele permaneceu. Já vimos a denúncia de Mill do esquema inflacionário de papel fiduciário de Thomas Attwood em 1833.

E o que dizer da suposta escola de banco livre, que o professor White apresentou como igualmente forte e vibrante para, e estritamente separada, da moeda corrente rival e das escolas bancárias? Como o próprio White lamentavelmente admite, eles não estavam em lugar nenhum, sua suposta devoção ao free banking falhando no mais ácido de todos os testes, quando a lei de Peel estava prestes a colocar todos os bancos comerciais sob o controle do Banco da Inglaterra. Pois não só o banco teria agora um monopólio virtual da emissão de notas, mas para obter notas em troca de depósitos à vista, os outros bancos seriam agora obrigados a manter a maior parte de suas reservas no Banco da Inglaterra. White tenta explicar a deserção dos banqueiros livres como

tendo sido comprada pela cartelização de Peel - cláusula do "avô": pois os bancos poderiam continuar emitindo em seu nível atual e nenhum banco competidor seria permitido. Mas, embora essa explicação seja suficientemente verdadeira, ela levanta a questão crucial: para começo de conversa, até que ponto os heróis do professor White eram dedicados ao free banking? A escola de free banking não era simplesmente um grupo dedicado aos interesses econômicos dos bancos comerciais privados?

Veja, por exemplo, a recém-fundada The Banker's Magazine, que supostamente havia sido um dos principais porta-vozes do free banking no ano anterior. Um redator da edição de junho de 1844, embora criticasse o princípio da moeda corrente e o movimento em direção às emissões de monopólio para o banco, aprovou francamente a Lei Peel como um todo para auxiliar os lucros dos bancos existentes, proibindo todos os novos bancos emissores.

E tomemos em particular James William Gilbart (1794-1863), principal o porta-voz dos banqueiros do país, gerente do London & Westminster Bank e, segundo o professor White, um dos principais teóricos da escola de free banking. Gilbart, nascido em Londres e descendente de uma família da Cornualha, trabalhou toda a sua vida como funcionário de banco e escreveu obras sobre o setor bancário desde o final da década de 1820. Desde 1834, ele era gerente do London & Westminster Bank, em conflito contínuo com o Banco da Inglaterra. Apesar da garantia do professor White de que os homens da escola de banco livre eram ainda mais fervorosos do que os homens da moeda corrente em atribuir a causa do ciclo de negócios à inflação monetária, Gilbart sustentava, tipicamente na escola de banco, que as notas bancárias simplesmente se expandem e contraem de acordo com as 'necessidades de comércio" e, portanto, tais notas, sendo correspondidas pela produção de bens, não podiam aumentar os preços. Além disso, o fator ativo vai de 'comércio' a preços para a 'exigência' de mais notas bancárias fluírem na economia. Assim Gilbart: 'se houver um aumento do comércio sem um aumento dos preços, considero que mais notas serão necessárias para circular essa quantidade aumentada de mercadorias; se houver um aumento das mercadorias e também um aumento dos preços, é claro que você precisaria de uma quantidade ainda maior de notas. ' Em suma, quer os preços aumentem ou não, a

oferta de dinheiro precisa sempre aumentar! É de se perguntar quem é o "você" que teria esses requisitos. No mercado livre, ao contrário, se houver aumento na produção de mercadorias, os preços tenderão a cair e não a subir; além disso, o aumento da produção comercial não "exige" ou exige um aumento do dinheiro bancária. A cadeia causal é o inverso: o aumento da emissão de notas bancárias aumenta a oferta de dinheiro e os preços, e também o valor nominal em dinheiro dos bens produzidos.

Todos os historiadores do pensamento econômico, exceto o professor White, colocaram Gilbart diretamente no campo da escola bancária como um de seus líderes. Uma vez que White parece concordar com a análise falaciosa de "desejos de comércio" de Gilbart, e uma vez que ele admite que esse credo é semelhante ao da escola bancária, sua criação de uma importante nova escola de "banco livre", desafiando as duas outras, parece ainda mais tênue e artificial. A principal diferença parece ser marginal e política: enquanto toda a escola bancária aclamava o sistema bancário como útil e inofensivo, a maioria atribuía honras especiais ao Banco da Inglaterra, enquanto Gilbart, ele próprio um banqueiro de ações, deu a maior aprovação sobre os bancos comerciais.[29]

Quando chegou o momento do teste, Gilbart, assim como seus colegas da The Banker's Magazine, cedeu ao que o professor White alega serem seus princípios de free banking. Assim, White admite:

> Ele [Gilbart] ficou aliviado que a lei não extinguiu o direito de emissão dos bancos por ações e estava francamente satisfeito com suas disposições de cartelização: “Nossos direitos são reconhecidos — nossos privilégios são estendidos — nossa circulação garantida — e somos salvos de conflitos com concorrentes imprudentes”.[30]

---

29 Ver White, *op. cit.*, nota 9, pp. 122-6.
30 *Ibid.*, p. 79.

O status aberto de James Gilbart como um inflacionista da escola bancária e a devoção firme de Robert Peel ao dinheiro sólido foram ambos revelados no questionamento de Peel a Gilbart quando esse testemunhou que as notas bancárias do país são emitidas apenas em resposta às necessidades de comércio e, portanto, que nunca poderiam ser emitidos em excesso. Ele também afirmou que o Banco da Inglaterra nunca poderia emitir em excesso, contanto que apenas descontasse empréstimos comerciais e não comprasse títulos do governo.[31] Nesse ponto, Sir Robert Peel infalivelmente se concentrou e apresentou a apologia de Gilbart para o sistema bancário. Peel: "Você acha, então, que as demandas legítimas do comércio sempre podem ser confiáveis, como um teste seguro da quantidade de circulação em todas as circunstâncias?" Ao que Gilbart admitiu: "Acho que sim." (Nada sobre isentar o Banco da Inglaterra dessa confiança.) Peel então fez a pergunta crítica. Todas as escolas bancárias afirmavam ser devotadas ao padrão ouro, de modo que as "necessidades de justificativa comercial para crédito bancário não se aplicavam à moeda corrente inconversível". Peel, desconfiado dessa devoção ao ouro, perguntou então: nos dias de restrição bancária, "você acha que as demandas legítimas do comércio constituíam um teste em que se poderia confiar com segurança?" Ao que Gilbert respondeu evasivamente: "Esse é um período de que não tenho conhecimento pessoal". Esse foi um ponto particularmente insincero vindo do autor de *The History and Principles of Banking* (1834). Além disso, a questão é obviamente teórica, e nenhum 'conhecimento pessoal" é necessário para dar uma resposta — um ponto levantado imediatamente por Peel. Nesse ponto, Gilbart jogou a toalha sobre o padrão-ouro: 'Acho que as demandas legítimas do comércio, mesmo então, seriam um guia suficiente para seguir [...]". Quando Peel pressionou Gilbart sobre o assunto, Gilbart começou a vacilar,

31 Tanto para a suposta devoção de James Gilbart ao banco livre, anos antes de sua rendição a Lei de Peel.

mudando seus pontos de vista, voltando a eles e, então, novamente caindo em sua falta de experiência pessoal.[32]

Peel estava certo em suspeitar da força da devoção da escola bancária ao ouro. Além das revelações prejudiciais de Gilbart, seu colega no London & Westminster Bank, J.W. Bosanquet insistia em que os bancos suspendessem o pagamento de uma espécie sempre que os tempos se tornassem difíceis. E embora Thomas Tooke frequentemente proclamasse sua aversão à escola de Birmingham, ele escreveu em 1844 que um limite crucial para qualquer emissão excessiva de notas bancárias era a necessidades do comércio, além da conversibilidade do ouro. A abertura foi suficiente para permitir que Robert Torrens acertasse um golpe palpável:

> Após um exame cuidadoso da recente publicação do Sr. Tooke, [1844] não posso descobrir nenhuma diferença muito essencial ou prática entre seus princípios e os dos economistas de Birmingham. Uma vez que se desvie da regra de ouro de causar as flutuações de nossa circulação mista para se conformar ao que seriam as flutuações de uma moeda corrente puramente metálica, as comportas são abertas e os marcos removidos. Entre o abandono de um padrão metálico, conforme recomendado pelos economistas de Birmingham, e a adoção de arranjos que ponham em risco a manutenção de um padrão metálico recomendado pelo Sr. Tooke, a diferença no resultado praticável pode, em última análise, ser nada.[33]

A admissão de John Fullarton foi ainda mais prejudicial do que a de Took, confessando, em seu popular tratado de 1844, que concordava de todo o coração com a “doutrina condenada dos antigos diretores de banco de 1810” — ou seja, a posição anti-bullionista que, desde

---

32 Ver *the interchange* em Hilton, *op. cit.*, nota 25, pp. 593-4. É característico da falta de visão do professor Hilton sobre a teoria econômica que ele classifique o questionamento de Peel como "inepto" e o culpe por zombar da importância do "conhecimento pessoal" de Gilbart ao julgar moeda fiduciária inconversível

33 Citado também em, *op. cit.*, nota 1, p. 193.

qualquer banco se apega a notas reais de curto prazo "Não pode dar errado em emitir tantas [notas] quantas o público receberá delas". E, claro, 1810 foi um ano de dinheiro inconvertível. Não é de admirar que Robert Peel considerasse todos os oponentes do princípio da moeda corrente essencialmente homens de Birmingham.

Assim, a oposição a Lei de Peel, embora teoricamente importante, era politicamente dispersa e ineficaz. O projeto foi aprovado de forma esmagadora e se tornou lei em 19 de julho. Um segundo projeto da Lei de Peel, projetado para dificultar o estabelecimento de novos bancos de ações conjuntas, foi aprovado em setembro. O resultado desse estreitamento do controle e monopólio bancário, bem como dos privilégios de cartel para os bancos existentes, foi, de fato, a criação de virtualmente nenhum novo banco de ações na Inglaterra pelos próximos oito anos.

Nesse ponto, Peel completou sua tarefa monetária estendendo seu domínio para a Escócia e a Irlanda em dois projetos de lei que se tornaram lei em 21 de julho de 1845. Cauteloso em face das tradições regionais, Peel não foi tão duro com os bancos escoceses e irlandeses como antes estive no inglês. Enquanto os bancos comerciais ingleses não podiam mais emitir notas bancárias durante o período, os bancos escoceses e irlandeses foram tratados como a Lei de Peel de 1844 tratou o Banco da Inglaterra: suas novas emissões de notas bancárias foram limitadas a 100% de reservas de ouro. A Escócia nunca teve seu sistema bancário restrito, tendo sido livre para estabelecer bancos de ações conjuntas e emitir notas e depósitos em toda a Escócia. Os banqueiros escoceses, porém, como Gilbart e os banqueiros ingleses, foram facilmente subornados por privilégios de cartéis ainda mais lucrativos do que na Inglaterra. Como White admite, "Peel, em essência, comprou o suporte de todos os bancos existentes suprimindo potenciais entrantes e a competição por participações de mercado".[34] Além disso, Peel

34 White, *op. cit.*, nota 9, p. 80. Assim, a devoção escocesa ao seu alardeado sistema de banco livre acabou sendo principalmente um apelo especial. Muito do livro de White é dedicado à tese (a) de que até a Lei de Peel de 1845, a

Escócia desfrutava de um regime de banco livre não controlado pelo Banco da Inglaterra, com passivos conversíveis em ouro; e (b) que este sistema livre funcionou muito melhor do que aquele dominado pelo banco central da Inglaterra.

Mas ambas as partes desta tese são profundamente falhas. Em (b), White limita sua evidência de superioridade à menor taxa de falência de bancos na Escócia. Mas a falência de bancos é uma forma secundária de avaliar o funcionamento de um sistema bancário. White não apresenta dados sobre se a Escócia sofreu menos inflação econômica ou recessão do que a Inglaterra. Suspeita-se, então, na ausência de dados, que o desempenho econômico era praticamente o mesmo para as duas partes do Reino Unido. Em (a), o problema é que o sistema bancário escocês dificilmente era "livre". A maioria das reservas dos bancos escoceses foi mantida, não em ouro, mas em depósitos no Banco da Inglaterra, ou em seu substituto, em letras de Londres. Os bancos escoceses, portanto, longe de serem livres e independentes do Banco da Inglaterra, piramidaram sobre os passivos bancários. Além disso, o banco costumava socorrer bancos escoceses em tempos de dificuldade. Para completar o argumento, a realidade era que era muito difícil, tanto social quanto legalmente, para alguém realmente obter ouro dos bancos escoceses em troca de suas obrigações - especialmente em tempos de problemas quando o ouro, é claro, estava em demanda particularmente grande.

Sobre o sistema bancário escocês nesta época, ver em particular o trabalho definitivo de Sydney G. Checkland, *Scottish Banking: A History, 1695-1973* (Glasgow: Collins, 1975). Checkland escreve que “os pedidos de espécie eram recebidos com desaprovação e quase com acusações de deslealdade”, e “o sistema escocês consistia em suspensão parcial contínua dos pagamentos em espécie. Ninguém esperava poder entrar em um banco escocês [...] com uma grande quantidade de notas e receber o equivalente imediatamente em ouro ou prata. Eles esperavam, antes, uma discussão, ou mesmo uma rejeição. Na melhor das hipóteses, conseguiriam uma pequena espécie e talvez contas em Londres. Se causassem sérios problemas, o assunto seria notado e eles teriam mais dificuldade em obter crédito no futuro”. E, finalmente, “Essa limitação legalmente inadmissível da conversibilidade, embora nunca mencionada em inquéritos públicos, contribuiu muito para o sucesso do sistema bancário escocês”. *Ibid*., Pp. 184-6. Além disso: “a principal e última fonte de liquidez estava em Londres e, em particular, no Banco da Inglaterra”. *Ibidem*, p. 432. Ver também Charles W. Munn, *The Scottish Provincial Banking Companies*

astutamente permitiu que os bancos escoceses mantivessem o privilégio, negado aos bancos ingleses (incluindo o Banco de Inglaterra) desde a década de 1820, de continuar a emitir suas queridas pequenas notas (£1).

O único acontecimento importante no ano entre as duas Leis de Peel foi a entrada muito tardia no grande debate de um novo líder da escola bancária, James Wilson, fundador e editor do novo jornal notável, The Economist. Wilson (1805-60)[35] fundou o The Economist com o propósito expresso de lutar pelo livre comércio e pelo *laissez-faire*. Ele criticou a Lei de Peel quando foi lançado em 1844, mas dedicou a maior parte de suas energias ao livre comércio. Finalmente, na primavera de 1845, Wilson escreveu uma famosa série de nove artigos sobre 'Moeda e Bancos' no The Economist, atacando a extensão da Lei de Peel para a Escócia e a Irlanda. Wilson adotou uma abordagem de escola bancária ortodoxa, exceto pelo fato de que cada

---

1747 1864 (Edimburgo: John Donald, 1981), e Charles A. Malcolm, *The Bank of Scotland, 1695-1945* (Edimburgo: R. & R. Clark, nd) Sobre a questão do free banking na Escócia, ver Murray N. Rothbard, "The Myth of Free Banking in Scotland", *The Review ofAustrian Economics, 2* (1988), pp. 229-45; Larry J. Sechrest, "White's Free-Banking Thesis: A Case of Mistaken Identity", *Ibid*., Pp. 247-57.

35 Wilson, filho de William Wilson, um próspero fabricante de lã, foi educado em uma escola de Friends e, aos 16 anos, foi aprendiz de um fabricante de chapéus. Logo, seu pai comprou a empresa para James e seu irmão. Em 1824, Wilson veio para Londres e tornou-se sócio de uma firma mercantil que, depois de 1831, se tornou James Wilson & Co. Depois de perder muito dinheiro na especulação com índigo, Wilson aposentou-se em 1844. Nesse ínterim, ele interessou-se por economia e livre comércio e publicou vários tratados sobre comércio e as Leis do Milho. Os escritos de Wilson influenciaram fortemente os defensores do livre comércio posteriores, como Peel e Gladstone. Finalmente, Wilson fundou The Economist em 1843, escrevendo ele mesmo quase todo o exemplar, e transformou-o rapidamente em um jornal altamente influente. Wilson tornou-se MP de 1847 a 1859 e também foi secretário financeiro do Tesouro durante a década de 1850. Sob o regime de Palmerston em 1859, Wilson tornou-se vice-presidente da Junta Comercial, tesoureiro-geral e Conselheiro Privado e, logo antes de sua morte, foi enviado para a Índia como ministro das finanças, onde prosseguiu, ironicamente, aumentar impostos e emitir grande quantidade de papéis do governo.

uma de suas posições era tão enfática que as inconsistências e contradições internas da escola bancária foram expostas de maneira particularmente nítida. Assim, Wilson foi muito mais enfático e militante do que Tooke ou Fullarton sobre a importância de preservar o padrão-ouro, tanto que Torrens viria a chamar Wilson de "o mais capaz dos oponentes do ato de 1844".[36] E ainda, de os Quatro Grandes da escola bancária (Tooke, Fullarton, Mill e Wilson), Wilson foi o único que afirmou categoricamente e claramente que notas reais de curto prazo e autoliquidáveis seriam suficientes para proteger os bancos da emissão excessiva, mesmo *sem* convertibilidade em espécie. Assim, Wilson declarou que

> notas de papel inconversíveis podem ser emitidas em qualquer medida que transações legítimas as exijam, desde que tais emissões sejam limitadas ao desconto de boas letras de câmbio e a empréstimos de períodos curtos, sem qualquer risco de depreciação, porque uma quantidade maior nunca poderia ser assim emitidos e em breve devolvidos ao banco em pagamento de tais empréstimos.[37]

Além disso, de todos os Quatro Grandes, Wilson era o mais amigável com o banco livre e desejoso de salvar o suposto sistema bancário livre na Escócia.[38] E, ainda assim, ele também afirmou que o Banco da Inglaterra nunca poderia emitir em excesso em um sistema monetário conversível, o que era exatamente o oposto da abordagem de banco livre.

---

36 Também afirma que Torrens 'nunca poderia ter dito das ideias de Wilson, como fez das de Tooke, "que as comportas foram abertas e os marcos foram removidos". Também, *op. cit.*, nota 1, p. 200.

37 Ver Lloyd Mints, *A History of Banking Theory in Great Britain and the United States* (Chicago: University of Chicago Press, 1945), p. 90.

38 Alguns anos depois, em seus Princípios de economia política, Mill tornou-se simpático à liberdade de emissão de notas bancárias, mas com base no laissez-faire geral, em vez de fundamentos monetários e bancários específicos.

7.8 Tragédia no triunfo da C*urrency School*: a consequência

Como os jacksonianos e outras contrapartes da moeda corrente nos Estados Unidos poderiam ter previsto, a escola da moeda corrente abrigava uma falha trágica, um calcanhar de Aquiles que os derrubou e transformou seu triunfo em cinzas: a negligência dos depósitos bancários como uma parte coordenada da oferta de dinheiro. E assim, assim que a Lei de Peel foi aprovado, o Banco da Inglaterra, felizmente acomodado em seu pedaço de monopólio, controle central e restrição de notas, mas liberdade de depósito, começou a expandir seus empréstimos e depósitos *ad libitum*. No final de 1844, os descontos bancários eram de £ 2,1 milhões e o crédito bancário total de £21,8 milhões. No final de fevereiro de 1846, porém, a expansão do crédito bancário havia sido tão intensa que seus descontos totalizaram £13,1 milhões e os créditos totais £35,8 milhões. Resumindo, em pouco mais de um ano, o total de créditos bancários aumentou 64% e os descontos fenomenais 424%. Essa expansão foi auxiliada pela redução drástica do banco em sua taxa de desconto de 4 por cento para 2 1/2 por cento, não apenas uma enorme redução quantitativa, mas também uma redução da taxa de sua tradicional "taxa de penalidade" acima do mercado, para o taxa de juros de mercado, estimulando assim enormemente o endividamento bancário por parte de bancos e outros devedores.

As notas do Banco da Inglaterra aumentaram apenas ligeiramente durante este período; o enorme aumento, como poderíamos esperar, ocorreu nos depósitos bancários. Em setembro de 1844, os depósitos bancários totalizaram £12,2 milhões; no final de fevereiro de 1846, eles dobraram para £24,9 milhões. No curso dessa enorme expansão, as reservas de ouro dos bancos caíram drasticamente.

A maior parte desse crédito bancário expandido se transformou em uma mania especulativa de investir em novas ferrovias domésticas questionáveis. Nos anos de 1845 e 1846, mais de £ 180 milhões em construção de novas ferrovias foram autorizadas, quase o dobro do total de toda a década anterior. Olhando para o período de alguns anos depois, o *The Economist* se referiu às “cenas loucas” de 1845 e 1846, e a

> loucura, a avareza, a arrogância insuportável, o jogo e os

> empregos impetuosos, desesperados e sem princípios, que desgraçaram a nobreza e a aristocracia, poluíram senadores e casas do senado, contaminaram mercadores, fabricantes e comerciantes de todos os tipos e lançaram uma praga arrepiante para um tempo sobre trabalho honesto e indústria justa.

O banco tentou debilmente conter a maré durante a primeira metade de 1846, mas assim que as reservas bancárias aumentaram, o banco, que havia aumentado sua taxa de desconto para 3,5% em novembro de 1845, baixou-a de volta para 3% depois de Agosto. As reservas bancárias então retomaram seu declínio acentuado, caindo de £10 milhões em agosto de 1846, uma proporção em espécie para notas e depósitos bancários de 58 por cento, para apenas £3.0 milhões em abril de 1847, uma proporção de apenas 20 por cento.

Mais uma vez, o banco tentou verificar a maré que havia criado e continuou a gerar, mas pouquíssimo e muito tarde. As taxas de juros subiram com o boom inflacionário, de modo que um aumento da taxa de desconto dos bancos para 4 por cento em janeiro de 1847 deixou a taxa ainda abaixo do mercado e, entre 9 de janeiro e 10 de abril, o total de créditos bancários aumentou £4,5 milhões e descontos em £3,8 milhões.

Em abril de 1847, o Banco da Inglaterra, assim como todo o sistema financeiro e econômico, estava em crise profunda: aumentou sua taxa para 5%, mas as taxas de mercado estavam agora em até 7%. Rejeitando os esforços de uma minoria de diretores de bancos para aumentar a taxa para 7 por cento, ou mesmo para 6, o banco piorou muito as coisas mantendo sua taxa em 5 e racionando o crédito, cortando descontos repentinamente, exigindo empréstimos e recusando para aumentar os empréstimos, independentemente da qualidade de crédito do tomador. A recusa do banco em aumentar as taxas e, em vez disso, discriminar em favor de certos mutuários não salvou, no entanto, o banco comercial de propriedade do próprio governador do banco, W.R. Robinson, de interromper os pagamentos em julho, ou o banco de dois outros diretores de falir em Setembro.

A súbita contração do banco, a cessação de empréstimos e o racionamento de crédito causaram um grave pânico comercial e financeiro em abril e maio de 1847. Essa terapia drástica finalmente aliviou a própria condição do banco no final de maio, com a saída de ouro temporariamente revertida. No início de julho, as reservas do banco dobraram de £3.0 milhões para £6.0 milhões, um índice de reserva para depósitos de 32 por cento. Mas assim que a pressão diminuiu, o banco começou a se expandir novamente, enquanto isso tornava as coisas piores, mantendo sua taxa de desconto abaixo do mercado e cedendo a um racionamento seletivo de crédito. Em setembro, estourou a segunda grande crise de 1847, e os fracassos mercantis se espalharam ao longo de setembro e outubro. Thomas Tooke lamentou que "Essas falhas mercantis, em número e na quantidade de propriedades envolvidas nelas, não tinham precedentes na história comercial desse país". Em outubro, os bancos começaram a quebrar e as corridas aos bancos começaram a se espalhar pelas províncias. Como resultado, os bancos assustados começaram a contrair drasticamente o seu crédito e depósitos, a fim de aumentar muito a sua percentagem de reservas. As reservas do Banco da Inglaterra caíram drasticamente mais uma vez, para menos de 14% dos depósitos. Nesse ponto, o Banco da Inglaterra jogou a toalha e, pela primeira de muitas crises, solicitou ao governo que suspendesse a restrição de reservas de ouro de 100% sobre as notas imposta pela Lei de Peel. Delegações de Liverpool e do Norte, banqueiros privados de Londres e membros da Escócia também pressionaram fortemente pela suspensão da Lei de Peel. O órgão bancário do país, Circular to Bankers, acusou os banqueiros de Londres de estarem considerando quebrar o Banco da Inglaterra resgatando todos os seus depósitos. É de se perguntar, nesse caso, como os próprios bancos comerciais poderiam ter evitado o colapso. Nesse ponto, o governo previsivelmente, e, para a primeira de muitas crises, ele próprio jogou a toalha ao suspender a provisão da Lei Peel de restrições de reserva de ouro de 100 por cento sobre a emissão de notas do Banco da Inglaterra.

O governo salvou o sistema de reservas fracionárias suspendendo obedientemente a Lei de Peel em 25 de outubro, portanto, é claro, salvando o dia dos bancos e aliviando a crise imediata — às custas, com efeito, de desistir do princípio da moeda corrente e de qualquer tentativa

de empate o sistema monetário e bancário diretamente e na mesma medida que o comportamento do ouro. A partir de então, a Grã-Bretanha e, eventualmente, o resto do mundo, ficaram presos a um sistema bancário de reserva fracionária emitindo depósitos à vista, piramidal em cima de um banco central monopolizando a emissão de notas e centralizando o ouro da nação, e gerando uma infinita rodada de ciclos de expansão e recessão de inflação e recessão. Além disso, com o ouro essencialmente centralizado nas reservas dos bancos centrais, tornou-se fácil para todas essas nações, mesmo que supostamente comprometidas com o padrão ouro, irem para fora desse padrão e entrar em papel fiduciário sempre que surgisse uma crise — como a Primeira Guerra Mundial — apresentou uma alegada necessidade de uma rápida inflação de dinheiro para financiar o esforço de guerra.

O coração e a alma do princípio da moeda corrente eram um vínculo rígido da emissão de notas do Banco da Inglaterra com a reserva de ouro de 100%; mas se essa restrição fosse suspensa sempre que bancos ou empresas tivessem problemas, o princípio da moeda corrente estaria em frangalhos. Como o proeminente banqueiro londrino George Carr Glynn profetizou corretamente após a suspensão de 1847, o público esperaria outra suspensão em cada crise futura. E, com certeza, foi exatamente isso o que aconteceu. Em resposta à crise de 1847, havia comissões de inquérito parlamentar em 1847 e 1848. A suspensão da Lei de Peel durante a crise de 1857 foi mais fácil, e embora houvesse comissões parlamentares em 1857 e 1858, havia, em contraste com a de 1847 crise, nenhum debate no plenário do Parlamento. E a suspensão da Lei de Peel em 1866 foi considerada tão rotineira que nem mesmo houve o incômodo de uma comissão parlamentar de inquérito.

É, portanto, notável que, desde o momento da primeira suspensão em 1847, a escola da moeda corrente, sem exceção, defendeu a suspensão da Lei de Peel, não dando nenhum sinal de perceber que

estava abandonando toda a sua doutrina.[39] Pois não só as suspensões nas crises enfraquecem o ponto da Lei, mas também o conhecimento de que a suspensão viria ao resgate em qualquer crise encorajou o banco e o sistema bancário a expandir o crédito como se as restrições da Lei de Peel não existissem. Como resultado, tudo o que restou do princípio da moeda corrente foi a monopolização das notas pelo Banco da Inglaterra.

7.9 A vitória *de facto* para a Escola Bancária

É um clichê que as pessoas muitas vezes ficam chocadas com as consequências de alcançar seus objetivos há muito acalentados. Por causa da negligência com os depósitos, a promulgação do princípio da moeda corrente na Lei de Peel de forma alguma moderou a expansão do crédito bancário ou o ciclo de expansão e contração. Dada a ousadia de seus sonhos, a escola da moeda corrente, como no caso de todos os ideólogos cujo o deus falhou, poderia tomar vários cursos alternativos de ação. O mais corajoso teria sido admitir que seu princípio era profundamente falho, admitir a derrota e voltar à prancheta. Infelizmente, os seres humanos são constituídos de forma que raramente optam por esse nobre caminho. Certamente nenhuma das escolas monetárias se destacou nessa crise. Em vez disso, eles seguiram o caminho que muitas escolas de pensamento, incluindo os marxistas, percorreram: proclamando obstinadamente que sua teoria está em excelente forma, enquanto sutilmente, mas vitalmente, redefinem o que a teoria trata.

Por exemplo, antes de 1844, a escola da moeda corrente, especialmente o coronel Torrens, adotou uma teoria monetária do ciclo de negócios. As flutuações econômicas foram geradas pela expansão do crédito bancário, liderada pelo Banco da Inglaterra, que levou à inflação e a booms, após os quais a contração inevitável trouxe falências e recessões. Assim que o ciclo de 1844-47 ocorreu, entretanto, quando os homens da moeda corrente retrocederam, virtualmente se juntando a

---

39 William Cotton, do Banco da Inglaterra, achou que a suspensão veio cedo demais, e John R. McCulloch a considerou de valor duvidoso, mas nenhum homem da moeda atacou a suspensão, ou mesmo deu qualquer sinal de compreender o significado da questão da suspensão.

seus antigos inimigos da escola bancária. A escola bancária sempre proclamou que os bancos e a oferta de dinheiro eram meramente respondentes passivos aos ciclos de expansão e contração gerados por forças não monetárias na economia "real". Normalmente, o culpado eram ondas misteriosas de "especulação", presumivelmente impulsionadas por ondas de super otimismo e pessimismo. Agora, a escola da moeda corrente, até mesmo o coronel Torrens, proclamou que nunca, jamais prometeram o fim do ciclo de negócios, que é, afinal, governado por forças não monetárias como a especulação e o excesso de otimismo e pessimismo. O máximo que a regulamentação da moeda corrente poderia fazer, opinava agora a escola da moeda corrente, era eliminar qualquer parte das flutuações comerciais que fosse causada por movimentos na oferta monetária. E isso, eles afirmaram veementemente, a Lei de Peel realmente cumpriu. O ciclo econômico de 1844-47 pode ter sido severo, mas teria sido muito pior se a Lei de Peel e o princípio da moeda corrente não estivessem em vigor.

Assim, o Coronel Torrens, em numerosas desculpas pela Lei de Peel, colocou a culpa do boom de 1844-46 no “overtrading” e na especulação ferroviária, como se essa especulação tivesse surgido do nada e não fosse consequência de um crédito bancário barato e em expansão. . Ele também mencionou que um aspecto do boom inflacionário foi a “rápida conversão de capital flutuante em capital fixo”, isto é, um afundamento de capital líquido em uma quantidade excessiva de investimento fixo de longo prazo. Mais uma vez, não houve indício de que foi o crédito bancário excessivo que gerou esse investimento excessivo.

É revelador comparar duas críticas feitas por Torrens à afirmação de Mill de que a escola da moeda corrente afirmava ser capaz de curar todos os ciclos de negócios e “repulsa comercial”. Em 1844, em resposta ao ensaio de Mill na *Westminster Review*, Torrens apontou que a escola monetária afirmava não eliminar todas as repulsões, mas apenas aquelas originadas "em uma moeda corrente flutuando alternadamente acima e abaixo do nível ao qual uma moeda corrente puramente metálica teria desempenho". Mas em sua crítica de ponta a ponta de 1857 ao capítulo bancário dos Princípios de Mill, Torrens

mudou a ênfase. Em vez de reduzir as flutuações de base monetária para a moeda corrente de ouro, Torrens agora afirmava que a maioria das flutuações começava, não na emissão excessiva pelos bancos, mas em distúrbios não causados por dinheiro, o que deixava a oferta de dinheiro em desarmonia com a oferta de ouro. Além disso, Torrens agora era facilmente capaz de citar Loyd e Norman em apoio. Loyd também agora se concentrava nas supostas causas não monetárias das flutuações. Concentrando-se, como a escola bancária há muito fazia, no otimismo e na especulação, Loyd declarou que "Enquanto a natureza humana permanecer o que é e a esperança nascer eterna no seio humano, as especulações ocorrerão ocasionalmente e trarão sua sequência de alternativas períodos de excitação e depressão".

Assim, com a escola da moeda corrente concordando com a escola bancária sobre a primazia do não-monetário e a dependência passiva do monetário, as causas do ciclo, abriu-se o caminho para um consenso de fato entre as duas escolas. Como a escola moeda da corrente parecia satisfeita com o sistema existente, desde que desfrutasse do rótulo do princípio da moeda corrente, a oferta de dinheiro agora era considerada passiva o suficiente. Ao mesmo tempo, o Banco da Inglaterra tinha bastante discrição e flexibilidade reais para satisfazer a escola bancária e conciliá-la facilmente com o status quo. Assim, James Wilson, um importante crítico da Lei de Peel na escola bancária, pôde votar prontamente por sua continuação no comitê parlamentar de 1857-58. A escola bancária estava satisfeita, no sistema bancário britânico de 1844-1914, em alcançar a substância de seu próprio credo, enquanto permitia que os orgulhosos homens da moeda corrente desfrutassem do nome. Por sua vez, os homens da moeda corrente desfrutaram dos louros de uma vitória vazia: Norman, Torrens e Loyd (depois de 1850 feito Barão Overstone), desfrutaram de grande prestígio ao proclamar o status quo uma personificação triunfante de seus princípios. Os diretores do Banco da Inglaterra ficaram felizes em abraçar o credo da moeda corrente supostamente restritivo, e os novos epígonos da moeda corrente transmitiram o que havia se tornado a doutrina padrão: interpretar erroneamente o sistema existente como

uma moeda corrente semelhante e ignorar o entrincheiramento do ciclo de expansão e queda na vida econômica.[40]

Com a escola da moeda corrente agora comprometida com a teoria não monetária da escola bancária de "overtrading" do ciclo de negócios, e com o dinheiro sólido e escritores de free-banking como Robert Mushet e Henry Parnell saindo de cena, a análise de moeda corrente do ciclo de negócios desapareceu em predefinição. Dos analistas da escola bancária, a elaboração mais importante da teoria do ciclo não monetário foi a de James Wilson, em seu *Capital, Currency, and Banking* (1847).[41] Wilson desenvolveu o que pode ser chamado de teoria do sobreinvestimento não monetário, que prenunciava a teoria austríaca dos ciclos posteriores, mas carecia do elemento causal monetário crucial. Ele se concentrou no superinvestimento em ferrovias como a causa do ciclo de 1844-47 e previu persistentemente uma crise com base em sua análise de 1845 até a época do acidente.

Na brilhante análise de Wilson, o boom começa com o investimento excessivo de poupança em capital fixo. A poupança é capital "flutuante" ou circulante, o fundo de salários que vai para a contratação de trabalhadores e a compra de matérias-primas. Mas, devido a uma tendência ocasional de overtrade, as empresas podem investir em capital fixo além da oferta anual de poupança. Muitas poupanças de dinheiro são despejadas na produção de capital fixo, enquanto pouquíssimas são usadas para produzir bens de consumo. Em suma, o boom é caracterizado por uma transferência indevida de recursos de bens de consumo para bens de capital. O aumento das despesas com investimento fixo de capital — no caso de 1845,

---

40 Esses epígonos incluíam Charles Neate, um professor em Cambridge que publicou suas palestras, *Two Lectures on the Currency* (1850); R.H. Mills, professor do Trinity College, Dublin, em seu livro *The Principles ofCurrency and Banking*, em meados da década de 1850; *The Price of Money* (1862), de John Inchbald, e o tratado popular de George Combe, *The Currency Question Considered* (1856), que foi saudado pelo London Times e teve seis edições em um ano.

41 O livro consistia em nove artigos de 1845 sobre a Lei de Peel, além de ensaios posteriores.

investimento em ferrovias pesadas — por outro lado, aumenta os salários nas mãos dos consumidores. Mas, à medida que os consumidores passam a gastar seus salários com uma oferta menor de bens de consumo, o preço dos bens de consumo inevitavelmente aumentará. Em suma, o consumo e o investimento tornaram-se excessivos em relação à poupança disponível. Em resposta ao aumento dos preços dos bens de consumo, os produtores de bens de consumo tentarão expandir a produção e, assim, aumentar sua demanda por capital, i.e, sua demanda por empréstimos. Mas a escassez de poupança em relação à demanda de capital trará um aumento na taxa de juros, e o aumento acentuado nas taxas de juros precipitará uma recessão. Em suma, os produtores de boom de investimento fixo, nesse caso, as ferrovias e fornecedores de material ferroviário, seriam forçados a uma disputa acirrada com os produtores de bens de consumo por capital repentinamente escasso, e a crise e depressão resultantes causariam o abandono ou postergação indefinida dos excessivos investimentos fixos. Durante a depressão, o investimento excessivo é abandonado, resultando eventualmente na recuperação para uma condição saudável e normal.

Assim, Wilson, além de ver o investimento insensato e excessivo, bem como o consumo excessivo e a falta de economia do boom, demonstrou como o boom é a distorção econômica que necessariamente gera a infeliz depressão, mas curativa, que finalmente restaura uma economia sólida. Ele também viu como um aumento nas taxas de juros, como um sinal de consumo excessivo e falta de poupança, provoca a recessão restauradora. Além disso, ele percebeu que a falta de poupança era a chave para a recessão e concluiu que uma economia maior ajudaria a acelerar a recuperação.

Mas o maior problema na discussão de Wilson foi sua negligência com o dinheiro. O dinheiro, acreditava ele, era apenas um dispositivo para facilitar as trocas e, portanto, nunca poderia ser a causa das flutuações econômicas, mas apenas um efeito. E, no entanto, se o dinheiro não estivesse envolvido, onde as empresas ferroviárias obtêm o novo dinheiro para gastar, mesmo que a economia não tenha aumentado? A única resposta, que Wilson negligencia, é um aumento no dinheiro e no crédito bancário emprestado a essas empresas. E, se a oferta monetária não aumentou, por que os aumentos nos pagamentos

de salários pelas empresas ferroviárias e outros produtores de capital não são compensados por declínios nos pagamentos de salários nas indústrias de consumo? Em suma, por que o nível geral de preços aumenta desde o início do boom? Por que os preços ao consumidor não caem pelo menos inicialmente? A resposta, mais uma vez, é o aumento da oferta de dinheiro e crédito que gera e alimenta o boom. E, finalmente, por que o geral dos empresários, incluindo os magnatas das ferrovias, não consegue perceber que seus investimentos estão ultrapassando as poupanças, e por que o eventual aumento crítico das taxas de juros é um choque? A resposta, mais uma vez, é que a expansão do crédito bancário reduz artificialmente a taxa de juros e atrai as empresas para o fatal sobreinvestimento.

Apesar do fato de Wilson insistir que uma quantidade de dinheiro não precisa ser confundida com capital, ele ainda caiu na velha armadilha smithiana de considerar o suprimento de ouro como capital "ocioso e improdutivo", e então ele acreditava que o capital poderia ser aumentado, e a depressão diminuiu bastante, com a emissão do governo de £20 milhões de notas pequenas de £ 1, que substituiriam os £20 milhões "ociosos e improdutivos" de ouro em circulação. Essa enorme questão, Wilson assegurou a seus leitores, não seria inflacionária porque simplesmente aumentaria o capital; além disso, acrescentou ele, presunçosamente, não poderia haver inflação, uma vez que as notas de papel continuariam a ser conversíveis em ouro. Mas que tipo de conversibilidade do ouro, que tipo de padrão-ouro, existe quando o ouro desaparece de circulação? A lição é que, independentemente de quanta devoção seja professada ao laissez-faire ou ao padrão-ouro, no coração de cada homem da escola bancária, incluindo aqueles que professam uma posição de banco livre, existe um inflacionista irrestrito.

Em seus *Principles of Political Economy* (1848), John Stuart Mill apresentou uma teoria do ciclo que combinava a análise de Wilson com uma ênfase de Took na especulação de mercadorias e, infelizmente, trouxe à tona o desânimo ricardiano sobre a suposta tendência inevitável de queda na taxa de lucro como a agricultura rende retornos cada vez menores. Em resumo, Mill fundiu a ênfase padrão da escola bancaria de Tooke na especulação, no excesso de otimismo e no

overtrading com a análise de Wilson da conversão do capital circulante em capital fixo. Mais uma vez, a doutrina era não monetária, com o dinheiro desempenhando um papel passivo, não essencial e, na melhor das hipóteses, secundário. Assim, Mill adotou a teoria do investimento ferroviário de Wilson sobre a causa do recente ciclo de 1845-47. O motivo ricardiano levou Mill a antecipar Schumpeter e saudar o boom inflacionário como necessário e vital para a realização do crescimento econômico, permitindo uma fuga periódica da queda da taxa de lucro. Como resultado, Mill foi um dos primeiros a desenvolver a ideia de que as flutuações do comercio tendem a se repetir como ciclos recorrentes, um processo que ele considerava benéfico. Ele não estava preocupado com recessões, uma vez que a contração e a lei de Say garantiram um rápido retorno ao pleno emprego e à prosperidade.

Houve outra razão importante para a fusão efetiva das escolas de moeda corrente e bancárias após a promulgação da Lei de Peel. Afinal, esses dois grupos se dedicavam à manutenção do padrão-ouro como sua principal prioridade monetária, embora a versão da escola bancária tendesse a ser altamente atenuada. Mas assim que a grande crise de 1847 ocorreu e trouxe a controvérsia monetária e bancária de volta à Grã-Bretanha, os oponentes ultras inflacionistas do padrão-ouro atacaram, clamando por uma inflação de dinheiro fiduciária ou, na melhor das hipóteses, um padrão ouro/prata bimetálico. Diante desse ataque violento, as escolas do dinheiro corrente e bancárias fecharam as fileiras, o que em grande parte explica, por exemplo, a votação de James Wilson para reter a Lei de Peel em 1858.

Na verdade, não foi preciso mais do que a crise de 1847 para encorajar os homens de Birmingham a retomar seu ataque ao ouro. O antigo panfleto de moeda fiduciária de Matthias Attwood foi prontamente reimpresso, uma delegação de Birmingham chefiada por George Frederick Muntz visitou o primeiro-ministro e a Associação de Reforma da Moeda corrente de Birmingham enviou um memorial à rainha. A Times sentiu-se obrigada a denunciar os homens de Birmingham em um editorial e T. Perronet Thompson alertou um amigo sobre um fluxo crescente de “panfletos meio malucos de Birmingham”. E outros setores no norte da Grã-Bretanha aderiram ao grito. A Liverpool Currency Reform Association 'foi ativa o suficiente para ser denunciada em duas edições da The Economist, e a Escócia revelou sua

inclinação inflacionista por um artigo anti-ouro na revista Tory Blackwood de Edimburgo. Além disso, uma convenção de organização da National Anti-Gold Law League foi realizada em Glasgow e contou com a presença de 3.000 pessoas.

A ameaça do bimetalismo de prata também surgiu durante a crise de 1847. Particularmente importante foi o poderoso banqueiro, Alexander Baring, agora Lord Ashburton, sempre pronto para montar seu cavalo de pau de bimetalismo, e uma petição de uma série de influentes "Comerciantes, Banqueiros, e trocadores de Londres contra a lei do banco". Wilson denunciou a doutrina bimetalista de Ashburton e dos peticionários de Londres como "extraordinária" e "mais inexplicável e irracional". Tão séria era a ameaça bimetálica considerada que os dois baluartes da escola da moeda corrente, Loyd e Torrens, colaboraram na redação de um panfleto anônimo em uma refutação ponto a ponto da petição de Londres.[42] O impulso revelador na polêmica Torrens-Loyd foi para mostrar que a lógica da posição bimetalista apontava diretamente para a política muito mais consistente, embora muito mais perigosa, do dinheiro fiduciária de Birmingham:

> Os filósofos de Birmingham são raciocinadores consistentes e têm a sagacidade de perceber que uma extensão arbitrária da circulação do papel é incompatível com a manutenção de um padrão metálico. Os lógicos inferiores que assinaram a petição de Londres, ao mesmo tempo que exigem o estabelecimento de um duplo padrão metálico, são incapazes de perceber que uma extensão do papel-moeda através do exercício ... do poder relaxante pelo qual eles oram tornaria impraticável a manutenção de qualquer padrão metálico.[43]

O ponto alto do ataque ao ouro veio em votos no Parlamento em 1848. No comitê dos comuns, a moção do veterano líder radical Joseph

---

42 A Petição dos Comerciantes, Banqueiros e Negociantes de Londres contra a Lei de Estatuto do Banco: com comentários sobre cada cláusula (Londres, 1847)

43 Citado também em, *op. cit.*, nota 1, p. 208

Hume denunciando a Lei de Peel por agravar a crise de 1847 foi derrotada por uma votação de 13 a 11. O Onze apoiadores incluíam uma coalizão de remanescentes do banco livre como Hume, inflacionistas e protecionistas como o Birmingham Tory Richard Spooner e bimetalistas como Thomas Baring e Lord Bentinck. Além disso, o relatório do comitê da Câmara dos Lordes criticou a Lei de Peel e recomendou diluir as disposições restritivas sobre notas de banco. Enquanto os comitês deliberavam, o veterano anti-bullionist John Charles Herries decidiu revogar as limitações às notas bancárias da Lei de 1844 e todas as Leis de 1845. Aqui estava um ponto de encontro para todos os homens de moeda corrente fraca de qualquer faixa — os homens de Birmingham, bimetalistas ou homens de ouro macio. A moção de Herries perdeu por pouco, por uma votação de 163 a 142. Os principais discursos para a moção não vieram dos moderados, mas de homens de Birmingham como Richard Spooner. Em resposta a Spooner, o grande Robert Peel se levantou e apontou que, embora a doutrina de Birmingham estivesse em "uma pequena minoria" dentro da Câmara dos Comuns, fora da Câmara “daqueles que falam sobre a moeda corrente e escrevem sobre a moeda corrente, o vasto maioria”, na verdade “nove décimos”, concorda com Spooner, isto é, quer “edições em papel sem o controle de conversibilidade”.

Se Peel estava reagindo exageradamente ao que ele considerava expressões do mal, ou se ele levantou o espectro de Birmingham, foi uma manobra para reunir as tropas, essa tática foi bem-sucedida, e a moção de Herries para considerar os relatórios dos comitês de Lords e Comuns foi derrotado sem sequer vir a uma votação formal. A partir de então, por uma década, o espectro de Birmingham foi suficiente para conquistar os homens moderados do ouro e a escola bancária para uma defesa total do status quo da Lei Peel. Durante meados da década de 1850, Wilson's Economist seguiu esse caminho, e o veterano da moeda corrente, James Pennington, escreveu uma carta preocupada a um amigo que “Há agora um clamor generalizado pedindo a revogação dessa lei [a Lei do Banco de 1844] que clama, se prevalecer, creio eu,

será seguido por um clamor, igualmente alto, pela abolição total da obrigação de pagamentos em espécie".[44]

Podemos encerrar apropriadamente nossa discussão sobre as consequências da Lei de Peel, concentrando-nos em duas contribuições importantes, após a aprovação da Lei, do mais sábio da escola da moeda corrente, o Coronel Robert Torrens. No decorrer de sua crítica em 1857 do capítulo da escola bancária dos Princípios de Mill, Torrens acrescentou outro ponto vital ao criticar a visão de que os bancos, sendo passivos, não podem ter poder para aumentar seus passivos e, portanto, não têm poder para aumentar os preços. Torrens enfaticamente apontou que Mill

> exclui de sua consideração o fato importante de que os bancos possuem em si mesmos o poder de aumentar e diminuir a demanda por acomodação bancária quando aumentam a taxa de desconto, a demanda por contratos de acomodação, e quando reduzem a taxa, ela expande [...] e a menos que ele esteja preparado para refutar o fato de que os bancos podem reduzir a taxa de desconto, ele não pode sustentar consistentemente que seu poder de aumentar a emissão é limitado [...]

Em meio a todos os ataques a Lei de sistema de Peel, por fiduciários de Birmingham, bimetalistas, remanescentes de banqueiros livres e adeptos de escolas bancárias, é notável que, aparentemente, nenhum escritor, parlamentar ou homem de negócios pedisse uma política mais dura de tapar o enorme buraco no sistema da moeda corrente, estendendo o princípio de reserva de 100% aos depósitos e também às notas.

Nenhum homem da moeda corrente única admitiu qualquer falha em sua posição anterior, nem defendeu, como os jacksonianos nos Estados Unidos, pressionar para uma posição de reserva de 100 por

---

44 *Ibidem*, p. 216. Fetter espirituosamente descreve os sentimentos da Banking School e de outros homens do ouro anti-Lei de Peel em relação à ameaça da escola de Birmingham: "A situação sugere a atitude que a tradição associa ao duque de Wellington — ele tinha sem medo do inimigo, mas o simples pensamento de seus aliados o enchia de terror". Ibid.

cento em todos os passivos bancários à vista, incluindo depósitos. O mais próximo que alguém chegou dessa visão foi o coronel Torrens. Em um momento pungente na história do pensamento econômico, em seu último trabalho publicado aos 77 anos, Torrens escreveu uma resenha na edição de janeiro de 1858 da Edinburgh Review, dos Tracts and Other Publications on Metallic and Paper Currency de seu antigo amigo e aliado Samuel Loyd, Lord Overstone, editado por John R. McCulloch. Depois de elogiar as contribuições de Lord Overstone, e mais uma vez defender a Lei de Peel, Torrens passou a tentar explicar o ciclo de negócios que culminou na recente crise de 1857. Em nítido contraste com sua rendição uma década antes à escola bancária ao culpar o "overtrading 'para a crise de 1847, Torrens agora afirmava fortemente que' Se não houvesse overbanking, não poderia haver (exceto por breves períodos) overtrading e especulação excessiva '. E o overbanking, desde a Lei de Peel, claramente significava depósitos. Pois Torrens dificilmente poderia ignorar as flutuações que estavam ocorrendo no valor dos depósitos bancários. Discutindo o banco de depósitos, Torrens enfatizou que, ao criar novos depósitos à vista por meio de empréstimos, os bancos exerceram 'a mesma influência sobre os mercados que um aumento no valor numérico da circulação [de notas]'. Torrens sempre foi o único homem da moeda corrente a entender a verdadeira importância monetária dos depósitos; agora ele pressionou para uma condenação vigorosa dos banqueiros comerciais e sua expansão de depósitos no boom recente, bem como sua contração e falência durante a crise. Assim, Torrens perguntou amargamente:

> A balança da justiça é mantida mesmo quando um pequeno ladrão, ou o falsificador de uma nota de cinco libras, é tratado como um criminoso, e quando o banqueiro especulativo [...] obtém do Tribunal de Falências a liquidação total de suas dívidas e recebe de amigos simpatizantes e credores meio arruinados o meio de recomeçar sua carreira de má reputação e perversa?

Torrens passou a mostrar como empréstimos adicionais “de depósitos produzem efeitos sobre os preços, sobre o crédito comercial e sobre as trocas, resultados análogos aos produzidos por emissões adicionais de notas bancárias”. Virtualmente admitindo que a Lei de

Peel sofria por não ser aplicada aos depósitos, Robert Torrens agora admitia que 'mesmo sob uma moeda corrente exclusivamente metálica [ou seja, O overbanking de moedas sem notas] e a insolvência de casas de desconto podem ocasionar catástrofes tão formidáveis quanto as que podem resultar do uso irrestrito de notas bancárias e da suspensão dos pagamentos em dinheiro'.

Em sua conclusão, Torrens expressou forte dúvida se "as vantagens do desconto [de depósito] bancário, mesmo quando conduzido sob uma moeda corrente metálica, compensam os males que inflige". Parece que Torrens estava prestes a defender a extensão do sistema de moeda corrente aos depósitos, e talvez se ele tivesse vivido para escrever mais sobre dinheiro e serviços bancários, ele o teria feito.

7.10 O pensamento da *Currency School* e da Escola Bancária no continente

O florescimento dos debates sobre a escola moeda da moeda corrente e a escola bancária na Grã-Bretanha, juntamente com o posterior florescimento do banco central no continente, levou a controvérsias semelhantes na França e na Alemanha nas décadas de 1850 e 1860. Em geral, os resultados foram os mesmos: triunfo da pseudo-moeda corrente no sentido de que o banco central adquiriu o monopólio da emissão de notas e a vitória da escola bancária de fato no sistema bancário elástico de reserva fracionária e repetidos aumentos e reduções na oferta de dinheiro

Na França, o pensamento *laissez-faire* floresceu entre os economistas, que provaram ser os verdadeiros herdeiros de J.B. Say. Professores, jornalistas, a duradoura *Societe d'Economie Politique*, o *Journal des Economistes* da *Societe*, ambos lançados em 1842, e vários outros periódicos acadêmicos e populares dedicaram-se ao livre comércio e à causa do *laissez-faire*. Nessa atmosfera, os economistas franceses naturalmente optaram pelo de graça, e não pelo banco central.

Um dos principais e mais interessantes teóricos do free banking francês foi Jean Gustave Courcelle-Seneuil (1813-92). Courcelle, como escreve um historiador: "era a favor da liberdade absoluta e da competição ilimitada e era o mais intransigente de todos os banqueiros

livres na França. A única regulamentação permissível, em sua opinião, era aquela destinada simplesmente à prevenção de fraudes".[45]

I. Edward Horn (1825-75) foi outro notável teórico do banco livre francês. Em seu *La Liberti des Banques* (1866), Horn chegou a desafiar a ideia de que o estado precisa ter o monopólio da cunhagem. Ele ressaltou que os banqueiros de investimentos privados poderiam facilmente ganhar tanta confiança pública na circulação de suas moedas quanto o Estado. Horn observou que é muito mais provável que o estado suspenda a obrigação de um banco central de resgatar em espécie do que conceder tal benefício aos bancos individuais menores. Na paráfrase de Vera Smith:

> Horn chamou a atenção para a maior possibilidade de que a responsabilidade de tal banco [central] de pagar em espécie sob demanda fosse revogada com sua consequência de puro papel-moeda no lugar de notas conversíveis em moeda. Um banco patrocinado pelo Estado contava sempre com o Governo para se exonerar da sua obrigação de pagar em caso de insolvência, e a sua falência foi legalizada em vez de ter que entrar em liquidação e sofrer as habituais penas de insolvência. Essa história de bancos privilegiados foi inegavelmente repleta de falências.

Horn continuou a insistir que, sob o banco livre, qualquer recusa em pagar em espécie sob demanda precisa significar a liquidação instantânea para o banco errante. Só então um sistema bancário gratuito poderia funcionar. Horn observa: "Se os bancos emissores fossem informados, no entanto, que eram positiva e irremediavelmente responsáveis por seus atos e tinham que arcar com as consequências, seriam tão prudentes em sua política quanto qualquer outra empresa".[46] O problema é como o governo pode ser confiável para impor o pagamento imediato em espécie aos bancos, especialmente se muitos ou a maioria dos bancos tiver problemas ao mesmo tempo?

---

45 Vera C. Smith, *The Rationale of Central Banking* (1936, Indianapolis: Liberty Press, 1990), p. 94.

46 *Ibid.*, p. 108.

Courcelle e Horn foram fortemente influenciados pela circulação de James Wilson na análise de capital fixo do boom. Mas ambos os homens, embora se estressassem com a escola bancária que os bancos não podem emitir suas notas em excesso, admitiram, ao contrário de Wilson, que os bancos podiam e erraram ao aumentar o investimento em capital fixo durante o boom. Curiosamente, Horn, Courcelle e muitos dos banqueiros livres franceses sentiram que tinham que negar, por meio de sofismas legalistas, que mesmo as notas bancárias eram "dinheiro", uma vez que o dinheiro, no sentido legalista, embora não econômico, precisa ser estritamente confinado à espécie padrão em que as notas eram conversíveis.

Mas os teóricos mais fascinantes eram os pequenos bandos intrépido de franceses que acreditavam no banco livre e, ao mesmo tempo, eram ultras rigorosos da escola da moeda corrente, que desprezavam como fraudulentos e inflacionários todos os meios fiduciários, todos os passivos bancários além de 100% da reserva em espécie. Eles acreditavam, de maneira bastante plausível, que nem um banco com monopólio privilegiado, nem o governo que o apoiou, poderiam ser confiáveis por muito tempo para manter um banco de reserva de ouro de 100 por cento. O líder desse pequeno bando era Henri Cernuschi, que, escrevendo dois tratados em 1865, declarou que a questão importante não era a emissão de notas de monopólio versus o plural ou banco livre, mas se as notas de banco deveriam ser emitidas. Sua resposta foi não, pois "eles tiveram o efeito de despojar os detentores de dinheiro metálico, depreciando seu valor". Se fossem úteis, não deveriam representar mais do que dinheiro metálico em 100 por cento; quaisquer notas descobertas, quaisquer meios fiduciários, devem ser encerrados totalmente. Cernuschi era a favor do banco livre porque sustentava que, na falta de qualquer privilégio especial, incentivo ou aceitação por parte do Estado, e forçado a fechar na hora que os bancos recusassem qualquer pagamento de dívidas, ninguém desejaria ter notas bancárias. Como Ludwig von Mises citou com

aprovação de Cernuschi: “Quero dar a todos o direito de emitir notas para que ninguém mais o aceite”.[47]

Um seguidor de Cernuschi foi Victor Modeste, cujas conclusões políticas foram bastante diferentes, e o aproximaram dos Jacksonianos radicais nos Estados Unidos. Modeste era um libertário dedicado, que acreditava que o estado é “o mestre [...], o obstáculo, o inimigo”, e cujo objetivo anunciado era substituir o governo pelo 'autogoverno'. Modeste concordou com Courcelle e os banqueiros livres da escola bancária que o comércio e o comércio precisam permanecer livres. Ele também concordou com eles que o monopólio central bancário era muito pior e mais prejudicial do que o sistema bancário livremente competitivo, e também se opunha ao controle administrativo ou à regulamentação dos bancos. Por outro lado, o que fazer com as notas de banco? Nessa categoria, Modeste incluiu explicitamente os depósitos à vista, que considerou ilícitos, fraudulentos, inflacionários, geradores do ciclo de negócios e portadores de 'dinheiro falso'. Sua resposta foi apontar que passivos de demanda "falsos" que fingem, mas não podem ser convertidos em ouro, uma vez que vão além do valor do estoque de ouro, são na realidade equivalentes a fraude e roubo. Modeste concluiu que títulos e valores falsos são sempre equivalentes a roubo; que o roubo em todas as suas formas em todos os lugares merece suas penalidades ..., que todo administrador de banco. ..precisa ser avisado que passar por valor onde não há valor, ... subscrever um compromisso que não pode ser concretizado ... são atos criminosos que devem ser exonerados nos termos do direito penal '. A resposta, então, não é regulamentação administrativa, mas proibição de delito e fraude sob a lei geral.[48]

Na Alemanha, havia poucos escritores influenciados pela escola bancária; a maioria eram homens de moeda. Na rigorosa tradição da

---

47 De Henri Cernuschi, *Contre Ie Billet de Banque* (1866), o testemunho de Cernuschi perante o enorme inquérito bancário do governo francês de 1865-66. Traduzido por Ludwig von Mises, *Human Action* (New Haven: Yale University Press, 1949), p. 443.

48 Victor Modeste, “Le Billet Des Banques D'Emission Est-IL Fausse Monnaie?” (“As notas bancárias são falsas?”), *Journal des Economistes, 4* (outubro de 1866), pp.77 8. (Tradução minha.)

moeda corrente estava Philip Joseph Geyer. Escrevendo em seu tratado *Banken und Krisen* (Bancos e Crises) em 1865, e em outro livro dois anos depois, Geyer declarou que idealmente a quantidade de dinheiro em circulação deveria permanecer constante. A oferta monetária não é de fato constante em grande parte porque as emissões contínuas de notas bancárias não são cobertas por espécie. Nesse ponto, Geyer contribuiu com um dos primeiros esboços da teoria austríaca do ciclo de negócios, ao apontar que as emissões de notas bancárias descobertas injetam um "capital artificial" (kunstliches Kapital) na economia, e quando esse capital artificial excede a quantidade de capital "real" (naturliches) disponível, o sobreinvestimento e a superprodução trazem uma crise. No entanto, Geyer então errou em uma teoria do subconsumo inconsistente ao tentar desenvolver sua análise.

Um homem da moeda corrente e acadêmico de inflexível na Alemanha foi Johann Louis Tellkampf (1808-76). Um jovem prussiano com doutorado pela Universidade de Göttingen, Tellkampf emigrou para os Estados Unidos, onde lecionou primeiro no Union College em direito e economia política, bem como em história, língua alemã e literatura. Então, em 1843, mudou-se para o Columbia College como professor de língua e literatura alemã. Três anos depois, Tellkampf voltou à Prússia e tornou-se professor de economia política na Universidade de Breslau. Posteriormente, foi eleito para o senado prussiano, onde teve papel importante na legislação bancária.

As observações de Tellkampf sobre os problemas do sistema bancário descentralizado nos Estados Unidos levaram-no a argumentar a favor de reservas estritas de 100 por cento em espécie para notas bancárias e para que um banco central monopolista colocasse esse plano em prática. Tellkampf ajudou a disseminar o princípio da moeda corrente ao traduzir a defesa de McCulloch do princípio para o alemão em 1859. Por outro lado, ao não adotar seu plano de 100% em espécie, Tellkampf estava muito disposto a considerar o banco livre como o segundo melhor.

Os banqueiros livres na Alemanha tendiam a ser menores em número do que na França, e estudiosos de moeda corrente, em vez de homens de escolas bancárias. Um escritor notável nesse campo foi Otto

Hubner, um líder do Partido Alemão de Comércio Livre. Seu trabalho em vários volumes, Die Banken (1854), foi em grande parte uma pesquisa empírica de bancos em todo o mundo, e argumentou que os bancos eram mais sólidos e menos ameaçados onde eram mais livres e menos controlados. Bancos centrais privilegiados tendem a ser administrados de forma descontrolada e estão em risco de insolvência, como se observa na suspensão do pagamento em espécie do Banco Nacional austríaco, que havia financiado grandes déficits do governo austríaco. A meta de Hubner, como a de Cernuschi na França e a de Geyer e Tellkampf na Alemanha, era 100% de reserva em espécie para notas bancárias. Sua preferência ideal teria sido por um monopólio estatal de 100% de reserva no banco, como os antigos bancos de Amsterdã e Hamburgo, mas ele reconheceu o problema da desconfiança inerente aos bancos estatais. Como Vera Smith parafraseia Hubner:

> Se fosse verdade que se pudesse confiar que o estado sempre emitisse notas para a quantidade de suas participações em espécie, uma emissão de notas controlada pelo estado seria o melhor sistema, mas como as coisas estavam, uma abordagem muito mais próxima do sistema ideal seria ser esperado de bancos livres, que por razões de interesse próprio objetivariam o cumprimento de suas obrigações.[49]

49 Smith, *op. cit.*, nota 45, pp. 115-16.

capítulo 8

John Stuart Mill e a Recolocação da Economia Ricardiana

8.1 A importância de Mill

Os Mills, pai e filho, tiveram um impacto fatal na história do pensamento econômico. Se James Mill desempenhou um papel crucial e negligenciado no desenvolvimento da economia ricardiana e seu aliado filosófico, o utilitarismo benthamista, e em encontrá-los no mundo intelectual britânico, seu filho John foi de longe a força mais importante na reimposição do domínio ricardiano duas décadas depois de que caiu em declínio. É irônico que o destino da vida intelectual britânica no século XIX deva depender apenas intimamente da interação psicológica entre pai e filho famosos, irônico, uma vez que ambos pretendiam ser austeros e “cientistas” acima de tudo. Os dois homens não poderiam ser mais diferentes em caráter e qualidade de intelecto. James Mill, como vimos, era um tipo de 'cadre' obstinado, contundente e autoconfiante, em intelecto e ação, original em esculpir um sistema arquitetônico de economia, filosofia e teoria política, e depois, extremamente enérgico na organização de pessoas e instituições ao seu redor para tentar colocá-las em prática. James tentou educar John Stuart (1806-73) para segui-lo na liderança desse quadro filosófico radical, mas a educação não funcionou. Após o famoso colapso nervoso de John aos 20 anos, o jovem Mill emergiu quase como o oposto de seu pai em temperamento e qualidade de intelecto. Em vez de possuir o intelecto do tipo de cadre obstinado, John Stuart era a quintessência do fraco ao invés do hardcore, o homem de mente confusa e de pieguice em contraste marcante com seu pai de gume de aço. John Stuart Mill era o tipo de homem que, ouvindo ou lendo algum ponto de vista aparentemente e em total desacordo com o seu, diria: “Sim, há algo nisso”, e continuaria a incorporar essa nova vertente inconsistente em seu mundo amplo e de visão confusa disso. Consequentemente Mill sempre expandia a "síntese" intelectual, era antes um vasto monte de coisas diversas e contraditórias na cozinha. Como resultado, Mill desde então sempre proporcionou um dia de campo para jovens Ph.Ds pegos no jogo de publicar ou perecer. A disputa sobre 'o que Mill realmente acreditava' se tornou uma indústria doméstica sem fim. Mill era um

liberal laissez-faire? Ou socialista? Ou romântico? Um classicista? Um libertário civil? Um crente na moralidade coagida pelo Estado? A resposta é sim, sempre. Há um assunto infindável para disputas porque, em sua vida longa e prolífica, Mill foi tudo isso e não foi nada, um caleidoscópio em constante mudança de alteração, transformação e contradição.

A enorme popularidade e estatura de John Mill no mundo intelectual britânico se deviam em parte à sua mentalidade sentimentalista. Aqui estava essa pessoa de indubitáveis partes intelectuais, um homem erudito crescendo em um círculo de estudiosos ilustres e ativistas políticos, e ainda assim, aqui está esse homem eminente que vê o bem em todas as posições concebíveis, mesmo do leitor, seja ele quem for. Adicione a isso outra nota incomum: o estilo feliz de Mill. Pois, na história do pensamento, o estilo reflete muito a qualidade da mente; pensadores lúcidos geralmente são escritores lúcidos, e pensadores confusos e incipientes geralmente escrevem da mesma maneira. O estilo retrógrado e torturado de Ricardo refletia as complexidades confusas de sua doutrina. Mas Mill era incomum por possuir um estilo gracioso e lúcido que servia para mascarar a vasta confusão de sua mobília intelectual. Ricardo ganhou pelo menos uma breve popularidade por sua obscuridade, embora tenha tido a ajuda inestimável para espalhar sua doutrina de escritores tão claros como James Mill e John McCulloch. Mas John Mill ganhou fama e influência em parte pela graça de seus escritos

Se ele soubesse toda a extensão da deserção de caráter e intelecto de seu filho, o velho Mill certamente teria se desesperado. Mas ele nunca realmente descobriu, pois John aprendeu cedo a disfarçar, jogando um jogo duplo ao longo dos seus 20 anos, enquanto seu pai ainda estava vivo. Assim, ele foi perfeitamente capaz de publicar um artigo elogiando o filosófico favorito de seu pai, Jeremy Bentham, enquanto, ao mesmo tempo, escrevia um artigo anônimo em outro lugar altamente crítico de Bentham. A duplicidade intelectual de Mill provou um forte contraste com a franqueza de seu pai

Suficientemente estranho, porém, pesando em toda a carreira de John, James pode, em certo sentido, ter ficado realmente satisfeito. Pois apesar de toda a pieguice, de toda a 'moderação' flácida e encharcado que marcou o adulto John Mill e ainda atrai liberais moderados de todas

as gerações, em última análise o filiopietismo triunfou. Quando o impulso finalmente veio à mente de John Stuart Mill, ele caiu, embora, é claro, "moderadamente", do lado dos dois ídolos de seu pai, Bentham e Ricardo. Na filosofia, ele abandonou o benthamismo do tipo de cadre hardcore, pelo utilitarismo benthamista "moderado" de núcleo fraco. E em economia, ele não apenas era basicamente e proclamado um ricardiano; ele também alegrou o fantasma de seu pai ao restabelecer o ricardianismo no trono da economia britânica, uma façanha que realizou por meio da enorme popularidade e domínio de seus *Principles of Political Economy* (1848). Assim, embora John Stuart tenha substituído a democracia plena pela moderada e, ainda mais perturbador, estatismo e socialismo moderados pelo laissez-faire de seu pai, James Mill poderia ter ficado satisfeito com a capacidade de seu filho de reimpor o ricardianismo ao mundo da economia. Na verdade, os grandes avanços dos anti-ricardianos das décadas de 1820, 1830 e 1840 foram verdadeiramente esquecidos no restabelecimento de Mill do custo e, de fato, do trabalho, da teoria do valor, da teoria da renda ricardiana, do salário e da teoria da população de Malthus e o restante do aparato ricardiano. Não pela primeira ou última vez na história do pensamento econômico e social, o erro deslocou na verdade do posto de domínio no mundo intelectual. Ao colocar Ricardo de volta no trono da economia, John Stuart estava cumprindo talvez o mais querido, embora um dos mais falaciosos, dos objetivos e princípios de seu pai

Se deve estar ciente que a vida de John Stuart foi a sombra de seu pai não foi apenas psicológica ou organizacional. Aos 16 anos, John entrou no escritório de seu pai na Companhia das Índias Orientais e o ajudou por muitos anos, conquistando a alta posição de seu pai com a morte de James em 1836. De fato, Mill trabalhou em tempo integral na Companhia das Índias Orientais até a liquidação dessa empresa em 1858, que concedeu a Mill uma bela pensão pelos 15 anos restantes de sua vida.

8.2 A estratégia de Mill e o sucesso do *Principles*

A razão próxima para o enorme sucesso e influência dos Princípios foi o notável triunfo best-seller do primeiro livro de Mill, A System of Logic (1843), que pegou intelectuais e leitores gerais da época de uma forma que nenhum tomo sobre lógica e epistemologia

fizeram antes ou depois.[1] O *Principles* de Mill foi elaborado astutamente como um tratado abrangente e maciço de dois volumes no molde da Riqueza das Nações, acessível a economistas e leigos. Teve pelo menos sete edições durante a vida de Mill, além de uma edição "popular" barata e uma versão resumida para o mercado americano. Os Princípios continuaram a servir como o texto britânico padrão em economia ao longo do início do século XX.

Em um artigo fascinante, o professor de Marchi afirma que grande parte da aparente confusão, desordem e moderação que permeia os Princípios de Mill foi uma estratégia deliberada destinada a suavizar e conciliar os numerosos inimigos do ricardismo e, assim, ganhar seu apoio para um restabelecimento secreto da dominação ricardiana. Para ser mais franco do que o professor de Marchi, Mill se engajou em uma estratégia de duplicidade para confundir o inimigo e ganhar seu apoio pelo menos para o essencial da verdadeira doutrina ricardiana. Se de Marchi estiver correto, há muito mais Maquiavel na hesitante "abertura" de Mill para todos os pontos de vista do que se supõe.[2] De Marchi observa que Mill havia adotado conscientemente, desde 1829, o que Mill chamou de estratégia de "ecletismo prático", o que equivale a enganar e desarmar a oposição e, por aparente conciliação, manipulá-

---

1 Schumpeter escreve que o *Logic* de Mill foi “um dos grandes livros do século, representante de um dos principais componentes de seu *Zeitgeist*, influente com o público leitor em geral como nenhum outro *Logic* jamais foi”. Foi devido à Lógica ainda mais do que aos Princípios, acrescenta Schumpeter, que “se fala da influência de Mill sobre a geração de intelectuais ingleses que iniciaram suas carreiras nas décadas de 1850 e 1860”. Schumpeter acrescenta que mesmo no exterior o entusiasmo pela lógica de Mill era intenso. “O livro foi encontrado na casa de um camponês da Irlanda. Era chamado de ‘livro dos livros’ por uma vienense talentosa (uma fabiana e sufragista) que se sentia a encarnação do progresso.” Schumpeter acrescenta, com sua sagacidade característica, que esses exemplos mostram não apenas a grande influência da Lógica de Mill no século XIX, mas também “que a correlação entre o entusiasmo dos indivíduos por ela e sua competência para julgá-la não era inteiramente satisfatória”. Schumpeter, *The History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954), pp.449.449n

2 Consulte Neil B. de Marchi, “The Success of Mill's Principles”, *History of Political Economy, 6* (verão de 1974), pp. 119-57.

los fazendo-os acreditar que haviam "espontaneamente" chegado ao que Mill considerava a verdade - em suma, uma estratégia de engano e duplicidade.[3]

É impossível estimar o quanto das contradições, qualificações e alterações inveteradas e eternas de John Stuart Mill se deviam de verdade a uma mentalidade desorganizada e quanto a uma desonesto e evasiva corrida intelectual. O próprio Mill sempre soube? De qualquer forma, a tática parece ter funcionado, pois os inimigos de todos os lados da teoria econômica em geral e do ricardianismo em particular ficaram encantados com a benevolência intermediária de Mill para com todos. Eles podem não ter se convertido ao ricardianismo radical ou mesmo soft-core, mas todos ficaram virtualmente impressionados com o fato de Mill ceder um ponto após o outro a si mesmos ou a outros. (Todos, é claro, exceto Marx, que, como um preeminente tipo de cadre, despejou um frasco apropriado de desprezo sobre o "sincretismo superficial" de Mill e "tentativa de reconciliar o irreconciliável".) Um por um, conservadores, românticos, socialistas e "homens práticos" se entusiasmaram com o próprio Mill e com suas supostas realizações.

Assim, vimos como Mill introduziu na economia, e conseguiu tornar dominante, a infeliz metodologia hipotética do positivismo, em contraste com o sistema praxeológico de dedução de axiomas verdadeiros e completos defendido e empregado por Say e Senior. (Ricardo não expressou opiniões metodológicas, embora seu método na prática fosse a dedução de alguns axiomas irreais e profundamente falhos.) No decorrer da busca por esse método, Mill introduziu a hipótese desastrosa e falaciosa do "homem econômico", que deixou a economia merecidamente aberta ao ridículo como falso para a natureza do homem. Mas a substituição de Mill pelo positivismo, pelo menos declaradamente experimental e humilde, hipotético, encantou os inimigos da praxeologia dedutiva.

Por exemplo, havia crescido na Universidade de Cambridge um grupo de indutivistas baconianos militantes, homens que rejeitaram com raiva como "não científica" qualquer tipo de teoria abstrata nas ciências sociais. Esses antiteóricos beligerantes, que sustentavam que a

---

3 *Ibid*., pp. 122, 143.

teoria adequada só pode ser uma enumeração e coleção paciente de incontáveis "fatos" empíricos, foram os ancestrais do institucionalismo americano e da escola histórica alemã. O grupo de quatro de Cambridge, que originalmente eram amigos universitários, era chefiado por William Whewell (1794-1866), que se tornou um companheiro e, em seguida, mestre da Trindade. Na faculdade, um matemático eminente, professor de mineralogia, e depois de filosofia moral na Trinity, e duas vezes vice-reitor da Universidade. Outra figura poderosa nesse grupo foi Richard Jones (1790-1855), que sucedeu Nassau Sênior como professor de economia política no King's College, em Londres, e depois sucedeu Malthus como professor de economia política e história em Haileybury.[4] Autor de um livro de três volumes História das Ciências Indutivas (1837) e a Filosofia das Ciências Indutivas (1840), Whewell se entusiasmou com Bacon como "o supremo legislador da moderna República da Ciência", e "o Hércules" e "Herói da revolução" no método científico.

No final, entretanto, Whewell foi forçado a admitir que o método indutivista na economia não parecia capaz de ir além da crítica destrutiva para a construção de qualquer tipo de corpo de lei econômica. Talvez seja por isso que Whewell, pelo menos, acabou brincando com modelos matemáticos ricardianos, flertando com o tipo de economia abstrata que há muito professava desprezar.[5]

William Whewell não foi convertido do indutivismo ao positivismo por Mill, mas foi movido a expressar aprovação dos Princípios de Mill como um todo. Outros a quem Mill encantou foram escritores conservadores por muito tempo hostis à economia política e

---

4 Os outros dois indutivistas influentes foram John Herschel (1792-1871), um ilustre matemático e astrônomo, que ganhou o título de cavaleiro; e Charles Babbage (1792-1871), professor de matemática em Cambridge e renomado pai do computador. Outro indutivista associado ao grupo de Cambridge foi John Cazenove (1788-1879), de uma família de corretores de ações. Membro de longa data do Clube de Economia Política, Cazenove aderiu ao ataque de Malthus à lei de Say.

5 Ver S.G. Checkland, "The Advent of Academic Economics in England", *The Manchester School of Economic and Social Studies, 19* (janeiro de 1951), pp. 59-66.

às suas conclusões sobre o livre comércio. Assim, a Blackwood's Magazine deu aos Princípios uma crítica geralmente favorável ao "interesse perpétuo, sério e nunca esquecido de seu autor [...] nas grandes questões atualmente debatidas com respeito à condição social do homem". E G.F. Young, no decorrer de um virulento ataque protecionista à economia na *Tory Quarterly Review*, saudou Mill como "um dos mais filosóficos e sinceros da escola moderna de economistas" — especificamente pela admissão positivista de Mill de que a economia política não era baseada no correto, mas apenas em suposições parcialmente verdadeiras.

A deserção mais conspícua de Mill da economia política clássica em geral, e do ricardianismo em particular, foram suas numerosas concessões ao socialismo e sua apostasia do laissez-faire. Na geral, os economistas clássicos britânicos não foram exatamente partidários do laissez-faire consistentes, em contraste com J.B. Say e sua escola na França, incluindo pessoas como Charles Comte, Charles Dunoyer, Frederic Bastiat, Gustave de Molinari e seus numerosos seguidores. Na Grã-Bretanha, os defensores do laissez-faire consistente eram encontrados certamente entre escritores, intelectuais e homens de negócios em Manchester, como Richard Cobden, John Bright e a recém-bem-sucedida Liga de Direito AntiCorn. Eles também podiam ser encontrados no The Economist, editado por James Wilson, particularmente nos redatores de sua equipe editorial, Thomas Hodgskin (1787-1869) e o jovem Herbert Spencer (1820-1903). Mas embora os economistas clássicos não fossem homens radicais do livre mercado, eles pelo menos tendiam fortemente nessa direção; se não um princípio, o laissez-faire era para eles pelo menos um guia ou tendência para a qual eles podiam, pelo menos parcialmente, orientar sua posição. Mas Mill rompeu bruscamente com tudo isso. Imerso em um alto tom moral em todos os momentos, Mill originou a infeliz tradição intelectual de admitir que o socialismo e, de fato, o comunismo era o sistema social "ideal", e depois recuou lamentando que provavelmente não poderia ser alcançado neste mundo prático cruel. Pró-capitalistas que começam cedendo o terreno moral a seus oponentes estão fadados a perder a guerra de longo prazo, se não a batalha de curto prazo, para o socialismo.

Não é de admirar, então, que várias alas socialistas saudassem os Princípios de Mill. Os socialistas owenistas, então o principal grupo socialista na Grã-Bretanha, foram altamente aprovadores. Além das palavras de elogio do próprio Robert Owen (1771-1858), o escritor e conferencista owenita George Jacob Holyoake (1817-1906) ficou particularmente encantado. O editor do The Reasoner, Holyoake saudou os Princípios de Mill com entusiasmo. 'Dizia-se', proclamou ele, 'que o povo foi feito para a economia política', mas agora, com os Princípios de Mill, "finalmente a economia política [está] sendo feita para o povo". Holyoake também elogiou Mill por ter falado do comunismo "com mais genialidade do que qualquer economista político fizera antes", e deu a seus leitores da classe trabalhadora o benefício de grande parte daquele livro caro, imprimindo longos trechos no Reasoner. Sem dúvida, Holyoake também estava feliz com o ideal proclamado de Mill de uma comunidade de cooperativas, Holyoake sendo um dos fundadores e agitadores de longa data do movimento cooperativo na Grã-Bretanha.

Também encantado com os Princípios estava o socialista Thornton Hunt (1810-73), editor do semanário Leader, o principal jornal socialista na Inglaterra depois de 1850. Hunt, um crente na donidade e controle comunal, saudou particularmente a afirmação de Mill de que o comunismo era o ideal Estado.

Mas um impulso ainda mais importante para o estatismo e o socialismo nos Princípios de Mill foi sua proclamação menos ricardiana de que, embora os processos de produção estivessem sujeitos às leis de ferro da economia política, a distribuição, por outro lado, estava em jogo, sujeita a vontade humana e arranjos feitos pelo homem. Ricardo, cujo sistema se baseava em supostas leis de distribuição de ferro, precisava ter revirado rapidamente em seu túmulo com aquele comentário. Essa separação entre 'produção' e "distribuição" era totalmente artificial e totalmente inválida, uma vez que as pessoas ganham renda no mercado precisamente por participar da produção, e as duas estão intimamente ligadas. Mas, ao fazer essa distinção, Mill deu origem à noção calamitosa e ainda prevalecente de que a distribuição pode ser alterada virtualmente à vontade por meio de impostos, subsídios ou outros esquemas estatistas, enquanto o mercado continuaria a funcionar e produzir sem perturbações.

Certamente não é surpreendente que as reverências morais de Mill às cooperativas e ao comunismo tenham recebido aplausos calorosos nas mãos do movimento socialista cristão recém-florescente. Da troika de jovens anglicanos que liderou os socialistas cristãos, o Rev. Charles Kingsley (1819-1875) saudou os Princípios, assim como outro dos líderes, o advogado John Malcolm Ludlow, na Fraser's Magazine.[6] Fraser foi comprado em 1847 por John William Parker, que se tornou seu editor de fato; Parker era amigo de Kingsley e simpatizante do socialismo cristão. O fato de ele também ser o editor dos Princípios de Mill dificilmente tornava o hino do crítico de Fraser menos pródigo.

8.3 A teoria do valor e distribuição

A maneira como Mill lidava com a teoria do valor era característica do homem: um núcleo firme de filiopietismo envolto em camadas de enigma e confusão. E assim a teoria do valor do trabalho/custo de produção foi restaurada a um lugar dominante na economia clássica, mas cercada pela série usual de qualificações evasivas e autoprotetoras de Mill. Assim, Mill aceitou a demolição de Bailey da busca de Ricardo por uma medida invariável de valor impossível. Mas, por outro lado, Mill exibia seu desprezo até mesmo pela ideia de que o consumo e a utilidade pudessem ter qualquer influência sobre o valor até removendo o consumo de seu nicho tradicional como uma parte básica do texto de economia. Em vez disso, os Princípios de Mill foram divididos em "Produção", "Distribuição", "Troca" e "Governo", sem nenhuma menção ao consumo.

No entanto, apesar da inconsistência e confusão de Mill, sua postura de humildade de repente se dissolveu em sua afirmação surpreendentemente arrogante de que seus pronunciamentos seriam a última palavra de todos os tempos sobre a teoria do valor. Em um famoso *faux pas*, Mill proclamou que "felizmente, não há nada nas leis do valor que resta para o presente ou qualquer futuro escritor esclarecer: a teoria do assunto está completa". Bem, é verdade que Mill teve o azar de escrever essas palavras apenas duas décadas antes de a "revolução

6 O terceiro chefão dos socialistas cristãos foi o reverendo John Frederick Denison Maurice (1805-72).

marginalista" derrubar completamente a teoria do valor. Mas, mesmo assim, era imperdoável que alguém tão conhecedor do método científico e da história da ciência como Mill fosse pego escrevendo esse tipo de declaração. E Schumpeter nos diz que o mesmo tipo de arrogância marcou o Sistema de Lógica de Mill.[7] É realmente um paradoxo estranho, ver um pensador mudando habitualmente de curso e qualificando cada pensamento e ação, e ainda insistindo que sua é a última palavra concebível em qualquer assunto particular!

Sustentando e restaurando o domínio da teoria do lucro de Ricardo, Mill insistiu em retornar à máxima ricardiana de que os lucros dependem de, e são inversamente proporcionais, salários. Habilmente prestando homenagem ao conceito de "abstinência" de seu amigo Nassau Senior, e concordando com Senior que os lucros (juros) eram "a remuneração da abstinência", Mill conseguiu enfraquecer o conceito e voltar de alguma forma a insistir no trabalho como a única causa de lucros.[8]

Também no que se refere aos salários, Mill retornou diretamente a Malthus, diferindo apenas por oferecer a esperança de melhorar o alegado problema do crescimento populacional por meio do uso entusiástico e determinado do controle da natalidade. A mudança ao longo do meio século foi a diferença entre o pregador severo e a feminista "progressista". O comentário de Alexander Gray sobre a paixão de Mill contra o que ele considerava nascimentos excessivos é espirituoso e pertinente:

> Ao escrever sobre a questão da população, sua voz [de Mill] treme com uma indignação justa que o leva a uma violência de linguagem que não pode ser encontrada em

---

7 Schumpeter, *op. cit.*, nota 1, pp. 451, 530. Essas críticas de Schumpeter carregam ainda mais peso vindo de um livro que é, estranhamente, muito simpático a Mill.

8 Marx, que parece ter tido o número de Mill, observa que ao tentar combinar a teoria do lucro de Ricardo e a "teoria da abstinência de Sênior", Mill obviamente se sente "à vontade em contradições absurdas". Bela Balassa, tentando salvar o dia de Mill, contesta severamente que a de Mill é uma "síntese" das duas teorias. Bela Balassa, "Karl Marx und John Stuart Mill", *Weltwirschaftliches Archiv, 82* (1959, nº 2), pp. 149ff.

> nenhum lugar de Malthus. A procriação excessiva está para Mill no mesmo nível que a embriaguez ou qualquer outro excesso físico, e aqueles que são culpados devem ser descontados e desprezados de acordo.[9]

Um dos movimentos mais famosos de John Stuart Mill na teoria econômica foi sua "retratação" tipicamente dramática, emocional e, no entanto, cuidadosamente protegida da doutrina do fundo de salários. Em companhia de outros economistas clássicos, tendo explicado a oferta de trabalho pela quantidade de população, Mill passou a explicar a demanda por trabalho, de maneira bastante sensata, como a soma da poupança bruta, ou capital circulante, disponível para pagar os trabalhadores até o o produto foi produzido e vendido: essa quantia disponível ele chamou de 'fundo de salários'. Esse conceito foi usado, novamente de forma inteligentíssima, para demonstrar que os sindicatos deviam aumentar os salários de uma parte da força de trabalho, esse aumento só poderia ocorrer às custas da redução dos salários em outra parte.

A análise do fundo de salários da demanda por trabalho foi, em um sentido importante, um recuo de Say e outros que enfatizaram que a demanda e os preços dos fatores de produção são determinados por sua produtividade na produção de bens de consumo desejados e demandados pelo público. Para Mill, esse recuo foi parte integrante de sua mudança orquestrada de volta para Ricardo. Por outro lado, a

---

9 Alexander Gray, The Development of Economic Doctrine (Londres: Longmans, Green, 1931), p. 283. Para confirmação, observe Mill: 'Quem encontra a menor condenação, ou melhor, quem não encontra simpatia e benevolência, por qualquer quantidade de mal que ele possa ter causado sobre si mesmo e aqueles que dependem dele, por esta espécie de incontinência? Enquanto um homem intemperante na bebida é desacreditado e desprezado por todos os que professam ser pessoas morais, é um dos principais motivos usados nos apelos aos benevolentes que o requerente tem uma grande família ... pouca melhora pode ser esperada na moralidade até que a produção de famílias numerosas seja considerada com os mesmos sentimentos da embriaguez ou de qualquer outro excesso físico. Mas, embora a aristocracia e o clero sejam os primeiros a dar o exemplo desse tipo de incontinência, o que se pode esperar dos pobres? ' John Stuart Mill, Principles of Political Economy (5ª ed., Nova York: D. Appleton & Co., 1901), I, 459, 459n.

doutrina do fundo de salários era correta até o ponto em que ia: em qualquer momento, há uma certa quantidade de poupança bruta a ser investida no pagamento dos fatores de produção. Portanto, pagar mais em um local por causa da pressão dos fornecedores de mão de obra necessariamente reduzirá a demanda e o pagamento em outro lugar. Por outro lado, o fundo de salários é claramente apenas uma primeira aproximação: pois o fundo de capital circulante em qualquer momento não é usado apenas para pagar salários, mas também para pagar aluguel aos proprietários e juros (lucro) aos capitalistas.

Em 1869, um amigo de Mill e alto funcionário da Companhia das Índias Orientais, William Thomas Thornton (1813-80), escreveu um livro intitulado *On Labour critical of Mill's wages fund doctrine*. Em parte, isso veio como uma tentativa necessária de trazer a demanda do consumidor, e principalmente a demanda esperada do consumidor, de volta à análise. Mas o principal impulso de Thornton era que o fundo de capital não era apenas um fundo de salários, mas também um fundo do qual pagava lucros aos capitalistas (e, ele poderia ter acrescentado, aluguéis de terras).

A resenha de Mill do livro de Thornton na *Fortnightly Review* foi excessivamente dramática para ser tomada como uma "retratação" e como uma indicação de que os sindicatos poderiam de fato aumentar o nível médio dos salários dos trabalhadores. Na verdade, Mill, como Schumpeter aponta, estava simplesmente explicando a doutrina com mais cuidado e apontando o que deveria ser óbvio: que sim, os salários poderiam concebivelmente aumentar às custas de conduzir os lucros a zero, mas que não a longuíssimo prazo, o resultado seria o fracasso em manter e expandir o capital e, portanto, o empobrecimento de todos, não menos importante de toda a classe trabalhadora. Não há nada aqui contraditório com a doutrina do fundo de salários. Deve-se acrescentar que o coronel Robert Torrens fez a mesma "concessão" ao fundo de salários 35 anos antes e não recebeu nenhuma atenção e barulho.[10] A essência da teoria erroneamente chamada de 'fundo de salários' era simplesmente uma parte fundamental da teoria do capital, solidamente,

10 Em Torrens, *On Wages and Combinations* (1834).

fundamentada e estabelecida, de Turgot-Smith.[11] Quão pouca importância real Mill atribuiu à sua 'retratação' é demonstrada por seu fracasso em alterar qualquer uma das suas discussões sobre o fundo de salários na sétima e última edição dos Princípios publicados durante sua vida (1871), explicando em seu novo prefácio que a discussão não tinha amadurecido o suficiente para fazer tal mudança

Como o professor Hutt apontou em seu trabalho clássico, a ideia predominante de que a modificação da teoria do fundo de salários levou diretamente para economistas que justificassem o sindicalismo e a negociação coletiva foi um boato e uma pista falsa criada para a ocasião por Mill. Adam Smith e McCulloch justificaram a negociação coletiva na vaga noção da alegada "desvantagem" do trabalho na negociação no mercado de trabalho. Na verdade, o próprio Mill nos Princípios, embora continuasse mantendo sua visão original do fundo de salários, ofereceu a mesma justificativa, mais o tema ricardiano de que, sem essa negociação coletiva, os salários seriam rebaixados para o nível de subsistência (a lei de ferro dos salários, mais uma vez!). E, de fato, Henry Fawcett (1833-84), professor de economia política em Cambridge e um devotado Millian, continuou a se apegar à versão original da teoria do fundo de salários, bem como ao argumento da "desvantagem" do trabalho para os sindicatos. Por outro lado, por exemplo, Mountifort Longfield, um teórico da produtividade proto-marginal, assumiu a linha dura em oposição a sindicatos como nunca sendo capaz de efetuar um aumento geral de salários.[12]

A persistente adesão de Mill à teoria Turgot-Smith-Ricardo de poupança e capital é demonstrada por uma de suas famosas "proposições fundamentais" sobre o capital, que "a demanda por mercadorias não é a demanda por trabalho". Mill estava correto quanto à natureza fundamental dessa proposição, quanto ao fracasso da maioria dos economistas em compreendê-la e ao saudar Ricardo e Say como dois dos economistas para enfatizá-la em particular. Não é de admirar que os economistas modernos, mergulhados nas falácias de Keynes,

---

11 Consulte Schumpeter, *op. cit.*, nota 1, pp. 667-71.

12 Veja W.H. Hutt, *The Theory of Collective Bargaining, 1930-1975* (San Francisco: Cato Institute, 1980), pp. 1-6.

considerem a proposição "confusa". O que isso significa é que pelo menos a demanda aproximada de trabalho é suprida pela poupança, mesmo que a demanda final possa ser suprida pelos consumidores. Mais do que isso: Mill se apoderou da descoberta básica de Turgot da estrutura temporal do capital, o fato de que a poupança paga pelos fatores antes da produção e da venda e de que os consumidores são os últimos na linha de produção. Além disso, a poupança cria uma estrutura de capital e aumenta os fundos pagos aos salários e outros fatores, que não podem ser pagos a menos que a poupança seja primeiro retirada da renda anteriormente fornecida aos produtores pelos consumidores. Essa teoria do capital forneceu o alicerce para a teoria austríaca desenvolvida da estrutura do tempo do capital.

Portanto, não é surpreendente que Mill também apoiasse a lei de Say, para a qual seu pai tanto contribui.[13] Na teoria monetária, Mill seguia totalmente a tradição ricardiana em oposição fervorosa ao papel-moeda irredimível. No entanto, ele abandonou essa tradição, como vimos, em favor da escola bancária. E enquanto de seu mentor de escola bancária, James Wilson, Mill aprendeu sobre os maus investimentos, especialmente em capital fixo, que ocorrem nos booms do ciclo de negócios, ele também adotou a crença wilsoniana desastrosa de que o dinheiro desempenha um papel passivo e sem importância nesses booms e colapsos cíclicos. Com essa crença, significativamente, ele rememorou a única diferença do pai em relação a Ricardo. Na verdade, ele também adotou uma visão pré-schumpeteriana de que esses surtos de superinvestimento, seguidos por recessões corretivas, eram necessários para o crescimento econômico.

8.4 A mudança para o imperialismo

O liberalismo clássico, fosse de direitos naturais ou utilitarista, fosse inglês, francês ou alemão, era dedicado a uma política externa de paz. Sua firme oposição à guerra e ao imperialismo foi o corolário

---

13 Por outro lado, a descrição de Mill da Lei de Say nos Princípios era relativamente fraca e deixou espaço para a calamitosa interpretação errônea de Keynes um século depois. Veja W.H. Hutt, A Rehabilitation of Say's Law (Athens, Ohio: Ohio University Press, 1974), pp. 24-6.

libertário de governo mínimo em relações exteriores para sua postura de governo mínimo em casa. A oposição ao grande governo, altos impostos e intervencionismo no exterior foi o corolário da mesma oposição em casa. Mesmo quando os liberais clássicos não eram expoentes totalmente consistentes do laissez-faire nas relações internas ou externas, seu impulso básico era nessa direção. Paz e livre comércio eram políticas gêmeas — alcançando o auge da consistência em ambos os aspectos nas posições políticas e na agitação de Richard Cobden, John Bright, a escola de Manchester e a Anti-Corn Law League.

Entre os liberais britânicos clássicos, a não intervenção e o anti-imperialismo eram a tradição dominante. O colonialismo e os privilégios especiais de investimento no exterior eram devidamente vistos como parte dos privilégios de monopólio e controles impostos pelo mercantilismo, nenhum dos quais confere vantagem - na verdade, impõe desvantagem considerável - na população doméstica. Jeremy Bentham, James Mill e os outros eram em geral solidamente anti-imperialistas e defendiam que a Grã-Bretanha desistisse de suas colônias e lhes concedesse independência. Bentham originalmente incluiu a Índia nessa emancipação, mas foi desmentido por James Mill, um alto funcionário da organização governante da Índia, a Companhia Britânica das Índias Orientais. A exceção de James Mill para a Índia foi baseada no argumento utilitarista do 'fardo do homem branco' de que, embora a Inglaterra estivesse perdendo economicamente por governar a Índia, ela precisava continuar fazendo isso por causa dos indianos, que eram muito selvagens para poder governar eles mesmos. Dessa forma, James Mill foi capaz de lançar uma pátina altruísta-utilitarista sobre a repressão frequentemente sangrenta da Inglaterra na Índia e sobre seu próprio papel nessa opressão.

Mill também foi capaz de propor seu próprio ataque ricardiano à classe dos proprietários. Seguindo a doutrina ricardiana de que os proprietários de terras eram inúteis e improdutivos, Mill defendia impostos especiais sobre o aluguel da terra; sendo um alto funcionário na Índia, ele acreditava ser mais provável que influenciasse o sistema tributário e legal de lá. Consequentemente, ele defendeu a nacionalização britânica das terras indianas, com o estado então alugando as terras aos camponeses indianos como arrendatários de longo prazo; assim, em um georgismo pré-George, o estado absorveria

todas as receitas do aluguel da terra. Por sua vez, John Stuart Mill ficou feliz em defender o mesmo esquema.

Bentham e James Mill também abriram uma exceção ao seu antiimperialismo geral pela Irlanda, aqui não se entregando a ataques à "selvageria", mas simplesmente afirmando que libertar a Irlanda seria politicamente impossível. Uma posição estranha a ser tomada por dois teóricos geralmente destemidos na defesa de políticas impopulares! Podemos especular, no entanto, uma explicação alternativa: as massas liberais e radicais inglesas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, eram geralmente orientadas para o laissez-faire, até que os conservadores foram capazes de incitar o anticatolicismo raivoso desses dissidentes e evangélicos protestantes não conformistas e, portanto, dividir as fileiras liberais. O anticatolicismo serviu muito como o flagelo do liberalismo britânico.

Mas John Stuart Mill, nessa área crucial não muito filio-pietista, foi capaz de ajudar a mudar a face do liberalismo britânico do século XIX. Ele foi capaz de pegar uma doutrina liberal geralmente anti-guerra e antiimperialista, embora com algumas exceções gritantes, e transformá-la em uma apologia do imperialismo e da conquista estrangeira. Em vez de abandonar o império, como seu pai e outros liberais haviam insistido, John Stuart Mill pediu sua expansão. Na verdade, Mill se tornou a força principal na destruição do partido radical filosófico no Parlamento em 1838, ao dividir suas fileiras e apoiar a repressão violenta da rebelião canadense daquele ano.

O jovem Mill continuo o argumento altruísta de seu pai sobre a Índia e expandiu para todos os outros povos do Terceiro Mundo. Todos eram bárbaros e precisavam ser submetidos a um despotismo "benevolente". Ele também expandiu essa linha dura para a Irlanda, lamentando que a Irlanda não pudesse ser totalmente esmagada porque era legalmente uma parte do Reino Unido. “Eu mesmo sempre fui a favor de um bom despotismo robusto, por governar a Irlanda como a Índia”, proclamou Mill. Ele mesmo um alto funcionário da Companhia das Índias Orientais, John Stuart Mill argumentou que o governo sobre colônias bárbaras como a Índia era mais bem confiado a órgãos públicos/privados autônomos de "especialistas", como a Companhia das Índias Orientais, ao invés dos caprichos do Parlamento e do Público inglês. Após a dissolução da empresa em 1854, no entanto, Mill não viu

nenhum problema no Parlamento nomear comissões de especialistas como ele e delegar o governo sobre a Índia a eles.

Embora John Mill relutantemente concordasse que as avançadas colônias de colonos brancos deveriam ter permissão para sua independência, ele esperava que continuassem a ser governadas pela Grã-Bretanha. Pois, em contraste com seu pai e outros liberais, Mill acreditava que as colônias conferiam vantagens econômicas positivas ao país de origem. Por um tempo, Bentham sucumbiu às preocupações com o "excedente" de capital interno, para ser aliviado pela expansão imperial, mas James Mill conseguiu persuadir Bentham do contrário. Como um aderente e virtual co-fundador da lei de Say, o velho Mill percebeu que a lei de Say significava que não haveria "excesso" de superprodução ou excesso de capital; portanto, nenhuma válvula de segurança colonial ou imperial era necessária. John Stuart Mill, no entanto, foi convertido à ideia de capital excedente por seu velho amigo Edward Gibbon Wakefield (1796-1862), filho de Edward Wakefield, um amigo radical filosófico de Bentham e James Mill.

O jovem Wakefield deu início ao movimento herético pró-imperialista com sua Letter from Sydney (1829), escrita não da Austrália, mas de uma prisão inglesa, onde havia sido condenado pelo sequestro fraudulento de uma jovem herdeira. Com este tratado, Wakefield lançou o movimento da 'reforma colonial', e John Mill orgulhosamente se proclamou o primeiro convertido de Wakefield. Mill estava comprometido demais com a lei de Say para aceitar a ideia de uma produção excedente necessitando desesperadamente de mercados estrangeiros, mas estava comprometido o suficiente com os temores ricardianos de uma queda na taxa de lucro para defender o adiamento desse dia subsidiando o investimento de capital britânico no exterior. A preocupação com o "capital excedente" que não poderia ser investido em casa deveria ter sido deixada de lado se Mill estivesse realmente comprometido com a lei de Say. Quanto à queda da taxa de lucro, Mill não poderia transcender a estrutura ricardiana para perceber, primeiro, que não há nada de inevitável na queda da taxa de lucro (i.e, juros), uma vez que os salários não pressionam inevitavelmente os lucros; e em segundo lugar, na medida em que as taxas de lucro caem ao longo do tempo, é devido à queda das taxas de preferência temporal, e então dificilmente é uma tragédia, nem causa uma depressão ou estagnação,

uma vez que esta taxa de juros ou lucro apenas reflete os desejos e valores dos participantes do mercado. E também, uma vez que as taxas de juros não são determinadas nem são inversas ao estoque de capital, não há garantia de que essas taxas serão mais altas no exterior do que nos países de origem, como a Inglaterra.

Assim, ao ser convertido à falácia de Wakefield da inevitável acumulação de capital excedente nos países capitalistas avançados, John Stuart Mill emprestou seu grande prestígio à noção de que o capitalismo economicamente requer império para investir, para se livrar do suposto excedente de poupança ou capital. Em suma, Mill foi um dos fundadores definitivos da teoria leninista do imperialismo.

8.5 Os Millianos

Se Mill foi capaz de desarmar grande parte da oposição dos inimigos originais da economia ricardiana, ele foi capaz de estabelecer o domínio de sua própria versão confusa convertendo os jovens - sempre o primeiro grupo a adotar uma nova tendência ou sistema de pensamento é importante, para o bem ou para o mal. Em Cambridge, a poderosa Sociedade secreta dos Apóstolos imediatamente adotou os Princípios para um extenso estudo e discussão. Os apóstolos de 1848 incluíam: James Fitzjames Stephen (1829-94), mais tarde um eminente jornalista e advogado; EH. Stanley (mais tarde Lord Derby) (1826-93), um conservador que se tornaria duas vezes secretário do Exterior; e Vernon Harcourt (1827-1904), mais tarde deputado liberal MP e professor de direito internacional de Whewell em Cambridge. Um pouco mais tarde, no início da década de 1850, chegaram a Cambridge jovens Millians como o irmão de Stephen, Leslie (1832-1904), que mais tarde lecionaria em Cambridge e depois se aposentaria para escrever obras de história e filosofia, incluindo sua obra-prima de três volumes, The English Utilitarians (1900). Esse grupo Millian também incluiu Henry Fawcett que, embora cego por um acidente de caça em seus 20 anos, tornou-se professor de economia política em Cambridge e escreveu seu Manual de Economia Política (1856) como uma forma de fazer os Princípios de Mill mais fácil para estudantes e leigos. O Manual de Fawcett foi usado como livro-texto nas faculdades britânicas e americanas por muitos anos e teve seis edições. Fawcett mais tarde se tornou um MP e postmaster general.

Embora Mill não tenha causado tanto impacto em Oxford quanto em Cambridge, temos certeza de que, no início da década de 1850, Mill já era "um clássico, tanto como lógico quanto como economista político".[14]

Dois jovens economistas que saudaram os Princípios nas resenhas de livros foram fortemente influenciados por Mill. Um foi o executivo de seguros William Newmarch (1820-82), que colaborou no último volume do Thomas Tooke's History of Prices; e o outro foi Walter Bagehot (1826-77), que se tornaria um jornalista e economista financeiro extremamente influente. Bagehot ficou particularmente feliz ao ver Mill enfraquecer os preceitos do laissez-faire da economia política ao fazer sua distinção maliciosa entre "produção" e "distribuição". É particularmente lamentável que esse cínico semi-statista, um advogado que ingressou nos negócios de seu pai banqueiro, tenha se tornado genro de James Wilson e sucedido a Wilson como editor do The Economist pouco antes de morrer em 1860. Essa mudança significou uma mudança fatídica de uma política laissez-faire militante para uma defesa estatista de, entre outras coisas, o engrandecimento do Banco da Inglaterra sobre o sistema monetário. Junto com o abandono do laissez-faire por Bagehot, veio um abandono crescente de sua parte da teoria econômica de Mill e uma mudança em direção a um institucionalismo niilista e historicista.

Infelizmente, o milianismo passou a dominar não apenas Cambridge e Oxford, mas até mesmo o Trinity College, em Dublin. Por quase duas décadas, a cadeira de Whately em Trinity tinha sido a grande fortaleza da teoria da utilidade contra o ricardianismo. Mas primeiro, sucedendo William N. Hancock na cadeira de Whately de cinco anos, em 1851, foi Richard Hussey Walsh (1825-62), que voltou a uma teoria do valor de custo de produção enquanto perseguia seu interesse por problemas monetários. Walsh graduou-se na Trinity em 1846, e suas palestras foram publicadas como An Elementary Treatise on Metallic Currency (1853). Por ser católico romano, Walsh foi legalmente impedido de ter uma carreira acadêmica permanente em casa e,

14 Consulte de Marchi, *op. cit.*, nota 2, p. 154

portanto, após o término de seu mandato como professor de Whately, ele foi para a colônia de Maurício como funcionário administrativo e do censo.

O importante sucessor de Walsh foi John Elliott Cairnes (1824-75), que se tornou de longe o Millian mais importante na academia. Nascido na Irlanda, Cairnes estudou no Trinity College e, após a graduação, foi admitido na ordem dos advogados. Ele aceitou a cadeira de Whately em 1856 e, no ano seguinte, Cairnes ganhou seu impulso publicando seu trabalho mais importante em economia, The Character and Logical Method of Political Economy. Até agora, ele seguiu o padrão dos titulares de cátedras de Whately, mas depois quebrou o molde ao ser o primeiro dos professores de Whately a seguir com uma carreira vitalícia no ensino universitário. Em 1859, Cairnes foi nomeado professor de economia política e jurisprudência no Queen's College, Galway; sete anos depois, mudou-se para o University College de Londres até ser forçado a renunciar por problemas de saúde em 1872

J.E. Cairnes é conhecido como 'o último dos economistas clássicos'; após a morte de Mill, ele assumiu o manto de notável economista britânico nas mentes do público e, em 1874, atacou com incompreensão a teoria revolucionária da utilidade marginal de William Stanley Jevons (em Some Leading Principles of Political Economy de Cairnes). Cairnes era um teórico determinado do custo de produção, concedendo sua única exceção significativa em sua conhecida "teoria dos grupos não concorrentes". Essa teoria reconhecia que onde os fatores de produção, em particular o trabalho, não competiam imediata e totalmente uns com os outros, os preços dos fatores são determinados mais pela demanda do que pelo custo. Infelizmente, Cairnes retirou a teoria das Lectures on Political Economy de Longfield sem dar-lhe crédito; sabemos que esse não foi um caso de ignorância de um distinto predecessor, uma vez que Cairnes atribuiu o trabalho de Longfield em suas próprias aulas.[15]

---

15 O sucessor de Cairnes para a cadeira Whately em 1861, e o último titular dessa cadeira durante a vida do arcebispo, foi Arthur Houston (1833-1914), que

A obra de valor mais duradouro de Cairnes, seu Character and Logical Method, embora incluísse algum positivismo miliano, foi essencialmente uma obra metodológica na grande tradição praxeológica de Nassau Sênior. Assim, Cairnes, depois de concordar com Mill que não pode haver experimentos controlados nas ciências sociais, acrescenta o ponto importante de que as ciências sociais, no entanto, têm uma vantagem crucial sobre as ciências físicas. Pois, no último, 'a humanidade não tem conhecimento direto dos princípios físicos fundamentais'. As leis da física não são em si mesmas evidentes para nossa consciência, nem são diretamente aparentes; sua verdade repousa no fato de que eles explicam os fenômenos naturais. Mas, em contraste, Cairnes continua: "O economista começa com um conhecimento das causas últimas". Como? Porque o economista percebe que os "princípios últimos que governam os fenômenos econômicos" são "certos sentimentos mentais e certas propensões animais nos seres humanos; [e] as condições físicas sob as quais a produção ocorre". Para chegar a essas premissas da economia, "nenhum processo elaborado de indução é necessário". Pois tudo o que precisamos fazer é "voltar nossa atenção para o assunto", e obteremos "conhecimento direto dessas causas em nossa consciência do que se passa em nossas próprias mentes e na informação que nossos sentidos transmitem [...] para nós de fatos externos". Esse conhecimento amplo e básico dos motivos para a ação inclui o desejo de riqueza; e todos sabem "que, de acordo com suas luzes, ele prosseguirá em direção ao seu fim no caminho mais curto que se abrir para ele [...]".[16]

---

continuou na nova tradição de custo de produção de MillCairnes. Em seus Princípios de valor na troca (1864), Houston sustentou que o 'custo líquido de produção' era a força causal dominante na determinação do valor, e até tentou chegar a uma "unidade de sacrifício" expressa matematicamente que pudesse medir esse custo. A "crítica" a essa teoria, como observou Black, "seria supérflua". R.D.C. Black, "Trinity College, Dublin, and the Theory of Value, 1832 1863", *Economica*, n.s. 12 (agosto de 1945), p. 148. Houston escreveu outros livros sobre direito comparado e drama inglês. lG. Smith, "Some Nineteenth Century Irish Economists", *Economica* n.s. 2 (fevereiro de 1935), pp. 30-31.

16 Citado em Crauford D. Goodwin, 'British Economists and Australian Gold', Journal 0.1 'Economic History, 30 (junho de 1970), p. 412.

Cairnes também demonstra que o economista usa experimentos mentais como substitutos dos experimentos de laboratório do cientista físico. Ele mostra também que as leis econômicas deduzidas são leis de "tendência" ou "se então" e, além disso, são necessariamente qualitativas e não quantitativas e, portanto, não podem admitir expressão matemática ou estatística. Assim, a extensão de um aumento no preço devido a uma queda na oferta não pode ser determinada, uma vez que os valores subjetivos e as preferências não podem ser mensurados com precisão. Em seu prefácio à segunda edição do Character, escrito duas décadas depois, em 1875, Cairnes alerta contra o uso crescente do método matemático da economia, nesse caso fazendo uma crítica justa a escritores como Jevons. Pois a matemática, em contraste com seu uso nas ciências físicas, não pode produzir novas verdades na economia; e, além disso, 'a menos que possa ser demonstrado que os sentimentos mentais admitem ser expressos em formas quantitativas precisas, ou, por outro lado, que os fenômenos econômicos não dependem de sentimentos mentais, não consigo ver como essa conclusão pode ser evitada'. No curso de suas investigações metodológicas e em suas batalhas contra Jevons, John Cairnes aproximou-se da teoria do valor subjetivo e se afastou de Mill do que talvez ele percebesse.

8.6 Cairnes e as descobertas de ouro

A principal contribuição de Cairnes para a análise econômica positiva foi negligenciada por historiadores recentes, embora já tenha sido considerada uma "ilustração admirável do pensamento e da investigação econômica". As súbitas descobertas de ouro na Califórnia no final da década de 1840, seguidas rapidamente pela Austrália em 1851, e o consequente aumento enorme na produção de ouro, levantaram questões importantes sobre suas consequências econômicas na Grã-Bretanha, bem como se a libra de ouro se depreciaria ou não em termos de mercadorias. Politicamente, os anti-inflacionistas do padrão ouro tentaram minimizar o impacto desse aumento da oferta sobre os preços, enquanto os inflacionistas gargalharam que pelo menos os preços subiriam muito. Entre os economistas, homens como Mill e Torrens, anteriormente na vanguarda das lutas das escolas bancárias e monetárias, demonstraram notavelmente pouco interesse em todo o

processo. A maioria dos economistas interessados assumiu uma posição primitiva proto-keynesiana de que o novo dinheiro de ouro aumentaria o capital e o emprego e, portanto, teria pouco efeito sobre os preços. Era como se a teoria monetária nunca tivesse sido descoberta!

Talvez o hino mais banal e absurdo às novas descobertas de ouro tenha sido feito por William Newmarch, discípulo de Thomas Tooke. Em um discurso proferido na Associação Britânica para o Avanço da Ciência em 1853, Newmarch exultou que na Austrália 'o efeito do novo ouro foi adicionar o estímulo de uma taxa de juros muito baixa, e de uma abundância de capital, para as outras grandes e múltiplas causas do rápido desenvolvimento".

Newmarch concluiu que

geralmente, temos justificativa para descrever os efeitos do novo ouro como quase totalmente benéficos. Tem levado ao desenvolvimento de novos ramos de empreendedorismo, a novas descobertas ... Em nosso próprio país já elevou a condição das classes trabalhadoras e mais pobres; acelerou e ampliou o comércio; e exerceu uma influência que até agora é benéfica onde quer que tenha sido sentida.[17]

O inflacionismo (i.e, inflacionismo monetário) de Newmarch foi repetida na Tory Blackwood's Magazine por Sir Archibald Alison (1792-1867), um importante advogado escocês, protecionista e arquiinflacionista. Até o professor Henry Fawcett continuou na mesma linha, conseguindo usar a teoria do fundo de salários para conclusões inflacionistas. Supondo alegremente que o novo ouro constitui um novo capital, Fawcett concluiu que, portanto, o fundo de salários aumentará, elevando os salários. Na verdade, foi o artigo de Fawcett sobre essa questão em 1859, nos diz seu biógrafo Leslie Stephen, que levou "à descoberta de Fawcett". De sua própria perspectiva, Marx concordou com o artigo de Fawcett, lamentando que as novas descobertas de ouro na Califórnia e na Austrália tivessem prolongado a viabilidade do capitalismo e atrasado sua crise revolucionária. Também animado com a "descoberta" de Fawcett estava o agora economista dirigido por

17 Citado em Crauford D. Goodwin, "British Economists and Australian Gold", *Journal Of Economic History*, 30 (Junho de 1970), p. 412.

Bagehot, que extravagantemente saudou o jornal como uma daquelas "ocasiões muito raras" quando "uma verdade absolutamente nova pode ser proposta a tal corpo".[18]

Por outro lado, ainda havia um corpo de economistas apontando as verdades caseiras da "teoria da quantidade", ou seja, que o efeito das novas descobertas de ouro seria um aumento nos preços aproximadamente proporcional ao aumento na produção de ouro, acompanhado por infelizes efeitos de distribuição, bem como desperdício de recursos na mineração de uma quantidade cada vez maior de ouro.[19] A voz mais importante, alertando sobre as consequências inflacionárias dos preços das descobertas de ouro, foi o proeminente economista e livre trocador francês Michel Chevalier (1806-79). Chevalier levantou sua voz sobre o assunto ao longo da década de 1850, seu livro On the Probable Fall in the Value of Gold sendo traduzido por Richard Cobden e publicado em 1859. O veterano e devotado ensaísta e poeta ricardiano Thomas De Quincey (1785-1859) denunciou 'California and the Gold-Digging Mania', em 1852, acusando que 'cada onça de ouro australiano ... localmente deveria ser muito mais do que o desejado'. Bonamy Price, teórico de uma escola bancária que sucedeu Sênior à cadeira de economia política em Oxford, denunciou 'The Great City Apostasy on Gold', em 1863, observando que a opinião financeira dominante saudando as descobertas de ouro constituía uma reversão aberrante para o inflacionista mercantilista falácia.

A resposta mais importante às descobertas de ouro foi a de John Cairnes, cujo interesse no problema foi despertado em 1856 pelas "afirmações ignorantes e absurdas" de William Newmarch e outros inflacionistas. Em uma série de artigos publicados entre 1857 e 1863, Cairnes apresentou a análise quantitativa, mas também foi

---

18 Citado em ibid., P. 414, 414n.

19 Não há 'desperdício', porém, do ponto de vista não monetário de aumento da oferta de ouro para usos industriais e de consumo, um ponto que não deve ser esquecido. Além disso, não há "desperdício" dentro da estrutura geral de manutenção do padrão de mercadoria mais útil (ouro) como um dinheiro produzido pelo mercado em vez do estado.

brilhantemente além dela para ressuscitar a análise do processo escolástico-Cantillon, percebendo que os efeitos de 'distribuição' do processo de mudança monetária eram partes importantes de a imagem que não deve ser varrida para debaixo do tapete. Cairnes destacou que o país com novas minas de ouro será o primeiro a sentir seus efeitos negativos - os aumentos de preços e o desperdício de recursos - após os quais, à medida que o novo ouro flui para o exterior em troca de mercadorias, esses efeitos negativos se tornam gradualmente 'exportados 'para os outros países do mundo. Em contraste com a efusão dos inflacionistas, Cairnes mostrou que o primeiro país a sofrer desperdício de recursos com o novo ouro foi a Austrália, onde a agricultura anteriormente florescente estava virtualmente arruinada.

O público e a imprensa britânicos, entretanto, perderam o interesse por toda a questão no final da década de 1850. O motivo foi que os preços, após o pânico financeiro de 1857, voltaram a ser apenas um pouco mais altos do que dez anos antes. Cairnes assinalou com bastante acerto, entretanto, que esse ligeiro aumento nos preços mascarou o que representou uma depreciação considerável da libra de ouro, talvez 20 ou 25 por cento. Pois ele notou que 'considerando a propiciação das estações, a ação do livre comércio, a ausência de guerra, a contração do crédito [após a crise de 1857], e as tendências gerais para uma redução de custo proveniente do progresso do conhecimento, se não houvesse outras causas em funcionamento", teria havido uma "queda muito considerável dos preços na atualidade, em comparação com, digamos, oito ou dez anos atrás". Em suma, sem a inflação do ouro, haveria uma queda substancial nos preços, e o ligeiro aumento refletiu, em vez disso, uma depreciação inflacionária substancial da libra de ouro. Profundo e correto, de fato; mas uma consideração teórica demais para o público britânico, que se contentava em deixar o problema passar, desde que os efeitos da depreciação não fossem totalmente visíveis.

8.7 A supremacia Milliana

Assim, pela autoridade intelectual derivada de décadas de proeminência pessoal e familiar e por seu trabalho na lógica, pela força da personalidade e por estratégias inteligentes empregados em seu livro, John Stuart Mill foi capaz de fazer de seus Princípios de Economia

Política a força dominante na economia britânica desde o momento da publicação inicial em 1848. Por três décadas, Mill e seus Princípios conduziram a economia britânica como um colosso e, como veremos em um volume posterior, a Inglaterra conseguiu repelir a revolução marginalista de Jevonian na década de 1870, pelo menos em sua forma original não diluída. Mill conseguiu se agarrar à Grã-Bretanha: um trabalho diluído ou, pelo menos, uma teoria do valor de custo de produção; um método positivista confuso que deu refém a críticos indutivistas ou mesmo organicistas; uma devoção ao padrão-ouro compensada por uma teoria inflacionista das escolas bancárias de crises e ciclos e da produção de ouro, e uma adesão ao status quo do controle inflacionista do Banco da Inglaterra e manipulação do sistema monetário britânico. Na verdade, em todas as áreas, John Stuart Mill impôs novamente o sistema de Ricardo e de seu pai, mas de uma maneira muito mais confusa e diluída. Também na política pública, a velha devoção ricardiana ao laissez-faire foi substituída por uma vaga presunção de mercado livre à qual Mill e seus seguidores sempre estavam dispostos a fazer extensas exceções, tão livres estavam do "dogmatismo" clássico e ricardiano anterior. Intelectualmente, por mais errôneo que fosse a maior parte do ricardianismo, suas posições eram pelo menos consistentes e claras - mesmo que o raciocínio que sustentava essas conclusões fosse geralmente confuso e incoerente. Mas o novo neo-ricardianismo milliano não tinha tais virtudes; em vez disso, esse sistema era essencialmente uma confusão indescritível e contraditória. Não havia posições definidas, apenas tendências vagas, cercadas por retrocessos e qualificações. Mas a economia britânica agora estava lentamente se tornando mais centrada em acadêmicos do que em homens de negócios, banqueiros ou oficiais excêntricos do exército, e acadêmicos e seus constituintes muitas vezes confundem oscilações contraditórias com complexidade, sabedoria e discernimento mental

capítulo 9

Raízes do Marxismo: O Comunismo Messiânico

9.1 Comunismo Primitivo

Por séculos o suposto ideal de comunismo veio ao mundo como um credo messiânico e milenarista. Vários videntes, especialmente Joachim de Fiore, profetizaram o estágio final da humanidade como um de perfeita harmonia e igualdade, no qual todas as coisas são de propriedade comum, onde não há necessidade de trabalho ou necessidade de divisão de trabalho.

No caso de Joachim, claro, problemas de produção e de propriedade, em realidade de escassez no geral, eram "resolvidos" por homens que não mais possuíam corpos físicos. Como espíritos puros, homens como iguais e harmoniosas entidades psíquicas gastando todo o seu tempo cantando louvores a Deus podem até fazer certo sentido.

Mas a ideia comunista aplicada a uma humanidade física que ainda precisa produzir e consumir é um assunto completamente diferente. Em qualquer caso, o ideal comunista continuou sendo repassado como uma doutrina religiosa e milenarista.

Vimos no volume I a sua grande influência na vertente anabatista da reforma no século dezesseis. Sonhos milenaristas e comunistas também inspiraram várias secções marginais protestantes durante a Guerra Civil Inglesa no meio do século dezessete, particularmente os Diggers, os Ranters e Os Homens da Quinta Monarquia.

O precursor mais importante do comunismo marxista entre esses Protestantes sectários da Guerra Civil era Gerrard Winstanley (1609-60), o fundador do movimento dos Diggers e muito admirado por historiadores marxistas.

O pai de Winstanley era um mercador têxtil, e o jovem Gerrard se tornou um aprendiz da troca de tecidos, crescendo para ser um mercador têxtil independente. Entretanto, o negócio de Winstanley faliu e ele se viu decaindo socialmente, e virou trabalhador agrícola de 1643 até 1648.

Enquanto a Reforma Protestante escalava no final dos anos de 1640, Winstanley começou a escrever panfletos expondo o messianismo místico. Ao final de 1468, Winstanley teve que expandir

sua doutrina quiliástica para abraçar o mundo comunista igualitário, o qual todos os bens são de posse comum.

Sua base teológica era a herética e panteísta ideia de que Deus está em todos os homens e mulheres, e não é uma divindade pessoal externa ao homem. Esse Deus panteístico decretou a "cooperação", que para Winstanley significava comunismo compulsório ao invés da economia de mercado, ao passo que que a crença antiética no Diabo glorificava o egoísmo individual.

No esquema de Winstanley, Deus, isso é a Razão, criou a terra, mas o Diabo mais tarde criou o egoísmo e a instituição da propriedade privada. Winstanley adicionou a visão absurda de que a Inglaterra aproveitava a propriedade comunista antes da Conquista Normanda em 1066, e que essa conquista criou a instituição da propriedade privada. Seu chamado, então, era para retornar ao suposto sistema comunista original.[1]

Ao fim, a versão quase completamente desenvolvida de seu sistema, *A Lei da Liberdade em uma Plataforma, ou verdadeira magistratura restaurada* (1652), Winstanley anteviu uma sociedade altamente agrária, onde todos os bens são comumente possuídos, e onde todo salário por trabalho e comércio ou troca seriam proibidos.

De fato, toda venda ou compra de bens seria punível com a morte como traições ao sistema comunista. Dinheiro seria claramente desnecessário uma vez que não haveria trocas, e presumidamente isso seria proibido também.

---

1 A maioria dos grupos protestantes, por outro lado, mantiveram a diferentíssima, e essencialmente correta, visão de que a Conquista Normanda impôs estamentos de terra do tipo feudal e criados pelo estado em uma Inglaterra que tinha sido mais próxima de ser um idílio de genuína propriedade privada.

Engels e outros historiadores e antropólogos também viram o comunismo primitivo original, ou Era de Ouro, nas sociedades tribais-primitivas pré-mercado. A pesquisa antropológica moderna, no entanto, tem demonstrado que a maioria das sociedades tribais e primitivas eram baseadas na propriedade privada, dinheiro e economias de mercado. Assim, consulte Bruce Benson, "Enforcement of Private Property Rights in Primitive Societies: Law Without Government". *Journal of Libertarian Studies*, 9 (Inverno 1989), págs. 1-26.

O governo estabeleceria armazéns para coleta e distribuição de todos os bens, e penalidades severas seriam aplicadas em "ociosos". A essa altura, o panteísmo de Winstanley começara a desaparecer no ateísmo, pois todos os clérigos profissionais seriam ilegais, não haveria santificação do sábado, e "ministros" seriam escolhidos pelos eleitores para darem aquilo que seriam sermões seculares, ensinando as virtudes comunistas a todos.

Educação seria gratuita e compulsória, e a maioria das crianças seriam entregues a ofícios úteis — um prenúncio da crença da educação progressiva. O conhecimento teórico, o qual o inculto Winstanley acreditava ser muito inferior à habilidade vocacional prática, seria desencorajado.

A guia estratégica de Winstanley para a vitória comunista foi para vários grupos de seus seguidores, ou Diggers, para se moverem pacificamente às terras desperdiçadas ou da comunidade, e estabelecerem comunidades comunistas sobre elas.

O primeiro grupo Digger, liderado por Winstanley, se moveu para as terras desperdiçadas perto do sul de Londres em abril de 1649, e então os assentamentos de Diggers foram ali estabelecidos durante o próximo ano.

Apenas 30 Diggers se mudaram para a primeira comuna, e apenas algumas centenas criaram comunidades pelo país. A ideia era que esses assentamentos comunistas igualitários fossem inspirar as massas a abandonarem seus trabalhos assalariados ou propriedade privada e se movessem aos assentamentos de Diggers, desta maneira causando o definhamento do mercado e da propriedade privada.

Na realidade, as massas trataram as comunidades Diggers com grande hostilidade, causando sua supressão em um curto período de tempo. Por ocasião de seu *magnum opus* em 1652, Winstanley estava clamando em vão ao ditador, Oliver Cromwell, para impor seu querido sistema por cima. A ideia da ação direta de massas para o estabelecimento de seu sistema foi rapidamente abandonada frente à realidade.

Outra seita comunista ainda mais mística durante a Guerra Civil Inglesa era a dos meio loucos Ranters. Os Ranters eram antinomianos clássicos, isto é, acreditavam que todos os seres humanos estavam automaticamente salvos pela existência de Jesus, e portanto todos os

homens são livres para desobedecer a toda lei e desprezar toda regra moral.

De fato, era esperado que seria bom e desejável cometer a maior quantidade de pecados possível para demonstrar a liberdade automática de alguém do pecado, e para limpar a si mesmo da falsa culpa de cometer um pecado.

Ao puro de coração, os Ranters diziam, todas as coisas são puras. Os Ranters, assim como Joachim de Fiore e os Anabatistas da Reforma, proclamaram a era vindoura do Espírito Santo, que mudara todo homem.

A principal diferença do Calvinismo Ortodoxo ou Puritanismo é que nessas crenças mais ortodoxas, as obras do Espírito Santo estão intimamente ligadas à Palavra Sagrada - isto é, a Bíblia. Para os Ranters e outros Grupos da Luz Interior, entretanto, todos os meios eram literalmente selvagens. Os Ranters perseguiram o caminho, também, ao panteísmo: assim um de seus líderes declarou: "A essência de Deus estava tão presente em uma hera venenosa quanto no Anjo mais glorioso."

Os Ranters, então, misturaram sua crença no comunismo com total liberdade sexual, incluindo a prática do comunismo de mulheres, e orgias comunais homossexuais e heterossexuais.[2]

9.2 Comunismo milenarista secularizado: Mably e Morelly

Durante o caos e revolta causados pela Revolução Francesa, a crença comunista, assim como as profecias milenaristas, apareceram novamente como um novo objetivo glorioso para a humanidade, mas dessa vez a maior ênfase era em um contexto secular. Mas os novos profetas seculares comunistas encararam um grande problema: qual será a ação para essa mudança social?

---

2 Algo deveria ser dito aqui sobre o mais proeminente desses grupos radicais, os Quintos Monarquistas. Enquanto não necessariamente comunistas, eles eram familiares aos anabatistas da Reforma no sentido de que eles eram pós-milenaristas que acreditaram que somente eles, os eleitos, seriam salvos. Além disso, eles acreditaram que era missão histórica deles destruir todos os outros no mundo, de modo a libertar o mundo do pecado, e apressar a iminente Segunda Vinda de Jesus e o estabelecimento do Reino de Deus na Terra.

Em resumo, religiosos quiliásticos nunca tiveram problemas com ação, i.e. como essa poderosa mudança aconteceria. O agente seria a mão da Providência, e em especial ou o Segundo Advento de Jesus Cristo (para pré-milenaristas), ou profetas designados ou grupos de vanguarda que estabeleceriam o milênio em antecipação ao eventual retorno de Jesus (para pós-milenaristas).

João de Leiden e Thomas Müntzer foram exemplos do último. Mas se os milenaristas cristãos tivessem a garantia de que a Mão da Providência inevitavelmente realizaria seu objetivo, como poderiam os secularistas comandarem com a mesma certeza e auto confiança? Pareceu que eles tivessem que recorrer a mera educação e exortação.

A tarefa secularista ficou ainda mais difícil com o fato de que milenaristas religiosos olhavam para o fim da história e as conquistas de seu objetivo por meios de um apocalipse sangrento. O reinado final de paz e harmonia milenarista só poderia ser obtido no curso de um período conhecido como "a tribulação", a guerra final do bem contra o mal, o triunfo final sobre o Anticristo.[3]

O que significava que se os comunistas seculares desejassem emular seus antepassados cristãos, eles teriam que atingir seus objetivos através de uma revolução sangrenta –sempre difícil, para dizer o mínimo. Não é acidente, portanto, que os dias estimulantes da Revolução Francesa causaram tamanha aspiração e esperança revolucionária.

Os primeiros comunistas milenares se apresentaram na forma de dois indivíduos isolados da França do meio do século dezoito. O trabalho desses dois homens iria mais tarde desabrochar em um

---

3 Estamos simplificando aqui as frequentemente assustadores complexidades do pensamento milenarista. Por exemplo, nas doutrinas pré-milenaristas altamente desenvolvidas do "fundamentalismo" do século XX, o período da tribulação serão sete anos muito frenéticos, a "septuagésima semana" do Livro de Daniel, na qual não somente o Anti-Cristo ("A Besta"), mas também "O Dragão" (o Anti-Deus), o "Falso Profeta" (o Anti-Espírito), a "Mulher Escarlate", e muitos outros entes do mal serão superados. Desse modo, veja George M, Marsden, *Fundamentalism and American Culture: The Shaping of Twentieth Century Evangelicalism: 1870-1925* (Nova York: Oxford University Press, 1980), pp. 58-9.

movimento ativista revolucionário em meio a atmosfera de estufa e as revoltas repentinas da Revolução Francesa.

Um era o aristocrata Gabriel Bonnot de Mably (1709-85), o irmão mais velho do filósofo liberal de *laissez-faire* Etienne Bonnot de Condillac. Em contraste a seu irmão, o distinto filósofo, Mably dedicou sua vida a ser um escritor de vários assuntos distintos.[4] Um homem cujos trabalhos, como Alexander Gray alegremente escreveu, "são deploravelmente numerosos e extensivos".

Os escritos prolixos e confusos de Mably eram surpreendentemente populares em seu tempo, sua obra completa, pode variar de 12 a 26 volumes, que foram publicados em quatro edições diferentes nos poucos anos após sua morte.

O principal foco de Mably era insistir que todos os homens são "perfeitamente" iguais e uniformes, que todos os homens são um e o mesmo em todo lugar. Ele professou discernir essa suposta verdade entre as leis da natureza.

Deste modo, em seu trabalho principal *Doutes proposés* (1768), um ataque a teoria libertária dos direitos naturais do Mercier de la Rivière, Mably presume interpretar a voz da Natureza: "Natureza diz a nós… Eu vos amo igualmente".[5]

Assim como a maioria dos comunistas que o sucederam, Mably se viu confrontado com um dos maiores problemas do comunismo: se toda propriedade é de posse comum e todas as pessoas são iguais, então o incentivo ao trabalho é negativo, uma vez que apenas o suprimento comum seria beneficiado e não o trabalhador individual em questão.

Mably em particular teve que enfrentar esse problema, uma vez que ele também defendia que o estado natural e original do homem é o comunismo, e que a propriedade privada decorre do problema do despojo precisamente por causa da indolência de alguém que deseja viver às custas dos outros.[6]

---

4 Em seus dias e posteriormente, Mably foi frequentemente referido como um "abade", mas ele deixou o clero ainda jovem.

5 Citado e traduzido em Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (London: Longmans Green, 1946), p. 87.

6 *Ibid*., p. 88.

As soluções propostas por Mably para esse grave problema dificilmente eram adequadas. Uma era encorajar todos a apertarem os cintos, querer menos e se contentarem com a austeridade espartana. Sua outra resposta foi a de criar aquilo que Che Guevara e Mao Tse-Tung mais tarde chamariam de "incentivos morais": substituir a grosseira recompensa monetária pelo reconhecimento do mérito de um homem por seus irmãos -- na forma de faixas, medalhas e etc.

Alexander Gray nota que Mably faz uso de tais "distinções" ou "listas de honras de aniversário", para estimular todos ao trabalho. Ele segue para pontuar que quanto mais "distinções" são entregues como incentivos, menos elas verdadeiramente irão distinguir, e portanto exercerão menos *influên*cia. Além do mais, Mably não diz como ou por quem suas distinções serão concedidas.

Gray adiciona que em uma sociedade comunista real, muitas pessoas que *não* recebem honras podem e provavelmente irão ser insatisfeitos e ressentidos com a suposta injustiça envolvida, ainda sim seus "zelos não esmorecem".[7]

Deste modo, em suas propostas de solução, Gabriel de Mably estava depositando esperança em uma transformação milagrosa da natureza humana, aquilo que mais tarde os Marxistas veriam como o advento do Novo Homem Socialista, disposto a moldar seus desejos e seus incentivos às necessidades de, e bugigangas concedidas pelo, o coletivo.

Mas por toda a sua devoção ao comunismo, Mably era no fundo um realista, e então ele não tinha esperança de um triunfo. Ao contrário, o homem é tão imerso no pecado do egoísmo e da propriedade privada que tão somente os paliativos da redistribuição coercitiva e proibições de troca são possíveis. Não é surpresa que Mably não estava equipado para inspirar e estimular o nascimento e desenvolvimento de um movimento comunista revolucionário.

Se Gabriel de Mably fosse um pessimista, o mesmo não pode ser dito do trabalho altamente influente do desconhecido Morelly, autor de *Le Code de la Nature* (O Código da Natureza), publicado em 1755, e que se partiu em cinco edições adicionais em 1773.

---

7 *Ibid*., pp. 90-91.

Morelly não tinha dúvidas a respeito da viabilidade do comunismo: para ele não havia o problema da preguiça ou dos incentivos negativos. Não havia necessidade, em resumo, em pôr qualquer culpa na natureza humana ou da criação do Novo Homem Socialista.

Em uma vulgarização de Rousseau, o homem é sempre bom, altruísta e dedicado ao trabalho: apenas as instituições são degradantes e corruptas, especialmente a instituição da propriedade privada. Elimine isso, e a bondade natural do homem irá certamente triunfar. (Questionamento: de onde essas instituições vieram, se não do homem?) Bana a propriedade privada e o crime desaparecerá.

Para Morelly, a administração da utopia comunista também seria fácil. Designar a tarefa de vida de cada pessoa, e também decidir quais bens materiais e serviços irão preencher suas necessidades, também seria aparentemente um problema trivial para o ministério do trabalho ou do consumo.

Para Morelly, tudo isso era meramente um problema de enumeração trivial, de pôr em lista coisas e pessoas. Aqui está o ancestral da indiferença de Marx e Lenin a respeito dos gigantes problemas da administração socialista e alocação meramente como questões de contabilidade.

Mas as coisas, afinal, não são assim tão simples. Mably, o pessimista da natureza humana, estava aparentemente disposto a deixar os problemas para as ações voluntárias dos indivíduos. Mas Morelly, o suposto otimista, estava alegremente preparado para empregar métodos coercitivos de força bruta para manter todos os “bons” cidadãos em linha.

Mais uma vez, assim como em Mably, os decretos do estado proposto seriam claramente escritos pela natureza, como revelado ao seu fundador Morelly. Morelly desenvolveu um complexo design para seus propostos governo e sociedade, tudo supostamente baseado nas claras ordens da lei natural, e a maioria das quais eram imutáveis e eternas – para Morelly, essa era uma parte vital do esquema.

Em particular, não deve haver propriedade privada, exceto para necessidades diárias: toda pessoa deve se manter empregada pelo coletivo, todo homem deve ser forçado ao trabalho, para contribuir com o armazém comunal de acordo com suas capacidades, e então haverá

bens designados desses armazéns de acordo com suas necessidades, para serem adquiridos comunalmente, e absolutamente idênticos em comida, roupa e treinamento.

Doutrinas filosóficas e religiosas seriam absolutamente prescritas; nenhuma diferença será tolerada; e as crianças não serão corrompidas por qualquer "fábula, história ou ficções ridículas". Todas as construções devem ser as mesmas, e agrupadas em blocos iguais; toda roupa deve ser feita na mesma fábrica. As ocupações são limitadas e estritamente atribuídas pelo estado.

Finalmente, essas leis devem ser sagradas e invioláveis, e qualquer um que tente mudá-las deve ser isolado e encarcerado por toda a vida.

Como nas utopias comunistas, de Mably e de Morelly, como Alexander Gray esclarece, são aquelas cujo "nenhum homem são iria, em quaisquer condições consentir em viver, e se ele pudesse possivelmente tentaria escapar". A razão, a parte da grande falta de incentivo nas utopias para produzir ou inovar, é que "a vida alcançou um estado estático… Nada acontece, nada pode acontecer em qualquer uma delas".[8]

Deve ser adicionado que essas utopias eram corrompidas e secularizadas versões das visões dos milenaristas cristãos. No milênio cristão, Jesus Cristo (ou, alternativamente, seus substitutos e predecessores) volta para a terra para pôr um fim à história: e presumivelmente, haveria encanto suficiente em glorificar Deus sem se preocupar com a ausência de mudança terrena.

E, como vimos, isso é particularmente verdade para o milênio visionário de pessoas sem corpos terrenos de Joachim de Fiore. Mas nas utopias secularizadas reina, na melhor da hipóteses, uma melancolia cinza e a inércia completamente contrária à natureza do homem na terra.

Enquanto isso, no entanto, o milenarismo cristão também foi revivido nesses tempos turbulentos. Deste modo, o pietista suábio alemão Johann Christoph Otinger, durante a metade do século dezoito, profetizou a chegada de um mundo teocrático, reino dos santos, vivendo

---

8 *Ibid*., pp. 62-3.

comunalmente, sem hierarquia ou propriedade, como membros de uma Comunidade das Nações cristã.

Particularmente influente em meio aos pietistas alemães era o místico e teosofista francês Louis Claude de Saint-Martin (1743-1803), que em seu influente trabalho *Des Erreurs et la Verité* (Erros e Verdade) (1773), retratou uma "igreja interna dos eleitos" supostamente existindo desde o nascer da história, que tomaria o poder na era que chegaria. Esse tema "Martinista" foi desenvolvido pelo movimento rosa-cruz, concentrado na Bavária.

Originalmente místicos alquimistas durante os séculos dezessete e dezoito, os Rosacrucianistas bávarios começaram a acentuar a tomada do poder mundial pela igreja interior dos eleitos que está por vir, durante o nascer da era milenarista. O autor rosacruciano bávario mais influente, Carl Von Eckartshausen, expôs esse tema em dois trabalhos amplamente lidos, *Informações Sobre a Mágica* (1788-92) e *Sobre a Perfectibilidade* (1797).

No último trabalho, ele desenvolveu a ideia de que a igreja interior dos eleitos existiu subdesenvolvida nos tempos de Abraão, e se encaminhou para um governo mundial que deve ser governado por esses guardiões da luz divina. Essa terceira e final parte da história, a era do Espírito Santo, estava iminente.

O iluminado eleito destinado a governar o novo mundo comunal era, razoavelmente óbvio, a própria Ordem da Rosa-Cruz, uma vez que sua maior evidência para o nascer da terceira era, era a rápida disseminação do Martinismo e do próprio rosacrucianismo.

E esses movimentos estavam de fato se espalhando durante os anos de 1780 e 1790. O Rei da Prússia Frederico Guilherme II e uma grande porção de sua corte foram convertidos ao rosacrucianismo no final de 1780, assim como a Rússia do Czar Paulo I uma década mais tarde seria convertida, baseada em sua leitura de Saint-Martin e Eckartshausen, ambos os quais ele considerava transmissores da revelação divina.

Saint-Martin também era influente através de sua liderança do Rito Escocês da Maçonaria em Lyons, e era a principal figura naquilo

que pode ser chamado de ala cristã apocalíptica do movimento maçônico.[9]

9.3 A Conspiração dos Iguais

Inspirado pelos trabalhos de Mably e especialmente Morelly, um jovem jornalista de Picardy decidiu, em meio à confusão da Revolução Francesa, fundar uma organização revolucionária e conspiracionista para estabelecer o comunismo. Estrategicamente, esse era um avanço sobre ambos os fundadores, que não tinham ideia de como, além da simples educação, atingiriam seu objetivo.

François Noël (‘Caius Gracchus’) Babeuf (1764-97), um jornalista e comissário dos deveres da terra em Picardy, foi a Paris em 1790, e assimilou a atmosfera altamente revolucionária. Em 1793, Babeuf se comprometeu para com a igualdade econômica e para com o comunismo. Dois anos depois ele fundou a secreta Conspiração dos Iguais, organizada em volta de seu novo jornal, A *Tribuna do Povo*.

A *Tribuna*, como a *Iskra* de Lênin um século mais tarde, era usada para definir uma linha coerente para sua cadre assim como para seus seguidores públicos. Como James Billington escreveu, A tribuna de Babeuf “foi o primeiro jornal na história a ser o braço direito de uma conspiração revolucionária extralegal”.[10]

O ideal supremo de Babeuf e de sua Conspiração era a igualdade absoluta. Natureza, diziam eles, clama por perfeita igualdade; toda desigualdade é injustiça: portanto, a propriedade da comunidade deveria ser estabelecida.

Como a Conspiração proclamou enfaticamente em seu *Manifesto dos Iguais* – escrito por um dos principais apoiadores de Babeuf, Sylvain Marechal – “Nós demandamos igualdade real, ou a Morte: isto é aquilo que devemos ter”. “Por sua causa”, o *Manifesto* seguiu, “nós estamos prontos para qualquer coisa; estamos dispostos a varrer tudo.

---

9 Sobre Saint-Martin, Eckartshausen e a influência deles, veja o esclarecedor artigo de Paul Gottfried, “Utopianism of the Right: Maistre and Schlegel”, *Modern Age*, 24 (Spring 1980), pp. 150-60.

10 James H. Billington, *Fire in the Minds of Men: Origins of the Revolutionary Faith* (Nova York: Basic Books, 1980), p. 73.

Deixar todas as artes desaparecerem, se necessário, contando que a igualdade genuína permaneça para nós".

Na sociedade comunista ideal almejada pela Conspiração, a propriedade privada seria abolida, e toda a propriedade seria comunal, e mantida em depósitos comunais. Desses depósitos, os bens seriam distribuídos "equitativamente" pelos superiores -- aparentemente, deveria haver uma cadre de "superiores" nesse mundo tão "igual"!

Deveria haver trabalho universal e compulsório, "servindo a pátria-mãe com […] trabalho útil". Professores ou cientistas "devem apresentar certificados de lealdade" aos superiores. O *Manifesto* reconhecia que haveria uma enorme expansão de oficiais do governo e de burocratas em um mundo comunista, inevitável onde "A pátria-mãe assume controle de um indivíduo desde seu nascimento até sua morte".

Haveria punições severas consistindo em trabalho forçado de "pessoas de qualquer sexo que deixam um mal exemplo para a sociedade ao se absterem de uma mentalidade de deveres cívicos, por ociosidade, ao terem um modo de vida luxurioso ou libertino". Essas punições, descritas, como um historiador pôde perceber "amorosamente e com grandes detalhes",[11] consistia em deportações para ilhas prisões.

Liberdade de expressão e imprensa eram exatamente como se poderia esperar. A imprensa não seria permitida a "pôr em risco a justiça da equidade" ou a submeter a República "a discussões interminavelmente fatais". Ademais, "ninguém poderá pronunciar visões que estão em contradição direta aos princípios sagrados da igualdade e da soberania do povo". Na realidade, um trabalho só seria publicado "se os guardiões da vontade da nação considerarem que sua publicação pode beneficiar a República".

Todas as refeições seriam feitas em público em toda comuna, e teriam que, certamente, ser de comparecimento obrigatório para todos os membros da comunidade. Ademais, todos só poderiam obter "suas

---

11 Para essa frase e outras citações traduzidas do Manifesto, veja Igor Shafarevich, *The Socialist Phenomenon* (Nova York: Harper & Row, 1980), pp. 121-4. Veja também Gray, *op. cit.*, nota 5, p. 107.

rações diárias" no distrito em que vivem: a única exceção seria "quando ele está viajando com a permissão da administração".

Todo entretenimento privado seria "estritamente proibido", para que a "imaginação, liberada com a supervisão de um juiz estrito não ingrede vícios abomináveis contrários ao bem estar público". E, para a religião, "toda dita revelação deve ser banida por lei".

O objetivo do comunismo igualitário de Babeuf não era apenas uma importante influência ao Marxismo-Leninismo tardio, mas também era sua teoria estratégica e prática na organização concreta da atividade revolucionária.

O desigual, os Babeuvistas proclamavam, deve ser despojado, o pobre deve ascender e saquear o rico. Acima de tudo, a Revolução Francesa deve ser "completada" e refeita: deve haver revolta total (*bouleversement total*), total destruição das instituições existentes para que um novo mundo perfeito possa ser construído dos destroços.

Como Babeuf apontou, na conclusão de seu próprio *Manifesto Plebeu*: "Que tudo volte ao caos, e do caos deve emergir um novo e regenerado mundo".[12] De fato, o *Manifesto Plebeu*, publicado um pouco antes do *Manifesto dos Iguais*, em Novembro de 1795, era a primeira linha dos manifestos revolucionários que atingiram um clímax no *Manifesto Comunista* de Marx meio século mais tarde.

Ambos os manifestos revelaram uma importante diferença entre Babeuf e Maréchal que poderia ter causado uma separação se os Iguais não tivessem sido esmagados logo após pela repressão policial. Pois em seu *Manifesto Plebeu*, Babeuf começou a se mover na direção do messianismo cristão, não apenas prestando tributo a Moisés e Josué, mas também particularmente a Jesus como, para Babeuf, seu "co-atleta", e na prisão, Babeuf escreveu *Uma Nova História da Vida de Jesus Cristo*.

---

12 Billington, *op. cit.*, nota 10, p.75. Veja também Gray, *op. cit.*, nota 5, p. 10Sn. Como Gray comenta, "o que é desejado é a aniquilação de todas as coisas, confiando que das poeiras da destruição uma cidade justa possa surgir. E balizado por tal esperança, o quão alegremente iria Babeuf esperar pela névoa", *Ibid*. p. 105.

A maioria dos Iguais, entretanto, eram ateístas militantes, liderados pelo Maréchal, que gostava de referir a si mesmo com o grandioso acrônimo L'HSD, *L'homme sans Dieu* (o homem sem Deus).

Em adição a ideia de uma revolução conspiracional, Babeuf, fascinado com assuntos militares, começou a desenvolver a ideia de conflito de guerrilha do povo: de uma revolução sendo formada em "falanges" diferentes por pessoas cuja ocupação permanente seria fazer revolução – aquilo que Lênin mais tarde chamaria de "revolucionários profissionais".

Ele também brincou com a ideia de falanges militares assegurando uma base geográfica, e então trabalhando fora dela: "avançando em pedaços, consolidando na medida em que ganhamos território, nós deveríamos ser capazes de organizar".

Um círculo conspiracional interno secreto, uma falange de revolucionários profissionais -- inevitavelmente isso significa que a perspectiva estratégica de Babeuf para sua revolução envolvia alguns paradoxos fascinantes. Pois no nome de um objetivo de harmonia e igualdade perfeita, os revolucionários deveriam ser liderados por uma hierarquia comandando total obediência; a cadre interna operaria a sua vontade sobre a vontade da massa.

Um líder absoluto, chefiando uma cadre toda poderosa, iria, no momento propício, dar o sinal para inaugurar uma sociedade de igualdade perfeita. A revolução seria feita para acabar com todas as revoluções futuras; uma hierarquia toda poderosa seria necessária para supostamente por um fim a todas as hierarquias para sempre.

Mas certamente, como vimos, não havia nenhum paradoxo real aqui, nenhuma intenção de eliminar a hierarquia. Os hinos à "igualdade" eram uma frágil camuflagem para o objetivo real, uma ditadura permanentemente enraizada e absoluta, na marcante representação de Orwell, "uma bota pisando num rosto humano -- para sempre".

Depois de sofrer repressão policial ao fim de Fevereiro de 1796, a Conspiração dos Iguais se tornou ainda mais clandestina, e, um mês depois, se constituíram como o Diretório Secreto de Segurança Pública.

Os sete diretores secretos, se encontrando toda noite, tomaram decisões anônimas e coletivas, e então cada membro desse comitê central irradiava atividades para 12 "instrutores" de fora, cada um dos

quais mobilizava um grupo insurrecionário cada vez maior em um dos 12 distritos de Paris.

Nesse sentido, a Conspiração mobilizou 17.000 Parisienses, mas o grupo foi traído pelo entusiasmo do diretório secreto a recrutar dentro do exército. Um informante causou a prisão de Babeuf em 10 de Maio de 1796, seguido pela destruição da Conspiração dos Iguais. Babeuf foi executado no ano seguinte.

A repressão policial, entretanto, quase sempre deixa grupos de dissidentes para se levantarem novamente, e o portador da tocha do comunismo revolucionário era um Babeuvista preso com o líder, mas que conseguiu evitar a execução.

Filippo Giuseppe Maria Lodovico Buonarroti (1761-1837) era o filho mais velho de uma aristocrática porém empobrecida família Florentina, e um descendente direto do grande Michelangelo. Estudando direito na Universidade de Pisa no começo de 1780, Buonarroti foi convertido por discípulos de Morelly no departamento.

Como jornalista e editor radical, Buonarroti então participou em batalhas pela Revolução Francesa contra tropas italianas. Na primavera de 1794, ele foi posto no comando da ocupação francesa na cidade italiana de Oneglia, onde ele anunciou às pessoas que todo homem deve ser igual, e que qualquer distinção entre homens é violação da lei natural.

De volta em Paris, Buonarroti com sucesso se defendeu de um julgamento contra seu uso de terror em Oneglia, e finalmente imerso na Conspiração dos Iguais de Babeuf. Sua amizade com Napoleão o permitiu escapar da execução, e eventualmente ser enviado de um campo de prisão ao exílio em Geneva.

Pelo resto de sua vida, Buonarroti se tornou aquilo que seu biógrafo moderno chama de "O Primeiro Revolucionário Profissional", tentando organizar revoluções e organizações conspiratórias por toda a Europa.

Antes da execução de Babeuf e outros, Buonarroti havia prometido a seus camaradas a escrever suas histórias completas, e ele cumpriu essa promessa quando, na idade de 67 anos, ele publicou na Bélgica *A Conspiração por Igualdade de Babeuf* (1828). Babeuf e seus camaradas foram há muito esquecidos, e esse trabalho massivo contou a primeira e mais completa história da saga Babeuvista.

O livro provou ser uma inspiração aos grupamentos comunistas revolucionários, e vendeu extremamente bem, a tradução inglesa de 1836 vendeu 50.000 cópias em um curto período de tempo. Pela próxima década de sua vida, o anteriormente obscuro Buonarroti foi idolatrado por toda a ultraesquerda europeia.

Matutando os fracassos revolucionários prévios, Buonarroti advogou pela necessidade de um governo de uma élite de ferro imediatamente após a chegada ao poder das forças revolucionárias.

Em resumo, o poder da revolução deve ser imediatamente dado a uma "forte, constante e iluminada vontade imóvel", que irá "direcionar toda a força da nação contra inimigos internos e externos", e muito gradualmente preparar o povo para sua soberania. O ponto, para Buonarroti, era que "o povo é incapaz ou de regenerar por conta própria ou de designar as pessoas que deveriam direcionar a regeneração".

9.4 O florescimento do comunismo

As décadas de 1830 e 1840 viram o florescimento de um comunismo messiânico e quiliástico e grupos socialistas por toda a Europa; notavelmente na França, Bélgica, Alemanha e Inglaterra. Owenistas, Cabetistas, Fourieristas, Saint Simonianos, e muitos outros germinaram e interagiram, e nós precisamos examiná-los ou a nuance de seus vários detalhes. [13]

Enquanto o galês Robert Owen (1771-1858) foi o primeiro a usar a palavra "socialista" escrita em 1827, e também brincou com a palavra "comunial", a palavra "comunista" finalmente assumiu o posto de rótulo mais popular para esse novo sistema.

Ela foi primeiramente usada em um trabalho impresso popular, no romance utópico de Étienne Cabet, *A Viagem a Icaria* (1839),[14] e de

---

13 Exceto que a contribuição importante da "luta de classe" dos Saint Simonianos será lidada abaixo.

14 Cabet (1788-1856) tinha sido um distinto advogado e procurador-geral francês da Córsega, mas foi deposto por atitudes radicais em relação ao governo francês. Depois de fundar um jornal radical, Cabet fugiu para o exílio em

lá a palavra se espalhou como um incêndio por toda a Europa, impulsionado pelo desenvolvimento recente do serviço de correspondência por barco a vapor e pela primeira telegrafia.

Quando Marx e Engels, na famosa frase de abertura de seu culminante *Manifesto Comunista* de 1848, escreveram que "um fantasma está assombrando a Europa – o fantasma do comunismo", essa foi uma retórica um pouco hiperbólica, mas não estava completamente errada. Como Billington escreveu, a palavra sobrenatural "comunismo" "se espalhou por todo o continente com uma força completamente sem precedente na história de tais epidemias verbais".[15]

Nessa confusão de grupos e indivíduos, existem alguns interessantes em que podemos focar nossa atenção. O mais novo grupo alemão de revolucionários exilados era a Liga dos Fora da Lei, fundada em Paris por Theodore Schuster, sob a inspiração dos trabalhos de Buonarroti.

O panfleto de Schuster, *Confissão de Fé de um Fora da Lei* (1834) foi possivelmente a primeira projeção da revolução vindoura como uma criação de foras da lei e párias, aqueles fora do circuito de produção que Marx iria, compreensivelmente, bruscamente rejeitar como "*Lumpenproletariat*".

O *Lumpen* seria mais tarde enfatizado na década de 1840 pelo líder do anarco comunismo, o russo Mikhail Bakunin (1814-76), e por vários esforços da Nova Esquerda do fim da década de 1960 e começo de 1970.

Os Fora da Lei foram a primeira organização internacional de revolucionários comunistas, composta de aproximadamente 100 membros em Paris e quase 80 em Frankfurt am Main. A Liga dos Fora da Lei, entretanto, acabou em 1838, e vários, incluindo Schuster, partiram para a agitação nacionalista.

Londres durante a década de 1830 e praticamente se tornou um Owenista. Apesar da nacionalidade de Cabet, o livro foi originalmente escrito e publicado em inglês, e uma tradução francesa foi publicada no ano seguinte. Um comunista pacífico em vez de revolucionário, Cabet tentou estabelecer comunas utópicas em vários projetos fracassados nos Estados Unidos, de 1848 até sua morte.

15 Billington, *op. cit.*, nota 10, p. 243.

Mas foi rapidamente substituída pelo grupo maior de exilados alemães, a Liga dos Justos, também sediada em Paris. Os grupos comunistas alemães sempre tendiam mais ao cristianismo que outros. Mais ainda, Karl Schapper, chefe da divisão matriz de Paris, se dirigia a seus seguidores como "Irmãos em Cristo" e chamou a vindoura revolução de "o grande dia da ressurreição do povo".

Intensificando o tom religioso da Liga dos Justos, estava o proeminente comunista alemão, o alfaiate Wilhelm Weitling (1808-71) que em seu secretamente impresso manifesto para a Liga dos Justos, escreveu, *Humanidade, como é e como deveria ser* (1838), que apesar de secreto era amplamente disseminado e discutido.

Weitling se proclamou como um "Lutero social", e condenou o dinheiro como a fonte de toda a corrupção e exploração. Toda propriedade privada e todo o dinheiro deveriam ser abolidos, e o valor de todos os produtos calculado em "horas de trabalho" – a teoria do valor trabalho levada muito a sério.

Para o trabalho em serviços públicos e indústria pesada, Weitling propôs mobilizar um "exército industrial" centralizado, abastecido pela conscrição de cada homem e mulher entre as idades de 15 e 18.

Expulsa da França por problemas revolucionários em 1839, a Liga dos Justos se moveu para Londres, onde também estabeleceu um grupo de frente ainda maior, a Sociedade Educacional de Trabalhadores Alemães, em 1840.

Os três maiores chefes da sociedade, Karl Schapper, Bruno Bauer e Joseph Moll, conseguiram aumentar o total para mais de 1.000 membros até 1847, incluindo 250 membros em outros países da Europa e América Latina.

Um contraste fascinante é apresentado nas pessoas de dois jovens comunistas, ambos líderes do movimento durante a década de 1840, e ambos foram completamente esquecidos pelas gerações futuras -- até pela maioria dos historiadores. Cada um representava um lado diferente da perspectiva comunista, e juntos duas linhas diferentes no movimento.

Um era o visionário cristão inglês e sonhador, John Goodwyn Barmby (1820-?). Aos 20 anos, Barmby, até então um Owenista, chegou em Paris com a proposta de organizar uma associação internacional de socialistas por todo o mundo; um comitê provisório

realmente foi formado, liderado pelo Owenista francês Jules Gay, mas nada foi concretizado.

A proposta, entretanto, realmente prefigurou a Primeira Internacional. Mais importante, em Paris, Barmby descobriu a palavra "comunista", e a adotou e espalhou com grande fervor. Para Barmby, "comunista" e "comunitário" eram termos intercambiáveis, e ele ajudou a organizar pela França, aquilo que reportou aos Owenistas Ingleses como "banquete(s) Social da escola Comunista ou Comunitária".

De volta na Inglaterra, o fervor de Barmby não havia diminuído. Ele fundou a sociedade da propaganda comunista, que logo se chamaria a Sociedade Universal Comunitária, e estabeleceu um jornal, *o Prometeico ou Apóstolo Comunitário*, cedo renomeado para *A Crônica Comunista*.

Comunismo, para Barmby, era tanto a "ciência societária" quanto a religião final da humanidade. Seu *Credo*, apresentou o primeiro problema do *O Prometeico*, reconheceu que "o divino é comunismo, e o demoníaco é o individualismo…".

Após esse começo brilhante, Barmby escreveu hinos e orações comunistas, pediu pela construção de comunitários, tudo dirigido por uma comunarquia suprema liderada por um comunarca eleito e sua comunarquesa.

Barmby repetidamente proclamava "a religião do comunismo", e garantiu começar com o pé direito ao se nomear como "Pontífice da Igreja Comunista".

O subtítulo da *Crônica Comunista* revela seu messianismo neo-cristão: "O apóstolo da Igreja Comunista e a vida Comunitiva: Comunhão com Deus, Comunhão dos Santos. Comunhão dos Sufrágios, Comunhão do Trabalho e Comunhão de Bens".

A luta por comunismo, declarou Barmby, era apocalíptica, destinada a acabar com a reunião mística de Satanás a Deus: "na santa Igreja Comunista, o demônio será convertido para Deus […] E essa conversão de Satã faria Deus chamar o povo […] para a comunhão dos

sufrágios, do trabalho e dos bens tanto materiais quanto espirituais […] para esses dias mais tardios".[16]

A chegada de Wilhelm Weitling em Londres em 1844 o levou de encontro com Barmby para colaborar na divulgação do cristianismo comunista, mas ao fim de 1847, eles haviam perdido e o movimento comunista estava se movendo na direção do ateísmo.

A virada crucial veio em Junho de 1847, quando os dois grupos comunistas mais ateus: A Liga dos Justos em Londres, e o Comitê Comunista de Correspondência de Bruxelas com apenas 15 homens, liderados por Karl Marx, se uniram para a formação da Liga Comunista.

Em seu segundo congresso em Dezembro, problemas ideológicos dentro da liga foram resolvidos quando pediram a Marx para que escrevesse a declaração para o novo partido, que se tornaria o famoso *Manifesto Comunista*.

De qualquer forma, Cabet e Weitling foram separadamente para os Estados Unidos em 1848, para tentar estabelecer o comunismo lá. Ambos falharam miseravelmente frente a expansiva e altamente individualista sociedade americana.

Os Icarianos de Cabet se estabeleceram no Texas e então em Nauvoo, Illinois, então se dividiram de novo e de novo, até que Cabet, rejeitado por seus antigos seguidores em Nauvoo, saísse para St. Louis e morresse, rejeitado por quase todos, em 1856.

Já para Weitling, este desistiu muito mais rapidamente. Em Nova Iorque, ele se tornou seguidor do esquema de pensamento individualista Ricardiano de esquerda e valor-trabalhista, e em 1854 ele desviou ainda mais para se tornar um burocrata do serviço de imigração dos EUA, passando a maior parte dos seus 17 anos restante tentando promover suas várias invenções. Aparentemente, Weitling, a esmo, havia ao menos "votado com seus pés" para se juntar à ordem capitalista.

Enquanto isso, Goodwyn Barmby se afastou em uma após outra das Ilhas do Canal tentando fundar uma comunidade utópica, e condenou um antigo seguidor por estabelecer um *Jornal Comunista*

---

16 Billington, *op. cit.*, nota 10, p. 257.

mais prático como "uma violação de direitos autorais" da palavra "comunismo".

Gradualmente, entretanto, Barmby abandonou seu universalismo e se denominou um "Comunista Nacional", e, em 1848, ele foi à França, se tornou um ministro unitário e amigo de Mazzini e abandonou o comunismo por um nacionalismo revolucionário.

Por outro lado, um importante jovem francês comunista Théodore Dézamy (1808-50), representou um esforço competitivo de militância ateia e uma aproximação rigorosa da cadre. Em sua juventude o secretário pessoal de Cabet, Dézamy liderou a repentina explosão comunista lançada em 1839 e 1840. No ano seguinte, Dézamy se tornou talvez o fundador da tradição Marxista-Leninista de ideologicamente e politicamente excomungar todos os divergentes da linha correta.

De fato, em 1842, Dézamy, um panfleteiro altamente prolífico, se tornou amargo para com seu antigo mentor, Cabet, e o condenou, em seu *Calúnias e Política do Sr. Cabet*, por seus vacilos crônicos. Em *Calúnias*, Dézamy, pela primeira vez, argumentou que a disciplina ideológica assim como política era um requisito para o movimento comunista.

Mais importantemente, Dézamy queria expurgar o comunismo francês da influência do código comunista quase religioso, poético e moralista exposto por Cabet em seu *A Viagem a Icaria* e especialmente em seu *Credo Comunista* de 1841.

Dézamy tentou ser severamente "científico" e afirmou que a revolução comunista era tanto racional quanto inevitável. Não é surpresa que Dézamy era amplamente admirado por Marx.

Ademais, medidas pacíficas ou graduais devem ser rejeitadas. Dézamy insistiu que a revolução comunista deveria confiscar toda a propriedade privada e todo dinheiro imediatamente. Meias medidas não satisfarão ninguém, ele afirmou, e adiante, como Billington enfatiza, "mudança rápida e total seria menos sangrenta que um processo lento, uma vez que o comunismo liberta a bondade natural do homem…".[17]

O comunismo revolucionário não seria apenas imediato e total: seria global e universal. No mundo comunista futuro, haverá um

---

17 Billington, *op. cit.*, nota 10, p. 251.

"congresso da humanidade" global, apenas uma língua, e somente um serviço de trabalho, chamado "atletas industriais", que fazem trabalho na forma de festivais da juventude comunal.

Além disso, o novo "país universal" aboliria não somente o nacionalismo "estreito", mas também tais lealdades divisoras como a família. Em contraste bruto e prático com sua própria carreira como excomungador ideológico, Dézamy proclamou que sob o comunismo, conflitos seriam logicamente impossíveis: "Não pode haver divisão entre comunistas; nossos confrontos contra nós mesmos só podem ser confrontos de harmonia, ou de raciocínio…", uma vez que "princípios comunitários" constituem "a solução para todos os problemas".

Em meio a esse ateísmo militante, havia, entretanto, um certo fervor religioso e até mesmo fé. Pois Dézamy falou sobre "essa sublime devoção que constitui o socialismo", e encorajou os proletários a reentrar "na igreja igualitária, *fora da qual não há salvação*".

A prisão e julgamento de Dézamy em 1844 inspiraram comunistas alemães em Paris, tal como Arnold Ruge, Moses Hess e Karl Marx, e Hess começou a trabalhar em uma tradução alemã do código de Dézamy, sob o encorajamento de Marx, que proclamou o código ser "socialista científico, materialista e verdadeiramente humanista".[18]

---

18 Veja J.L. Talmon, *Political Messianism: The Romantic Phase* (New York: Praeger, 1960), p.157.

capítulo 10

A Visão de Marx do Comunismo

10.1 Comunismo milenarista

A chave para o intrincado e massivo sistema de pensamento criado por Karl Marx (1818-83) é, no fundo, simples: *Karl Marx era comunista*.

Uma declaração aparentemente vulgar ou banal ao lado da miríade de conceitos repletos de jargões do marxismo na filosofia, economia, história, cultura e outros. No entanto, a devoção de Marx ao comunismo era seu ponto crucial, muito mais central do que a dialética, luta de classes, a teoria da mais-valia e tudo o mais.

O comunismo era a meta, o grande fim, o desideratum, o fim último que faria valer a pena o sofrimento da humanidade ao longo da história. História é a história do sofrimento, da luta de classes, da exploração do homem pelo homem.

Da mesma forma que o retorno do Messias, na teologia cristã, acabaria com a história e estabeleceria um novo céu e uma nova terra, também o estabelecimento do comunismo poria um fim à história humana.

Assim como para os cristãos pós-milenaristas, o homem, liderado pelos profetas e santos de Deus, estabeleceria um Reino de Deus na Terra (e, para os pré-milenaristas, Jesus teria muitos assistentes humanos para estabelecer tal Reino), assim para Marx e outros escolas de comunistas, a humanidade, lideradas por uma vanguarda de santos seculares, estabeleceria um reino secularizado do céu na terra.

Nos movimentos religiosos messiânicos, o milênio é invariavelmente estabelecido por uma revolta poderosa e violenta, um Armagedom, uma grande guerra apocalíptica entre o bem e o mal. Após este conflito titânico, um milênio, uma nova era, de paz e harmonia, um reino de justiça, seria estabelecido na terra.

Marx rejeitou enfaticamente aqueles utópicos que almejavam chegar ao comunismo por meio de um processo gradual e evolucionário, por meio de um avanço constante do bem. Não, Marx voltou aos apocalípticos, os anabatistas alemães e holandeses coercitivos pós-milenaristas do século XVI, às seitas milenaristas

durante a Guerra Civil Inglesa e aos vários grupos de cristãos pré-milenaristas que previram um Armagedom sangrento nos Últimos Dias, antes que o milênio pudesse ser estabelecido.

Na verdade, uma vez que os pós-mils imediatistas se recusaram a esperar que a bondade e a santidade graduais permeiem entre os homens, eles se juntaram aos pré-mils na crença de que apenas uma luta final apocalíptica violenta entre o bem e o mal, entre santos e pecadores, poderia estabelecer o milênio. Uma revolução violenta e mundial, na versão de Marx feita pelo proletariado oprimido, seria o instrumento do advento de seu milênio, o comunismo.

Na verdade, Marx, como os pré-mils (ou "milenaristas"), foi mais longe ao sustentar que o reinado do mal na terra alcançaria um pico pouco antes do apocalipse. Tanto para Marx como para os milenaristas, escreve Ernest Tuveson:

> O mal do mundo deve chegar ao seu ápice antes que, em uma grande e completa reviravolta radical, seja varrido […]
>
> O pessimismo milenarista sobre a perfectibilidade do mundo existente é atravessado por um otimismo supremo. A história, acredita o milenarista, opera de maneira que, quando o mal atingir seu auge, a situação desesperadora se inverterá. O estado original, o verdadeiro estado harmonioso da sociedade, em algum tipo de ordem igualitária, será restabelecido.[1]

---

1 Ernest L. Tuveson, 'The Millenarian Structure of *The Communist Manifesto*', em CA. Patrides e Joseph Wittreich (eds), *The Apocalypse: in English Renaissance Thought and Literature* (Ithaca: Cornell University Press, 1984), pp. 326-7.

Tuveson especula que Marx e Engels podem ter sido influenciados pela explosão do milenarismo na Inglaterra durante a década de 1840. Sobre esse fenômeno, particularmente a explosão na Inglaterra e nos Estados Unidos dos milenaristas, que previram o fim do mundo em 22 de outubro de 1844, veja a

Em contraste com os vários grupos de socialistas utópicos e em comum com os messianistas religiosos, Karl Marx não esboçou em detalhes as características de seu futuro comunismo. Não é que fosse necessário que Marx, por exemplo, explicasse o número de pessoas em sua utopia, a forma e a localização de suas casas, o padrão de suas cidades.

Em primeiro lugar, há um ar essencialmente louco para utopias mapeadas por seus criadores em detalhes precisos. Mas, mais importante, explicitar os detalhes da sociedade ideal de alguém remove o elemento crucial de admiração e mistério do mundo supostamente inevitável do futuro.

Da mesma forma, os filmes de ficção científica perdem seu glamour e empolgação quando, na segunda metade do filme, os monstros misteriosos, poderosos e anteriormente invisíveis se concretizam em criaturas verdes semelhantes a bolhas de movimento lento que perderam sua aura misteriosa e tornou-se quase lugar-comum.

Mas certas características são amplamente semelhantes em todas as visões do comunismo. A propriedade privada é eliminada, o individualismo é jogado por cima da mesa, a individualidade é achatada, toda a propriedade é possuída e controlada comunitariamente e as unidades individuais do novo organismo coletivo são, de alguma forma vaga, iguais umas às outras.

Essa ênfase milenarista no coletivo está muito longe da ênfase do cristão ortodoxo agostiniano na alma individual e em sua salvação. No Cristianismo ortodoxo e milenar, o indivíduo alcança ou não a salvação, até que Jesus volte e ponha fim à história e inaugure o Dia do Julgamento.

Não há milênio na terra; o Reino de Deus permanece seguro e apropriadamente no céu. Mas a ênfase do milenarismo em alcançar um Reino de Deus *na terra* inevitavelmente enfatizou - especialmente na necessária agência humana dos pós-milenaristas - a inevitável marcha coletiva em direção ao Reino na e através da história.

---

obra clássica sobre o milenarismo moderno, Ernest R. Sandeen, *The Roots of Fundamentalism: British and American Millenarianism*, 1800-1930 (Chicago: University of Chicago Press, 1970). Veja Tuveson, ibid., P. 340, n. 5

No que podemos chamar de versão "imediatista" da doutrina pós-mil, como vimos no Volume I em Irmãos do Livre Espírito, nos anabatistas coercitivos da Reforma, nos comunistas cristãos e em uma versão secularizada no marxismo, o objetivo é tomar o poder imediato em uma revolução violenta e purgar o mundo de pecadores e hereges, i.e, todos os que não são seguidores da seita em questão, a fim de estabelecer o milênio, a pré-condição do Segundo Advento de Jesus.

Em contraste, os pós-mils *gradualistas*, de forma menos violenta e precipitada, que tomariam o controle da maioria das igrejas protestantes no norte dos Estados Unidos durante o século XIX, queriam usar o poder do Estado para coagir a moralidade e a virtude e, então, estabelecer o Reino de Deus, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo.

Como um historiador concluiu penetrantemente sobre um dos mais proeminentes economistas pós-mil e cientistas sociais do final do século XIX – uma passagem que poderia se aplicar a todo o movimento:

> Aos olhos de [Richard T.] Ely, o governo era o instrumento dado por Deus por meio do qual tínhamos que trabalhar. Sua preeminência como instrumento divino baseou-se na abolição pós-Reforma da divisão entre o sagrado e o secular e no poder do Estado de implementar soluções éticas para os problemas públicos.
>
> A mesma identificação de sagrado e secular...permitiu que Ely divinizasse o estado e socializasse o cristianismo: ele pensava no governo como o principal instrumento de Deus para a redenção [...][2]

---

2 Jean B. Quandt, 'Religion and Social Thought: The Secularization of Postmillennialism', *American Quarterly*, 25 (Out. 1973), pp. 402-3. Na verdade, Ely, em comum com muitos outros pós-mils, não foi *tão* gradual, quando ele falou da Nova Jerusalém, 'que todos nós estamos aguardando ansiosamente'.

Gradualistas ou imediatistas, todos os milenaristas têm causado graves problemas sociais e políticos ao "imanentizar o eschaton" - na frase do filósofo político Eric Voegelin, redigida de maneira infeliz, mas altamente perceptível.

Como um cristão ortodoxo, Voegelin acreditava que 'o eschaton' - os Dias Finais, o Reino de Deus - deve ser mantido estritamente fora dos assuntos terrenos e confinado aos reinos do outro mundo do Céu e do Inferno. Mas tirar o "eschaton" do céu e colocá-lo nos processos da história humana é criar graves problemas e consequências: consequências que Voegelin viu incorporadas em movimentos imanentes e messiânicos como o marxismo e o nazismo.

Em comum com outros socialistas e comunistas utópicos, Marx buscou no comunismo a apoteose da espécie coletiva - a humanidade como um novo superser, no qual o único significado possuído pelo indivíduo é como uma partícula insignificante desse organismo coletivo.

Um retrato incisivo do organicismo coletivo marxista - o que equivale a uma celebração do Novo Homem Socialista a ser criado durante o processo de comunização - foi o de um teórico bolchevique do início do século XX, Alexander Alexandrovich Bogdanov (1873-1928). Bogdanov, como Joachim de Fiore, falou de "três eras" da história humana: a primeira foi uma sociedade religiosa e autoritária e uma economia autossuficiente.

Em seguida veio a 'segunda era', uma economia de trocas, marcada pela diversidade e pelo surgimento da 'autonomia' da 'personalidade humana individual'. Mas esse individualismo, a princípio progressivo, mais tarde se torna um obstáculo ao progresso, pois dificulta e "contradiz as tendências unificadoras da era da máquina". Mas então surgirá a terceira era, o estágio final da história, o comunismo, embora não como com Joaquim, uma era do Espírito Santo.

Esta última etapa será marcada por uma economia coletiva autossuficiente, e por:

> fusão de vidas pessoais em um todo colossal, harmonioso nas relações de suas partes, agrupando sistematicamente todos os elementos para uma luta comum - luta contra a espontaneidade

> infinita da natureza [...]
>
> Uma enorme massa de atividade criativa [...] é necessária a fim de resolver esta tarefa. Exige as forças não do homem, mas da humanidade - e somente trabalhando nesta tarefa a humanidade como tal emerge.[3]

O apogeu do comunismo messiânico aparece na fantasmagoria frenética de três volumes pela notável mistura alemã de messianismo cristão e marxismo-leninismo-stalinismo, Ernst Bloch (1885-1977). Bloch sustentava que a "verdade interior" das coisas só poderia ser descoberta depois de "uma transformação completa do universo, um grande apocalipse, a descida do Messias, um novo céu e uma nova terra".

Como JP Stern escreve em sua resenha do *Princípio da Esperança* de três volumes de Bloch, o livro contém declamações notáveis como 'Ubi Lenin, ibi Jerusalém' ('Onde Lenin está, ali está Jerusalém'), e que 'a realização bolchevique do comunismo' é parte integrante da 'antiga luta por Deus'. Há também mais do que uma sugestão, em Bloch, de que a doença, ou mesmo a própria morte, será abolida com o advento do comunismo.[4]

Em contraste, não há defesa mais eloquente do individualismo cristão ortodoxo e repulsa contra o coletivismo do que a crítica de G.K. Chesterton às visões de uma importante socialista fabiana, a Sra. Annie Besant - na qual Chesterton esmaga o budismo panteísta da Sra. Besant:

> De acordo com a Sra. Besant, a Igreja universal é simplesmente o Self universal. É a doutrina de que realmente somos todos uma

---

3 Citado em S.Y. Utechin, 'Philosophy and Society: Alexander Bogdanov', em Leopold Labedz (ed.), *Revisionism: Essays on the History of Marxist Ideas* (Nova York: Praeger, 1962), p. 122.

4 JP Stern, 'Marxism on Stilts: Review of Ernst Bloch, *The Principle of Hope'*, *The New Republic*, 196 (9 de março de 1987), pp. 40, 42 Leszek Kolakowski, *Main Currents of Marxism* (Oxford: Oxford University Press, 1984), III, pp. 423-4.

> só pessoa; que não existem verdadeiros muros de individualidade entre um homem e outro... Ela não nos diz para amar o próximo; ela nos diz para **sermos** nossos vizinhos [...] o abismo intelectual entre o budismo e o cristianismo é que, para o budista ou teosofista, a personalidade é a queda do homem, para o cristão é o propósito de Deus, o ponto central de sua ideia cósmica [ênfase do tradutor].[5]

Vejamos algumas das principais características do comunismo. No futuro milenarista comunitário típico, uma época de felicidade e harmonia, trabalho, a necessidade de trabalhar, torna-se menos enfatizado ou desaparece completamente. O trabalho, pelo menos o trabalho para manter e melhorar os padrões de vida de alguém, não soa verdadeiro para muitas pessoas como uma característica da utopia.

Assim, na visão de Joaquim de Fiore, talvez o primeiro milenarista medieval, nenhum trabalho seria necessário para perturbar o ciclo interminável de celebração e prece, porque a humanidade teria alcançado o status de objetos imateriais. Se o homem fosse puro espírito, é verdade que o problema econômico - o problema da produção e dos padrões de vida - necessariamente desapareceria.

Infelizmente, porém, Marx, sendo ateu e materialista, não poderia exatamente cair em um comunismo de espírito puro semelhante ao de Fiore. Como poderiam seres humanos solidamente materiais resolverem o problema da produção, manutenção e expansão de seus padrões de vida?

Havia um método na recusa de Marx em tratar o estágio comunista em qualquer detalhe. Sua utopia era sombria. Por um lado, Marx presumia e afirmava que os bens na futura sociedade comunista seriam superabundantes.

Nesse caso, é claro que não haveria necessidade de se referir ao problema econômico universal da escassez de meios e recursos aplicados aos fins. Mas, ao assumir o problema, Marx legou o quebra-

---

5 G.K. Chesterton, *Orthodoxy* (New York: 1927), pp.244-5. Citado em Thomas Molnar, *Utopia: The Perennial Heresy* (Nova York: Sheed & Ward, 1964), p. 12

cabeça às gerações futuras, e os marxistas ficaram divididos na questão: o próprio comunismo trará esse estado mágico de superabundância ou devemos esperar até que o capitalismo traga superabundância antes de estabelecermos o comunismo?

Geralmente, os grupos marxistas resolveram esse problema, não em teoria, mas na prática (ou "práxis"), seguindo qualquer caminho que lhes permitisse conquistar ou manter seu poder. Assim, as vanguardas ou partidos marxistas, ao ver uma oportunidade de tomar o poder, invariavelmente se dispuseram a pular as "etapas da história" predeterminadas por seu Mestre e exercer sua vontade revolucionária.

Por outro lado, as elites marxistas já entrincheiradas no poder protelaram, prudentemente, o objetivo final do comunismo para um futuro cada vez mais recuado. E assim os soviéticos foram rápidos em enfatizar o trabalho árduo e o gradualismo na perseverança em direção ao objetivo final.[6]

Existem várias outras razões prováveis para o fracasso de Marx em detalhar as características do comunismo final, ou, na verdade, dos estágios necessários para alcançá-lo.

A primeira é que Marx não tinha interesse nas características econômicas de sua utopia; uma simples suposição de petição de princípio de abundância ilimitada era suficiente. Seu principal interesse, como veremos, estava nos aspectos filosóficos, na verdade religiosos, do comunismo.

Em segundo lugar, o comunismo para Marx era uma forma invertida de Hegel e sua filosofia da história; foi o fim revolucionário da versão neo-hegeliana de "alienação" e do processo "dialético" de Marx, pelo qual a Aufhebung (transcendência) e a negação de um estágio histórico são substituídos por um outro que faz oposição a este.

---

6 The C.P.S.U. [Partido Comunista da União Soviética], sendo um partido do comunismo científico, avança e resolve os problemas da construção comunista à medida que os pré-requisitos materiais e espirituais para eles se tornam prontos e amadurecem, guiando-se pelo fato de que as etapas necessárias de desenvolvimento não devem ser puladas [...]. *Fundamentals of Marxism-Leninism* (2ª edição rev., Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1963), p. 662. Ver também ibid., Pp. 645-6, 666-7, 674-5.

Neste caso: a negação da condição má da propriedade privada e da divisão do trabalho, e o estabelecimento do comunismo, no qual a unidade do homem com o homem e a natureza é alcançada. Para Marx, assim como para Hegel, a história necessariamente procede por essa dialética mágica, na qual uma etapa dá origem inevitavelmente a uma etapa posterior e oposta.

Exceto que, para Marx, a 'dialética' é material ao invés de espiritual.[7] Marx nunca publicou seu Manuscritos Econômicos e Filosóficos neo-hegelianos de 1844, nos quais a base filosófica do marxismo foi exposta, e um ensaio, "Propriedade privada e comunismo", que continha a exposição mais completa de Marx sobre a sociedade comunista.

Um dos motivos de sua recusa em publicar foi que, nas últimas décadas, a filosofia hegeliana havia saído de moda, mesmo na Alemanha, e os seguidores de Marx estavam mais interessados nos aspectos econômicos e revolucionários do marxismo.

10.2 Comunismo Nu e Cru

Outra razão importante para o fracasso de Marx em o publicar foi sua descrição sincera da sociedade comunista no ensaio "Propriedade privada e comunismo". Além de ser filosófico e não econômico, ele retratou um estágio horrível, mas supostamente necessário, da sociedade imediatamente *após* a necessária revolução violenta do proletariado, e antes que o comunismo final seja finalmente alcançado. A sociedade pós-revolucionária de Marx, a do comunismo "impensado" ou "nu e cru", não foi capaz de estimular as energias revolucionárias dos fiéis marxistas.

Pois Marx levou para o coração duas críticas amargas ao comunismo que haviam se tornado proeminentes na Europa. Uma foi do anarquista mutualista francês Pierre Joseph Proudhon, que denunciou o comunismo como "opressão e escravidão", e a quem Marx se referiu explicitamente em seu ensaio.

O outro era um livro fascinante do conservador monarquista hegeliano Lorenz von Stein (1815-1890), que havia sido designado pelo

---

7 Sobre alienação e dialética, veja o Capítulo 11.

governo prussiano em 1840 para estudar as novas e inquietantes doutrinas do socialismo e do comunismo que se tornaram galopantes na França.

Marx não apenas mostrou uma "familiaridade textual minuciosa" com o livro subsequente de Stein de 1842, mas ele realmente baseou seu conceito de proletariado como a base e o motor da revolução mundial nos insights de Stein sobre as novas doutrinas revolucionárias como racionalizações dos interesses da classe do proletariado.[8]

O mais notável é que Marx admitidamente concordou com o retrato de Proudhon, e particularmente de Stein, do primeiro estágio da sociedade pós-revolucionária, que ele concordou com Stein em chamar de "comunismo nu e cru".

Stein previu que o comunismo nu e cru seria uma tentativa de impor o igualitarismo, expropriando e destruindo selvagem e ferozmente a propriedade, confiscando-a e comunizando coercivamente as mulheres, bem como a riqueza material.

Na verdade, a avaliação de Marx do comunismo nu e cru, o estágio da ditadura do proletariado, foi ainda mais negativa do que a de Stein:

> Da mesma forma que a mulher deve abandonar o casamento pela prostituição geral [i.e. universal], então todo o mundo da riqueza, isto é, o ser objetivo do homem, é abandonar a relação

---

8 Stein tratou o socialismo e o comunismo franceses como ideologias do proletariado sem propriedade, com o objetivo de destruir os fundamentos históricos da sociedade europeia com base nos princípios da personalidade individual e da propriedade privada.

A diferença, é claro, é que Marx, em contraste com os outros socialistas e comunistas "sem classes", abraçou essa conexão com o proletariado, enquanto Stein a condenou e advertiu contra ela. Veja o excelente e esclarecedor trabalho de Robert C. Tucker, *Philosophy and Myth in Karl Marx* (Cambridge: Cambridge University Press, 1961), pp. 114-7.

O livro de Stein, Lorenz von Stein, *Der Socialismus und Communismus des Heutigen Frankreichs* (Leipzig: 1842), permanece sem tradução. (As edições posteriores foram intituladas *Geschichte des socialen Bewegung in Frankreich*, 1850, 1921). Stein passou sua maturidade como professor de finanças públicas e administração pública na Universidade de Viena, 1855-88.

> de casamento exclusivo com o dono da propriedade privada pela relação de prostituição geral com a comunidade.

Não apenas isso, mas como o professor Tucker coloca, Marx admite que

> o comunismo nu e cru não é a transcendência real da propriedade privada, mas apenas a universalização dela, não é a superação da ganância, mas apenas a generalização dela, e não é a abolição do trabalho, mas apenas sua extensão a todos os homens. É apenas uma nova forma em que a vileza da propriedade privada vem à tona.

Em suma, no estágio de comunização da propriedade privada, o que o próprio Marx considera as piores características da propriedade privada serão maximizadas. Não só isso: mas Marx admite a verdade da acusação dos anticomunistas de então e agora de que o comunismo e a comunização são apenas a expressão nas palavras de Marx, de "inveja e desejo de reduzir tudo a um nível comum".

Longe de levar ao florescimento da personalidade humana como é suposto que Marx afirma, ele admite que o comunismo a negará totalmente. Assim, diz Marx:

> Ao negar completamente a **personalidade** dos homens, esse tipo de comunismo não é nada mais do que a expressão lógica da propriedade privada. A **inveja** geral, constituindo-se como poder, é o disfarce com o qual a **ganância** se restabelece e se satisfaz, só que de **outra** forma [...]
>
> Nessa abordagem, da **mulher** como espólio e serva da luxúria comunal, é expressa a degradação infinita em que o homem existe para si mesmo.[9]

---

9 Citado em Tucker, *op. cit.*, nota 8, pp. 155. Os itálicos são de Marx.

Em suma, o retrato de Marx do comunismo nu e cru é muito parecido com os regimes monstruosos impostos pelos anabatistas coercitivos do século dezesseis.[10]

O professor Tucker acrescenta, talvez sublinhando o óbvio, que:

> Essas vívidas indicações dos manuscritos de Paris sobre a maneira como Marx concebeu e avaliou o período pós-revolucionário imediato muito provavelmente explicam a extrema reticência que ele sempre mostrou mais tarde sobre este tópico em seus escritos publicados.[11]

Mas se esse comunismo é admitidamente tão monstruoso, um regime de “degradação infinita”, por que alguém deveria favorecê-lo, muito menos dedicar a vida e lutar uma revolução sangrenta para estabelecê-lo?

Aqui, como tantas vezes no pensamento e nos escritos de Marx, ele recai na mística da "dialética" - aquela palavra mágica maravilhosa pela qual um sistema social inevitavelmente dá origem à sua transcendência e negação vitoriosas. E pelo qual o mal total se transforma em bem total – curiosamente o mal total acaba sendo a ditadura pós-revolucionária do proletariado e não o capitalismo que a precede.

Para dizer o mínimo, Marx não pode e não tenta explicar como um sistema de ganância total se transforma em falta de ganância total. Ele deixa tudo para a magia da dialética, agora uma dialética fatalmente despojada do suposto motor da luta de classes, que ainda de alguma forma transforma a monstruosidade do comunismo nu e cru no paraíso do "estágio superior" do comunismo.

---

10 Na verdade, não é por acaso que os historiadores marxistas, de Engels a Ernst Bloch, foram grandes admiradores desses regimes e movimentos, primeiro, por causa de seu comunismo, e segundo, porque eles eram certamente "movimentos populares", borbulhando por debaixo das classes.

11 Tucker, *op. cit.*, nota 8, pp. 155-6.

10.3 Comunismo superior e a erradicação da divisão do trabalho

O Inferno do estágio primeiro, ou inferior, do comunismo foi vividamente expresso por Marx. O que dizer do Céu do estágio superior, do “humanismo positivo” do comunismo final? Infelizmente, as características do céu são vagas e obscuras, talvez muito insubstanciais, ah! quem dera Marx tivesse publicado seus Manuscritos, para superar os horrores muito palpáveis do comunismo nu e cru. A chave é que o homem está supostamente livre da necessidade de trabalho.

A eliminação da propriedade privada o liberta da ganância, sucedendo à culminação orgiástica da ganância alcançada durante o comunismo nu e cru. Em particular, o homem é libertado da divisão do trabalho, da especialização, que o impede de desenvolver "todas" as suas faculdades por puro prazer, e o "força" a trabalhar para os outros - seja no mercado, seja sob a poder despótico do feudalismo, ou despotismo oriental, ou sob a ditadura do proletariado na primeira fase do comunismo.

Sem a divisão do trabalho, e com o mal da troca de bens e serviços finalmente eliminado, o homem está agora livre da "alienação" de não consumir seu próprio produto. Essa alienação não é, como muitos marxistas parecem acreditar, o resultado da alegada extração pelos capitalistas do "excedente" produzido pelos trabalhadores.

Mais profundamente, essa alienação é produto da divisão do trabalho e da própria especialização. Eliminada essa divisão, o homem, na mística neo-hegeliana de Marx, retornará "a si mesmo", estará unido a "si mesmo", e a alienação será então encerrada.

Tudo isso só faz sentido se percebermos que, para Marx como para Hegel, o "homem" é um coletivo e não uma entidade orgânica individual. Para Hegel e para Marx, a história do "homem" é a história, os altos e baixos, do que equivale a um único organismo coletivo.

Se, para Marx, existe uma divisão do trabalho, especialização e troca, isso significa que o 'homem' está tragicamente dividido dentro de 'si mesmo', de modo que o processo de atingir o estágio superior do comunismo, o fim da história humana da mesma forma que o Reino de Deus na terra foi um fim, é um processo pelo qual o homem não está mais alienado de seu “self” coletivo e atinge a unidade consigo mesmo.

Ao mesmo tempo, "ele" também alcança a unidade com a "natureza", pois no sistema marxista a única "natureza" é aquela que foi criada por séculos de trabalho e atividade do homem.

Assim, como Robert Tucker aponta, a famosa declaração de Friedrich Engels sobre o comunismo foi amplamente mal interpretada, não menos por marxistas não familiarizados com a natureza filosófica de seu próprio sistema. Friedrich Engels (1820-95) escreveu, em seu *Anti-Dühring*:

> A esfera inteira das condições de vida que circundam o homem, e que até agora governaram o homem, agora está sob o domínio e controle do homem, que pela primeira vez se torna o senhor real e consciente da Natureza, porque agora se tornou senhor da sua própria organização social [...]
>
> A própria organização social do homem, até então confrontando-o como uma necessidade imposta pela Natureza e pela história, agora se torna o resultado de sua própria ação livre. As forças objetivas estranhas que até agora governaram a história passam a estar sob o controle do próprio homem. [...]
>
> É a ascensão do homem do reino da necessidade ao reino da liberdade.[12]

---

12 *Anti-Dühring* tornou-se o nome comum para a *Revolução na Ciência de Herr Eugen Dühring*, de Engels, que saiu em 1878, cinco anos antes da morte de Marx. Três capítulos gerais, não focalizados em Dühring, foram publicados em francês em 1880, como *Socialismo: Utópico e Científico*, que se tornou secundário para o Manifesto Comunista como uma apresentação popular do marxismo no final do século XIX.
A tradução para o inglês, autorizada por Engels, foi publicada em 1892 e, portanto, Engels deve ser responsabilizado por uma locução desajeitada do verbo 'Environ'. Veja R.C. Tucker (ed.), *The Marx-Engels Reader* (2ª ed., New York: W.W. Norton, 1972), pp. 715-6

Como Tucker aponta, para o leitor não familiarizado com a filosofia marxista, esta passagem pode muito bem ser interpretada como se referindo ao domínio do homem sobre a natureza por meio da tecnologia. Contudo:

> na verdade, refere-se ao domínio da tecnologia como a própria natureza do homem fora de si mesmo. O reino da necessidade é o mundo alienado da história, o reino da escravidão ao objeto.
>
> As "forças objetivas estranhas" sobre as quais o homem deve se tornar senhor no reino da liberdade são entendidas como as forças externalizadas dos selfs da espécie. A natureza à qual o homem não mais será subserviente é a sua própria natureza.[13]

Em suma, como em muitos outros lugares de Marx, uma passagem que, pelo menos superficialmente, parece conter pelo menos um módico de sentido - embora falaciosa - acaba por ser, em um estudo mais profundo, apenas uma parte do mumbo-jumbo da teoria filosófica neo-hegeliana de Marx.

Particularmente importante para Marx é que o comunismo acaba com a divisão do trabalho. Por estar livre da especialização, da divisão do trabalho e do trabalho para os outros (incluindo os consumidores), o homem como trabalhador está livre de todos os limites. Assim, liberado,

> o homem produz a fim de realizar sua natureza como um ser com múltiplas capacidades criativas que requerem uma saída livre em uma 'totalidade das atividades vitais humanas'.[14]

Ou, como Engels colocou em seu *Anti-Dühring*, o desaparecimento da divisão do trabalho significará que o trabalho produtivo dará "a cada indivíduo a oportunidade de desenvolver todas

---

13 Tucker, *op. cit.*, note 8, pp. 196-7.

14 *Ibid*., p. 198.

as suas faculdades, físicas e mentais, em todas as direções e exercê-las ao máximo".

A ideia de todos desenvolverem todas as suas faculdades "em todas as direções" é estonteante e evoca a imagem absurda de um mundo de diletantes autistas, cada um desatento da demanda social por seus serviços ou produtos, e cada um brincando caprichosa e esporadicamente em cada atividade.

Essa imagem é confirmada pela passagem mais famosa de Marx que descreve o sistema comunista na Parte I de seu "A Ideologia Alemã", um ensaio não publicado escrito em 1845-46. Lá, ele escreve que o comunismo "corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos em indivíduos completos e à rejeição de todas as limitações naturais". Como 'todas as limitações naturais' são eliminadas? - uma tarefa difícil, de fato. Deixe Marx explicar. Assim que a divisão:

> do trabalho surge, cada homem tem uma esfera de atividade particular e exclusiva, que lhe é imposta [...]
>
> Ele é um caçador, um pescador, um pastor ou um relevante crítico, e deve permanecer assim se não quiser perder seus meios de subsistência; enquanto na sociedade comunista, onde ninguém tem uma esfera exclusiva de atividade, mas cada um pode se realizar em qualquer ramo que desejar, a sociedade regula a produção geral e assim me permite fazer uma coisa hoje e outra amanhã, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar gado à noite, criticar depois do jantar, de acordo com a minha vontade, sem nunca me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico.[15]

---

15 Tucker, *op. cit.*, nota 12, p. 160. Da mesma forma, em seu *Anti-Dühring*, Engels desprezou o tipo de "socialismo prussiano" que preservaria a divisão do trabalho como "inevitável na natureza das coisas". Em contraste, Engels proclamou que no futuro comunismo,

> Com o tempo, não haverá mais porteiros ou arquitetos profissionais, e que o homem que por meia hora dá instruções como arquiteto também empurrará um carrinho de mão por um período, até que sua atividade como arquiteto

Um dos comentários mais adequados sobre essa passagem é o *moto* espirituoso de Alexander Gray:

> Um curto fim de semana em uma fazenda poderia ter convencido Marx de que o próprio gado pode ter alguma objeção em ser criado dessa maneira casual, à noite.

Mais amplamente, Gray observa

> que cada indivíduo deve ter a oportunidade de desenvolver todas as suas faculdades, físicas e mentais, em todas as direções, é um sonho que alegrará a visão apenas dos simplórios, alheios às restrições impostas pelos limites estreitos da vida humana.

E Gray aponta:

> Pois a vida é uma série de atos de escolha, e cada escolha é ao mesmo tempo uma renúncia[...].

A necessidade de escolha, Gray nos lembra perceptivelmente,

---

seja mais uma vez exigida.

Ibidem, p. 718. Com esse espírito, a China maoísta, durante a Revolução Cultural, substituiu aleatoriamente cirurgiões e zeladores uns pelos outros nos hospitais. Finalmente, em seu *Woman and Socialism* (1883), o fiel marxista alemão e organizador da classe trabalhadora, August Bebel (1840-1913), parafraseou a passagem de Marx para o papel das mulheres no comunismo:

> Em um momento, ela é trabalhadora em alguma indústria, na próxima hora será educadora, professora e enfermeira: na terceira parte do dia ela exercita alguma arte ou cultiva uma ciência; e na quarta parte ela cumpre alguma função administrativa.

Citado em Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (Indianapolis: Liberty Classics, 1981), p. 168n.

existirá mesmo sob o comunismo:

> Até mesmo o habitante do futuro país das fadas de Engels terá que decidir mais cedo ou mais tarde se deseja ser arcebispo de Canterbury ou Primeiro Lorde do Mar, se deveria procurar se destacar como violinista ou como pugilista, se deveria escolher saber tudo sobre literatura chinesa ou sobre as páginas ocultas da vida da cavala.[16]

A abolição da divisão do trabalho significou também que todas as diferenças – e, portanto, a "oposição" – entre a cidade e o campo, tiveram de ser eliminadas, com a indústria de alguma forma igualmente difundida por todo o país (o mundo?).

Como resultado, todas as grandes cidades teriam que ser destruídas. Como disse Engels em *Anti-Dühring*:

> "é verdade que nas grandes cidades a civilização nos legou uma herança da qual será preciso muito tempo e trabalho para nos livrarmos. Mas deve e será eliminada, por mais demorado que seja."[17]

Não é surpreendente que as autoridades soviéticas não tivessem uma visão muito favorável do comunismo marxista. As devoções marxistas podem chegar só até certo ponto. Assim, o jornal teórico Kommunist do Partido Comunista Soviético referiu-se favoravelmente ao trabalho não publicado de um economista soviético, V.M. Kriukov, que escreveu isso:

> Uma pessoa não inteligente e filisteia pode formar sua própria imagem do comunismo aproximadamente da seguinte maneira: você se levanta de manhã e se pergunta: onde devo ir trabalhar hoje - devo ser o engenheiro-chefe da fábrica ou chefiar a

---

16 Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (London: Longmans, Green, 1946), p. 328.

17 Tucker, *op. cit.*, note 12, p. 723.

> brigada de pesca? Ou devo correr a Moscou e fazer uma reunião urgente do presidium da Academia de Ciências?

O Kommunist acrescenta o aviso: “Não será assim”. Sem dúvida, e com bastante sensatez. Mas é claro que as autoridades soviéticas não reconheceram o fato de que, ao repudiar essa noção "não inteligente", estavam renunciando à chave de todo o sistema marxista, o ponto e o objetivo de toda a luta.[18]

Mais importante ainda, as autoridades soviéticas alijaram o objetivo básico do marxismo ao abandonar a ideia de que o comunismo eliminará a divisão do trabalho. A revisão começou com a última obra de Stalin em 1952, pouco antes de sua morte, e se intensificou depois disso. Evitando e às vezes falsificando os escritos dos Fundadores, os revisionistas soviéticos eram relativamente sólidos em realismo e economia, mas fracos na herança marxista.

Às vezes, os especialistas soviéticos afirmavam os fatos de maneira simples e precisa:

> ‘Um homem não pode fazer literalmente tudo’; ‘No sistema das relações de produção comunistas, a divisão e a especialização do trabalho permanecerão essenciais’; ‘É absolutamente óbvio que a sociedade comunista seria impensável sem uma divisão do trabalho em constante desenvolvimento e intensificação’.

Substitua "comunista" pela palavra "moderna" ou pela palavra "industrial" e os economistas soviéticos acertaram precisamente. Mas em que sentido esse "comunismo" ainda é comunismo?[19]

Além disso, seis anos antes do *Anti-Dühring*, Engels traiu toda a visão marxista no decorrer de uma amarga polêmica contra os anarquistas. Ao defender a ideia de autoritarismo sob o comunismo,

---

18 Tucker, *op. cit.*, note 8, p. 197n

19 Sobre o debate dentro da União Soviética sobre esta questão, veja Herman Akhminov, “The Prospects for the Division of Labor”, *Bulletin of the Institute for the Study of the USSR* (July 1964), pp. 3-18.

Engels lembrou aos anarquistas antiautoritários que se autoconstituíram de que

> uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que existe; é o ato pelo qual uma parte da população impõe sua vontade à outra, por meio de rifles, baionetas e meios cano-autoritários ... .

Mas o mais importante é que Engels zombou da ideia de que não haverá autoritarismo e, portanto, nenhuma divisão de trabalho em uma fábrica comunista. Engels destacou que a produção fabril exige ambos, e também exige que os trabalhadores se subordinem às necessidades tecnológicas. Assim:

> manter as máquinas funcionando requer um engenheiro para cuidar da máquina a vapor, mecânicos para fazer os reparos atuais e muitos outros trabalhadores cujo negócio é transferir os produtos [...].

Além disso, ele apontou, a tecnologia e as forças da natureza submetem o homem "a um verdadeiro despotismo independente de toda organização social".

Advertiu Engels:

> Querer abolir a autoridade na grande indústria é equivalente a querer abolir a própria indústria, a destruir o tear mecânico para voltar à roda de fiar.[20]

Palavras refrescantemente sóbrias, mas, sem dúvida, totalmente alheias ao espírito do marxismo, certamente alheias a tudo o que Marx disse ou escreveu sobre o assunto, assim como o são a maioria dos outros escritos de Engels.

Para Marx, todo trabalho no futuro comunismo não é econômico, mas artístico, a criatividade livre e espontânea supostamente típica do

---

20 Friedrich Engels, “On Authority”, escrito em 1872 e publicado pela primeira vez em uma coleção italiana em 1874. Tucker, *op. cit.*, nota 12, p. 731.

artista. Para Marx, em seu magnum opus econômico, Capital, o homem comunista se transformou de um homem alienado em um homem estético que vê tudo em termos artísticos.

Assim, na fábrica, a produção industrial sob o comunismo não terá direção autoritária, mas sim a unidade será alcançada como com músicos em uma orquestra sinfônica.

Engels, entretanto, era um caso interessante. Um pouco mais economista do que Marx, e o homem que apresentou seu amigo e parceiro à economia clássica britânica, Engels foi capaz de alternar as fantasias utópicas mais loucas do comunismo com uma percepção repentina e perceptiva de suas dificuldades econômicas.

Assim, mesmo no *Anti-Dühring*, Engels admite que à medida que o capitalismo avança rápida e inexoravelmente para o seu colapso:

> a tarefa da ciência econômica é [...] descobrir em meio às mudanças da transição econômica os elementos da futura nova organização de produção e troca que irá remover o mau funcionamento anterior (da economia capitalista).

Nunca foi uma tarefa, no entanto, a que Engels ou Marx se dariam ao trabalho de assumir.

Além disso, em "Os Princípios do Comunismo", um ensaio escrito no final de 1847 que se tornou o primeiro rascunho do Manifesto Comunista, Engels expôs um dos pressupostos cruciais, geralmente implícitos, da sociedade comunista - que a superabundância terá eliminado o problema de escassez:

> A propriedade privada só pode ser abolida quando a economia é capaz de produzir o volume de bens necessários para satisfazer as necessidades de todos [...] A nova taxa de crescimento industrial produzirá bens suficientes para satisfazer todas as demandas da sociedade [...] A sociedade alcançará uma produção total suficiente para as necessidades de todos os membros.

Esta produção superabundante de alguma forma terá sido alcançada por um progresso tecnológico maravilhoso que eliminaria a necessidade de qualquer divisão do trabalho.

Engels, no entanto, em meio a essa ousada suposição, sentiu-se compelido a hesitar e a admitir que esse milênio comunista não poderia ser alcançado "imediatamente" ou "de um só golpe". Pois

> não seria possível expandir imediatamente as forças de produção existentes a tal ponto que bens suficientes pudessem ser feitos para satisfazer todas as necessidades da comunidade.

Durante o período de transição, pelo menos, diz Engels,

> a indústria terá que ser administrada pela sociedade como um todo para o benefício de todos. Deve ser operada por todos os membros da sociedade de acordo com um plano comum [...]
>
> A propriedade privada também terá de ser abolida e substituída pela partilha de todos os produtos de acordo com um plano acordado.[21]

Qualquer um que acredite na teoria do valor-trabalho e que tentasse estabelecer um esquema de cálculo econômico sob o socialismo provavelmente se agarraria à ideia de fixar preços e pagar salários de acordo com o tempo de trabalho despendido na produção.

A questão das notas de tempo de trabalho era justamente o plano proposto por Robert Owen, pelo individualista-anarquista ricardiano Josiah Warren e pelo socialista ricardiano alemão Johann Karl Rodbertus (1805-75).

---

21 Tradução para o inglês de William O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels* (Londres: Frank Cass, 1976) I, pp. 369-76. Citado em T.W. Hutchison, *The Politics and Philosophy of Economics: Marxians, Keynesians and Austrians* (Oxford: Basil Blackwell, 1981), pp. 9-12,14.

Uma das percepções econômicas mais penetrantes de Friedrich Engels veio no decurso da demolição do socialismo utópico de Rodbertus, uma figura amada na Alemanha na época.[22]

Engels denunciou a doutrina Rodbertus em um prefácio à primeira edição alemã de *A Miséria da Filosofia* de Marx, um ano após a morte de Marx (1884). Aqui, Engels teve o atrevimento de condenar o dinheiro do trabalho de Rodbertus como "infantilmente ingênuo" e de continuar a desprezar Rodbertus por negligenciar a lei econômica e o processo de mercado competitivo:

> Desejar, em uma sociedade de produtores que trocam suas mercadorias, estabelecer a determinação do valor pelo tempo de trabalho, proibindo a competição para estabelecer essa determinação do valor através da pressão sobre os preços da única maneira pela qual ela pode ser estabelecida, é, portanto, apenas provar que [...] alguém adotou o desdém utópico usual das leis econômicas.

Engels prossegue afirmando que a competição, ao "pôr em operação as leis do valor da produção mercantil em uma sociedade de produtores que trocam suas mercadorias", cria a única organização possível da produção social "nessas circunstâncias".

---

22 Sobre os socialistas ricardianos e a teoria dos ciclos econômicos de Rodbertus, consulte o Capítulo 13 abaixo. Rodbertus foi um político prussiano rico e independente e funcionário público que viveu a maior parte de sua vida como um escudeiro rural prussiano erudito e ocioso. (Ele comprou um título perto da cidade de Jagetzow, na Prússia Oriental, e prontamente se renomeou como Rodbertus von Jagetzow.)

Sua ideia básica era que o trabalho é limitado pela lei de ferro ou de bronze dos salários (assim chamada por Lassalle, como veremos abaixo), mas essa justiça pode ser imposta pelo socialismo dirigido pelo estado, um organismo vivo literalmente divino e autocriativo, melhor liderado pelo rei (em suma, um socialismo monárquico). Rodbertus severamente advertiu, no entanto, que as pessoas ainda não são morais o suficiente para tal socialismo - e não o seriam por mais quinhentos anos. Veja Gray, *op. cit.*, nota 16, pp. 343-51.

Engels continua a se envolver em uma crítica desdenhosa e perspicaz das tentativas socialistas de cálculo (no mínimo da variedade Rodbertus):

> Somente por meio da subvalorização e supervalorização dos produtos é que é forçosamente descoberto pelos produtores individuais de mercadorias quais coisas e quais quantidades delas a sociedade exige ou não. Mas é justamente esse único regulador que essa utopia, que Rodbertus também compartilha, aboliria.
>
> E se tivermos que perguntar que garantia temos de que a quantidade necessária e não mais de cada produto será produzida, de que não passaremos fome em relação ao milho e à carne, enquanto estamos sufocados com açúcar de beterraba e afogados em aguardente de batata, que não nos faltarão calças para cobrir nossa nudez enquanto os botões das calças nos inundam aos milhões – Rodbertus triunfantemente nos mostrará seu famoso cálculo, segundo o qual o certificado correto foi entregue para cada libra supérflua de açúcar, para cada barril de álcool não vendido, para cada botão de calça inutilizável, um cálculo que 'funciona' exatamente, e de acordo com que 'todas as reivindicações serão satisfeitas e a liquidação corretamente efetuada'.[23]

Engels acrescenta que

> se agora a concorrência deve ser proibida de tornar ciente os produtores individuais, pela alta ou queda dos preços, de como

---

23 Hutchison, *op. cit.*, nota 21, p. 15. Hutchison observa que "o alerta de Engels sobre os desequilíbrios no fornecimento de calças e botões de calças adquiriu recentemente uma relevância embaraçosa" na Rússia Soviética. Em 1980, o *Pravda* (Moscovo) queixou-se de que, no que diz respeito à prioridade de abastecimento, 'na indústria do vestuário as calças estão na lista das' mais importantes ', mas os fechos de correr não'. *Ibidem*, p. 20n.

> está o mercado mundial, então seus olhos estarão completamente cegos.

O comentário do professor Hutchison sobre este desempenho de Engels é muito proposital:

> Mises e Hayek dificilmente poderiam ter enfatizado o ponto de vista com mais vigor.
>
> O que é mais extraordinário é a combinação de uma visão crítica penetrante a respeito da função vital do mecanismo de preço competitivo aplicado às noções utópicas de Rodbertus, juntamente com a complacência totalmente acrítica e cega em relação às suas próprias suposições utópicas de Marx (como ele próprio as havia demonstrado anteriormente em seu "Princípios do Comunismo" com tais vacuidades irresponsáveis como "a exploração conjunta e planejada das forças de produção pela sociedade como um todo") [...].
>
> As hordas de funcionários prussianos infalíveis e ‘o Socialismo do Estado prussiano’ que seriam inevitavelmente necessárias para um plano de tipo (e, é claro, que de fato tiveram que ser alocadas), as quais são o motivo pelo que Engels castiga Rodbertus, seriam muitas vezes maiores para o próprio "planejamento" utópico de Engels e Marx.[24]

Mas essas poucas percepções da parte de Engels se enquadram na categoria do que ele mesmo chamou de "uivadores". À parte deles, o comunismo final era ingenuamente alcançar a transcendência do trabalho e da divisão do trabalho. Mas isso não é tudo.

Junto com a transcendência e negação da propriedade privada virá a negação de virtualmente todos os aspectos da civilização moderna,

---

24 *Ibid.*, pp. 15-16

que Marx também considerou "modos subsidiários de produção" alienando o homem de sua suposta verdadeira natureza.

Assim:

> A religião, a família, o estado, a lei, a moralidade, a ciência, a arte, etc., são apenas modos de produção **particulares** e se enquadram em sua lei geral.
>
> A transcendência positiva da **propriedade privada**, como apropriação do viver **humano**, é, portanto, a transcendência positiva de toda alienação e, portanto, o retorno do homem da religião, da família, do Estado, etc., à sua existência **humana**, ou seja, social. (As ênfases são de Marx)[25]

Mas se todas essas instituições queridas devem ser rudemente despojadas do homem, o que resta a essa pobre criatura “liberta”? Pois não se engane, essas criaturas pós-marxistas seriam privadas de todas as inter-relações humanas que constituem uma sociedade.

Esses indivíduos “completos” seriam privados de lei, família, costume, religião e, é claro, de toda troca de bens e serviços, i.e., eles seriam criaturas completas, hermeticamente fechadas, cada uma isolada de todas as outras.

Ironicamente, então, os esquerdistas que habitualmente, embora falsamente, denunciam os pensadores individualistas por defenderem um mundo de indivíduos isolados "atomísticos" e hermeticamente fechados, eles próprios cultuam um teórico cuja visão do futuro ideal é precisamente de um mundo tão monstruoso.

Ao mesmo tempo, é claro, cada um terá o consolo de saber que todos são partículas triviais em um poderoso organismo coletivo agora unido a 'si mesmo' - e que qualquer imprecisão ou inconsistência nesta

---

25 'Private Property and Communism', in Tucker, *op. cit.*, nota 12, p. 85.

imagem será resolvida pela feitiçaria da 'dialética', em que todas as contradições transcendem suas negações em uma unidade superior.[26]

O que será supostamente deixado para o homem sob o comunismo é uma forma nova e bizarra de arte ou estética. O homem será despojado de riquezas e posses, mas será muito "mais rico" em outro sentido: inalienado e realizado em todas as direções, ele se aproximará de suas próprias criações ricas na apreciação da beleza.

Ele será, nas palavras de Marx em "Propriedade Privada e Comunismo", um "homem rico profundamente dotado de todos os sentidos", ele perceberá sua tendência natural de organizar todas as coisas "de acordo com as leis da beleza".

Até o comunismo, a apreciação do homem pela beleza havia sido maculada pela ganância e pela posse. Mas, para Marx, *ter*, possuir, implica a 'simples alienação de todos os sentidos [físicos e espirituais] humanos [...]'.

O professor Tucker, que muito fez para explicar a visão de Marx do comunismo, conclui que

> a atividade econômica se transformará em atividade artística [...] e o próprio planeta se tornará a obra de arte do novo homem. O mundo alienado dará lugar ao mundo estético.

Mas, se o comunismo final abandona e elimina todo sentido de ter, de propriedade, a fim de liberar o homem para a criação e contemplação puramente estéticas, então o próprio comunismo deve ser

---

26 Como Tucker coloca,

> A humanidade socializada não é apenas uma sem classes, mas também uma coletividade sem estado, sem lei, sem família, sem religião e geralmente menos estruturada de indivíduos completos que vivem em harmonia com eles próprios, uns com os outros e com a natureza antropológica externa a eles . Nem é preciso apontar que esta sociedade sem estrutura social não é uma ordem social em qualquer sentido significativo desse termo. Falando no estilo do jovem Marx, é uma "não-sociedade".

Tucker, op cit., Nota 8, p. 201.

transcendido, já que mesmo o comunismo implica alguma forma de ter ou possuir.

Como Tucker aponta,

> Consequentemente, a condição final do homem estará além de toda donidade, além do princípio da propriedade e, neste sentido, **além do comunismo**.[27]

Assim, Marx termina sua discussão mais completa sobre o comunismo (em Propriedade Privada e Comunismo') com essas frases ligeiramente premonitórias:

> O comunismo é o posicionamento como negação da negação e, portanto, a fase **real** necessária para o próximo estágio do desenvolvimento histórico no processo de emancipação e recuperação humana.

> **Comunismo** é o padrão necessário e o princípio dinâmico do futuro imediato, mas o comunismo como tal não é o objetivo do desenvolvimento humano – a estrutura da sociedade humana.[28]

Então, qual é o estágio final *mesmo além* do comunismo, o *Aufhebung* último-final, a grande transcendência, a negação final? É um mundo além de toda propriedade e de toda posse, um mundo totalmente liberado para o florescimento espontâneo de todas as faculdades em todas as direções e para a apreciação imaculada e totalmente sensata da beleza pura.

Podemos ser perdoados por concluir que, intencionalmente ou involuntariamente - e com Marx é difícil saber qual - o estágio último-final é o estágio do cemitério para a raça humana. Depois da turbulência e agitação de todos os *Aufhebungs* virá a 'paz' de um cemitério universal.

---

27 *Ibid*., pp. 158-61.
28 Tucker, *op. cit.*, nota 12, p. 93.

Pois, sem posse, sem uso de recursos, isso significará fome rápida e universal. Privada de todo trabalho para fins produtivos e de todas as posses, a humanidade terá pouquíssimo tempo sobrando para a apreciação da beleza pura.

Quer tenham visto ou não todo o horror do último "humanismo positivo" de Marx, não há dúvida de que os soviéticos sempre se inquietaram com a ideia desse abismo. O editor soviético de uma tradução russa dos manuscritos de Marx, publicada em 1956, ao analisar a passagem acima, afirma que por "comunismo como tal" Marx queria dizer comunismo nu e cru do estágio inicial.

Mas isso é quase uma má interpretação intencional das palavras finais de Marx para o além do estágio final. Os soviéticos tiveram problemas o suficiente com o 'definhamento do Estado' no estágio mais elevado do comunismo, o que para eles significava no máximo uma mudança da propriedade oficial do Estado de todos os recursos para a propriedade de organizações 'sociais' ou 'administrativas', oficialmente proclamadas como não estados.[29]

A razão pela qual Marx suprimiu a publicação deste ensaio em sua vida parece semelhante ao sepultamento soviético de seu suposto objetivo último-final. Dizer que mesmo o público marxista "ainda não está pronto para isso" é um rico eufemismo; confia-se que eles nunca estarão.

Na prática socialista, é claro, embora os países comunistas nunca tenham chegado ao "estágio mais alto", parecia haver pouca evidência de uma apreciação notável da beleza ou de grande criatividade espontânea ou artística.

---

29 A versão soviética do comunismo final dificilmente diferia do primeiro estágio, da própria vida soviética. Todas as características centrais, messiânicas ou bizarras, novas e perturbadoras do comunismo são minimizadas ou enterradas.

Assim, para os soviéticos, o comunismo superior ou verdadeiro *não* era o fim da história, mas apenas uma sociedade que "mudará e se aprimorará continuamente". A abundância comunista não será, enfaticamente, de terras fabulosas que manam leite e mel". Haverá simplesmente 'avanço rápido e contínuo' da 'ciência e tecnologia socialistas'. *Fundamentals of Marxism - Leninism*, *op. cit.*, nota 6, pp. 698-9 e pp. 698-717.

Talvez até mesmo a privação física relativa, em vez da fome rápida e absoluta de "além do comunismo" dos regimes socialistas do século XX, tenha sido responsável pelo aspecto cinzento e sombrio universalmente reconhecido que permeou esses países.

Mas é claro que todos esses problemas estão nitidamente enterrados pela premissa difusa, mas implícita, subjacente a todas as discussões de Marx sobre o comunismo: a suposição não sustentada e inquestionável de que, durante todas essas mudanças, a produção permanece felizmente abundante, senão superabundante. Portanto, o problema econômico é simples e silenciosamente eliminado.

Alguns podem protestar que, em nossa discussão sobre o comunismo, não mencionamos a característica que geralmente é considerada a marca registrada desse sistema, seu slogan:

> A cada um de acordo com sua capacidade, a cada qual de acordo com suas necessidades.

Essa frase parece contradizer nossa visão de que a essência da sociedade comunista é uma religião secularizada ao invés de econômica.

O *locus classicus*, no entanto, da proclamação de Marx desse conhecido slogan do socialismo francês, estava no curso de sua mordaz *Crítica do Programa de Gotha* em 1875, na qual Marx denunciou os desviados lassalianos que estavam formando o novo Partido Social-Democrata Alemão.

E fica claro a partir do contexto de sua discussão que esse slogan é de menor e periférica importância para Marx. No ponto 3 de sua *Crítica*, Marx está denunciando a cláusula do programa que clama pela comunização da propriedade e 'distribuição equitativa dos rendimentos do trabalho'.

No decorrer de sua discussão, Marx afirma que a desigualdade de renda do trabalho é

> inevitável no primeiro estágio da sociedade comunista, [...] quando essa acaba de emergir após prolongadas dores de parto na sociedade capitalista. Os direitos nunca podem ser superiores à estrutura econômica da sociedade e ao desenvolvimento

cultural assim determinado.

Por outro lado, Marx continua:

> Em uma fase superior da sociedade comunista, depois que a subordinação escravizante dos indivíduos sob a divisão do trabalho, e com isso também a antítese entre o trabalho mental e físico, desapareceu; depois [...] as forças produtivas também aumentaram com o desenvolvimento integral do indivíduo, e todas as fontes de riqueza cooperativa fluem mais abundantemente – só então o estreito horizonte do direito burguês pode ser totalmente deixado para trás e a sociedade gravar em seus estandartes: A cada um de acordo com sua capacidade, a cada qual de acordo com suas necessidades![30]

---

30 Karl Marx, *Critique of the Gotha Programme* (Nova York: International Publishers, 1938), p. 10. A crítica foi publicada pela primeira vez por Engels em 1891, após a morte de Marx. Os lassalleanos eram seguidores do falecido Ferdinand Lasalle (1825-64), um fanfarrão e dândi extremamente popular na Alemanha, especialmente amado pela classe trabalhadora e proeminente organizador do proletariado.

Típicamente, Lassalle morreu cedo, de uma forma não proletária, mas aristocrática – em um duelo por uma dama. Um dos dois principais desvios de Lasalle do marxismo foi sua devoção ultra-malthusiana à teoria dos salários de subsistência de Malthus-Ricardo, determinada pelo crescimento populacional, que ele popularizou na forma mais rígida e supostamente chamou de "lei de ferro dos salários", forma na qual ganhou fama generalizada.

Na realidade, Lassalle a apelidou de 'lei de bronze dos salários' (no sentido de 'feito de latão'), e sua locução mais comum era 'a horrível lei de bronze dos salários' (*das eherne und grausame Gesetz*).

O outro e mais importante desvio de Lassalle foi seu apoio e adoração ao estado. Marx via o estado como um instrumento tirânico de exploração em massa que exigia uma revolução violenta para ser derrubado. Lassalle, à maneira hegeliana, por outro lado, adorava o estado como um guia e desenvolvedor da liberdade, como a fusão do homem em um todo espiritual e como um instrumento eterno para a regeneração moral.

Deveria ficar evidente a partir dessa passagem e de seu contexto que a sentença final de Marx, longe de ser o ponto e a culminação de sua discussão, foi declarada brevemente apenas para ser rejeitada.

O que Marx está dizendo é que a chave para o mundo comunista não é qualquer princípio de distribuição de bens, mas a erradicação da divisão do trabalho, o desenvolvimento integral das faculdades individuais e o fluxo resultante de superabundância.

Em tal mundo, o famoso slogan torna-se de importância apenas trivial.

Na verdade, Marx procede imediatamente após esta passagem para denunciar conversas entre os socialistas de 'direito igual' e 'distribuição equitativa' como 'tolice ideológica sobre' direito 'e outro lixo comum entre os democratas e socialistas franceses [...]'.

Ele então rapidamente acrescenta que

> em geral era incorreto fazer alarido sobre a chamada' distribuição 'e colocar a ênfase principal nisso.[31],[32]

A miséria e o horror absolutos do estágio final (e, a fortiori, do estágio além do último) do comunismo devem agora ser muito

---

O único problema com o estado, para Lassalle, era o fato de que ainda não era controlado pelos trabalhadores, mas isso poderia ser corrigido simplesmente promulgando o sufrágio universal, após o qual o estado seria governado por um partido dos trabalhadores e os trabalhadores então se *tornariam* o estado e tudo ficaria bem.

O estado prontamente transferiria o controle da produção para as associações de trabalhadores que, assim, contornariam a lei de bronze, apropriando-se dos lucros excedentes agora extraídos pelos capitalistas. Veja Gray, *op. cit.*, nota 16, pp. 332-43.

31 Na verdade, Marx prossegue com uma observação útil: que a distribuição sempre flui das "condições de produção" e não pode ser separada delas. Gostar-se-ia de pensar que isso não era apenas um argumento contra os 'socialistas vulgares', mas também uma bofetada implícita em J.S. Mill, que pensava que, embora a produção fosse limitada pela lei econômica, a "distribuição" poderia ser separada da produção e reformada pela ação do Estado

32 Veja a excelente discussão desse ponto em Tucker, *op. cit.*, nota 8, p. 200

aparentes. A erradicação da divisão do trabalho traria rapidamente fome e miséria econômica para todos.

A abolição de todas as estruturas de inter-relação humana traria enorme privação social e espiritual para todas as pessoas. E mesmo o alegado desenvolvimento intelectual e criativo "artístico" de todas as faculdades do homem em todas as direções seria totalmente prejudicado pela proibição de toda especialização. Como pode o verdadeiro desenvolvimento intelectual ou criação vir sem esforço concentrado?

Em suma, o terrível sofrimento econômico da humanidade sob o comunismo seria totalmente equiparado por sua privação intelectual e espiritual.

Considerando a natureza e as consequências do comunismo, chamar essa horrível distopia de ideal nobre e "humanista" pode, na melhor das hipóteses, ser considerado uma piada horrível, de gosto questionável.

A noção predominante, por exemplo, de que o comunismo marxista é um ideal glorioso para o homem e que teria sido pervertido pelo Engels posterior ou por Lênin ou Stalin, pode agora ser posta em perspectiva adequada. Nenhum dos horrores cometidos por Lenin, Stalin ou outros regimes marxista-leninistas podem se comparar à monstruosidade do "ideal" comunista de Marx.

Talvez a maior aproximação tenha sido o regime comunista de curta duração de Pol Pot no Camboja que, ao tentar abolir a divisão do trabalho, conseguiu impor a ilegalidade do dinheiro - de modo que, para suas pequenas rações, a população era totalmente dependente da mesquinha generosidade da *Cadre* comunista.

Além disso, eles tentaram eliminar as "contradições entre a cidade e o campo", seguindo o objetivo de Engels de destruir grandes cidades e despovoando coercivamente a capital, Phnom Penh, da noite para o dia. Em poucos anos, o grupo Pol Pot conseguiu exterminar um terço da população cambojana, talvez um recorde de genocídio.[33]

---

33 O povo soviético foi poupado do cataclismo total do comunismo quando Lenin, um mestre pragmático, recuou da tentativa soviética inicial (1918-21)

Visto que sob o comunismo ideal todos podiam e deveriam fazer tudo, é claro que, mesmo antes que a fome universal se estabelecesse, muito pouco poderia ser feito. Para o próprio Marx, todas as diferenças entre os indivíduos eram "contradições" a serem eliminadas sob o comunismo, de modo que presumivelmente a massa de indivíduos teria de ser uniforme e intercambiável.[34]

Enquanto Marx aparentemente postulou capacidades intelectuais normais mesmo sob o comunismo, para os marxistas posteriores parece que as dificuldades poderiam ser atenuadas pelo surgimento de seres sobre-humanos.

Para Karl Kautsky (1854-1938), o marxista alemão que assumiu o manto da cúpula do marxismo após a morte de Engels em 1895, sob o comunismo 'um novo tipo de homem surgirá [...] um super-homem [...] um homem exaltado'.

---

de abolir o dinheiro e saltar para o comunismo (mais tarde deliberadamente denominado erroneamente de "comunismo de guerra"), e voltou à economia amplamente capitalista da Nova Política Econômica.

Mao tentou promover o comunismo em duas ondas desastrosas: o Grande Salto Adiante, que tentou eliminar a propriedade privada e eliminar as "contradições" entre a cidade e o campo construindo uma siderúrgica em cada quintal; e a Grande Revolução Cultural Proletária, que tentou eliminar a "contradição" entre o trabalho intelectual e o manual, enviando uma geração inteira de estudantes para o trabalho forçado nos confins de Sinkiang.

Sobre o mito do 'comunismo de guerra', veja a discussão esclarecedora em Paul Craig Roberts, *Alienation and the Soviet Economy* (Alburquerque: University of New Mexico Press, 1971), pp.20-47.

34 Em uma nota hilária, durante o período da Nova Esquerda no final dos anos 1960, o *Liberated Guardian* interrompeu o jornal quase maoísta *The Guardian*, na cidade de Nova York, alegando que este funcionava da mesma forma que qualquer periódico “burguês”, com editores especializados, datilógrafos, leitores de cópia, pessoal de negócios, etc.

O *The Liberated Guardian* era dirigido por um “coletivo” no qual, afirmadamente, cada pessoa desempenhava todas as tarefas sem especialização. A mesma crítica, seguida da mesma solução, foi aplicada pelo caucus de mulheres que confiscou a propriedade do semanário da Nova Esquerda, *Rat*.

Ambos os periódicos, como era de se esperar, tiveram uma morte misericordiosamente rápida. Ver Murray N. Rothbard, *Freedom, Inequality, Primitivism, and the Division of Labor* (Menlo Park, Calif. Institute for Humane Studies, 1971), pp. 15n, 20.

Trotsky tornou-se ainda mais lírico:

> O homem se tornará incomparavelmente mais forte, mais sábio, mais refinado. Seu corpo mais harmonioso, seus movimentos mais rítmicos, sua voz mais musical. A média humana se elevará ao nível de um Aristóteles, de Goethe, de Marx. Acima dessas outras alturas, novos picos surgirão.

Se o além do estágio final do comunismo algum dia durar o suficiente para gerar uma nova super-raça, podemos seguramente deixar para os teóricos comunistas daquele dia futuro resolver o problema de saber se a 'contradição' de 'permitir' um super-Aristóteles elevar-se sobre um Aristóteles pode ser permitida existir.[35]

Tampouco os libertários devem ser enganados pelo objetivo marxista de "definhamento do Estado" sob o comunismo, ou, no uso da frase, emprestado do acalentado objetivo dos libertários franceses de livre mercado, Charles Comte e Charles Dunoyer: um mundo onde o 'governo das pessoas é substituído pela administração das coisas'.

Existem duas falhas principais nesta formulação do ponto de vista libertário do laissez-faire. Em primeiro lugar, é claro, como o anarco-comunista russo Mikhail Bakunin (1814-76) insistentemente apontou: é absurdo tentar alcançar a ausência de estado por meio da maximização absoluta do poder do Estado em uma ditadura totalitária do proletariado (ou, mais realisticamente, uma seleta vanguarda do dito proletariado).

O resultado só pode ser estatismo máximo e, portanto, escravidão máxima. Como talvez o primeiro dos teóricos da 'nova classe', e antecipando a lei de ferro da oligarquia de Michels e Mosca, Bakunin profeticamente advertiu que uma classe dominante minoritária mais uma vez, após a revolução marxista, governará a maioria:

> Mas os marxistas dizem que essa minoria será composta pelos trabalhadores. Sim, sem dúvida [...] de ex-trabalhadores, que, a partir do momento em que se tornam governantes ou

---

35 Ver von Mises, *op. cit.*, nota 15, p. 143. Veja também Rothbard, *op. cit.*, nota 34, pp. 8-15.

> representantes do povo, deixam de ser trabalhadores e passam a desprezar as massas trabalhadoras das alturas da autoridade do Estado, para que representem não o povo, mas a si próprios e sua própria reivindicação de governar sobre os outros. Quem pode duvidar disso nada sabe da natureza humana [...]
>
> Os termos 'socialista científico' e 'socialismo científico', que encontramos incessantemente nas obras e discursos dos [...] marxistas, são suficientes para provar que os chamados estados populares não passarão de um despotismo sobre as massas, exercido por uma nova e bem pequena aristocracia de 'cientistas' reais ou fictícios .[...]
>
> Eles [os marxistas] afirmam que apenas a ditadura, a deles, é claro, pode trazer ao povo a liberdade; respondemos que uma ditadura não pode ter outro objetivo senão perpetuar-se e que só pode engendrar e fomentar a escravidão nas pessoas a ela submetidas. A liberdade só pode ser criada pela liberdade [...] [36]

Na verdade, apenas um crente na necromancia absurda da 'dialética' poderia acreditar ser de outra forma, isto é, poderia acreditar que um estado totalitário pode inevitavelmente, virtualmente e instantaneamente ser transformado em seu oposto, e que, portanto, a maneira de se livrar do estado é trabalhar o mais duro possível para maximizar seu poder.

Mas o problema da dialética não é o único, na verdade nem mesmo o principal, problema do comunismo marxista. Pois o marxismo compartilha com os anarquistas um grave problema do estágio superior

---

36 Bakunin, *Statehood and Anarchy*: citado em Leszek Kolakowski, *Main Currents of Marxism: Its Origins, Growth and Dissolution* (Nova York: Oxford University Press, 1981), I, pp. 251-2. Ver também Abram L. Harris, *Economics and Social Reform* (Nova York: Harper & Bros, 1958), pp. 149-50.

do comunismo puro, supondo por um momento que ele pudesse ser alcançado.

O ponto crucial é que, tanto para anarquistas quanto para marxistas, o comunismo ideal é um mundo sem propriedade privada, e que todas as propriedades e recursos sejam tidos e controlados em comum.

De fato, a principal reclamação dos anarco-comunistas contra o estado é que ele é supostamente o principal aplicador e fiador da propriedade privada e, portanto, para abolir a propriedade privada, o estado também deve ser erradicado.

A verdade, é claro, é exatamente o oposto: o Estado, ao longo da história, foi o principal espoliador e saqueador da propriedade privada. Com a propriedade privada misteriosamente abolida, então, a eliminação do estado sob o comunismo (tanto do tipo marxista quanto anarquista) seria necessariamente uma mera camuflagem para um novo estado que emergiria para controlar e tomar decisões sobre os recursos de propriedade comunal.

Exceto que o estado não seria chamado assim, mas sim renomeado algo como um "*bureau* de estatísticas do povo", como já foi feito na Líbia de Kadhafi, e armado precisamente com os mesmos poderes do estado.

Será um pequeno consolo para as futuras vítimas, encarceradas ou fuziladas por cometerem "atos capitalistas entre adultos consentidores" (para citar uma frase popularizada por Robert Nozick), que seus opressores não sejam mais o Estado, mas apenas um *bureau* de estatísticas do povo. O estado com qualquer outro nome terá o mesmo cheiro acre.

Além disso, será inevitável, sob a lei de ferro da oligarquia, que as 'decisões comunais mundiais' irão *ter* de ser tomadas por uma elite especializada, de modo que a classe dominante inevitavelmente reaparecerá, sob o comunismo Bakuninista, bem como em qualquer outra forma de comunismo.[37]

---

37 Sobre a autopropriedade e a impossibilidade de propriedade comunal, ver Murray N. Rothbard, *The Ethics of Liberty* (2ª ed., Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1983), pp. 45-50

E, como indicamos, no estágio "além do comunismo", o estágio de não propriedade universal e, portanto, de nenhuma ação e nenhum uso de recursos, a morte para toda a raça humana ocorreria rapidamente.

Marx e seus seguidores nunca demonstraram qualquer consciência da importância vital do problema da alocação de recursos escassos. Sua visão do comunismo é que todos esses problemas econômicos são triviais, não exigindo nem empreendedorismo, nem um sistema de preços, nem um cálculo econômico genuíno - que todos os problemas poderiam ser rapidamente resolvidos por mera contabilidade ou registro.

O clássico absurdo nesta matéria foi estabelecido por Lenin, que expressou com precisão a opinião de Marx ao declarar que as funções do empreendedorismo e da alocação de recursos foram "simplificadas pelo capitalismo ao máximo" para meras questões de contabilidade e para "as extraordinariamente simples operações de assistir, registrar e emitir recibos, ao alcance de qualquer pessoa que saiba ler e escrever e conheça as primeiras quatro regras da aritmética".

Ludwig von Mises comenta irônica e justamente que os marxistas e outros socialistas não tiveram "maior percepção dos fundamentos da vida econômica do que o menino de recados, cuja única ideia do trabalho do empresário é que ele cobre pedaços de papel com letras e números"[38]

Talvez seja muito apropriado que agora descubramos que a ideia do comunismo como um simples problema de contabilidade e registro foi talvez originada pelo sonhador apocalíptico francês e inspirador de Marx, Theodore Dezamy.[39]

10.4 Chegando ao Comunismo

Karl Marx tinha um problema crucial. Ele não estava interessado, como estavam os desprezados socialistas "utópicos", em apenas exortar

---

38 Os itálicos são de Lenin. V.I. Lenin, *State and Revolution* (Nova York: International Publishers, 1932), pp. 83-4; von Mises, *op. cit.*, nota 15, p. 189. Ver também Harris, *op. cit.*, nota 36, pp.152-3n.

39 Veja a biografia padrão de Marx por David McLellan, *Karl Marx: His Life and Thought* (New York: Harper & Row, 1973), p. 118.

todos a adotarem o caminho comunista para uma sociedade perfeita. Ele não se propôs a deixar a conquista do comunismo ao livre arbítrio imperfeito da humanidade.

Ele exigia um certo caminho "inevitável", uma "lei da história" que demonstrasse a absoluta inevitabilidade da história alcançar sua glória final em uma sociedade comunista. Mas aqui ele estava em desvantagem em relação às várias alas cristãs do comunismo messiânico: pois, ao contrário deles, não havia aqui nenhum Messias inevitável para chegar e inaugurar um Reino de Deus na terra.

Como no caso dos pós-mils, entretanto, cabia à humanidade, e não ao Messias, estabelecer o Reino. Mesmo sem um Messias, uma vanguarda vigilante e crescente poderia estabelecer o Reino; e a vanguarda poderia até ajudar em várias versões pré-mils do milenarismo. Portanto, essa liderança por uma vanguarda dedicada estava muito na tradição messiânica.

Como o professor Tucker aponta, Marx não carecia de uma teoria moral. Ele era definitivamente um moralista, mas de um tipo muito curioso. Em sua 'visão mítica', o 'bom', o 'moral', consistem em participar do triunfo inevitável da revolução proletária, enquanto o 'mau', ou 'imoral', tenta obstruí-lo:

> A resposta à pergunta sobre o que deve ser feito é dada na própria visão mítica e pode ser resumida em uma única palavra: 'Participe!' [...] Assim, Marx [...] diz que não é uma questão de trazer à existência um ou outro sistema utópico (isto é, definir uma meta social e intencionalmente se esforçar para realizá-la), mas simplesmente de 'participar conscientemente no processo revolucionário histórico da sociedade que está ocorrendo diante de nossos olhos.[40]

Assim, ser moral significa ser 'progressivo', estar em sintonia com o inevitável funcionamento futuro das leis da história, enquanto a mais dura condenação está reservada para aqueles que são 'reacionários', que

---

40 Tucker, *op. cit.*, nota 8, p. 229.

ousam obstruir, mesmo com sucesso parcial, tais reviravoltas supostamente predestinadas dos eventos.

Assim, os marxistas são particularmente veementes em denunciar os momentos revolucionários em que a regra existente dos "progressistas" é substituída por "reacionários" e o relógio é, milagrosamente, na metáfora da inevitabilidade historicista, "retrocedido". Por exemplo: a revolução de Franco contra a república espanhola e a derrubada de Allende por Pinochet no Chile.

Mas se certa mudança é realmente inevitável, por que é importante para a agência humana ajudar, na verdade, lutar poderosamente em seu nome? Aqui nós nos voltamos para a questão crítica do *timing*.

Embora uma mudança possa ser inevitável, a intervenção do homem pode e irá acelerar estes mais desejáveis acontecimentos. O homem pode funcionar, em uma das metáforas obstétricas favoritas de Marx, como uma "parteira" da história.[41] A intervenção do homem poderia dar ao inevitável um empurrão útil.

No entanto, as analogias obstétricas de Marx são apenas uma tentativa débil de evitar a autocontradição entre a ideia de inevitabilidade e a ação para alcançar o inevitável. Pois, de acordo com Marx, tanto o timing quanto a natureza dos eventos são determinados pela dialética material da história. O socialismo é gerado, escreveu Marx em *O Capital*, pela "operação das leis imanentes da própria produção capitalista".

Como von Mises aponta, para Marx:

> Ideias, partidos políticos e ações revolucionárias, são meramente superestruturais; eles não podem atrasar nem acelerar a marcha da história.
>
> O socialismo virá quando as condições materiais para seu surgimento tiverem amadurecido no ventre [obstetrícia de

41 Sobre metáforas obstétricas no Marxismo, veja Gray, *op. cit.*, nota 16, p 299 e 299n.

> novo!] da sociedade capitalista, nem mais cedo nem mais tarde.
>
> Se Marx tivesse sido consistente, ele não teria empreendido nenhuma atividade política. Ele teria esperado em silêncio pelo dia em que "soaria a trombeta final para a propriedade capitalista privada".[42]

Marx pode não ter sido lógico ou consistente, mas sua atitude seguia diretamente a tradição milenarista. Como o professor Tuveson aponta:

> Várias características dos movimentos comunistas históricos lembram agitações milenaristas. Existe, por exemplo, o conhecido fanatismo dos crentes milenaristas. [...]
>
> A firme convicção de que uma sequência de eventos, levando à redenção universal, é ordenada (ou 'determinada') parece levar à passividade por parte de um indivíduo. [...]
>
> Mas, caracteristicamente, há uma qualificação de vital importância. Embora a série de eventos seja profetizada, seu **timing** pode ser retardado pelo fracasso da humanidade.
>
> Retardar a vinda da redenção, então, é um grande pecado, contra os semelhantes, contra a posteridade, contra o poder que ordenou os eventos. Mas a participação zelosa e de todo o coração nos deveres historicamente determinados, fazendo o que os antigos milenaristas chamariam de 'fazer a vontade de

---

42 Ludwig von Mises, *Theory and History*, (1957, Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute,1985), p. 81.

> Deus', cria um eco especial.
>
> Na maioria dos grupos milenaristas, há algo que corresponde ao 'Partido Comunista'. No próprio Apocalipse há cento e quarenta e quatro mil, 'as primícias para Deus e para o Cordeiro', que são sem dolo, pois são 'irrepreensíveis perante o trono de Deus'. (Apocalipse XIV: 4-5).
>
> Assim, todo o proletariado, como todo o corpo dos salvos, não tem culpa, mas o grupo especialmente distinto [...] é escolhido entre os escolhidos.[43]

Mas ainda havia um problema remanescente: de onde vem a inevitabilidade do esquema marxista? A prova de que seu acalentado ideal comunista chegaria inevitavelmente, "cientificamente", ocuparia Marx para o resto de sua vida. Certamente, ele encontrou os contornos de tal prova no misterioso funcionamento da dialética hegeliana, que se curvou a seu uso.

10.5 O personagem de Marx e seu caminho para o comunismo

Karl Marx, como o mundo sabe, nasceu em Trier, uma venerável cidade da Renânia-Prússia, em 1818, filho de um distinto jurista e neto de um rabino. Na verdade, os pais de Marx descendiam de rabinos. O pai de Marx, Heinrich, foi um racionalista liberal que não sentiu grande escrúpulo em relação a sua conversão forçada ao luteranismo oficial em 1816. O que pouco se sabe é que, em seus primeiros anos, o batizado Karl era um cristão dedicado.

Em seus ensaios de graduação no *gymnasium* de Trier em 1835, o muito jovem Marx prefigurou seu desenvolvimento posterior. Seu ensaio sobre um tópico designado, 'Sobre a União dos Fiéis com Cristo', era de um cristão evangélico ortodoxo, mas também continha sugestões

---

43 Tuveson, *op. cit.*, nota 1, pp. 339-40.

do tema fundamental da 'alienação' que ele mais tarde encontraria em Hegel.

A discussão de Marx sobre a 'necessidade de união' com Cristo enfatizou que essa união poria fim à tragédia da alegada rejeição do homem por Deus. Em um ensaio complementar, 'Reflexões de um jovem sobre a escolha de uma profissão', Marx expressou preocupação com seu próprio 'demônio da ambição', com a grande tentação que sentiu de "protestar contra a divindade e amaldiçoar a humanidade'.

Indo primeiro para a Universidade de Bonn e depois para a prestigiosa nova Universidade de Berlim para estudar direito, Marx logo se converteu ao ateísmo militante, mudou seu curso para a filosofia e se juntou a um *Doktorklub* de jovens (ou esquerdistas) hegelianos, dos quais logo tornou-se líder e secretário geral.

A mudança para o ateísmo rapidamente deu rédea solta ao demônio da ambição de Marx. Particularmente reveladores do caráter adulto e juvenil de Marx são os volumes de poemas, a maioria deles perdidos até que alguns foram recuperados nos últimos anos.[44]

Os historiadores, quando discutem esses poemas, tendem a descartá-los como anseios românticos incipientes, mas eles também são congruentes com as doutrinas sociais e revolucionárias do Marx adulto, para serem tão casualmente descartadas.

Certamente, aqui parece ser um caso em que um Marx unificado (jovem e tardio) é vividamente revelado. Assim, em seu poema 'Sentimentos', dedicado à namorada de infância e mais tarde esposa Jenny von Westphalen, Marx expressou tanto sua megalomania quanto sua enorme sede de destruição:

Céu, eu compreenderia

44 Os poemas foram em grande parte escritos em 1836 e 1837, em seus primeiros meses em Berlim. Dois dos poemas constituíram os primeiros escritos publicados por Marx, no *Berlin Atheneum*, em 1841. Os outros foram principalmente perdidos.

Eu atrairia o mundo para mim;

Vivendo, odiando, eu pretendo

Que minha estrela brilhe intensamente […]

E

[...] Mundos, eu destruiria para sempre,

Já que não posso criar nenhum mundo;

Já que que eles nunca notaram minha vocação …

Aqui está uma expressão clássica da suposta razão de Satanás para odiar e se rebelar contra Deus.

Em outro poema, Marx escreve sobre seu triunfo após ter destruído o mundo criado por Deus:

Então poderei andar triunfantemente,

Como um deus, pelas ruínas de seu reino.

Cada palavra minha é fogo e ação.

Meu peito é igual ao do Criador.

E em seu poema, 'Invocação de alguém em desespero', Marx escreve:

Devo construir meu trono bem alto

Frio e tremendo será seu ápice.

Para seu baluarte - pavor supersticioso

Para seu marechal - a agonia mais negra.[45]

O tema de Satanás é mais explicitamente estabelecido em 'O Violinista' de Marx, dedicado a seu pai:

Vê esta espada?

o príncipe das trevas

Vendeu para mim.

E:

Com Satanás fechei meu acordo,

Ele risca os sinais, vence o tempo para mim

Eu jogo a marcha da morte de forma rápida e livre.

---

45 Richard Wurmbrand, *Marx and Satan* (Westchester, Ill: Crossway Books, 1986), pp. 12- 13.

Particularmente instrutivo é o drama poético longo e inacabado de Marx desse período juvenil, Oulanem, A Tragédia. No decorrer deste drama, seu herói Oulanem, oferece um solilóquio notável, despejando invectivas sustentadas, um ódio do mundo e da humanidade, um ódio da criação, uma ameaça e visão de destruição total do mundo.

Assim, Oulanem derrama seus frascos de ira:

> [...] Eu irei uivar maldições gigantescas sobre a humanidade:
>
> Ha! Eternidade! Ela é um luto eterno [...]
>
> Nós mesmos sendo um relógio, cegamente mecânicos,
>
> Feito para ser os calendários sujos do Tempo e do Espaço,
>
> Não tendo propósito a não ser acontecer, ser arruinado,
>
> Para que haja algo para arruinar ...
>
> Se há algo que devora,
>
> Eu vou pular dentro dele, embora eu leve o mundo à ruína O mundo que está entre mim e o Abismo
>
> Vou quebrar em pedaços com minhas maldições duradouras.
>
> Vou jogar meus braços em torno de sua dura realidade:

Abraçando-me, o mundo vai passar silenciosamente,

E então afundar no nada,

Pereceu, sem existência - isso seria realmente viver!

E

[...] o mundo de chumbo nos mantém firmes,

E nós estamos acorrentados, despedaçados, vazios, assustados,

Acorrentado eternamente a este bloco de mármore do Ser [...]

e nós somos os macacos de um Deus frio.[46]

Tudo isso revela um espírito que muitas vezes parece animar o ateísmo militante. Em contraste com a variedade não militante, que expressa uma simples descrença na existência de Deus, o ateísmo militante parece acreditar implicitamente na existência de Deus, mas odiá-Lo e travar guerra para Sua destruição.

---

46 Para o texto completo traduzido de *Oulanem*, veja Robert Payne, *The Unknown Karl Marx* (Nova York: Nova York University Press, 1971), pp. 81-3. Também excelente sobre poemas e sobre Marx como fundamentalmente um messianista é Bruce Mazlish, *The Meaning of Karl Marx* (Nova York: Oxford University Press, 1984).
O pastor Wurmbrand aponta que *Oulanem* é um anagrama de Emanuel, o nome bíblico de Jesus, e que tais inversões de nomes sagrados são uma prática padrão em cultos satânicos. Não há nenhuma evidência real, entretanto, de que Marx fosse membro de tal culto. Wurmbrand, *op. cit.*, nota 45, pp. 13-14 e *passim.*

Tal espírito foi claramente revelado na réplica do ateu militante Bakunin à famosa observação pró-teísta do deísta Voltaire: 'Se Deus não existisse, seria necessário criá-Lo.': 'Se Deus existisse, seria necessário destruí-Lo." Foi esse ódio a Deus como um criador maior do que ele mesmo que aparentemente inspirou Karl Marx.

Também a prefiguração do homem foi uma característica que Marx desenvolveu cedo na juventude e nunca abandonou: um parasita desavergonhado de amigos e parentes. Já no início de 1837, Heinrich Marx, castigando o gasto desenfreado de seu filho Karl com o dinheiro dos outros, escreveu-lhe que

> 'em um ponto [...] você sabiamente achou adequado observar um silêncio aristocrático; me refiro à mesquinha questão do dinheiro '.

Na verdade, Marx tirou dinheiro de qualquer fonte disponível: seu pai, sua mãe e, ao longo de sua vida adulta, seu amigo sofredor e discípulo abjeto, Friedrich Engels, todos os quais alimentaram a capacidade de Marx de gastar dinheiro como água.[47]

Gastador insaciável do dinheiro de outras pessoas, Marx reclamava continuamente da falta de recursos financeiros. Enquanto parasitava em Engels, Marx reclamava perpetuamente ao amigo que sua generosidade nunca era suficiente.

Assim, em 1868, Marx insistiu que não poderia viver com uma renda anual de menos de £400 - £500, uma soma fenomenal considerando que o décimo superior dos ingleses naquele período ganhava uma renda média de apenas £ 72 por ano.

---

47 Friedrich Engels (1820-95) era filho de um importante industrial e fabricante de algodão, que também era um ferrenho pietista da área de Barmen da Renânia, na Alemanha. Barmen foi um dos maiores centros de pietismo na Alemanha, e Engels recebeu uma educação pietista estrita. Um ateu e mais tarde hegeliano em 1839, Engels acabou na Universidade de Berlim e nos Jovens Hegelianos em 1841, e mudou-se para os mesmos círculos de Marx, os dois tornando-se amigos em 1844.

Na verdade, Marx era tão perdulário que rapidamente cobrou uma herança de um seguidor alemão de £ 824 em 1864, bem como um presente de £ 350 de Engels no mesmo ano.

Resumindo, Marx conseguiu gastar a generosa soma de quase £1.200 em dois anos e, dois anos depois, aceitou outro presente de £210 de Engels para saldar suas dívidas recém-acumuladas. Finalmente, em 1868, Engels vendeu sua parte na fábrica de algodão da família e estabeleceu para Marx uma "pensão" anual de £350 a partir de então. No entanto, as queixas contínuas de Marx sobre dinheiro não diminuíram.[48]

Como no caso de muitos outros parasitas e pedintes ao longo da história, Karl Marx criou um ódio e desprezo pelo próprio recurso material que ele estava tão ansioso por mendigar e usar de forma tão imprudente. A diferença é que Marx criou toda uma filosofia em torno de suas próprias atitudes corruptas em relação ao dinheiro. O homem, ele trovejou, estava nas garras do "fetichismo" do dinheiro.

O problema era a existência desse mal, não as atitudes voluntariamente adotadas por algumas pessoas em relação a ele. Dinheiro que Marx insultou como "o alcoviteiro entre ... a vida humana e os meios de subsistência", a "prostituta universal". A utopia do comunismo era uma sociedade onde esse flagelo, o dinheiro, seria abolido.

Karl Marx, o autoproclamado inimigo da exploração do homem pelo homem, explorou não apenas seu devotado amigo Friedrich Engels financeiramente, mas também psicologicamente. Assim, apenas três meses depois que a esposa de Marx, Jenny von Westphalen, deu à luz sua filha Franziska em março de 1851, sua empregada doméstica, Helene ('Lenchen') Demuth, que Marx havia 'herdado' da família aristocrática de Jenny, também deu à luz ao filho ilegítimo de Marx, Henry Frederick.

---

48 Veja as estimativas esclarecedoras de Gary North, *Marx's Religion of Revolution: The Doctrine of Creative Destruction* (Nutley, NJ: Craig Press, 1968), pp. 26-8. Also see ibid. (2nd ed., Tyler, Texas: Institute for Christian Economics, 1989), pp. 232-56.

Desesperadamente ansioso para manter as convenções da *alta burguesia* e manter seu casamento, Karl nunca reconheceu seu filho e, em vez disso, convenceu Engels, um notório mulherengo, a proclamar o bebê como seu.

Tanto Marx quanto Engels trataram o infeliz Freddy de maneira extremamente ruim, e o suposto ressentimento de Engels por ter sido tão usado proporcionou-lhe uma desculpa muito melhor. Marx embarcava com Freddy continuamente e nunca permitiu que ele visitasse sua mãe.

Como Fritz Raddatz, um biógrafo de Marx, declarou:

> "se Henry Frederick Demuth era filho de Karl Marx, o novo Pregador da humanidade viveu uma mentira quase vitalícia e desprezou, humilhou e renegou seu único filho sobrevivente".[49]

Engels, é claro, pagou a conta da educação de Freddy. Freddy foi treinado, no entanto, para ocupar seu lugar na classe trabalhadora, longe do estilo de vida de seu pai natural, o líder quase aristocrático do oprimido proletariado revolucionário mundial.[50,51]

---

49 Fritz J. Raddatz, *Karl Marx: A Political Biography* (Boston: Little Brown & Co., 1978), p.134

50 O zelo de Marx em encobrir sua indiscrição foi pelo menos igualado pelos historiadores do establishment marxista, que conseguiram suprimir a verdade sobre Freddy Demuth até anos recentes. Embora a verdade fosse conhecida por marxistas importantes como Bernstein e Bebel, a notícia da paternidade ilegítima de Marx só foi revelada em 1962 no livro de Werner Blumenberg *Marx*.

Veja em particular W.O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels* (London: Frank Cass, 1976), II, pp. 833-4. Alguns marxistas leais ainda se recusam a aceitar os fatos horríveis. Assim, veja o trabalho de amor pelo falecido líder do Ala 'Draperite' do movimento trotskista, Hal Draper, *Marx-Engels Cyclopedia* (3 vols, New York: Schocken Books, 1985).

51 Quanto a Engels, ele se recusou a se casar com sua amante, Maria, porque ela era de descendência "baixa". Após a morte de Mary, sua irmã Lizzie tornou-se amante de Engels. Engels casou-se magnanimamente com Lizzie em seu leito de morte “a fim de proporcionar a ela um ‘último prazer’”.

O gosto pessoal pela aristocracia foi vitalício. Como um homem jovem, ele anexou-se ao seu vizinho, o pai de Jenny, o barão Ludwig von Westphalen, e dedicou sua tese de doutorado ao barão. Inclusive, o esnobe comunista proletário sempre insistiu que Jenny carimbasse "née von Westphalen" em seu cartão de visitas.

capítulo 11

A Alienação, a Unidade e a Dialética

11.1 Origens da dialética: criatologia

"Alienação", para Marx, não tem qualquer relação com a tagarelice na moda dos intelectuais Marxóides do final do século vinte. Não significava um sentimento psicológico, de ansiedade ou estranhamento, que poderia de alguma forma ser atribuída ao capitalismo, ou a uma "repressão" cultural ou sexual.

A alienação, para Marx, era muito mais fundamental, mais cósmica. Significava, ao menos, como nós vimos, as instituições do dinheiro, especialização e divisão do trabalho.[1] A erradicação desses males era necessária para unir o organismo coletivo ou espécie humana "consigo mesmo", para curar essas divisões dentro de "si mesmo" e entre o homem e "si mesmo" na forma da natureza criada pelo homem.

Mas o mal radical da alienação era ainda mais cósmico que isso. Era metafísica, uma profunda parte da filosofia e cosmovisão que Marx pegou de Hegel, e que, através de sua "dialética" aliada, trouxe para Marx os contornos do motor que iria inevitavelmente trazer-nos o comunismo como uma lei da história, com a inelutabilidade de uma lei da natureza.

Tudo isso começou com o filósofo do século terceiro Plotino, um filósofo platônico e seus seguidores, e com uma disciplina teológica aparentemente distante dos assuntos políticos e econômicos: *criatologia*, a 'ciência' dos Primeiros Dias.

Nós já vimos, de fato, que outro ramo aliado e quase igualmente remoto da teologia - *escatologia*, ou a ciência dos Últimos Dias - pode ter enormes consequências políticas, econômicas e ramificações.

---

1 Sobre a alienação em Marx enquanto enraizada na troca e divisão do trabalho, e não simplesmente na relação salarial capitalista, veja Paul Craig Roberts, *Alienation and the Soviet Economy* (Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 1971); e Paul Craig Roberts e Matthew A. Stephenson, *Marx's Theory of Exchange, Alienation, and Crisis* (Segunda ed., New York: Praeger, 1983).

A questão crítica da criatologia é: por que Deus criou o universo? A resposta do cristianismo ortodoxo agostiniano, e, portanto, a resposta dos católicos, luteranos e também calvinistas, é que Deus, um ser perfeito, criou o universo por benevolência e amor por Suas criaturas. Ponto. E essa parece ser a única resposta politicamente segura também.

A resposta dada pelos hereges e místicos dos cristãos primitivos sobre, contudo, é um tanto diferente: Deus criou o universo não por perfeição e amor, mas por necessidade e imperfeição sentidas. Em suma, Deus criou o universo pela sentida inquietação, solidão, ou o que quer que seja.

No início, antes da criação do universo, Deus e o homem (a espécie orgânica coletiva, é claro, não qualquer indivíduo particular), estavam unidos em uma, por assim dizer, bolha cósmica. Como nós poderíamos, de qualquer forma, falar de "unidade" entre o homem e Deus antes mesmo do homem ser criado é um enigma que terá de ser esclarecido por alguém mais versado nos mistérios divinos que o presente autor.

De qualquer forma, a história torna-se um processo, na verdade um processo pré-ordenado, pelo qual Deus desenvolve *Seu* potencial, e o homem, a espécie coletiva, desenvolve *seu* {*its*} potencial (ou dele {his}?). Mas, mesmo quando esse desenvolvimento ocorre, e ambos o Deus e o homem desenvolvem e se tornam mais perfeitos na e através da história, eclipsando esse desenvolvimento "bom" ocorre também um terrível e trágico acontecimento: o homem foi separado, cortado, "alienado" de Deus, assim como de outros homens, ou da natureza. Daí o conceito penetrante de alienação.

A alienação é cósmica, irremediável e metafísica, inerente em todo processo da criação, ou melhor, irremediável até que o grande dia inevitavelmente chegue: quando o homem e Deus, tendo se desenvolvido completamente, finalizam o processo e a própria história ao fundirem-se novamente, ao unirem-se novamente na fusão dessas duas grandes bolhas cósmicas em uma.

Observe, primeiro, como esse grande processo histórico acontece. É o processo "dialético" inevitável e pré-ordenado da história. Há, como de costume, três estágios. O estágio um é a fase original: homem e Deus estão em uma feliz e harmoniosa unidade (uma unidade da pré-

criação?), mas as coisas, particularmente com a raça humana, estão bastante subdesenvolvidas.

Então, a dialética mágica faz seu trabalho, o estágio dois ocorre, e Deus cria o homem e o universo, ambos Deus e o homem desenvolvendo seus potenciais, com a história sendo um registro e processo de tal desenvolvimento. Mas a criação, como na maioria das dialéticas, prova-se ser uma espada de dois gumes, pois o homem sofre por sua separação cósmica e alienação de Deus.

Para Plotino, por exemplo, o Bem é unidade, ou O Uno, ao passo que o Mal é identificado com qualquer tipo de diversidade ou multiplicidade. Na humanidade, o mal se origina do egocentrismo das almas individuais, "desertor(es) do Todo".

Mas então, finalmente, enfim, o processo de desenvolvimento estará completo, e o estágio dois desenvolve seu próprio *Aufhebung*, seu próprio 'elevamento', sua própria transcendência em seu oposto ou negação: a reunião de Deus e o homem em uma gloriosa unidade, um "êxtase da união", e fim da alienação. Neste estágio três, as bolhas são reunidas em um nível muito mais elevado que no estágio um. A história está acabada. E eles todos viverão (?) felizes para sempre.

Mas observe a enorme diferença entre essa dialética da criatologia e escatologia, e aquela do cenário cristão ortodoxo. Em primeiro lugar, a alienação, a tragédia do homem na saga dialética de Plotino até Hegel, é metafísica, inescapável do ato da criação em si. Enquanto o estranhamento de Deus pelo homem para a saga judaico-cristã não é metafísico, mas unicamente moral.

Para os cristãos ortodoxos, a criação era puramente boa, e não profundamente contaminada com o mal; os problemas vieram apenas com a Queda de Adão, uma falha moral e não metafísica.[2] Assim, na visão cristã ortodoxa, através da Encarnação de Jesus, Deus providenciou uma rota pela qual essa alienação poderia ser eliminada, e o indivíduo poderia alcançar a salvação.

---

2 Nas variantes extremas, tais como os heréticos gnósticos da era primitiva cristã, a criação da matéria era em si puro mal, um ato do Demônio, ou Demiurgo, com o espírito permanecendo divino.

Mas observe novamente: o Cristianismo é uma crença profundamente individualista, uma vez que a salvação de cada indivíduo é o que importa. A salvação ou a perda dela será alcançada por cada indivíduo, o destino de cada indivíduo é a preocupação central, não o destino do alegado organismo ou bolha coletiva, o homem com H maiúsculo. No esquema do cristianismo ortodoxo, cada indivíduo vai para o Céu ou para o Inferno.

Mas nesta alegada visão otimista (hoje em dia chamada "teologia do processo"), a única salvação, o único final feliz é o do organismo coletivo, da espécie, com cada membro individual desse organismo sendo bruscamente aniquilado ao longo do caminho.

Essa teologia dialética, em particular sua criatologia, começou em plena floração com o cristão místico influenciado por Plotino do século nove John Scotus Erigena (c. 815 - c.866), um filósofo irlandês-escocês localizado na França, e continuou através de um subsolo herético de místicos cristãos, em particular, com o alemão do século catorze, Meister Johannes Eckhart (?1260-?1327).

A perspectiva panteísta dos místicos era similar ao chamado da budista-teosofista-socialista Senhora Annie Besant: como Chesterton perceptível e humoristicamente notou, não amar nosso vizinho, mas *ser* nosso vizinho. Os místicos panteístas apelam a cada indivíduo para unir-se com Deus, o Uno, ao aniquilar seu si mesmo individual, separado e, portanto, alienado.

Enquanto os meios dos vários místicos podem diferenciar-se do de Joaquimistas, ou os Irmãos do Espírito Livre, seja através de um processo da história ou através de um inevitável Armagedom, o *objetivo* permanece o mesmo: obliteração do indivíduo através da "reunião" com Deus, o Uno, e o fim da "alienação" cósmica, ao menos no nível de cada indivíduo.

Particularmente influenciado por G.W.F. Hegel e outros pensadores nesta tradição era o sapateiro e místico alemão do início do século XVII Jacob Boehme (1575-1624), que adicionou à sua mistura panteísta inebriante esse alegado mecanismo, a força que conduz essa dialética até seu inevitável curso na história.

Como, Boehme perguntou, o mundo da pré-criação transcendeu a si mesmo à criação? Antes da criação, ele respondeu, havia uma fonte primitiva, uma unidade eterna, um indiferenciado, indistinto e literal

Nada (*Ungrund*). (Alias, isso era típico de Hegel, bem como de seus seguidores idealistas, pensar que eles adicionavam grandeza e explicação a um conceito elevado, mas ininteligível, colocando letra maiúscula nele).

Curiosamente, para Boehme, essa Não-Coisa possuía dentro de si um empenhamento interno, um *nisus*, um ímpeto à autorrealização. É esse ímpeto que cria uma força de oposição e transcendência, a *vontade*, que cria o universo, transformando o Nada em Algo.

11.2 Hegel e o homem-Deus

A etapa principal na secularização da teologia dialética, e, assim, para pavimentar o caminho para o Marxismo, foi posta pelo leão da filosofia alemã, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Nascido em Stuttgart, Hegel estudou teologia na Universidade de Tübingen, e assim ensinou teologia e filosofia nas Universidades de Jena e Heidelberg antes de tornar-se o principal filósofo na nova joia da coroa acadêmica prussiana, a Universidade de Berlim. Indo para Berlim em 1817, Hegel permaneceu lá até sua morte, encerrando seus dias como reitor da universidade.

No espírito do movimento Romântico na Alemanha, Hegel perseguiu o objetivo de unir o homem com Deus ao virtualmente identificar Deus com o homem, e assim submergindo o primeiro ao último. Goethe tinha recentemente popularizado o tema do Fausto, centrando-se no desejo intenso de Fausto pelo conhecimento divino ou absoluto, assim como no poder divino.

No cristianismo ortodoxo, é claro, o orgulho arrogante do homem em tentar alcançar um conhecimento e poder semelhante ao do divino é precisamente a causa raiz do pecado e Queda do homem. Mas, pelo contrário, Hegel, um luterano, de fato, majoritariamente herético, teve a temeridade de generalizar a pressão {*urge*} faustiana em uma filosofia mundial, e em um alegado insight sobre os inevitáveis funcionamentos do processo histórico.

Nas palavras do professor Tucker, o hegelianismo era uma "religião filosófica do si mesmo na forma de uma teoria da história. A religião é fundada em uma identificação do si mesmo com Deus."[3]

Não deve ser necessário adicionar neste ponto que o "si mesmo" aqui não é o individual, mas é "si mesmo" enquanto espécie orgânica coletiva. Em um ensaio juvenil sobre "A Positividade da Religião Cristã", que foi escrito quando Hegel tinha a idade de 25 anos, Hegel reveladoramente objeta o cristianismo por "separar" o homem e Deus exceto "em um indivíduo isolado" (Jesus), e colocar Deus em outro e mais elevado mundo, para o qual a atividade do homem não podia contribuir.

Quatro anos depois, em 1799, Hegel resolveu esse problema oferecendo sua própria religião, em seu "O Espírito do Cristianismo". Em contraste ao Cristianismo ortodoxo, no qual Deus torna-se homem em Jesus, para Hegel, a conquista de Jesus foi, *como um homem*, tornar-se Deus! Tucker resume isso perfeitamente. Para Hegel, Jesus:

> não é Deus que se tornou homem, mas homem que se tornou Deus.
>
> Essa é a ideia central na qual todo o edifício do Hegelianismo foi construído: não há absolutamente nenhuma diferença entre a natureza humana e a divina. Elas não são duas coisas com um abismo intransponível entre elas. O si mesmo absoluto no homem, o **homo noumenon**, não é meramente semelhante a Deus […], ele **é Deus**.
>
> Consequentemente, na medida em que o homem se empenha para tornar-se "como Deus", ele está simplesmente se empenhando para ser seu próprio si mesmo real. E na deidificação de si mesmo, ele está simplesmente reconhecendo

---

3 Robert C. Tucker, *Philosophy and Myth in Karl Marx* (Cambridge: Cambridge University Press, 1961), p. 39.

sua própria natureza verdadeira.[4]

Se o homem é realmente Deus, o que então é história? Por que o homem, ou melhor, os homens, mudam e desenvolvem-se? Porque o homem-Deus não é perfeito, ou ao menos ele não começa em um estado perfeito. O homem-Deus inicia sua vida na história totalmente inconsciente de seu caráter divino.

A história, assim, para Hegel, é um processo pelo qual o homem-Deus aumenta seu conhecimento, até ele finalmente alcançar o estado de conhecimento absoluto, isso é, o conhecimento e percepção totais de que ele é Deus. Neste caso, o homem-Deus finalmente percebe seu potencial de um ser sem limites, possuidor do conhecimento absoluto.

Por que então o homem-Deus, também chamado por Hegel de o "si mesmo do mundo" (*Weltgeist*) ou "espírito do mundo", criou o universo? Não, como no relato cristão, por transbordar amor e benevolência, mas sim de uma necessidade de tornar-se consciente de si mesmo como um si mesmo do mundo. Esse processo de crescente consciência é alcançado através da atividade criativa pela qual o si mesmo do mundo se externaliza.

Essa externalização ocorre primeiro pela criação da natureza ou mundo original, e por segundo – e aqui, é claro, está uma adição significativa a outras teologias – há uma contínua externalização de si mesmo através da história humana. O mais importante é o segundo processo, pois por esses meios o homem, o organismo coletivo, expande sua construção da civilização, sua externalização criativa, e *assim* seu conhecimento crescente de sua própria divindade, e, portanto, do mundo como sua própria atualização de si mesmo.

Este último processo: de conhecer cada vez mais plenamente que o mundo é realmente si mesmo do homem, é o processo que Hegel denomina de o gradual colocar fim à "alienação-própria" do homem, a qual, é claro, para ele era também a alienação do homem de Deus. Para Hegel, em suma, o homem percebe o mundo como hostil *porque* não é

---

4 *Ibid*., p. 41. Esses e outros ensaios por Hegel foram publicados como uma coleção de *Early Theological Writings* {*Escritos Teológicos da Juventude*}em 1907.

ele mesmo, porque é estranho. Todos esses conflitos são resolvidos quando ele percebe finalmente que o mundo realmente é ele mesmo. Esse processo de percepção é o *Aufhebung* de Hegel, pelo qual o mundo se torna des-alienado e assimilado ao si mesmo do homem.

Mas por que, poder-se-ia perguntar, o homem de Hegel é tão ímpar, tão neurótico, que ele considera toda coisa que não é ele mesmo como estranha e hostil? A resposta é crucial à mística hegeliana. É porque Hegel, ou o homem de Hegel, não suporta a ideia de não ser ele mesmo Deus, e, portanto, não ser de espaço infinito e sem limites. Ver que qualquer outro ente, ou qualquer outro objeto, existe, significaria que ele próprio não é infinito ou divino.

Em suma, a filosofia de Hegel é uma megalomania solipsista cósmica e severa em uma escala grande e massiva. O professor Tucker desenvolve o caso com acuidade característica:

> Para Hegel, alienação é finitude, e finitude, por sua vez, é sujeição. A experiência do auto-estranhamento na presença de um mundo aparente objetivo é uma experiência da escravização […]. Espírito [ou o si mesmo do mundo], quando confrontado com um objeto ou "outro", está **ipso facto** cognoscente de si-mesmo como meramente um ente finito, como abraçando até certo ponto e nada mais da realidade, como se estendendo até certo ponto e não mais longe. O objeto é, portanto, um "limite". (**Grenze**.)
>
> E um limite, uma vez que contradiz a noção do espírito de si mesmo como um ser absoluto, i.e., ser-sem-limite, é necessariamente apreendido como uma "barreira" ou "grilhão". (**Schranke**.)
>
> É uma barreira à cognoscência do espírito de si mesmo como aquilo que se concebe como sendo verdadeiramente – a totalidade da realidade. Nesta confrontação com um objeto aparente, o espírito sente-se aprisionado em limitação. Ele experiencia o que Hegel chama de "tristeza da finitude".

> A transcendência do objeto através do saber é o caminho do espírito de se rebelar contra a finitude e fazer a fuga para a liberdade. No conceito muito único de Hegel, liberdade significa a consciência de si mesmo enquanto não limitado: é a ausência de um objeto limitante ou não-si mesmo […]; Essa consciência de "estar sozinho com si mesmo"[...] é precisamente o que Hegel significa pela consciência da liberdade […]
>
> De acordo, o crescimento do conhecimento de si mesmo do espírito na história é alternativamente descrito como um progresso da consciência de liberdade.[5]

11.3 Hegel e a política

Tipicamente, o esquema determinista deixa convenientemente implícita uma saídas-de-escape para seus criadores e defensores, que são de alguma forma capazes de se elevar sobre o determinismo de ferro que aflige o resto de nós. Hegel não era diferente, exceto que suas saídas-de-escape eram muito explícitas.

Enquanto Deus e o absoluto referem-se ao homem enquanto organismo coletivo, ao invés de enquanto membros individuais insignificantes, de vez em quando surgem grandes indivíduos, homens "histórico-mundiais", que são capazes de incorporar atributos do absoluto mais do que outros, e agem como agentes significantes no próximo grande *Aufhebung* histórico – o próximo grande impulso ao avanço do homem-Deus ou da alma-do-mundo em seu "autoconhecimento".

Portanto, durante um tempo em que os prussianos mais patriotas estavam reagindo violentamente contra as conquistas imperiais de Napoleão, e mobilizando suas forças contra ele, Hegel reagiu muito diferentemente. Hegel escreveu para um amigo em êxtase sobre ter visto pessoalmente Napoleão andando pelas ruas da cidade:

---

5 *Ibid*., pp. 53-4.

> "O Imperador - essa alma-do-mundo - andando de cavalo pela cidade para a revisão de suas tropas – é de fato um sentimento maravilhoso ver tal homem".[6]

Hegel estava entusiasmado com Napoleão por causa de sua função histórica mundial de trazer o estado forte para a Alemanha e o resto da Europa. Tal como a escatologia fundamental de Hegel e a dialética prefiguraram o marxismo, sua filosofia política da história mais diretamente também o prefigurou.

Assim, seguindo o escritor romântico Friedrich Schiller, Hegel, em um ensaio em 1795, alegou que o equivalente ao jovem ou primitivo comunismo era a Grécia antiga. Schiller e Hegel elogiaram a Grécia pela suposta homogeneidade, unidade e "harmonia" de sua polis, que ambos os autores gravemente mal-conceberam como livres de qualquer divisão do trabalho.

O consequente *Aufhebung* interrompeu essa maravilhosa unidade e fragmentou o homem, mas – o lado bom do novo estágio histórico – levou ao crescimento do comércio, dos padrões de vida e do individualismo. Para Hegel, além disso, a próxima etapa, anunciada pela filosofia de Hegel, traria uma reintegração do homem e do Estado.

Antes de 1796, Hegel, como outros muitos jovens intelectuais em toda a Europa, ficou encantado pela Revolução Francesa, individualismo, democracia radical, liberdade e os direitos do homem. Logo, contudo, novamente como muitos intelectuais europeus, Hegel desiludido com a Revolução Francesa, voltou-se ao estado reacionário absolutista.

Em particular, Hegel foi grandemente influenciado pelo estatista escocês, Sir James Steuart, um jacobita exilado na Alemão em grande parte de sua vida, cujo *Investigação sobre os Princípios de Política* Econômica (1767) foi grandemente influenciado pelos mercantilistas ultra-estatistas alemães do século XVIII, os cameralistas.

Hegel leu a tradução alemã dos Princípios de Steuart (o qual foi publicado em 1769-72), de 1797 até 1799, e tomou notas extensas.

---

6 Citado em Raymond Plant, *Hegel* (Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 1973), p.120.

Hegel foi influenciado em particular por dois aspectos da visão de Steuart. Um sustentava que a história procedia em estágios, deterministicamente "evoluindo" de um estágio (nômade, agricultural, de troca, etc.) ao outro.

O outro tema influente foi que intervenção e controle estatal massivos eram necessários para manter uma economia de troca.[7] Não é surpreendente que a principal desilusão de Hegel na Revolução Francesa veio de seu individualismo e falta de unidade sob o estado.

Novamente prenunciando Marx, isso torna-se particularmente importante para o homem (o organismo coletivo) para superar o destino cego inconsciente, e "conscientemente" tomar controle de "seu" destino por meio do estado. E assim Hegel foi um grande admirador não apenas de Napoleão, o poderoso conquistador mundial, mas também de Napoleão, o regulador minucioso da economia francesa.

---

7 Hegel era também influenciado pelo grande rival de Steuart, Adam Smith, mas infelizmente na direção errada. A partir do *A Riqueza das Nações*, Hegel concluiu que a divisão do trabalho havia trazido ao homem a miséria da especialização, alienação, etc.

De modo mais interessante, da famosa linha do amigo de Smith, Rev. Adam Ferguson, sobre os eventos que são "o produto da ação humana, mas não do design humano", Hegel retirou a ideia de que cada agente individual da alma do mundo persegue os propósitos da alma do mundo sem intenção consciente. Esse é o Famoso conceito de Hegel de "astúcia da razão" em operação através da história.

Ferguson, por sua vez, chegou em sua famosa frase, não pela análise do livre mercado, como Hayek implicou, mas de uma tentativa de mostrar que a revolta de 1745 na Escócia – que quase teve sucesso de colocar os temíveis Jacobitas Católicos no poder – estava inconscientemente perseguindo o propósito benevolente de Deus de agitar os presbiterianos escoceses – supostos a ser, é claro, a verdadeira Igreja de Deus – para fora de sua apatia religiosa.

Em suma, os católicos escoceses, embora conscientemente perseguindo fins malignos, estavam involuntariamente realizando os designs de Deus. Do mal aparente, o bem. De modo semelhante, quando Hegel, mais tarde, saudou Napoleão como o homem "histórico mundial", ele viu Napoleão enquanto intentando perseguir o mal, mas inconscientemente ampliando o design benevolente de Deus. Veja Richard B. Sher, *Church and University in Scottish Enlightenment* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985), pp. 40-44.

Hegel tornou muito evidente que o novo estado forte em desenvolvimento realmente necessitava de uma filosofia abrangente, contribuída por um Grande Filósofo para dar coerência e legitimidade para sua poderosa regência.

Caso contrário, como o Professor Plant explica, "tal estado, desprovido de compreensão filosófica, pareceria como uma oposição meramente arbitrária ou opressiva da liberdade dos indivíduos de buscarem seus próprios interesses".

Nós precisamos apenas fazer um palpite sobre o que essa filosofia, ou quem esse Grande Filósofo, deveria ser. E então, armado com a filosofia hegeliana e o próprio Hegel como sua nascente e grande líder,

> esse aspecto estranho do estado moderno progressivo desapareceria e pareceria não uma imposição mas um desenvolvimento da consciência de si mesmo.
>
> Pela regulação e codificação de muitos aspectos da prática social, se entregaria ao mundo moderno uma racionalidade e previsibilidade que de outra forma não possuiria[...].[8]

Armado com tal filosofia e com tal filósofo, o estado moderno tomaria sua apontada posição divina no auge da história e da civilização, como Deus na terra. Assim:

> "O Estado moderno, provando a realidade da comunidade política, quando compreendido filosoficamente, podia, portanto, ser visto como a mais alta articulação do Espírito, ou Deus no mundo contemporâneo".

O estado, então, é "uma suprema manifestação da atividade de Deus no mundo", e, "o Estado está acima de tudo; é o Espírito que conhece a si mesmo como a essência universal e realidade"; e "O estado

---

8 Plant, *op. cit.*, nota 6, p. 96.

é a realidade do reino dos céus". E finalmente: "O Estado é a Vontade de Deus".[9]

Das várias formas de estado, a monarquia é melhor, uma vez que permite que "todos" os indivíduos sejam "livres" (no sentido hegeliano) submergindo seus seres à substância divina, que é o estado autoritário e monárquico.

As pessoas são apenas "livres" quando elas são partículas insignificantes desta substância divina unitária. Como Tucker escreve, "a concepção de Hegel de liberdade é totalitarismo no sentido literal da palavra".

O si mesmo do mundo deve experienciar-se como a totalidade do ser, ou, nas próprias palavras de Hegel, deve elevar-se à "totalidade da autoabrangência", para alcançar a consciência da liberdade. Qualquer coisa abaixo disso significa alienação e tristeza da finitude.[10]

De acordo com Hegel, o desenvolvimento final do homem-Deus, o avanço para a totalidade e a infinitude estava próximo. O estado mais altamente desenvolvido na história do mundo estava agora no lugar - a monarquia prussiana existente sob o Rei Friedrich Wilhelm III.

Acontece que a apoteose de Hegel da monarquia prussiana existente coincidiu perfeitamente com as necessidades daquele monarca. Quando o Rei Friedrich Wilhelm III estabeleceu a nova Universidade de Berlim em 1818 para auxiliar no apoio e propaganda de seu poder absoluto, que pessoa melhor para a cadeira da filosofia que Friedrich Hegel, o divinizador do poder estatal?

---

9 Veja *ibid*., pp. 122, 123, 181.

10 Tucker, *op. cit.*, nota 3, pp.54-5. E.F. Carritt aponta que, para Hegel, "liberdade" é "desejar, acima de todas as coisas, servir ao sucesso e glória de seu Estado. Ao desejar isso, eles estão desejando que a vontade de Deus seja feita [...]". Se um indivíduo pensa que deve fazer algo que *não* é para o sucesso e gloria do estado, então, para Hegel, "ele deve ser 'forçado a ser livre'."

Como uma pessoa *sabe* qual ação irá contribuir para a glória do estado? Para Hegel a resposta era fácil. O que quer que os regentes do estado demandem, uma vez que "o próprio fato deles serem regentes é o sinal mais certo da vontade de Deus de que eles devem ser." Lógica impecável, de fato! Veja B.P. Carritt, 'Reply' (1940), reimpresso em W. Kaufmann, (ed.), *Hegel's Political Philosophy* (Nova York: Atherton Press, 1970), pp. 38-9.

O rei e seu partido absolutista precisavam de um filósofo oficial para defender o estado dos odiados ideais revolucionários da Revolução Francesa, e para justificar seu expurgo dos reformadores e liberais clássicos que os ajudaram a derrotar Napoleão. Como Karl Popper coloca:

> Hegel foi nomeado para atender a essa demanda, e ele atendeu revivendo as ideias dos primeiros grandes inimigos da sociedade aberta [especialmente Heráclito e Platão] […]
>
> Hegel redescobriu as ideias platônicas que estão por trás da revolta perene contra a liberdade e a razão. O hegelianismo é o renascimento do tribalismo… [Hegel] é o "elo perdido", por assim dizer, entre Platão e as formas modernas de totalitarismo.
>
> A maioria dos totalitarismos modernos, [...] sabem da sua dívida para com Hegel, e todos eles foram criados na atmosfera próxima do Hegelianismo. Eles foram ensinados a adorar o estado, a história e a nação.[11]

Sobre a adoração de Hegel ao estado, Popper cita passagens arrepiantes e reveladoras:

> O Estado é a Ideia Divina sob a forma que essa existe na terra […] Nós precisamos, portanto, adorar o Estado enquanto manifestação de Divino na terra […] O Estado é a marcha de Deus pelo mundo […] O Estado deve ser compreendido como um organismo […]
>
> Ao Estado completo pertence, essencialmente, consciência e

---

11 Karl R. Popper, *The Open Society and its Enemies* (Quinta ed., Princeton, NJ: Princeton University Press, 1966), II, pp. 30-31.

> pensamento. O Estado sabe o que deseja […] O Estado […] existe por si mesmo […] O Estado é a vida moral atualmente existente e realizada.[12]

Todo esse discurso retórico é bem caracterizado por Popper como "platonismo histérico e bombástico".

Muito disso foi inspirado pelos amigos e imediatos predecessores filosóficos de Hegel, homens como o posterior Fichte, Schelling, Schlegel, Schiller, Herder e Schleiermacher. Mas foi tarefa particular de Hegel transformar suas doutrinas obscuras para o trabalho de fazer apologética ao poder absoluto do existente estado prussiano.

Assim, o discípulo admirador de Hegel, F.J.C. Schwegler, revelou o seguinte em sua *História da Filosofia*:

> A totalidade da fama e atividade dele [de Hegel], contudo, data propriamente apenas de seu chamado para Berlim em 1818. Aqui levantou-se em torno dele uma escola numerosa, amplamente extensa e extremamente ativa; aqui, também, ele adquiriu, de suas conexões com a burocracia prussiana, reconhecimento político de seu sistema como a filosofia oficial; não sempre significando um avanço da liberdade interior de sua filosofia, ou de seu valor moral.[13]

Com a Prússia como foco central, o hegelianismo foi capaz de varrer a filosofia alemã durante o século XIX, dominando em todas as áreas, exceto nas áreas católicas do sul da Alemanha e da Áustria. Como Popper coloca,

> "tendo se tornado um tremendo sucesso no continente, o hegelianismo dificilmente podia falhar em obter suporte na Britânia daqueles que [sentiram] que tal poderoso movimento deveria, depois de tudo, ter algo para oferecer..."

---

12 *Ibid*., p. 31.

13 *Ibid*., p. 33.

De fato, o homem que introduziu primeiro Hegel aos leitores ingleses, Dr J. Hutchinson Stirling, comentou com admiração, um ano após a vitória relâmpago da Prússia contra a Áustria:

> "De fato, não é para Hegel, e especialmente para sua filosofia da ética e política, que a Prússia deve sua poderosa vida e organização que está agora rapidamente desenvolvendo?"[14]

Finalmente o contemporâneo e conhecido de Hegel, Arthur Schopenhauer, denunciou a aliança estado-filosófica que guiou Hegel a uma poderosa força no pensamento social:

> A filosofia é mal utilizada, do lado do estado como uma ferramenta, do outro lado como um meio de ganho […] Quem pode realmente acreditar que a verdade assim virá à luz, apenas como um subproduto? [...] **Governos fazem da filosofia um meio de servir seus interesses estatais, e os estudiosos a fizeram um ofício**… (ênfases de Schopenhauer)[15]

Em adição à influência política, Popper ofereceu uma explicação complementar da influência generalizada de outra forma intrigante de G.W.F. Hegel: a atração dos filósofos por jargões e palavreados espalhafatosos quase por si só, seguidos pela credulidade de um público fiel.

Assim, Popper cita uma declaração do hegeliano inglês Stirling: "A filosofia de Hegel, então, foi […] um escrutínio de pensamento tão profundo que foi em grande parte ininteligível". Profundo por sua ininteligibilidade! Falta de clareza como virtude e prova de profundidade!

Popper acrescenta:

> os filósofos mantiveram em torno de si, mesmo em nossos dias,

---

14 Em 1867. Veja *ibid*., p. 34.

15 *Ibid*., p. 33.

algo da atmosfera do mágico.

> A filosofia é considerada um tipo estranho e abstruso de coisa, lidando com as coisas com as quais a religião lida, mas não de um jeito que pode ser "revelado à bebês" ou às pessoas comuns; é considerada ser profunda demais para isso, e é a religião e a teologia dos intelectuais, dos eruditos e sábios. O hegelianismo se encaixa admiravelmente nessas visões; é exatamente o que essa superstição popular imagina que a filosofia seja.[16]

11.4 Hegel e a Era Romântica

G.W.F. Hegel, infelizmente, não era uma força aberrante bizarra no pensamento europeu. Ele era apenas um, talvez o mais influente e o mais convoluto e hipertrófico do que deve ser considerado o paradigma dominante de seu tempo, a celebrada Era do Romantismo.

Em diferentes variantes e em diferentes caminhos, os escritores românticos da primeira metade do século XIX, especialmente na Alemanha e Grande Grã-Bretanha, poetas e novelistas, bem como filósofos, foram dominados por uma criatologia e escatologia similares.

Isso pode ser denominado mito da "alienação e retorno" ou "reabsorção". Deus criou o universo a partir da imperfeição e necessidade sentida, assim dividindo tragicamente o homem, a espécie orgânica, de sua (da espécie?) unidade com Deus de pré-criação.

Enquanto essa transcendência, esse *Aufhebung*, da criação permitiu a Deus e ao homem, ou Deus-homem, desenvolverem sua (da espécie?) faculdade e progredir, a trágica alienação continuará, até aquele dia, inevitável e determinado, no qual Deus e o homem irão se fundir em uma única bolha cósmica.

Ou, ao invés disso, sendo panteístas como era Hegel, até o homem descobrir que ele é o homem-Deus, e a alienação do homem pelo homem, do homem pela natureza e do homem por Deus será encerrada

---

16 *Ibid*., pp. 27, 30. Para uma explicação de o que Popper se refere como o "estilo-scherzo" de seu capítulo sobre Hegel, veja *ibid*., pp 393-5.

com todos sendo fundidos em uma grande bolha, a descoberta da realidade e, portanto, a fusão na Unidade Cósmica.

A história, a qual foi pré-determinada em direção ao seu objetivo, então chegará a um fim. Na metáfora romântica, o homem, o "organismo" genérico, é claro, não o indivíduo, finalmente "retornará para casa". A história é, portanto, uma "espiral ascendente" ao destino determinado do Homem, um retornar para o lar, mas em um nível maior que da unidade original, ou casa, com Deus na época de pré-criação.

A dominação dos escritores românticos por tal paradigma foi exposta brilhantemente pelo principal crítico do romanticismo, M.H. Abrams, que aponta para essa linhagem líder na literatura inglesa que se estende de Wordsworth até D.H. Lawrence.

Wordsworth, enfatiza Abrams, dedicou toda sua produção para um "argumento altamente romântico" ou "heróico", na tentativa de responder e transcender o poema de época de Milton de uma visão ortodoxa cristã do homem e Deus.

Para combater a visão do cristianismo de Milton do Céu e Inferno como alternativas às almas individuais, e do Segundo Advento de Jesus colocando um fim à história e retornando o homem ao paraíso, Wordsworth, em seu próprio "argumento", contrapõe sua visão panteísta da espiral ascendente da história para uma unificação cósmica e o consequente retorno do homem, partindo da alienação, para a casa.[17]

O eventual *eschaton*, o Reino de Deus, é pego do seu lugar cristão no Céu e trazido à terra, assim, como sempre que o *eschaton* é imanentizado, criando problemas ideológicos sociais e políticos

---

17 M.H. Abrams, *Natural Supernaturalism: Tradition and Revolution in Romantic Literature* (Nova York: Norton, 1971). O retrato de Milton da Queda e do Segundo Advento é verdadeiramente eloquente e comovente. Sobre a perda do Éden:

Adeus campos contentes
Onde a alegria é sempre presente [...]
E sobre o Segundo Advento:
"O tempo retrocederá e alcançará a era dourada",
"E, então, por fim, nossa benção
Completa e perfeita estará,
Mas é agora que começará [...]".

extremamente graves. Ou, para usar o conceito de Abrams, a visão romântica constituiu a secularização da teologia.

Os épicos gregos e romanos, afirmou Wordsworth, cantaram de "Arms and the Man[18]", "Até então o único argumento considerado heróico". Em contraste, no início de seu grande *Paraíso Perdido*, Milton declara:

> "Que na altura deste grande Argumento
>
> Eu posso afirmar a Providência Eterna
>
> E justificar os caminhos de Deus para o homem".

Wordsworth agora proclamou que seu próprio argumento superando o de Milton foi instilado nele por "poderes divinos e faculdades" de Deus, o permitindo (pressagiando os anseios de Marx) criar seu próprio mundo, mesmo que ele perceba, em um lampejo incomum de realismo, que "alguns chamaram de loucura".

Pois lá "passou dentro" dele o "Gênio, Poder, Criação e Divindade em si mesmos". Wordsworth concluiu que

> "Isso é, na verdade, um argumento heroico", um "argumento
>
> Não menos, mas mais heróico do que a ira

---

18 Nota do Tradutor: Referência a comédia de George Bernard Shaw, a opção pela manutenção em inglês do termo é em virtude do seu teor poético, dificilmente transponível em alguma tradução literal. Uma tradução aproximada tentou ser dada por Camões: "canto as armas e o varão...".

Do severo Aquiles".

Outros ingleses imersos no paradigma Wordsworthiano foram seus devotos seguidores Coleridge, Shelley, Keats e até mesmo Blake, que, contudo, tentou misturar cristianismo e panteísmo.

Todos esses escritores estavam imersos na doutrina cristã, a partir da qual eles poderiam derivar a sua própria versão herética e panteísta do milenarismo. O próprio Wordsworth foi treinado para tornar-se um sacerdote anglicano.

Coleridge foi um filósofo e pregador leigo, que estava à beira de se tornar um ministro unitarista, e estava imerso no neoplatonismo e nos trabalhos de Jacob Boehme, Keats foi um discípulo explícito do programa wordsworthiano, que ele chamou de um meio para a salvação secular. E Shelley, embora um ateísta explícito, idolatrou o "abençoado" Milton acima de todos os outros poetas, e estava constantemente imerso no estudo da Bíblia.

Também deve ser notado que Wordsworth, como Hegel, foi um jovem entusiasta da Revolução Francesa e de seus ideais e posteriormente, desiludido, voltou-se ao estatismo conservador e à versão panteísta da inevitável redenção através da história.

Os românticos alemães estavam ainda mais imersos na religião e misticismo que sua contraparte inglesa. Hegel, Friedrich von Schelling, Friedrich von Schiller, Friedrich Hölderlin, Johann Gottlieb Fichte, eram todos teólogos estudantes, a maioria deles com Hegel na Universidade de Tübingen.

Todos deles tentaram explicitamente aplicar a doutrina religiosa para sua filosofia. Novalis era imerso na Bíblia. Além do mais, Hegel dedicou muita atenção favorável a Boehme em suas *Lições sobre a História da Filosofia*, e Schelling chamou Boehme de um "fenômeno miraculoso na história da humanidade".

Além disso, foi Friedrich Schiller, o mentor de Hegel, que foi influenciado pelo escocês Adam Ferguson para que denunciasse a especialização e a divisão de trabalho como alienação e fragmentação

do homem, e foi Schiller quem influenciou Hegel na década de 1790 ao cunhar o conceito explícito de *Aufhebung* e a dialética.[19]

Na Inglaterra, várias décadas depois, o escritor estatista tempestuoso conservador Thomas Carlyle prestou tributo a Friedrich Schiller escrevendo uma biografia daquele escritor romântico em 1825. A partir de então, os escritos de Carlyle foram permeados com a visão hegeliana. Unidade é boa, e diversidade e separação é má e doentia.

A ciência bem como individualismo é divisão e desmembramento. A individualidade, disse Carlyle, é alienação da natureza, dos outros e de si mesmo. Mas um dia virá a descoberta, o renascimento espiritual, liderado por figuras históricas mundiais ("grandes homens") pelo qual o homem retornará para um mundo amigável por meio do cancelamento total, a "aniquilação do Self" (*Selbst-todtung*).

Finalmente, em *Passado e Presente* (1843), Carlyle aplicou sua profunda visão anti-individualista (e, alguém poderia acrescentar, anti-humana) dos assuntos econômicos. Ele denunciou o egoísmo, ganância material e *laissez-faire*, que, pela separação de um homem do outro, tem guiado o mundo:

> que se tornou um outro sem vida, e em separação também de outros seres humanos dentro de uma ordem social em que 'o pagamento em dinheiro é […] o único nexo do homem com o homem'.

Em oposição à lei do "nexo de dinheiro", metafisicamente enferma estava a familiar relação com a natureza e os semelhantes, a relação de "amor". O palco estava pronto para Karl Marx.[20]

---

19 Sobre a influência das visões de Schiller do organicismo e da alienação em Hegel, Marx e na sociologia posterior, veja Leon Bramson, *The Political Context of Sociology* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1961), p. 30n

20 Veja Abrams, *op. cit.*, nota 17, p. 311.

11.5 Marx e o Hegelianismo revolucionário de esquerda

A morte de Hegel em 1831 inevitavelmente inaugurou uma nova e muito diferente época na história do Hegelianismo. Hegel deveria trazer o fim da história, mas agora Hegel estava morto, e a história continuava a marchar.

Então se o próprio Hegel não era a culminação final da história, então talvez o estado prussiano de Friedrich Wilhelm III não era também o estágio final da história. Mas se não era a fase final da história, então não poderia a dialética da história estar preparando-se para mais uma reviravolta, outro *Aufhebung*?

Dotados desse raciocínio, grupos de jovens radicais, durante o fim da década de 1830 e na de 1840 na Alemanha e em outros lugares, formaram o movimento dos jovens hegelianos ou hegelianos de esquerda.

Desiludidos com o estado prussiano, os jovens hegelianos proclamaram a inevitável revolução apocalíptica que estava chegando para destruir e transcender aquele estado, uma revolução que iria *realmente* trazer o fim da história na forma do comunismo nacional ou mundial.

Um dos primeiros e mais influentes hegelianos de esquerda foi um polonês, Conde Augusto Cieszkowski (1814-94) que escreveu na Alemanha e publicou em 1838 seu *Prolegômeno à Historiografia*. Cieszkowski trouxe para o hegelianismo uma nova dialética da história, uma nova variante das três eras do homem.

A primeira era, a era da antiguidade, era, por alguma razão, a era da emoção, a época do sentimento puro, ou do pensamento não reflexivo, de imediatez e unidade elementais com a natureza. O "espírito" era "em-si" (*an sich*).

A segunda era da humanidade, a era cristã, indo do nascimento de Jesus até a morte do grande Hegel, era a era do pensamento, da reflexão, na qual o "espírito" moveu-se "para-si", na direção da abstração e universalidade.

Mas o cristianismo, a era do pensamento, era também uma era da dualidade intolerável, do homem separado de Deus, ou espírito separado da matéria, e o pensamento da ação.

Finalmente, a terceira e culminante era, a era vindoura, anunciada pelo Conde Cieszkowski, era para ser a era da ação. Em suma, a terceira era pós-hegeliana seria uma era da ação prática, na qual o pensamento de ambos, do cristianismo e de Hegel, seriam transcendidos e encorpados em um ato de vontade, uma revolução final para derrubar e transcender as instituições existentes.

Para o termo "ação prática", Cieszkowski emprestou o termo grego *praxis* para sumarizar a nova era, um termo que iria logo adquirir praticamente influência talismânica no marxismo. Essa Era final da ação traria, finalmente, uma abençoada unidade de pensamento e ação, teoria e práxis, espírito e matéria, Deus e terra, e total "liberdade".

Junto com Hegel e os místicos, Cieszkowski enfatizou que *todos* os eventos passados, até mesmo aqueles aparentemente maléficos, eram necessários para a culminante salvação última.

Em uma obra publicada na França em Paris em 1844, Cieszkowski também anunciou a nova classe destinada a se tornar os líder da sociedade revolucionária: a *intelligentsia*, uma palavra que fora cunhada recentemente por um polonês educado na Alemanha, B.F. Trentowski, que tinha publicado sua obra em uma Poznan ocupada pela Prússia.[21]

Cieszkowski assim anunciou e glorificou um desenvolvimento que iria pelo menos estar implícito no movimento marxista (afinal, os grandes marxistas, incluindo Marx, Engels e Lenin, eram todos intelectuais burgueses ao invés de filhos do proletariado).

Se não na teoria, essa dominância dos movimentos marxistas e governos por uma "nova classe" de *intelligentsia* foi certamente a história do marxismo na "práxis".

Essa dominância por uma nova classe foi notada e atacada do início do marxismo até o dia presente: notavelmente pelo anarco-

---

21 B.P. Trentowski, *The Relationship of Philosophy to Cybernetics* (Poznan, 1843), no qual o autor também cunhou a palavra "cibernética" para a nova e emergente forma da tecnologia social-racional que transformaria a humanidade. Veja James H. Billington, *Fire in the Minds of Men: Origins of the Revolutionary Faith* (New York: Basic Books, 1980), p.231.

comunista Bakunin e pelo revolucionário polonês Jan Waclaw Machajski (1866-1926), durante e depois da década de 1890.[22]

Foi também um insight similar do Partido Social Alemão que levou Robert Michels a abandonar o marxismo e desenvolver sua famosa "lei de ferro da oligarquia" - que todas as organizações, seja privada, governamental ou partidos marxistas, inevitavelmente acabariam sendo dominadas por uma elite de poder.

Cieszkowski, contudo, não foi destinado a pegar a onda do futuro socialismo revolucionário. Pois ele escolheu o caminho cristão messiânico, ao invés de ateísta, para a nova sociedade. Em sua enorme obra inacabada de 1848, *Pai Nosso (Ojcze nasz)*, Cieszkowski sustentou que a nova era do comunismo revolucionário seria uma terceira era, uma era do Espírito Santo (tons de joaquinismo!), uma era que traria o Reino de Deus na terra "como se estivesse no céu".

Assim, o Reino de Deus final na terra iria reintegrar toda a "humanidade orgânica", e apagaria todas as identidades nacionais, com o mundo governado por um Governo Central de Toda Humanidade, dirigido por um Conselho Universal do Povo.

Mas naquela época, não estava claro que o caminho do messianismo cristão estava destinado a ser um perdedor no debate intra-socialista.

Portanto, Alexander Ivanovich Herzen (1812-70), um fundador da tradição russa revolucionária, ficou encantado com a marca de Cieszkowski do hegelianismo de esquerda, escrevendo que "a sociedade futura é para ser a obra não do coração, mas do concreto. Hegel é o novo Cristo trazendo a palavra da verdade para os homens [...]"[23]

---

22 Sobre Machajski, veja Paul Avrich, *The Russian Anarchists* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1967), pp. 102-6. A solução preferida de Machajski ao problema da dominação pelos intelectuais dificilmente convencia. Machajski pediu por uma organização secreta dos trabalhadores revolucionários, A Conspiração dos Trabalhadores, presumivelmente direcionada por ele mesmo, que iria guiar a revolução proletária, e estabelecer uma sociedade "sem classes" livrada das distinções malignas entre trabalho manual e mental.

23 Billington, *op. cit.*, nota 20, p. 225.

E logo, Bruno Bauer, amigo e mentor de Karl Marx e o líder do *Doktorklub* dos jovens hegelianos na Universidade de Berlim, saudou a nova filosofia da ação no final de 1841 como "A Chamada da Trombeta do Juízo Final".[24]

Mas a vertente vencedora no movimento socialista europeu, como nós indicamos, foi eventualmente o ateísmo de Karl Marx. Se Hegel panteistizou e elaborou a dialética dos messiânicos cristãos, Marx agora "colocou Hegel de cabeça para baixo" tornando ateia a dialética, ao apoiá-la, não no misticismo, na religião, no "espírito", ideia absoluta ou mente-do-mundo, mas na suposta fundação sólida e "científica" do materialismo filosófico. Marx adotou seu materialismo do hegeliano de esquerda Feuerbach, particularmente sua obra em *A essência do Cristianismo* (1843).

Em contraste à ênfase hegeliana no "espírito", Marx estudaria as alegadas leis científicas da matéria de alguma maneira operando através da história. Marx, em suma, pegou a dialética e a fez o que nós podemos chamar de "materialismo dialético da história".

Muita confusão desnecessária foi feita sobre a terminologia aqui. Muitos apologistas marxistas têm sustentado ferozmente que o próprio Marx nunca usou o termo "materialismo dialético" – como se o mero não-uso dos *termos* livrasse a barra de Marx – e também que o conceito apenas apareceu mais tarde nas obras de Engels como o *Anti-Dühring*. Mas o *Anti-Dühring*, publicado antes da morte de Marx, foi, como todos os outros escritos de Engels, discutido com Marx primeiro, e então temos de assumir que Marx aprovou.[25]

A confusão decorre do fato que o termo "materialismo dialético" foi amplamente enfatizado pelo movimento marxista-leninista da década de 1930 e da de 1940, hoje em dia geralmente desacreditado. O

---

24 É a Bauer que o termo deve os termos crítico e criticismo, que os marxistas têm a longo empregado como repetidos slogans sem fim desde, e.g., 'Critique of Critical Theory', 'Critical Legal Studies', etc.

25 De acordo com Schumpeter, ademais, Marx foi virtualmente um co-autor do *Anti-Dühring*. Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy* (Nova York: Harper & Bros., 1942), p. 39n.

conceito foi aplicado por Engels, que dos dois fundadores estava particularmente interessado nas ciências naturais, à biologia.

Aplicado à biologia, como Engels fez no *Anti-Dühring*, o materialismo dialético tem um ar inconfundivelmente louco. De uma maneira ultra-hegeliana, contradições da lógica e contradições lógicas, ou "negações", são irremediavelmente confundidas com os processos da realidade. Assim: borboletas

> "vêm a existir do ovo a partir da negação [ou transcendência] do ovo […] elas são negadas novamente quando morrem". E "o grão de cevada […] é negado e é suplantado pela planta de cevada, a negação do milho […] A planta cresce […] frutifica-se e produz novamente grãos de cevada e assim que estes amadurecem, a espiga seca é negada. Como resultado dessa negação da negação nós ganhamos o grão de cevada original […] em uma quantidade dez, vinte, ou trinta vezes maior".[26]

Além do mais, o próprio Marx, e não apenas Engels, era também interessado em Darwin e na ciência biológica. Marx escreveu para Engels que a obra de Darwin "serve-me como uma base nas ciências naturais para a luta de classes na história" e que "esse é o livro o qual contém a base na história natural para nossa visão".[27]

---

26 Engels, *Anti-Dühring*, citado em Ludwig von Mises, *Theory and History* (Terceira ed., Auburn, Ala.: Ludwig von Mises Institute, 1985), p. 105. Veja também o comentário sarcástico sobre essa passagem por Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (London: Longmans, Green, 1946), p. 300n.

Gray também comenta que o resumo da dialética de Marx em A Miséria da Filosofia, não é desprovido de "valor de entretenimento":

> 'O sim se torna não, o não se torna sim, o sim se torna as vezes sim e as vezes não, e o não se torna as vezes não e as vezes sim, os contrários compensam, neutralizam e paralisam uns aos outros. (Minha própria tradução da citação francesa de Gray.)

27 Marx para Engels, 16 Jan. 1861 and 19 Dec. 1860. See Gary North, *Marx's Religion of Revolution: Regeneration Through Chaos* (segunda ed., Tyler, Texas: Institute for Christian Economics, 1989), pp. 89n-90n.

Ao reformular a dialética em termos materialistas e ateístas, contudo, Marx desistiu do poderoso motor da dialética conforme ela operou através da história: seja o messianismo cristão ou a providência ou a consciência de si crescente do espírito do mundo.

Como poderia Marx encontrar um substituto materialista "científico", recentemente fundado nas inelutáveis "leis da história", que iria explicar a inevitabilidade da iminente transformação apocalíptica do mundo no comunismo?

É uma coisa basear a previsão do Apocalipse à caminho sobre a Bíblia; outra muito diferente é deduzir esse evento das alegadas leis científicas. Expor as especificidades desse motor da história ocuparia Karl Marx pelo resto de sua vida.

Embora Marx considerasse Feuerbach indispensável para adotar posições ateístas e materialistas completas, Marx logo considerou que Feuerbach não foi longe o suficiente. Mesmo que Feuerbach fosse um comunista filosófico, ele basicamente acreditava que se o homem renegar a religião, então sua alienação de seu si mesmo estaria acabada.

Para Marx, a religião era apenas um dos problemas. O mundo inteiro do homem (o *Menschenwelt*) estava alienado, e tinha de ser radicalmente derrubado, enraizado e ramificado. Apenas a destruição apocalíptica desse mundo do homem permitiria que a verdadeira natureza do homem fosse realizada. Apenas então o existente "não-homem" (*Unmensch*) verdadeiramente tornar-se-ia homem (*Mensch*).

Como Marx vociferou na quarta de suas "teses sobre Feuerbach",

> "deve-se proceder para destruir [a] 'família terrena' [como ela é] 'tanto na teoria como na prática'".[28]

Em particular, declarou Marx, o verdadeiro homem, como Feuerbach argumentou, é um "ser comunal" (*Gemeinwesen*) ou "ser de espécie" (*Gattungswesen*). Embora o estado como existe deva ser negado ou transcendido, a participação do homem no estado opera como a de um ser comunal.

---

28 Tucker, op. cit., nota 3, p. 101.

O problema principal se dá na esfera privada, o mercado, ou "sociedade civil", na qual o não-homem age como um egoísta, como uma pessoa privada, tratando os outros como meios, e não coletivamente como mestres de seus destinos. E na sociedade existente, infelizmente, a sociedade civil é primária, enquanto o estado, ou "comunidade política", é secundário.

O que precisa ser feito para realizar a natureza completa da humanidade é transcender o estado e a sociedade civil politizando toda a vida, tornando todas as ações do homem coletivas. Então, o homem como indivíduo real se tornará um verdadeiro e completo "ser de espécie".[29]

Mas apenas uma revolução, uma orgia de destruição, pode acompanhar essa tarefa. E aqui, Marx voltou ao apelo da destruição total que tinha animado sua visão do mundo em poemas de sua juventude.

De fato, em um discurso em Londres de 1856, Marx daria uma expressão gráfica e amorosa para esse objetivo de sua "práxis". Ele mencionou que na Alemanha na Idade Média havia existido um tribunal secreto chamado o *Vehmgericht*.

Ele então explicou:

> "Se uma cruz vermelha fosse vista marcada em uma casa, as pessoas sabiam que seu dono havia sido condenado pelo **Vehm**. Todas as casas da Europa estão agora marcadas com a misteriosa cruz vermelha. A história é o juiz -- seu executor, o proletariado".[30]

Marx, de fato, não estava satisfeito com o comunismo filosófico ao qual ele e Engels tinham sido separadamente convertidos pelo hegeliano de esquerda ligeiramente mais velho Moses Hess (1812-75) no início da década de 1840.

Ao comunismo de Hess, Marx, pelo fim de 1843, adicionou a ênfase crucial no *proletariado*, não simplesmente como uma classe

---

29 *Ibid*., p. 105.

30 *Ibid*., p. 15.

econômica, mas como destinado a tornar-se a "classe universal" quando o comunismo fosse alcançado.

Como nós indicamos acima, Marx, na realidade, adquiriu sua visão do proletariado como uma chave à revolução comunista da obra de 1842 de Lorenz von Stein, um inimigo do socialismo, que interpretou os movimentos comunista e socialista como racionalizações dos interesses de classe do proletariado.

Marx descobriu no ataque de Stein a engrenagem "científica" pela inevitável revolução comunista vindoura. O proletariado, a classe mais "alienada" e supostamente "sem propriedade", seria a chave.

Marx agora tinha elaborado o esboço de sua visão messiânica secular: uma dialética materialista da história, com a revolução apocalíptica final para ser alcançada pelo proletariado. Mas como especificamente isso seria realizado? A visão não bastava.

Quais leis científicas da história poderiam trazer este objetivo querido? Felizmente, Marx tinha um ingrediente crucial para sua solução visada às suas mãos: no conceito saint-simoniano de história humana enquanto guiada por uma luta inerente entre as classes econômicas. A luta de classes junto com o materialismo histórico seria um ingrediente essencial para a dialética material marxista.

11.6 Marx como utópico

Apesar da afirmação de Marx de ser um "socialista científico", desprezando todos os outros socialistas que ele descartou como moralistas e "utópicos", deve ser claro que o próprio Marx estava ainda mais na tradição messiânica utópica do que estavam os "utópicos" competidores.

Pois Marx não apenas buscou uma sociedade futura que colocaria um fim para a história: ele acreditou ter encontrado o caminho em direção àquela utopia inevitavelmente determinada pelas "leis da história".

Mas um utópico, e fervoroso, Marx certamente era. Uma marca registrada de toda utopia é o desejo militante de colocar um fim à história, de paralisar a humanidade em um estado estático, de colocar um fim à diversidade e a livre vontade do homem, e de ordenar a vida de todo mundo de acordo com o plano utópico totalitarista.

Muitos dos primeiros comunistas e socialistas estabeleceram suas utopias fixas em grandes e absurdos detalhes, determinando o tamanho dos aposentos de todos, a comida que iriam comer, etc. Marx não foi tolo o bastante para fazer isso, mas seu sistema inteiro, como Thomas Molnar apontou, é "a busca da mente utópica pela definitiva estabilização da humanidade ou, em termos gnósticos, sua reabsorção na atemporalidade".

Para Marx, sua busca pela utopia era, como veremos, um ataque explícito à criação de Deus e um desejo feroz de destruí-la. A ideia de esmagar a maioria, as diversas facetas da criação, e do retorno a uma alegada unidade perdida com Deus começa, como vimos, com Plotino. Como Molnar resume:

> Nessa visão, a própria existência é uma ferida no não-ser. Os filósofos, de Plotino a Fichte e além, têm sustentado que a reabsorção do universo policromo no eterno Uno seria preferível à criação.
>
> Sem essa solução, eles propõem organizar um mundo no qual a mudança seja controlada para que seja posto um fim ao perturbador livre arbítrio e aos movimentos desconhecidos da sociedade.
>
> Eles aspiram a retornar do conceito linear hebraico-cristão ao ciclo greco-hindu – isso é, a uma ausência de mudança, uma permanência atemporal.

O triunfo da unidade sobre a diversidade significa que, para os utópicos, incluindo Marx, "a sociedade civil, com sua diversidade perturbadora, pode ser abolida". Molnar, então, apresenta o interessante ponto de que Hayek e Popper refutam o marxismo demonstrando

> que nenhuma mente – nem mesmo um Politburo equipado com supercomputadores – pode prever as mudanças do mercado, sua miríade de componentes de indivíduos e interações, elas erram

o alvo.

> Marx concorda com eles. Mas, ele deseja abolir o mercado e sua economia, bem como seus componentes intelectuais (“legal, político, filosófico, religioso, estético”), para restaurar um mundo simples -- uma paisagem monocromática. Sua economia não é economia, mas sim um instrumento de controle total.[31]

Certo, certo, mas, como a história dos países comunistas tem mostrado, não há muitos seguidores de Marx que estão dispostos a se contentar com um mundo no qual o cálculo econômico não é possível, e, portanto, onde a produção colapsa e segue-se a fome universal.

O substituto de Marx para a vontade de Deus ou a dialética hegeliana do mundo-espírito ou ideia absoluta, é o monismo materialista, em seu pressuposto central, como Molnar coloca,

> “que o universo consiste em matéria com algum tipo de lei unidimensional imanente na matéria”.

Neste caso,

> “o próprio homem é reduzido a um agregado complexo, mas manipulável, de matéria, vivendo na companhia de outros agregados, e formando super agregados crescentemente complexos chamados sociedades, corpos políticos e igrejas".

---

31 Thomas Molnar, “Marxism and the Utopian Theme”, *Marxist Perspectives* (Inverno 1978), pp. 153-4. O economista David McCord Wright, embora não tenha mergulhado nas raízes religiosas do problema, enfatizou que um grupo na sociedade ,os estatistas, buscam “a Conquista de um padrão ideal fixo estático da organização técnica social. Uma vez que esse ideal for alcançado, ou chegado perto, ele precisa somente de ser repetido infinitamente depois disso”. David McCord Wright, *Democracy and Progress* (New York: Macmillan, 1948), p. 21.

As supostas leis da história são, então, derivadas por marxistas científicos como supostamente evidentes e imanentes na própria matéria.

O processo marxista em direção à utopia, assim, é o homem adquirindo percepções de sua própria verdadeira natureza, e assim rearranjando o mundo para ficar de acordo com essa real natureza.

Engels, de fato, explicitamente proclamou o conceito hegeliano do homem-Deus:

> "Até agora a questão sempre esteve: O que é Deus? -- e o filósofo alemão [hegeliano] resolveu isso da seguinte maneira: Deus é homem […] O Homem deve agora arranjar o mundo em um caminho verdadeiramente humano, de acordo com as exigências de sua **natureza**".[32]

Mas esse processo está repleto de autocontradições; por exemplo, e principalmente, como pode a mera matéria ter insights de sua natureza? Como Molnar coloca:

> "Pois como pode a matéria ter insights? E se ela tem insights, não é inteiramente matéria, mas matéria com algo **extra**".

Neste alegado processo inevitável, surgindo da utopia comunista do proletariado depois de a classe proletária ter se tornado consciente de sua real natureza, qual deveria ser o papel do próprio Karl Marx? Na teoria hegeliana, o próprio Hegel é a figura histórica mundial maior e final, o homem-Deus dos homens-Deuses.

Similarmente, Marx, em suas visões, mantém-se no ponto focal da história como o homem que trouxe ao mundo o conhecimento crucial da verdadeira natureza do homem e das leis da história, portanto, servindo como "parteiro" do processo que colocaria um fim à história. Assim, Molnar:

---

32 Molnar, *op. cit.*, nota 30, pp. 149, 150-51.

> Como outros escritores gnósticos e utópicos, Marx está muito menos interessado nos estágios da história até o presente (o egoísta agora entre todos os escritores utópicos) que nos estágios finais quando o material do tempo se torna mais concentrado, quando o drama se aproxima de seu desfecho.
>
> De fato, o escrito utópico concebe a história como um processo que se guia para si mesmo, na medida em que ele, o **compreendedor** supremo, encontra-se no centro da história. É natural que as coisas acelerem durante seu próprio tempo de vida e cheguem em um divisor de águas: ele se destaca entre o Antes e o Depois.[33]

A conquista da utopia marxista é, além disso, dependente da liderança e supervisão da Cadre marxista, os possuidores do conhecimento especial das leis da história, que irão proceder para transformar a humanidade em um novo homem socialista pelo uso da força.

Na tradição judaico-cristã, a existência do mal se dá por conta do livre arbítrio do indivíduo. Nos sistemas monistas, determinísticos, por outro lado, toda a história deve ser determinada por leis fixas, e, portanto, o mal pode apenas ser *aparente*, quando, em verdade, age em um sentido mais profundo como um servo do bem superior.

Todo mal aparente deve ser verdadeiramente bom, e servir em alguma medida ao plano determinado, seja para o desdobramento do Deus-homem ou uma versão ateísta dele. Coagir as pessoas pela Cadre para criar um novo homem socialista não pode ser mal ou inaceitável numa sociedade justa. Pelo contrário, é o dever da vanguarda marxista, eles que são os servos do próximo e inevitável estágio da história, impor tal regime.

Esse é um dever para a história, essa alegada entidade para a qual a Cadre está em serviço, e a quem (a qual?) é destinado julgar as ações

---

33 *Ibid*., pp. 151-2.

do passado, julgá-las como moral ou imoral, avançando o nascimento do alegado futuro histórico inevitável, ou impedi-lo.

Em suma, a história ou a cadre tem o privilégio e dever de julgar qualquer pessoa ou movimento como sendo "progressista" (*i.e.* avançando a marcha determinada da história) ou "reacionário" (retardando essa marcha inevitável).

capítulo 12

O Sistema Marxiano I: O Materialismo Histórico e a Luta de Classes

12.1 A Estratégia Marxiana

Marx desesperadamente buscou uma dialética materialista da história, uma dialética que explicaria toda mudança histórica básica e que levaria inevitavelmente à revolução comunista. Na falta de um "nisus" boehmeiano ou de um impulso interior místico para servir como motor da dialética, Marx teve de voltar ao conflito de classes embutido no materialismo histórico.

Mas foi característico de Marx que essa área crucial do sistema marxiano, junto com outras discussões importantes, não fosse apresentada sistematicamente, mas no curso de parágrafos esparsos ou até de passagens aqui e ali ao longo dos escritos de Marx e Engels.

O sistema teve de ser construído fora dessas passagens amplamente separadas. Como resultado, ou talvez em virtude da inerente e grave fraqueza do argumento, a terminologia de Marx é invariavelmente vaga e confusa, e as ligações dialéticas alegadamente semelhantes a leis são praticamente inexistentes. Geralmente, são meras afirmações sem suporte.

Como resultado, o sistema marxista não é apenas um compilado de falácias, mas também de falácias e ligações fracas.

Nenhuma teoria econômica ou social é obrigada a apresentar previsões corretas, no sentido de previsões do futuro. Mas a doutrina marxista é diferente. Como pietistas pré-milenaristas que estão sempre prevendo um Armageddon iminente, Marx diz apresentar "leis da história" que, de acordo com ele, são "científicas" ao invés de místicas.

Bom, se ele conhece as leis da história, então seria melhor que Marx apresentasse previsões corretas de tais leis supostamente determinadas. No entanto, todas as suas previsões se mostraram completamente erradas.

Nesse ponto, os marxistas invariavelmente voltam a alterar a previsão, ou apontam para algum fator de compensação (visto apenas em retrospectiva) que temporariamente atrasou a previsão de se mostrar verdadeira. Portanto, como nós veremos logo abaixo, uma das previsões de Marx, crucial ao inevitável funcionamento do caminho ao

socialismo, foi que a classe trabalhadora sofreria cada vez mais pobreza e desgraça.

Quando a classe trabalhadora, em contraste, obviamente continuou a aumentar espetacularmente em padrão de vida no mundo ocidental, os apologistas marxistas voltaram à asserção que Marx referia-se apenas a pobreza "relativa à" classe capitalista.

É duvidoso, contudo, se uma revolução sanguinária seria travada pelo proletariado por cada um poder ter apenas um iate, enquanto os capitalistas têm uma dúzia cada. Miséria "relativa" é uma questão bem diferente.

Os marxistas então vieram com a visão que o padrão de vida dos trabalhadores ocidentais estava aumentado por conta de um atraso "temporário" trazido pelo imperialismo ocidental, permitindo aos trabalhadores ocidentais serem "capitalistas" em relação ao Terceiro Mundo explorado.

O fato de Marx e Engels terem sido eles mesmos favoráveis ao imperialismo ocidental, particularmente Alemão, enquanto uma força progressiva, é usualmente deixado em silêncio pelos escritores marxistas.

Em matérias teóricas, a estratégia dos marxistas é similar. Cada vez mais, à medida em que doutrinas marxistas cruciais tornam-se evidentemente muito absurdas para serem levadas a sério, *e.g.*, determinismo tecnológico de toda a vida, ou a teoria de valor-trabalho, elas são abandonadas pelo marxista, que então passa a sustentar teimosamente que ele é ainda um "marxista", e que o marxismo essencialmente ainda se mantém verdadeiro. Mas isso é a atitude de um adepto de uma religião mística ao invés de um cientista ou até mesmo de um pensador racional.

Uma arma crucial usada geralmente por marxistas e pelo próprio Marx foi "a dialética". Uma vez que a dialética supostamente significa que o mundo e a sociedade humana consistem em tendências conflitantes ou "contraditórias" lado a lado ou mesmo dentro do mesmo conjunto de circunstâncias, *qualquer* previsão pode ser justificada

como o resultado de um profundo *insight* em qualquer parte da dialética contraditória que possa estar prevalecendo em um dado momento.[1]

Em suma, uma vez que A ou não-A pode ocorrer, os marxianos podem seguramente proteger suas apostas para que nenhuma previsão deles possa ser em algum momento falsificada. Foi dito que Gerry Healy, o líder absoluto do movimento trotskista britânico de esquerda até o escândalo o derrubar nos últimos anos, foi capaz de manter seu poder reivindicando o poder da visão exclusiva sobre o funcionamento misterioso da dialética.

E um exemplo maravilhoso de proteção dessas apostas realizada pelo próprio Marx foi descrito em uma carta ao Engels. Marx escreve a Engels que ele tinha acabado de prever algo em sua coluna para o *New York Tribune*. Ele adiciona cinicamente e de forma reveladora:

> É possível que eu possa ser desacreditado. Mas neste caso será ainda possível sobreviver com a ajuda de um pouco de dialética. Nem é preciso dizer que eu formulei minhas previsões de tal modo que eu provaria estarem corretas até mesmo no caso oposto.[2]

12.2 Materialismo histórico

Não há lugar em seu sistema onde Marx é mais confuso ou instável do que em sua base: o conceito de materialismo histórico, a chave para a inevitável dialética da história.

Na base do materialismo histórico e da visão de Marx da história está o conceito de "forças produtivas materiais". Essas "forças" são a

---

1 Como Gray coloca com humor, a dialética geralmente parece "tornar-se ao forasteiro analfabeto e ignorante um mero brinquedo que permite que todo balanço de cada pêndulo seja considerado como a personificação de um grande princípio filosófico". Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (Londres: Longmans, Green, 1947), p.300.

2 Em Igor Shafarevich, *The Socialist Phenomenon* (Nova York: Harper & Row, 1980), p. 210.

força motriz que cria todos os eventos históricos e mudanças. Então o que são essas "forças produtivas materiais?

O melhor que pode ser dito é que as forças materiais produtivas significam "métodos tecnológicos". Por outro lado, nós também nos deparamos com o termo "modo de produção", o qual parece ser a mesma coisa que as forças materiais produtivas, ou a soma de, ou sistemas de, métodos tecnológicos.

De qualquer modo, essas forças materiais produtivas, essas tecnologias e "modos de produção", única e singularmente criam todas as "relações de produção" ou "relações sociais de produção" independentemente da vontade das pessoas.

Essas "relações de produção", também definidas de maneira extremamente vaga, parecem ser essencialmente relações legais e de propriedade. A soma dessas relações de produção de algum modo faz a "estrutura econômica da sociedade".

Essa estrutura econômica é a "base" que determina de forma causal a "superestrutura", a qual inclui a ciência natural, doutrinas legais, religião, filosofias, e todas as outras formas de "consciência". Em suma, no início da base está a tecnologia que, por sua vez, constitui ou determina os modos de produção, esses que, por sua vez, determinam relações de produção, ou instituições de lei ou propriedade, as quais finalmente, por sua vez, determinam ideias, valores religiosos, arte, etc.

Como, então, as mudanças históricas tomam lugar no esquema marxista? Elas podem *apenas* vir a ser sob a forma de métodos tecnológicos, uma vez que todo o mais na sociedade é determinado pelo estado da tecnologia em qualquer momento. Em suma, se o estado da tecnologia é *T* e todo o mais é superestrutura determinada, *S*, então para Marx,

$$T_n \rightarrow S_n$$

Onde *n* é qualquer momento do tempo. Mas então, a única maneira na qual a mudança social pode tomar lugar é por meio da mudança na tecnologia, neste caso

$$T_{n+1} \rightarrow S_{n+1}$$

Como Marx coloca em sua mais clara e severa declaração de sua visão determinista tecnológica da história, em seu *A Miséria da Filosofia:*

> Ao adquirir novas forças produtivas os homens mudam seu modo de produção, e mudando seu modo de produção, eles mudam seus meios de ganhar a vida, e, [mudando seus meios de mudar a vida][3], eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho de mão oferece-lhe a sociedade com o senhor feudal; o moinho a vapor a sociedade com o capitalista industrial.

A primeira grave falácia nesta mistura confusa acontece bem no início: De onde esta tecnologia vem? E como essas tecnologias mudam ou se aprimoram? Quem as coloca em uso? Uma chave para o compilado de falácias que constitui o sistema marxista é que Marx nunca se esforçou para prover uma resposta.

Na verdade, ele não pode, uma vez que se ele atribui o estado da tecnologia ou mudança tecnológica às ações do homem, ou homens individuais, o seu sistema inteiro desaba. Pois a consciência humana, e ainda consciência individual, estariam então determinando forças produtivas materiais ao invés do contrário. Como von Mises aponta:

> Nós podemos sumarizar a doutrina marxista desta maneira: No começo havia as "forças materiais produtivas", i.e., o equipamento tecnológico aos esforços produtivos humanos, as ferramentas e máquinas. Nenhuma questão relativa à sua origem é permitida; elas existem, isso é tudo; nós devemos assumir que elas caíram do céu.[4]

---

3 Adição do Tradutor para evidenciar a elipse.

4 Ludwig von Mises, *Theory and History* (1957, Auburn, Ala.: *Mises Institute*, 1985), pp. 111-2.

E, nós podemos adicionar, qualquer mudança nesta tecnologia precisa, portanto, cair do céu também.

Ademais, como von Mises também demonstrou, a consciência, ao invés da matéria, é predominante na tecnologia:

> uma invenção tecnológica não é algo material. É o produto de um processo mental, de raciocínio e concepção de novas ideias.
>
> As ferramentas e máquinas podem ser chamadas materiais, mas a operação da mente que as cria é certamente espiritual.
>
> O materialismo marxista não remonta os fenômenos "superestruturais" e "ideológicos" às raízes "materiais". Explica esses fenômenos como causados por um processo essencialmente mental, a saber, invenção.[5]

Máquinas são ideias materializadas. Em adição, processos tecnológicos não requerem apenas invenções. Eles devem ser trazidos do estágio de invenção e ser incorporados em máquinas e processos concretos. Mas isso requer poupança e investimento de capital, além da invenção.

Mas, admitindo esse fato, então as "relações de produção", o sistema legal e de direitos de propriedade em uma sociedade, ajuda a determinar se a poupança ou investimento serão encorajados ou desencorajados. Mais uma vez, o caminho causal próprio é *das* ideias, princípios e da "superestrutura" legal e de direitos de propriedades *para* a suposta "base".

Similarmente, as máquinas não receberão investimento, a menos que haja uma divisão de trabalho de suficiente extensão na sociedade. Mais uma vez, as relações sociais, a divisão cooperativa de trabalho e

---

5 *Ibid*., pp. 109-10.

de trocas na sociedade, determinam a extensão e desenvolvimento da tecnologia, e não o contrário.[6]

Em adição a essas falhas lógicas, a doutrina materialista é factualmente absurda. Obviamente, o moinho de mão, que imperou na antiga Suméria, *não* "trouxe a vocês" uma sociedade feudal por lá: ademais, havia relações capitalistas muito antes do moinho a vapor.

Seu determinismo tecnológico guiou Marx a saudar cada nova invenção importante como *a* mágica "força produtiva material" que iria inevitavelmente trazer a revolução socialista. Wilhelm Liebknecht, um líder marxista germânico e amigo de Marx, relatou que Marx uma vez participou de uma exibição de locomotivas elétricas em Londres, e deliberadamente concluiu que a eletricidade daria origem à inevitável revolução comunista.[7]

Engels levou o determinismo tecnológico tão longe que declarou que foi a invenção do fogo que separou o homem dos animais. Presumivelmente o grupo de animais ao qual o fogo chegou de algum modo estava determinado a evoluir; a emergência do próprio homem era simplesmente uma parte da superestrutura.

Mesmo concedendo a tese de Marx momentaneamente em nome da argumentação, sua teoria da mudança histórica ainda se depara com dificuldades insuperáveis. Pois por que não pode a tecnologia, a qual de algum modo desenvolve-se como um dado automático, não pode mudar simples e suavemente as "relações de produção" e a "superestrutura" acima dela?

Na verdade, se a base em cada momento do tempo determina o resto da superestrutura, como pode uma mudança na base *não* determinar suavemente uma mudança apropriada no resto da estrutura? Mas, novamente, um elemento misterioso entra no sistema marxista.

Periodicamente, conforme a tecnologia e os modos de produção avançam, eles entram em conflito, ou, no peculiar jargão hegeliano-marxista, em "contradição" às relações de produção, a qual continua

---

6 Em *A Miséria da Filosofia*, Marx furiosamente denunciou Proudhon por fazer esse mesmo ponto, que a divisão de trabalho precede as máquinas.

7 Veja M.M. Bober, *Karl Marx's Interpretation of History* (2nd rev. ed., Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1948), p. 9.

nas condições apropriadas ao período de tempo passado e à antiga tecnologia.

Essas relações, portanto, tornam-se "grilhões" impedindo o desenvolvimento tecnológico. Uma vez que se tornam grilhões ao crescimento, a nova tecnologia avança para uma inevitável revolução social que derruba as antigas relações de produção e a superestrutura e cria novas que estavam sendo bloqueadas ou acorrentadas. Desta maneira, o feudalismo dá origem ao capitalismo, o qual, por sua vez, dará lugar ao socialismo.

Mas se a tecnologia determina as relações de produção sociais, o que é a misteriosa força que atrasa a mudança nessas relações? Não pode ser a teimosia, hábito ou cultura do homem, uma vez que nós já fomos informados por Marx que os modos de produção impelem os homens a entrarem em relações sociais à parte de suas meras vontades.

Como o Professor Plamenatz aponta, nós somos meramente *informados* que as relações de produção se tornam grilhões às forças produtivas. Marx meramente afirma esse ponto, e nunca nem mesmo tenta oferecer uma causa, material ou outra coisa. Como Plamenatz põe inteiramente o problema:

> Então, de repente, sem aviso e sem explicação, ele [Marx] conta-nos que, no entanto, surge inevitavelmente de tempos em tempos uma incompatibilidade entre elas [as forças produtivas e as relações de produção] que apenas a revolução social é capaz de resolver.
>
> Essa incompatibilidade aparentemente surge pois a variável dependente [as relações] começam a impedir a operação livre da variável da qual depende. [As forças materiais produtivas.]
>
> Esta é uma declaração surpreendente, e, contudo, Marx pode

fazê-la sem mesmo estar ciente que ela exige explicação.[8]

O Professor Plamenatz mostrou que parte da profunda confusão é gerada e camuflada pelo fracasso de Marx em definir "relações de produção" de forma adequada. Esse conceito aparentemente inclui relações legais de propriedade. Mas se relações legais de propriedade estivessem em falta neste atraso dialético no ajuste, estabelecendo, assim, os "grilhões", Marx estaria concedendo que o problema é realmente legal ou político, ao invés de econômico.

Mas ele queria que a base determinante fosse *puramente econômica*; o político e o ideológico tiveram que ser meramente parte da superestrutura determinada. Então "relações sociais de produção", supostamente econômicas, eram os grilhões; mas isso só pode fazer sentido se significar os direitos de propriedade ou o sistema legal.

E então Marx sai desse dilema sendo tão confuso e ambivalente sobre as "relações de produção" que essas relações podem ser tomadas como *incluindo* a estrutura de propriedade, como *idênticas* com essa estrutura, ou até mesmo que os dois possam ser entidades totalmente *separadas*.

Em particular, Marx acompanhou seu propósito obscurantista afirmando que o sistema de direitos de propriedade era parte da "expressão legal das" "relações de produção" -- portanto, de algum modo, sendo capazes de ser parte da superestrutura e ainda das "relações de produção" econômicas ao mesmo tempo. "Expressão legal", é desnecessário dizer, também não foi definida.

Como Plamenatz resumiu, o conceito inteiro de "relações de produção", tão necessário à tese marxista do determinismo econômico ou material, serve para Marx como um "batalhão fantasma fechando uma lacuna na frente da teoria marxiana".[9]

Contudo, em tudo isso não há maneira alguma pela qual o conceito de "relações de produção" pode tornar o determinismo econômico inteligível, e não há meio pelo qual essas relações possam

---

8 John Plamenatz, *German Marxism and Russian Communism* (Nova York: Longmans, Green & Co., 1954), p. 29.

9 *Ibid*., p. 27.

ser determinadas pelos modos de produção *ou* podem em si mesmas determinar o sistema de direitos de propriedade.

A única cadeia de causalidade possível e coerente, em contraste, é o contrário: das ideias para os sistemas de direitos de propriedade para o fomento ou prejuízo do crescimento da poupança e investimento, e então para o desenvolvimento tecnológico.

Os marxistas do século XX, desde Lukács até Genovese, geralmente tentaram salvar o dia do constrangimento do determinismo tecnológico de Marx e de seus seguidores imediatos. Eles sustentam que todos os marxistas sofisticados sabem que a causação não é unilinear, que a base e a superestrutura realmente influenciam uma à outra. Às vezes, eles tentam torturar os dados para alegar que o próprio Marx assumia tal posição sofisticada.

De qualquer modo, eles estão caracteristicamente ofuscando o fato que eles, na verdade, abandonaram o marxismo. O marxismo é determinismo tecnológico monocausal, junto com todo o resto das falácias que descrevemos, ou não é nada e não demonstrou qualquer mecanismo dialético inevitável ou até mesmo provável.[10]

12.3 A luta de classes

Mesmo assumindo que a incompatibilidade inexplicada entre as forças produtivas e as relações de produção existe, por que essa incompatibilidade não deveria continuar para sempre? Por que a economia não simplesmente cai em uma estagnação permanente de forças tecnológicas? Essa "contradição", por assim dizer, dificilmente bastava para gerar o objetivo de Marx da inevitável revolução proletária comunista.

A resposta que Marx fornece, o motor das inevitáveis revoluções na história, é o conflito inerente de classes, lutas inerentes entre classes

---

10 Para uma defesa da monocausalidade tecnológica como uma chave para o marxismo pelo fundador do marxismo russo, George V. Plekhanov (1857-1918), ver Plekhanov, *The Development of the Monist View of History* (Nova York: International Publisher, 1973). Cf. David Gordon, *Critics of Marxism* (New Brunswick, MJ: Transaction Books, 1986), p. 22. Para uma crítica do marxismo-plekhanovismo, ver Leszek Kolakowski, *Main Currents of Marxism* (Oxford: Oxford, University Press, 1981), pp. 340-2.

econômicas. Pois, em adição ao sistema de direitos de propriedade, uma das consequências das relações de produção, como determinadas pelas forças produtivas, é a "estrutura de classe" da sociedade.

Para Marx, os grilhões eram inevitavelmente aplicados pela privilegiada "classe dominante", que de alguma maneira serve como substituta, ou encarnação viva, das relações sociais de produção e do sistema legal de propriedade. Em contraste, outra classe inevitavelmente "em ascensão", de alguma forma, incorpora as tecnologias e modos de produção oprimidos ou acorrentados.

A "contradição" entre as forças materiais produtivas acorrentadas e as relações sociais de produção restritivas, assim, incorporam-se em uma determinada luta de classes entre a classe "em ascensão" e a "dominante", que é obrigada, por uma inevitável dialética (material) da história a resultar em uma triunfante revolução por parte da classe em ascensão.

A revolução bem-sucedida ao menos traz as relações de produção e as forças materiais produtivas, ou sistema tecnológico, à harmonia. Tudo é, então, pacífico e harmonioso até posteriormente, quando outro desenvolvimento tecnológico dá origem às novas "contradições", novos grilhões, e uma nova luta de classes para ser vencida pela classe econômica em ascensão.

Desta maneira, o feudalismo, determinado pelo moinho à mão, dá origem às classes médias quando o moinho a vapor se desenvolve, e as classes médias ascendentes, os substitutos vivos do moinho a vapor, derrubam os grilhões impostos pela classe de senhores feudais.

Portanto, a dialética material pega um sistema socioeconômico, como o feudalismo, e afirma que ele "dá origem" ao seu oposto, ou "negação", e sua inevitável substituição pelo "capitalismo", o qual assim "nega" e transcende o feudalismo. E, da mesma maneira, a eletricidade (ou seja o que for) irá inevitavelmente originar uma revolução do proletariado que irá permitir à eletricidade triunfar sobre os grilhões que o capitalismo coloca sobre ela.

É difícil afirmar essa posição sem rejeitá-la imediatamente como besteira. Em adição a todas as falhas no materialismo histórico que nós vimos acima, não há uma cadeia causal que ligue uma tecnologia a uma classe, ou que permita classes econômicas incorporarem os grilhões de uma tecnologia ou das "relações de produção".

Não é oferecida nenhuma razão para que tais classes devam, ou até possam, plausivelmente, agir como fantoches determinados contra ou a favor de novas tecnologias. Por que os senhores de terra feudais tentam suprimir o moinho a vapor? Por que os senhores de terra feudais não podem investir em moinhos a vapor? E por que não podem os capitalistas investir alegremente em eletricidade, tal como já fizeram com o vapor?

Na verdade, eles têm de fato investido alegremente em eletricidade, e em todas as outras tecnologias econômicas bem-sucedidas (bem como as trouxeram à tona, em primeiro lugar). Por que os capitalistas inevitavelmente são oprimidos sobre o feudalismo, e por que o proletariado é igualmente oprimido sob o capitalismo? (Sobre a tentativa de Marx de responder a última questão, veja abaixo).

Se, finalmente, a luta de classes e a dialética material trouxerem uma inevitável revolução do proletariado, por que a dialética, como Marx mantém, é claro, chegará a um fim naquele ponto? Pois crucial ao marxismo, assim como para outras crenças milenaristas e apocalípticas, é que a dialética não pode durar para sempre.

Pelo contrário, o quiliasta, seja pré- ou pós-milenarista, invariavelmente vê o fim da dialética, ou o fim da história, como iminente. Muito em breve, iminentemente, a terceira era, ou o retorno de Jesus, ou do Reino de Deus na terra, ou o total autoconhecimento do homem-Deus, irá efetivamente colocar um fim à história.

A dialética ateísta de Marx, também, previu a iminente revolução proletária, que iria, após o estágio "comunista bruto", trazer um estágio de "comunismo superior", ou talvez um estágio "além do comunismo", o qual seria uma sociedade sem classes, uma sociedade de total igualdade, de não-divisão do trabalho, uma sociedade sem governantes. Mas, uma vez que a história é a "história da luta de classes" para Marx, o estágio comunista supremo seria o último, de modo que, com efeito, a história chegaria a um fim.

Críticos de Marx, de Bakunin até Machajski e Milovan Djilas, apontaram, é claro, profeticamente e em retrospecção, que a revolução proletária, seja qual for seu estágio, não eliminaria as classes, mas, pelo contrário, estabeleceriam uma nova classe dominante e uma nova classe dominada. Não haveria igualdade, mas outra desigualdade de poder e

inevitavelmente de riqueza: a elite oligárquica, a vanguarda, como dominadores, e o resto da sociedade como os dominados.

A fim de completar seu sistema, Marx estava interessado nos trabalhos dialéticos do passado, de passagens do despotismo oriental ou "modo asiático de produção" para o mundo antigo, então [do mundo antigo][11] ao feudalismo, e do feudalismo ao capitalismo.

Mas seu interesse principal, compreensivelmente, estava em demonstrar o mecanismo preciso pelo qual o capitalismo supostamente daria lugar, iminentemente, à revolução do proletariado. Após elaborar esse amplo sistema, o resto da vida de Marx foi, em grande parte, devotado a demonstrar e desenvolver esses supostos mecanismos.

12.4 A doutrina marxiana da "ideologia"

Até Marx devia reconhecer vagamente que nenhuma "força material produtiva", nem mesmo "classes", agiam no mundo real, mas apenas consciências e escolhas individuais. Até mesmo na análise marxista, cada classe, ou os indivíduos dentro dela, necessitam tornar-se consciente de seus "verdadeiros" interesses de classe, a fim de agir para persegui-los ou conquistá-los.

Para Marx, o pensamento de cada indivíduo, seus valores e teorias, são todos determinados, *não* por seu autointeresse individual, mas pelo interesse da classe ao qual ele supostamente pertence. Essa é a primeira falha fatal no argumento; por que no mundo cada indivíduo deveria sempre manter sua classe como superior a ele próprio?

Segundo, de acordo com Marx, esse interesse de classe determina seus pensamentos e pontos de vista, e *devem* fazer isso, pois cada pessoa é apenas capaz de "ideologia" ou falsa consciência no interesse de sua classe.

Não é capaz de uma busca objetiva e desinteressada pela verdade, nem em perseguir seu próprio interesse ou o de toda a humanidade. Mas, como von Mises apontou, a doutrina de Marx pretende ser uma ciência pura, não ideológica, e ainda assim escrita expressamente para avançar o interesse de classe do proletariado.

---

11 Adição do Tradutor para evidenciar a elipse.

Mas, enquanto toda economia "burguesa" e todas as outras disciplinas do pensamento eram interpretadas por Marx como falsas por definição, como racionalizações "ideológicas" do interesse de classe, os marxistas

> não eram consistentes o bastante para atribuir a suas doutrinas um caráter meramente ideológico. Os princípios marxistas, eles insinuaram, não são ideologias.
>
> Eles são um antegozo do conhecimento da futura sociedade sem classes que, livre dos grilhões dos conflitos de classe, estaria em posição de conceber um conhecimento puro, imaculado por manchas ideológicas.[12]

Dr. David Gordon resumiu apropriadamente esse ponto:

> Se todo o pensamento sobre os assuntos sociais e econômicos é determinado pela posição de classe, e quanto ao próprio sistema marxista? Se, como Marx orgulhosamente proclamou, ele pretendia fornecer uma ciência à classe trabalhadora, por qual motivo quaisquer uma de suas visões deveriam ser aceitas como verdadeiras?
>
> Mises acertadamente nota que a visão de Marx é autorefutada: se todo o pensamento social é ideológico, então essa proposição é, em si, ideológica e as bases para acreditar nela são minadas.
>
> Em seu **Teorias da Mais-Valia**, Marx não pode conter seu desprezo pelas "apologias" de vários economistas burgueses. Ele não percebeu que em suas constantes zombarias contra os vieses de classe de seus colegas economistas, ele estava apenas

---

12 Von Mises, *op. cit*., nota 3, p. 126.

> cavando a sepultura de sua própria gigantesca obra de propaganda em nome do proletariado.[13]

Von Mises também levanta o ponto que é absurdo acreditar que os interesses de qualquer classe, incluindo os capitalistas, podem jamais serem servidos melhor por uma doutrina falsa do que por uma doutrina correta.[14] Para Marx, o ponto da filosofia era apenas o alcance de algum objetivo prático.

Mas se, como no pragmatismo, a verdade é apenas "o que funciona", então claramente os interesses da burguesia não seriam servidos agarrando-se a uma teoria falsa da sociedade. Se a resposta marxista for mantida, tal como é, que a teoria falsa é necessária para justificar a existência do governo capitalista, então, como von Mises aponta, do próprio ponto de vista marxista, a teoria não deveria ser necessária.

Uma vez que cada classe persegue implacavelmente seu próprio interesse, não é necessário para os capitalistas justificarem sua dominância e sua suposta exploração para *si mesmos*. Não é também necessário usar essas falsas doutrinas para manter o proletariado subserviente, uma vez que, para os marxistas, o domínio ou a queda de um dado sistema social depende das forças materiais produtivas, e não há caminho pelo qual a consciência possa atrasar esse caminho ou acelerá-lo. Ou, se há tais caminhos, e os marxistas implicitamente concedem esse fato, então há uma falha grave e autoderrotadora no coração da própria teoria marxiana.

É uma ironia bem conhecida e outra profunda falha no sistema marxiano que, para toda a exaltação marxiana do proletariado e a "mente do proletariado", todos os líderes marxistas, começando com Marx e Engels, eram enfaticamente burgueses eles mesmos.

---

13 David Gordon, "Mises Contra Marx", *The Free Market*, 5 (Julho de 1987), pp. 2-3.

14 Para a refutação de outro ponto aliado na doutrina da ideologia de Marx, que cada classe econômica possui uma estrutura lógica diferente da mente ["polilogismo"], ver Ludwig von Mises, *Human Action* (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1949), pp. 72-91.

Marx era o filho de um rico advogado, sua esposa era um membro da nobreza prussiana e seu cunhado ministro prussiano do interior. Friedrich Engels, seu benfeitor e colaborador ao longo da vida, era filho de um rico fabricante, e era ele próprio um fabricante. Por que *suas* próprias visões e doutrinas não foram também determinadas pelos interesses de classe burgueses? O que permitiu *suas* consciências elevarem-se sobre um sistema tão poderoso que determina a visão de todos os outros?

Desta maneira, todo sistema determinístico busca fornecer uma saída-de-emergência para seus próprios seguidores, que são, de algum modo, capazes de escapar das leis deterministas que afligem todo o resto das pessoas. Sem querer, esses sistemas tornam-se, desta maneira, auto-contraditórios e auto-refutados. No século vinte, marxistas tais como o sociólogo alemão Karl Mannheim buscaram elevar essa saída-de-emergência até a Alta Teoria: que, de alguma maneira, os "intelectuais" eram capazes de "flutuar livremente" e levitar sobre as leis que determinam todas as outras classes.

12.5 A contradição interna no conceito de "classe"

Uma "classe" é um conjunto de entidades com alguma coisa identificável em comum. Portanto, há uma classe de "águias carecas" ou de "gerânios", e tal classe pode ser expandida ou reduzida: por exemplo, a classe de "gerânios que são cultivados em Nova Jersey". Uma "classe social" é uma classe de seres humanos com uma coisa em comum. O número de classes sociais identificáveis é virtualmente infinito. Portanto: há a "classe de pessoas com mais de seis pés e quatro polegadas de altura", a "classe de pessoas chamadas Smith", a "classe de pessoas com peso inferior a 160 libras", etc. *ad infinitum*.

Algumas dessas classes serão úteis para certos tipos de análises sociais (por exemplo, a "classe de pessoas acima de 65 anos de idade com diabetes"), para fins médicos, de seguro ou demográficos. Mas do nosso ponto de vista, em um estudo da teoria marxiana de classe, essas classes são todas insignificantes, pois não há um conflito inerente entre elas.

Na economia de mercado, na divisão internacional de trabalho e troca dos produtos, não há conflito inerente entre pessoas altas e baixas, pessoas de vários pesos e nomes, etc. Todas as classes vivem em

harmonia através da troca voluntária de bens e serviços que mutuamente os beneficia.

Além disso, não há razão para um indivíduo, em uma sociedade livre, ou em uma economia de mercado, agir em nome "dos interesses de sua classe" ao invés, ou até mesmo como um substituto, de seu próprio interesse individual. Por acaso uma pessoa irá, quando decidir em qual profissão trabalhar, ou qual investimento fazer, primeiro e mais importantemente consultar seu "interesse de classe" como o membro de uma "classe com mais de 6 pés de altura"? A própria ideia é absurda.

Não há momento, então, em que as classes sociais estão em um conflito inerente? Sim, há tais tempos, mas apenas quando algumas classes são privilegiadas pela coerção estatal, enquanto outras classes são restringidas ou sobrecarregadas pela coerção estatal.

Ludwig von Mises perceptivelmente usou o termo "casta" para identificar grupos privilegiados ou sobrecarregados pelo estado, como distintos das "classes", que são simplesmente grupos de pessoas em um livre mercado sem um conflito inerente em qualquer sentido.

O sistema de castas na Índia foi um caso clássico. As castas privilegiadas ou "dominantes" adquiriram poder, renda e status por meio da coerção do estado; as castas submersas ou "dominadas", por exemplo, foram impedidas por coerção de abandonar as ocupações humildes de seus ancestrais. Outras "castas" ou classes dominantes e dominadas não são tão rígidas como no sistema de castas indiano, mas ainda assim elas compartilham do mesmo status coercitivamente determinado.

Assim, a casta Brâmane, privilegiada pelo estado, estava em conflito inerente com os Intocáveis, que foram subjugados como classe pelo estado. Essas castas, então, possuem um interesse de classe (ou "casta") conflitante: os Brâmanes a manter seus privilégios, os Intocáveis ou até mesmo outras castas subjugadas a escapar de seus fardos. O ponto é que, pelo uso do poder estatal, cada indivíduo Brâmane possui um interesse comum ou de "classe" em manter seus privilégios; enquanto cada Intocável possui um interesse comum de classe de libertar-se da opressão.

Assim, mesmo nos casos menos rígidos que em um sistema de casta absoluto, a classe das pessoas altas e baixas, ou a classe de pessoas

chamadas Smith, normalmente vivendo em paz e harmonia, podem *tornar-se* classes em conflito inerente.

Suponha, por exemplo, que o estado decrete um grande subsídio para todas as pessoas acima de 6 pés de altura, ou uma pesada taxação especial em todos aqueles abaixo de 5 pés e 5 polegadas. Se os privilégios especiais fossem concedidos às pessoas chamadas Smith, então isso seria uma classe privilegiada a custos de todos os outros, e haveria um incentivo econômico para tentar entrar na "classe dominante" (pessoas chamadas Smith) tão rápido quanto for possível.

Mesmo em tais situações, como Marx, na prática, não poderia negar, havia e há indivíduos que, por várias razões de ideologia e oportunismo, falham a seguir seu próprio interesse-de-classe comum. Havia e há Brâmanes que colocam a demanda por justiça (isto é, ideias ou princípios) acima que os interesses de sua própria classe, ou Intocáveis que, por interesse pessoal, se submetem à ordem existente.

Há uma contradição interna grave no coração do sistema marxiano, no conceito crucial de classe de Marx. Na dialética marxiana, duas potentes classes sociais enfrentam-se em um conflito inerente, a dominante e a dominada. Nos dois primeiros conflitos importantes da história: "despotismo oriental" e "feudalismo", as classes sociais foram definidas por Marx no que nós vimos ser a maneira libertária, ou misesiana: as classes privilegiadas ou sobrecarregadas pelo estado.

Assim, no "despotismo oriental", ou o "modo de produção asiático", o imperador e sua burocracia tecnocrata governam o estado, e constitui sua "classe dominante". Essa classe adquire privilégios do estado, taxa e controla as classes "dominadas", isto é, todo o resto das pessoas, principalmente o campesinato, mas também artesões e mercadores. Aqui Marx adota a definição libertária (como nós vimos, tendo sido avançada por James Mill) de um sistema de duas-classes, os Poucos dominantes que ganharam controle do estado, que estão governando e explorando a Maioria dominada.

Sob o feudalismo, um conceito similar se aplica. A classe dos donos de terras adquiriu território através da guerra e da conquista, e se estabeleceu para oprimir o campesinato, os mercadores e os artesãos por meio de aluguéis coercitivos, impostos, regulações e servidão. Mais uma vez, as categorias de classe de Marx são categorias de "castas": a

classe dominante é o que ela é em virtude de ter ganho controle do estado, o principal aparato social de coerção.

Tudo bem. Mas então, de repente, quando Marx chega ao capitalismo, as categorias de classe se alteram, sem reconhecimento. Agora a classe dominante não é simplesmente definida como a classe que governa o aparato estatal.

Agora, de repente, o ato original de dominação ou "exploração" é o contrato de salários do livre mercado, o próprio ato de um capitalista contratando um trabalhador e um trabalhador concordando em ser contratado. Isso em si, para Marx, estabelece um "interesse-de-classe" comum entre os capitalistas, explorando uma "classe comum" de trabalhadores.

É verdade que Marx também acreditou que essa "classe capitalista" domina o estado, mas apenas como um "o comitê executivo da classe dominante", isso é, uma classe dominante que *previamente existia* no livre mercado, por conta do sistema de salários.

Então o que Marx, enquanto analista do despotismo oriental ou feudalismo, consideraria como uma exploração da classe-dominante ainda existe sob o capitalismo, mas apenas como um *adendo* à exploração capitalista pré-existente dos trabalhadores sob o sistema de salários. A exploração da classe-dominante sob o capitalismo é singular em exercer uma *dupla* exploração: *primeiro*, no mercado como uma parte do contrato de salário, e *segundo*, a alegada exploração pelo estado enquanto comitê executivo da classe dominante.

Deveria ser evidente que a análise de classes de Marx é, a essa altura, uma confusão, um total desastre; duas definições contraditórias de classe são colocadas juntas, não fundidas e não reconhecidas. Por que o capitalismo deveria, de todos os sistemas, ser capaz de cobrar uma exploração "dupla" da qual nenhuma outra classe dominante no esquema histórico de Marx pode desfrutar?

Mas o ponto crucial é que a definição de Marx de classe e de conflito de classe sob o capitalismo é irremediavelmente confusa e totalmente errada. Como podem os "capitalistas", mesmo na mesma indústria e muito menos no sistema social inteiro, ter alguma coisa crucial em comum?

Os Brâmanes e os escravos, em um sistema de casta, certamente possuem um interesse-de-classe comum, em conflito com outras castas.

Mas o que é o "interesse-de-classe" comum das "classes capitalistas"? Pelo contrário, as firmas capitalistas estão em contínua competição e rivalidade uma com a outra. Elas competem por material bruto, por trabalho, por vendas e clientes. Elas competem na qualidade e no preço, e em procurar novos produtos e novos caminhos para ultrapassarem seus competidores. Marx, é claro, não nega a realidade desta competição. Então como podem todos os capitalistas, ou até a "indústria do aço", serem considerados uma classe com interesses comuns?

Novamente, em apenas um caminho: a indústria do aço apenas possui interesses comuns se ela pode induzir o estado a criar tais interesses através do privilégio especial. A intervenção estatal para impor uma tarifa de aço, ou um cartel de aço com produção restrita e industrialistas do aço. Mas nenhuma classe na qual existam interesses comuns pré-existem no mercado antes de tais intervenções se darem.

Apenas o estado pode criar uma classe privilegiada (ou uma classe subordinada e sobrecarregada) pelas ações da intervenção na economia ou sociedade. Não pode haver uma "classe capitalista dominante" no livre mercado.

Similarmente, não pode haver uma "classe trabalhadora" com interesses-de-classe comuns no livre mercado. Os trabalhadores competem uns com os outros, assim como os capitalistas ou empreendedores competem uns com os outros. Mais uma vez, se os grupos de trabalhadores podem usar o estado para excluir outros grupos, eles podem tornar-se uma classe dominante como contrária aos grupos excluídos.

Portanto, se as restrições de imigração governamentais mantêm fora novos trabalhadores, os trabalhadores nativos podem beneficiar-se (ao menos no curto-prazo) às custas das rendas dos imigrantes; ou se os trabalhadores brancos podem manter os trabalhadores negros fora de empregos qualificados por coerção estatal (como foi feito na África do Sul), o primeiro se torna uma classe privilegiada ou dominante às custas do último.

Um ponto importante aqui é que *qualquer* grupo que consiga controlar o estado, ou ganhar privilégios dele, pode tomar seu lugar entre os exploradores: podem ser grupos específicos de trabalhadores, ou homens de negócios, ou membros do Partido Comunista, ou seja o

que for. Não há razão para assumir que apenas "capitalistas" podem adquirir tais privilégios.

Nesta análise de classe, Marx constantemente teve de lutar com o fato que nem os capitalistas e nem os trabalhadores agem, na prática, como se cada um deles fosse membro de classes conflitantes e monolíticas. Pelo contrário, os capitalistas persistem em competir um com o outro, bem como os trabalhadores. Mesmo em seu empolgante *Manifesto Comunista*, Marx e Engels tiveram de admitir que "A organização dos proletários em uma classe, e, consequentemente, em um partido político, está sendo continuamente perturbada novamente pela competição entre os próprios trabalhadores". De fato.

Mas há mais problemas graves. Pois Marx tinha sua análise de duas-classes; a essência de cada conflito titânico na história é entre duas poderosas classes sociais: a dominante *vs* a dominada, a classe ascendente em sintonia com as novas forças materiais produtivas e a decadente fora de sintonia.

Mas uma coisa é empregar uma análise de duas-classes, dominante *vs* dominado, de acordo com a definição libertária ou Milliana; uma vez que de fato há interesses e conflitos comuns de casta, esse conceito é aqui uma simplificação, mas importante e viável.

Mas o que nós fazemos no mundo complexo e multi-classe da economia capitalista de mercado? Como nós podemos empregar um modelo de duas-classes aqui, seja ao mercado ou à ação política?

E não há dúvida que Marx está comprometido com o modelo de duas-classes: capitalistas *vs* proletários. Todas as outras classes desaparecem, então a poderosa, explorada e miserável classe pode levantar-se como um monólito para derrubar "a classe capitalista".

Como Marx e Engels dizem no *Manifesto Comunista*:

> "nossa época, a época da burguesia, possui, contudo, esse recurso distintivo: ela simplificou os antagonismos de classe: A sociedade como um todo está se dividindo mais em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes diretamente

confrontando uma à outra: Burguesia e Proletariado".[15]

Mas, na prática, analisando a história recente ou eventos atuais, Marx e Engels são forçados a falar sobre muitas classes e grupos, e suas interações -- portanto implicitamente, mas definitivamente traindo seu próprio modelo absurdo de duas-classes.

E então nós temos o problema de que as duas classes de Marx estão longe de ser monólitos, que seus membros competem um com o outro constantemente e colaboram muito raramente, e também que na sociedade capitalista, em particular, é impossível analisar a ação história comprimindo todos os agentes humanos em duas classes.

Na prática, contudo, Marx e outros marxistas felizmente usam um modelo multi-classe ao analisar eventos históricos: "capital de aço", "capital têxtil", "capital de armamento", "capital de finança", etc. Mas eles não parecem perceber que enquanto eles estão sendo muito mais realistas que quando estavam tagarelando sobre "capitalistas" *vs* "trabalhadores" como duas classes monolíticas, eles estão traindo totalmente a própria dialética marxiana.

Nenhuma revolução inevitável, por exemplo, irá em algum momento seguir da disputa multi-classes -- certamente não a da querida classe proletária de Marx.

O próprio Marx, e os marxistas em geral, devotou muitos milhões de palavras para o conceito e uso do termo "classe". Contudo em todos os seus escritos, Marx nem uma vez a definiu. Pois se ele tivesse tentado

---

15 Na primeira sessão, "Burgueses e Proletários", do Manifesto Comunista, Marx e Engels continuamente confundem os conceitos de "casta" e "classe", *i.e.*, classe como privilégio especial contra conjuntos de indivíduos no livre mercado. Assim: "Nas épocas passadas da história, nós encontramos quase em todo lugar um arranjo complicado da sociedade em várias ordens, uma gradação múltipla de classificação social. Na Roma antiga nós temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Medieval, lordes feudais, vassalos, mestres de guilda, jornaleiros, aprendizes, servos; em quase todas essas classes, novamente, há gradações subordinadas, [i.e., classes enquanto castas]". Ademais, "A sociedade burguesa moderna que brotou das ruínas da sociedade feudal […] estabeleceu novas classes, novas condições de opressão […] [O salto não investigado de uma classe de casta para uma situação de livre mercado]".

uma definição, a contradição interna gritante no conceito, o deslize entre a criação do estado e a mera ação do mercado, iria se tornar totalmente clara, e algo teria de acontecer.

Assim, na *magnum opus* teórica de Marx, *O Capital*, não há tentativa de definição de classe. Apenas um Volume I incompleto foi publicado no tempo de vida de Marx (1967), ponto em que ele havia substancialmente terminado de trabalhar no livro.

Após a morte de Marx em 1883, Engels trabalhou, editou e publicou o manuscrito restante em dois outros volumes (1885, 1894).[16] Apenas no famoso último capítulo do terceiro volume Marx finalmente chega em uma tentativa de definir o que ele e Marx estavam falando e escrevendo sobre durante quatro décadas.

É um capítulo inacabado de surpreendente brevidade -- cinco curtos parágrafos. Neste capítulo, "Classes", Marx inicia com a clássica tríade ricardiana: que as fontes de renda na economia de mercado são salários, lucros e aluguéis, e que os recebedores de tal renda constituem as "três grandes classes da sociedade moderna" -- trabalhadores, capitalistas e donos de terra.[17]

Até agora tudo bem. Mas então Marx adiciona que até mesmo a Inglaterra,

> "o mais clássico e altamente desenvolvido país capitalista, contém estratos intermediários e medianos que mesmo aqui obliteram linhas de demarcação em todos os lugares".

Mas, ele rapidamente se apressa em garantir a seus leitores que esse problema é irrelevante, uma vez que a concentração e polarização das classes está ocorrendo em ritmo acelerado.

---

16 Durante a década de 1870, Marx levou Engels a acreditar que ele estava trabalhando duro e constantemente nos Volumes II e III do *Capital*. Na morte de Marx, Engels ficou surpreso em descobrir que Marx praticamente não havia feito trabalho algum no manuscrito desde 1867, em suma, que Marx havia mentido descaradamente para seu amigo e patrão. Ver W.O. Henderson, *The Life of Friedrich Engels* (Londres: Frank Cass, 1976), II, p. 563.

17 Veja abaixo sobre a contribuição Ricardiana à teoria marxiana de classes.

Marx então inicia o terceiro parágrafo deste capítulo aparentemente culminante.

> "A primeira questão a ser respondida é: O que constitui uma classe?"

De fato. Ele, então, adiciona que a resposta a esta questão "segue-se naturalmente" da resposta a uma segunda questão relacionada:

> "O que faz os trabalhadores-assalariados, capitalistas, e donos de terra constituírem as três grandes classes sociais?"

Nós agora estamos preparados para a resposta, primeiro à esta última questão ricardiana e, então, à primeira questão crítica, "O que constitui uma classe?"

Sobre a segunda questão, Marx afirma que "à primeira vista", a identidade das rendas com seus recursos constitui a resposta. Afinal, os trabalhadores ganham salários de seus trabalhos, os capitalistas fazem lucro de seu capital, e os donos de terra obtêm aluguéis de suas terras. Mas Marx rapidamente alerta-nos que essa simples resposta não funcionará. Pois:

> Contudo, desse ponto de vista, os médicos e oficiais, e.g., também constituiriam duas classes, pois eles pertencem a dois grupos sociais distintos, os membros de cada um desses grupos recebem suas receitas de apenas uma e mesma fonte.

> O mesmo seria também verdadeiro à fragmentação infinita de interesse e classificação em que a divisão do trabalho social divide tanto os trabalhadores como os capitalistas e donos de terra -- os últimos, por exemplo, em proprietários de vinhedos, donos de fazenda, donos de florestas, donos de minas e donos de pescarias.

Precisamente. Marx disse muito bem; seu querido modelo monolítico de duas-classes (ou três-classes, se adicionarmos o suposto

"remanescente feudal" em declínio -- a classe dos donos de terra) está totalmente em ruínas.[18]

Desse modo, a teoria marxiana de classes, e, portanto, o marxismo, foram destruídas pelas mãos de seu próprio criador. Mas se é sempre mais sombrio antes do amanhecer, se o sofrimento da classe oprimida é maior bem antes do momento apocalíptico revolucionário, nós esperaríamos que Karl Marx interviesse e triunfantemente salvasse o dia. Como ele fez isso? Como o drama se desenrola? Em um dos maiores momentos anti-climáticos na história do pensamento social, o manuscrito se encerra com as linhas que acabamos de citar. Há apenas uma nota de rodapé enigmática de Engels: "Aqui o manuscrito se interrompe".

A maneira que Engels coloca isso implica que o Mestre foi abatido assim que sua caneta estava pronta para empunhar a Resposta que iria resgatar a decadente teoria marxista de classe e colocá-la em fundamentos sólidos.

Mas nós sabemos que isso não é verdade, pois a "interrupção" ocorreu 16 anos antes da morte de Marx. Marx teve um grande tempo para sua dramática e conclusiva resposta. Por que ele não a perseguiu?

---

18 Cf. esses insights do proeminente oponente do marxismo no século XX, Ludwig von Mises: "A teoria do conflito inconciliável de classes é ilógica quando não continua ao dividir a sociedade em três ou quatro grandes classes. Levada às suas conclusões lógicas, a teoria teria de continuar, e então dissolver a sociedade em grupos de interesses até que alcançasse grupos cujos membros exerçam precisamente a mesma função. Não é suficiente separar os donos em donos de terra e capitalistas. A diferenciação precisa proceder até que atinja grupos como fiandeiros de algodão que manufaturam a mesma quantidade de fios, ou os manufatureiros de couro *chevreau* preto, ou os manufatureiros de cervejas leves. […] Nenhum interesse comum especial une os proprietários de terras aráveis, de florestas, de vinhas, de minas ou imóveis urbanos […] Também não há interesses comuns entre os trabalhadores. O trabalho homogêneo é tão inexistente quanto o trabalhador universal. O trabalho do fiandeiro é diferente do trabalho do minerador e do trabalho do médico. […] Nem o trabalho não qualificado é homogêneo. Um catador é diferente de um bagageiro." Ludwig von Mises, Socialism: And Economic and Sociological Analysis (4th ed., Indianapolis: Liberty Classics, 1981), pp. 300-301 [Ver, em português, *Socialismo: Uma Análise Econômica e Sociológica*, (Editora Konkin, 2021), págs., 330-331.]

Nós podemos apenas concluir que ele não pôde, que ele estava parado, que ele percebeu que não *havia* resposta, e que o marxismo teria, doravante, de confiar na repetição e na fanfarrice para levar-se adiante.

12.6 A origem do conceito de classe

Nós vimos acima que James Mill, nas décadas recentes do século XIX, trabalhou em uma teoria simples de classes de duas-classes, mas eficaz e convincente; a classe dominante que domina o estado, e o restante da sociedade, que constitui os dominados.

Quase no mesmo tempo, durante o período de Restauração na França após a queda de Napoleão em 1814, um grupo de teóricos libertários de *laissez-faire* estavam trabalhando em uma versão muito mais sofisticada do mesmo modelo, um modelo que continha uma dimensão histórica e sociológica ausente em James Mill. Esse grupo eram descendentes físicos e espirituais dos ideólogos da era napoleônica, e a maior ligação era J.B. Say.

Say foi o inspirador e estadista mais velho deste grupo de Restauração, o qual foi guiado por seu genro Charles Comte (François Charles Louis Comte, 1782-1837) e Charles Dunoyer (Barthélemy Charles Pierre Joseph Dunoyer, 1786-1862). Um importante seguidor de Comte e Dunoyer foi o jovem Augustin Thierry (1795-1856), logo se tornaria o mais notável dos historiadores franceses.

No início da Restauração até 1820, Comte e Dunoyer fundaram e editaram *Le Censeur* seguido por *Le Censeur Européen*, periódicos que se tornaram o centro do novo movimento *laissez-faire*.

Como Mill, Comte e Dunoyer definiram classes conflitantes como aquelas que ganharam controle dos aparatos estatais enquanto contra aquelas que são controladas pelo estado. Mas eles também apontaram que a história foi uma história de tais lutas de classes (ou castas).

Sob o despotismo oriental, o imperador e sua burocracia constituíam a classe dominante; no início da Europa, tribos conquistadoras estabeleceram-se entre os conquistados para constituir um estado com uma classe dominante; historicamente, então, outro componente de tal classe dominante é que, ao menos inicialmente, ela foi de um grupo étnico diferente da classe dominada. Desta maneira, a

opressão étnica reforçou a opressão de classe político-econômica pelo estado.

Mas, para Comte e Dunoyer, o novo elemento, o fator que traria a inevitável emergência e triunfo de uma sociedade sem classes (no sentido de "sem castas") era o que eles chamavam *industrielisme*.

A emergência de uma sociedade industrial exigiu um livre mercado internacional para possibilitá-la funcionar; portanto, Comte e Dunoyer consideram como inevitável que uma economia de livre mercado se difunda pela Europa e, eventualmente, pelo mundo, dissolvendo as classes dominantes e trazendo uma região e um mundo libertários, um mundo livre da opressão do estado.

Portanto o estado, nessa visão, definharia para ser dissolvido em uma economia de mercado de trocas, e, na linguagem explícita de Comte e Dunoyer, "o governo dos homens seria substituído pela administração de coisas".

Portanto, Comte e Dunoyer viam o mundo como sendo dividido em classes produtivas (trabalhadores, empreendedores, produtores de todas as coisas), prejudicadas e oprimidas pelas classes "não-produtivas", que usam o estado para arrecadar tributos sobre os produtores.

Os "não-produtores" são, em particular, políticos, oficiais do governo, e *rentistas* vivendo de títulos do governo, bem como homens de negócios subsidiados ou recebedores de privilégio governamental. O "pico de perfeição", o qual Comte e Dunoyer viam como eventualmente chegando, "seria alcançado se todo o mundo trabalhasse, e ninguém governasse".

Em suas análises, Comte e Dunoyer foram além de seu mentor, J.B. Say, com sua dádiva, para adicionar as dimensões filosóficas, históricas e sociológicas para aquilo que era estritamente econômico.

O movimento Comte-Dunoyer estava firme e os militantes acreditavam em liberdade individual e direitos de propriedade. Assim o ataque de Dunoyer ao igualitarismo: "Igualdade seria o reverso daquela lei fundamental da humanidade e da sociedade" a qual fornece a renda e a posição de cada homem "dependente sobretudo de sua conduta, e é proporcionada à atividade, à inteligência, moralidade e persistência de seus esforços".

E sobre a liberdade, Dunoyer escreveu isso por 40 anos,

> "Eu defendi os mesmos princípios: liberdade em todas as coisas, na religião, na filosofia, na literatura, indústria, na política. E por liberdade eu entendo o triunfo da individualidade [...]".[19]

A minhoca na maçã, o caminho no qual a análise social libertária de classes transmuta-se em uma mistura de si mesma e de sua opositora, foi fornecida por um tagarela aristocrata francês Henri, Comte Saint-Simon (Claude Henri de Rouvroy, Comte Saint-Simon 1760-1825). Saint-Simon, um pensador irremediavelmente confuso, não foi auxiliado em sua confusão existencial por sua propensão de propagar ideias oralmente, em salões, ao invés de ser pela leitura sistemática.[20]

Por um tempo, durante o período *Censeur*, Saint-Simon, o qual havia aprendido as ideias de Comte-Dunoyer em salões, era o que podia ser mais bem descrito como um seguidor-de-viagem deles, e divulgou as ideias deles em seu próprio periódico, *l'Industrie* (1816-18). Depois disso, entretanto, Saint-Simon tornou-se cada vez mais autoritário e hostil ao liberalismo de *laissez-faire*. Tendo absorvido a análise de classes libertária de Comte e Dunoyer, ele caracteristicamente confundiu os conceitos, e introduziu a contradição fatídica e não reconhecida: entre classes conflitantes no sentido de quem governa o estado, ou é governado por ele, *versus* empregadores *vis-à-vis* assalariados no livre mercado.

A confusão marxiana foi a contribuição duvidosa de Saint-Simon ao pensamento social. Após a morte de Saint-Simon em 1825, seu discípulo Olinde Rodrigues, um engenheiro e filho de um burocrata, junto com Enfantin e Bazard, encontrou o jornal Saint-Simoniano *Le Producteur* que, seguido pelas conferências e tratados para o restante da década de 1820, converteram a confusa filosofia social de seu

---

19 Veja James Bland Briscoe, "Saint-Simonianism and the Origins of Socialism in France, 1816-32" (dissertação de doutorado em história, Columbia University, 1980), p. 59.

20 É difícil não concordar com a afirmação de Alexander Gray de Saint-Simon, como citada pelo filósofo social francês Émile Faguet: "Saint-Simon é um raro exemplo de incoerência em sua vida, incoerência em seu caráter, e incoerência em suas ideias detalhadas, combinadas com uma fixidez em suas visões que o regiam". (Tradução do autor.) Gray, *op. cit*., nota 1, p. 160n.

falecido mestre à uma proposta militante por um sistema totalitarista socialista.

Esse sistema seria governado por aquilo que os saint-simonianos consideravam os verdadeiros representantes do *industrielisme*: uma aliança dos engenheiros e outros intelectuais tecnocráticos com banqueiros investidores, coordenados e guiados por um banco central dominado por banqueiros.

Em suma, em contraste ao socialismo comunista, o qual era ao menos ostensivamente igualitário, o Saint-Simonianismo era francamente elitista, para ser dirigido pelas classes "boas" e supostamente modernas.

Portanto, os Saint-Simonianos, os quais foram os primeiros usuários da palavra "socialista", repudiaram os capitalistas e empreendedores, em nome de suas classes favorecidas de banqueiros e intelectuais, representando os produtores-trabalhadores.

Não é coincidência, talvez, que, dos dois co-líderes máximos do Saint-Simonianismo, Enfantin e Bazard, Barthélemy Prosper Enfantin era o filho de um banqueiro, foi educado como um banqueiro e engenheiro, e foi um estudante de matemática de Olinde Rodrigues.

Não é surpreendente que o saint-simonianismo tenha atraído enormemente os investidores bancários, o *Producteur* sendo financiado pelo proeminente banqueiro Jacques Laffitte.

A cultura saint-simoniana alcançou o auge de sua notável influência na França de 1830-32, após o qual os dois papas desse culto político-religioso, Enfantin e Saint-Amand Bazard (1791-1832) tiveram uma cisão ardente na questão do amor livre, na qual todo discípulo devia tomar lado imediatamente.

Infelizmente, a destrutiva divisão entre os dois papas veio tarde demais, e o movimento socialista saint-simoniano já havia se tornado grandemente influente por meio da Europa. Na França, artistas e escritores tornaram-se saint-simonianos, incluindo George Sand, Balzac, Hugo e Eugene Sue, enquanto, na música, Berlioz tentou aplicar os princípios saint-simonianos compondo uma *Música sobre a Instalação das Ferrovias*, e Franz Liszt tocava piano nas reuniões saint-simonianas.

Na Inglaterra, o panteísta romântico reacionário Thomas Carlyle adotou o socialismo imediatamente, e se tornou seu principal porta-voz

na Inglaterra, indo tão longe a ponto de traduzir e se dedicar a publicar a obra final do mestre, *O Novo Cristianismo*, no qual ele previu o desenvolvimento de seu movimento para o culto de uma nova religião.

De importância mais duradoura foi a profunda influência que o saint-simonianismo teve sobre John Stuart Mill. Pois foram os saint-simonianos que foram inicial e grandemente responsáveis pela quase conversão de Mill das visões rígidas pró-livre-mercado do seu pai ao semi-socialismo.

Em sua *Autobiografia*, Mill explica que ele leu todo o tratado saint-simoniano e como foi parcialmente por seus escritos que [seus] olhos estavam abertos ao valor limitado e temporário da economia da velha política, a qual assume a propriedade privada e a herança como fatos irrevogáveis e a liberdade de produção e de troca como o *motivo mais básico* da melhora social.

De fato, em uma carta ao principal saint-simoniano francês, Gustave d'Eichtal, um amigo de Rodrigues, Mill foi tão longe a ponto de conceder que alguma forma de socialismo saint-simoniano "é provavelmente a condição final e permanente de nossa raça", embora ele se diferenciasse deles em acreditar que levaria um grande tempo à humanidade para que ela se torne capaz de alcançar tal estado feliz.[21]

Não há país, contudo, que tenha aceitado o saint-simonianismo com mais gosto que a Alemanha. No início da década de 1830, o saint-simonianismo "foi como um incêndio no mundo literário alemão".[22] Seus adeptos entusiastas incluíam o eminente escritor político, Friedrich Chuchholz, e o famoso poeta Heinrich Heine, enquanto a Jovem Escola Alemã de poetas tornou-se adepta ao saint-simonianismo.

Mas a influência mais importante do saint-simonianismo na Alemanha foi sobre os Jovens Hegelianos, Jovens poetas Alemães tais como T. Mundt e G. Kuehne que eram professores universitários hegelianos de filosofia.

---

21 Veja F.A. von Hayek, *The Counter-Revolution of Science* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1952), p. 158.

22 *Ibid*., p. 159.

Mais diretamente, o saint-simonianismo exerceu uma influência formativa em Marx. Em primeiro lugar, a cidade natal de Marx, Trier, fazia parte da Renânia Alemã, ocupada pela França por duas décadas das guerras francesas revolucionárias.

Portanto a cidade tornou-se grandemente suscetível às influências de intelectuais franceses. Como resultado, Trier estava cheia de agitação saint-simoniana quando Marx era um jovem adolescente; tanto que o arcebispo se sentiu obrigado a condenar as doutrinas saint-simonianas do púlpito. Ludwig Gall, ex-secretário do conselho municipal de Trier, foi um escritor saint-simoniano proeminente e prolífico. Há pouca dúvida que Marx leu os escritos de Gall.

Outra influência poderosa sobre Marx foi um de seus professores favoritos da Universidade de Berlin, Eduard Gans, um dos discípulos favoritos de Hegel, que ensinou lei criminal. Gans foi um hegeliano e também um saint-simoniano, e a interpenetração das duas doutrinas na Alemão profundamente modelou as visões dos Jovens Hegelianos, dos quais Marx tornou-se um líder.

Como Billington nota,

> "Todo o fenômeno do hegelianismo de esquerda foi nada mais que um saint-simonianismo hegelianizado ou um hegelianismo saint-simonianizado".[23]

Mergulhado em Saint-Simon, bem como em Hegel, Marx encontrou o conceito de luta de classe, pronto para usar e adequado à incorporação em seu próprio Grande Design.

Em adição à luta de classes entre os proletários e os capitalistas, Marx também adotou a versão saint-simoniano da indústria e sua personificação (entre os Saint-Simonianos e em Marx, os trabalhadores) como inevitavelmente vitoriosa, junto com o futuro objetivo da história como o desaparecimento do estado e a "substituição do governo dos homens pela administração das coisas".

---

23 James Billington, *Fire in the Minds of Men: Origins of the Revolutionary Faith* (Nova York: Basic Books, 1980), p. 225.

Havia, é claro, uma diferença crucial entre esse conceito abortivo e seu original. Entre Comte e Dunoyer, o estado utópico seria puramente uma sociedade livre de proprietários individuais e comerciantes do livre mercado; para Marx, era para ser uma "auto" propriedade coletiva comunal de todos os bens pelo "homem", sem divisão de trabalho, especialização, dinheiro ou troca existente.

O próprio Marx testemunhou uma influência saint-simoniana particularmente poderosa sobre ele, conforme transmitido por seu amado mentor, pai substituto, e futuro sogro, Baron Ludwig Westphalen.

Perto do fim de sua vida, Marx contou a seu próximo amigo e admirador, o aristocrata liberal russo Maxim Kovalevsky, que ele havia absorvido o saint-simonianismo de von Westphalen, que era aparentemente um admirador fervoroso da doutrina saint-simoniana.

Nós já vimos que no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels escorregaram para o libertário original, ao invés da teoria de classe saint-simoniana-marxista, confundindo os privilegiados pelo estado com os capitalistas que contratam trabalhadores no mercado. Em uma discussão penetrante, o Professor Ralph Raico apontou que o termo "burguesia" como usado no Continente forneceu a base àquela confusão. Como Raico nota:

> Quando Marx diz que a burguesia é a principal classe exploradora e parasita na sociedade moderna, "burguesia" pode ser entendida em dois caminhos diferentes.
>
> Na Inglaterra e nos Estados Unidos, ela tendeu a sugerir a classe de capitalistas e empreendedores que ganham a vida comprando e vendendo no (mais ou menos) livre mercado […] No Continente, contudo, o termo "burguesia" não possui tal conexão necessária com o mercado: pode significar com a mesma facilidade a classe de "funcionários públicos" e rentistas da dívida pública como a classe de empresários envolvidas no

processo da produção social.[24]

Raico prossegue afirmando que a exploração sistemática das outras classes pelos burocratas e detentores da dívida-pública "era um lugar-comum no pensamento social do século XIX"; Tocqueville, por exemplo, denuncia o governo da "classe média" sob a "monarquia *burguesa*" de Luís Felipe (1830-48) como se segue: "Instalou-se em todos os escritórios, prodigiosamente aumentou o número de escritórios, e adquiriu o hábito de viver do Tesouro público quase tanto quanto de sua própria indústria".[25]

Mas isso está longe de ser tudo. O Professor Raico mostra que, analisando eventos históricos específicos, particularmente na história contemporânea da França, Marx e Engels continuam caindo na análise do tipo libertário, de duas classes, vinculada ao estado.

Portanto, considerando o *XVIII* de *Brumário de Luís Bonaparte* (1852), analisando os eventos que levaram ao golpe de Bonaparte de 2 de dezembro de 1851, o qual o próprio Marx retratou como uma "demonstração de como a *luta de classes* na França criou as circunstâncias e relações que tornaram possível para uma mediocridade grotesca desempenhar o papel de um herói". No *XVIII de Brumário*, Marx escreve indignado sobre:

> Esse poder executivo, com sua burocracia enorme e organização militar, com sua engenhosa máquina de estado, abraçando camadas simples, com uma série de funcionários que somam meio milhão, esse terrível corpo parasita, que envolve o corpo da sociedade francesa como uma rede e sufoca todos os seus poros, surgiu nos dias da monarquia absoluta […]
>
> Todo interesse **comum** foi imediatamente separado da

---

24 Ralph Raico, "Classical Liberal Exploitation Theory: A Comment on Professor Liggio's Paper", *The Journal ofLibertarian Studies, 1* (Verão 1977), p. 179.

25 Alexis de Tocqueville, *Recollections*, ed. por J.P. Mayer e A.P. Kerr (Garden City, Nova York: Doubleday & Co. 1970), p. 5.

> sociedade, contrapondo-se a ele como um **interesse** geral superior, arrancado da atividade dos próprios membros da sociedade e tornado objeto de ação governamental, de uma ponte, uma escola e uma propriedade comunal de uma comunidade de aldeia às ferrovias, a riqueza nacional e a universidade nacional da França […]
>
> Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina ao invés de esmagá-la. As partes que contenderam, por sua vez, consideraram a posse deste enorme edifício estatal como o principal despojo do vencedor […] Sob o segundo Bonaparte […] O estado parece ter feito ele próprio completamente independente. Como contra a sociedade civil, a máquina estatal consolidou sua posição […][26]

Marx não está apenas usando aqui uma análise de luta de classes limitada pelo estado, mas ele prenuncia o desenvolvimento libertário da ideia do estado como um instrumento anti-social, como em Herbert Spencer e em Franz Oppenheimer, e até mesmo a análise libertária avançada de Albert Jay Nock do século XX do "poder do estado" como um interesse inerentemente oposto e explorador do "poder social".

Bom. Mas *onde* em tudo isso estão os capitalistas e seu uso do estado como seu "comitê executivo" para redobrar sua exploração do proletariado? Onde, de fato, estão os capitalistas e proletários?

Como Raico aponta, há uma deleitosa ironia aqui. Pois a análise libertária sofisticada não fala apenas do poder estatal, mas também dos vários grupos na história -- o despotismo burocrata asiático, os donos de terra feudais, Partidos Comunistas, ou seja o que for -- que

---

26 Raico, op. cit., nota 22, pp. 179-80. O Professor Tucker, suficientemente curioso, saúda *The Eighteenth Brumaire* como uma "obra-prima brilhante", e uma aplicação da análise de luta de classes e a concepção materialista da história. Mas não é essa obra uma demonstração exatamente do oposto? Ver Robert C. Tucker (ed.), *The Marx-Engels Reader* (2nd ed., Nova York: W.W. Norton, 1978), p. 594.

conseguiram obter o controle do estado e usar seu aparato coercitivo de governo explorador sobre o resto da sociedade. Portanto, como Raico nota, a análise marxiana

> "ignora aqui completamente o uso massivo do poder estatal por segmentos da classe capitalista, e limita a si próprio às atividades exploratórias daqueles diretamente no controle do aparato de estado".

Por que Marx e Engels

> "deveriam ser cautelosos para encobrir os capitalistas dessa forma",

Raico conclui ironicamente,

> "Eu não posso dizer".[27]

Marx repetiu uma análise similar 20 anos depois em seu *A Guerra Civil na França* (1871) na ascensão e queda da Comuna de Paris. Essa Comuna, escreveu ele, visava devolver

> "ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo parasita do Estado que se alimentava e obstruía a livre circulação da sociedade".

Em particular, a Comuna foi capaz de ter sucesso, ao menos por um tempo,

> "destruindo as duas maiores fontes da despesa do governo -- o exército permanente e o funcionalismo do Estado".

---

27 Raico, *op. cit*., note 22, p. 180.

Finalmente, Engels em seu prefácio de 1891 à *Guerra Civil na França*, aplicou essa mesma análise libertária, e muito anti-marxista, à situação política existente nos Estados Unidos:

> Em nenhum lugar os "políticos" formam uma seção [classe?] mais separada e poderosa da nação do que precisamente na América do Norte.
>
> Lá, cada um dos dois principais partidos que se sucedem alternadamente no poder é, por sua vez, ele mesmo controlado por pessoas que fazem da política um negócio […] É na América que nós melhor vemos como lá toma lugar esse processo do poder estatal tornado a si próprio independente, em relação à sociedade […] nós encontramos duas grandes gangues de especuladores políticos, que alternadamente tomam posse do poder estatal e exploram-no pelos mais corruptos meios e pelos mais corruptos fins -- a nação é impotente contra esses dois grandes cartéis de políticos que são ostensivamente seus servos, mas na realidade a dominam e saqueiam.[28]

O Professor Raico conclui sua análise como se segue:

> Parece, portanto, que há **duas** teorias do estado (bem como, correspondentemente, duas teorias da exploração) dentro do marxismo: há a costumeiramente discutida e bem familiar [e a que o próprio Marx proclamou], do estado como instrumento da classe dominante (e a teoria concomitante que localiza a exploração dentro do processo de produção); e há a teoria do estado que o coloca contra a "sociedade" e "nação" (dois termos surpreendentes e significantes para encontrar neste contexto [...]).

---

28 *Ibid*., p. 180, 183n4.

> Além disso, parece sugestivo que é a segunda teoria que predomina naqueles escritos em que Marx que, por conta de seus sofisticados e ressaltados tratamentos da realidade política concreta e imediata, muitos comentadores encontraram ser as melhores exposições da análise histórica marxiana.[29]

12.7 O legado de Ricardo

Como Karl Marx mergulhou na economia do capitalismo que iria ocupar o resto de sua vida, ele achou pronta às mãos uma arma maravilhosa: A economia ricardiana.

Em contraste a J.B. Say e a tradição da França, Ricardo concentrou-se não na troca do mercado e seu inevitável foco nos agentes individuais e vendedores beneficiando-se da troca, mas na "produção" seguida pela "distribuição" de renda como processos distintos e separados.

O foco principal de Ricardo era em como essa renda social da produção é "distribuída". Enquanto Say ou Turgot olharam aos fatores individuais de produção e como suas rendas emergem da produção e da troca, Ricardo focou-se unicamente nas supostamente homogêneas "classes" inteiras de produtores: trabalhadores ganhando salários, capitalistas ganhando "lucros" e donos de terra adquirindo aluguéis.

Como von Mises apontou:

> "No mercado há sempre apenas indivíduos singulares […] Até Marx teve de fazer questão de explicar que as compras e vendas são realizadas apenas entre indivíduos singulares, não é admissível olhar a eles como relações entre classes sociais".[30]

---

29 *Ibid*., p. 180.

30 Von Mises, *op. cit.*, nota 16, p. 292; ele nota que essa passagem no Vol 1 do Capital não estava na primeira edição de 1867, mas foi adicionada por Marx na edição francesa (1873). A inserção estava conectada com as mudanças desesperadas feitas por Marx em sua teoria no Volume III do Capital, não publicado até sua morte.

Para Ricardo, então, tautologicamente, *dada* a produção total, a qual estava misteriosamente *lá* e não explicada, mais do total fixo do bolo obtido por uma classe precisa significar menos para outras classes.

Não há, como nós lembramos, empreendedores em Ricardo, pois os ricardianos tinham seus olhos firmemente fixados em um equilíbrio de longo prazo, o qual supostamente descreve a realidade viva, e em tal equilíbrio, desprovido de mudança ou incerteza, não há espaço para empreendedorismo. Portanto, para Ricardo, já existiam as condições para uma teoria de luta de classes da economia capitalista.

Não apenas isso. Pois o Marx encantado achou que a doutrina ricardiana era, com efeito, uma teoria do valor de quantidade de trabalho.

A utilidade saiu, e uma vez que apenas bens reproduzíveis e bens não-reproduzíveis, tais como pinturas de Rembrandt, eram considerados explicáveis, apenas o custo de produção era considerado um determinante do valor incorporado dos bens. E uma vez que Ricardo identificou o "aluguel" como supostamente não uma parte do custo, o único custo possível exceto horas de trabalho era lucro (juros) ou custos de capital, e isso era tão pequeno que podia ser prontamente negligenciado.

Além disso, os lucros são alegadamente apenas um resíduo decrescente após o pagamento dos salários, que estão condenados a continuar crescendo em dinheiro, mas não em termos reais, à medida em que a população continua a pressionar a oferta de alimentos.

Na perspectiva sombria ricardiana, há dois caminhos lógicos em direção ao pedido por mudança no *status quo*.

Para Marx, a teoria do valor-trabalho, a visão que o trabalho é o único produtor de valor, significava que os retornos do capitalista, o lucro, constituía a extração exploratória da "mais-valia" dos trabalhadores. Os trabalhadores produzem todo o valor, mas os capitalistas são capazes, de algum modo, de coagir os trabalhadores a aceitarem salários que são inferiores ao produto completo.

De fato, adotando a visão malthusiana-ricardiana da população, aos trabalhadores é pago um salário de subsistência, enquanto os capitalistas extraem o restante do produto dos trabalhadores como sua mais-valia, ou lucro. Para o velho problema malthusiano: o mesmo problema de superpopulação não impediria uma economia socialista?

A resposta marxista foi que essa lei férrea dos salários (para adotar o termo de Lassalle) não se aplicaria no socialismo.

Estranhamente, nem Marx nem seus críticos jamais perceberam que há um lugar na economia onde a teoria marxista da exploração e mais-valia se aplica: não à relação capitalista-trabalhador no mercado, mas à relação de mestre e escravo sob a escravidão. Uma vez que o mestre possui seus escravos, eles realmente pagam apenas seus salários de subsistência: o suficiente para viver e para reproduzir, enquanto os mestres embolsam o excedente do produto marginal dos escravos seus custos de subsistência.

Essa mais-valia extraída dos escravos constitui os lucros dos mestres da propriedade dos escravos. Em uma sociedade livre, em contraste, os trabalhadores, donos de seus próprios corpos e seus próprios trabalhos, embolsam seu produto marginal inteiro (descontado, como um austríaco adicionaria, pelo retorno de juros, os trabalhadores pagam livremente e de boa vontade aos capitalistas para fazer avançar o valor de sua produção agora, em vez de esperar até que o produto seja produzido e vendido).

Contudo, tal é o processo de capitalização no mercado que, em um sistema de escravidão no meio de uma economia geral de mercado (como na América do Sul), a mais valia será capitalizada (aumentando o valor e, portanto, o preço de venda e compra dos escravos).

A tendência de longo prazo será que o negócio da escravidão produza um retorno igual àquele de qualquer outra indústria. Os lucros excedentes serão transferidos para a taxa de retorno geral sobre o capital.

Retornando para Marx, ele também achou muito útil o conceito smithiano (não, para crédito deste último, muito empregado por Ricardo) que apenas *commodities materiais*, e não serviços imateriais, constituem produção ou valor. Os bens materiais são trabalho congelado, ao passo que os serviços de trabalho imateriais são, em termos marxistas, "não-produtivos".

Nessa área, Marx dá um gigante passo para trás de Ricardo a Adam Smith. Tudo isso, contudo, encaixou-se totalmente no materialismo filosófico marxista.

Marx também descobriu que Ricardo já havia tratado todo trabalho como homogêneo, com quaisquer diferenças na qualidade

simplesmente ponderadas por algum tipo de índice para reduzi-las à quantidade de horas de trabalho.

Um caminho lógico para um ricardianismo radical, claramente, foi pedir pela expropriação da mais valia, e pelo estabelecimento de um sistema no qual os trabalhadores ganham o valor completo de seu produto. Como nós veremos brevemente, esse foi o caminho tomado pelos escritores "socialistas ricardianos" na Grã-Bretanha.

Mas havia outro caminho, mais lógico. Depois de tudo, os ricardianos podiam e disseram que o capital ganhava lucros com o fornecimento de bens de capital aos trabalhadores, com "trabalho congelado". Em tal serviço é claro, caso contrário, os trabalhadores não teriam de depender dos capitalistas para obter dinheiro enquanto trabalhavam no produto.

A resposta de Marx é que os bens de capital, sendo trabalho congelado, deveriam ser da posse dos trabalhadores esquece o ponto de que *alguma coisa*, algum serviço deve ter sido adicionado pelos capitalistas -- os quais, como nós já vimos, era essencialmente economia e, se assim podemos dizer, quem estava fazendo avançar o "tempo congelado" dos trabalhadores.

Um caminho radical muito diferente, muito mais ricardiano e mesmo já trilhado por James Mill, era concentrar-se em outra possível classe de bixo-papão no sistema ricardiano: os donos de terra -- eles quem simplesmente extraem um retorno sem trabalharem, por simplesmente sentar-se sobre os "poderes originais e indestrutíveis do solo".

Ademais, em sua própria visão das leis históricas, os ricardianos ortodoxos viram os capitalistas perdendo lucro, os trabalhadores estáticos no nível de subsistência, e o produto social cada vez mais consumido pela classe dos proprietários parasitas. A nacionalização do aluguel da terra, então, a rota "pré-Henry Georgista", foi tomada por outros discípulos, incluindo o último dos ricardianos consistentes e radicais, Henry George.

Mas como Marx conseguiu resolver a questão da terra que tanto agitou Ricardo e Mill? Primeiro de tudo, Marx era o grande profeta do homem enquanto trabalhador; em sua versão do Hegelianismo, o homem *criou* a natureza, e, de fato, todo o universo. Uma vez que a terra é criação do homem, não há lugar para preocupações sobre o valor

da terra ou terra-criada. Trabalho é tudo. Segundo, terra como a base para a tecnologia, a economia, e todo o sistema social, é uma chave para o sistema feudal, mas o feudalismo era parte da decadente ordem pré-industrial, um remanescente reacionário indigno de atenção.

Basicamente, então, Marx simplesmente assimilou a terra no "capital", e o retorno da terra em lucros. Portanto, a terra -- a terceira classe de fatores supérfluos e irritantes -- podia sair e abrir espaço para a poderosa polarização de duas classes e a luta de classes final entre os capitalistas e o proletariado.

12.8 Socialismo ricardiano

Marx dificilmente foi a primeira pessoa a chegar às conclusões radicais proletárias do sistema ricardiano e a teoria do valor de trabalho. No meio entre Ricardo e Marx estavam os "socialistas ricardianos", os quais influenciaram grandemente Marx, mas sua influência tem sido depreciada pelos marxistas -- incluindo o próprio Marx -- os quais gostam de pensar que o único gênio de seu mestre na chegada ao socialismo neo-ricardiano não tinha predecessores.

O primeiro socialista ricardiano foi William Thompson (1775 - 1833), um senhorio irlandês próspero de County Cork. O trabalho prolixo e repetitivo de Thompson, *Uma Investigação sobre os Princípios da Distribuição de Riqueza*, publicado em 1824, veio em três edições na próxima metade do século.

Um utilitarista benthamista extremo, Thompson em sua *Investigação* também simplesmente declarou que "trabalho é o *único* pai da riqueza". Nem a utilidade, prazer, ou escassez tem qualquer coisa a ver com ela. A partir dessa afirmação direta, a teoria do valor-trabalho seguiu-se rapidamente.

Como Alexander Gray coloca, com sua sagacidade característica,

> "deve ser óbvio que, se a definição selecionada fornece antecipadamente que o trabalho é o único pai da riqueza, isso deve ser uma ajuda considerável para provar que a riqueza pode

ser atribuída inteiramente ao trabalho".[31]

Thompson advogou por um mundo de trocas livres e voluntárias como um caminho para garantir que os trabalhadores ganhem seu produto. Mas o que do sistema *existente* de troca? Antecipando Marx, essas trocas eram, de acordo com Thompson, coagidas, pelos capitalistas "vendendo o produto deles [dos trabalhadores] pela força".

Mas aqui, nos limites do marxismo, Thompson recuou para uma análise libertária de classe. Pois o que constitui tal coerção? Todo um espectro de "recompensas, protestos, aprendizagens, guildas, corporações, monopólios" -- o que se parece muito com Comte, Dunoyer ou James Mill.

Mas Thompson continua. Renda e lucro são, em particular, "mais-valia" (na frase original de Thompson) extraída dos trabalhadores explorados.

Mas então Thompson recua novamente de sua visão completa, concedendo que "o trabalhador deve pagar pelo uso deles (bens de capital), quando tão infeliz a ponto de não possuí-los". Então mesmo que Thompson esteja cheio de acusações contra os capitalistas gananciosos e ambiciosos, ele concede que eles performam uma função necessária. Quanto, então, eles devem ser pagos? Não é surpreendente que Thompson tenha se atrapalhado tentando descobrir tal princípio.

Thompson acabou, então, longe de ser um revolucionário; ao invés disso, sua solução moderada pré-John Stuart Mill foi encorajar cooperativas como um meio de chegar à harmonia entre classes (em seu *Trabalho Recompensado*, 1827). Mas isso mal exauriu as heresias de Thompson como um pré-marxista. Pois, sendo dedicado às livres trocas, Thompson sensatamente teve de admitir que da troca geralmente emerge a acumulação, e da acumulação surge a terrível classe capitalista.

Assim:

"você não pode limitar as trocas e consequentes acumulações do

---

31 Gray, *op. cit*., nota 1, p. 271.

capitalista sem, ao mesmo tempo, restringir todas as trocas".

E, além disso, admitindo a volta da serpente dos salários e do aluguel ao Éden:

> "Por que não permitir o trabalhador a trocar pelo uso de uma casa, de um cavalo, de uma máquina, bem como por sua posse?"[32]

O outro pai fundador do socialismo ricardiano na década de 1820, John Gray (1799-1883), estava possuído, assim como Thompson, de um espírito não-marxiano da moderação.

Como um jovem escriturário escocês em uma casa de atacado em Londres, Gray publicou sua obra socialista *Lições sobre a Felicidade Humana* em 1825. Um arqueo-utilitarista, e expositor da teoria de valor de trabalho ricardiana, Gray fulminou contra capitalistas como exploradores da classe trabalhadora, e, como Marx, viu as sementes de tal exploração na troca ou permuta.

Se a inovação de William Thompson era o enunciado "mais valia", a contribuição particular de John Gray para a mistura marxista era trazer de volta, de uma maneira pesada, a noção fisiocrata de Adam Smith do trabalho produtivo *vs* o trabalho improdutivo, e, portanto, resgatar esse conceito imperfeito da negligência ricardiana.

Não apenas isso: mas Gray estreitou consideravelmente o padrão smithiano de trabalho produtivo. Como Gray coloca,

> "**eles são somente** membros produtivos da sociedade se aplicam **suas próprias mãos** seja para o cultivo da terra ela mesma, ou a preparação e apropriação da produção da terra para os usos da vida".

Tendo estreitado a definição de produtivo, Gray, então, começa a fazer concessões curiosas, admitindo, por exemplo, que algumas ocupações podem ser até certo ponto "úteis", embora "improdutivas".

---

32 Do *Trabalho Recompensado*. Ver Gray, *op. cit.*, nota 1, p. 276.

John Gray então começa felizmente a repassar a lista das ocupações britânicas, e a alocá-las de uma maneira obviamente puramente arbitrária as porcentagens de "produtividade" ou "utilidade" em cada ocupação.

Portanto, Gray afirma que os comerciantes, fabricantes e outros que são "meros distribuidores de riqueza", podiam ainda ser "úteis", mas "apenas em um número *suficiente*". Gray concluiu que as classes produtivas estavam bem menores que metade da população total.

Voltando, mesmo inconscientemente, aos gregos antigos, Gray reservou um pouco de seu veneno preferido para os varejistas, a quem ele atacou como "produtivos" apenas de "engano e falsidade, loucura e extravagância, escravidão do corpóreo e prostituição das faculdades intelectuais do homem".[33]

Acontece que para Gray, o pecado principal, o mal crucial, é a competição. A competição de trabalho empurra os salários do trabalho para um mínimo. Jargão marxista padrão, sem dúvida. Mas, em adição, até mesmo o trabalho é supostamente o único criador do valor, Gray também se preocupa que a concorrência, com igual perniciosidade, também reduza ao mínimo a quantidade de lucros e aluguéis.[34]

John Gray conclui com o princípio geral que todo indivíduo na sociedade, exceto aqueles vivendo com salários fixos, tem suas rendas limitadas e empurradas para baixo pela competição.

Acontece que a exploração do trabalho, na verdade de todos, é arquitetada pela própria competição, a qual "limita" a produção.

Colocar um fim à competição, então, e não apenas o mundo ideal chegará, onde os trabalhadores ganham seu produto completo, como também a riqueza será assim multiplicada "sem qualquer limite conhecido". O mundo é apenas empobrecido por conta da competição; eliminando-a, a riqueza será abundante para todos.[35]

Mesmo que Gray mantivesse que a competição pudesse ser abolida imediatamente e com apenas bons efeitos, ele foi perturbadoramente vago sobre como realizar essa façanha. Ele pareceu

---

33 *Ibid*., p. 290n.

34 *Ibid*., p. 294.

35 *Ibid*., pp. 294-5.

favorecer algum tipo de cooperativa abrangente, deste modo terminando perto da reforma thompsoniana.

Logo, no entanto, Gray voltou sua atenção para as "limitações" na produção supostamente impostas pelo dinheiro forte, e assim ele se voltou cada vez mais para um pedido de quantias cada vez maiores de dinheiro fácil e barato.

Assim, em 1831, o livro de Gray, *O Sistema Social*, clamou por crédito barato e abundante para abastecer e financiar uma produção crescente, guiada por um banco governamental nacional. Gray, é claro, também defendia o papel-moeda irresgatável e a abolição do padrão ouro. Essa análise foi desenvolvida mais amplamente no último trabalho de John Gray, *Lições sobre a Natureza e Uso do Dinheiro* (1848).

Após 1848, os protestos sociais John Gray cessaram completamente, e então até recentemente foi assumido pelos historiadores que ele tinha morrido "por volta de 1850". Acontece, no entanto, que Gray, pouco tempo após a publicação de sua *Lição sobre a Felicidade Humana*, fundou com seu irmão James a famosa editora de J. & J. Gray de Edimburgo. À medida que a empresa florescia, especialmente depois de 1850, Gray estabeleceu-se para uma existência confortável e morreu com a idade avançada de 84 anos em 1883.

Uma década e meia após Thompson e Gray, o terceiro principal socialista ricardiano fez sua aparição: John Francis Bray (1809-97), em sua obra principal, muito citada por Marx, *Erros do Trabalho e a Remediação do Trabalho* (1839). Bray nasceu em Washington DC, o filho de atores ingleses, e, quando sua mãe morreu, seu pai doente trouxe John Francis de volta para Leeds, na Inglaterra, em 1822. Em Leeds, Bray se tornou um compositor e mergulhou no movimento sindical, tornando-se tesoureiro da e *Leeds Working Men's Association* em 1837.

Como os outros, um utilitarista extremo, Bray, em seu *Erros do Trabalho*, afirma que Deus queria que os homens fossem felizes, mas que a infelicidade foi injetada no mundo pela instituição da propriedade privada, a qual destruiu a instituição justa da propriedade comunal, particularmente na terra.

Da propriedade privada surgiu a odiosa divisão do trabalho e o conflito de classes, a exploração dos trabalhadores e a extração de sua mais-valia pela classe capitalista.

Além disso, Bray afirmou que a raiz do problema é o suposto fato de troca desigual. Embora entendendo que, nas trocas de mercado, cada parte se beneficia, Bray afirma que, principalmente em um contrato de trabalho, isso não é suficiente, que a troca e seus benefícios devem ser "iguais".

Não percebendo que não há sentido em qualquer troca a menos que o valor, para cada homem, de cada um dos dois bens trocados seja desigual, Bray, em uma notável passagem pré-marxista, afirma:

> Os homens possuem apenas duas coisas as quais eles podem trocar uns com os outros, a saber, trabalho e o produto do trabalho; portanto, deixe-os trocar como quiserem, eles simplesmente dão, por assim dizer, trabalho por trabalho.
>
> Se um sistema de trocas fosse aplicado, o valor de todos os outros seria determinado pelo custo total de produção, e valores iguais seriam sempre trocados por valores iguais.[36]

Aqui, reunimos em um pequeno compasso uma série de falácias marxistas cruciais: que apenas commodities são produzidas ou importantes (em contraste aos supostos serviços não-produtivos); a antiga falácia aristotélica que a troca *implica* igualdade de valor; a teoria de valor de trabalho; e a ideia de que em um mundo justo, preços irão todos serem iguais aos seus custos de produção, basicamente a quantidade de horas de trabalho despendidas na produção.

Para John Bray, como para Marx após ele, o remédio para todo esse mal sistêmico é o comunismo, "a mais perfeita forma de sociedade que o homem pode instituir".

---

36 Citado em G.D.H. Cole, *Socialist Thought: The Forerunners, 1789-1850* (Londres: Macmillan, 1959), p. 137.

Mas em contraste para Marx, Bray não viu um mecanismo inevitável ou lei da história para produzir aquele grande evento. Pelo contrário, e em contraste aos outros comunistas de seu dia, John Bray percebeu que o comunismo exigia um Novo Homem Comunista para trabalhar, mas que o advento desse novo homem definitivamente não estava no horizonte. Qualquer comunismo se depararia com "o egoísmo imundo e asqueroso que agora mais ou menos acompanha toda ação, se apega a todo pensamento e polui toda aspiração".[37]

Em vez disso, Bray focou sua visão, não no objetivo final impraticável e remoto, mas em sua transição supostamente prática, ou objetivo social intermediário.

Acontece que essa era uma versão hipertrofiada dos esquemas cooperativos que haviam se mostrado tão atraentes para Thompson e Gray. Bray propôs que o mundo fosse organizado em uma vasta rede cartelizada de corporações cooperativas: ou seja, cooperativas organizadas com base no princípio de um acionista, um voto. A rede cartelizada seria alcançada pelos trabalhadores e cooperadores *comprando* todos os capitalistas existentes. Bray não parecia ver que adquirir o capital para financiar essa aquisição mais massiva de todos os tempos pode ser ainda mais impraticável do que organizar a violenta revolução proletária de Marx.

Arranque um socialista dessa época e você encontrará uma manivela de dinheiro. Com certeza, Bray imaginou que o cartel cooperativo, uma vez estabelecido, eliminaria o dinheiro existente e substituiria por um banco nacional que emitiria notas para cada trabalhador com base na quantidade de tempo de trabalho que ele gastou na produção. Os bens que o trabalhador compraria, por sua vez, seriam precificados pela quantidade de tempo de trabalho despendida neles.

Talvez se Marx algum dia tivesse se interessado em mapear sua futura economia comunista, as anotações sobre o tempo de trabalho poderiam ter feito parte de seu pacote.

Estritamente, não haveria razão para que as notas de trabalho marxianas aumentassem, mas John Bray, como um inflacionista, é claro

---

37 Gray, *op. cit*., nota 1, p. 287.

que não via dessa forma. A função de seu banco nacional seria manter o dinheiro emitido e fluindo

> "como sangue dentro do corpo vivente, [...] igualmente por meio da sociedade em geral, e infundir saúde e vigor universais".

A emissão da nota seria, é claro, sempre mantida "dentro dos limites do capital efetivo real existente" -- uma forma de argumento das "necessidades de comércio" pelo menos tão absurda quanto a variante usual.[38] Pois o "valor" nominal do capital existente seria, é claro, aumentando à medida em que a oferta continuasse aumentando.

Alguns anos após a publicação do *Erros do Trabalho*, em 1842, Bray retornou aos Estados Unidos. Um segundo livro, *Uma Viagem da Utopia*, foi finalizado em manuscrito, mas permaneceu não-publicado até a década de 1950.

Pelo resto de sua vida nos Estados Unidos, Bray escreveu esporadicamente, contribuindo com muitas cartas para jornais trabalhistas e socialistas, bem como para capítulos no meio da década de 1950 pelo livro não finalizado, *A Era Vindoura*.

A vida de Bray foi tão esporádica quanto sua produção. Ele descobriu que ganhar a vida era precário, trabalhando para pequenos empregos como impressor de jornais e reclamando, um tanto inconsistentemente com suas doutrinas, que os empregadores americanos eram muito mais exploradores do que os britânicos, os "Yankees", como o professor Dorfman parafraseou Bray, "parecendo mais jogadores e aproveitadores do que homens de negócios honestos".[39]

Por fim, Bray foi para o oeste, para o Michigan, onde herdou algumas terras e ganhava a vida como jornalista e pequeno fazendeiro. Durante a década de 1870 e 1880, Bray tornou-se vice-presidente da Liga da Reforma do Trabalho e foi um membro da organização socialista Cavaleiros do Trabalho.

---

38 Em Joseph Dorfman, *The Economic Mind in American Civilization, 1606-1865* (Nova York: Viking Press, 1946), II, p. 688.

39 *Ibid*., p. 689.

Seus escritos posteriores, alguns dos quais denunciam o espiritualismo, enfatizam ataques ao padrão ouro e uma pedida pela abundância do dinheiro de papel estatal que iria supostamente levar as taxas de juros para zero. Esse ideal comunista foi agora abandonado como utópico.

Dois dos últimos escritos de Bray são dignos de nota. Mesmo que ele se opusesse à escravidão no *Erros do Trabalho*, sua oposição à Guerra Civil em seu panfleto anônimo anti-guerra, *Destino Americano: O que Deve Ser, Republicano ou Cossaco?* (1864) guiou ele a julgar a escravidão como realmente sendo menos pior do que países amaldiçoados por uma grande dívida pública.

Ademais, o estado natural do homem negro, para Bray, é "nudez e indolência", de modo que um Sul que libertasse seus escravos decairia irremediavelmente, com o capital desaparecendo e as plantações voltando ao deserto.

Em seu livro final, *Deus e o Homem, uma Unidade e Toda Humanidade uma Unidade* (1879), John Bray adicionou ao seu inflacionismo financeiro a ideia de uma "religião não-teológica", na qual estabelecer as instituições sociais certas trariam um tipo de "imortalidade" deste mundo.

Uma anomalia marcante é um escritor da década de 1820 e depois que é invariavelmente listado pelos historiadores como um importante socialista ricardiano, mas que enfaticamente não era nem ricardiano nem socialista.

Thomas Hodgskin (1787-1869) foi um teórico político brilhante, inovador e autodidata que, longe de ser um socialista, era um libertário de *laissez-faire* ao ponto de ser um anarquista individualista.

O pai de Hodgskin era um lojista no estaleiro naval que mandou seu filho para o mar aos 12 anos. Eventualmente, os instintos e princípios individualistas de Hodgskin friccionaram-se contra a disciplica naval, e um dia, ele escreveu,

> "Eu reclamei do dano feito a mim, por um comandante-em-chefe, para ele mesmo, em uma linguagem que eu pensei que merecia; ele tinha injustamente privando-me de toda chance de promoção a partir de meus próprios esforços, e isso estava

roubando-me toda esperança".[40]

Como alguém poderia esperar, o comandante naval de Hodgskin não gostou da sua explosão de justa indignação, e Hodgskin foi forçado a aposentar-se da Marinha, com metade do salário, com uma idade de aposentadoria relativamente jovem de 25 anos. Amargurado, Hodgskin prontamente vingou-se da marinha publicando seu primeiro livro, *Um Ensaio sobre a Disciplina Naval* (1813), um ataque violento à tirania militar.

Eloquentemente, Hodgskin inicia sua obra apresentando a principal lição que ele havia aprendido: "Submeter-se pacientemente à opressão (por conta de que ela vem de um superior) é um vício: superar seus medos desse superior, e resistir a ele, é uma virtude".[41]

A experiência de Hodgskin deixou-o um opositor ferrenho do governo e da intervenção governamental em todas as suas formas; e diferentes anos de viagem pela Europa, lendo e conhecendo pessoas fortaleceu e aprofundou essas convicções.

Retornando à Grã-Bretanha, Hodgskin publicou um livro de viagem de dois-volumes, *Viagens no Norte da Alemanha* (Edimburgo, 1820), no qual, como Alexander Gray coloca, "inocentes *Reisebilder* são intercalados com digressões anarquistas, sem dúvida para o espanto e perturbação de muito de seus leitores".[42]

Estabelecido em Londres, Hodgskin foi, pelo resto de sua vida, trabalhar como palestrante e jornalista. Ele trabalhou por um tempo com pessoas que pareciam ser seus aliados naturais pelo *laissez-faire*: Francis Place, James Mill e os radicais filosóficos.

Mas muito em breve tornou-se claro que havia várias diferenças filosóficas entre eles. Em primeiro lugar, Hodgskin abandonou seu anterior utilitarismo benthamista por uma posição incisiva, militante da lei natural e dos direitos naturais. Em seu trabalho brilhante e lógico, *O Direito Natural e o Artificial de Propriedade Contrastados* (1832), Hodgskin apresentou uma visão lockeana radicalizada de direitos de

---

40 Elie HaIevy, *Thomas Hodgskin* (Londres: Ernest Benn, Ltd, 1956), p. 30

41 *Ibid*., p. 31.

42 Gray, *op. cit.*, nota 1, p. 278.

propriedade. Um defensor ardente do direito de propriedade privada, incluindo uma defesa do homesteading da propriedade privada na terra, Hodgskin corrigiu vários deslizes de Locke a partir de uma posição "lockeana" consistente.

Para Hodgskin, era tão claro quanto o cristal que os direitos "naturais" de propriedade privada eram sólidos e justos (cada homem em sua própria pessoa, ou na propriedade que ele cria ou na terra que ele apropria, ou na propriedade que ele adquire em uma troca de títulos justos de propriedade).

Por outro lado, um grande dano foi realizado pelos direitos de propriedade "artificiais", isto é, direitos criados pelo governo artificialmente, em desafio à lei natural e aos direitos naturais. O trabalho de Hodgskin permanece hoje como uma das melhores exposições da doutrina dos direitos naturais de propriedade.

Outra diferença com os benthamistas foi que, infelizmente e anomalicamente, Hodgskin absorveu a teoria do trabalho do valor de outro influente "socialista ricardiano" da época, o pseudônimo "Piercy Ravenstone".[43]

Ravenstone denunciou a propriedade privada da terra e do capital por criar propriedade roubada, ou "artificial", ao passo que, uma vez que o trabalho é o único criador da produção, por direito ou naturalmente, toda a renda deveria redundar em trabalho. Renda e lucro, afirmou Ravenstone, são extraídos do produto do trabalho: esse "fundo para a manutenção dos ociosos é o excedente do trabalho dos trabalhadores".

Ademais, Ravenstone apresentou uma teoria realmente bizarra do capital, na qual "capital" é um conceito não existente designado para encobrir o roubo do excedente de trabalho. O capital, Ravenstone

---

43 Piercy Ravenstone, *A Few Doubts as to the Correctness of Some Opinions Generally Entertained on the Subjects ofPopulation and Political Economy* (Londres, 1821).

absurdamente declarou, "pode ser acrescentado a qualquer quantidade imaginável sem adicionar às riquezas reais de uma nação".[44]

A partir de então, Hodgskin foi afligido por uma anômala combinação de anarquismo *laissez-faire* e uma teoria do valor-trabalho ravenstoniana. Como conciliar os dois? Em primeiro lugar, Hodgskin tentou fazer atribuindo à exploração, a "mais valia" do trabalho, apenas para tais intervenções governamentais -- como as Leis de Combinação, as quais restringiram o direito de formar sindicatos de trabalho.

Assim, Hodgskin ajudou a fundar a *Mechanics' Magazine*, e então sua afiliada, o *Mechanics Institute* de Londres, uma instituição de palestras para as classes trabalhadoras. Durante o curso da bem-sucedida agitação ricardiana-benthamista pela revogação das Leis de Combinação em 1824, Hodgskin escreveu seu livreto ravenstoniano, *Trabalho Defendido Contra as Afirmações do Capital* (1825), seguido pelas palestras do *Mechanics Institute* publicadas como *Economia de Política Popular* (1827).

Particularmente bizarro foi o desenvolvimento de Hodgskin da visão ravenstoniana de que o capital é sem importância e inexistente. Hodgskin nega que qualquer economia esteja envolvida no capital, qualquer adiantamento do consumo perdido. O capital circulante, ele diz sofisticamente, não é produzido antecipadamente; o pão que o trabalhador compra é assado todos os dias ao invés de ser armazenado antecipadamente pelo capitalista.

Na verdade, é claro, ninguém afirma que o capitalista realmente guarda a comida dos trabalhadores e outros meios de subsistência antecipadamente; mas esse dinheiro economizado é adiantado à produção e venda ao trabalhador, o qual permite o trabalhador comprar sua subsistência agora ao invés de ter de esperar por anos.

---

44 Halévy, *op. cit*., nota 38, pp. 89n-90n. Ravenstone aparentemente também não era um socialista. As melhores indicações são de que ele o era são o reverendo Edward Edward, um clérigo anglicano *High Tory*, ou Richard Puller, o filho igualmente conservador de um diretor da *South Sea Company*, o esquema bancário especulativo *Tory*. O objetivo de Ravenstone era aparentemente desferir um golpe efetivo contra o capitalismo e o livre mercado por um de seus antigos inimigos, os defensores do estatismo e do governo grande, os *High Tory*.

Quanto ao capital fixo, não apenas é trabalho armazenado -- um argumento geral ricardiano -- mas essas máquinas são apenas "matéria inerte, decadente e morta", a menos que seja "guiada, dirigida e aplicada por mãos habilidosas".

Hodgskin conclui que "o capital fixo não deriva sua utilidade do trabalho prévio, mas do trabalho presente", ignorando grotescamente o fato de que apenas porque o capital e o trabalho exigem um ao outro não torna o trabalho o *único* fator de produção. No absurdo culminante, Hodgskin declara que "é uma desilusão miserável chamar o capital de algo poupado".

Não há dúvida de que o ultra trabalhismo de Hodgskin influenciou Karl Marx, mas essa teoria de valor-trabalho extremo não o faz um ricardiano, muito menos um socialista.

Na verdade, Hodgskin era altamente crítico de Ricardo e do sistema Ricardiano, denunciou a metodologia abstrata de Ricardo e sua teoria do aluguel, e considerou ele mesmo um smithiano ao invés de um ricardiano. A lei natural de Smith e a doutrina da harmonia-de-interesse do livre mercado eram muito mais adequadas ao Hodgskin.

Apesar de continuar sendo um trabalhista, Hodgskin tornou-se cada vez mais repelido pelo movimento trabalhista inglês, e seu movimento crescente na intervenção estatal. Ele não via mais os sindicatos como um remédio, muito menos como uma panacéia. Cada vez mais, ele via que o único caminho para reconciliar o trabalhismo e o *laissez-faire* era pressionar pela revogação de toda intervenção governamental, na verdade, de toda lei positiva que não é simplesmente uma re-afirmação da lei natural e dos direitos naturais.

Pois toda lei desse tipo é uma invasão dos direitos de propriedade. Em contraste aos socialistas ricardianos que exaltavam as cooperativas semelhantes a cartéis, Hodgskin pediu pela remoção de todas as restrições governamentais sobre a competição livre e ilimitada.

Ele entusiasticamente juntou-se a Cobden e Bright na agitação pela revogação das Leis do Milho, e na revogação das leis feudais que restringiam e envolviam a venda livre de terras fora da família.

De 1846 até 55, Hodgskin serviu como editor da *Economist*, o campeão jornalístico do *laissez-faire*, sem nenhuma incompatibilidade de pontos de vista com o editor-chefe James Wilson. Ali ele tornou-se um amigo e mentor do jovem Herbert Spencer, saudando o trabalho de

Spencer, *Estatísticas Sociais*, com a exceção de denunciar o socialismo de terra pré-georgista de Spencer em nome do individualismo lockeano.

Ademais, mesmo em sua fase mais trabalhista na década de 1820, Thomas Hodgskin, em contraste a John Gray, ampliou ao invés de estreitar a definição de "trabalho".

A atividade mental é tanto "trabalho", ele apontou, quanto esforço muscular, então ele alertou contra limitar o termo "trabalho" às "operações das mãos". Não apenas isso: Hodgskin também apontou convincentemente que o capitalista é também muito frequentemente um gerente, e, portanto, também um "trabalhador". Então, enquanto os capitalistas podem ser opressores, os empresários em sua capacidade de gerentes ou "mestres", "são trabalhadores, assim como os jornaleiros". E não há nada errado com os salários de gerenciamento.[45]

Em adição, o Hodgskin da década de 1820 saudou os varejistas como "agentes indispensáveis", e elogiou os atacadistas e mercadores em termos smithianos como indivíduos que conferem bênçãos à sociedade perseguindo seus próprios interesses.

Até mesmo banqueiros "são ainda muito importantes, e há muito tempo são trabalhadores bastante úteis". O setor bancário,

> "nunca esqueçamos […] é um negócio completamente privado, e não mais precisa ser regulado por estadistas intrometidos do que o negócio da fabricação de papel".

Finalmente, em seu *Economia Política Popular*, Hodgskin elogiou o sistema de preço de mercado, o qual, em um sentido profundo, é

> "o dedo indicador do Céu, apontando para todos os homens como eles podem empregar seu tempo e talentos de maneira mais proveitosa para eles mesmos, e mais benéfica para a

45 Gray, *op. cit*., nota 1, p. 282.

sociedade inteira".[46]

Após sua aposentadoria do conselho editorial da *Economist*, Hodgskin continuou a escrever artigos para aquele jornal. Lá ele elogiou o comércio

> "Nós somos todos comerciantes […] e […] a troca é o único serviço mútuo por acordo mútuo"); a especulação ("sem a especulação nós deveríamos não ter ferrovias, nem docas e nem grandes empresas [...]"

E a competição

> "a alma da excelência, e entrega a todo homem sua recompensa justa".[47]

Em sua publicação final, de palestras sobre lei criminal proferidas em 1857, Thomas Hodgskin resumiu sua economia e filosofia política.

O desejo das pessoas por padrões de vida mais elevados, ele declarou,

> "pode apenas ser satisfeito por uma maior liberdade, e menos impostos".

Os princípios da livre troca da década de 1840 devem ser apenas um trampolim para um *laissez faire* ainda mais puro e consistente. Em última análise, todos os serviços governamentais devem ser privatizados e sujeitos aos requerimentos do livre mercado:

---

46 44. Ibid., p. 280. Gray, um adepto da Escola Austríaca, adiciona uma nota provocante e humorada sobre seus colegas austríacos: "Mesmo um economista ortodoxo de hoje, educado na *Tales from Viennese Woods*, pode muito bem ser perdoado se sua fé vacilar quando convidado a identificar o sistema de preços com o dedo indicador do Céu."

47 Em HaIevy, *op. cit.*, nota 38, pp. 148-9.

> A competição irrestrita, que a natureza estabelece, deve ser a regra de todas as nossas transações; e pela disputa do mercado, que é a ação livre e mútua, os salários de todos os oficiais [do governo] e os pagamentos do sacerdócio devem ser regulados bem como o lucro do lojista e os salários do trabalhador.

Ao imprimir suas palestras, Hodgskin anunciou sua intenção de completar e publicar uma obra-prima, *A Absurdidade da Legislação Demonstrada*, que mostraria, "em uma forma conectada didática", que

> "toda a legislação, o que claramente inclui o governo, é fundada em suposições falsas".[48]

Infelizmente, Hodgskin nunca completou a obra, ou publicou qualquer coisa a mais, e quando ele morreu, em 1869, na idade de 82 anos, esse homem, uma vez tão amplamente influente, não recebeu uma única notícia obituária nos jornais de Londres. Mas, de qualquer forma, é sabido o suficiente para rejeitar a visão de que esse individualista, apesar do trabalho que influenciou Marx, era em qualquer sentido um socialista, ou mesmo um ricardiano.

---

48 *Ibid*., p. 164.

capítulo 13

O Sistema Marxiano II: A Economia do Capitalismo e seu Inevitável Falecimento

13.1 A teoria do valor-trabalho

Vimos que, na segunda metade de sua vida, Karl Marx, exilado na Grã-Bretanha longe do combate político ou do possível combate revolucionário, passou os últimos anos de sua vida procurando pelo mecanismo pelo qual a economia do capitalismo daria, inevitável e inelutavelmente, ascensão à sua própria derrubada revolucionária. Em suma, o mecanismo pelo qual a classe capitalista seria expropriada pelo proletariado revolucionário, que passaria então a inaugurar as várias etapas do comunismo.

Marx encontrou uma chave crucial para esse mecanismo na teoria do valor-trabalho de Ricardo e na tese socialista ricardiana de que o trabalho é o único determinante do valor, com a parcela do capital, ou os lucros, sendo a "mais-valia" extraída do produto criado pelo trabalho pelo capitalista. "Capital" era meramente "trabalho congelado", de modo que qualquer contribuição possível para o produto recai sobre o trabalho também.

Mas, a fim de chegar à teoria do valor trabalho, ou quantidade de horas de trabalho, Marx, em sua obra sistemática, *O Capital*, teve de descartar outros pretendentes subjetivos à determinação do valor. Ele também teve de demonstrar que o valor estava de alguma forma objetivamente incorporado no produto (um bem material, é claro, uma vez que Marx, com Smith, havia rejeitado os serviços imateriais como "improdutivos"). Ele tentou realizar essa façanha logo no início do Volume I de *O Capital*, e como ele fez isso é altamente instrutivo.

Marx começa *O Capital* concentrando-se na "mercadoria", um objeto — como vimos, uma *substância material* — que tem utilidade para satisfazer necessidades humanas. Dessa forma, como Ricardo, ele deixa de fora os serviços imateriais, e também omite estudar o valor de produtos não reproduzíveis, que não têm custos de produção contínuos. Como Ricardo, Marx também começa com a necessidade de utilidade, mas, como seu mestre, ele rapidamente descarta esse fato básico como de pouca ou nenhuma utilidade para explicar o "valor de troca", a proporção em que as mercadorias são trocadas umas pelas outras no mercado. Assim como em Smith e Ricardo, portanto, valor de uso e

valor de troca, ou preço, das mercadorias são separados um do outro. Como, então, explicar o valor de troca? Como, em suma, explicar as proporções pelas quais as mercadorias são trocadas umas pelas outras no mercado?

Marx acrescenta que, superficialmente, parece que os valores de troca são relativos, que flutuam em relação uns aos outros, e que, portanto, não há nada objetivamente "intrínseco" no produto que determine seu valor. Marx então se propõe a corrigir esse suposto erro. Aqui está o parágrafo crucial:

> Tomemos duas commodities, por exemplo, milho e ferro. As proporções em que são trocáveis, quaisquer que sejam essas proporções, podem sempre ser representadas por uma equação na qual uma dada quantidade de milho é igualada a alguma quantidade de ferro: por exemplo, 1 quarto de milho = x quintais de ferro [cwt.]. O que essa equação nos diz? Diz-nos que em duas coisas diferentes — em 1 quarto de milho e x quintais de ferro, existe em quantidades iguais algo comum de ambos. As duas coisas precisam, portanto, ser iguais a uma terceira, que em si não é nem uma nem a outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, precisa, portanto, ser redutível a essa terceira […] de qual coisa eles representam uma quantidade maior ou menor.[1]

Assim, Marx insere seu erro crucial bem no início de seu sistema. O fato de duas mercadorias trocarem uma pela outra em alguma proporção *não* significa que sejam, portanto, "iguais" em valor e possam ser "representadas por uma equação". Como aprendemos desde Buridan e os escolásticos, duas coisas trocam uma pela outra apenas porque são *desiguais* em valor para os dois participantes na troca. *A*

---

1 Karl Marx, *Capital, Vol. 1* (Nova York: International Publishers, 1967), p. 37.

cede *x* para *B* em troca de *y*, porque *A* prefere *y* a *x*, e *B*, ao contrário, prefere *x* a *y*. Um sinal de igualdade falsifica a figuração essencial.

E se as duas mercadorias, *x* e *y*, fossem realmente iguais em valor aos olhos dos dois trocadores, por que diabos qualquer um deles se deu ao trabalho de fazer a troca? A concentração de Marx na "mercadoria" o desorientou desde o início, pois o foco não deveria ter estado na coisa, o objeto material, mas nos indivíduos, os agentes, *fazendo* a troca e decidindo se fariam ou não a troca.

Se não há igualdade no valor, então claramente não há um terceiro "algo" ao qual esses valores precisam ser iguais. Marx compõe seu erro original com outro, assumindo que, se houvesse uma igualdade de valor, haveria, portanto, necessariamente uma terceira coisa tangível com a qual elas precisariam ser iguais e pela qual poderiam ser mensuradas. Não há garantia para esse salto da igualdade de valor para a mensuração de uma terceira entidade objetiva; a suposição implícita e falaciosa é que "valor" é uma entidade objetiva, como peso ou comprimento, que pode ser cientificamente medido em relação a algum terceiro padrão externo.

Tendo cometido dois erros flagrantes e fatais em um parágrafo, Marx insiste inexoravelmente em sua conclusão. Enfatizando pela mera afirmação de que a utilidade não pode ter nada a ver com valores de troca, um ponto crucial para seu caso, ele afirma que os valores de uso não têm nada a ver com valores de troca ou preços. Isso significa que todos os atributos reais dos bens, suas naturezas, suas qualidades variadas, etc., são abstraídos de, e não podem ter nada a ver com, seus valores. Ao descartar todas as propriedades do mundo-real da discussão, Marx é deixado forçadamente com bens como a personificação de horas de trabalho puras, abstratas e indiferenciadas, a quantidade de horas de trabalho supostamente homogêneas incorporadas no produto.

Marx, é claro, vê que há grandes problemas com essa abordagem. E quanto ao impulso escolástico: espera-se que o mercado cubra os custos, o enorme número de horas de trabalho, necessários para fabricar um produto de maneira obsoleta? Se um livro for impresso, ou escrito à mão, o mercado cobrirá o pagamento pelo enorme número de horas

de trabalho necessárias no processo de cópia à mão? Espera-se que o mercado pague os custos de trabalho do transporte de mercadorias por terra, em comparação com o envio delas pelo mar?

A maneira de Marx de se livrar dessas questões estranhas foi a criação do conceito de tempo de trabalho "socialmente necessário". O determinante do valor de um bem não é qualquer tempo de trabalho antigo gasto, ou incorporado, em sua produção, mas apenas o tempo de trabalho que é "socialmente necessário". Mas isso é um pretexto, e evade do problema cometendo completamente petição de princípio. O valor de mercado é determinado apenas pela quantidade de tempo de trabalho "socialmente necessário". Mas o que é "socialmente necessário"? Qualquer coisa que o mercado decidir. Então, um ingrediente crucial para explicar o valor de mercado são as próprias decisões de mercado, os próprios valores de mercado.

Para elaborar mais: Marx define "tempo de trabalho socialmente necessário" como "aquilo requirido para produzir um artigo sob as condições normais de produção, e com o grau médio de habilidade e intensidade predominantes na época".[2] Isso traz um problema corolário: como combinar uma miríade de diferentes qualidades e habilidades de trabalho em uma "hora de trabalho" homogênea e abstrata? Aqui, retomando uma dica de Ricardo, Marx insere os conceitos de "médio" e "normal". Tudo chega a uma média.

Mas como essa média é obtida? Ela é feita por pesos, com trabalho extraordinariamente produtivo de maior qualidade pesando mais em unidades de quantidade de tempo de trabalho do que o trabalho de um trabalhador não qualificado. Mas quem decide os pesos? Mais uma vez, a crucial metodologia de Marx de peticionar princípio entra em jogo. Pois Marx reconhece que é o *mercado*, seus preços e salários relativos, que determina os pesos, *i.e.*, qual trabalho é mais produtivo ou maior em qualidade e em que grau do que algumas outras formas de trabalho. Assim, valores de mercado, preços e produtividades estão

---

2 *Ibid*., I, p. 39.

sendo usados para tentar explicar os determinantes desses mesmos valores e preços.[3]

13.2 Taxas de lucro e “mais-valia”

Marx prossegue com seu modelo em uma maneira socialista ricardiana. Em contraste com Ricardo, no entanto, terra e aluguel são simplesmente assimilados ao "capital", uma vez que o trabalho do homem supostamente criou toda a terra de qualquer maneira, e uma vez que a importância da terra e do feudalismo supostamente desaparece à medida que o capitalismo avança em seu caminho. Valores e preços da terra, portanto, não precisam ser tratados ou explicados. Há, então, duas classes poderosas sob o capitalismo: os trabalhadores homogêneos, o proletariado; e “os capitalistas” [como em Smith e Ricardo, é claro, não há empreendedores. Tudo está em um equilíbrio de longo prazo que se move lentamente]. Mas os valores dos bens são a única criação das quantidades de horas de trabalho. Os capitalistas, por algum tipo de coerção, por seu conjunto imposto de relações de propriedade, extraem através da força um “lucro” do produto dos trabalhadores “explorados”. Esse lucro é a “mais-valia”, o valor tomado pelos capitalistas do valor total produzido.

O lucro, para Marx, é derivado *apenas* da exploração do trabalho; é a mais-valia {o valor excedente} dos salários necessários para a subsistência do trabalho. Os lucros, por outro lado, nada têm a ver com a quantia de capital investida; pois o capital é apenas matéria morta, trabalho armazenado ou congelado e, portanto, não pode mais ser "explorado" para fornecer lucros correntes.[4] Somente o trabalho “vivo”

---

[3] Compare a discussão em David Conway, *A Farewell to Marx: An Outline and Appraisal of His Theories* (Harmondsworth, Mddx: Penguin Books, 1987), pp. 83-9.

[4] Como Böhm-Bawerk iria apontar mais tarde, mesmo se optarmos por adotar essa abordagem de custo de produção, temos de reconhecer que o capital

pode, então, ser usado para fornecer lucro ao capitalista. Mas se a quantia de lucro é extraída exclusivamente do trabalho, isso significa que qualquer acumulação de capital necessariamente irá *reduzir* a *taxa* de lucro auferida pelo capitalista. Assim, suponha que nenhum capital ou, em termos marxianos, capital "constante" seja usado,[5] e que o investimento seja feito apenas na forma de "capital variável" usado para pagar salários. Suponha que os lucros da produção do bem sejam de $100, e o capital variável total, ou pagamento de salários, seja de $1.000. Nesse caso, a taxa de lucro é de 10%. Por outro lado, suponha que haja um investimento em bens de capital no valor de, digamos, outros $1.000. O investimento total de capital é então de $2.000, mas uma vez que os lucros são derivados apenas do trabalho, eles ainda são os mesmos $100, de modo que a taxa de lucro agora caiu para 5%.

O que determina os salários, a quantia de má vontade concedida aos trabalhadores pela classe capitalista? Aqui Malthus e a lei de ferro dos salários fazem sua aparição vital, determinando sempre os salários aos meios de subsistência. Marx, é claro, apressa-se para limpar sua futura utopia comunista de quaisquer problemas malthusianos, ao afirmar que Malthus e a lei de ferro só prevalecem sob o capitalismo e certamente não se aplicariam sob o comunismo.

Deve-se enfatizar que a lei de ferro é crucial para todo o sistema de Marx. Para Marx, o valor e o preço de todo bem são determinados por seu custo, *i.e.*, a quantidade de horas de trabalho incorporadas em sua produção. Marx acreditava que, no mercado, os capitalistas pagam aos trabalhadores o "valor de sua força de trabalho", pelo qual, ele

---

incorpora não apenas trabalho e terra, mas também *tempo*. A terra, como veremos mais adiante, foi jogada fora por Marx ao amalgamá-la em capital; mas se o tempo tivesse sido reconhecido como um fator importante, então a preferência temporal teria de ser reconhecida, e todo o sistema marxista entraria em colapso

5 "Constante" porque, de acordo com Marx, bens de capital, sendo peso morto, não podem gerar qualquer lucro ou aumento de valor.

significou, é claro, *não* sua produtividade ou produtividade marginal, mas o "custo" de produzir e manter o trabalho, *i.e.*, o custo, ou a quantidade de horas de trabalho, necessário para produzir os meios de subsistência dos trabalhadores.[6]

O professor Conway, em sua pesquisa e crítica geralmente excelentes do marxismo, reivindica que a teoria de Marx da mais-valia não *requer* a lei de ferro dos salários, uma vez que os capitalistas ainda poderiam extrair alguma mais-valia mesmo se os salários fossem maiores do que o salário de subsistência. Muito verdade, exceto que *então* os salários no sistema marxiano seriam indeterminados e, de fato, não haveria razão para assumir que a mais-valia existe, ou que é grande o suficiente para ter alguma importância na economia.

Além disso, se os salários não estão travados aos meros meios de subsistência, então a condição dos trabalhadores sob o capitalismo pode não ser tão lamentável, afinal. E se, então, houvesse pouquíssima substância para estimular os trabalhadores à derrubada revolucionária do capitalismo que Marx insistia ser inevitável? Assim, no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels proclamaram enfaticamente que o salário médio é sempre "o salário-mínimo, *i.e.*, aquela quantia dos meios de subsistência [*Lebensmittel*], que é requisito absoluto [*notwendig*] para manter o trabalhador na mera existência como trabalhador. O que, portanto, o trabalhador assalariado se apropria por meio de seu trabalho,

---

6 O professor Conway resume bem o ponto de Marx: "[...] o trabalhador recebe em salários por dia uma soma de valor igual ao valor de sua força de trabalho por um dia. Dado que o valor da força de trabalho de um dia é igual à quantidade de trabalho necessária para produzir a força de trabalho desse dia, segue-se que o valor da força de trabalho de um dia é igual à quantidade de trabalho necessária para produzir os meios de subsistência do trabalhador consumidos por dia". Conway, *op. cit.*, nota 3, pp. 96-7.

basta meramente para prolongar e reproduzir uma mera existência".[7,8] E Engels, em sua obra tardia *Anti-Dühring* (1878), afirma que a indústria de larga escala "restringe o consumo das massas em casa a um mínimo de fome […]"

Há grandes problemas no modelo de Marx. Sua teoria implica que, uma vez que os lucros derivam apenas da exploração do trabalho, as *taxas* de lucro são necessariamente menores nas indústrias fortemente capitalizadas do que nas de trabalho intensivo. Mas todos, incluindo Marx, são forçados a reconhecer que isso manifestamente *não* se mantém verdadeiro no mercado. A tendência no mercado, como Smith e Ricardo bem sabiam, é que as taxas de lucro tendam à igualdade em todas as indústrias. Mas como, se as taxas de lucro são necessária e sistematicamente maiores nas indústrias de trabalho intensivo?

---

7 Em uma passagem anterior do *Manifesto*, Marx e Engels escreveram que "o preço de uma mercadoria e, portanto, também do trabalho [mais tarde modificado para "força de trabalho"], é igual ao custo de produção". Além disso, "o custo de produção de um trabalhador se restringe, quase inteiramente, aos meios de subsistência de que necessita para sua manutenção e para a propagação de sua raça". Veja Robert C. Tucker (ed.), *The Marx-Engels Reader* (2ª ed., Nova York: W.W. Norton, 1972), pp. 479, 485.

8 Sobre a dependência do sistema marxiano da lei de ferro dos salários, veja Ludwig von Mises, "The Marxian Theory of Wage Rates", em Eugen von Bohm-Bawerk, *The Exploitation Theory of Socialism-Communism* (3ª ed., South Holland, Ill.: Libertarian Press, 1975), pp. 147-51. O ensaio de von Mises foi publicado originalmente na *Christian Economics*, em maio de 1961.

Como aponta von Mises, Marx não gostou do *nome* "lei de ferro dos salários", porque foi cunhado por seu grande rival na política socialista alemã, Ferdinand Lassalle (1825-64), mas aderiu fortemente ao *conceito*.

Curiosamente, a famosa frase de Lassalle, traduzida para o inglês como "a lei de ferro", deveria ter sido chamada, como Alexander Gray aponta, a lei de "bronze" ou de "latão" dos salários. Como Gray acrescenta caracteristicamente, "de qualquer forma, sendo metálico, não importa muito. Um maníaco por precisão pode de fato apontar que o que ele [Lassalle] chamava com mais frequência era '*das eherne* [bronze] *und grausame* [cruel] *Gesetz* [lei]', o que de alguma forma soa ainda mais horrível". Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (Londres: Longmans, Green, 1946), p. 336.

Aqui está certamente o buraco mais gritante e singular no modelo marxiano. Marx reconheceu que, no mundo real, as taxas de lucro tendem claramente para a igualdade (ou, como Marx a denominou, uma "taxa média de lucro") e que os preços reais ou valores de troca nos mercados capitalistas, portanto, não trocam em seus valores de quantidade de trabalho marxianos. Marx admitiu esse problema crucial e prometeu que poderia resolvê-lo com sucesso em um volume posterior de *O Capital*. Ele sofreu com esse problema pelo resto de sua vida e nunca o resolveu — talvez uma das principais razões pelas quais ele parou de trabalhar cedo em *O Capital* e nunca publicou os volumes posteriores. Na primeira edição de seu grandioso *History of the Theories of Capital and Interest*, publicado em 1884, um ano após a morte de Marx, o notável teórico austríaco Eugen von Böhm-Bawerk, em sua crítica a Marx, apontou que "o próprio Marx ficou ciente do fato de que havia uma contradição aqui, e achou necessário, pelo bem de sua solução, prometer lidar com isso mais tarde. Mas a promessa nunca foi cumprida e, de fato, não poderia ser cumprida".[9]

Böhm-Bawerk notou mais tarde que a crescente legião de adeptos marxianos continuava a manter sua fé de que o mestre acabaria por encontrar uma solução para essa falha grave e aparentemente inextirpável no sistema marxiano.[10] Então, no prefácio do segundo volume póstumo de Marx de *O Capital*, Friedrich Engels, de forma provocante e um tanto infantil, declarou que em um volume futuro Marx resolveria o famoso problema da taxa de lucro e do valor, e convidou todos os marxianos e outros economistas para uma espécie de concurso de ensaio premiado para adivinhar como Marx viria a resolver essa contradição aparentemente insolúvel. Nos nove anos que se seguiram até a publicação do climático Volume III de *O Capital*, um

---

[9] Eugen von Böhm-Bawerk, *Capital and Interest* (Londres: Macmillan, 1890), p. 390.

[10] Eugen von Böhm-Bawerk, *Karl Marx and the Close of His System* (Nova York: A. M. Kelley, 1949), p. 5

número surpreendentemente grande de economistas aventurou-se nesse joguinho.

No prefácio do tão esperado Volume III, publicado em 1894, um ano antes de sua própria morte, Engels pôde demonstrar triunfantemente que nenhum desses economistas chegara perto de ganhar o prêmio.[11] Assim, Engels foi muito menos cauteloso do que Marx ao estar disposto a ir a público e alardear uma "solução" que Marx aparentemente não achava digna de ser publicada.[12]

O volume III foi submetido a uma demolição detalhada, fulminante e completa dois anos depois por Böhm-Bawerk em seu extenso ensaio crítico, *Karl Marx and the Close of His System*.[13] Um século depois, permanece definitiva a refutação devastadora de Böhm-Bawerk da solução do Volume III e, portanto, do sistema marxiano. Ela fez a festa na economia profissional e tem permanecido dominante desde então, inoculando com sucesso os economistas, pelo menos, contra o vírus marxiano e certamente contra a teoria do valor-trabalho. Infelizmente, o ponto de Böhm-Bawerk era técnico demais para ter muito impacto fora das fileiras dos economistas e, desde então, o marxismo tem mantido sua maior atração nas fileiras de sociólogos,

---

11 *Ibid*., pp.5-6. Os "contestantes" incluíam o bem conhecido estatístico alemão Wilhelm Lexis (1885), o marxista Conrad Schmidt (1889, 1892-93), o marxista italiano Achille Loria (1890), o liberal *laissez-fairista* Julius Wolf (1891) e vários economistas italianos durante 1894.

12 Lembre-se que, como observamos em nossa discussão sobre a definição de classe, Karl Marx quase não foi impedido de trabalhar em *O Capital*. Ele havia abandonado o trabalho em sua *magnum opus* no momento da publicação do Volume I, e passou uma década e meia mentindo para seu amigo e patrono sobre continuar trabalhando em *O Capital*.

13 Publicado pela primeira vez como *Zum Abschluss des Marxschen Systems* em um *Festschrift* para Karl Knies em 1896, e publicado como um livreto separado no mesmo ano. Foi um sucesso rápido, sendo traduzido no ano seguinte para o russo, e a tradução para o inglês lançada em 1898. Infelizmente, "close" é um termo peculiar e enganoso; um título muito mais preciso teria sido *Karl Marx and the Completion of His System*

historiadores, literatos e outros que tendem a ser economicamente ignorantes.

Böhm-Bawerk, em suma, apresentou a grave contradição interna da teoria marxiana de forma clara e incisiva: Marx afirmou que os bens trocavam no mercado em proporção às quantidades de trabalho neles incorporados (*i.e.*, que seus valores são determinados pela quantidade de horas de trabalho necessárias para produzi-los), e *ainda* também concedeu que as taxas de lucro de todos os bens tendiam a ser iguais. E, no entanto, se a primeira cláusula for verdadeira, as taxas de lucro seriam sistematicamente menores em proporção à intensidade do investimento de capital e maiores em proporção à sua intensividade de trabalho da produção. Marx prometeu resolver essa contradição insolúvel no Volume III e reconciliar essas duas proposições fundamentalmente contraditórias.

Em *Karl Marx and the Close of His System*, Böhm-Bawerk demonstrou que a "solução" proposta por Marx era uma farsa, e que, na verdade, o que Marx fez foi jogar a toalha e admitir que, no mercado capitalista, as taxas de lucro eram iguais e, portanto, que os preços *não* eram proporcionais ou determinados pela quantidade de horas de trabalho na produção de bens. Em vez disso, Marx, com efeito, abraçou a teoria ricardiana padrão e admitiu que os preços eram, na verdade, determinados pelos custos (ou, em sua terminologia, "preços") da produção mais a taxa média de lucro. Dessa forma, enquanto fingia ter salvado sua teoria falando grandiosamente sobre a competição transformando "valores em preços de produção", Marx na verdade abandonara completamente a teoria do valor-trabalho e, portanto, afundou todo o seu sistema.

Böhm-Bawerk procedeu, então, a uma crítica sistemática de vários argumentos marxianos que tentam salvar o fenômeno, incluindo bobagens sobre o "valor total" ser igual aos preços totais de todos os produtos.

É instrutivo observar a reação dos marxistas ao Volume III e à exposição e demolição de Böhm-Bawerk das graves contradições internas do sistema deles. Muitas vezes, eles reagiram à maneira de cultistas religiosos e não de cientistas honestos. Isto é, quando seu

sistema é pego em falácias ou contradições egrégias, ou faz previsões grosseiramente falhas, os cultistas salvam sua teoria *mudando os termos* do argumento. Ou seja, eles afirmam que a teoria disse algo bem diferente, ou que a previsão havia na verdade sido diferente. Semelhantemente, o movimento milenarista extremamente popular no início da década de 1840 previu com confiança a data exata do Segundo Advento de Jesus, em 1843. Quando Jesus não chegou na data prevista, os milenaristas caracteristicamente alegaram um pequeno erro em seus cálculos e adiaram a feliz data por mais alguns meses. Quando Jesus não chegou mais uma vez, a maioria dos milenaristas se dispersou, mas alguns dos fiéis mais radicais mudaram os termos do argumento insistindo que Jesus realmente havia chegado na data esperada, mas que seu advento era invisível, com a segunda parte mais visível da Segunda Vinda devendo chegar em alguma data futura. (Este último grupo tornou-se os Adventistas do Sétimo Dia.)

E assim, a posição de recuo dos apologistas marxianos foi a alegação escandalosamente falsa de que Marx nunca *quis dizer que* seus valores determinados pelo trabalho determinassem ou que de alguma forma afetassem os preços de mercado. Marx, afirmavam altivamente, não tinha interesse em assuntos tão pequenos como o preço de mercado; seus "valores" criados pela quantidade de trabalho eram simplesmente incorporados misticamente nas mercadorias de mercado, presumivelmente, então, não tendo qualquer relevância para o mundo real do capitalismo de mercado.

Assim, Paul Sweezy afirmou que Marx não estava sequer lidando com preços, mas, na verdade, com "o que hoje pode ser chamado de sociologia econômica".[14] G.D.H. Cole tentou afirmar, em seu *What*

---

[14] Paul M. Sweezy, "Professor Cole's *History of Socialist Thought*", *American Economic Review*, 47 (1957), p. 990. Citado em Gary North, *Marx's Religion of Revolution* (Nutley, NJ: The Craig Press, 1968), p. 163. Sweezy também sustentou que o alemão Ladislaus von Bortkiewicz havia refutado a crítica de Böhm-Bawerk a Marx, mas Samuelson apontou que a posição de von

Marx Really Meant, que para Marx, em contraste com outros economistas, o valor não tinha nada a ver com a determinação de preços, mas era, essencialmente, *por definição*, a quantidade de horas de trabalho incorporada em um produto. Alexander Gray levantou uma crítica sagaz e devastadora a Cole:

> Mas a identidade do valor e trabalho corporificado era certamente algo que Marx pensava ter **provado** (e que, portanto, exigia prova) nas primeiras páginas de **O Capital** [...]
>
> Se a identidade do valor e do trabalho é uma questão de definição e suposição, então, pelo menos sabemos o significado que Marx atribui a "valor": mas, nesse caso, a pretensa prova no capítulo de abertura é mero colírio; uma vez que se afirma, mas não se prova, as definições.
>
> Também nesse caso é de ser temido que o todo d'**O Capital**, apoiado em uma definição arbitrária que implica a conclusão a ser alcançada, é um exemplo de um vagar, de modo vão, em círculo, ainda mais do que os críticos mais críticos pensaram ser possível. Se, por outro lado, a identidade do valor e do trabalho é uma questão de prova e não de definição, resta-nos ainda tatear para encontrar o significado que Marx atribui a "valor".[15]

Embora todos os marxistas oficiais tenham tomado essa escapatória — de salvar a teoria do valor-trabalho tornando-a irrelevante — a única tentativa marxista em grande escala de refutar Böhm-Bawerk foi a do marxista austríaco Rudolf Hilferding (1877-1941), *Böhm-Bawerk's Critique of Marx*, publicada em 1904, com a tradução para o inglês publicada em 1920. A apologética de Hilferding,

---

Bortkiewicz estava muito mais próxima de Böhm-Bawerk do que de Marx. Paul Samuelson, "Wages and Interest: A Modern Discussion of Marxian Economic Models", *American Economic Review*, 47 (1957), pp. 890-92.

15 Gray, *op. cit.*, nota 8, p. 319.

adotando a linha de recuo de que Marx nunca quis dizer que valores determinam preços, é um trabalho desajeitado e distorcido.

É interessante que o amigo e colega teórico austro-marxista de Hilferding, Otto Bauer, rejeitou Hilferding como nunca tendo entendido verdadeiramente a natureza do problema. Bauer se matriculou no grande seminário de Böhm-Bawerk na Universidade de Viena para aprender o suficiente para poder refutar a célebre crítica de Böhm-Bawerk. No final, Bauer desistiu da tarefa, virtualmente admitindo que a teoria marxiana do valor-trabalho era indefensável.[16] A maior parte dos estudiosos marxistas modernos sustentam que a teoria de valor-trabalho é uma vergonha e os marxistas sofisticados abandonaram-na totalmente, infelizmente sem também abandonar o sistema do qual ela é uma parte crucial e necessária.[17]

Um caso curioso de apologética marxista é um livro ampla e extravagantemente promovido como a *crítica* definitiva do marxismo. Em seu *Marxism*, o Professor Thomas Sowell toma a linha de Hilferding e acrescenta seus próprios erros adicionais. Assim, ele repreende Böhm-Bawerk por ter "repetidamente entendido mal" Marx, quando o meticuloso Böhm-Bawerk entendia Marx muito bem, e Sowell segue Hilferding ao afirmar erroneamente que Böhm-Bawerk e outros críticos sustentaram erroneamente que Marx identificava "valores" com preços.

Pelo contrário, Böhm-Bawerk e os outros estavam plenamente conscientes de que os "valores" criados pelo trabalho deveriam determinar, mas não ser o mesmo que valores de troca, ou preços. Também é irônico que um autor que faz um grande ponto de castigar economistas bem conhecidos que escrevem sobre economia marxiana sem citar Marx nem uma vez, ainda faça a afirmação egrégia e pomposa

---

16 Veja Ludwig von Mises, *Notes and Recollections* (South Holland, Ill.: Libertarian Press, 1978), pp. 39-40.

17 Para uma crítica extensa das tentativas recentes de um grupo de "marxistas analíticos" de descartar a teoria do valor-trabalho e ainda manter o marxismo, veja David Gordon, *Resurrecting Marx* (New Brunswick, NJ.: Transaction Books, 1990).

de que Marx não se referiu "em lugar algum a uma *teoria* do valor, apesar da numerosa — e não documentada — literatura interpretativa afirmando o contrário". Como aponta um crítico de Sowell, tal referência por Marx pode ser facilmente encontrada no Volume III de *O Capital*.[18]

Embora os marxistas ortodoxos obviamente não a reconheçam, a posição de fuga de Hilferding, embora de fato salve a equalização do lucro no mundo real, fá-lo ao grave custo de abandonar a teoria do valor-trabalho. Ou, o que dá no mesmo, deixando-a como uma casca vazia e sem significado. Mas se não há teoria do valor-trabalho, então não há mais-valia, não há exploração e não há razão para o proletariado se rebelar contra um mundo em que seu produto não está sendo sistematicamente confiscado pela classe capitalista.

O caso mais interessante e extravagante de um marxista fervoroso que se comportou com honra quando confrontado com a gritante contradição entre os Volumes I e III de *O Capital* foi o do economista italiano Achille Loria (1857-1943). Para Loria, o primeiro volume de *O Capital* foi "uma obra-prima em que tudo é grande, tudo igualmente incomparável e maravilhoso". No entanto, para Loria, o Volume III foi um golpe mortal para o próprio sistema de Marx. Na verdade, Loria não precisou esperar pela crítica de Bohm-Bawerk; em sua própria crítica do Volume III, Loria atacou o livro como uma "mistificação" em vez de uma "solução". Loria denunciou o livro como "a campanha russa" [à la Napoleão] do sistema marxiano, sua "completa bancarrota teórica",

---

[18] A afirmação de Sowell está na página 153 da edição London: Lawrence and Wishart. Sowell também nega absurdamente que Marx acreditasse em uma teoria do valor-trabalho. Thomas Sowell, *Marxism: Philosophy and Economics* (Londres: Unwin Paperbacks, 1986), pp. 3-5, e *passim*. A excelente e devastadora crítica a Sowell é de David Ramsay Steele, "Review of Thomas Sowell, *Marxism: Philosophy and Economics*", *International Philosophical Quarterly*, 26 (junho de 1986), pp. 201-3.

um "suicídio científico" e a "mais explícita rendição de seu próprio ensinamento".[19]

Deixe Alexander Gray ter a última palavra perspicaz e hilária sobre a teoria do valor de Marx:

> Testemunhar Böhm-Bawerk ou o Sr. [H.W.B.] Joseph trinchando Marx é apenas um prazer banal; pois esses são apenas escritores banais, que são tão banais que se agarram ao significado simples das palavras, sem perceber que o que Marx realmente quis dizer [Cole] não tem conexão necessária com o que Marx inegavelmente disse.
>
> Testemunhar Marx cercado por seus amigos é, no entanto, uma alegria de uma ordem totalmente diferente. Pois é bastante claro que nenhum deles realmente sabe o que Marx realmente quis dizer; eles estão mesmo em dúvida considerável quanto a sobre o que ele estava falando; há indícios de que o próprio Marx não sabia o que estava fazendo.
>
> Em particular, não há ninguém para nos dizer o que Marx pensava que ele queria dizer com "valor". E, de fato, o que todas essas conjecturas revelam é um tanto surpreendente e, gostaríamos de pensar, único.
>
> ***O Capital*** é, em certo sentido, um tratado de três volumes, expondo uma teoria do valor e suas múltiplas aplicações. No entanto, Marx nunca condescende em dizer o que ele quer dizer com "valor", que, de acordo, é o que qualquer um se preocupa em fazer enquanto segue o desdobramento, do pergaminho, de 1867 a 1894. Nem ninguém sabe a que mundo tudo isso se aplica.
>
> É para o mundo em que Marx escreveu? Ou para um mundo capitalista “puro” e abstrato que existe idealmente na

---

[19] Böhm-Bawerk, *op. cit.*, nota 10, p. 30. Veja também Gray, *op. cit.*, nota 8, p. 317.

imaginação e em nenhum outro lugar? [Croce]

Ou (por mais estranha que a sugestão possa parecer) Marx (provavelmente inconscientemente) estava pensando em termos de condições medievais? [Wilbrandt]

Ninguém sabe. Estamos preocupados com ***Wissenschaft***, slogans, mitos ou encantamentos? Marx, foi dito, era um profeta — e talvez essa sugestão forneça a melhor abordagem. Não se aplica a Jeremias e Ezequiel os testes a que são submetidos os homens menos inspirados. Talvez o erro que o mundo e a maioria dos críticos tenham cometido seja apenas que eles não consideraram Marx suficientemente como um profeta — um homem acima da lógica, proferindo palavras enigmáticas e incompreensíveis, que todo homem pode interpretar como quiser.[20]

13.3 As "leis do movimento", I: a acumulação e a centralização do capital

Assim, Karl Marx havia estabelecido, pelo menos para sua própria satisfação, a teoria do valor-trabalho e a reconciliação da teoria com a tendência das taxas de lucro à igualdade. Mas Marx não estava particularmente interessado em leis explicativas para o funcionamento do sistema capitalista. Ele estava interessado em avançar para o que chamou de "leis do movimento" (um termo reveladoramente mecanicista!) do sistema capitalista, isto é, em sua inevitável marcha em direção à vitória do comunismo revolucionário, uma marcha que prosseguiria "com a inexorabilidade das leis da natureza". Como e para onde, então, o capitalismo estava fadado a se mover?

Um aspecto crucial da ruína inevitável do capitalismo é a lei inescapável da taxa decrescente de lucro. A taxa uniforme de equilíbrio existente, de acordo com Marx, estava fadada a continuar caindo. Tanto

---

[20] Gray, *op. cit.*, nota 8, pp. 321-2.

Smith quanto Ricardo tinham teorias de uma taxa decrescente de lucro, cada uma delas falaciosa, e cada uma delas chegada de maneiras completamente diferentes. Para Smith, a taxa de lucro (ou juros) é determinada pelo estoque de capital; quanto maior a quantidade de capital acumulado, menor a taxa de lucro. Ricardo, ao contrário, estava preocupado com o crescente dreno da economia pelos latifundiários, à medida que o crescimento populacional inevitável coloca cada vez mais terras inferiores sob cultivo. As horas de trabalho necessárias para a produção são aumentadas, aumentando, assim, os salários e os aluguéis monetários, desse modo consumindo cada vez mais os lucros.[21]

A taxa de lucro decrescente de Marx decorre da acumulação de capital ao longo do tempo, mas de uma maneira diferente da elaborada por Smith ou por Ricardo.[22] Como vimos, para Marx o capital é um peso morto e não fornece lucro ao capitalista. Todo o seu lucro vem da exploração do trabalho "vivo" e, portanto, acumular mais capital necessariamente reduz sua taxa de lucro, a proporção de seu lucro total dividida pelo seu capital total investido. E como a marca registrada do desenvolvimento capitalista é a acumulação contínua de capital, isso significa que o capitalismo está condenado a taxas de lucro sempre em queda.

Mas, pode muito bem ser perguntado, se a acumulação de capital necessariamente reduz os lucros, por que os capitalistas, que são claramente motivados pela busca de lucros maiores em vez de menores, insistem em continuar acumulando? Por que eles persistem em cortar suas próprias gargantas?

---

21 Os salários *reais*, é claro, permanecem a nível de subsistência

22 Marx, é claro, não estava interessado na questão da terra, uma vez que a terra deveria estar perdendo importância com o declínio do remanescente da “terra feudal” à medida que o capitalismo avançava em seu curso determinado. Além disso, Marx estava ansioso para entrar em seu modelo de duas classes, capitalistas *vs.* proletariado, e assim ele simplesmente assimilou a terra no conceito de “capital”.

Uma resposta marxista a essa charada é a “competição”, e os leninistas em particular gostam de explicar o desenvolvimento supostamente posterior do “capitalismo monopolista” e do imperialismo como tentativas dos capitalistas de formar cartéis ou encontrar saídas de investimento no exterior, como tentativas de evitar as terríveis consequências da competição.[23] Mas a mera citação de “competição” dificilmente é uma resposta adequada. É verdade, por exemplo, que uma nova descoberta ou uma nova indústria causará lucros muito altos no início e que, na busca por esses novos lucros, as empresas concorrentes acabarão baixando a taxa de lucro da indústria.

Mas, pelo menos, no curto prazo, e antes que o equilíbrio chegue, esses capitalistas ainda estão obtendo lucros altos e acima do normal. Mas, em contraste, o empresário marxista que acumula capital *perde* lucros *a cada passo do caminho*, e não apenas no longo prazo. Portanto, é difícil ver por que qualquer capitalista, em qualquer etapa do caminho, seria tentado a participar do desfile acumulativo.

A resposta final de Marx a essa charada é enganosamente simples: os capitalistas acumulam, apesar da queda imediata e futura em seus lucros porque, bem, eles têm um desejo irresistível e irracional, ou um "instinto" de fazê-lo. Isso, é claro, não é explicação alguma; ele abandona qualquer explicação genuína sob o manto de um rótulo pomposo, mas em última análise sem significado, como "impulso" ou "instinto". Comete o mesmo erro que a tentativa lendária de "explicar" por que o ópio adormece as pessoas entoando solenemente que o ópio tem "poder dormitivo".

---

23 A teoria leninista depende da afirmação de que tanto o capitalismo monopolista de estado quanto o imperialismo vêm depois do capitalismo competitivo e não imperialista, esta última condição tendo prevalecido durante a vida de Marx. Mas o imperialismo — tribos ou estados-nação conquistando ou agredindo e roubando outras tribos ou nações — é tão antigo quanto a história registrada, e o capitalismo monopolista de estado pelo menos tão antigo quanto a era mercantilista.

Observe o *Leitmotiv* da irracionalidade na análise de Marx sobre porque os capitalistas acumulam no Volume I de *O Capital*:

> "Acumule, acumule! Esse é Moisés e os profetas! [...] Portanto, poupe, poupe, *i.e.*, reconverta o máximo possível de mais-valia ou produto-excedente em capital! Acumulação pelo bem da acumulação, produção pelo bem da produção".[24]

Não por causa dos lucros! E um tema semelhante aparece no ensaio anterior de Marx, *Trabalho Assalariado e Capital*:

> "Essa é a lei que repetidamente tira a produção burguesa de seu antigo curso e que compele o capital a intensificar as forças produtivas do trabalho, *porque* as intensificou [...], a lei que não dá descanso ao capital e continuamente sussurra em seu ouvido: 'Continue! Continue!'"[25]

Havia, é claro, outra maneira pela qual Marx e os marxistas poderiam resgatar a racionalidade da acumulação de capital, e essa era tomar o caminho substituto de Hilferding e abandonar a teoria do valor-trabalho como uma doutrina relevante para o mundo real. Marx, de fato, tomou esse caminho, além de reivindicar um desejo místico de acumular "pelo bem de acumular". Nessa manifestação, ou face, de Marx, os inovadores capitalistas de fato obtêm um lucro inicialmente alto acima da taxa "média" uniforme prevalecente no mercado; esses pioneiros obtêm altos "lucros excedentes", seguidos por imitadores e concorrentes até que a taxa de lucro seja eventualmente reduzida ao equilíbrio, ou taxa média. Tudo muito bem, e nessa variante, pelo menos, a realidade novamente vence. No entanto, mais uma vez, o preço de reconhecer a realidade é proibitivo: pois se esse tipo de coisa

---

[24] Marx, *op. cit.*, nota 1, I, p. 595.

[25] Tucker, *op. cit.*, nota 7, p. 213.

acontece habitualmente no mercado, por que a taxa de lucro tem *mesmo* de cair, ou ainda mesmo de nos apresentar uma tendência inexorável e contínua? Mais uma vez, como no imbróglio de Böhm-Bawerk-Hilferding, os marxistas só podem abraçar a realidade ao abandonar o sistema marxiano. Infelizmente, é claro que eles não reconhecem essa rendição e continuam a proclamar que a realidade exigiu apenas um pequeno ajuste à verdadeira doutrina.

Qualquer que seja o rumo que os marxistas tomem, é crucial para eles resgatar a acumulação contínua de capital, uma vez que é por meio dessa acumulação que o aumento da produtividade e, particularmente, as inovações tecnológicas ocorrem e são instituídos na economia. E devemos lembrar que é por meio da inovação tecnológica que os capitalistas cavam sua própria cova, pois o sistema capitalista e as relações capitalistas se tornam os grilhões que bloqueiam o desenvolvimento tecnológico. Algum método tecnológico que o capitalismo não pode abranger, que Marx tarde na vida pensou que seria a eletricidade, forneceria a faísca, a base necessária e suficiente para a inevitável derrubada do capitalismo e a tomada do poder pela classe histórica "final", o proletariado.

Para Marx, duas consequências decorreriam necessariamente da suposta tendência da acumulação de capital e do avanço da tecnologia. A primeira é a "concentração de capital", pela qual Marx significava a tendência inexorável de cada empresa de crescer cada vez mais em tamanho, para alargar a escala de produção.[26] Certamente, há uma grande expansão da escala da fábrica e da empresa no mundo moderno. Por outro lado, a lei é dificilmente apodítica. Por que a acumulação de capital não pode se refletir no crescimento do *número* de firmas, ao invés de meramente aumentar o tamanho de cada?

---

[26] Assim, Marx escreveu, no Volume I de *O Capital*, que "É uma lei, que brota do caráter técnico da manufatura, que a quantidade mínima de capital que o capitalista precisa possuir deve continuar aumentando" e "o desenvolvimento da produção capitalista torna necessário aumentar constantemente o montante de capital investido em um determinado empreendimento industrial". *Cf*. Conway, *op. cit*., nota 3, pp. 126-7.

E enquanto muitos processos industriais crescem aumentando a escala ótima, outros florescem por serem relativamente pequenos e flexíveis em tamanho. As enormes fábricas de automóveis de Henry Ford foram econômicas e lucrativas por um tempo; mas, mais tarde, na década de 1920, elas inevitavelmente levaram a graves perdas porque esse investimento maciço se mostrou inflexível para atender às mudanças na natureza e na forma da demanda do consumidor. E enquanto as fábricas de automóveis são de grande porte, as fábricas e empresas de *peças* de automóveis são tipicamente de pequeno porte. Além disso, as empresas novas e pequenas normalmente têm superado os *Behemoths* grandes na introdução de invenções e inovações tecnológicas — a própria área que mais interessava a Marx.

As empresas de grande escala tendem a tornar-se burocráticas, inflexíveis e atoladas em interesses intelectuais e financeiros conferidos em fábricas e formas de produção existentes. De tempos em tempos, apenas novas e pequenas empresas podem levar adiante a inovação tecnológica de ponta.[27]

Se a lei da concentração do capital de Marx não está de forma alguma certa, então sua próxima tese, a "lei da centralização do capital", está em uma forma ainda mais bamba. Aqui, Marx afirmou uma lei inevitável pela qual as empresas menores em cada indústria vão para a parede e são absorvidas em cada vez menos empresas gigantes — em suma, uma tendência rumo à monopolização da indústria. Por uma razão, a competição "sempre termina na ruína de muitos pequenos capitalistas, cujos capitais passam em parte para as mãos de seus conquistadores e em parte desaparecem completamente". A uma segunda razão para sua lei, Marx apontou para a recente invenção da

---

[27] Isso tem sido espetacularmente verdade na indústria de computadores. Também nos casos de xerografia e fotografia Polaroid, as inovações pioneiras que fundaram a indústria foram recebidas com incompreensão e rejeição pelos Behemoths no campo da fotografia. Para esses e outros exemplos pré-computadores, veja John Jewkes, David Sawers e Richard Stillerman, *The Sources of Invention* (1959, 2ª ed., Nova York: Norton, 1968).

sociedade anônima, ou corporação, e sua capacidade de concentrar massas de pequeno capital em uma organização.

Mas pode-se reagir, e tem sido, a esse processo de centralização ou monopolização, através de tais desenvolvimentos como o crescimento de novos processos (como vimos acima) e da disseminação da competição geográfica.

Assim, além dos pequenos inovadores que mencionamos, o suposto domínio das Três Grandes empresas automobilísticas nos Estados Unidos tem sido erradicado pelo crescimento da concorrência estrangeira (japonesa, alemã ocidental, etc.).

Além disso, enquanto as pequenas mercearias de varejo "familiares" foram suplantadas, a alegada monopolização do negócio de mercearia de varejo pela A&P na década de 1930 foi pulverizada pelo crescimento da nova tecnologia dos supermercados.

Nesse ínterim, as pequenas mercearias voltaram na nova forma de lojas de conveniência ou 24 horas. Na cidade de Nova York, nos últimos anos, supermercados maiores foram superados na qualidade e variedade de frutas e vegetais por pequenas lojas familiares 24 horas coreano-americanas. Na América do final do século XIX e início do século XX, o monopólio do refino de petróleo da Standard Oil foi abalado por sua falha burocrática em perceber que os novos campos de petróleo do Texas e de Oklahoma eram a onda do futuro do petróleo bruto, e por seu atraso em ver que o querosene rapidamente estaria dando lugar à gasolina como o produto de petróleo dominante. Esse fracasso forçado deixou espaço para novos empreendedores pequenos e vigorosos, como Gulf e Texaco, saltarem e eliminarem o domínio da Standard no petróleo.

Um exemplo final e instrutivo, de escala excessiva da empresa e de monopólio não lucrativo, foi o resultado do grande boom de fusões de 1899-1901, no qual literalmente dezenas de indústrias, seguindo a atração dos lucros monopolistas, fundiram-se em uma empresa

monopolista e quase invariavelmente perderam pesadamente, e foram forçados a dar lugar a uma extenuante competição de multiempresas.[28]

Assim, ninguém pode prever para que lado soprarão os ventos da competição, da criação e do declínio, da inovação e da decadência. Certamente uma das tendências do capitalismo é uma maior variedade e espectro de qualidade do produto, e essa tendência promove a "descentralização" ao invés da centralização marxiana. Basta dizer que não há evidências, apesar das inúmeras tentativas do governo federal de dar um impulso artificial à centralização, de que a indústria americana seja mais centralizada agora do que era na virada do século XX.[29]

Finalmente, há um outro lado da ascensão das corporações que Marx naturalmente deixa de fora. O próprio instrumento, pelo qual a sociedade anônima pode levantar massas de capital de outra forma indisponíveis, transformou a economia de um pequeno número de capitalistas em um mundo moderno em que cada pessoa, seja ele ou ela muito pequeno ou pequena, pode e torna-se um ou uma capitalista. Ou seja, praticamente todo mundo possui algumas cotas de ações, ou possui cotas de fundos de pensão investidos em ações ou títulos. "Todo homem é um capitalista" é, no mundo de hoje, uma condição generalizada ao invés de um slogan esperançoso para o futuro.

---

[28] Sobre o movimento das fusões na virada do século e seu colapso, veja Gabriel Kolko, *The Triumph of Conservatism: A Reinterpretation of American History, 1900-1916* (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1963); Arthur S. Dewing, *Corporate Promotion and Reorganizations* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1924); idem., *The Financial Policy of Corporations* (5ª ed., Nova York: Ronald Press, 1953), 2 vols; e Naomi R. Lamoreaux, *The Great Merger Movement in American Business, 1895-1904* (Nova York: Cambridge University Press, 1985).

[29] É lamentável que o professor Conway, em seu trabalho geralmente esclarecedor sobre o marxismo, aceite acriticamente a máxima marxista da tendência de empresas gigantes dominarem cada setor. Conway, *op. cit*., nota 3, p. 128.

Enfatizar esse ponto deixa um ponto para ser ridicularizado por marxistas e liberais de esquerda, que apontam, obviamente, que um capitalista individual que possui algumas cotas de ações exerce pouco poder no mundo corporativo.

Mas tal ridicularização é ignorante e mal colocada, uma vez que o ponto é que, nesse sentido, os acionistas são como os consumidores. O consumidor individual tem pouco a dizer sobre os tipos e quantidades de bens e serviços produzidos, mas a massa de consumidores juntos exerce o poder econômico total.

Da mesma forma, o homem que possui uma cota de ação pode ter pouco a dizer nas decisões corporativas, mas o descontentamento de até mesmo uma minoria relativamente pequena poderia ter consequências custosas para os grandes acionistas se os descontentes venderem suas ações e fizerem com que os valores das ações despenquem. Grandes acionistas exercerão o controle direto de uma corporação, mas muito mais poder indireto reside nas mãos da massa de pequenos acionistas, assim como o poder econômico final sobre cada empresa é exercido pela massa de consumidores em suas decisões sobre se e quanto comprar do produto da empresa.

Voltando a Marx e a suas leis de concentração e centralização do capital. Estamos, agora, começando a ver os lineamentos do porquê de, para Marx, o capitalismo estar inevitavelmente correndo para sua ruína designada. Primeiro, é claro, Marx precisa confiar em seu absurdo modelo monolítico de duas classes, toda a sociedade sendo cada vez mais espremida em duas classes uniformes, cada uma com interesses comuns: os capitalistas e o proletariado.

Mas a lei da centralização do capital significa que as fileiras dos capitalistas estão diminuindo continuamente (como vimos, contrariando a universalização virtual das fileiras dos capitalistas a partir do desenvolvimento dos mercados de capitais e das corporações). Em verdade, o número cada vez menor de capitalistas cada vez mais ricos e poderosos tiveram sucesso ao “expropriar” seus companheiros capitalistas e conduzi-los para baixo nas fileiras do proletariado (já que,

no esquema de duas classes de Marx, não há outro lugar para eles irem).[30]

Antes mesmo de trazer os próprios trabalhadores à figuração, podemos ver que as fileiras dos capitalistas, conforme diminuem, tornam-se necessariamente mais sitiadas.

A absurdidade genuína dessa figuração foi involuntariamente revelada pelo marxista alemão Karl Kautsky, apelidado por Engels, em sucessão apostólica, o próximo papa do movimento marxiano. Kautsky seguiu de forma simplista a lógica de seu mestre. Como Kautsky resumiu esse processo em seu livro sobre o programa de Erfurt:

> a produção capitalista tende a unir os meios de produção, que se tornaram monopólio da classe capitalista, em menos mãos. Essa evolução finalmente torna todos os meios de produção de uma nação, na verdade de toda a economia mundial, a propriedade privada de um único indivíduo ou companhia, que dispõe arbitrariamente deles.
>
> Toda a economia será atraída para um empreendimento colossal, no qual tudo tem de servir a um mestre. Na sociedade capitalista, a propriedade privada dos meios de produção termina com todos, exceto uma pessoa, sem propriedade. Conduz, assim, à sua própria abolição, à falta de propriedade de todos e à escravização de todos.[31]

E o que é adicional, estamos avançando em direção a esse estado de coisas "mais rapidamente do que a maioria das pessoas acredita".

---

30 Na linguagem colorida de Marx, a centralização do capital consiste na "expropriação de muitos capitalistas por poucos" ou, em uma retórica ainda mais vívida, "um capitalista sempre mata muitos". Marx, *op. cit.*, nota 1, I, p. 763.

31 Citado em Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* (2ª ed., New Haven: Yale University Press, 1951), p. 362. [Tradução da casa disponível como Ludwig von Mises, *Socialismo: Uma Análise Econômica e Sociológica*, Editora Konkin: São Paulo, 2021).

É como se Kautsky pudesse vislumbrar agora um pouco da absurdidade da posição em que a lógica do sistema marxiano o colocou. Para que não sejamos tentados a sentar e esperar por um Goldfinger, digno de muitos quatrilhões de dólares, que mantém todo o mundo de escravos empobrecidos em sua servidão, Kautsky se apressa em nos assegurar que o mundo não terá de esperar que *todo* o processo se resolva.

Em vez disso,

> "a mera aproximação a essa condição precisa aumentar os sofrimentos, os conflitos e as contradições na sociedade a tal ponto que se tornem intoleráveis e a sociedade rompa seus limites e desmorone [...]"[32]

Kautsky, no entanto, não teve sucesso em recuar antes de revelar inadvertidamente quão absurdo o modelo marxiano realmente é.

13.4 As "leis do movimento", II: o empobrecimento da classe trabalhadora

O corolário vital para o sistema marxiano, das fileiras cada vez mais escassas dos capitalistas centralizados, é as fileiras cada vez maiores do proletariado e seu crescente empobrecimento e miséria. As duas classes antagônicas se envolvem em uma dialética própria, a dialética culminante no sistema marxiano. Por um lado: as fileiras cada vez mais escassas dos capitalistas cada vez mais ricos, até (ou quase até) um homem possuir toda a riqueza do mundo; por outro, as fileiras cada vez mais numerosas do proletariado cada vez mais empobrecido, até que as massas proletárias se levantem e assumam o poder. Mas deixe Marx contar a história, no que equivale a sua peroração empolgante no penúltimo capítulo do Volume I de *O Capital*:

> De mãos dadas com essa centralização, ou essa

---

[32] *Ibid.*

> expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolvem-se, em escala cada vez maior, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação técnica consciente da ciência, [...] o enredamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista.
>
> Junto com o número constantemente decrescente de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, cresce a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação, exploração; mas com isso também cresce a revolta da classe trabalhadora, uma classe sempre crescente em número, e disciplinada, unida, organizada pelo próprio mecanismo do próprio processo de produção capitalista.
>
> O monopólio do capital torna-se um grilhão do modo de produção, que surgiu e floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam finalmente a um ponto em que se tornam incompatíveis com seu tegumento capitalista. Esse tegumento é rompido. O sino de morte da propriedade privada capitalista soa. Os expropriadores são expropriados.[33]

Agora, aqui está um ponto crítico e crucial no argumento marxiano. O empobrecimento crescente da classe trabalhadora é uma chave para o sistema marxiano, porque sobre ele repousa a ruína supostamente inevitável do capitalismo e sua substituição pelo proletariado.[34]

---

[33] Marx, *op. cit.*, nota 1, I, p. 763.

[34] Assim, Marx escreve, novamente em *O Capital*: "Quanto maior a riqueza social, o capital em funcionamento, a extensão e a energia de seu crescimento

Se não há empobrecimento crescente, não há razão para a classe trabalhadora reagir contra sua exploração intensificante e romper seu "tegumento capitalista", esses grilhões ao modo de produção tecnológico. Então, como Marx demonstra a crescente pobreza do proletariado?

Nesse ponto, Marx parece ficar desesperado e apresenta uma série de argumentos variados e contrastantes, alguns dos quais são mutuamente contraditórios. É como se Marx tentasse descontroladamente multiplicar os argumentos, por mais fracos que fossem, na esperança de que pelo menos um se sustentasse, e que ele demonstrará a inevitabilidade do próximo estágio comunista proletário da história. Mas todas essas tentativas de provar a miséria crescente chocam, antes de tudo, contra um obstáculo insuperável, um obstáculo que apenas Ludwig von Mises demonstrou claramente.[35]

---

e, portanto, também a massa absoluta do proletariado e a produtividade de seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva [...] A massa relativa do exército industrial de reserva aumenta, portanto, com a energia potencial da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército operário ativo, maior é a massa de uma superpopulação consolidada [...] Quanto mais extenso, finalmente, [...] o exército industrial de reserva, maior é o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral absoluta da acumulação capitalista*". (Ênfase de Marx.) Marx, *op*. *cit*., nota 1, I, p. 664.

35 Assim, von Mises escreve que Marx tentou demonstrar a inevitabilidade do socialismo "pelo famoso prognóstico de que o capitalismo gera necessária e inevitavelmente um empobrecimento progressivo das massas assalariadas. Quanto mais o capitalismo se desenvolve", diz ele, mais "aumenta a massa de miséria, opressão, escravidão, exploração. Com 'o progresso da indústria' o trabalhador 'afunda-se cada vez mais', até que finalmente, quando seus sofrimentos se tornam insuportáveis, as massas exploradas se revoltam e estabelecem a felicidade eterna do socialismo".

Mas von Mises então aponta, esse argumento crucial "contradiz toda a teoria marxiana da determinação das taxas de salário […] [E]ssa teoria afirma que as taxas de salário são sob o capitalismo sempre e necessariamente tão baixas que, por razões fisiológicas, não podem cair mais sem eliminar toda a classe de assalariados. Como é então possível que o capitalismo produza um

Pois se os salários dos trabalhadores já estão e sempre estão nos meios de subsistência, mantidos lá pela lei de ferro, como eles podem *piorar*? Eles estão no nível máximo de pobreza, por assim dizer, há muito tempo. Mas, se por essa razão, eles não podem piorar, onde está a dinâmica que os levará a se levantar e derrubar o sistema?

Podemos conceder, é claro, que os novos proletários, tão rudemente lançados nas fileiras da classe trabalhadora por seus companheiros capitalistas triunfantes, ficarão particularmente nervosos e descontentes com seu novo destino na vida. Mas certamente Marx não se contentaria em *confinar* seus trabalhadores revolucionários às fileiras relativamente limitadas de capitalistas recentemente desclassificados. Especialmente porque a maior parte dos trabalhadores simplesmente permanece onde sempre esteve: na margem da subsistência.[36]

Deixando de lado, por enquanto, essa grave contradição interna com a lei de ferro dos salários, *como* Marx propõe estabelecer sua pretensa lei do empobrecimento crescente do proletariado? Em uma

---

empobrecimento progressivo dos assalariados? Marx em sua previsão do empobrecimento progressivo das massas contradisse os ensinamentos essenciais de sua própria teoria". Von Mises, *op. cit.*, nota 8, pp. 150-51.

[36] Em um turbilhão notavelmente frenético e pouco convincente de apologética marxiana, o Professor Sowell tenta absolver Marx dessa contradição negando *ambas* as partes: a adesão marxiana à lei férrea dos salários *e* ao empobrecimento progressivo da classe trabalhadora. No primeiro caso, Sowell se apega aos murmúrios anti-Lassalle de Engels em uma nota de rodapé e na correspondência entre Marx e Engels, e então surge com uma definição espetacularmente original de "subsistência" que implica não uma existência mínima, mas um crescente padrão de vida! Sobre o empobrecimento progressivo, ele descarta esse conceito como sendo o jovem Marx do *Manifesto Comunista*, rejeitado pelo Marx maduro de *O Capital*, e se apega ao apoio do economista marxista-leninista Ronald Meek. Para defender essa interpretação absurda, Sowell é forçado a descartar passagens embaraçosamente pró-empobrecimento em *O Capital*, como as que vimos acima, como observações "sagazes" aplicáveis apenas a grupos *particulares* de trabalhadores, e a ignorar convenientemente o capítulo de peroração de *O Capital*. Sowell, *op. cit.*, nota 18, pp. 128-31. Marx também adotou a linha do empobrecimento em seu *Value, Price and Profit* (1865). *Cf.* North, *op. cit.*, nota 14, pp. 140-41.

resposta, a taxa de lucros eternamente decrescente exerce uma severa pressão sobre os capitalistas para obter mais lucro ao suar e explorar o proletariado mais intensamente, fazendo-os trabalhar mais pesado e por mais horas.

Mas, além do problema da sempre presente lei de ferro, Marx se depara com o problema: por que os capitalistas permitiram que sua taxa de exploração diminuísse até finalmente ser estimulada por uma taxa de lucro em queda? Os capitalistas não tentam sempre e em todos os momentos maximizar suas taxas de lucro? E se assim for, e a menos que suponhamos uma súbita intensificação da ganância, ou da ânsia de lucro entre os capitalistas, eles nunca são negligentes ou frouxos em espremer a maior quantidade possível de lucro dos trabalhadores. Mas, então, como uma taxa de lucro decrescente pode estimulá-los a alturas cada vez maiores? Certamente, não é simplesmente um desejo de lucro.

Aqui Marx recua a um mecanismo sugerido para essa crescente exploração do trabalho e a decrescente taxa de salário: o crescimento acelerado de um "exército industrial de reserva" permanente, uma legião crescente de desempregados. É a concorrência aumentada dos desempregados que força os salários para baixo, e cada vez mais continua a fazê-lo à medida que o capitalismo avança.

Mas como pode haver um exército contínuo de desempregados, quando os salários dos desempregados são zero? Por que os desempregados não morrem de fome antes que possam constituir uma ameaça competitiva para o proletariado empregado? Se Marx responde que os desempregados são rapidamente absorvidos pelas fileiras dos empregados, reduzindo assim as taxas de salários, então ele abandona sua exigência de empobrecimento crescente: o crescimento de um exército permanente e em expansão de desempregados. Então, como eles são sustentados e como eles continuam existindo?

Além disso, de onde vem o exército industrial de reserva? Os economistas de mercado sabem que o desemprego se elimina rapidamente reduzindo taxas de salários. Somente se as taxas de salários forem reforçadas acima do nível de equilíbrio de mercado o desemprego se torna permanente; e se, como afirma Marx, o exército

desempregado *reduz* os salários por meio de sua competição, então ele deve desaparecer rapidamente e não apresentar mais problemas.

Mas de onde vem o exército industrial de reserva em primeiro lugar? Para Marx, é o velho bicho-papão, o desemprego tecnológico. A indústria é mecanizada e os trabalhadores são expulsos, presumivelmente de forma permanente, de seus empregos. Mas e quanto à expansão da quantidade demandada e da produção provocada pela inovação tecnológica? E quanto ao aumento da demanda por produção e recursos em *outras* indústrias que são liberadas por produtos mais baratos na indústria em expansão tecnológica?

E o que dizer, como vimos acima, das taxas de salário mais baixas como a forma de livre mercado de manter o pleno emprego da mão de obra? O desemprego tecnológico é um bicho-papão antigo e muitas vezes desacreditado. Quando a discagem automática para telefones foi estabelecida, por exemplo, houve uma lamentação geral lamentável de que os pobres e amados operadores de telefonia seriam demitidos por essa inovação produtiva, mas sem coração. E, no entanto, é claro, os preços mais baixos do serviço telefônico resultaram em uma enorme expansão do mercado de telefonia, *incluindo* um aumento substancial no número de operadoras de telefonia.

De modo similar, o número de trabalhadores na indústria da construção *aumentou*, não reduziu, pelo desenvolvimento de guindastes, pás elétricas e outras máquinas de construção, em comparação com os bons velhos tempos das pás manuais. Em suma, para que o argumento do desemprego tecnológico funcionasse como uma forma de demonstrar o empobrecimento crescente, não apenas cada inovação tecnológica sucessiva teria de causar desemprego permanente, mas o efeito teria de se acelerar ao longo do tempo e, assim, mais do que compensar quaisquer tendências de equilíbrio rumo a mais empregos que o mercado possa possuir.

Na discussão do suposto exército industrial de reserva, lidamos com a afirmação de Marx de que há um aumento permanente e secular desse exército. A seguir, trataremos de outra doutrina marxiana, da recorrência do desemprego *cíclico*, que, junto com as depressões

cíclicas cada vez piores, pode fornecer o motor da miséria crescente e da revolução proletária.

Outro argumento marxiano para a inevitabilidade do empobrecimento da classe trabalhadora é encontrado particularmente no *Manifesto Comunista*. Conforme a maquinaria se desenvolve e os capitalistas acumulam capital, lamentam Marx e Engels, o trabalho perde sua variedade de habilidades, e o proletariado é empurrado para tarefas cada vez mais simples, mais monótonas e não qualificadas, e essa desqualificação reduz o salário médio.[37]

Esse argumento fraco soa particularmente vazio hoje em dia, quando os amigos liberais de esquerda da classe trabalhadora estão fazendo o lamento exatamente *oposto*: que, em uma época em que um número cada vez maior de trabalho está indo para a operação de alta-habilidade de computadores e eletrônicos, o que acontecerá com o pobre trabalhador que está envelhecendo cada vez mais e não é habilitado, deixado para traz na marcha do progresso?

Um argumento marxiano relacionado enfatiza não tanto o empobrecimento crescente da classe trabalhadora, mas sua miséria através da "alienação" agravada, aumentando a monotonia ou a repulsão do trabalho causada pela mecanização em expansão. Embora o próprio Marx, de fato, refira-se a essa alegada miséria crescente no trabalho da classe trabalhadora, vimos mais acima que, para Marx, a "alienação" não tinha nada a ver com a psicologia subjetiva ou com a monotonia do trabalho, mas que tinha raízes cósmicas em, e de fato é definida como um atributo de, o sistema básico moderno de troca e da divisão do trabalho; e, além disso, na separação dos homens individuais

---

37 "Devido ao uso extensivo da maquinaria e à divisão do trabalho, o [...] [operário] torna-se um apêndice da máquina, e é apenas a habilidade mais simples, mais monótona e mais facilmente adquirida que é exigida dele. Assim, o custo de produção de um operário se restringe, quase inteiramente, aos meios de subsistência que ele requer para sua manutenção e para a propagação de sua raça." Tucker, *op. cit*., nota 7, p. 479.

do Homem e da Natureza que seria curada, e só poderia ser curada, pelo comunismo.

À parte do problema empírico de como o trabalho estava realmente se tornando mais monótono, e o contraste com a natureza libertadora da crescente variedade de quereres, produtos e ocupações, é difícil ver como ou por que qualquer "alienação" deveria *aumentar* significantemente ao longo do tempo, muito menos como esse aumento é transmitido de alguma forma para a classe trabalhadora.

Não, o caso da miséria crescente como estímulo à revolução precisa ser palpável e objetivo, evidente para a classe trabalhadora, ou não ser qualquer caso.

Ficamos com a doutrina do empobrecimento crescente do proletariado, uma doutrina tão crucial em Marx que dificilmente pode ser banalizada como uma "predição" que de alguma forma saiu da linha. Essa "predição" é absolutamente crítica para a tendência supostamente inevitável dos trabalhadores de se levantar e derrubar o capitalismo, uma tendência que é suposta a se aprofundar e acelerar conforme o capitalismo progride.

E ainda assim, ficou totalmente evidente para todos que um dos fatos vitalmente significativos, do século e meio desde o nascimento do marxismo, foi o crescimento contínuo e espetacular dos salários reais e do padrão de vida da classe trabalhadora e da massa da população. De fato, o que vimos nesse período é o crescimento mais espetacular na industrialização e nos padrões de vida da história do mundo.

Ademais, e particularmente revelador de uma crítica a Marx, esse avanço da classe trabalhadora foi particularmente notável precisamente nos países capitalistas avançados do Ocidente, aqueles que deveriam anunciar o crescente empobrecimento do proletariado. Aqui está um fato severo e implacável que todo marxista precisa enfrentar, e que por si só pode e deveria destruir o sistema marxiano. Como os marxistas lidaram com esse grave problema?

Alguns marxistas, é claro, simplesmente abandonaram o barco, ou proclamando ruidosamente sua deserção ou saindo silenciosamente do redil. Alguns marxistas, como Schumpeter observa atenciosamente, "na verdade não se importam em assumir a ridícula posição de que uma

tendência de queda do padrão de vida da classe trabalhadora é de fato observável".[38]

Mas, em geral, os marxistas tentaram salvar o fenômeno, resgatar a teoria, por meio de várias posições substitutas ou formas de evasão. Uma tática popular afirma que a *tendência* subjacente ao empobrecimento ainda existe, mas foi "temporariamente" (um ou dois séculos?) compensada por fatores contrários. Uma variante leninista popular, mas bizarra, é que os trabalhadores no Ocidente se beneficiaram da exploração imperialista ocidental ou do investimento no Terceiro Mundo, de modo que, em certo sentido, os trabalhadores ocidentais se tornaram "capitalistas" em escala internacional.

Em primeiro lugar, nessa transmutação do proletariado oprimido do Ocidente em "capitalistas" exploradores do Terceiro Mundo, o que aconteceu com a inevitável *diminuição* da classe capitalista? Em segundo lugar, o grotesco dessa doutrina pode ser medido pelo fato, como P.T. Bauer demonstrou em muitos trabalhos, que a maior parte do Terceiro Mundo, por mais pobre que seja, *também* tem se desenvolvido rapidamente nas últimas décadas, e o padrão de vida de suas massas trabalhadoras aumentou consistentemente.

Não apenas isso; mas esse desenvolvimento e elevação dos padrões ocorreu precisamente nas áreas e regiões do Terceiro Mundo (*e.g.*, cidades portuárias) em contato comercial e de investimento mais próximo com os países ocidentais desenvolvidos. Por outro lado, são as áreas remotas do Terceiro Mundo, ainda não abertas ao comércio com o Ocidente, que ficaram para trás nesse crescimento econômico. Nada disso pode ser enquadrado com a imagem do mundo ocidental fazendo suas tremendas pernadas ao longo do século às custas do que teria de

---

[38] Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954), p. 686n. Muitos marxistas afirmaram, pelo menos, que o padrão de vida dos trabalhadores ingleses caiu com o advento da Revolução Industrial, digamos, de meados ou final do século XVIII até meados do século XIX, mas os estudos de R. Max Hartwell e outros se livraram bem dessa investida marxista.

ter sido o empobrecimento e emiseração rapidíssimos e profundos das massas no Terceiro Mundo.[39]

Além do imperialismo, houve outros fatores intervenientes que vários marxistas afirmam ter interrompido temporariamente o funcionamento do empobrecimento inevitável. Uma escolha particularmente popular, por volta da virada do século XX, foi o fechamento da fronteira no oeste dos Estados Unidos.

A tese da fronteira eventualmente perdeu popularidade à medida que o evento recuava na memória e os padrões de vida dos trabalhadores continuavam seu avanço inexorável, embora, curiosamente, ela tenha sido revivida na bizarra "tese da estagnação" do final da década de 1930, em que o fechamento de fronteiras (junto de outros fatores mal escolhidos) era suposto a repentinamente levantar de sua cova de quatro décadas e esmagar a economia com uma miséria atrasada e inexplicável.

Mas, de longe, a posição substituta mais popular tem sido mudar os termos do argumento e da previsão. Fugindo face às evidências, esses marxistas contestam que Marx "não quis dizer realmente" o empobrecimento "absoluto", uma queda contínua no padrão de vida; ele quis dizer uma queda na renda *relativa* dos trabalhadores, relativa, é claro, ao padrão de vida da classe capitalista. Era "empobrecimento relativo", não "absoluto", o que Marx supostamente queria dizer, e que os marxistas estavam agora proclamando.[40]

Como questão empírica, o empobrecimento relativo pode ou não ser verdadeiro em vários momentos e lugares, mas sua cogência é

---

39 *Cf*. Conway, *op. cit*., nota 3, p. 132.

40 Schumpeter, que geralmente trata Marx de forma excessivamente gentil, despreza apropriadamente os teóricos do empobrecimento relativo: "Ainda outros intérpretes têm feito esforços para fazer a lei de Marx significar apenas miséria relativa, i.e., uma queda na parcela relativa do trabalho, que, além de ser igualmente insustentável, viola claramente o significado de Marx". Schumpeter, *op. cit*., nota 38, p. 686n. Sobre o empobrecimento absoluto, ver também M.M. Bober, *Karl Marx's Interpretation of History* (2ª ed., Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1948), pp. 213-21.

certamente dúbia. É certamente claro que o grau de desigualdade, por exemplo, sob o despotismo oriental ou na França absolutista de Luís XIV era muito maior do que sob o capitalismo moderno.

Mas mais importante é a ridicularidade de confiar no "relativo empobrecimento" como um motor suficiente para a classe trabalhadora se levantar em uma revolução sangrenta para derrubar a classe capitalista. Se um trabalhador tem um iate, ele se rebelará porque há outros na sociedade que têm dois ou três? Ou, para ser mais realista, um trabalhador com dois aparelhos de TV em cores se levantará na revolução porque Rockefeller, Lee Iacocca ou Hugh Hefner tem um aparelho maior em cada quarto? Estamos muito, muito longe da emiseração. A iminente ira inevitável do proletariado se transformou, finalmente, em farsa.

E, ainda assim, mesmo o chefe do marxismo oficial depois de Engels, Karl Kautsky, sendo forçado em 1899 a admitir que o padrão de vida dos trabalhadores estava subindo, foi compelido a retroceder na visão de que o que Marx realmente queria dizer era pobreza relativa, ou o que Kautsky chamava de "social".

Por "pobreza social", Kautsky significou francamente inveja, ou "cobiça", e assim foi obrigado a retroceder na visão de que ganhar em renda, mas ver *outros* ganhar mais seria suficiente para incitar o trabalhador à inveja suficiente para se levantar e derrubar o sistema inteiro.[41] Em qualquer caso, é muito mais plausível que a inveja seria institucionalizada em impulsos políticos, digamos, por um imposto de renda progressivo ou vários subsídios do governo, em vez da erupção a uma destruição revolucionária de todo o sistema.

Tudo isso não nega que existam, de fato, passagens em Marx que descrevem apenas um empobrecimento relativo da classe trabalhadora e um aumento de sua inveja pelos mais ricos do que eles.[42] O ponto, no

---

41 Von Mises, *op. cit.*, nota 31, pp. 381-4. Como aponta von Mises, é pelo menos igualmente provável que a inveja dos trabalhadores seja despertada por um *aumento* no igualitarismo e em seu status relativo, assim causando maior irritação em uma lacuna que agora é *menor*.

42 *Cf.* Conway, *op. cit.*, nota 3, p. 133.

entanto, é que há *também* outra variante dominante nos escritos de Marx que prevê e enfatiza um crescente empobrecimento real *absoluto* e objetivo da classe trabalhadora.

Finalmente, há uma contradição interna gritante no coração da economia marxiana que nunca é resolvida. Se os capitalistas sofrem ao longo do tempo com uma taxa de lucro decrescente e os trabalhadores sofrem com o empobrecimento crescente, quem está se *beneficiando* na distribuição da torta econômica?

Pelo menos no sistema ricardiano, os capitalistas sofrem com a taxa de lucro decrescente, e os trabalhadores são mantidos no nível de subsistência bruta, mas *algum* grupo continua pegando todos os benefícios sociais — os latifundiários parasitas e sua crescente absorção do produto social pelo aluguel da terra. Mas no sistema marxiano, os latifundiários desapareceram, assimilados crescente e rapidamente na classe capitalista. Então, como *ambas* as classes poderosas podem perder sob o capitalismo em desenvolvimento?[43]

13.5 As "leis do movimento", III: crises de ciclos econômicos

Uma variante final da tentativa de Marx de demonstrar a inevitabilidade da revolução proletária estava intimamente relacionada à doutrina do empobrecimento absoluto. Essa variante, no entanto, enfatizou, não uma tendência secular consistente ao empobrecimento crescente ou a um exército industrial de reserva, mas sim, crises de ciclos econômicos e depressões crescentemente destrutivos, marcados pelo empobrecimento e desemprego cíclico. Voltamo-nos agora para a teoria de Marx, ou melhor, suas várias *teorias* de ciclos e crises, pois seus escritos contêm várias teorias muito diferentes e incompatíveis. Talvez Marx, em desespero, estivesse disposto a apresentar uma série de teorias, esperando que uma delas, pelo menos, conseguisse colar.

---

43 Veja Gottfried Haberler, "Marxist Economics in Retrospect and Prospect", em M. Drachkovitch (ed.), *Marxist Ideology in the Contemporary World — Its Appeals and Paradoxes* (Hoover Institution, New York: Praeger, 1966), pp. 118, 183.

13.5.1 Subconsumismo

A explicação do subconsumismo para a depressão era a variante dominante da teoria dos ciclos de Marx, como evidenciado, por exemplo, pelos repetidos ataques dele e de Engels à lei de Say e à adesão de Ricardo a essa lei.[44]

O ponto, como elaborado particularmente no *Teorias da Mais-Valia* de Marx (escrito em 1861-63), é que conforme a acumulação e a produção capitalistas avançam, ultrapassam a capacidade de consumo dos trabalhadores explorados, que ganham bem menos do que o valor do seu produto.

A massa de trabalhadores não pode consumir o suficiente para comprar o produto capitalista, e a folga não é ocupada pelos exploradores capitalistas, que estão muito mais interessados em economizar e acumular do que em consumir. Assim, Say está incorreto e há superprodução geral sistêmica, com a produção superando a capacidade de consumo das massas.[45] Como Marx repetidamente diz,

---

44 "Se julgada pela quantidade de espaço que recebe, e especialmente pelas referências persistentemente repetidas a ela no início e no final de seus escritos e de Engels, a teoria do subconsumo parece dominar as outras teorias." Bober, *op. cit.*, nota 40, p. 232. Somos gratos a Bober por sua discussão clássica das teorias de ciclos de Marx, em *ibid.*, pp. 232-57.

45 Assim, Marx em *Teorias da Mais-Valia*: “A superprodução tem por condição especificamente a lei geral da produção do capital [...] enquanto, em contraposição, a massa dos produtores fica restrita — e com base no sistema capitalista precisa permanecer restrita — a uma quantia média de necessidades” Veja Bober, *op. cit.*, nota 40, p. 240. Veja também Tucker, *op. cit.*, nota 7, pp. 443-65. É significativo que as passagens que expõem a teoria do subconsumo no capítulo XVII das *Teorias da Mais-Valia* sejam a *única* discussão da teoria da crise no *Reader* de Tucker. Na nota de cabeça das seleções, o Professor Thomas Ferguson, depois de apontar que Marx, curiosamente, "não deixou nenhum relato desenvolvido de seus pontos de vista sobre as crises", acrescenta que o capítulo XVII de *Teorias* "contém a melhor e mais sistemática discussão de Marx sobre crises econômicas". Tucker, pág. 443.

"a maioria do povo, a população trabalhadora, só pode estender seu consumo dentro de limites muito estreitos".

Marx retorna a esse tema dominante do subconsumismo no Volume III de *O Capital*. No capitalismo, escreve Marx, o "poder de consumo da sociedade" é determinado por "condições antagônicas de distribuição", que "reduzem o consumo da grande massa da população a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estreitos". Além disso,

> o poder de consumo é ademais restringido pela tendência de acumulação, a ganância por uma expansão do capital e uma produção de mais-valia em escala ampliada [...] O mercado precisa, portanto, ser continuamente ampliado [...] Mas na medida em que a força produtiva se desenvolve, ela se encontra em desacordo com a base estreita sobre a qual repousam as condições de consumo.

Em adição, no Volume III de *O Capital*, Marx escreve: "A razão última de todas as crises sempre permanece a pobreza e o consumo restrito das massas, em face do impulso para desenvolver as forças produtivas como se apenas o consumo absoluto da sociedade estabelecesse um limite a eles".[46]

O problema mais óbvio e flagrante com uma teoria subconsumista das crises econômicas é que ela explana demais. Pois, se o consumo das massas nunca é suficiente para recomprar o produto e manter o negócio lucrativo, por que não há depressão *permanente*? Por que existem *expansões*, bem como contrações?

Tanto Marx quanto Engels aparentemente sentiram esse problema e, consequentemente, viram a necessidade de, pelo menos, uma teoria suplementar. Assim, no Volume III de *O Capital*, Marx, além da citação

---

[46] Surpreendentemente, Sowell sustenta não apenas que não há nenhum traço de subconsumismo em Marx, mas que aqueles que o afirmam apenas citam uns aos outros, não o próprio Marx. Ele, por um lado, aparentemente nunca ouviu falar do trabalho padrão de Bober. Sowell, *op. cit.*, nota 18, pp. 78-9, 85-8.

acima, concedeu que há períodos de expansão pelo menos temporários antes das crises, quando os salários aumentam e os trabalhadores obtêm uma parcela maior do produto.[47]

Engels, também, em *Anti-Dühring*, afirma primeiro que "a indústria de larga escala, que caça em todo o mundo novos consumidores, restringe o consumo das massas domésticas a um mínimo de fome e, assim, mina seu próprio mercado interno". Mas, então, um pouco mais adiante na mesma obra, Engels, depois de afirmar que "o subconsumo das massas é, portanto, também uma condição necessária das crises", admite que o conceito não pode explicar "por que as crises existem hoje" enquanto "elas não existiam em períodos anteriores".

Na época em que Engels escreveu o prefácio da primeira edição inglesa do Volume I de *O Capital* em 1886, no entanto, o problema já havia sido nitidamente resolvido para sua própria satisfação. Embora os ciclos econômicos de expansão e contração tenham de fato prevalecido até 1867, ele opinou, a economia inglesa estava agora satisfatoriamente atolada em uma depressão permanente.

Quaisquer que fossem as causas subsidiárias das expansões, eles agora estavam encerrados, e a depressão permanente logo daria início à revolução proletária. Em meio ao mar de destroços de "previsões" marxianas autogarantidas, essa foi uma das mais absurdas e surpreendentemente erradas. Assim Engels:

> O ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, sempre recorrente de 1825 a 1867, parece de fato percorrido seu curso; mas apenas para nos desembarcar no pântano do desânimo de uma depressão permanente e

---

47 Marx e Engels também sentiram a necessidade de se separarem o máximo que pudessem do subconsumo puro, tendo em vista que dois de seus grandes rivais e oponentes alemães eram ardentes subconsumistas. Esses foram o aristocrata prussiano e socialista de estado evolucionário Johann Karl Rodbertus (1805-75), e o economista e reformador social da Universidade de Berlim Eugen Karl Dühring (1833-1921).

> crônica.
>
> O esperado período de prosperidade não virá; com tanta frequência quanto parecemos perceber seus sintomas prenúncios, com tanta frequência eles desaparecem no ar.
>
> Enquanto isso, cada inverno que se segue traz à tona a grande questão: "o que fazer com os desempregados"; mas enquanto o número de desempregados aumenta de ano para ano, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos calcular o momento em que os desempregados que perdem a paciência tomarão seu próprio destino em suas próprias mãos.[48]

No fim, é claro, a prosperidade veio à Inglaterra muito antes da revolução proletária.

De qualquer forma, o subconsumo é uma teoria totalmente falha, seja usada para explicar crises cíclicas seja depressões permanentes. Em primeiro lugar, as poupanças não "vazam" da economia; elas são gastas, em investimentos de vital importância em recursos e bens de capital.

Mais importante ainda, como no caso de toda teoria maluca, o sistema de preços silenciosamente sai de cena, e ficamos com juggernauts agregadores como “produção” e “consumo” enfrentando um ao outro. Não existe algo como superprodução; há apenas muito produzido para o *preço* que os consumidores estão dispostos a pagar, um preço que, nas crises, não cobre os custos incorridos pelos empresários.

Mas uma vez que reconhecemos *isso*, precisamos, então, ver também que, a fim de trazer produção e consumo a um equilíbrio, a fim de eliminar o problema da oferta, ou estoque, ser maior que a demanda, tudo que precisa acontecer é que os preços caiam. Deixe os preços caírem e eles logo equilibrarão a oferta e a demanda, e as perdas de negócios serão apenas temporárias.

---

48 Engels, “Preface to the English Edition”, em Marx, *op*. *cit*., nota 1, I, p. 6.

E esse ponto leva o analista a considerar o próximo passo: por que os empresários — empreendedores com um histórico geral excelente na previsão de demanda e custos — por que dessa vez eles ofertaram custos tão excessivamente altos que sofrem perdas na tentativa de vender o produto? Em suma, por que os empresários cometeram esse aglomerado de graves erros de previsão que marcam o período de crise econômica? Nada disso, é claro, poderia ser considerado por Marx e pelos subconsumistas, que não se preocupam em considerar o sistema de preços. Além disso, Marx, como Smith e Ricardo antes dele, não tem nenhuma concepção do empreendedor ou da função do empreendedorismo.

Finalmente, sabe-se que as crises começam invariavelmente, não nas indústrias de bens de consumo que o subconsumismo nos levaria a esperar, mas precisamente nas indústrias de bens de capital e naquelas indústrias mais distantes e remotas do consumidor. O problema pareceria que é — corretamente — *muito* consumo em vez de *pouquíssimo*.[49]

13.5.2 A taxa de lucro decrescente

A segunda teoria da crise, proeminente no Volume III de *O Capital*, concentra-se na taxa de lucro decrescente marxista. O impulso incessante dos capitalistas para acumular provoca uma tendência secular de queda da taxa de lucro.

Finalmente, quando o lucro cai abaixo de "uma certa taxa", o crescimento do capital cessa e uma crise econômica se instala. Assim como o capitalismo leva a uma superprodução de bens em relação ao consumo, também cria uma superacumulação de capital. A cessação do investimento de capital leva a uma recessão nas indústrias de bens de capital, que então se amplia para uma depressão geral.

---

49 Para uma crítica adicional do subconsumismo, veja Murray N. Rothbard, *America's Great Depression* (4ª ed., Nova York: Richardson & Snyder, 1983), pp. 55-8.

Embora essa segunda explicação da crise econômica tenha pelo menos o mérito de se concentrar nas indústrias de bens de capital e não no consumo, dificilmente é uma melhoria. Em primeiro lugar, mais uma vez, a taxa de lucro decrescente parece descrever uma lei de declínio secular; mas por que deveria levar a um colapso econômico *específico*, muito menos a uma série cíclica de expansões e contrações?

Mesmo que a taxa de lucro caia, por que os empresários deveriam parar de investir, especialmente de repente? Qual é o mecanismo para explicar o súbito e agudo ponto de virada? Além disso, mesmo que a taxa de lucro caia, a massa reconhecidamente crescente de capital poupado pode muito bem aumentar a *quantidade absoluta* de lucros agregados, de modo que, mesmo que a *taxa* caia, o processo ainda pode estimular muitos investimentos adicionais.

Além disso, mesmo que Marx pudesse explicar um ponto de virada e uma queda brusca, por que deveria haver um *renascimento*? Aqui está um ponto particularmente bambo em Marx: o capital *desacumula* grandemente durante a crise, de modo que o denominador do capital realmente diminui e, portanto, a taxa de lucro para o investimento total aumenta.

Esse processo pode novamente criar maiores investimentos e outra expansão. A probabilidade, no entanto, de que uma depressão seja acentuada o suficiente para realmente consumir capital e *também* aumentar as taxas de lucro mais do que a suposta tendência contínua de queda da taxa de lucro é muito baixa. E mesmo se uma recuperação estiver em andamento, por que uma expansão vigorosa ocorreria?

Não há, finalmente, nenhuma indicação em Marx ou Engels do porquê desses ciclos ou depressões serem supostos a aumentar em intensidade, universalidade e profundidade ao longo do tempo, para finalmente resultar em depressão e revolução permanentes.

Em suma, a linha da taxa de lucro decrescente da teoria dos ciclos é singularmente sombria e inconvincente.

13.5.3 Desproporcionalidade

Aqui, na teoria da "desproporcionalidade" de Marx, voltamos, num sentido profundo, onde nós começamos, ou melhor, onde o próprio

Marx começou: ao comunismo e ao desejo de erradicar o mercado e a divisão do trabalho. Entremeada em suas discussões em *O Capital* e *Teorias da Mais-Valia* está a visão de que os ciclos e as crises inevitavelmente derivam do processo de mercado.

Para Marx, o problema era endêmico na economia de mercado, e particularmente na economia monetária, ou de troca indireta. Como o mercado supostamente não tinha mecanismo de coordenação, toda produção e troca, segundo Marx, é caótica, descoordenada, um regime do que ele chamou de "a anarquia de produção". Como Bober resume:

> Essa teoria está preocupada com os maus-ajustamentos e desproporcionalidades atribuídos à anarquia da competição; aos movimentos desajeitados e descoordenados de multidões de capitalistas individuais; às complexidades dos muitos elementos que devem se encaixar em um mundo extremamente complexo, e que o farão por mero acidente, senão por projeto planejado; e aos caprichos do vento e do tempo.[50]

Marx tinha um ponto revelador contra os ricardianos, os classicistas britânicos de sua época. De fato, o mundo não se aquece feliz na terra do nunca do equilíbrio de longo prazo. Mas o que Marx negligenciou é precisamente o que os ricardianos negligenciaram: se eles tivessem mudado seu foco para fora da terra nebulosa do equilíbrio de longo prazo e de volta ao mundo real da economia de mercado, eles teriam descoberto um mundo muito diferente.

Teriam visto o que Turgot, os franceses, os italianos e os escolásticos tinham visto: o mundo real dos mercados não é perfeitamente, mas ainda harmônica e dinamicamente coordenado por dois elementos cruciais: um sistema de preços que é livre para flutuar para igualar as forças mutáveis de oferta e manda; e empreendedores que, em sua busca contínua de aumento de lucros e evitamento de prejuízos, realizam essa tarefa de coordenação.

---

50 Bober, *op. cit.*, nota 40, pp. 251-2.

Mas, ao focar no equilíbrio de longo prazo, os classicistas britânicos eliminaram tanto o sistema de preços do mundo real quanto o papel vital do empreendedor na economia de mercado — a antecipação bem-sucedida da mudança em um mundo em mudança e incerto. Se não há sistema de preços para a troca de títulos de propriedade por bens e serviços, e não há empreendedores-capitalistas, então, de fato, a produção está em estado de "anarquia".

Marx também viu que a descoordenação pode causar superacumulação de capital, e teceu esse tema na variante anterior — a taxa de lucro decrescente — em uma tentativa de explicar ciclos e crises. Alguns economistas posteriores, notadamente o economista marxista russo Tugan-Baranowsky, elaboraram essas dicas no que foi chamado de "teoria do superinvestimento não monetário" do ciclo econômico.[51]

Marx viu que o sistema monetário e de crédito desempenhava um papel importante nos ciclos e crises: o crédito é importante na

---

[51] Mikhail Ivanovich Tugan-Baranowsky (1865-1919). Estritamente falando, Tugan-Baranowsky foi um ucraniano que ensinava em São Petersburgo da Rússia. Ele enunciou pela primeira vez sua teoria dos ciclos econômicos em sua tese de doutorado, "The Industrial Crisis in England", publicada em russo em 1894. Tugan-Baranowsky ensinou economia política em São Petersburgo até 1917, quando se tornou ministro das finanças e secretário-geral da Central Rada da Ucrânia.

No ano seguinte, Tugan-Baranowsky tornou-se chefe do departamento socioeconômico da Academia Ucraniana e de seu Instituto para o Estudo dos Ciclos Econômicos. Na sua morte em 1919, Tugan era conselheiro econômico da delegação ucraniana em Versalhes. Veja Sergio Amato, "Tugan-Baranowsky…" em I.S. Koropeckyj (ed.), *Selected Contributions of Ukrainian Scholars to Economics* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984), pp. 1-59. Sobre as teorias do ciclo de superinvestimento não monetário, ver Gottfried Haberler, *Prosperity and Depression* (4ª ed., Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1958), pp. 72-85.

Amato sustenta que o economista alemão Arthur Spiethoff (1873-1957), que lançou sua própria versão da teoria dos ciclos em 1902-3, roubou-a da tradução alemã de Tugan-Baranowsky em 1901, depois a reivindicou como sua própria descoberta original. Amato, "Tugan-Baranowsky", p. 6.

centralização do capital: estimula a especulação, intensifica a crise e acelera a superprodução.

Mas enfatizar o crédito bancário como causa fundamental do ciclo poderia ter sido fatal para a tentativa de Marx de atribuir a culpa pelos ciclos e crises às forças inerentes da economia capitalista de mercado. E, portanto, era necessário que ele repudiasse qualquer possível ênfase da *currency school* sobre o papel causal do crédito bancário: "A superficialidade da Economia Política", Marx escreve em *O Capital*, "mostra-se no fato de que ela olha sobre a expansão e contração do crédito, que é um mero sintoma das mudanças periódicas do ciclo industrial, como sua causa".[52]

Apesar de seu desprezo aberto por John Stuart Mill, Marx foi assim levado a apoiar implicitamente a teoria da escola bancária-Mill-Tooke do ciclo econômico.[53] Como vimos, os próprios escritores da *currency school* foram forçados a adotar essa visão após o aparente fracasso do *Peel's Act* de 1844 em erradicar os ciclos econômicos.

Enquanto todos os teóricos à la escola bancária sobre desproporcionalidade *não* monetária e superinvestimento foram obrigados a admitir que a expansão do dinheiro e do crédito bancário eram condições necessárias para um ciclo de expansão, todos eles proclamaram que os ciclos de crédito eram apenas resultantes passivos de ciclos não monetários de "super" e "sub"' negociações ou de "especulação".

---

52 Veja Bober, *op. cit.*, nota 40, p. 275. Sowell, por outro lado, afirma que Marx considerava o dinheiro e o crédito a única causa do ciclo econômico. Sowell, *op. cit.*, nota 18, pp. 92-5.

53 De fato, toda a teoria monetária de Marx foi profundamente influenciada por Thomas Tooke e pela escola bancária. Marx acreditava, com Tooke, que mudanças nos níveis de preços determinavam mudanças na quantidade de dinheiro e não *vice-versa*, e que os déficits do balanço de pagamentos eram determinados por fatores reais em vez de fatores monetários. Assim, em sua teoria do dinheiro e de seus efeitos, Marx era o oposto de um ricardiano. Veja Arie Arnon, "Marx's Theory of Money: the Formative Years", *History of Political Economy*, 16 (inverno de 1984), pp. 560-75.

Assim, a teoria milliana do ciclo não-monetário permeou as fileiras dos economistas e os encorajou, incluindo Marx, a culpar a economia capitalista de mercado pela recorrência dos ciclos econômicos. Os *insights* da *currency school* desaparecida, a percepção de que o dinheiro e o crédito enquanto uma *condição necessária* estava perto de dizer uma *causa*, e o *insight* original, de que é necessária a expansão do crédito bancário para distorcer os sinais do mercado aos empreendedores e criar um ciclo de expansão-contração, permaneceu enterrado, para ser descoberto ou redescoberto por Ludwig von Mises em 1912.

13.6 Conclusão: o sistema marxiano

Assim, Karl Marx criou o que parece ser, ao observador superficial, um sistema de pensamento impressionante e integrado, explicando a economia, a história mundial e até o funcionamento do universo. Na realidade, ele criou uma verdadeira teia de falácias.

Cada ponto nodal da teoria é errado e é falacioso, e seu "tegumento" — para usar um bom termo marxiano — também é uma teia de falácias. O sistema marxiano jaz em absolutos farrapos e ruínas; o "tegumento" da teoria marxiana "estourou" muito antes de seu previsto "estouro" do sistema capitalista.

Longe de ser uma estrutura de leis "científicas", além disso, a estrutura improvisada foi construída e escorada em serviço desesperado ao objetivo messiânico fanático e enlouquecido de destruição da divisão do trabalho e, de fato, da própria individualidade do homem, e à criação apocalíptica de uma ordem mundial coletivista supostamente inevitável, uma variante ateizada de uma venerável heresia cristã.

Durante a década de 1960, os marxistas messiânicos e românticos gostavam de fazer uma separação nítida entre o jovem Marx — adorável, idealista e "humanista" — e o velho Marx — economista malvado, hardcore e proto-stalinista. Mas agora sabemos que não existe tal divisão. Há apenas um Marx, seja cedo ou tarde, uma vez que ele adotou o marxismo na década de 1840.

Há até um bom argumento para ver um Marx ao longo da vida, incluindo seus poemas enlouquecidos e demoníacos pedindo a

destruição universal em seus anos de graduação em Berlim. Na verdade, o Marx humanista dificilmente é um alívio do economista posterior — muito pelo contrário.

Todas as variantes de Marx estavam a serviço de sua visão messiânica fanática e destrutiva do comunismo. Um caso convincente pode ser feito, de fato, de que os conhecidos horrores do comunismo do século XX: de Lenin, Stalin, Mao e Pol Pot, podem ser considerados o desdobramento lógico, a encarnação, da visão do século XIX de seu mestre, Karl Marx.

capítulo 14

Depois de Mill: Bastiat e a Tradição Francesa de Laissez Faire

14.1 A Escola Francesa de *Laissez Faire*

A conquista da economia britânica por John Stuart Mill por meio de seu tratado de 1848, Os Princípios da Economia Política, conseguiu impor um miasma à economia britânica por pelo menos um quarto de século. Em alguns aspectos, de fato, a revolução subjetivista (ou, em seu rótulo trivializado, "marginalista") contra Mill, liderada abortivamente por Jevons na década de 1870, nunca fez realmente sucesso na Grã-Bretanha.

O miasma milliano impôs uma adesão vaga e incoerente à teoria do trabalho, ou na melhor das hipóteses à teoria do custo de produção, do valor; à metodologia do positivismo, temperada por um indutivismo confuso; ao individualismo, confundido pelo organicismo; a uma preferência vaga e provisória pelo mercado livre facilmente superada por quase qualquer objeção, em particular a alegada capacidade dos sindicatos de ganhar aumentos salariais gerais, bem como a suposta superioridade moral do socialismo. Em suma, politicamente, Mill estava habilmente posicionado para ser o santo padroeiro do laissez-faire, bem como de praticamente todos os ataques contra ele - em suma, para ser o filósofo do status quo britânico tal como existia ou como poderia vir a ser. Ao mesmo tempo, Mill tornou-se o espantalho favorito do intelectual liberal moderno, campeão do laissez-faire, sempre pronto para fazer as concessões mais nocivas aos seus oponentes liberais modernos. Dessa forma, o intelectual liberal moderno pode soar a nota triunfal: “Mas mesmo Mill admite [...]” e, assim, esperar ganhar o dia pela mera invocação de autoridade.

Em assuntos monetários e bancários, de fato, Mill era o guru do status quo imposto pelo Peel Act de 1844 e continuando até a Primeira Guerra Mundial: isto é, um amplo compromisso com o dinheiro forte na forma do padrão ouro, mas habilmente e fundamentalmente destruído por um controle monopolista do Banco da Inglaterra de um sistema bancário de reservas fracionárias que poderia prontamente inflar dinheiro e crédito dentro desse sistema supostamente sólido.

Embora, de todos os países, a economia britânica no século XIX (e ao longo da Segunda Guerra Mundial) tenha conseguido acumular o maior prestígio, não foi capaz de exercer hegemonia total sobre a economia no exterior. Na França, em particular, o legado de J.B. Say levou, em dramático contraste, a uma utilidade subjetiva e tradição laissez-faire consistente que conseguiu manter o domínio sobre a economia francesa por quase um século. Vimos que a economia francesa do laissez faire foi estabelecida no período da Restauração após 1815 por um grupo brilhante de jovens economistas e teóricos sociais inspirados por J.B. Say e liderados por Charles Dunoyer e pelo genro de Say, Charles Comte. Embora Comte tenha morrido na meia-idade, Dunoyer viveu o suficiente para escrever sua magnum opus em três volumes, *De la liberte du Travail* (Da Liberdade do Trabalho), (1845), e para presidir a fundação, em 1842, da liderante *Societe d'Economie Politique* (A Sociedade de Economia Política), que se reunia mensalmente durante décadas, bem como seu jornal acadêmico, o *Journal des Economistes*, que havia sido lançado poucos meses antes da sociedade.

Desde então, até a Primeira Guerra Mundial, um quadro admirável e produtivo de economistas ocupou os principais postos acadêmicos franceses, editou e escreveu para vários periódicos acadêmicos, formou associações e conferências e escreveu e deu palestras incansavelmente em nome da harmonia de interesses e da prosperidade geral por meio do livre mercado, livre comércio e laissez-faire. É notável que pelo menos três gerações de economistas franceses foram educados, continuaram e desenvolveram essa tradição de laissez-faire. Apesar de gerações de mudanças na moda e enormes tentações do lado do estatismo e privilégios especiais, os economistas franceses, por quase um século, mantiveram suas armas e permaneceram defensores ferrenhos do laissez-faire e inimigos da intervenção estatal e privilégios especiais.

Aqui devemos prestar atenção especial aos homens que colaboraram na primeira enciclopédia de economia, uma excelente obra em dois volumes, *Dictionnaire d'Economie Politique* (Paris: Guillaumin, 1852-53), co-editado e publicado por Gilbert Guillaumin (1801 -64), um incansável editor de incontáveis obras econômicas e laissez-faire francesas durante o século XIX. O co-editor Charles

Coquelin (1805-52), ele próprio um dos principais contribuintes do dicionário, infelizmente morreu pouco antes da publicação. O dicionário teve quatro edições. Outro líder do dicionário, e secretário fundador da *Societe d'Economie Politique*, foi Joseph Garnier (Clement Joseph Garnier, 1813-81), por alguns anos editor-chefe do *Journal des Economistes*, e autor de várias altamente bem-sucedidas apostilas de tratados em economia, incluindo: *Elements d'economie politique* (1845 - muitas edições) e *Elements des Finances* (1858 - muitas edições).

Os economistas franceses do laissez-faire foram os pioneiros, não apenas em enciclopédias de economia, mas também no estudo da história da disciplina. A primeira história do pensamento econômico foi a *Histoire de l'economie politique en Europe* (1837, 4ª edição, 1860, tradução para o inglês, *History of Political Economy in Europe* 1880), de Jerome-Adolphe Blanqui (1798-1854), que estudou economia política sob a tutela de Say, e o sucedeu como professor. Blanqui também foi por muitos anos editor-chefe do Journal des Economistes. Joseph Garnier foi aluno de Blanqui. Blanqui, por sua vez, era genro de Michel Chevalier (1806-79). Engenheiro e socialista saint-simoniano em sua juventude, Chevalier tornou-se um liberal laissez-faire, tornando-se professor de economia política no College de France e publicando o *Cours d'Economie Politique* (1842-50) em três volumes. Chevalier também foi um estadista, negociando o famoso tratado de comércio de taxas com a Inglaterra (a Inglaterra sendo representada pelo grande Richard Cobden) em 1860, um marco do livre comércio e do movimento do livre mercado na Europa do século XIX. Outro aluno proeminente de Chevalier foi Henri (Joseph Leon) Baudrillart (1821-92), que passou a lecionar economia política no College de France, e cujo *Manuel d'Economie Politique* foi publicado em 1857 e teve várias edições.

Outro economista de destaque foi o polonês Louis Wolowski (1810-76), cunhado de Michel Chevalier. Nascido em Varsóvia, Wolowski emigrou para a França em 1834, fundando e editando por muitos anos a *Revue de législation et jurisprudence*. Possuidor de um doutorado em direito e outro em economia política, Wolowski viria a se tornar banqueiro, estadista e professor, além de ser associado por muitos anos ao *Journal des Economistes*. O sobrinho de Wolowski, Emile Levasseur (1828-1911) tornou-se um importante historiador

econômico e sucessor de Baudrillart no College de France. Levasseur publicou uma obra conhecida sobre a *Histoire des classes ouvrieres en France* (História das classes trabalhadoras na França) (1859) e, em 1867, publicou uma *Precis d'Economie Politique*, que teve várias edições. Wolowski e Levasseur, deve-se notar, escreveram um brilhante artigo conjunto em defesa dos direitos de propriedade, sobre 'Propriedade', para *a Encyclopedia of Political Science* de Lalor, publicada nos Estados Unidos em 1884. Um digno sucessor de Jerome-Adolphe Blanqui como historiador do pensamento econômico na escola francesa do laissez-faire foi Maurice Block (1816-1901). Nascido em Berlim, mas emigrando para a França, Block trabalhou no departamento de estatística do ministério da agricultura, indústria e comércio. Aos 40 anos, Block era editor e escritor em tempo integral de economia.

Por 44 anos, de 1856 virtualmente até sua morte, Block serviu como editor do *Annuaire d'economie politique et de la statistique* (Anual de Economia e Estatística) , bem como editor do *Dictionnaire generale de la Politique* (de 1862 e anos posteriores), e *do Dictionnaire de l'Administration Française* (1855 e anos posteriores), e também escreveu vários livros importantes sobre teoria estatística, sobre o socialismo, sobre as finanças francesas e um *Petit manuel d'economie politique*, publicado em 1873 e em muitas edições. Um erudito e incansável estudioso, Maurice Block serviu por mais de 40 anos como repórter em todos os escritos econômicos na Europa para o Journal des Economistes, coroando sua carreira com uma grande história do pensamento econômico em dois volumes, *Le progres de la science economique depuis Adam Smith* (1890).

Em seu *Progres*, Block elogiou a nova escola austríaca e denunciou o historicismo e a oposição ao direito econômico da escola histórica alemã. Três gerações de Says também tiveram um papel proeminente no movimento francês da economia laissez-faire. O único filho de Jean-Baptiste, Horace-Emile Say (1794-1860) foi comerciante por um tempo nos Estados Unidos e especialmente no Brasil, e serviu como juiz comercial e conselheiro de estado durante o período da Segunda República, 1859-61. Horace Say escreveu um livro sobre a história das relações comerciais entre a França e o Brasil. O filho de Horace, Jean-Baptiste Leon Say (1826-96), tornou-se um proeminente

estadista dedicado ao livre comércio e ao laissez-faire. Leon Say escreveu muitos artigos para o *Journal des Economistes*, foi o proprietário do *Journal des Debats*, voltado para o laissez-faire, e foi ministro das finanças de 1872 a 1879, e novamente em 1882. Ele também foi presidente do Senado francês em 1882. Leon Say concluiu um tratado preliminar de livre comércio com a Inglaterra em 1880, e com sucesso opôs-se à introdução de um imposto de renda.

Um dos últimos dos impetuosos e intransigentes defensores do livre mercado e anti-intervencionistas da escola francesa foi Yves Guyot (1843-1928), um escritor prolífico que também atuou como vereador de Paris (1876-85) e ministro de obras públicas (1889-1889-1928). 92). Guyot sucedeu ao venerável Gustave de Molinari depois que ele deixou o cargo de editor do *Journal des Economistes* em 1909.

Tão dominante foi a escola do laissez-faire na França durante o século XIX que seu ensino permeou a cultura popular. Popular. escritores, jornalistas e romancistas expuseram sobre a harmonia de interesses e sobre o benefício mútuo e a prosperidade geral proporcionada pelo livre mercado. Assim, nunca foi escrita uma cartilha econômica e um hino mais lúcido e inspirador para o funcionamento do livre mercado do que as palestras para trabalhadores franceses, formadas no *Handbook of Social Economy: Or the Workers' ABC*, escrito pelo popular romancista Edmond About (1828-85).[1]

De fato, a própria lucidez e popularidade, dos escritores franceses foi voltada contra eles pelos economistas clássicos britânicos, geralmente escritores densos e obscuros, que podiam voltar sua própria elegância de estilo contra os franceses e denunciá-los por superficialidade de pensamento e erudição. Essa tradição foi redobrada pelos historiadores modernos, cuja intensa hostilidade às conclusões políticas dos escritores franceses reforça sua brusca rejeição. Em particular, os historiadores modernos descartam injustamente os escritores franceses como meros divulgadores, sem profundidade teórica.

---

1 O *Handbook* de About passou por várias edições. Veja a tradução inglesa, *Handbook of Social Economy, or the Worker's ABC* (London: Strahan & Co., 1872).

14.2 Frederic Bastiat: A Figura Central

A figura central que particularmente sofre de negligência histórica é o mais famoso dos economistas franceses do laissez-faire, Claude Frederic Bastiat (1801-50), a quem o *Dictionnaire d'Economie Politique* (1852) em dois volumes foi respeitosa e afetuosamente dedicado. Bastiat foi de fato um escritor lúcido e soberbo, cujos ensaios e fábulas brilhantes e espirituosas até hoje são demolições notáveis e devastadoras do protecionismo e de todas as formas de subsídio e controle governamental. Ele foi um defensor verdadeiramente cintilante de um mercado livre sem entraves. A justificadamente famosa "Petição dos fabricantes de velas" de Frederic Bastiat ainda é utilizada em livros de leituras econômicas; nesta petição satírica ao parlamento francês, a associação comercial dos fabricantes de velas pede ao governo que proteja sua indústria, que emprega muitos milhares de homens, da concorrência injusta e invasiva de uma fonte de luz estrangeira: o sol.

Os fabricantes de velas de Bastiat fazem uma petição ao governo para bloquear a luz do sol em toda a França - um dispositivo de proteção que daria emprego a muitos milhões de fabricantes de velas franceses. A fábula de Bastiat sobre a janela quebrada também refutou brilhantemente o keynesianismo quase um século antes de seu nascimento. Aqui, ele descreve três níveis de análise econômica. Um menino travesso atira uma pedra na vitrine de uma janela e quebra o vidro. À medida que a multidão se aglomera, a análise de primeiro nível, o bom senso, comenta o evento. O bom senso deplora a destruição de propriedade ao quebrar a janela e simpatiza com o lojista por ter que gastar seu dinheiro consertando a janela. Mas então, diz Bastiat, vem o analista sofisticado de segundo nível ou o que podemos chamar de proto Keynesiano. O keynesiano diz: ah, mas vocês não percebem que quebrar a janela é realmente uma bênção econômica. Pois, ao ter que consertar a janela, o lojista revigora a economia com seus gastos e dá emprego bem-vindo aos vidraceiros e seus trabalhadores. A destruição da propriedade, por meio de gastos compulsivos, estimula a economia e tem um "efeito multiplicador" revigorante sobre a produção e o emprego.

Mas então, entra Bastiat, o analista de terceiro nível, que aponta a terrível falácia da posição destrucionista proto-keynesiana. O suposto

crítico sofisticado, diz Bastiat, concentra-se em “o que se vê” e negligencia “o que não se vê”. O sofisticado vê que o lojista deve dar emprego aos vidraceiros, gastando dinheiro para consertar sua janela. Mas o que ele não vê é a oportunidade perdida pelos lojistas. Se ele não tivesse que gastar o dinheiro no conserto da janela, ele poderia ter adicionado ao seu capital e ao padrão de vida de todos e, assim, empregado pessoas no ato de avançar, ao invés de apenas tentar sustentar o estoque atual de capital. Ou o lojista pode ter gasto o dinheiro em seu próprio consumo, empregando pessoas nessa forma de produção.

Desse modo, o 'economista', o observador de terceiro nível de Bastiat, reivindica o bom senso e refuta a apologia da destruição do pseudo-sofisticado. Ele considera o que não é visto tão bem quanto o que é visto. Bastiat, o economista, é o analista verdadeiramente sofisticado.[2]

Frederic Bastiat também foi um teórico político ou político-econômico perspicaz. Atacando o estatismo como uma carga parasitária crescente sobre os produtores no mercado, ele definiu o estado como "a grande ficção através da qual todos tentam viver às custas de todos." E em seu trabalho sobre a Lei (1850), Bastiat insistiu que a lei e o governo devem ser estritamente limitados à defesa das pessoas, da liberdade e da propriedade das pessoas contra a violência; qualquer coisa que vá além dessa função destruiria a liberdade e a prosperidade.

Embora muitas vezes elogiado como um popularizador talentoso, Bastiat tem sido sistematicamente ridicularizado e subestimado como um teórico. Criticando a clássica distinção smithiana entre trabalho "produtivo" (em bens materiais) e trabalho "improdutivo" (na produção de serviços imateriais), Bastiat deu uma importante contribuição para a teoria econômica ao apontar que todos os bens, incluindo os materiais, são produtivos e avaliados precisamente porque produzem serviços imateriais. A troca, ele destacou, consiste no comércio mutuamente benéfico de tais serviços. Ao enfatizar a centralidade dos serviços

---

2 Um século depois, a falácia da janela quebrada de Bastiat serviu como inspiração e peça central da excelente e mais vendida cartilha econômica de Henry Hazlitt, Economics in One Lesson (New York: Harper & Bros, 1946).

imateriais na produção e no consumo, Bastiat baseou-se na insistência de J.B. Say de que todos os recursos do mercado eram "produtivos" e que a renda para os fatores produtivos eram pagamentos por essa produtividade. Bastiat também se baseou na tese de Charles Dunoyer em seu *Nouveau traite d'economie social* (Novo Tratado sobre Economia Social) (1830) de que "o valor é medido pelos serviços prestados e que os produtos são trocados de acordo com a qualidade dos serviços neles armazenados".[3]

Talvez o mais importante, em total contraste com a ênfase exclusiva da escola clássica de Smith-Ricardo na produção e negligência do objetivo dos empreendimentos econômicos - o consumo, Bastiat proclamou mais uma vez a ênfase continental no consumo como o objetivo e, portanto, o determinante da atividade econômica. A tríade frequentemente repetida de Bastiat: "Desejos, esforços, satisfações" resumia tudo: os desejos são o objetivo da atividade econômica, dando origem a esforços e, por fim, rendendo satisfações. Além disso, Bastiat observou que os desejos humanos são ilimitados e hierarquicamente ordenados pelos indivíduos em suas escalas de valor.[4]

A concentração de Bastiat na troca e na análise da troca também foi uma contribuição muito importante, especialmente em contraste com o foco dos classicistas britânicos na produção de riqueza material. Foi a ênfase na troca que levou Bastiat e a escola francesa a enfatizar as maneiras pelas quais o mercado livre leva a uma organização suave e harmoniosa da economia. Daí a importância do *laissez-faire*.[5]

Frederic Bastiat nasceu em 1801 em Bayonne, no sudoeste da França, filho de um proprietário de terras e importante comerciante do

---

3 Dean Russell, *Frederic Bastiat: Ideas and Influence* (Irvington-on-Hudson: Foundation for Economic Education, 1965), p. 20.

4 Veja Joseph T. Salerno, “The Neglect of the French Liberal School in Anglo-American Economics: A Critique of Received Explanations”, *The Review of Austrian Economics*, 2 (1988), p. 127.

5 Ver a apreciação sensível deste aspecto da contribuição de Bastiat em Israel M. Kirzner, *The Economic Point of View* (Princeton, NJ: D. Van Nostrand, 1960), pp. 82-4.

comércio espanhol. Órfão aos nove anos de idade, Bastiat entrou na firma de negócios de seu tio em 1818; quando, sete anos depois, ele herdou a propriedade de seu avô, Bastiat deixou a empresa e se tornou um fazendeiro. Mas seus interesses não eram no comércio nem na agricultura, mas no estudo da economia política. Fluente em inglês, italiano e espanhol, Bastiat mergulhou em toda a literatura econômica existente nessas línguas. Além de uma tentativa mal-sucedida de estabelecer uma seguradora em Portugal no início da década de 1840, além de ser membro do conselho distrital e seu serviço pouco exigente como juiz nacional, Bastiat passou duas décadas em silencioso estudo e reflexão sobre problemas econômicos. Ele foi mais fortemente influenciado por J.B. Say, parcialmente por Adam Smith, por Destutt de Tracy, e particularmente pela grande obra libertária laissez faire de quatro volumes de Charles Comte, *A Treatise on Legislation* (1827). De fato, quando adolescente, Bastiat assinou o "journal" de Comte e Dunoyer, *Le Censeur*, e se tornaria amigo e colega de Dunoyer na luta pelo livre comércio.

Bastiat entrou na literatura econômica com um ataque brilhante ao protecionismo na França e na Inglaterra no *Journal des Economistes* no final de 1844, um artigo que criou um impacto sensacional. Bastiat deu sequência a isso com outro artigo no Journal, no início de 1845, denunciando o socialismo e o conceito de "direito ao trabalho". Durante os poucos anos que ele deixou na terra, Bastiat despejou uma torrente de escritos lúcidos e influentes. Seus dois volumes do *Economic Sophisms* (1845), uma coleção de ensaios espirituosos sobre protecionismo e controles governamentais, esgotou-se rapidamente, tendo várias edições, e foi rapidamente traduzido para o inglês, espanhol, italiano e alemão. Durante o mesmo ano, Bastiat publicou *Cobden et la Ligue*, sua homenagem a Cobden e à Liga de Direito *AntiCorn*: uma história da Liga que incluiu os principais discursos e artigos de Cobden, Bright e outras figuras da Liga.

Depois de estabelecer uma associação de livre comércio em Bordeaux em 1846, Bastiat mudou-se para Paris, onde intensificou seus esforços literários e organizou uma associação nacional de livre comércio. Ele se tornou o secretário-geral da associação nacional, bem como editor-chefe do *Le Libre-Echange* (*Livre Comércio*), o periódico da associação francesa de livre comércio. Mesmo com a saúde frágil,

Bastiat também participou da revolução de 1848, sendo eleito para constituinte e depois para a assembleia legislativa, onde serviu de 1848 até sua morte.

O serviço político final de Bastiat foi subestimado pela maioria dos historiadores. Embora geralmente votando em minoria na assembleia como um defensor da liberdade individual e do laissez-faire, Bastiat foi altamente influente como vice-presidente (e muitas vezes presidente interino) do comitê de finanças da assembleia. Lá, ele lutou incansavelmente por menores gastos do governo, menores impostos, dinheiro sólido e livre comércio. Enquanto lutava ardentemente na oposição aos esquemas socialistas e comunistas, Bastiat escolheu sentar-se à esquerda, como um defensor do laissez-faire e da república e como um oponente do protecionismo, da monarquia absoluta e de uma política externa hostil. Como um libertário civil consistente, Bastiat também lutou contra a prisão de socialistas, a proibição do sindicalismo pacífico ou a declaração da lei marcial. Bastiat também deixou sua marca ao converter pelo menos parcialmente o homem que se tornaria o presidente da república provisória em 1848, o eminente poeta e orador Alphonse Marie Louis Lamartine (1790-1869) de seu prévio socialismo em um *laissez-faire* (reconhecidamente inconsistente).[6]

Bastiat morreu jovem em 1850, deixando seu magnum opus teórico de dois volumes, *Economic Harmonies*, apenas parcialmente publicado; o restante foi publicado postumamente. Foi um memorial apropriado para Bastiat que seu amigo Michel Chevalier, o homem que ele havia convertido ao livre comércio e ao laissez faire, tivesse sido aquele a concluir, com Richard Cobden, o grande tratado de livre comércio anglo-francês de 1860.

Bastiat conheceu Cobden em sua primeira viagem à Inglaterra no verão de 1845 e, pelo resto da vida de Bastiat, os dois foram amigos íntimos e correspondentes, visitando-se com frequência. Os dois

---

6 Sobre as provações e tribulações que os liberais do laissez-faire tiveram com a Revolução de 1848, que geralmente teve um efeito desfavorável sobre o movimento do *laissez-faire*, ver David M. Hart, "Gustave de Molinari and the Anti-Statist Liberal Tradition, Part 1", *The Journal of Libertarian Studies*, V (Verão de 1981), pp. 273-6.

influenciaram um ao outro muito, Bastiat fornecendo a Cobden insights teóricos mais amplos em sua devoção ao livre comércio, e o último inspirando Bastiat a organizar um movimento na França semelhante à Liga da Lei *AntiCorn*. Em particular, Cobden tirou de Bastiat uma devoção à lei natural e aos direitos naturais; ênfase na harmonia de indivíduos, grupos e nações por meio dos benefícios mútuos do livre mercado; e uma firme oposição à guerra e uma política externa intervencionista e uma devoção à paz internacional. Os dois também compartilhavam uma devoção consistente ao laissez faire, desprovido das numerosas hesitações e qualificações impostas pelos economistas clássicos, ou da sombria hostilidade ricardiana aos proprietários ou a renda de terras.[7]

14.3 A influência de Bastiat na Europa

Inspiradas pela organização de Bastiat e por suas teorias, as associações de livre comércio rapidamente se estabeleceram em vários países da Europa. A Bélgica formou uma associação de livre comércio logo depois da França, e o grupo belga manteve correspondência constante com Bastiat e seu Libre-Echange. O ex-ministro Charles de Brouckere, burgomestre de Bruxelas, foi presidente da associação belga. Na Itália, uma associação de livre comércio criou o jornal Contemporaneo no outono de 1846 e publicou uma declaração saudando a associação francesa de livre comércio. Embora a declaração elogiasse a *Anti-Corn Law League*, também elogiou a associação francesa como mais abrangente em sua posição de livre mercado: 'a Associação Britânica declarou guerra contra apenas um dos males em seu próprio país [tarifas e os Leis do milho], enquanto a Associação Francesa adotou um plano mais geral que abrange toda a raça humana. Deseja induzir todas as nações à confraternização e convida a todos para o banquete de produção e consumo. "[8]

Um dos proeminentes signatários da declaração italiana foi o professor Raffaele Busacca, um vigoroso defensor do livre comércio e

---

7 Para os elogios de Cobden a Bastiat, ver Russell, *op. cit*., nota 3, pp. 73-4.

8 *Ibid.*, p. 90.

um escritor prolífico em assuntos estatísticos, históricos e teóricos em economia.

Um seguidor e admirador particularmente importante de Frederic Bastiat foi o homem que se tornou o líder inquestionável e a força dominante na teoria econômica e na política na Itália do século XIX. Ele era Francesco Ferrara (1810-1900), nascido na Sicília, um forte defensor do laissez-faire, professor de economia política na Universidade de Torino e professor e mentor da maioria dos economistas italianos da geração seguinte. Ferrara também desempenhou um papel político importante na unificação da Itália e foi ministro das finanças da nova nação. Além disso, Ferrara foi um eminente historiador do pensamento econômico, para o qual contribuiu com a redação das duas primeiras séries da tradução multivolume, *Biblioteca dell'Economista* (Torino, 1850-1869), e especialmente dois volumes de seu *Esame storico-critico di economisti e dottrine economiche* (1889-92). Por muitos anos, Ferrara foi professor na Universidade de Torino, e lá treinou muitos economistas italianos proeminentes. Além de Bastiat, a quem ele esbanjou 100 páginas em seu grande *Esame,* Ferrara saudou particularmente as obras de Say, Dunoyer e Chevalier.

As contribuições teóricas de Ferrara, como a de Bastiat, foram sistematicamente subestimadas por críticos modernos e severos anti-laissez-faire que, como no caso de Bastiat, acham difícil acreditar que qualquer pessoa que seja ardente e consistentemente a favor do laissez-faire poderia possivelmente ser um importante estudioso e teórico econômico. Assim, a teoria do valor do "custo de reprodução" de Ferrara, muitas vezes descartada como uma reescrita desajeitada do "custo de produção" ricardiano, mostrou-se recentemente, em vez disso, como uma antecipação parcial da teoria da utilidade marginal e subjetiva.[9]

---

9 Assim, Piero Barncci escreve que a teoria do valor de Ferrara “pretendia ser uma resposta crítica à teoria do valor-trabalho de Ricardo, na qual Ferrara não via nenhum elemento de subjetividade. Com seu custo de reprodução, ele

Por várias décadas, a economia orientada para o câmbio e o laissez-faire de Francesco Ferrara dominou os economistas italianos. Na década de 1870, entretanto, as tendências estatistas interconectadas de protecionismo e da escola histórica alemã, bem como o socialismo absoluto, começaram a infestar a economia italiana. Ferrara combateu com bravura as novas tendências. Uma cisão formal ocorreu em 1874, quando os estadistas mais jovens, centralizados em Pádua, formaram a Associação para o Desenvolvimento de Estudos Econômicos, publicando um jornal que logo se tornou o *Giornale degli Economisti*. Por outro lado, os ferraristas, centrados em Florença, formaram a Adam Smith Society e publicaram o semanário *L'Economista*. Embora em menor número, o grupo de Ferrara produziu alguns discípulos mais jovens notáveis, incluindo Domenico Berardi, que publicou uma crítica à intervenção governamental em 1882 e um livro sobre dinheiro 30 anos depois; A. Bertolini, que escreveu uma crítica ao socialismo em 1889; e Fontanelli, que escreveu uma crítica aos sindicatos e às greves. Em particular, podemos citar Túlio Martello de Bolonha, conhecido como o último dos Ferraristas. Com o característico meio sorriso de escárnio que tendia a reservar para fervorosos partidários do laissez-faire, Schumpeter escreveu sobre o apelo desafiador de Martello para o polimetalismo como o caminho da liberdade monetária completa em La Moneta (1883), que 'o valor do qual é apenas ligeiramente prejudicada por alguns caprichos liberalistas sobre a cunhagem livre'.[10]

---

pretendia elaborar uma teoria do valor que levasse em conta tanto o elemento de custo quanto o de utilidade dos bens. O valor de um bem seria, desta forma. a comparação entre a utilidade atribuída por um sujeito ao próprio bem e o custo que ele pensa que teria que incorrer para reproduzir o bem. De fato, essa teoria enfatizava o fato da utilidade dos bens. Piero Barucci, "The Spread of Marginalism in Italy, 1871-1890", em R.D.C. Black, A. W. Coats e C.D.W. Goodwin (eds), *The Marginal Revolution in Economics: Interpretation and Evaluation* (Durham, NC: Duke University Press, 1973), p. 260. Ver também o importante artigo de Salerno, *op. cit*., nota 4, p. 121. E ver *ibid*, p. 144n. 10, e F. Caffe, "Ferrara, Francesco", *The New Palgrave: Dictionary of Economics* (Londres: Macmillan, 1987), II p. 302.

10 J.A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (New York: Oxford University Press, 1954), p. 1081.

Enquanto lutava em uma ação de retaguarda contra as adversidades aparentemente esmagadoras, Ferrara e sua escola na verdade aguentaram o tempo suficiente para virar o jogo, influenciando o novo 'exército de liberalistas marginalistas' liderado por Maffeo Pantaleoni. O grupo assumiu o controle do jornal econômico dominante (o *Giornale degli Economisti*) em 1890, e permaneceria dominante por anos a partir de então.[11]

A Suécia foi um país fortemente influenciado por Bastiat, que se tornou a maior autoridade na economia e política sueca. Um jovem sueco, Johan August Gripenstedt (falecido em 1874), conheceu Bastiat em uma viagem à França e foi profundamente influenciado pelo resto da vida pelo líder laissez-faire francês. Gripenstedt se tornou o maior dos liberais econômicos da Suécia durante as décadas de 1860 e 1870, bem como o político mais influente da Suécia. Em 1870, Gripenstedt, quase sozinho, conseguiu eliminar todas as proibições de importação e exportação na Suécia, abolir todas as taxas de exportação, reduzir as tarifas sobre produtos manufaturados e promover o livre comércio de produtos agrícolas.

Pouco depois da morte de Gripenstedt, seus seguidores e discípulos formaram a Sociedade Econômica de Estocolmo em 1877, dedicada aos princípios de Bastiat e Gripenstedt. Alguns dos membros principais foram: Johan Walter Arnberg, diretor do Banco da Suécia, que alertou para os perigos do socialismo decorrente das demandas dos ativos por subsídios do governo; G.K. Hamilton, professor de economia da Universidade de Lund, tão dedicado a Frederic Bastiat que chamou seu filho de 'Bastiat' em 1865; A.O. Wallenberg, fundador do Banco

---

11 Ver Barucci, *op. cit.*, nota 9, p. 264. Achille Loria, o principal socialista e historicista italiano desse período, observou que Ferrara e sua escola elogiavam Bastiat, consideravam Ricardo e Stuart Mill como teóricos perigosos e sofistas e abominavam os economistas alemães como “defensores do intervencionismo e do socialismo”. Embora fosse um fervoroso oponente de tudo o que Ferrara representava, Loria era perspicaz -- e graciosa -- o suficiente para se referir a Ferrara como "o maior economista italiano do século XIX" e "sem dúvida o maior gênio de que a ciência econômica de nosso país ostenta”. Salerno, *op. cit.*, nota 4, p. 144n8. Veja também *ibid*., pp. 121-2.

Euskilda de Estocolmo; e Johan Henrik Palme, banqueiro líder, dedicado ao livre comércio.

Dois proeminentes líderes políticos do laissez-faire na Sociedade Econômica devem ser mencionados. Um deles era Axel Gustafsson Bennich, diretor-geral da alfândega e braço direito de Gripenstedt. Bennich foi um lutador infatigável e entusiasmado pelo livre comércio e pelo laissez-faire ao longo de sua longa vida. Outro era o presidente da Sociedade Econômica de Estocolmo, Carl Freidrich Waern, um comerciante de Gotemburgo que se tornou ministro das finanças e chefe do conselho de comércio. Waern renunciou ao último posto porque se recusou a assinar uma lei que ordena a proteção da madeira jovem nas florestas, uma medida que denunciou como uma invasão flagrante dos direitos de propriedade privada. Como acontecia com os pensadores e ativistas do laissez-faire na Inglaterra e na França, os libertários suecos estavam divididos sobre o que fazer com os bancos. O banqueiro central Johan Arnberg e o economista Hans Forssell favoreciam o Banco Central da Suécia como meio de abolir todas as notas de bancos privados, que eles consideravam inflacionárias e perniciosas. Por outro lado, o banqueiro A.O. Wallenberg defendeu o free banking.

Em meados da década de 1880, entretanto, na Suécia como no resto da Europa, o estatismo começou a retornar com sucesso e gradualmente se tornar dominante. Os protecionistas começaram a se infiltrar na Sociedade Econômica em meados da década de 1880, e a Suécia adotou um sistema tarifário protetor em 1888. Em 1893, o símbolo do triunfo protecionista veio com um protecionista sendo escolhido presidente do antigo núcleo central do livre comércio, o Stockholm Economic Sociedade. Durante a década de 1880, também, apesar dos ataques amargos de Forssell e de outros defensores da fundação, a sociedade começou a defender o bem-estar social e outras políticas katedersozialisten ("socialismo da cátedra"). Desse modo, a teoria econômica e a política sueca mudaram, durante a década, de sua orientação original do laissez-faire francesa para a escola histórica alemã e seu "socialismo monárquico". Essa mudança acentuada foi

grandemente facilitada pelo fato de o alemão se tornar a língua estrangeira dominante nas escolas públicas suecas em 1878.[12]

Mas mesmo na Prússia, um partido de livre comércio foi estabelecido durante o final da década de 1840, dedicado aos princípios de Bastiat. O movimento de livre comércio prussiano foi liderado por John Prince Smith (1809-74), filho de pai inglês e mãe alemã, que se correspondia frequentemente com Bastiat. Em uma carta, o Príncipe Smith escreveu a Bastiat: Os amigos a quem mostrei seu livro [Harmonias Econômicas] estão entusiasmados com ele. Prometo que será lido ansiosamente por nossos melhores pensadores ... Esperamos estabelecer uma liga formal entre os partidos democráticos e os livres comerciantes... 'Traga Bastiat aqui', um líder dos democratas me disse: "e prometo liderar 10.000 homens em uma procissão para celebrar sua visita à nossa capital".[13]

John Prince Smith nasceu em Londres em 1809, filho de um advogado. Com a morte de seu pai, ele começou a trabalhar aos 13 anos para uma empresa mercantil de Londres.[14] Mais tarde, ele se voltou para o jornalismo, viajando para o país de sua mãe, e em 1831 tornou-se professor de inglês e francês em um ginásio no porto de Elbing, na Prússia Oriental. Aprendendo economia na Alemanha, o príncipe Smith, na década de 1830, começou a escrever artigos em nome do mercado livre e defendeu vigorosamente sete professores que foram demitidos em 1837 da Universidade de Göttingen por protestarem contra a revogação despótica da constituição liberal de Hanover. Suas dificuldades subsequentes com a administração educacional prussiana

---

12 Na Noruega, sabemos que um tratado popular de economia foi inspirado por Bastiat. (H. Lehmann, Velstandslaere, 1874.) Sobre a Sociedade Econômica Sueca, ver Eli F. Heckscher, "A Summary of Economic Thought in Sweden, 1875-1950", *The Scandinavian Economic History Review, I* (1953), pp. 105 - 25.

13 Russell, *op. cit*., nota 3, p. 91.

14 Talvez seja significativo que o pai do príncipe Smith, John Prince Smith, Sênior, tenha escrito tratados em favor da lei natural e do livre comércio, por exemplo, *Elements of the Science of Money* (1813). Ver Donald G. Rohr, The Origins of Social Liberalism in Germany (Chicago: University of Chicago Press, 1963), pp. 85ss.

levaram o príncipe Smith a deixar seu cargo de professor em 1840 e se voltar para o jornalismo em tempo integral.

O príncipe Smith não apenas defendeu o mercado livre em geral, mas também deu início a uma vigorosa e consistente posição antiguerra e antimilitarista, que o levou a defender a eliminação do baluarte do estado prussiano, o exército permanente e sua substituição por uma milícia de cidadãos muito mais barata e controlada popularmente.

Em 1843, o Príncipe Smith lançou sua cruzada ao longo da vida pela liberdade de comércio, colocando-a em um contexto histórico e sociológico que lembra os escritos de Comte e Dunoyer. Além disso, o príncipe Smith deixou claro que, para ele, "livre comércio" significava não apenas ausência de barreiras ao comércio internacional, mas também um mercado livre absoluto em casa, com o estado confinado apenas à proteção policial. [15]

Em 1846, o príncipe Smith, acompanhado de vários associados, enviou um endereço a Robert Peel, no qual felicitou o primeiro-ministro britânico por seu notável feito ao revogar as Leis dos Cereais. A resposta graciosa e altamente baseada em princípios de Peel causou sensação na Prússia, e o príncipe Smith foi inspirado pela resposta de fundar, em dezembro daquele ano, o Sindicato Alemão Livre.[16] O sindicato, formado por dirigentes empresariais e acadêmicos, realizou seu primeiro encontro, organizado no próximo março no hall da Bolsa de Valores de Berlim. A grande maioria dos 200 participantes eram empresários

Pelo resto de sua vida, John Prince Smith liderou o caminho na Alemanha na luta por mercados livres e livre comércio. Em 1860, ele fundou a Sociedade Econômica como sucessora do Sindicato Livre. Sua

---

15 "O príncipe Smith usou o termo 'livre comércio' em um sentido amplo, como em sua afirmação [...] de que 'ao Estado o livre comércio não atribui outra tarefa senão esta: a produção de segurança'." Ralph Raico, "John Prince Smith and the German Free Trade Movement', em W. Block e L. Rockwell (eds.), *Man, Economy, and Liberty: Essays in Honor of Murray N. Rothbard* (Auburn, Alabama: The Ludwig von Mises Institute, 1988), p. 349n.8.

16 Veja W.O. Henderson, "Prince Smith and Free Trade in Germany", *Economic History Review*, 2nd ser., 2 (1950), p. 297, rprt. in W.O. Henderson, *Britain and Industrial Europe, 1750-1870* (Liverpool, 1954).

casa em Berlim (ele se casou com a filha de um rico banqueiro berlinense) tornou-se um salão para políticos prussianos liberais, alguns dos quais formaram o Partido Progressista. Em 1858, o príncipe Smith ajudou a fundar o congresso anual de economistas alemães, que foi dedicado ao laissez-faire até sua reunião final em 1885.

No congresso, o príncipe Smith entregou documentos atacando as leis de usura, criticando patentes e denunciando papel-moeda irredimível. Em 1863, o príncipe Smith ajudou a fundar e coeditar o Quarterly Journal for Economy, Politics and Cultural History (*Vierteljahrschrift fur Volkwirtschaft, Politik, und Kulturgeschichte*), junto com o ultra-individualista Julius Faucher (1820-78), o mais próximo colaborador de Príncipe Smith. O *Quarterly Journal* logo se tornou "o principal órgão teórico do liberalismo clássico na Alemanha",[17] e continuou a existir por 30 anos. Fluente em francês, o príncipe Smith contribuiu para o French Journal des Economistes e também ajudou a organizar e escrever para um Concise Dictionary of Economics (Handworterbuch der Volkwirtschaftslehre, 1866), modelado após o laissezfaire Dictionnaire d'Economie Politique francês. Durante as décadas de 1870 e 1880, as visões do laissez-faire na Prússia e na Alemanha foram rapidamente substituídas pelo domínio da escola histórica alemã, do estatismo e do "socialismo da cadeira". Essa mudança radical foi grandemente fomentada pelo triunfo político de Bismarck e do militarismo prussiano sobre o liberalismo clássico, e pela união da maior parte da nação alemã sob o domínio prussiano de "sangue e ferro".

O ponto alto do movimento de livre comércio europeu veio cedo, em um famoso congresso internacional de economistas, organizado pela associação belga de livre comércio em Bruxelas, de 16 a 18 de setembro de 1847. Inspirado pela vitória da Liga Anti Lei dos Cereais [*AntiCorn]* e pelo movimento Bastiat, e por uma viagem triunfal de 14 meses pela Europa de Cobden em 1846-47, o congresso se reuniu para decidir a questão do livre comércio. Presidido pelo belga de Brouckere,

---

17 Raico, op. cit., nota 15, p. 346. Sobre o anarquismo quase individualista de Julius Faucher, ver Andrew R. Carlson, *Anarchism in Germany, vol. I: The Early Movement* (Metuchen, NJ: The Scarecrow Press, 1972), pp. 65-6.

o congresso contou com 170 delegados de 12 países e incluiu publicitários, fabricantes, agricultores, comerciantes e estadistas, além de economistas. Enquanto Bastiat não pôde comparecer, de Brouckere, em seu discurso de abertura, saudou Bastiat como o "apóstolo zeloso de nossas doutrinas". Particularmente ativa no congresso foi a delegação francesa, especialmente Louis Wolowski, Charles Dunoyer, Jerome-Adolphe Blanqui e Joseph Garnier; também estava ativo John Prince Smith, chefe da delegação prussiana. Outros participantes proeminentes foram o coronel Thomas Perronet Thompson, do parlamento inglês, e James Wilson, editor do The Economist.

Enquanto um pequeno contingente de protecionistas falava no congresso, eles foram inundados pelos comerciantes livres, que aprovaram uma declaração retumbante pela liberdade de comércio. Infelizmente, os planos de novas reuniões do congresso foram interrompidos pela Revolução de 1848, que representou um grave revés para o movimento pela liberdade econômica na Europa, do qual demorou alguns anos para se recuperar. Após um breve "verão indiano" da década de 1860, o movimento laissez-faire pelos livres mercados, livre comércio e paz internacional começou nas décadas de 1870 e 1880 para dar lugar, tragicamente, a uma Europa de protecionismo, militarismo, estados de bem-estar, cartéis obrigatórios e beligerantes blocos de poder internacionais. A economia nacionalista e estatista. uma recrudescência industrial do mercantilismo comercial começou a dominar a Europa.

14.4 Gustave de Molinari, primeiro anarcocapitalista

De todos os principais economistas libertários franceses de meados e do final do século XIX, o mais incomum foi o belga Gustave de Molinari (1819-1912). Nascido em Liège, filho de uma médica belga e de um barão que fora oficial do exército napoleônico, Molinari passou a maior parte de sua vida na França, onde se tornou um prolífico e infatigável autor e editor no apoio ao longo da vida pelo puro laissez-faire, paz internacional, e em oposição determinada e intransigente a todas as formas de estatismo, controle governamental e militarismo. Em contraste com o utilitarismo *soft-core* britânico nas políticas públicas, Molinari foi um defensor inflexível da liberdade e da lei natural. Chegando a Paris, o centro cultural e político do mundo francófono, aos

21 anos em 1840, Molinari ingressou na *Societe d'Economie Politique* em sua criação em 1842 e tornou-se secretário da associação de Bastiat pelo livre comércio quando foi formada em Paris em 1846. Ele logo se tornou um dos editores do periódico da associação, *Libre-Échange*.

Molinari rapidamente começou a publicar amplamente na imprensa de livre mercado em Paris, tornando-se editor do *Journal des Economistes* em 1847. Ele publicou seu primeiro de muitos livros em 1846, *Etudes Economiques: sur l'Organisation de la Liberté industrielle et I'abolition de I'esclavage* (*Estudos Econômicos: sobre a Organização da Liberdade e a Abolição da Escravidão*). O jovem Molinari, entretanto, atingiu a *Societe d'Economie Politique*, de orientação *laissez-faire*, como um trovão em 1849, com sua obra mais famosa e original. Ele entregou um artigo expondo, pela primeira vez na história, um *laissez-faire* puro e consistente, a ponto de exigir a livre e descompromissada concorrência naquilo que geralmente é chamado de serviços exclusivamente "públicos": em particular, a esfera de proteção policial e judicial da pessoa e da propriedade privada.

Se a livre concorrência é melhor e mais eficiente no fornecimento de todos os outros bens e serviços, raciocinou Molinari, por que não para este último bastião, a proteção policial e judicial? Uma visão que mais de um século depois viria a ser chamada de “anarco-capitalismo”. Molinari expôs sua opinião pela primeira vez no *Journal des Economistes*, o periódico da *Societé*, em fevereiro de 1849.[18] Esse artigo foi rapidamente expandido para a forma de livro, *Les Soirees de la Rue Saint-Lazare*, uma série de diálogos ficcionais entre três protagonistas: o conservador (defensor de altas tarifas e privilégio de monopólio estatal); o socialista; e o economista (claramente ele mesmo). O último, ou décimo primeiro, *Soirée* elaborou mais sobre como seu conceito de serviços de proteção do livre mercado poderia funcionar na prática.[19]

---

18 Gustave de Molinari, «De la production de la sécurité», *Journal des Economistes,* XXV (Feb. 1849), pp. 277-90. Traduzido como Gustave de Molinari, *The Production of Security* (trad. J. McCulloch, New York: Center for Libertarian Studies, May 1977).

19 Veja a tradução completa do décimo primeiro sarau em “Apêndice”, David M. Hart, “Gustave de Molinari and the Anti-statist Liberal Tradition, Part III”, The Journal of Libertarian Studies, VI (Winter 1982), pp. 88-102.

Uma reunião da *Societe d'Economie Politique* no outono de 1849 foi dedicada à teoria radicalmente nova de Molinari exposta nos *Soirées*. Depois de Molinari ter apresentado a essência de sua proposta em um artigo, os dignitários libertários reunidos iniciaram uma discussão. Aparentemente, a nova teoria os derrubou, porque infelizmente ninguém lidou com a essência da nova doutrina. Charles Coquelin e Frederic Bastiat só puderam fulminar que nenhuma competição em qualquer lugar pode existir sem o respaldo da autoridade suprema do estado (Coquelin), e que a força necessária para garantir a justiça e a segurança só pode ser imposta por um "poder supremo", (Bastiat). Ambos engajados em pura afirmação sem argumento, e ambos aqui escolheram ignorar o que sabiam muito bem em todos os outros contextos: que esse "poder supremo" dificilmente provou ser um fiador confiável da propriedade privada no passado ou no presente (e, para não dizer nada, lamentavelmente, no futuro).

De todas as principais mentes libertárias reunidas, apenas Charles Dunoyer se dignou a tentar refutar o argumento de Molinari. Ele lamentou que Molinari tenha se deixado levar pelas "ilusões da lógica" e sustentou que "a competição entre empresas governamentais é utópica, porque leva a batalhas violentas". Além de ignorar as batalhas verdadeiramente violentas que sempre ocorreram entre os estados em nossa "anarquia internacional" existente, Dunoyer falhou em lidar com os incentivos muito reais que existiriam em um mundo anarco-capitalista para as empresas de defesa se envolverem em tratados, contratos e arbitragens.[20] Em vez disso, Dunoyer propôs contar com a "competição" de partidos políticos dentro de um governo representativo -- dificilmente uma solução satisfatória para o problema do conflito social de um ponto de vista libertário e antiestatista. Dunoyer também

---

20 Ver Murray N. Rothbard, *For a New Liberty: the Libertarian Manifesto* (1973, rev. ed., Nova York: Libertarian Review Foundation, 1985). Para uma discussão apreciativa de Molinari e do conceito de privatização total da proteção contra o crime, veja Bruce L. Benson, "Guns for Protection and Other Private Sector Responses to the Fear of Rising Crime", em D. Kates (ed.), Armas de fogo e violência: questões de política pública (San Francisco: Pacific Institute for Public Policy Research, 1984), pp. 346-56. Veja também Benson, *The Enterprise of Law* (San Francisco: Pacific Institute, 1990).

opinou que era mais prudente deixar a força nas mãos do estado, "onde a civilização a colocou" -- isto vindo de um dos grandes fundadores da teoria de conquista do estado!

Infelizmente, exceto por essas poucas observações, os economistas libertários reunidos falharam em lidar com a tese de Molinari, sua discussão em grande parte criticando Molinari por supostamente ter ido longe demais ao atacar todo uso do poder de desapropriação pelo estado.[21]

Particularmente interessante foi o tratamento geral dispensado ao dissidente Molinari por seus colegas economistas *libertários laissez-faire* franceses. Mesmo que ele tenha persistido em defender suas visões anarco-capitalistas ou de proteção de livre mercado por muitas décadas (por exemplo, em sua *Les Lois Naturelles de l'Economie Politique*, 1887), Molinari mal foi tratado como um exilado por suas visões heréticas. Ao contrário, ele foi tratado como de fato era: a culminação lógica de suas próprias visões de *laissez-faire*, que eles respeitavam, embora não pudessem concordar plenamente. Com a morte de Joseph Garnier em 1881, Molinari tornou-se editor do *Journal des Economistes*, cargo que ocupou até seu nonagésimo ano em 1909.[22] Molinari apenas retrocedeu em suas visões anarquistas em suas últimas obras, começando em sua *Esquisse de l'organisation politique et*

---

21 Para a discussão em torno da tese de Molinari, ver *Journal des Economistes*, XXIV (15 de outubro de 1849), pp. 315-6. Para mais informações sobre um resumo da discussão, ver Murray N. Rothbard, "Prefácio", Molinari, *op. cit.*, nota 18, pp. i-iii.

22 Molinari viveu na Bélgica durante a década de 1850. Ele retornou à Bélgica após o golpe de Estado de Luís Napoleão em dezembro de 1851, que precipitou o despotismo de Bonaparte na França. Com a ajuda de seu amigo Charles de Brouckere, Molinari foi nomeado professor de economia política no Museu Real da Indústria da Bélgica em Bruxelas e no Instituto Superior de Comércio de Antuérpia. Suas palestras no museu formaram a base do principal trabalho teórico de Molinari, seu Cours d'Economie Politique (2 vols, Paris, 1863). Molinari continuou a escrever artigos e resenhas para o *Journal des Economistes* durante seus anos belgas, fundando também o *Economiste beige* em 1855, um jornal ainda mais francamente radical que continuou a editar por mais 13 anos. Molinari retornou a Paris em 1860, tornando-se editor-chefe do jornal laissez-faire, o Journal des Debats, de 1871 a 1876.

economique de societé future (1899). Aqui, ele recuou para a ideia de uma única empresa de defesa e proteção monopolista, cujo serviço seria contratado pelo estado central a uma única corporação privada.[23] Como Molinari foi considerado por seus colegas pode ser visto na nota de rodapé de Joseph Garnier, o editor do Journal, ao apresentar o primeiro artigo revolucionário de Molinari em 1849. Garnier observou:

> Embora este artigo possa parecer utópico em suas conclusões, acreditamos, no entanto, que devemos publicá-lo a fim de atrair a atenção de economistas e jornalistas para uma questão que até agora tem sido tratada de forma apenas desconexa e que deveria, no entanto, em nossos dias e idade, ser abordada com maior precisão. Tantas pessoas exageram a natureza e as prerrogativas do governo que se tornou útil formular estritamente os limites fora dos quais a intervenção da autoridade se torna anárquica e tirânica ao invés de protetora e lucrativa.[24]

Cinquenta e cinco anos depois, com o aparecimento da primeira tradução inglesa da obra de Molinari, seu colega octogenário, o advogado e economista *laissez-faire* Frederic Passy (1822-1912), escreveu uma homenagem comovente a seu velho amigo e colega Molinari. Ele escreveu sobre sua "estima e admiração pelo caráter e talento do homem que é o decano de nossos economistas liberais -- dos homens com quem, embora, infelizmente poucos em número, fiquei feliz por estar lado a lado durante mais de meio século". Passy afirmou que esses princípios liberais foram proclamados por Cobden, Gladstone e Bright na Inglaterra, e por Turgot, Say, Chevalier e Bastiat na França. "E minha crença fica cada vez mais forte de que, sem esses princípios,

---

23 Este livro foi, infelizmente, o único dos trabalhos de Molinari a ser traduzido para o inglês, como *The Society of Tomorrow* (Nova York: G.P. Putnam's Sons, 1904). Sobre o retiro de Molinari em seus últimos anos, e para uma elaboração de seus pontos de vista em geral, ver David M. Hart, "Gustave de Molinari and the Antistatist Liberal Tradition, Part II", *The Journal of Libertarian Studies*, V (outono 1981), págs. 399-434.

24 Molinari, *op. cit*., nota 18, pp. 1-2.

as sociedades do presente seriam sem riqueza, paz, grandeza material ou dignidade moral" Molinari, Passy acrescentou, "manteve esses princípios desde sua juventude", de sua *Soirée de la Rue St. Lazare* durante a Revolução de 1848, por meio de palestras e escritos, até sua editoria do *Journal des Economistes*, onde "mês a mês a importante revista da qual ele é editor-chefe os repete com uma nova roupagem". E, finalmente, os livros de Molinari, onde: "anualmente, por assim dizer, um outro livro, tão distinto pela clareza de compreensão quanto pelo admirável estilo literário, sai para testemunhar a constância de suas convicções, não menos do que o vigor intacto de sua perspectiva mental e a serenidade viril de sua produtiva velhice."[25]

14.5 Vilfredo Pareto, seguidor pessimista de Molinari

Uma pessoa proeminente raramente associada por estudiosos à escola *laissez-faire* de Bastiat-Ferrara foi o sociólogo e teórico econômico Vilfredo Federico Damaso Pareto (1848-1923). Pareto nasceu em Paris em uma família nobre genovesa. Seu pai, o marquês Raffaelle Pareto, um engenheiro hidráulico, havia fugido da Itália como republicano e apoiador de Mazzini. O pai de Pareto retornou à Itália em meados da década de 1850 e ganhou um alto posto no serviço público italiano. O jovem Pareto estudou na Politécnica de Turim, onde se formou em engenharia em 1869; sua tese de graduação foi sobre o princípio fundamental do equilíbrio em corpos sólidos. Como veremos em um volume posterior, a tese de Pareto o levou à ideia de que o equilíbrio na mecânica é o paradigma adequado para a investigação em economia e ciências sociais.[26] Após a graduação, Pareto tornou-se

---

25 Frederic Passy, "Carta Prefatória", em Molinari, *op. cit*., nota 23, pp. xxviii-xxix. Autor prolífico em economia, Passy foi presidente da *Société d'Economie Politique*, bem como membro da Câmara dos Deputados francesa, de 1881 a 1888. Passy foi cofundador da Liga Internacional da Paz em 1867 e, por seu trabalho em prol da paz e da arbitragem internacional, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1901.

26 O papel de Pareto no desenvolvimento da teoria matemática neoclássica do equilíbrio geral será tratado em um volume posterior; a presente seção trata de

diretor da filial de Florença da *Rome Railway Company*, e em poucos anos ele se tornou diretor administrativo de uma empresa de fabricação de ferro e produtos de ferro em Florença.

Pareto logo mergulhou na escrita política, assumindo uma posição impetuosa a favor do laissez-faire e contra todas as formas de intervenção governamental, defendendo a liberdade pessoal e econômica e atacando subsídios plutocráticos e privilégios às empresas com igual fervor às suas denúncias de legislação social ou proletária formas socialistas de intervenção. Pareto foi um dos fundadores da Sociedade Adam Smith na Itália e também concorreu sem sucesso ao Parlamento duas vezes durante o início da década de 1880.

Fortemente influenciado por Molinari, os escritos de Pareto chamaram a atenção deste último em 1887. Molinari então convidou Pareto a enviar artigos ao *Journal des Economistes*. Pareto conheceu os liberais franceses e fez amizade com Yves Guyot, que seria o sucessor de Molinari como editor do Journal e que escreveria o obituário de Molinari em 1912.

Pouco depois de entrar em contato com Molinari, a mãe de Pareto morreu, e ele foi capaz de abandonar seu posto de manufatura, tornar-se engenheiro consultor, casar-se e retirar-se para sua vila em 1890 para devotar o resto de sua vida à escrita, à bolsa de estudos e às ciências sociais. Livre de suas obrigações comerciais, Pareto mergulhou em uma cruzada de um homem só contra o estado e o estatismo, e formou uma estreita amizade com o economista marginalista neoclássico *laissez-faire* Maffeo Pantaleoni (1857-1924), que atraiu Pareto para a teoria econômica técnica. Tendo se tornado um walrasiano sob a tutela de Pantaleoni, Pareto sucedeu Leon Walras como professor de economia política na Universidade de Lausanne. Pareto continuou em Lausanne, também ensinando sociologia, até 1907, quando adoeceu, e retirou-se para uma vila no Lago de Genebra, onde continuou a estudar e escrever até sua morte. A mudança de Pareto para a teoria neoclássica técnica

---

sua economia política. Ver, no entanto, sobre o debate Pareto-Croce sobre positivismo versus praxiologia como o método econômico apropriado, Murray N. Rothbard, *Individualism and the Philosophy of the Social Sciences* (San Francisco: Cato Institute, 1979), pp. 54-6.

não diminuiu por um momento sua batalha ardente pela liberdade e contra todas as formas de estatismo, incluindo o militarismo. Uma ideia de seu liberalismo laissez-faire incisivo pode ser obtida em seu artigo sobre "Socialismo e Liberdade" publicado em 1891:

> Assim, podemos agrupar socialistas e protecionistas sob o nome de restricionistas, enquanto aqueles que querem basear a distribuição da riqueza apenas na livre competição podem ser chamados de liberacionistas [...] Assim, os restricionistas são divididos em dois tipos: socialistas, que por meio da intervenção do Estado, desejam mudar a distribuição da riqueza em favor dos menos ricos; e os outros, que, mesmo que às vezes não tenham consciência do que fazem, favorecem os ricos - são os partidários do protecionismo comercial e da organização social de tipo militar. Devemos a Spencer a demonstração da estreita analogia desses dois tipos de protecionismo. Essa semelhança entre protecionismo e socialismo foi muito bem compreendida pelos liberais ingleses da escola de Cobden e da escola de John Bright e foi esclarecida nos escritos de Bastiat.[27]

Além disso, os escritos de Pareto estão repletos de citações apreciativas e frequentemente extensas de Molinari. Assim, no mesmo artigo sobre "Socialismo e Liberdade", Pareto elogia Molinari por propor um sistema único e ousado que "avança para a conquista da liberdade, utilizando todo o conhecimento que é oferecido pela ciência moderna". Em sua "Introdução ao Capital de Marx" em um livro sobre o marxismo (*Marxisme et economie pure*, 1893), Pareto foi claramente influenciado pelo conceito libertário francês Dunoyer-Comte de "classe dominante" como qualquer grupo que controle o estado. Ele encerrou o capítulo com uma longa e admirável citação de Molinari, que levou adiante essa doutrina de classe libertária. Pareto encerrou a citação de Molinari com esta frase: "Em toda parte, as classes dominantes têm um

---

27 Em P. Bucolo (ed.), *The Other Pareto* (Londres: Scolar Press, 1980), p. 44.

pensamento - seus próprios interesses egoístas - e usam o governo para satisfazê-los.[28]

O primeiro grande tratado de Pareto sobre economia, o *Cours d'Economie Politique* (1896), foi fortemente influenciado por Molinari e Herbert. Spencer. Em toda política, ele aponta, existe um. classe dominante minoritária que explora a maioria que é governada. Tarifas que Pareto trata como exemplo de espoliação, pilhagem e furto legal. Pareto não deixou dúvidas de que seu objetivo era erradicar todo esse saque legalizado. Como Placido Bucolo aponta, Pareto não adotou, como afirmam alguns analistas, uma visão marxista da luta de classes em seu Cours. Em vez disso, ele adotou a doutrina de classe libertária francesa. Assim, Pareto diz no *Cours*:

> a luta de classes sempre assume duas formas. Trata-se da competição econômica que, quando é livre, produz a maior opelimidade [utilidade] [...] [Pois] toda classe como todo indivíduo, mesmo que só atue em seu próprio benefício, é indiretamente útil aos demais [...] A outra forma de luta de classes é aquela em que cada classe faz o possível para tomar o poder e torná-lo um instrumento para espoliar as outras classes.[29]

O liberalismo laissez-faire foi um genuíno movimento de massa em grande parte do século XIX: certamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e parcialmente na França, Itália, Alemanha e em toda a Europa ocidental. Na maior parte do tempo, na segunda metade do século, a ideia socialista era considerada menos uma ameaça à liberdade, por liberais clássicos como Pareto e Spencer, do que o sistema existente de estatismo militarista e belicoso dominado por empresários e proprietários de terras privilegiados, os sistemas ao qual Pareto daria o nome vívido e desdenhoso de “pluto democracia”. Na virada do século, no entanto, estava ficando claro para os liberais do

---

28 Retirado do *Precis d'economie politique et de la moral* de Molinari (1893), em Bucolo, *op. cit*., nota 27, p. 68.

29 Citado em *Ibid.*, p. 144.

laissez-faire que as massas haviam sido cativadas pelo socialismo e que o socialismo representaria uma ameaça ainda maior à liberdade e aos livres mercados do que o antigo sistema neomercantilista e plutodemocrático.

Os liberais do laissez-faire em toda a Europa foram gloriosamente otimistas durante a maior parte do século XIX. Era óbvio que a liberdade proporcionava o sistema mais racional, o mais próspero, o sistema mais afinado com a natureza humana, o sistema que trabalha para a harmonia e a paz de todos os povos e nações. Certamente, a mudança de séculos do estatismo para a liberdade, do 'status para o contrato' e do 'militar para o industrial' que trouxe a Revolução Industrial e o imenso aperfeiçoamento para a raça humana, estava destinada a continuar e se expandir, para sempre Para frente e para cima. Certamente, a liberdade e o mercado mundial estavam destinados a se expandir para sempre, e o estado gradualmente a definhar.

O retorno, primeiro, do estatismo empresarial agressivo na década de 1870, seguido pela expansão do apoio das massas ao socialismo na década de 1890, no entanto, pôs um fim grosseiro ao otimismo arraigado dos liberais do laissez-faire. Os pensadores *laissez-faire* perceptivos viram que o século XX traria sombras noturnas e acabaria com a grande civilização - o reino do progresso e da liberdade -- que fora produto do liberalismo do século XIX. O pessimismo e o desespero começaram a dominar o pensamento de liberais do laissez-faire que desaparecia lentamente, e isso é compreensível. Eles previram o crescimento em toda parte do estatismo, tirania, coletivismo, guerras massivas e declínio social e econômico

Cada uma das vanguardas liberais do laissez-faire reagiu a essa nova tendência importante e fatídica à sua própria maneira. Spencer continuou lutando até o fim, dando maior ênfase ao que considerava a principal ameaça do socialismo contra o estatismo empresarial que ele havia combatido anteriormente. O caminho de Pareto foi mudar radicalmente para uma postura de amargo cinismo. O mundo, concluiu ele ao ver o declínio inexorável das ideias e movimentos libertários, é governado não pela razão, mas pela irracionalidade, e agora era papel de Pareto analisar e registrar essas irracionalidades. Assim, em um artigo em 1901, Pareto observa que em toda a Europa, tanto o

socialismo quanto o nacionalismo-imperialismo estão aumentando, e que o liberalismo clássico está sendo esmagado entre eles:

> "em toda a Europa o partido liberal está desaparecendo, assim como os partidos moderados [...] Os extremistas estão cara a cara: de um lado, o socialismo, a grande religião em ascensão de nossa época; do outro lado, as velhas religiões, o nacionalismo e o imperialismo."[30]

Diante do fracasso de suas esperanças e do iminente inferno estatista do século XX, Vilfredo Pareto, nas palavras de seu perceptivo biógrafo S.E. Finer decidiu "retirar-se para Galápagos", uma ilha remota que, no jargão da época de Pareto, servia como uma metáfora e um ponto de vista para uma análise e crítica totalmente distantes da loucura que pairava ao seu redor.[31] O empurrão final para Pareto no caminho para "Galapogos" veio em 1902, quando o Partido Socialista Italiano abandonou sua oposição à política protecionista do governo estatista "burguês". Os dois inimigos de longa data do liberalismo laissezfaire agora uniram forças! Desse ponto em diante, o recuo de Pareto para uma amargura olímpica distanciada e aristocrática foi completo.[32]

O primeiro livro de Pareto em que a nova postura pessimista se torna dominante é seu *Les Systemes Socialistes* (2 vols., 1901-2). Mas sua postura recém-distanciada não significava de forma alguma que ele tivesse abandonado seus ideais libertários ou seu método de análise social. Na verdade, Finer escreve sobre Pareto que Molinari foi "um homem que [ele] admirou até o dia de sua morte".[33] Assim, Pareto escreve amargamente sobre como, na sociedade, o roubo por meio do

---

30 *Ibid*., p. 141.

31 Veja o artigo esclarecedor do dedo do pé por S.E. Finer, 'Pareto e Pluto-Democracia: o Retiro para Galapogos, *American Political Science Review*, 62 (1968), pp. 440-50. Ainda mais importante é a introdução de Finer a Vilfredo Pareto, *Sociological Writings* (ed. S.E. Finer, Londres: Pall Mall Press, 1966).

32 Veja Bucolo, *op. cit.*, nota 27, p. 166.

33 Finer, em Pareto, *op. cit*., nota 31, p. 18.

governo é muito mais fácil e, portanto, mais atraente, do que o trabalho árduo para a aquisição de riqueza. Como Pareto escreveu mordazmente, em uma passagem que antecipou teóricos libertários do século XX como Franz Oppenheimer e Albert Jay Nock:

> Os movimentos sociais geralmente seguem a linha de menor resistência. Embora a produção direta de bens econômicos seja frequentemente muito difícil, tomar posse dos bens produzidos por terceiros é muito fácil. Essa facilidade aumentou muito a *partir do momento em que a privação se tornou possível por meio da lei e não contrária a ela*. [Itálico de Pareto.] Para salvar, um homem deve ter certo controle sobre si mesmo. Lavrar um campo para produzir grãos é um trabalho árduo. Esperar no canto de um bosque para roubar um transeunte é perigoso. Por outro lado, ir votar é muito mais fácil e se isso significa que todos aqueles que estão inadaptáveis, incapazes e desocupados poderão obter por ela alimentação e hospedagem, eles se apressaram em fazê-lo.[34]

Pareto, infelizmente, defendeu uma metodologia positivista de acordo com sua confiança no modelo da física e da mecânica. Mas isso foi mais do que compensado por ele nos fornecer uma anedota imortal em uma defesa brilhante da lei econômica natural contra os "anti economistas" da escola histórica alemã. É uma anedota que Ludwig von Mises gostava de contar em seu seminário:

> Certa vez, durante um discurso que fazia em um congresso de estatística em Berna, Pareto falou de “leis naturais econômicas”, após o que [Gustav] Schmoller, que estava presente, disse que tal coisa não existia. Pareto não disse nada, mas sorriu e fez uma reverência. Depois, perguntou a Schmoller, por meio de um de seus vizinhos, se ele conhecia bem Berna. Quando Schmoller disse que sim, Pareto perguntou-lhe novamente se ele conhecia uma pousada onde se pudesse comer de graça. Supõe-se que o

34 Bucolo, *op. cit*., nota 27, pp. 149-50.

> elegante Schmoller olhou meio com pena e meio desdenhoso para o modestamente vestido Pareto -- embora ele fosse conhecido por ser rico -- e respondido que havia muitos restaurantes baratos, mas que alguém teria que pagar algo em todos os lugares. Ao que Pareto disse: "Portanto, existem leis naturais da economia política!"[35]

14.6 Convertido acadêmico na Alemanha: Karl Heinrich Rau

Karl Heinrich Rau Enquanto John Prince Smith e seus colegas lutavam bravamente pelo *laissez-faire* no tribunal dos negócios e da opinião pública, o economista acadêmico mais proeminente da Alemanha estava se tornando um convertido altamente influente à causa. Karl Heinrich Rau (1792-1870) foi o economista acadêmico mais importante da Alemanha na primeira metade do século XIX, e talvez até sua morte em 1870. Rau nasceu em Erlangen, uma cidade protestante no norte da Baviera, e seu pai foi pastor luterano e professor de teologia na universidade de lá. Graduando-se em Erlangen em 1812, Rau lecionou na escola secundária e em 1818 tornou-se professor de economia política na Universidade de Giessen. Quatro anos depois, Rau se tornou professor de economia política na Universidade de Heidelberg e ocupou o cargo até sua morte, quase meio século depois. Além de ser um professor muito querido e influente, Rau desempenhou um papel ativo e influente no governo de Baden, ajudando a moldar a perspectiva do funcionalismo de Baden por 50 anos.

Além de ser um consultor de longa data do governo de Baden, Rau tornou-se conselheiro da corte após ascender à cadeira em Heidelberg e tornou-se conselheiro particular em Baden em 1845. Várias vezes, Rau serviu na Dieta de Baden, e em 1848 foi eleito membro do Parlamento de Frankfurt. Treinado em cameralismo alemão, Rau, durante as primeiras duas décadas de sua longa carreira, foi um moderado contemporizador em suas opiniões, tentando equilibrar o sistema smithiano de liberdade natural com cameralismo,

---

35 Theo Suranyi-Unger, *Economics in the Twentieth Century* (Nova York: W.W. Norton, 1931), p. 128. Minha própria tradução da frase citada de Pareto.

teoria dedutiva com um compêndio de fatos e estatísticas. Um moderado cauteloso, Rau estava receoso de abolir as guildas e defendeu uma visão organicista do estado contra Adam Smith. Por outro lado, com o passar do tempo, Rau tornou-se cada vez mais liberal laissez-faire e cada vez menos estatista. O início dessa conversão gradual, mas acelerada, ocorreu no início da década de 1820; em 1819-20, Rau traduziu o tratado de seis volumes do moderado smithiano Heinrich Friedrich von Storch, um alemão báltico que lecionava na Rússia e escrevia em francês. A tradução alemã de Rau do Cours d'economie politique de Storch foi publicada em três volumes.

Particularmente importante, entretanto, foi o livro de Rau em vários volumes sobre economia, o *Lehrbuch der politischen Oekonomie*. O primeiro volume do *Lehrbuch* foi publicado em 1826 e o segundo em 1828. O *Lehrbuch* prontamente se tornou o texto padrão de economia na Alemanha, passando por oito edições durante a vida de Rau, com uma nona edição do Volume I publicada seis anos após a morte de Rau. Além disso, o *Lehrbuch* de Rau foi traduzido para nada menos do que oito línguas![36]

As visões liberais cada vez mais clássicas de Rau refletiram-se nas sucessivas edições do *Lehrbuch*. Ainda mais foram refletidos nas páginas do jornal econômico, o *Archiv der politischen Oekonomie und Polizeiwissenschaft*, que Rau fundou em 1835. O ápice da conversão de Karl Rau ao laissez-faire veio no auge da opinião econômica libertária na Europa, por volta de 1847. Em seu discurso à comunidade universitária em Heidelberg em novembro de 1847, Rau denunciou a intervenção do Estado como a criação de privilégios especiais cada vez maiores em auxílio de grupos de interesse egoísta; a intervenção estatal, então, só pode beneficiar uma pessoa ou grupo às custas de outro.

---

36 Mais especificamente, surgiram oito edições do Volume I, sobre teoria, durante a vida de Rau, bem como cinco edições do Volume II, sobre política econômica, e cinco edições do Volume III, sobre finanças públicas, a partir de 1832. O volume III foi revisado pelo ex-aluno de Rau, também de Erlangen, o professor Adolph Wagner. Wagner também reescreveu e publicou a nona edição do Volume I em 1876. Ver Keith Tribe, *Governing Economy: The Reformation of German Economic Discourse 1750-1840* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), p. 183 e 183n.

Além disso, a intervenção governamental, em vez de curar os problemas sociais, cria muitos novos problemas próprios. Rau alertou, em seu discurso em Heidelberg, das liberdades ameaçadas pelo planejamento e controle do governo, e particularmente alertou sobre a disseminação de "fantasias" socialistas e comunistas; na ausência de propriedade privada e iniciativa privada, apenas a força poderia ser usada para induzir as pessoas a trabalhar.[37]

14.7 O dissidente escocês: Henry Dunning Macleod

Henry Dunning Macleod (1821-1902) foi um exuberante e prolífico dissidente escocês que, nas garras do monólito milliano que dominou a Grã-Bretanha depois de 1848, nunca recebeu o devido reconhecimento de economistas ou acadêmicos britânicos.[38] Macleod nasceu em Edimburgo, filho de um proprietário de terras escocês e estudou matemática no Trinity College, Cambridge, graduando-se em 1843. Ele se tornou advogado e foi admitido na ordem seis anos depois. Dois anos depois, Macleod escreveu um relatório sobre a administração de assistência aos pobres em várias paróquias escocesas e estabeleceu o primeiro sindicato dos pobres na Escócia.

Em 1854, Macleod foi nomeado diretor do Royal British Bank, e isso imediatamente despertou uma fascinação vitalícia pela economia e, especificamente, pelas questões monetárias e bancárias. Macleod escreveu prolificamente sobre questões monetárias, sua Teoria e Prática Bancária (1855) tornando-se influente e passando por cinco edições. Macleod adotou um padrão ouro firme e uma posição de banco livre, infelizmente adotando também a apologia da escola bancária para o sistema bancário inflacionário de reservas fracionárias. Macleod foi quem introduziu o termo “lei de Gresham” na economia, e também

---

37 Veja Donald G. Rohr, *The Origins of Social Liberalism in Germany* (Chicago: University of Chicago Press, 1963), pp. 78-84. Veja também H.C. Recktenwald, “Rau, Karl Heinrich”, *The New Palgrave*, *op. cit.*, nota 9, IV, p. 96.

38 Isso vale também para seu tratamento atual por parte de acadêmicos britânicos, como testemunha o escárnio sustentado que permeia o artigo de Murray Milgate e Alastair Levy, “Henry Dunning Macleod”, The New Palgrave, op. cit., nota 9, III, pp. 268-9.

contribuiu com uma análise importante das maneiras como o crédito bancário de reserva fracionária opera, em particular como os empréstimos bancários criam depósitos, que então funcionam no mercado como substitutos do dinheiro da mesma forma que as notas de banco.

Se Macleod tivesse confinado seu trabalho econômico ao dinheiro e aos bancos, ele poderia ter conquistado considerável respeito entre os economistas britânicos; embora ele diferisse da corrente dominante ao favorecer o free banking, suas visões pró-padrão-ouro e antibimetalistas, bem como sua orientação de escola bancária, eram próximas o suficiente da ortodoxia reinante para trazer a aclamação que ele merecia.[39] Mas Macleod esbarrou em um muro de oposição na Grã-Bretanha porque se posicionou abertamente contra a teoria britânica de valor e conceito material de riqueza de Smith-Ricardo-Milliabour. Como resultado, o sonho de Macleod de se tornar um professor nunca se concretizou.

Inspirado pelo arcebispo Whately, Macleod voltou ao final do século XVIII e descobriu o Abade de Condillac, a quem ele exuberantemente declarou ter sido o verdadeiro fundador da economia, em contraste com a teoria do trabalho e a doutrina materialista de Adam Smith. Adotando com entusiasmo o conceito de Whately de "cataláctica" como o método genuíno da economia, Macleod argumentou que Condillac, com seu foco na economia como a ciência das trocas, ao invés de "riqueza", foi o fundador da abordagem catalática. Condillac, observou Macleod, como os economistas italianos do século XVIII, "coloca a origem e a fonte do valor na mente humana, e não no trabalho, que é a ruína da economia inglesa". Além disso, afirmou Macleod, Condillac estava correto ao afirmar que o valor de troca deriva do valor conferido aos bens pelos consumidores, de modo que o valor e a demanda derivam exclusivamente dos desejos dos consumidores. Ao contrário de Smith e Ricardo que acreditavam que o

---

39 Para uma discussão apreciativa de Macleod por um moderno padrão pró-ouro, teórico francês da escola bancária, veja Charles Rist, *History of Monetary and Credit Theory* (1940, Nova York; A.M. Kelley, 1966), pp. 73, 102.203.205.261.

trabalho dos produtores confere valor aos produtos, "O valor não surge do trabalho do produtor, mas do desejo do consumidor".[40]

Uma vez que o valor deriva da avaliação subjetiva dos consumidores, segue-se, declarou Macleod, que os homens se envolvem na troca precisamente porque cada homem valoriza o que ganha mais do que o que abre mão, do contrário não teria embarcado na troca. Consequentemente, ecoando teóricos escolásticos e continentais de Jean Buridan em diante, ambas as partes em qualquer troca devem ganhar valor. Macleod continuou, no espírito proto-austríaco, declarando que os preços de mercado previstos determinam os custos que serão incorridos na produção, e não o contrário:

> É indiscutivelmente verdade que as coisas não têm valor porque são produzidas com grande custo, mas as pessoas gastam muito dinheiro na produção porque esperam que outros dêem um preço melhor para obtê-los [...] Os compradores não dão preços altos porque os vendedores gastam muito dinheiro na produção, mas os vendedores gastam muito dinheiro na produção porque esperam encontrar compradores que os ofereçam mais.[41]

Como se Henry D. Macleod não ofendesse a economia dominante dos séculos XIX e XX o suficiente, ele culminou seus crimes saudando o grande libertário e cataláctico Frederic Bastiat, a quem saudou como "o gênio mais brilhante que já adornou a ciência econômica". Bastiat, declarou Macleod,

> "arrancou pela raiz as falácias nocivas que são a Economia de Adam Smith e Ricardo [...] Ele simplesmente limpou o estupendo caos, a confusão e a massa de contradições de Adam

---

40 Salerno, *op. cit.*, nota 9, pp. 130-1. *Veja Também*, Murray N. Rothbard, "Catallactics", New Palgrave, *op. cit*., nota 9, II, p. 377.

41 Salerno, *op. cit*., nota 9, p. 131. *Veja* Henry Dunning Macleod, *The Elements of Political Economy* (Londres: Longman, Brown, 1857), pp. 98-100, 111, 127. *Veja também* Macleod, *The History of Economics* (New York: G.P. Putnam's, 1896); e *idem*., *A Dictionary of Political Economy, Vol. I* (Londres, 1863).

Smith”[42]

Em sua revolucionária obra de 1871 que trouxe marginalismo e pelo menos uma posição semi-austríaca para a Inglaterra, W. Stanley Jevons lançou um grito do coração contra a "influência nociva" da autoridade sufocante de John Stuart Mill sobre a economia na Inglaterra. Sempre ansioso para encontrar e redescobrir precursores negligenciados, Jevons saudou Bastiat e Macleod, bem como Sênior, Cairnes e outros. Infelizmente, como é evidenciado por seu tratamento nas mãos do New Palgrave, a reputação de Macleod claramente precisa ser ressuscitada mais uma vez.[43]

14.8 Plutologia: Hearn e Donisthorpe

Outro precursor e contemporâneo aclamado pelo revolucionário marginalista Stanley Jevons foi o economista irlandês-australiano William Edward Hearn (1826-88). Nascido no condado de Cavan, Irlanda, Hearn foi um dos últimos alunos dos grandes economistas whatelyistas no Trinity College, Dublin, entrando em 1842 e se formando quatro anos depois. Lá, ele aprendeu uma economia muito diferente da escola Millian dominante na Grã-Bretanha, uma economia mergulhada na teoria da utilidade subjetiva e um foco catalático na troca.

Tornado o primeiro professor de grego no novo Queen's College, Galway, na Irlanda, aos 23 anos de idade, Hearn recebeu uma nomeação cinco anos depois, em 1854, como professor de história moderna, lógica e economia política, bem como professor temporário de clássicos na nova Universidade de Melbourne, Austrália. Em um país de outra forma, desprovido de economistas, Hearn teve pouco incentivo para buscar estudos econômicos; ele se tornou reitor da faculdade de direito e chanceler da universidade. A maior parte de sua bolsa foi dedicada a diversos assuntos, como a condição da Irlanda, o governo da Inglaterra,

---

42 Salerno, *op. cit.*, nota 9, p. 132.

43 W. Stanley Jevons, *The Theory of Political Economy* (Baltimore: Penguin Books, 1970), pp. 57.261. Ver também Israel M. Kirzner, *The Economic Point Of View* (Nova York: D. Van Nostrand, 1960), pp. 73, 202-3.

a teoria dos direitos e deveres legais e um estudo da família ariana, sobre os quais ele publicou livros publicados em Londres, bem como Melbourne.

Hearn também serviu como membro do conselho legislativo do estado de Victoria e como líder da Victoria House. Hearn escreveu apenas um livro sobre economia em seu ninho na Austrália, mas ele se mostrou altamente influente na Inglaterra. Plutologia, ou teoria dos esforços para satisfazer os desejos humanos, foi publicada em Melbourne em 1863 e reimpressa em Londres no ano seguinte.[44] "Plutologia" foi um termo que Hearn adotou do economista laissez-faire francês J.G. Courcelle-Seneuil (1813-92), em seu Traitéorique et pratique d'economie politique (1858), para significar uma ciência pura da economia, uma análise científica da ação humana. Há, de fato, indícios em Hearn de que ele buscou uma ampla ciência da ação humana indo além até mesmo dos limites da cataláxia, ou troca.[45]

A plutologia de Hearn foi padronizada após Bastiat. Como Bastiat, Hearn forneceu uma *Harmonielehre*, demonstrando a "regra infalível' de que a busca do interesse próprio produz um fluxo de serviços no mercado na 'ordem de sua importância social". Como Bastiat, Hearn começou com um capítulo sobre os desejos humanos, cuja satisfação é fundamental para o sistema econômico.

As necessidades humanas, Hearn apontou, são ordenadas hierarquicamente, com as necessidades mais intensas satisfeitas primeiro, e com o valor de cada necessidade diminuindo à medida que a oferta de bens para atender a essa necessidade aumenta. Em suma,

---

44 J.A. LaNauze escreve que a obra de Hearn "Foi uma inovação na economia política inglesa começar um tratado com um capítulo sobre desejos humanos, e fazer da satisfação dos desejos um tema central [...] Mas isso é uma inovação apenas na escrita inglesa. A proeminência que Hearn dá às carências é simplesmente um reflexo de sua leitura da literatura francesa. Seu capítulo é em alguns lugares quase uma transcrição das Harmonias de Bastiat, e seu subtítulo ecoa a frase frequentemente repetida de Bastiat, 'Desejos, esforços, satisfações!'" J.A. LaNauze, *Political Economy in Australia* (Carlton, Austrália: Melbourne University Press, 1949), pp. 56-8. Ver também a discussão de Hearn em Salerno, *op. cit.*, nota 9, pp. 125-9.

45 Kirzner, *op. cit.*, nota 43, pp. 202n7, 212n2.

Hearn chegou muito perto de uma teoria completa de utilidade marginal decrescente. Como cada parte de cada troca ganha com a transação, isso significa que cada pessoa ganha mais do que desiste - de modo que há uma desigualdade de valor e um ganho mútuo em cada troca.

O valor de todo bem, mostrou Hearn, é determinado pela interação de sua utilidade com seu grau de escassez. A demanda e a oferta interagem, portanto, para determinar o preço, e a concorrência tenderá a reduzir os preços ao custo mínimo de produção de cada produto. Assim, a Providência, por meio da competição, produz uma ordem social benéfica, uma harmonia natural, por meio da economia de livre mercado. Em todas essas doutrinas, Hearn antecipou o advento iminente da Escola Austríaca de economia, bem como ecoando e construindo sobre as melhores análises de utilidade/escassez/harmonia-benefício mútuo da economia continental.

Também antecipando a Escola Austríaca, e com base em Turgot e vários escritores franceses e britânicos do século XIX, incluindo John Rae, foi a análise de Hearn do empreendedorismo. O empresário contrata o trabalho e o "capital" (por exemplo, credores) a um preço fixo, obtém o título total sobre a produção final e, então, arca com o lucro ou perda incorrido pela eventual venda ao empresário específico no estágio seguinte de produção.

Hearn também mostrou que a acumulação de capital aumenta a quantidade de capital em relação à oferta de trabalho e, portanto, aumenta a produtividade do trabalho, bem como os padrões de vida na economia. Ele viu que o capital pode se acumular e, portanto, os padrões de vida podem aumentar na economia, sem limites. Além disso, Hearn generalizou a lei dos rendimentos decrescentes, expandindo-a da terra para todos os fatores de produção, tendo o cuidado de assumir uma dada tecnologia e suprimentos de recursos naturais. Um campeão do livre comércio, William Hearn pediu a remoção das *Disabilities* católicas na Grã-Bretanha, a liberação do comércio de lã irlandesa, a abolição das leis de usura e vinculação, e a remoção de todas as restrições às transações de terras.

Opondo-se à intervenção do governo, Hearn declarou que a única função do governo é preservar a ordem e fazer cumprir os contratos, deixando todas as outras questões ao interesse individual. Plutologia de Hearn foi usado como um texto de economia na Austrália por seis

décadas até 1924 -- na verdade, foi virtualmente o único trabalho sobre economia publicado na Austrália até os anos 1920.

Embora o livro tenha passado despercebido após sua publicação em Londres em 1864, logo recebeu muitos elogios de vários economistas, especialmente Jevons, que o considerou o melhor e mais avançado trabalho sobre economia até hoje. Jevons apresentou a Plutologia com destaque em sua inovadora *Teoria da Economia Política* (1871). Além dessas citações, no entanto, o trabalho de Hearn deu origem a apenas um discípulo plutológico. O advogado e proprietário da mina Wordsworth Donisthorpe (1847-?) Publicou seus Princípios de Plutologia (Londres: Williams & Norgate, 1876), que aparentemente foi mencionado por nenhum trabalho econômico daquele dia até a publicação do New Palgrave em 1987, também na literatura da época ou em qualquer uma das histórias ou pesquisas do pensamento econômico. Embora dificilmente seja um trabalho avassalador, o livro de Donisthorpe de 206 páginas certamente não merecia afundar sem deixar vestígios.[46]

A maior parte de Princípios de Plutologia foi dedicada à metodologia de esclarecimento de terreno, discussão de definição e recuperação ao grande método de plutologia rival, a "economia política". Mas ainda existe muita discussão substantiva valiosa em Donisthorpe, um escritor lúcido que admiravelmente queria forjar uma economia científica que poderia distinguir entre análise e defesa ética ou política.

Definindo plutologia como uma investigação puramente científica da uniformidade ou das relações entre os valores, Donisthorpe continuou a apontar que os valores são todos relativos; e que valores, incluindo o valor do dinheiro, variam contínua e imprevisivelmente, em contraste com unidades como pesos que permanecem fixos e invariáveis. Existem diferentes intensidades de desejos e diferentes graus de utilidade, e uma interação dessas utilidades e escassez relativas determinam valores.

---

46 *Williams & Norgate* foi uma importante editora da época, a editora das obras de Herbert Spencer e da revista filosófica Mind. Isso não é surpreendente em vista da filosofia individualista libertária comum a Donisthorpe e Spencer.

De uma maneira proto-austríaca, Donisthorpe também distinguiu entre bens diretamente úteis e indiretamente úteis, e mostrou como estes últimos tinham vários graus de afastamento do estágio de prazer dos bens; em suma, Donisthorpe se engajou em uma análise sofisticada da estrutura de tempo da produção. Ele também fez uma análise pioneira da influência de substitutos e complementos ("co-elementos") sobre os valores. Embora a discussão de Donisthorpe sobre curvas de demanda (ou seja, cronogramas), oferta e preço fosse interessante, mas irremediavelmente confusa (por exemplo, ele negou que um desejo crescente dos consumidores por um produto aumentaria sua demanda pelo produto), ele apresentou um prenúncio notavelmente claro do *insight* de Philip Wicksteed de quatro décadas depois, de que reter o estoque de um produto pelos fornecedores realmente equivale à "demanda de reserva" dos fornecedores para aquele produto.

Donisthorpe:

> Em primeiro lugar, vendedores e compradores não são duas classes, mas uma classe [...] Para recusar um certo preço por um artigo é dar aquele preço por ele. Um proprietário que se recusa a vender um cavalo por cinquenta guinéus praticamente dá cinquenta guinéus pelo cavalo na esperança de conseguir mais para ele outro dia, ou então porque obtém mais gratificação do cavalo do que de cinquenta guinéus. Proprietários que não vendem devem ser considerados virtualmente compradores de seus próprios bens.[47] Talvez por desapontamento com a recepção de seu livro, Wordsworth Donisthorpe, como Hearn antes dele, abandonou a teoria econômica e a plutologia a partir de então, e passou as duas décadas seguintes lutando em nome do libertarianismo e do individualismo no direito e na filosofia

47 Wordsworth Donisthorpe, *Principles of Plutology* (Londres: Williams & Norgate, 1876), p. 132. Ver também Peter Newman, "Donisthorpe, Wordsworth", New Palgrave, *op. cit.*, nota 9, I, pp. 916-7.

política.[48]

14.9 Bastiat e o *laissez-faire* na América

Os escritos de Frederic Bastiat encontraram um clima receptivo nos Estados Unidos orientados para o laissez-faire. Isso era particularmente verdadeiro para o ilustre cientista político e social Francis Lieber (1800-72), um jovem estudioso prussiano que fugira de uma Europa central inóspita ao nacionalismo alemão. Em 1835, Lieber sucedeu ao Jeffersoniano Thomas Cooper como professor de economia política e história na Universidade da Carolina do Sul. O Manual de Ética Política de Lieber em dois volumes (1838-39) foi uma defesa abrangente dos direitos absolutos da propriedade privada, bem como de seu corolário, o direito de livre troca dessa propriedade. 'O homem anseia', disse Lieber, "ver sua individualidade representada e refletida nos atos de seus esforços -- na propriedade". A propriedade, observou Lieber, existia antes da sociedade e do estado, e a função do estado é defender os direitos de propriedade, o direito irrestrito de troca, acumulação e herança, de ataques. O papel do judiciário independente, uma instituição criada nos Estados Unidos, era o de ser o guardião da propriedade privada e fazê-lo aplicando o direito consuetudinário, "um corpo de regras de ação desenvolvido espontaneamente e independentemente de ação legislativa ou executiva direta".

Em 1856, Lieber adquiriu a cadeira de história e ciências políticas (anteriormente cadeira de economia política e história), na Universidade de Columbia na cidade de Nova York. Em seu discurso inaugural em Columbia, Lieber fez uma homenagem ao livre comércio, que é fundamental para a vida civilizada.

Lieber alegremente ensinou economia política com base no texto do Tratado de Say, e argumentou que a economia ensina a ideia de "o estado natural, simples e ininterrupto de coisas em que o homem pode aplicar seus meios da melhor maneira que pensa". Lieber era tão

---

48 Sobre Donisthorpe como libertário, veja W.H. Greenleaf, *The British Political Tradition*, Vol. II, *The Ideological Heritage* (Londres: Methuen, 1983), pp. 277-80.

dedicado à liberdade de comércio que acreditava que logo chegaria o tempo em que as nações incluiriam o livre comércio em suas declarações de direitos.

De fato, Lieber escreveu a introdução da primeira tradução para o inglês dos sofismas da economia política de Bastiat em 1848. Essa tradução foi feita pela amiga de Lieber, Louisa Cheves McCord (1810-79), filha do ex-chefe do Banco dos Estados Unidos Langdon Cheves e esposa do coronel David McCord, um protegido de Thomas Cooper e banqueiro, fazendeiro, advogado e editor de jornais da Carolina do Sul. Uma devotada admiradora de Bastiat, a Sra. McCord também escreveu artigos de jornal denunciando o socialismo e o comunismo. Mas os dois destacados seguidores de Frederic Bastiat nos Estados Unidos foram Francis Amasa Walker (1799-1875)[49] e seu amigo íntimo e jovem da Nova Inglaterra, o Rev. Arthur Latham Perry (1830-1905). Amasa Walker era filho de um ferreiro, que logo se tornou um fabricante de calçados de sucesso em Boston, bem como um promotor de ferrovias.

Seu primeiro interesse econômico foi em dinheiro e bancos, onde se tornou um ardente jacksoniano. Mesmo sendo um diretor de banco, Walker endossou o princípio da moeda e defendeu fervorosamente o dinheiro 100% ouro, com as notas bancárias proibidas de ir além da espécie nos cofres dos bancos. Além disso, a maioria das notas, especialmente as de pequeno valor, deveriam ser eliminadas gradualmente. O crédito bancário, destacou Walker, cria ciclos de inflação e de expansão-queda, à medida que os bancos enfrentam uma saída de ouro para o exterior e são forçados a contrair seu crédito e suas notas. Walker também percebeu que as descobertas de ouro não precisam criar crises e pânico, uma vez que o ouro poderia possibilitar uma obtenção mais rápida de 100% do dinheiro em espécie.

Amasa Walker aposentou-se da atividade industrial em 1840, aos 41 anos, passando a dedicar-se à economia e à atividade política. Ele lecionou economia em Oberlin e Amherst, e de 1853 a 1860 foi examinador de economia política em Harvard. Walker escreveu vários

---

49 Não deve ser confundido com seu filho e chará, um estatista moderado que se tornaria o primeiro presidente da *American Economic Association*. (Francisco Amasa Walker, 1840-97.)

ensaios para o órgão financeiro de Nova York, *Merchants' Magazine*, e em 1857 publicou um livro sobre dinheiro e serviços bancários, *The Nature and Uses of Money*. Ele também atuou na legislatura de Massachusetts e como secretário do estado de Massachusetts.

Walker, então professor no Amherst College, publicou, no final da Guerra Civil, um cintilante tratado geral sobre economia, *The Science of Wealth: A Manual of Political Economy* (Boston: Little, Brown, 1866), que incorporou suas visões em um tratado geral sobre laissez-faire. O livro foi imensamente popular, em casa e no exterior, entrando em oito edições nos próximos oito anos.

As opiniões de Walker sobre dinheiro e bancos foram a peça central de seu livro. Ele assumiu a rara posição de defender um sistema de banco livre dentro de uma matriz firme de 100% de reserva legalmente exigida.[50] Walker escreveu:

> Muito tem sido dito sobre a conveniência do banco livre. Sobre a propriedade e a legitimidade de permitir que qualquer pessoa que opte por realizar atividades bancárias, tão livremente quanto na agricultura ou em qualquer outro ramo de negócios, não pode haver dúvida. Mas não é, e nunca pode ser, expediente ou direito autorizar por lei a fabricação universal de moeda ... [Quando] apenas notas equivalentes a certificados de tantas moedas são emitidas, o sistema bancário pode ser tão gratuito quanto a corretagem.

A única coisa a ser garantida seria que nenhuma emissão deveria ser feita, exceto sobre a espécie em mãos.[51] Em sua economia geral, Walker enfatizou a análise catalática e empregou os conceitos de

---

50 Walker, seguindo a tradição americana, insistia, contra a escola monetária britânica, que os depósitos bancários faziam parte da oferta monetária tanto quanto as notas bancárias. E, no entanto, de forma estranha e inconsistente, ele não incluiu depósitos em sua proposta de reforma de 100%, afirmando de forma pouco convincente que a restrição de notas ao seu equivalente em espécie exerceria um controle suficiente sobre a criação de depósitos.

51 Amasa Walker, *The Science Of Wealth* (3rd ed., Boston: Little, Brown, 1867), p. 230-31.

riqueza e valor diretamente na tradição de Bastiat. Na verdade, Walker elogiou muito a teoria do valor de Bastiat e passou a incluir várias páginas de citações e exemplos de *Harmonies* de Bastiat. Além disso, Walker continuou a tradição francesa de enfatizar o empresário como uma força de produção muito diferente daquela do capitalista puro.[52] Mas, sem dúvida, o discípulo de destaque de Bastiat nos Estados Unidos foi Arthur Latham Perry. Perry, formado pelo Williams College em 1852, aceitou quase imediatamente o cargo em que passaria a maior parte de sua vida ensinando história, economia política e alemão em sua alma mater. Perry havia sido apresentado às obras de Bastiat por seu amigo Amasa Walker, e

> "ele relatou que eu mal tinha lido uma dúzia de páginas daquele livro notável [Harmonias da Economia Política de Bastiat] quando o Campo da Ciência, em todos os seus contornos e marcos, estava diante de minha mente assim como o faz hoje [1883] [...] desde então, a Economia Política tem sido para mim uma nova ciência; e que eu experimentei então e depois a sensação de ter encontrado algo [...]"[53]

Na primavera de 1864, Perry escreveu uma série de artigos sobre "Papers on Political Economy" para o *Springfield Republican*, que apresentava o ponto de vista derivado de Bastiat de Perry sobre economia política. O apropriado foco da teoria econômica, declarou ele, era o valor, e o valor é determinado pelos serviços mútuos trocados em qualquer transação. O axioma e o foco cruciais da análise econômica, acrescentou Perry, é que os homens se esforçam para satisfazer seus desejos, e o comércio é uma troca mútua de serviços para realizar essas satisfações. Ambas as partes ganham com cada troca, caso contrário, não se envolveriam na transação. Os trabalhadores, apontou Perry, só poderiam ganhar se mais capital fosse empregado em contratá-los, o que aumentaria os salários por trabalhador.

---

52 *Ibid*., pp. 9-13; veja também Salerno, *op. cit.*, nota 9, pp. 133-5.

53 Arthur Latham Perry, *Political Economy* (1883, 21st ed., New York: Scribner, 1892), p. ix.

Incentivado por Walker, Perry expandiu seus artigos em um livro-texto, publicado no ano seguinte. Elementos de Economia Política, mais tarde denominado Economia Política, tornou-se, de longe, o livro de economia de maior sucesso do país, tendo passado por nada menos que 22 edições em 30 anos. Em seu texto, Perry não apenas prestou homenagem a Bastiat, mas também saudou Macleod e adotou a visão Macleod da história da economia. pensamento - saudando Condillac, Whately, Bastiat e Macleod como líderes dos serviços corretos, catalácticos, ou o que Perry chamou de escola "Todas as Vendas".[54] Envolvendo-se em uma análise detalhada e sofisticada da troca e suas pré-condições em valores e na divisão de trabalho, Perry foi além de Bastiat para purgar totalmente a economia do vago e materialista conceito smithiano de "riqueza" e se concentrar completamente na troca.[55]

Embora ele não tenha usado o termo "empreendedor", a concentração de Perry no valor e na troca como uma atividade humana o levou a tratar o empresário como um empreendedor ativo com previsões, em vez de um participante robótico em um equilíbrio geral estático. Assim: "o Sr. Homem de negócios deve ser um homem de cérebro. O campo de produção não é um nível morto de uniformidade lenta como o mar agitado e pesado"; em vez disso, a ocupação "requer previsão, coragem sábia e um poder de adaptação a circunstâncias variáveis".[56] Fiel ao seu enfoque nos grandes benefícios mútuos da troca, Arthur Perry elogiou a livre troca e denunciou todas as restrições e limitações a esse processo. Assim, Perry aponta que qualquer pessoa pode saber que o que é processado em uma troca é considerado menos no todo do que o que é recebido.

---

54 Apesar de sua devoção a Walker por tê-lo levado a Bastiat, e apesar de ser um daqueles economistas laissez-faire a quem Perry dedicou seu livro, Perry reprovou em particular Walker por "estar muito preso a Adam Smith". Ver Sidney Fine, *Laissez faire and the General-Welfare State* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1956), p.52nI6.

55 Para uma apreciação da contribuição de Perry, ver Kirzner, *op. cit*., nota 43, pp. 75-7.

56 Joseph Dorfman, *The Economic Mind in American Civilization* (New York: Viking Press, 1949), III, p. 57.

> A mais leve introspecção diz isso a qualquer homem. Como isso sempre deve ser verdade para cada uma das partes em qualquer troca, cada uma fica feliz em se separar de algo para receber outra coisa. Uma pequena introspecção informará qualquer pessoa, que esta estimativa mais alta está faltando na mente de qualquer uma das duas partes, o comércio não ocorreria de forma alguma [...]
>
> Consequentemente, nenhuma lei ou incentivo é necessária para induzir qualquer pessoa a negociar; o comércio é natural, pois qualquer pessoa pode ver quem para ao se perguntar por que fez um determinado comércio; e, por outro lado, qualquer lei ou obstáculo artificial que impeça duas pessoas de negociar que, de outra forma, negociariam, não apenas interfere com um direito sagrado, mas destrói um ganho inevitável que, de outra forma, acumularia para duas pessoas iguais.[57]

Perry atacou particularmente tais interferências virulentas na livre troca como salários mínimos, sindicatos, leis de usura e papel-moeda. Embora Perry, ainda mais do que Walker, não tenha percebido totalmente que os depósitos bancários faziam parte da oferta monetária tanto quanto as notas, ele foi além da proposta de reserva de 100 por cento de Walker para o papel-moeda, para pedir a erradicação completa do papel-moeda, mesmo se lastreado em 100 por cento por espécie. Ele acreditava, porém, que o crédito bancário e a emissão de depósitos deveriam ser totalmente gratuitos dentro dessa matriz.

Perry foi especialmente veemente no ataque ao protecionismo, escrevendo vários artigos e fazendo centenas de discursos em nome do livre comércio e contra a proteção. A tarifa protetora, observou Perry, não era economicamente saudável; violou direitos de propriedade e violou a letra e o espírito dos Dez Mandamentos. Uma tarifa protetora roubada do fazendeiro ocidental para estabelecer privilégios para alguns fabricantes. Perry corajosamente resistiu à pressão dos poderosos ex-alunos de Williams, liderados pelo ferrageiro George H. Ely, contra seus ensinamentos de livre comércio. Após o assassinato de

---

57 Perry, *op. cit.*, nota 53, pp. 102-3

seu aluno anterior, amigo de longa data e membro do Cobden Club da Grã-Bretanha, o presidente James A. Garfield, Perry deu o passo altamente impopular na Nova Inglaterra de deixar o Partido Republicano como o "partido do privilégio" e corrupção, e ingressar no Partido Democrata. Muito admirado pelos estadistas do livre comércio, Perry foi convidado pelo presidente Cleveland para ser seu secretário do Tesouro.

Outro defensor do laissez-faire, pelo menos nos primeiros anos de sua vida, foi o amigo e colega de Perry que ensinou retórica na Williams, o reverendo John Bascom (1827-1911). Durante as décadas de 1850 e 1860, Walker, Perry e Bascom formaram uma equipe formidável na Nova Inglaterra. Perry persuadiu Bascom a escrever um livro sobre economia, a *Economia Política* de Bascom (1859) exaltou as forças de produção e competição em busca de lucro e, assim, beneficiando a comunidade. O único papel do governo é proteger os direitos de propriedade privada, para que a produção faça seu trabalho. Bascom também apontou que "monopólio" só pode ser significativamente definido como uma concessão exclusiva de privilégio pelo governo; caso contrário, toda propriedade poderia ser chamada de "monopólio".

Bascom também se juntou a Walker na defesa de reservas de 100 por cento em espécie para notas bancárias. Mais tarde, John Bascom tornou-se presidente da Universidade de Wisconsin e sucedeu Perry na cadeira de história e economia política da Williams, quando este se aposentou na década de 1890. Bascom deve ter se tornado uma provação severa para seu velho amigo, entretanto, porque na década de 1880, Bascom havia começado a abandonar a causa e a escrever livros na nova disciplina estatista de "sociologia". Bascom agora mudou drasticamente para exigir que o governo privilegiasse os sindicatos trabalhistas e a abolição do "excesso" do individualismo. Bascom agora acreditava que o único perigo do socialismo e do coletivismo era "a resistência irracional a [essa] força orgânica que está invadindo nossas vidas". "Crescimento" [ou seja, coletivismo], Bascom concluiu presunçosamente, "deve conseguir o que quer".[58] Claramente, John

58 Dorfman, *op. cit*., nota 56, III, pp. 178-9.

Bascom rapidamente fez as pazes com a nova corrente intelectual que varreu a Europa e os Estados Unidos nas décadas de 1880 e 1890.

Um dos mais incomuns -- e mais avançados -- dos admiradores americanos de Frederic Bastiat foi o comerciante de Boston Charles Holt Carroll (1799-1890). Um fiel adepto do livre comércio e do laissez-faire, Carroll, em artigos em revistas mercantis e financeiras de 1855 a 1879, concentrou-se nas questões monetárias e bancárias. Em essência, Charles Carroll foi o último jacksoniano, continuando a argumentar a causa do dinheiro ultra-sólido muito além do tremendo revés que recebeu durante a Guerra Civil, quando o verdismo e o ato bancário nacional necessariamente levaram os homens do dinheiro sólido a se concentrarem no simples retorno ao padrão-ouro. Além disso, Carroll não se contentou em defender o sistema bancário 100 por cento; ele exortou de forma perspicaz e consistente 100 por cento dos bancos para depósitos à vista. bem como notas. Carroll, de fato, foi particularmente claro ao demonstrar que os depósitos bancários à vista surgem principalmente da concessão de empréstimos pelos bancos. Ele também apontou a falácia da justificativa de "notas reais" de Smith para o sistema bancário de reservas fracionárias.

Além disso, Carroll percebeu que o banco central, resumido pelo Banco da Inglaterra, permite muito mais espaço para a expansão da reserva fracionária e do dinheiro "fictício" do que um sistema de banco livre. Mas, além disso, Carroll foi além da maioria dos defensores do dinheiro forte, pedindo a eliminação de nomes de moeda potencialmente perigosos como "o dólar" (que dão a ilusão de que essas unidades são bens em si), e sua substituição como moeda unidade por definições regulares ou em linguagem normal de peso em ouro, por exemplo em número de onças troy. Para moedas internacionais, isto é, para moedas não resgatáveis em um metal comum, Carroll calculou as es-. sentido da teoria da paridade do poder de compra para a determinação subjacente das taxas de câmbio no mercado mundial.[59]

---

59 Para os escritos coletados de Charles H. Carroll, veja Charles Holt Carroll, *Organization of Debt into Currency* (E. Simmons, ed., Princeton: Van Nostrand, 1964).

14.10 Declínio do pensamento laissez-faire

Nas últimas décadas do século XIX, o laissez-faire, no pensamento econômico e na influência social e política, estava em declínio em toda a Europa e nos Estados Unidos. Pareto dificilmente foi o único pensador laissez-faire desesperado. Liderados pelo "estado de bem-estar de guerra" desenvolvido na Prússia, acadêmicos e políticos desprezaram os princípios "antiquados" do laissez-faire e abraçaram o avanço aparentemente moderno e "progressivo" do estatismo, planejamento estatal e medidas do estado de bem-estar. Acadêmicos americanos, formados na Alemanha, a casa do Ph.D., voltaram da Europa cantando louvores ao Grande Estado "orgânico", desprezaram a ideia de direito econômico e da economia de mercado e defenderam a "harmonia" de classe por meio do Grande Governo. Não é uma coincidência que este novo Grande Governo moderno precisasse desesperadamente de acadêmicos, cientistas, jornalistas e outros intelectuais formadores de opinião, primeiro, para engendrar o consentimento do público para a nova dispensação do estatismo e, segundo, para participar do recrutamento, regulamentando e legislando para a nova economia planejada. Em suma, a nova dispensa significou um enorme aumento na demanda monetária (por parte do Estado) pelos serviços dos intelectuais pró-estatistas, um fato importante que não passou despercebido entre os círculos da nova intelectualidade progressista.

Por toda a Europa, pequenas associações de acadêmicos e empresários dedicadas ao laissez-faire foram substituídas por organizações maiores, principalmente de acadêmicos, dedicadas ao profissionalismo e à promoção de sua corporação econômica acadêmica. Não por coincidência, as novas organizações costumavam ser explicitamente estatistas e devotadas a erradicar o *laissez-faire*. Richard T. Ely, construtor de império acadêmico alemão dedicado ao institucionalismo, estatismo e socialismo cristão, foi o principal fundador da *American Economic Association*, especificamente excluindo economistas laissez-faire como William Graham Sumner e Perry que formaram um clube de economia política; depois que essa política excludente foi rejeitada pelos colegas de Ely como muito

extremada, Ely demitiu-se da AEA furioso e só se reconciliou anos depois.

Enquanto o pensamento laissez-faire estava em declínio, a tirania do modelo clássico britânico, restabelecido por Mill em 1848, estava pronta para o colapso. Os precedentes para a substituição do modelo clássico já haviam sido elaborados por economistas anteriores: pelos escolásticos Cantillon, Turgot e Say e pelos franceses do século XIX; por Whately, o Trinity College, a escola de Dublin, e Longfield and Senior, na Grã-Bretanha e na Irlanda. O próximo grande avanço no pensamento econômico foi a derrubada do paradigma ricardiano clássico e a chegada da revolução subjetivista (geralmente chamada erroneamente de revolução marginalista) começando na década de 1870. A famosa tríade marginalista de Jevons, Walras e Menger e a Escola Austríaca foi felizmente des-homogeneizada nos últimos anos, inspirada no clássico artigo de William Jaffe duas décadas atrás,[60] e agora está claro que a revolução contra o paradigma da escola clássica foi muito além da ênfase na unidade marginal de um bem ou serviço, especialmente nas mãos de Carl Menger e seus seguidores. Mas isso é assunto de outro volume.

---

60 William Jaffe, "Menger, Jevons and Walras De-Homogenized", *Economic Inquiry*, *14* (Dec. 1976), pp. 511-24.